

ESEQUIEL GOMES DA SILVA

**O PROJETO DE MODERNIDADE NAS CRÔNICAS DA SEÇÃO “DE
PALANQUE” DE ARTUR AZEVEDO**

ASSIS
2014

ESEQUIEL GOMES DA SILVA

**O PROJETO DE MODERNIDADE NAS CRÔNICAS DA SEÇÃO “DE
PALANQUE” DE ARTUR AZEVEDO**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP – Universidade
Estadual Paulista para a obtenção do título
de Doutor em Letras (Área de
Conhecimento: Literatura e Vida Social).

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria
Azevedo

ASSIS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

S586p	Silva, Esequiel Gomes da O projeto de modernidade nas crônicas da seção “De Pa- lanque” de Artur Azevedo / Esequiel Gomes da Silva.- Assis, 2014 253 f. : il. + 1 CD-ROM (anexos) Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Orientadora: Dr^a Sílvia Maria Azevedo 1. Azevedo, Arthur, 1855-1908. 2. Crônicas brasileiras – Séc. XIX. 3. Periódicos brasileiros. 4. Imprensa – Rio de Ja- neiro – Séc. XIX. I. Título. CDD 056.99 869.909

ESEQUIEL GOMES DA SILVA

O PROJETO DE MODERNIDADE NAS CRÔNICAS DA SEÇÃO 'DE
PALANQUE' DE ARTUR AZEVEDO

Tese apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para
obtenção do título de Doutor em
Letras. (Área de Conhecimento:
Literatura e Vida Social)

Data da Aprovação: 07/11/2014

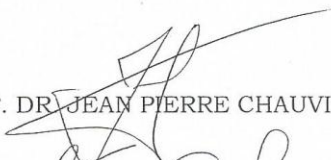
COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROFA. DRA. SILVIA MARIA AZEVEDO - UNESP/Assis



Membros: PROFA. DRA. ORNA MESSER LEVIN - UNICAMP/Campinas



PROF. DR. JEAN PIERRE CHAUVIN - USP/São Paulo



PROFA. DRA. LUCIA GRANJA - UNESP/São José do Rio Preto



PROF. DR. GILBERTO FIGUEIREDO MARTINS - UNESP/Assis

*Ao meu saudoso pai, cuja imagem
permanece vivamente na memória.*

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Silvia Maria Azevedo, minha orientadora, pela paciência e apoio nas decisões.

Aos Drs. Alvaro Santos Simões Júnior e Gilberto Figueiredo Martins, pelas sugestões no Exame de Qualificação.

À Dra. Orna Messer Levin, da UNICAMP, ao Dr. Jean Pierre Chauvin, da USP, à Dra. Lúcia Granja, do IBILCE e ao Dr. Gilberto Figueiredo Martins, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa.

Aos funcionários da seção de Pós-Graduação, e à Roseli, do Departamento de Literatura, pela atenção e boa vontade em atender sempre.

Aos funcionários do CEDAP, pelo apoio durante as pesquisas.

À minha mãe, pelo apoio incondicional.

À Silvia Maria Corrêa e à Marcella Caetana Batista, amigas de longa data.

À Ione Longhini, pela amizade desinteressada.

Aos amigos Amélia e Sandro, pelas cervejas, alegrias e tristezas compartilhadas nos botecos de Assis.

Ao Francisco, pelas leituras, críticas e sugestões ao longo da redação desta tese.

Aos amigos Davi, Rebeca, Naiara, por participarem dessa jornada comigo.

Ao meu querido irmão e às minhas queridas irmãs, pelo amor, respeito e companheirismo.

À FAPESP, pelo apoio financeiro, sem o qual esta pesquisa não se concretizaria.

A Deus, porque mais uma vez me permitiu partir e chegar.

SILVA, Esequiel Gomes da. **O projeto de modernidade nas crônicas da seção “De palanque” de Artur Azevedo**. 2014. 245 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

Para esta tese escolhemos como *corpus* as crônicas subscritas por Artur Azevedo, com o pseudônimo de Eloi, o herói, nos periódicos fluminenses *Diário de Notícias* e *Novidades* entre os anos de 1885 e 1889. Tais crônicas eram publicadas diariamente na seção “De palanque”, para a qual o jornalista maranhense apresentou um programa amplo, prometendo falar sobre arte, cultura e *faits divers*. Como escrevesse em um país que ainda trazia algumas marcas do passado colonial, mas se queria modernizar, o cronista foi um grande observador e crítico mordaz das mazelas políticas e sociais da época, como podemos observar em seus escritos, permeados de comicidade. Como tentaremos mostrar, seu inconformismo com aquele estado de coisas levou-o a conceber um projeto de modernidade levado a efeito na referida seção. O pendor para o riso, revelado desde tenra idade na capital maranhense, encontra na cidade do Rio de Janeiro, com suas mazelas e contrastes, o cenário adequado para desenvolvimento, sendo, muitas vezes, utilizado como arma para sugerir mudanças de comportamento e de mentalidade tanto nos responsáveis pelo funcionamento e organização da cidade quanto nas pessoas comuns, atores sociais que, geralmente arrolados como álibis para suas críticas, constituíam-se também como agentes de transformação. Além da própria estrutura física de partes da cidade, como a rua do Ouvidor, não escapavam da mordacidade de sua pena os sistemas educacional, político, judiciário e policial, assim como práticas de favor e apadrinhamento, consideradas escandalosas por Artur Azevedo. Urgia sanar todos os problemas elencados acima uma vez que não condiziam com uma cidade moderna.

Palavras-chave: Artur Azevedo. Crônicas. Modernidade. *Diário de Notícias*. *Novidades*.

SILVA, Esequiel Gomes da. **The project of modernity in Artur de Azevedo's "De palanque" section chronicles.** 2014. 245 f. Thesis (Doctorate in Letters) – College of Letters and Science, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

For this thesis we chose as *corpus* the chronicles subscribed by Arthur Azevedo, under the pseudonym Eloi, the hero, in Rio de Janeiro periodicals *Diário de Notícias* (Daily News) and *Novidades* (News) between the years 1885 and 1889. These chronicles were daily published in "De palanque" section, to which the maranhense journalist presented a comprehensive program, promising to talk about art, culture and *faits divers*. As he wrote in a country that still bore some marks of its colonial past, but wanted to modernize, the chronicler was a keen observer and a scathing critic of political and social issues of the time, as can be seen in his writings, permeated by comicality. As we shall attempt to show, his dissatisfaction with this state of things led him to conceive a project of modernity carried out in that section. The penchant for laughter, revealed at an early age in São Luís, finds in the city of Rio de Janeiro, with its own problems and contrasts, the appropriate scenario for its development and is often used as a weapon to suggest changes in behavior and mindset both in those responsible for the functioning and organization of the city as in the common people, social actors that, usually listed as alibis for his criticism, were also constituted as agents of change. In addition to the physical structure of parts of the city as the Ouvidor street, the educational, political, legal and police systems, as well as practices of favor and patronage, considered scandalous by Arthur Azevedo, did not escape the mordacity of his pen. It was urgent to solve all the problems listed above since they did not fit with a modern city.

Keywords: Artur Azevedo. Chronicles. Modernity. *Diário de Notícias*. *Novidades*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
 CAPÍTULO I.....	 27
ARTUR AZEVEDO, A IMPRENSA E A CRÔNICA.....	27
1 – Artur Azevedo, um crítico em prosa e verso.....	27
2 – Um passeio pelos periódicos: <i>Diário de Notícias</i> e <i>Novidades</i>	39
3 – A seção “De palanque” de Eloi, o herói.....	65
4 – Artigo, crônica, folhetim: variações de um gênero?.....	71
 CAPÍTULO II.....	 81
ALGUNS ASPECTOS DA MODERNIDADE EUROPEIA.....	81
1 – As passagens parisienses: um mundo em miniatura.....	83
2 – Entre defensores e detratores: Haussmann no banco dos réus.....	93
3 – A outra face da cidade moderna.....	100
4 – Walter Benjamin, crítico da modernidade.....	106
 CAPÍTULO III.....	 110
O SÉCULO XIX: SOB OS AUSPÍCIOS DA MODERNIDADE.....	110
1 – De colônia portuguesa a Estado independente.....	110
2 – Letras, Ciências e Artes sob a égide de D. Pedro II.....	113
3 – “Macaquitos” e “civilizados”: copiando modelos.....	124
4 – Terra insalubre: políticas higienistas para a cidade moderna.....	130
5 – As festas populares: diversão ou espetáculo do atraso e da violência?.....	134
6 – As viagens ao exterior: exportação de imagens, importação de ideias.....	138
7 – Os homens de letras e as questões de seu tempo.....	141
 CAPÍTULO IV.....	 145
ARTUR AZEVEDO E A MODERNIDADE NOS TRÓPICOS.....	145
1 – Uma parte da França no Rio de Janeiro escravocrata: a rua do Ouvidor.....	154
2 – Entre a palmatória e o chicote: práticas pedagógicas na capital civilizada.....	168
3 – “Dize tu, direi eu”: práticas políticas no Rio de Janeiro imperial.....	179
4 – Sob a tutela dos bacharéis: práticas jurídicas na capital do Império.....	192
5 – Sob o reinado de nagôas e guaiamus: segurança na capital do Império.....	207
6 – Maracutaia e proteção: os eleitos da elite imperial.....	219

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	234
FONTES.....	242
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	242
ILUSTRAÇÕES.....	253
ANEXOS.....	262

INTRODUÇÃO

O contato inicial com as crônicas da “De palanque”, seção subscrita por Artur Azevedo no *Diário de Notícias*, com o pseudônimo Eloi, o herói, teve início com o Mestrado, período em que nos dedicamos aos textos publicados durante seu primeiro ano de existência – junho de 1885 a junho de 1886. Naquela primeira fase de pesquisa anexamos 315 crônicas à dissertação. Para este segundo momento de nossa trajetória acadêmica, escolhemos como *corpus* as crônicas publicadas a partir de junho de 1886, compreendendo um total de aproximadamente 600 textos, escritos até janeiro de 1889.

A seção “De palanque” nasceu e morreu no *Diário de Notícias*, mas não foi abrigada apenas nas colunas desse periódico. Após o primeiro ano de existência, uma desinteligência de Artur Azevedo com Oscar Pederneiras o fez afastar-se do referido periódico. O motivo da saída foi a recusa de publicação de um artigo, por parte da redação, em que Artur Azevedo exprimia sua opinião a respeito daquela que seria a intérprete mais indicada para o papel de Marguerite Gautier. Entendamos o caso: em 1885, por ocasião da primeira vinda de Eleonora Duse ao Brasil, Artur Azevedo afirmou ser ela a melhor intérprete da protagonista de *A dama das camélias*. No ano seguinte, quando Sarah Bernhardt veio ao Brasil, também pela primeira vez, o cronista escreveu um longo artigo, reconsiderando sua opinião e passando as honras para a atriz francesa (MAGALHÃES JÚNIOR, 1966). Como o artigo fosse recusado, Artur Azevedo largou o posto que ocupara até então no *Diário de Notícias*,¹ tendo retornado em 25 de outubro do mesmo ano e ali permanecendo até março de 1887, quando se mudou para o jornal das *Novidades*. Nessa folha, colaborou até julho de 1888, época em que algumas divergências o fizeram se retirar e voltar para o *Diário de Notícias*. Aí permaneceu até janeiro de 1889, quando a folha passou para as mãos de outros proprietários e, até onde tivemos oportunidade de investigar, a “De palanque” foi extinta. Como dizia o próprio, ela deveria morrer no mesmo periódico em que havia nascido.

Cumprindo o programa jornalístico apresentado ao periódico junto com o qual a seção foi concebida, o cronista comentava uma série bastante diversificada de assuntos,

¹ Raimundo Magalhães Júnior argumenta que além da recusa do artigo para publicação, havia um ressentimento, entre Artur Azevedo e Oscar Pederneiras, à época redator-chefe do *Diário*, causado por uma crítica feita por aquele a uma peça deste, intitulada *Zé caipora*. No entanto, há uma confusão de dados da parte de Magalhães Júnior, pois a peça em questão somente foi representada em 1887, como podemos ver por meios dos anúncios das companhias teatrais.

que compreendia desde temas relacionados com o mundo artístico – teatro, pintura, música, literatura, escultura –, até *faits divers*.

Embora tenhamos afirmado que “Estar de palanque” – expressão dicionarizada para situar alguém que está “presente à discussão sem, contudo, nela se envolver” (SILVA, 2010, p. 07) – sugira isenção ou situar-se à margem dos fatos, e apesar de o próprio cronista forjar um certo distanciamento dos problemas presentes na sociedade da época (“eu cá estou de palanque”), os temas abordados em seus artigos, bem como a construção discursiva empregada, nos levam a crer que sua seção se constituía como um projeto idealizado por um homem atento às questões de seu tempo. Nesse sentido, embora tentasse fazer crer aos leitores que a “De palanque” fosse desprestigiada e frívola, a referida seção não se restringia apenas a um espaço reservado ao entretenimento e à conversa, desempenhando também, pela sua natureza crítica e satírica, uma função que podemos chamar de “missionária”. Inclusive a escolha do pseudônimo com o qual assinava a seção, Eloi, o herói, algo como o “iluminado”, sugeria de forma sub-reptícia a existência de alguém que, por trás dos bastidores, estava determinado a apontar os paradoxos e as incongruências do seu tempo, com vistas a saná-las.

A nossa hipótese é a de que essa função “missionária” trazia em seu cerne um projeto de modernidade concebido especificamente para uma sociedade que se consolidava como Estado nacional. Aliás, uma sociedade que, após mais de três séculos de colonização, ainda apresentava uma estrutura eivada de vícios e profundamente marcada por mazelas políticas e sociais; uma sociedade que ainda mantinha um regime de trabalho escravo, embora, agonizante, considerado pelo cronista como a “chaga da civilização”; enfim, uma sociedade nos estertores da monarquia; a última da América do Sul.

A despeito dos problemas apontados anteriormente, José Murilo de Carvalho, em parte ancorado na sua formação em Ciência Política e no distanciamento no tempo, faz uma análise positiva do Segundo Reinado, reconhecendo na figura de D. Pedro II o monarca que, exilado aos 65 anos, deixou “consolidada a unidade do país, abolidos o tráfico e a escravidão, e estabelecidas as bases do sistema representativo graças à ininterrupta realização de eleições e à grande liberdade de imprensa. Pela longevidade do governo e pelas transformações efetuadas em seu transcurso, nenhum outro chefe de Estado marcou mais profundamente a história do país” (CARVALHO, 2007, p. 09).

Artur Azevedo, por seu turno, sentia os acontecimentos no calor da hora, não se contentando em apenas refletir sobre, mas sugerir mudanças que efetivamente instituísse uma nova ordem naquele estado de coisas. Seu olhar, portanto, conformado ao turbilhão dos acontecimentos – cujos espaços de discussão incluíam cafês, confeitarias, associações artísticas, teatros, redações dos jornais, rodas de conversas na rua do Ouvidor etc –, conferia-lhe “autoridade” para tratar dos assuntos os mais diversos. Aliás, esses lugares ofereciam-se como espaços de sociabilidade onde políticos, intelectuais, homens de letras e “curiosos” “decidiam” sobre o futuro do país, como atesta esta crônica em que o maranhense fala sobre uma crise ministerial com relativa leveza e bom humor:

Ontem organizaram-se, entre Quitanda e Gonçalves Dias, mais de cinquenta ministérios, alguns dos quais muito possíveis, porque figuravam neles uns tantos ilustres desconhecidos, desses que, graças às dificuldades de costume, só entram no Poder para completar o número preciso (AZEVEDO, 19/08/1885).

A mencionada crise levou à queda dos liberais (gabinete 6 de maio de 1885), que tinha como presidente José Antônio Saraiva, e à ascensão dos conservadores (gabinete 20 de agosto de 1885), sob a presidência de João Maurício Wanderley, o barão de Cotegipe, como registram estes versos marcados pelo tom prosaico da crônica azevediana:

Ardendo em raiva,
J. A. Saraiva,
Todo repleto
De oposição,
Ao imperante
Vai, n'um rompante,
Pedir Decreto
De demissão
--
– “Pois participe
Ao Cotegipe
– Velha Raposa –
Que o quero aqui,
E de caminho,
Sem burburinho,
A mesma coisa
Diga ao Fleury²” (AZEVEDO, 20/08/1885).

Antes, porém, de a imprensa publicar a lista com os nomes do novo gabinete, Artur Azevedo ocupou-se de traçar o perfil dos responsáveis em “formar” os ministérios. Entre os grupos compactos que se formavam em frente às redações dos

² Presidente da Câmara dos Deputados.

jornais, discutindo ruidosamente os acontecimentos do dia, e entre a multidão que percorria um extremo a outro da rua do Ouvidor em busca de novidades, havia boa parte que se interessava mediocrementemente por política:

Fingem, porém, tomar a questão a peito, de modo que quem os ouve falar e vê gesticular, naturalmente jura aos seus deuses que tais senhores são muito capazes de arrancar o país da beira do clássico abismo, de que, desde que me entendo, ouço falar.

Daí a um quarto de hora, recolhidos à casa, sentados diante do bife cotidiano, já se não lembram da crise.

Mal ponham de novo pé na rua, os seus olhos tomam expressões adequadas à circunstância, e desenferrujam a língua, que entra a moer disparates pródiga e vertiginosamente (AZEVEDO, 19/08/1885).

Está clara a insatisfação do cronista em relação à indiferença de parte da população fluminense. No entanto, o sentimento de insatisfação não se limitava apenas à população de “curiosos”, estendendo-se também ao descompromisso das autoridades políticas com os problemas da cidade, às incongruências da nossa jurisprudência, à precariedade do sistema educacional, ao descaso das autoridades para com as produções artísticas, à indiferença do público em assuntos relacionados às artes, à truculência e ao desleixo das autoridades policiais, aos problemas de infraestrutura da cidade, à desmoralização do espaço urbano, à existência de casas da jogatina, à presença de mulheres seminuas nos desfiles de carnaval, e até aos casos de suicídios ocorridos no Rio de Janeiro. Podemos dizer que, na perspectiva do cronista, os pontos negativos sobrepunham-se aos positivos.

Para subverter aquele estado de coisas eram necessários “homens de boa vontade”, cujas ações visassem a uma “missão civilizadora” e “saneadora” e primassem pelo aperfeiçoamento moral e material da sociedade. De certa forma, essas eram as ideias que permeavam o programa jornalístico do *Diário de Notícias*, para o qual Artur Azevedo concebeu a seção de que vimos nos ocupando. A empresa pretendia lutar, sem outra preocupação que não fosse a de “servir leal e desinteressadamente à causa pública”, trabalhando por “todos os grandes progressos nacionais, quer no mundo intelectual, quer no moral ou material”. Todo esse esforço era necessário para que o Brasil conquistasse um lugar “na civilização geral deste século”. Essas palavras foram utilizadas para reafirmar os propósitos do *Diário* por ocasião do seu segundo aniversário, em 06 de junho de 1887.

Não raras vezes, Artur Azevedo expressou suas preocupações relativamente à nossa condição de nação civilizada, como podemos conferir no desfecho de uma crônica

em que lamentava a morte de um ator cômico português, vítima da febre amarela, e colocava, oportunamente, a escravidão no mesmo patamar da epidemia que assolava o país àquela época: “Difícilmente seremos alguma coisa enquanto a civilização brasileira lutar com esses dois tremendos obstáculos: a febre e a escravidão” (AZEVEDO, 18/03/1886). Embora não morresse de amores pelos negros, como confessa, defendia a abolição, pois entendia que tal processo se constituía como elemento indispensável de civilização:

O escravagista por humanidade, curioso tipo que os nossos vindouros estudarão certamente, confunde o abolicionista com o negrófilo. Ora, eu sou abolicionista dos pés à cabeça, mas confesso que não morro de amores pelo negro. Sou abolicionista pela minha Pátria, por minha família, por meus amigos, por mim. Que me importa que a liberdade do negro seja uma desgraça para ele, quando para o meu país é uma felicidade, um complemento indispensável da sua autonomia política, um elemento fundamental da sua civilização? (AZEVEDO, 30/03/1887).

Não bastava, porém, sermos uma nação civilizada. Era necessário ainda que outras terras reconhecessem essa condição, e um dos agentes de divulgação seria a pintura, arte que desempenharia essa função mais satisfatoriamente do que todas as legações imperiais:

O panorama do Rio de Janeiro, pintado por dois pincéis ilustres, trará ao nosso país, mais do que todas as legações imperiais havidas e por haver, a inestimável vantagem de torná-lo conhecido em terras, cujos habitantes supõem que o Brasil não é digno de figurar entre as nações civilizadas. Acredito que o panorama do Rio de Janeiro será um agente eficaz de imigração espontânea (AZEVEDO, 01/10/1885).

Esta crônica foi escrita para louvar a iniciativa dos pintores Victor Meireles e Henri Langerock, autores de um projeto que consistia na execução de um panorama da cidade do Rio de Janeiro, vista do morro de Santo Antônio. O panorama seria pintado em Paris, onde ficaria exposto por algum tempo, depois seguindo viagem por outras cidades europeias e americanas, até chegar ao Brasil, onde ficaria definitivamente exposto.

Embora afirmasse que não pretendia ser oráculo nem palmatória do mundo, Artur Azevedo colocava sua pena a serviço de uma ação civilizadora e modernizadora, levando para sua seção assuntos que, embora sérios, tratados com leveza e por meio de uma linguagem simples, não escapavam àquela comicidade natural que permeava sua escrita. A vocação para o riso revelou-se prematuramente quando, escreveu seus primeiros versos satirizando importantes figurões da política local, como lembram Raimundo Magalhães Júnior (1966) e Antônio Martins (1988). Embora não se constitua

como o tema central desta tese, a identificação dos “ingredientes cômicos” presentes nas crônicas de Artur Azevedo não pode prescindir de qualquer estudo que se proponha a entender como as promessas de modernidade, que se projetavam no horizonte brasileiro do século XIX, foram recebidas e assimiladas por uma sociedade que ainda conservava traços marcadamente coloniais. Aliás, uma modernidade que mal se ajustava às ruas estreitas e mal calçadas da então capital do Império.

Analisando os processos linguísticos de comicidade no teatro de Artur Azevedo, por meio de técnicas como a recorrência e a discrepância³, Antonio Martins chama atenção para a existência de elementos típicos da ironia, da sátira e do grotesco nos textos do dramaturgo maranhense. Segundo o autor, a ironia possui poder iconoclasta e carrega consigo uma força demolidora, tornando-se “a mais temida das armas por parte das vítimas do riso” (MARTINS, 1988, p. 21). A ironia, pelo fato de avizinhar contrários, é consensualmente definida como uma “figura de retórica com que o orador ou com a substância das palavras, ou com o tonilho e com a pronúncia, ou com o gesto, dá a entender o contrário do que diz”. A sátira, consoante o mesmo autor, é uma composição poética inventada para emendar costumes depravados, ou censurar e criticar obras de engenho (BLUTEAU *apud* MARTINS, 1988, p. 21).

Martins salienta que os ironistas e os satiristas acreditam-se imbuídos “da alta missão de fazer justiça punindo a maldade e a ignorância humanas”. O vezo de ambos é “pôr as coisas nos seus devidos lugares, fazer dos homens padrões de beleza e retidão”. Ao cabo e ao fim, são “sedentos de felicidade”. Movidos pela indignação, usam a palavra como arma (MARTINS, 1988, p. 31-32).

A veia cômica e a vocação para o riso não se revelava apenas nos versos de Artur Azevedo, projetando-se também na produção em prosa, nos contos e nas crônicas. Nesses textos, ganham relevo sua indignação e inconformismo com a realidade circundante. Sua arma era, sem dúvida, a palavra e, por meio dela, às vezes ironizando e satirizando pessoas e instituições, reforçava as linhas que compunham seu projeto de modernidade, visando a uma mudança na mentalidade e nos hábitos, sobretudo daqueles que detinham o poder de decisão.

³ Como recorrência Antonio Martins entende o gosto do dramaturgo pelas “citações latinas, muitas vezes *à la macarrone*; a insistência nos usos dos arcaísmos, de termos populares e de certas chapas; a repetição dos anexins de toda espécie com fins cômicos”. Em relação à discrepância, Martins estuda “o neologismo e a gíria usada pelos cariocas, bem como os falares regionais e as normas linguísticas de várias classes sociais” Cf. Martins, 1988.

No que se refere aos aspectos físicos, a cidade do Rio de Janeiro ainda apresentava uma arquitetura herdada do período colonial: um casario velho e feio; ruas estreitas e esburacadas que exalavam fortes odores; teatros com estrutura física precária, comprometendo o bom desempenho das companhias líricas e dramáticas que se apresentavam; serviço de coleta de lixo escasso, levando os moradores às seções de “publicações a pedidos” para reclamar medidas das autoridades responsáveis; serviço de distribuição de água que não satisfazia as necessidades da população; companhias estrangeiras encarregadas de fornecer a iluminação a gás que cobravam altos preços e ofereciam serviço de baixa qualidade; serviços de bondes que não ofereciam segurança para os usuários, causando acidentes com vítimas fatais. Além desses problemas de infraestrutura, nas ruas era comum a presença de pobres e miseráveis que dependiam da caridade alheia e eram responsabilizados pelos consideráveis índices de violência; as estatísticas revelavam que a grande maioria da população era analfabeta, haja vista que o acesso ao ensino era limitado; a força policial, além de ineficiente e insuficiente para manter a ordem e garantir a segurança, era truculenta; os políticos não honravam seus compromissos administrativos, muitas vezes, não comparecendo nem mesmo às sessões das casas de parlamento; por outro lado, os eleitores eram apáticos, não se preocupando em exercer seus direitos políticos; as decisões do judiciário, ao que parece, nem sempre primavam pela justiça. Enfim, havia uma série de problemas que, na concepção de Artur Azevedo, não condiziam com uma cidade que se pretendia moderna e civilizada.

Havia, no entanto, um modelo de civilização idealizado pelo cronista e por seus contemporâneos: a França haussmannizada. Não raro, quando demonstrava insatisfação, fosse em relação ao aspecto material da cidade, fosse em relação à postura das autoridades, o jornalista maranhense voltava o olhar para a capital francesa, apresentado-a como modelo apropriado para o Rio de Janeiro. Às vezes, o olhar que dirigia à capital do Império se assemelhava ao do estrangeiro que aqui aportava, ou como alguém que, tendo vivido muitos anos no exterior, ao voltar, sentia um choque cultural quando se deparava com o cenário brasileiro. No entanto, ausentou-se do Brasil apenas uma vez, quando empreendeu uma viagem pela Europa, incluindo a França, Espanha e Portugal, como mostra Magalhães Júnior (1966). Durante o regresso, teve a oportunidade de conhecer e conversar longamente com a condessa de Barral a bordo do vapor Senegal. Para o cronista, a condessa fora “uma das mulheres mais finas, mais inteligentes e mais fidalgas” que tinha conhecido, como relembrou em crônica

publicada em janeiro de 1891, no *Correio do Povo*, ocasião em que rememorava também uma promessa feita por ela:

Devo ter entre os meus papéis uma carta que a condessa de Barral me escreveu de Petrópolis, desculpando-se com letra de homem político não me ter feito cônsul em Paris, um sonho dourado cuja realidade ela me deixara entrever a bordo, numa noite em que lhe falei entusiasticamente da grande capital (AZEVEDO *apud* DEL PRIORE, 2008, p. 03).

Quando aportou no Rio de Janeiro, podemos nos arriscar a dizer, Artur Azevedo tinha o espírito embevecido pela beleza dos bulevares, dos teatros, das elegantes passagens parisienses, enfim, por todo o espetáculo visual que lhe ofereceu a “grande capital” europeia. Seu entusiasmo contribuíra significativamente para que visse, com ar de reprovação, quase tudo na corte, passando a conceber práticas, hábitos e costumes como inadequados, tacanhos. É provável que tenha se sentido deslocado naquela sociedade escravagista e, podemos dizer, “atrasada”, se considerada sob o olhar europeu.

Na maioria das vezes que se referia ao que, de fato, era nosso, seu olhar estava voltado para o mundo artístico, ou para lamentar o esquecimento das pessoas em relação à “pobre modinha brasileira, tão original, tão nossa e tão desprezada”, ou para reclamar do injusto esquecimento a que se achava relegado Martins Pena, “comediógrafo de muito mérito”. Curiosamente, ao lamentar o referido esquecimento a que estava relegada a modinha brasileira, o cronista imprime seu desejo de ouvir “modinhas, singelas e apaixonadas” que “exigem na cantora a alma de uma italiana e a graça de uma espanhola”, atributos que, supostamente, nossas “cantoras” não possuíam:

Mas, voltando à Exma. Sra. D. M. N., com que prazer eu a ouviria cantar uma das nossas velhas modinhas, singelas e apaixonadas melodias que ao mesmo tempo *exigem na cantora a alma de uma italiana e a graça de uma espanhola!* Apesar de pronunciar perfeitamente o francês e o espanhol, a Exma. Sra. D. M. N. naturalmente acharia no verso brasileiro terreno mais apropriado aos seus recursos artísticos (AZEVEDO, 24/05/1886, *grifos nossos*).

É bem verdade que nem tudo deveria ser copiado dos franceses. Em alguns textos, chegou a criticar o hábito de as pessoas desfilarem pela rua do Ouvidor com pesadas roupas, impróprias para o nosso clima. No entanto, quando se tratava de políticos e de agentes da força policial, o modelo era mesmo o parisiense. Em relação aos artistas, acreditava que deveriam ir para a Europa buscar o que o Brasil não lhes podia oferecer.

Enfim, como vimos tentando argumentar, na concepção do cronista, os defeitos do Brasil se sobrepunham às qualidades. Era preciso mudar aquele estado de coisas. As tão sonhadas transformações, no entanto, só começariam a acontecer, efetivamente, no início do século XX, se não nas mentalidades, pelo menos no plano material.

José Murilo de Carvalho defende a ideia de que, mesmo havendo um consenso na literatura sobre o avanço da modernidade no Brasil após a década de 1870, a tradição foi “suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica”. Em nosso país, argumenta o estudioso, a modernidade assumiu feições que a distinguiam do modelo clássico representado pela experiência anglo-saxônica.

O período entre 1870 e 1914 foi de preparação para a modernização conservadora dos anos 30, caracterizando-se, pelo menos no plano econômico, no âmbito da América Latina, como o “auge do desenvolvimento para fora, da integração da área na economia capitalista em fase de expansão imperialista”. No Brasil, especificamente, o período coincide com o ponto alto do ciclo cafeeiro, o tempo do ciclo da borracha no Amazonas e também o “do investimento estrangeiro, sobretudo inglês, em ferrovias, navegação, serviços urbanos e comércio, e até mesmo na valorização do café”. No âmbito social, esse período é marcado pela aprovação da lei do Ventre Livre, pela extinção da escravidão, e pela promoção de políticas de imigração estrangeira, visando à substituição da mão de obra escrava (CARVALHO, 1998, p. 107-108).

No que se refere à política, o ano de 1870 entra para a história por presenciar o fim da Guerra do Paraguai e a publicação do manifesto do Partido Republicano. No ano seguinte, as reformas realizadas no governo de Rio Branco planejam enfrentar todos os grandes problemas do país, como a escravidão, a imigração, a Guarda Nacional, o recrutamento militar, o sistema judiciário, a reforma do sistema de pesos e medidas, e as relações Igreja-Estado, estas culminando com a prisão de dois bispos por desafiarem a autoridade do governo. A partir de 1873 forma-se o Partido Republicano Paulista, representando a base mais sólida de oposição ao regime monárquico. Os republicanos de São Paulo insistem na defesa do federalismo, enquanto os do Rio de Janeiro preferem a democratização do governo, o fim do poder pessoal do imperador, do senado vitalício e do Conselho de Estado. Embora com objetivos diferentes, ambas “as correntes se consideram portadoras do progresso contra o atraso monárquico” (CARVALHO, 1998, p. 108).

No mundo das ideias, tem-se a importação de novas correntes da Europa, a exemplo do evolucionismo, do materialismo e do positivismo. “O ideal de progresso, marca da elite política brasileira, adquire dimensão histórica concreta na versão evolucionista de Spencer e, sobretudo, de Comte”. Dizia-se que o progresso avançava por fases historicamente definidas, estando o Brasil na fase teológico-metafísica da monarquia e avançando para a fase positiva do regime industrial republicano. Ainda segundo José Murilo de Carvalho, “A nova versão da ideia de progresso dá maior ênfase à ciência e à técnica como fatores de transformação social”, sendo que essa ênfase “era reforçada pelo próprio avanço da ciência, pelas novas descobertas na física, na biologia, na engenharia mecânica”. O cientista político observa que, no caso brasileiro, talvez isso “se devesse mais ainda ao surgimento de um grupo social urbano e educado que se sentia sufocado na sociedade escravista e rural”, de modo que a “sua única credencial para ascender socialmente era a competência técnica” (CARVALHO, 1998, p. 109).

No caso do Rio de Janeiro, tais grupos ganharam expressão a partir da criação da Escola Politécnica, “cuja origem remonta à fundação da Escola Militar de Engenharia Civil e Militar, em 1810”, passando a se chamar Politécnica em 1874 (DAMAZIO, 1996, p.134), no entanto, não podemos desconsiderar a importância dos bacharéis em Direito e em Medicina para o processo de modernização que ocorria no Brasil. Em *O espetáculo das raças* Lilia Moritz Schwarcz ilustra as expectativas que giravam em torno dos novos grupos sociais que se formavam:

É imprescindível que a mocidade que é a esperança do porvir se convença de que esta grande pátria não criou Escolas e não fundou Institutos como estes, unicamente para preparar amanuenses e promotores; mas principalmente para formar pelo estudo e pelo saber, homens que a possam guiar em suas luzes, engrandecê-la com sua sabedoria (RAFDR⁴ *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 141).

O pensamento iluminista, no entanto, era também endossado pela classe dos bacharéis em Medicina, que tentava afirmar sua autoridade ancorada nas teorias higienistas e raciais, importadas da Europa e usadas para interpretar a realidade brasileira. De qualquer modo, a ambos caberia guiar a nação.

No que se refere às experiências políticas, em parte, na propaganda republicana argumentava-se que o futuro regime fazia parte da identidade americana e que a monarquia representava um resquício da velha Europa na América. Desse modo,

⁴ Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife.

República e América sinonimizavam o novo, o progresso, lugares discursivos que traziam, no seu bojo, a ideia de futuro. Aliás, a ideia de América que povoava a mente dos republicanos era a representada pelos Estados Unidos, país que simbolizava “o espírito de iniciativa, o liberalismo, o federalismo, o industrialismo, o pragmatismo, em oposição ao paternalismo, ao protecionismo, ao centralismo, ao ruralismo, ao bacharelismo, da sociedade monárquica”, espírito que teria se manifestado em várias campanhas civilizadoras, constituindo-se como “verdadeiras missões”. Por meio delas, observa José Murilo de Carvalho,

grupos de técnicos e cientistas procuravam civilizar as populações da periferia urbana ainda presas ao que consideravam superstição e atraso. Os novos missionários saíam das escolas de Medicina, da Politécnica, da Escola de Minas, da Escola Militar. Usavam métodos distintos de catequese, mas o evangelho era o mesmo: o progresso, a civilização, a modernidade (CARVALHO, 1998, p. 110).

Entendemos que os “novos missionários”, ou “mosqueteiros intelectuais”, para usar as expressões cunhadas por José Murilo de Carvalho e Nicolau Sevcenko, podiam ser encontrados também entre os jornalistas e homens de letras que, por meio dos periódicos, tentavam mudar a mentalidade e moldar o gosto dos leitores a partir de um modelo que consideravam o ideal. Dentre tais jornalistas estava Artur Azevedo com seus desejos de mudanças para uma sociedade que se queria moderna, embora mantendo estruturas que ainda denunciavam marcas do atraso.

Sem a pretensão de discutir exaustivamente os termos “moderno”, “modernidade” e “modernização”, que muito importam na redação desta tese, valemo-nos aqui das considerações de alguns pensadores que a eles têm se dedicado. Acreditamos que tais considerações, embora breves, fornecem elementos a constituir um quadro útil para nossos propósitos.

No célebre livro *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1966), Marshall Berman associa o termo “moderno” à ideia de “viver uma vida de paradoxo e contradição”, conjecturando que ser moderno

É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (p. 13-14, *grifos do autor*).

Nesse sentido, podemos sugerir que a modernidade, na acepção do filósofo estadunidense, emerge dos modos de ser, pensar, sentir, se relacionar e se comportar diante do mundo em um estágio de transformação antes não conferido.

Alain Touraine (1994) considera a modernidade como produção do sujeito, como criação “permanente do mundo por um ser humano que desfruta do seu poder e da sua aptidão para criar informações e linguagens”, ao mesmo tempo em que se defende das “suas criações desde o momento em que elas se voltam contra ele” (TOURAINÉ, 1994, p. 243). Para o sociólogo, não existe modernidade sem racionalização e sem a formação de um “sujeito-no-mundo” que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade. Touraine chama atenção também para a importância de não confundirmos “modernidade com a moda puramente capitalista de modernização”.

A modernização, segundo Marshall Berman, seria produto e causa do turbilhão que caracteriza a vida moderna, com todas as suas implicações:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão geográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nação, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 1986, p. 16).

Em síntese, a modernização é concebida pelo filósofo como os processos sociais que, no século XX, dão vida ao turbilhão da vida moderna, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser. Embora haja uma tentativa de definição de modernidade como “estado” e modernização como “processo”, muitas vezes, ambos os termos se confundem e se misturam. Ou seja, costumamos utilizar o termo modernidade para nos referirmos ao processo, isto é, à modernização. Apesar dessa mistura, cumpre ressaltar que, na verdade, a modernização está condicionada à modernidade, se tivermos presente que esta, no entendimento de Berman, está intrinsecamente ligada aos modos de pensar e se comportar no mundo e, conforme Touraine, está ligada com a formação de um

sujeito atuante. Marshall Berman lembra também que, no século XIX, “o público moderno ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro”. É dessa sensação de viver em dois mundos ao mesmo tempo, que emerge e se desdobra a ideia de modernização, o que nos remete ao contexto de Artur Azevedo.

Embora preliminares, estas observações nos ajudam a entender o contexto do cronista e o projeto que ali se esboçava. Consideradas no seu conjunto, as crônicas publicadas na seção “De palanque” não só ajudam a redesenhar o fio da história, permitindo até mesmo ao mais desavisado leitor penetrar nos ditos e interditos da escrita do cronista maranhense e entender pormenores dos fatos que se desenrolavam por trás dos bastidores: histórias contadas por Artur Azevedo a contrapelo da historiografia oficial.

No mais, a recuperação de datas e fatos históricos, nesta tese, justifica-se não só pelo fato de representarem o contexto do autor, mas porque ajudam, antes de tudo, a redimensionar a crítica que o cronista faz ao seu tempo, ajudam a alargar o significado e a redefinir os contornos da comicidade presente nos textos do autor de *A capital federal*.

Enfim, para o projeto de modernidade que se pretendia pôr em prática, embora não escapando muitas vezes a idealizações, urgia minar pela base velhos discursos que não davam mais conta de interpretar a nova realidade que se projetava no horizonte. A corrosão dessas antigas bases não poderia ter se dado de outra forma que não a do riso de escárnio, de zombaria, gerenciada por homens de letras que, ao lado de Artur Azevedo, tentavam contribuir para a instalação de uma nova ordem, embora os novos tempos continuassem mantendo, até a era republicana, fortes indícios dos vícios e contradições herdadas da colônia.

Cumpramos agora fazermos uma breve apresentação da tese, que está estruturada em quatro capítulos, divididos em subtópicos, assim distribuídos:

O Capítulo I traz uma apresentação de Artur Azevedo, compreendendo, de forma breve e panorâmica, sua trajetória profissional na imprensa e no teatro, desde 1873, quando chegou ao Rio de Janeiro em tenra idade, até 1908, ano em que faleceu. Na sequência, apresentamos o *Diário de Notícias* e o jornal das *Novidades*, periódicos que abrigaram a seção “De palanque” entre 1885 e 1889. Nessa apresentação fizemos um levantamento das várias seções veiculadas nas páginas de ambos os jornais, com as quais vemos também uma série de pseudônimos usados pelos diversos colaboradores. O

mapa que esboçamos serve como justificativa para a existência da “De palanque” em tais periódicos, haja vista o apelo ao cômico, que aproxima os colaboradores daqueles jornais, nos ajudando a entender que as crônicas de Artur Azevedo estavam em consonância com a mentalidade que ali se projetava. A apresentação da seção “De palanque” aparece no último tópico, seguida por algumas considerações acerca do gênero crônica.

No Capítulo II, tendo como guia o livro das *Passagens* (2006), de Walter Benjamin, tentamos recuperar aspectos da realidade francesa da época que nos interessa. Por meio dos fragmentos reunidos pelo filósofo alemão, realizamos um breve passeio pelas luxuosas galerias parisienses, espaços de ostentação e consumo estrategicamente construídos como se fosse uma cidade em miniatura, à disposição da burguesia. As incursões pelas trilhas dessa realidade foram necessárias, haja vista que a França se apresentava como modelo de civilização a ser copiado, notadamente pelo Brasil. A própria imprensa brasileira da época dá mostras da nossa “dependência cultural” em relação à “capital do século XIX”: a língua, a moda, os hábitos, em suma, a cultura da terra de Victor Hugo estava, de uma forma ou de outra, disseminada na sociedade fluminense. As *Passagens* nos informam ainda que não havia consenso acerca dos verdadeiros efeitos e vantagens das grandes reformas urbanas empreendidas pelo barão Haussmann, na segunda metade do século XIX. Ainda neste capítulo, voltamos nossa atenção para a outra face da metrópole moderna: ala por onde desfilavam os excluídos da história e das supostas benesses do progresso material.

Entramos efetivamente na realidade brasileira no Capítulo III, subdividido em sete tópicos organizados da seguinte maneira: no 1º, “De colônia portuguesa a Estado independente”, damos o pontapé inicial para as nossas reflexões, falando das especulações que envolveram o processo de Independência, bem como da empolgação dos brasileiros com o nascimento do futuro monarca, D. Pedro II, recebido como um Messias; no 2º tópico, “Letras, Ciências e Artes, sob a égide de D. Pedro II”, discutimos a formação e o desenvolvimento de instituições científicas, culturais e educacionais, como as faculdades de Medicina e de Direito, as escolas secundárias, o colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro etc., conquistas realizadas, ou ao menos ampliadas, sob a regência do novo monarca. Neste tópico, fizemos também algumas considerações sobre as causas responsáveis pelo desgaste da figura do imperador, alvo do lápis de caricaturas e da pena de jornalistas; no 3º, “„Macaquitos” e „civilizados”:

copiando modelos”, falamos da mania de “macaqueação” do brasileiro, salientando que a cópia do modelo europeu não se restringia apenas aos estabelecimentos científicos e culturais, estendendo-se aos hábitos de se vestir e se comportar, hábitos que nem sempre se ajustavam às ruas estreitas, esburacadas e fétidas da cidade que se queria moderna; no 4º, “Terra insalubre: políticas higienistas para a cidade moderna”, deixamos os espaços elegantes para adentrar o ambiente feio e insalubre que envergonhava os habitantes e, inclusive, Artur Azevedo. Aqui, colocamos em destaque as várias tentativas de se implementarem políticas sanitárias para “curar” os vícios e minimizar as mazelas da cidade; no 5º, “As festas populares: diversão ou o espetáculo do atraso e da violência?”, demos continuidade à nossa exposição sobre o lado feio e indesejável da cidade, sob o olhar dos intelectuais, cumpre ressaltar. Como ilustração, selecionamos trechos de crônicas em que Artur Azevedo, ainda no período imperial, se posicionava de forma ambígua a respeito da festa de Nossa Senhora da Penha, e em que Olavo Bilac, já no contexto da Primeira República, desferia críticas mordazes a essa festa popular, que não se constituía exatamente como o tipo de evento para uma sociedade que desejava se afrancesar a qualquer custo; no 6º, “As viagens ao exterior: exportação de imagens, importação de ideias”, relatamos as viagens do imperador pela Europa e Estados Unidos, viagens em que cumpria um itinerário de visitas a indústrias, instituições de ensino, museus e mantinha encontros com sumidades do mundo científico, como Luis Pasteur; no 7º e último subtópico, “Os homens de letras e as questões do seu tempo”, procuramos situar Artur Azevedo entre os homens empenhados com as questões de sua época, denominados “mosqueteiros intelectuais” por Nicolau Sevcenko.

No Capítulo IV, nos dedicamos exclusivamente à análise das crônicas. Como os demais, apresenta algumas subdivisões. Antes, porém, de apresentarmos o primeiro tópico, cumpre ressaltar que, inicialmente, analisamos uma crônica que, de certa forma, justifica nossa preferência por uma análise temática, uma vez que, nela, Artur Azevedo demonstra sua insatisfação com algumas instituições e certos locais da sociedade, como as duas forças armadas, alguns prédios públicos, bem como as ruas e as praias, que não primavam pelo asseio.

Para a estruturação dos seis tópicos deste capítulo, começamos com os textos em que a rua do Ouvidor era a “personagem”. Neste tópico, intitulado “Uma parte da França no Rio de Janeiro escravocrata: a rua do Ouvidor”, sugerimos que a “grande artéria” se constituía como uma metonímia do Rio de Janeiro. Nesse espaço se reuniam

políticos e jornalistas para comentar os acontecimentos do momento e, de certa forma, “decidir” o futuro do país. Apesar de rua elegante, onde as damas do *high life* ostentavam ricas *toilettes*, por ali transitavam pessoas de outros segmentos sociais, como capoeiras e escravos, por exemplo, que se constituíam como o contramodelo de transeunte desejado. A partir desse *locus*, estendemos a análise para algumas instituições, sempre pensando no grau de importância que representariam para o bom funcionamento de uma sociedade.

No segundo tópico, intitulado “Entre a palmatória e o chicote: práticas pedagógicas na capital civilizada”, nos debruçamos sobre um conjunto de crônicas em que o jornalista expõe as fragilidades do sistema educacional e a ineficiência dos agentes integrantes da instrução pública: alguns tipos de alunos e de professores. Em uma dessas crônicas, as críticas recaem sobre a legislação educacional e a suposta inferioridade intelectual dos brasileiros. No mesmo texto, Artur Azevedo demonstra seus receios de que, por conta dos dados estatísticos acerca do analfabetismo, passássemos vergonha diante do estrangeiro, na grande Exposição Universal que se preparava em comemoração ao centenário da Revolução Francesa.

O terceiro tópico, intitulado “„Dize tu, direi eu“: práticas políticas no Rio de Janeiro imperial” elenca alguns posicionamentos de Artur Azevedo frente às questões políticas da época. Salvo raras exceções, as autoridades políticas eram apresentadas de forma bastante negativa, o que se confirma pelas constantes reclamações que ele fazia acerca do desleixo administrativo. Apesar da descrença na política, recriminava a indolência, ou desinteresse dos eleitores, quando não exerciam seus direitos de participação política, numa época em que o sistema eleitoral era consideravelmente excludente: analfabetos, escravos e mulheres não tinham direito ao voto. Tentamos mostrar que aquele claro desinteresse dos poucos eleitores se dava em razão das patifarias nas casas de parlamento.

No quarto tópico, denominado “Sob a tutela dos bacharéis: práticas jurídicas na capital do Império”, nos debruçamos sobre um conjunto de crônicas em que as decisões do tribunal do júri foram alvo dos comentários de Artur Azevedo. Com base nas recriminações do cronista acerca de tais deliberações e na recuperação de datas e fatos históricos, sempre por meio dos periódicos e das seções destinadas a divulgar as sessões de julgamento e seus respectivos resultados, reunimos elementos que colocam em evidência as inconsistências e fragilidades da justiça da época. Esse conjunto de textos

revela a descrença do cronista em relação a uma instituição em cujas mãos estava o poder de decidir o futuro de todos, fossem eles “bons cidadãos”, senhoras cruéis, como Francisca da Silva Castro, ou capadócios, como Vicente Calças-largas. A absolvição de Francisca de Castro, senhora que havia assassinado cruelmente sua escrava, foi considerada tão escandalosa a ponto de ser lembrada na revista de ano *Carioca*.

O quinto tópico, “Sob o reinado de nagôas e guaiaumus: segurança na capital do Império” aborda o tema da segurança pública, muitas vezes comprometida por desordeiros integrantes de duas maltas de capoeiras (nagôas e guaiaumus) ou por uma força policial truculenta e ineficiente. Como ocorre com outras instituições, os agentes do então chefe de polícia da Corte, Dr. João Coelho Bastos, aparecem ridicularizados e, podemos dizer, desmoralizados pelo cronista.

No sexto e último tópico da análise, “Maracutaia e proteção: os eleitos da elite imperial”, decidimos incluir algumas crônicas em que Artur Azevedo comentou e criticou, com certa indignação, casos de apadrinhamento, proteção ou favor em instituições do império como a Academia de Belas Artes, a Faculdade de Medicina e o Conservatório de Música.

Para finalizar, lembramos que todas crônicas utilizadas na tese encontram-se anexas em CD. No processo de transcrição, optamos pela atualização da escrita, seguindo o novo acordo ortográfico, e pela manutenção da pontuação.

CAPÍTULO I

ARTUR AZEVEDO, A IMPRENSA E A CRÔNICA

Este primeiro capítulo será dedicado a uma breve apresentação de Artur Azevedo, compreendendo um arco de tempo que começa com sua mudança do Maranhão para o Rio de Janeiro (1873), aos dezoito anos, e contemplando de forma panorâmica sua trajetória profissional, pelo teatro e pela imprensa, até sua última colaboração em periódico, quando morre aos 53 anos, em 1908. Na sequência, faremos uma exposição dos dois periódicos fluminenses no qual ele colaborou com a seção “De palanque”, de junho de 1885 a janeiro de 1889: o *Diário de Notícias* e as *Novidades*. Essa exposição contempla também uma passagem, que não se pretende exaustiva nem completa, por algumas seções veiculadas em ambos os periódicos, assinadas por diferentes pseudônimos. Um passeio por essas seções, mesmo que sucintamente, nos permite conhecer melhor as características estilísticas dos tipos de colaboradores que colocavam seus talentos a serviço das duas empresas jornalísticas em apreço. Na mesma medida, nos permite conhecer de forma mais pormenorizada o espaço de circulação das crônicas que compõem nosso *corpus*. Em seguida, apresentamos a “De palanque”, destacando alguns procedimentos textuais utilizados por Artur Azevedo na redação de suas crônicas, assim como características gerais dessa seção. E por último, faremos algumas considerações acerca do gênero crônica.

1 – Artur Azevedo, um crítico em prosa e verso

O pendor de Artur Azevedo para as letras foi revelado desde tenra idade, ainda na pacata cidade de São Luís, onde, aos nove anos de idade, escreveu sua primeira peça de teatro – o drama *Trinta contos de réis* –, cuja representação se deu em um salão no fundo do quintal de casa. Na “Atenas Brasileira” também escreveu e publicou seus primeiros versos satíricos, afrontando alguns figurões de grande influência na política local. Quando veio para o Rio de Janeiro, em 1873, além de muitos sonhos, o jovem trazia na bagagem algumas cartas de recomendação, sonetos e uma cópia da sua primeira comédia, *Amor por anexins* (MAGALHÃES JUNIOR, 1966, p. 14-16).

Ao chegar à capital do Império recebeu o apoio de um conterrâneo, Joaquim Serra, que lhe arranhou um posto de revisor e tradutor de folhetins, no jornal *A Reforma*, onde ocupava o cargo de diretor. A colaboração nesse jornal significou o começo de uma longa carreira de intenso labor jornalístico, que duraria até o ano de 1908, quando

faleceu na então capital federal. Com o trabalho na imprensa, conciliou, a partir de 1875, a carreira de funcionário público, no mesmo órgão em que trabalhava o romancista Machado de Assis (MAGALHÃES JÚNIOR, p. 151). O tempo que lhe sobrava, se é que sobrava, era empregado na concepção de peças de teatro, contos e poesias, estes últimos publicados em vários jornais e revistas. Foi também um incansável tradutor, inclusive, de Molière.

Em 1885, muita coisa já havia mudado. De jovem sonhador que se embevecia passeando pela famosa e movimentada rua do Ouvidor, Artur Azevedo transformava-se no jornalista e no dramaturgo respeitado e consagrado, colaborador de vários jornais e autor de peças de sucesso como as comédias e operetas *Uma véspera de Reis* (1875), *A filha de Maria Angu* (1876), *A princesa dos cajueiros* (1880), *A casa de orates* (1882), *A flor-de-lis* (1882), escrita em parceria com Aluísio Azevedo, *A mascote na roça* (1882), e as revistas de ano *O mandarim* (1883) e *Cocota* (1884)⁵.

Mas outros sucessos ainda viriam. Em 29 de janeiro de 1886, estreou no teatro Lucinda, com grande sucesso de público, *O bilontra*, revista de acontecimentos de 1885, escrita em parceria com Moreira Sampaio. A boa aceitação, por parte da crítica, pode ser avaliada por um texto publicado na *Gazeta de Notícias*, em que o autor chamava atenção para o aspecto da sala, onde se viam: “Camarotes, plateia e jardim, [...] apinhado de espectadores, muitos dos quais, pela posição em que se achavam, talvez não pudessem lobrigar nem uma nesga do palco”. Quanto ao texto, a revista era “bem arquitetada e engendrada com habilidade”. Possuía “um enredo que daria mesmo para um drama regenerador, destinado a corrigir os costumes, premiando a virtude e castigando o vício” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 31/01/1886).

O *Diário de Notícias*, em que Artur Azevedo colaborava à época, publicou também um longo texto a respeito da noite de estreia, confirmando as palavras do articulista da *Gazeta de Notícias*: o teatro Lucinda apresentava “um aspecto de deslumbramento festivo: camarotes, varandas, cadeiras estavam literalmente cheios do que de melhor encerra a sociedade fluminense; não só no jardim, mas nos corredores do teatro, havia uma massa compacta de povo, que se aglomerava numa promiscuidade original, ansioso, sôfrego por ver o *Bilontra*” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/01/1886). O sucesso da revista pode ser medido ainda pela quantidade de representações, algo em torno de 50, apenas nesta primeira fase. Enquanto estava em cartaz, o próprio *Diário*

⁵ Cf. Antônio Martins de Oliveira, *Teatro de Artur Azevedo* (1983, 1985, 1987 e 1995).

publicava trechos todos os dias, numa espécie de folhetim, porém na parte superior do jornal. Tal prática talvez possa ser considerada como um sintoma do prestígio de que Artur Azevedo contava na imprensa, pois no outro jornal contemplado nesta tese, as *Novidades*, onde o jornalista maranhense também colaborou por um período, mantinha a mesma prática de publicações seriadas de suas revistas em cartaz.

No mesmo ano de 1886, mais especificamente em 19 de março, no teatro Sant'Anna, sobe à cena a opera-cômica *A donzela Teodora*, libreto de Artur Azevedo, com música de Abdon Milanez. O libreto era “engraçadíssimo” e a música denunciava o autor “como revelação de um verdadeiro „querido“ da Arte”, a quem o público fez uma “ovação extraordinária, chamando-o ao proscênio inúmeras e repetidas vezes” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/03/1886). Para o autor da seção “Teatros e...”, da *Gazeta de Notícias*, o libreto, conquanto fosse de “uma grande simplicidade”, era “engraçado”, e oferecia “vasto campo para o desenvolvimento das qualidades musicais do estreante compositor”. A música era a “revelação de um grande talento musical” e produzia “a mais agradável sensação” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 21/03/1886). No final de abril já contava com dezesseis representações.

Para aumentar a lista de sucessos, em 31 de dezembro de 1886, a revista de ano *Carioca* estreou no teatro Pedro II, sob responsabilidade da companhia Braga Júnior. Como era de praxe, dois dias após a estreia, a imprensa se pronunciava a respeito, contando o enredo, descrevendo os cenários, comentando o desempenho dos artistas e “teorizando” sobre o gênero. Para o *Diário de Notícias*, a revista é “um composto de fatos diferentes, de episódios sem alguma ligação”, sendo, porém, “necessário prender a um centro qualquer ao redor do qual se movam todos os elementos dispersos”. Em tal gênero, “convém mais utilizar-se dos fatos do ano, de modo a que não seja ninguém ofendido, mas que ao primeiro relance o espectador compreenda logo do que se trata e isto deve ser feito com espírito, com graça, com sentimento apropriado ao caso”. A revista era “bem escrita e agradou geralmente”. Augurava-se para ela uma “bonita carreira” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02/01/1887).

A *Gazeta de Notícias* também publicou seu texto crítico em 02 de janeiro de 1887, destacando a competência dos autores, Artur Azevedo e Moreira Sampaio, as qualidades da peça e o fato de a revista ser perfeitamente inofensiva na caracterização dos tipos ali retratados. No entanto, diferentemente de *O bilontra*, o *Carioca* não passou incólume pela imprensa. Pelas colunas do *Jornal do Comércio*, dizia-se que um dos

seus quadros teria sido plagiado da mágica *Princesa Flor de Neve*, do português Eduardo Garrido. O autor dos boatos era o latinista Castro Lopes, com quem Artur Azevedo repetidas vezes trocava farpas. Entretanto, as acusações pareciam ter origem em questões pessoais: em dezembro de 1886 o redator da “De palanque” havia feito duras observações acerca da peça *Pintar o padre*, de Domingos de Castro Lopes, filho do latinista. Ferido em seus brios de pai, Castro Lopes resolveu vingar a honra artística da cria, cuja obra estava, segundo Artur Azevedo, “abaixo da crítica”. Um agravante para a situação era o fato de o próprio latinista ter sido caricaturado na revista, como o Doutor Sá Bichão. Começa então uma verdadeira peregrinação de Artur Azevedo para livrar-se das acusações, salvando assim sua reputação profissional. Seu desejo era encontrar as pessoas em cujo poder estava a mágica supostamente plagiada, para que cedessem o manuscrito, possibilitando aos acusados fazerem uma leitura pública de ambas as peças e mostrar que não houve plágio. Tais pessoas deveriam também afirmar, “sob palavra de honra”, que Artur Azevedo e Moreira Sampaio nunca tinham lido o manuscrito da peça de Garrido.

Ainda sobre os acontecimentos do ano de 1886, Artur Azevedo e Moreira Sampaio escreveram uma segunda revista, *Mercúrio*, cuja noite de estreia se deu em 16 de março de 1887, no teatro Lucinda. Como as anteriores, foi bem recebida pela crítica. O crítico da *Gazeta de Notícias*, na seção “Teatros e...”, mostrava suas impressões aos leitores, lembrando que, algumas vezes, os autores tinham levantado queixumes sobre a mordacidade de sua crítica, mas com a nova revista do Lucinda era diferente: “Parece escrita com água de rosas, a nova revista. As alusões são sutis, e algumas passariam despercebidas, se os autores não lhes dessem uma tal ou qual personalização”. No desfilar dos acontecimentos no palco, o espectador ouvia “comentários engraçados e inofensivos”. O articulista argumentava também que a maior parte dos acontecimentos haviam sido tratados com “boa crítica” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18/03/1887).

Com sucesso também foi recebida, em 3 de janeiro de 1888, no teatro Lucinda, *O homem*, revista dos acontecimentos de 1887, escrita em colaboração com Moreira Sampaio. Naquela época, Artur Azevedo havia se mudado para o jornal das *Novidades*, com a sua “De palanque” e, enquanto a revista estava em cena, o jornal vespertino publicava-a em folhetim. Da *Gazeta de Notícias*, o articulista lembrava que “o esqueleto da revista” havia sido “tirado do romance de mesmo título, de Aluísio Azevedo”. Infelizmente, os fatos mais importantes, relacionados à política, haviam sido censurados

pela polícia. O jornalista argumentava ainda que, em geral, a crítica era “benévola e inofensiva, mas quase sempre espirituosa” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 05/01/1888).

Já na apreciação do crítico da seção “Ecos e notas”, da antiga casa de Artur Azevedo, o *Diário de Notícias*, encontramos mais recriminações que elogios. Começa a apreciação falando sobre a afluência do público ao Lucinda: o teatro estava literalmente cheio de espectadores, que esperavam curiosos a exibição da revista. Nem mesmo a chuva que caía copiosamente na noite de estreia fora suficiente para deixar as pessoas em casa. No que se refere ao texto propriamente dito, “O primeiro ato e a metade do 2º” eram movimentados e traziam “o público em constante atenção e hilaridade”, depois caía sensivelmente, encontrando-se no 3º “pedaços extraordinariamente maçantes”. Na sequência, o articulista fazia duras críticas aos autores pelo esforço empregado em ridicularizar o quanto fosse possível o *Diário de Notícias*, “que teve sempre para com suas senhorias o mais correto proceder e cujas páginas serviram de veículo à prosa cotidiana de um deles” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/01/1888). Se Artur Azevedo era ingrato, as palavras do articulista não podem deixar de ser consideradas tendenciosas em defender a empresa para a qual trabalhava, o que pode ser visto pelo trecho a seguir:

Em suma: a revista *O homem* não sendo, como não é, uma peça literária de valor estável e duradouro, contentou-se em ser um esplêndido *réclame* ao romance de que tirou o nome (e que não precisava de *réclame*), aos jornais em que escreveram os autores e ao em que têm vontade de escrever (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/01/1888).

Para suavizar as críticas negativas que permeavam o texto, o articulista profere vários elogios à *mise-en-scène*, aos coros e ao desempenho dos artistas. Todas as observações feitas na referida seção, que não trazia assinatura alguma, foram rebatidas por Artur Azevedo, na “De palanque” de 07 de janeiro. Apesar das críticas desferidas pelo colaborador do *Diário*, até 06 de fevereiro, a revista contava com trinta e quatro representações, sendo que esta seria a última, segundo a empresa.

Como podemos inferir, paralelamente ao sucesso e ao reconhecimento da capacidade profissional e artística do dramaturgo maranhense, vinham os dissabores. Cumpre lembrar que Artur Azevedo vivia em um momento de grande aceitação das plateias pelos chamados “gêneros ligeiros” – a mágica, a opereta e a revista de ano. Por essa razão, convencionou-se dizer que a cena dramática nacional passava por um momento de “degeneração” iniciado com a criação do Alcazar Lírico, em 1859, trazendo um repertório pleno de canções, cenas cômicas, duetos cômicos e pequenos *vaudevilles*. A chegada da nova casa de espetáculos tornou-se ainda mais indesejável

por representar um forte concorrente para o Teatro Ginásio Dramático, fundado no ano de 1855, por Joaquim Heliodoro Gomes dos Santos. Com a inauguração dos trabalhos dessa nova casa estava dado o passo inicial para a sonhada renovação na dramaturgia, até então sob o reinado de João Caetano dos Santos, que mantinha no teatro São Pedro de Alcântara uma companhia dramática com um repertório rico em dramalhões, e um modo de interpretação considerado anacrônico (FARIA, 2001, 1993).

No entanto, o teatro cômico e musicado venceu tanto o teatro de intenção moralizadora, do Ginásio, quanto o de feição romântica, de João Caetano. Em 1865 aportava no Alcazar a opereta *Orphée aux enfers*, com grande aceitação do público. Para termos uma ideia, o extraordinário sucesso a fez ficar em cartaz durante todo o ano. Previsivelmente, logo foi parodiada e adaptada à cena brasileira. O próprio Artur Azevedo, após se dedicar a algumas paródias, nacionalizou o “cupim do drama”⁶, começando com *A filha de Maria Angu* (1876), à qual seguiram *A casadinha de fresco* (1876) e *Abel Helena* (1877). O processo de nacionalização se completou com *Os noivos* (1880) e com *A princesa dos cajueiros* (1880), encenadas em 1880 (FARIA, 2001).

Diante da vasta produção pautada nos gêneros de riso fácil, mais especificamente sobre a opereta e a revista de ano, Artur Azevedo acabou sendo apontado por críticos e homens de letras de seu tempo como o responsável pela suposta decadência do teatro brasileiro. Em meios às acusações, não raras vezes, foi obrigado a utilizar-se do espaço que dispunha na imprensa para responder seus desafetos, e chegava a argumentar que o que estabelecia a inferioridade das peças de teatro não era o gênero a que pertenciam, mas o modo como eram escritas. Não deixava de lembrar também que a solução para o problema da suposta decadência “seria a criação do Teatro Municipal, onde uma companhia dramática subvencionada poderia acolher os originais brasileiros com melhor qualidade artística” (FARIA, 2001, p. 177).

Apesar das acusações que sofria, pode-se dizer que Artur Azevedo nunca perdeu o bom humor. A veia irônica, satírica e sarcástica que permeava sua escrita, iniciada ainda na terra natal, se desenvolveu no Rio de Janeiro, podendo ser constatada em toda sua produção, seja como cronista, contista, poeta ou dramaturgo, como mostraremos de modo breve.

⁶ Expressão com que o redator da seção “Foyer”, do *Diário de Notícias*, se referia à opereta.

Em março de 1882 aconteceu no Rio de Janeiro o episódio que ficou conhecido como “o roubo das joias da Coroa”: ladrões entraram no Paço de São Cristóvão e foram aos aposentos do casal imperial, onde arrombaram um guarda-roupa e roubaram duas caixas contendo joias de grande valor (SCHWARCZ, 1998). Alguns jornais, como a *Gazeta de Notícias*, estampavam nas páginas grandes matérias com o título “Roubo no Paço de S. Cristóvão”, informando aos leitores minúcias sobre as investigações do caso. A própria imprensa tratou do caso com ironia e deboche, conforme podemos constatar neste trecho transcrito do jornal de Ferreira de Araújo, em que se narram as ações das autoridades policiais para recuperar as joias, depois de receberem uma carta anônima informando o local em que estavam enterradas:

Mas o Sr. Dr. chefe de polícia, animado de uma perspicácia sem igual, desde logo decidiu prestar inteiro crédito à informação anônima.

Chamou o tenente Lírio, e, disfarçando-se com umas barbas postiças e roupas que não são do seu uso diário, tomou um carro, para dirigir-se à quinta imperial.

O tenente Lírio também disfarçou-se; coube-lhe na diligência o papel de cocheiro, pois que o carro, sem condutor, levava-o apenas na boleia, com um casacão próprio de Automedonte e chapéu alto característico dos do ofício.

Em caminho da quinta imperial o Sr. desembargador chefe de polícia teve uma inspiração divina: passou pela casa de detenção e aí intimou ao porteiro a entregar-lhe o detento Manuel de Paiva, indiciado no crime de roubo das joias.

Recebendo no seu carro o indivíduo de nome Paiva, seguiu com o tenente Lírio – sempre no exercício das funções de cocheiro – para S. Cristóvão.

Penetraram na quinta, e, cautelosos, talvez receosos das consequências de uma indicação anônima, aproximaram-se da casa de Paiva. Em terrenos desta casa pararam todos. Era um lugar pantanoso, encharcado d’água.

O ativo e disfarçado Sr. chefe de polícia, com os seus companheiros, não menos disfarçados, nem menos perspicazes, atiraram-se então a um trabalho extraordinariamente fatigante, eles próprios, empunhando instrumentos pesados, entraram a fazer escavações, e pouco depois a sua perspicácia e atividade recebia o justo prêmio de um árduo e pesado labor (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28/03/1882).

Curiosamente, após seguirem as indicações da carta anônima e encontrarem as valiosas peças, o chefe de polícia mandou expedir alvará de soltura para os três presos suspeitos de envolvimento, sem, contudo, dar prosseguimentos às investigações. O escândalo ganhou maiores proporções porque se dizia que um dos envolvidos no furto era criado particular do monarca.

Artur Azevedo, que à época fazia parte da equipe de redatores da *Gazetinha*, de cuja fundação participou em 1880, também se ocupou do caso nas colunas do referido periódico, publicando entre os dias 31 de março e 5 de abril de 1882, ou seja, logo após a resolução do caso, a opereta-bufa *Um roubo no Olimpo*, na qual põe em cena

personagens mitológicos. Na cena I do 1º ato, os leitores/espectadores viam um diálogo revelador das relações entre o imperador (Júpiter) e seu criado (Mercúrio):

ATO I
Um aposento particular de Júpiter. Ao fundo, um armário.
CENA I
JÚPITER, depois MERCÚRIO

JÚPITER – Digam lá o que quiser: bela coisa é reinar!
MERCÚRIO (*Entrando*) – Pai dos deuses, salve!
JÚPITER – Esperava-te ansioso, alado mensageiro dos meus amores!
MERCÚRIO – Silêncio, *sire*; as paredes têm ouvidos. Juno pode estar por aí.
JÚPITER – Nada receies... Foste a Tebas? Falaste à mulher do General Anfitrião?
MERCÚRIO – Sim, onipotente Jove: Alcmena, além de ser a mais bela tebana que Apolo ilumina, é o maior monstro de virtude que pisa a terra.
JÚPITER – O que me dizes?
MERCÚRIO – O que te digo. Ali não arranjás nada. Prometi tudo em teu nome: a Pasta da Guerra ou a nomeação de Marechal de Exército para o marido, um título de viscondessa... Nada! Alcmena, *sire*, não sacrifica a Vênus (AZEVEDO, 1985, p. 77)⁷.

Na cena II, quando Mercúrio fica sozinho, Artur Azevedo resolve logo o mistério do sumiço das joias e mostra o personagem roubando-as: “É preciso mostrar que o deus dos ladrões é também o ladrão dos deuses”. Rouba o cofre e esconde-o no manto. Em seguida, entra Juno e revela outro fato importante: não gosta de Mercúrio pelo fato de ele ser cúmplice nos amores de Júpiter. Apesar de a cena se passar num ambiente nobre, em que tomam lugar pessoas nobres, a linguagem é estranha a esse meio: “Tu, sim, meu cara de fuinha, meu pé-com-asas”. “Tu sabes que o meu marido é da pá-virada” (AZEVEDO, 78-83).

Em muitas situações, o humor era utilizado como recurso para suavizar o tom carregado de textos que geralmente tratavam de assuntos desagradáveis. O soneto abaixo foi inserido com essa função, numa ocasião em que o jornalista se voltou para o caso de um senhor que teria supostamente enlouquecido após vender um escravo, a quem queria bem como se fosse um irmão. Como estratégia para se isentar da autoria, argumentava que o soneto havia sido furtado da “pasta de um poeta obscuro”⁸. Os versos contam a história de uma empregada doméstica que fugiu da casa em que trabalhava, tendo mudado de classe social, após casar-se com um súcio, jogador, agiota e falsificador de dinheiro:

⁷ Todos os trechos de peças de Artur Azevedo citados nesta tese foram retirados da coleção *Teatro de Artur Azevedo*, organizada por Antônio Martins de Araújo, em seis volumes, e publicada com as seguintes datas: 1983, 1985, 1987, 1995.

⁸ Esta estratégia era usada costumeiramente por Artur Azevedo. Cf. Magalhães Júnior, 1966.

Mandei um dia a Brígida ao mercado,
 E ela um súbio encontrou na rua, e logo
 Sentiu por ele arder o peito em fogo,
 E com ele *azulou* de braço dado.

Soube que haviam – Parabéns! – casado
 E sustentavam casa em Botafogo:
 Da loteria no acoimado jogo
 Muitos contos de réis tinham tirado.

Ele abriu espelunca de agiota,
 E há quem diga e sustente que o patife
 De moeda falsa os mundos abarrota.

Ela, que outr’ora me batia o bife
 Hoje é senhora baronesa, e arrota
 Que é convidada aos bailes do *igue-life* (AZEVEDO, 21/09/1885, *grifo do autor*).

No final do soneto, com vistas a suscitar o riso no leitor, o autor estiliza parodicamente a pronúncia de Brígida, ex-empregada doméstica, às voltas com a expressão inglesa *high life*. Com esse recurso, produz a rima do primeiro com o último verso do segundo terceto e, ao mesmo tempo, marca uma diferença entre a situação antiga (quando Brígida batia o bife, ou seja, quando ainda era empregada doméstica) e a nova (quando a personagem participa de bailes nos salões elegantes do aristocrático bairro de Botafogo). O ato de “arrota” é representativo do orgulho ostentado pela ex-empregada doméstica, na nova condição de senhora da “boa sociedade” fluminense. O soneto pode ser concebido também como uma crítica ao perfil dos honrados cidadãos que conseguem títulos nobiliárquicos, já que Brígida agora é baronesa. Não podemos nos esquecer do caso do comerciante português logrado pelo espertalhão Lima e Silva, que lhe vendeu um falso título de barão, virando motivo de deboche na imprensa e no teatro.

Em *Artur Azevedo: a palavra e o riso* (1988), Antônio Martins mostra como o cronista escarnecia da decisão da polícia ao recrutar os temíveis e arruaceiros capoeiras para compor a Guarda Nacional:

Os capoeiras *tremebundos*
 Ao exército chamados,
 Em vez de vagabundos,
 São soldados.

Já, graças aos ex-vadios,
 Podemos entrar em guerra,
 Estarão salvos os brios
 Desta terra!

Temos a flor dos governos!
Isto sim, isto é que é tropa!
Podemos até bater-nos

Coa a Europa! (AZEVEDO *apud* MARTINS, 1988, p. 24, *grifos do autor*).

O apelo ao cômico é também recorrente nos muitos contos que Artur Azevedo publicou ao longo da vida. Em “Que espiga!”, por exemplo, o satirista narra o infortúnio de um rapaz míope na noite de núpcias:

Na alcova:

– Despe-te, meu anjo – disse Paulino tirando a casaca.

Clarimunda obedeceu prontamente. Tirou o vestido. Tirou o corpinho. Tirou... os seios... que eram de borracha. Tirou a anquinha. Ficou em camisa. Mais. Tirou a cabeleira: era calva. Tirou o pincenê. Tirou um olho de vidro: era zarolha. Tirou os dentes: era desdentada!

Paulino ficou abismado diante daquela nova edição.

Abismado, e disposto... a não tirar coisa alguma.

Pela primeira vez, em presença de Clarimunda, deitou óculos – uns óculos reservados, no fundo da algibeira, para as grandes situações.

E uma ideia súbita iluminou-lhe o cérebro... Vestiu a casaca e pôs o chapéu.

Agarrou no vestido, nas saias, no corpinho, nos seios de borracha, na anquinha, na cabeleira, no pincenê, no olho de vidro, na dentadura...

Agarrou em tudo isso e foi bater à porta do sogro (AZEVEDO, 2008, p. 289).

Desde o primeiro encontro dos amantes até a data do casamento, havia se passado apenas quinze dias. Paulino, apesar de ser “muito curto da vista”, insistia em não usar os óculos e “gabava-se de ver mosquitos na lua”. Por essa razão, o sogro já esperava a reação do genro e, conseqüentemente, a devolução da filha. Ao vê-lo sair, exclama, coçando a cabeça: “– Caramba! Aquela pequena era um azougue!”. O riso se instaura quando o narrador esclarece que o sogro de Paulino era espanhol e pronunciava o “z” com som de “c” cedilhado, o que equivale a dizer que sua filha era um “açougue”.

Nas crônicas também são bastante evidentes as características de escritor cômico, debochado e sarcástico, como podemos ver no trecho abaixo, escrito por ocasião do período de convalescença da Imperatriz Teresa Cristina que, naquela ocasião, havia sofrido uma queda e machucado o braço:

O obscuro herói do palanque nunca teve sequer a honra de falar à virtuosa princesa; vota-lhe, porém, a mais espontânea e respeitosa simpatia, e aproveita a ocasião para visitá-la... de longe, fazendo votos para o seu completo restabelecimento.

Os boletins de S. Cristovão tranquilizam-nos, felizmente, a respeito do estado de saúde de Sua Majestade. Mas quando assim não fosse, não sofreriam os pobres, de muito habituados à magnanimidade da Imperatriz. O braço ofendido não foi o das esmolas (AZEVEDO, 28/10/1885).

Bastante comuns eram também as respostas debochadas a aspirantes a poetas que, não raro, lhe enviavam versos de pé quebrado⁹ e que o cronista destinava à sua cesta de “papéis inúteis”:

- O Sr. I. de L. manda-me um imbróglio que eu não consegui perceber.
- O Sr. *Solidário* pede o meu parecer sobre uma poesia intitulada *Oh! basta! suspende!* – e respondo-lhe com o próprio título da sua composição.
- O Sr. *Fulano de Tal* envia-me um soneto que compôs aos 15 anos de idade. Não o publico porque não quero fazer exposição de trabalhos de meninos prodígios (AZEVEDO, 08/01/1887).

Entre agosto de 1906 e outubro de 1908, Artur Azevedo publicou no vespertino *O século*, uma série de sainetes em uma seção a que deram o nome de “Teatro a vapor”. Na edição de número 600, que circulou em 21 de outubro de 1908, era publicado o texto intitulado “A despedida”, contando os apuros de Henriqueta e seus três filhos, preocupados com Hermenegildo, o pai de família que, contrariamente ao hábito de sair depois do almoço, naquele dia trancara-se no gabinete. Para acirrar ainda mais os ânimos, depois de algum tempo trancafiado, o funcionário público sai do gabinete, entrega o testamento à esposa e faz-lhe algumas recomendações. Em meio ao desespero dos filhos e da mulher, Hermenegildo afirma o motivo do testamento, bem como das recomendações feitas:

HERMENEGILDO – Não! Nunca! Os meus papéis estão todos em ordem. A apólice do teu seguro de vida está no cofre. A Funerária fará o meu enterro. Todas as indicações estão na gaveta do meio. (*Recrudesce a choradeira*)
 A SENHORA (*Debulhada em lágrimas*) – Mas onde vais tu, Hermenegildo?
 HERMENEGILDO (*Com um suspiro*) – Vou tomar o elétrico da nova linha de São Januário (AZEVEDO, 1995, p. 517-518).

O autor quebra a perspectiva inicial criada com o título e com as falas dos personagens, e instaura o riso mostrando que toda a precaução de Hermenegildo era em função de uma prática muito comum na vida dos habitantes da capital federal: fazer uma viagem de bonde. No entanto, é preciso que o leitor tenha conhecimento de que o texto se configura como uma crítica ao sistema de transportes públicos, que desde o período imperial provocava acidentes com vítimas fatais.

Curiosamente, no dia subsequente à publicação do referido sainete, o dramaturgo dava o último suspiro, às 9h e 45min, em sua casa, no campo de São Cristóvão, 82. “Artur Azevedo não tomou o bonde de S. Januário, mas tomou o comboio que nos leva para a derradeira viagem”, assim argumentava o jornalista encarregado de escrever o necrológio ao ilustre falecido. Com o seu passamento,

⁹ Ao usar essa expressão, Artur Azevedo está se referindo a versos mal feitos.

“desaparece o mais popular dos escritores brasileiros, o prosador singelo, espontâneo, fluente e inesgotável, lido e apreciado por toda a gente, desde os que sabem simplesmente ler até os seus confrades do principado das letras pátrias”. Desaparecia também um poeta dos mais finos e delicados, o cronista de todos os dias e o funcionário público dos mais honrados. Era um homem bondoso, sempre disposto a atender a todos que o procuravam (O SÉCULO, 22/10/1908).

Em 23 de outubro, a *Gazeta de Notícias* estampava, na primeira página, uma grande foto de Artur Azevedo, acompanhada de um extenso necrológio. Era um “caso de precocidade literária”, afirmava o articulista. Aos quatro anos já sabia ler, e aos nove, “fazia versos e compunha comédias e dramas”. Aos quinze anos, “dava ao público o *Amor por anexins*”, comédia que contava à época, “em teatros do Brasil e de Portugal, um sem número de representações”. Considerava-o “o continuador de Martins Pena”, era “o mestre do teatro, o „conteur“, o poeta, o folhetinista”, que se tornou “e era, talvez, o mais popular dos escritores brasileiros, quer no Brasil quer em Portugal, onde algumas das suas peças foram representadas com grande êxito”. Em seguida, chamava atenção para as características estilísticas da produção do cronista pranteado:

O seu nome era querido, estimado e prezado por quantos soubessem ler, e como o hábito de fazer teatro obrigava-o a ter na crônica e no verso uma naturalidade de quem conversa, uma ironia a Heine, os seus deliciosos versos e as suas crônicas tinham um ar familiar e íntimo que prendia e empolgava (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/10/1908).

Não se esquecia de chamar atenção para a “generosidade jamais vista para quantos dele se aproximavam”. A todas as qualidades, acrescentava ainda outra: o patriotismo. Era um “patriotismo racional feito de amor ao progresso, às virtudes, à terra, às tradições”. Suas peças, escritas num período em que nossa literatura era uma “grande forja de pastiches, da França,” eram a “reprodução mais exata da vida nacional”. Se no verso talhado da ironia sentimental de Heine, Artur não deixava rival para o teatro nacional, então a perda era colossal. Seus versos lembravam Banville, suas peças lembravam Aristófanes (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/10/1908).

Foi efetivamente um homem do teatro e da imprensa, colaborando, ao longo da vida em diversos jornais e revistas, cuja lista seria exaustiva e fatigante, porque atendia prontamente a todos os convites de colaboração, fosse em jornais importantes, fosse em folha secundária, segundo Magalhães Júnior (1966). Apesar disso, seu biógrafo tentou elaborar uma relação de alguns desses periódicos, na qual aparecem os já citados *Diário de Notícias*, jornal das *Novidades* e *O século*, e vários outros jornais e revistas, como

Diário do Rio de Janeiro, Gazeta da Tarde, Correio do Povo, O País, A Notícia, O Mequetrefe, Pena e Lápis, A Época, O Besouro, O Dia, Folha Nova, Correio da Manhã, Distração, A Vespa, Renascença, Kosmos, O Teatro, Revista Brasileira, O Mercantil, Século XX, Revista dos Teatros, Vida Moderna, A Estação, O Rio Nu, etc. Com a ajuda de Aníbal Falcão, fundou o jornal *Gazetinha*, em 1880. De algumas dessas revistas, como *Vida Moderna* e *O Álbum*, participou da fundação (MAGALHÃES JÚNIOR, 1966).

2 – Um passeio pelos periódicos: *Diário de Notícias e Novidades*

Em agosto de 1887, Artur Azevedo utiliza todo o espaço de sua “De palanque” no jornal *Novidades* para saudar a *Gazeta de Notícias* pelo seu décimo segundo aniversário:

Não quero ser o último a saudar a *Gazeta de Notícias*, que hoje faz anos, e dela escrevo com a satisfação de quem, a contar de seu primeiro número, a contar de 2 de agosto de 1875, assiste às suas vitórias, desde a primeira, que foi pôr a tostão o *Jornal do Comércio*, dantes vendido a pataca, até a última, que foi fazer senador o Sr. Cesário Alvim – pois não me parece que, depois da leitura das *Coisas políticas* de ontem, a Princesa Imperial Regente escolha outro (AZEVEDO, 02/08/1887).

Como homem de letras, frequentador assíduo das rodas de conversas nos cafés e confeitarias do Rio de Janeiro, Artur Azevedo acompanhou a “existência embrionária da *Gazeta*, discutindo muitas vezes, com os próprios interessados, o êxito provável da empresa”. O tipo de empresa empreendido por Ferreira de Araújo em 1875 já havia sido tentado quando se inaugurou na capital do Império um periódico chamado *Diário de Notícias*, copiado de um homônimo de Lisboa. Era uma folha “ligeira, barata, bem informada e atonetadinha de novidades”, que “não podia deixar de agradar a uma população considerável, não habituada ainda a procurar literatura na imprensa periódica”. No entanto, devido “às mãos imperitas” que a administravam, “morreu de morte macaca”. A lacuna deixada pelo primeiro *Diário de Notícias* deveria ser preenchida por “uma folha do mesmo gênero, porém bem feita”. Essa folha foi a *Gazeta de Notícias*, que significou um divisor de águas na imprensa brasileira:

O público – pudera – atirou-se aos primeiros números da *Gazeta* como gato a bofes; a *Gazeta* era uma coisa que todos esperavam, e que tardava muito. Pode-se dizer, sem receio de errar, que raros são os habitantes desta cidade que não se acham no meu caso: há doze anos que todas as manhãs, invariavelmente, dou à *Gazeta* os meus dois vinténs. Aí estão cento e tantos mil réis bem empregados.

Nas águas do “comprador avulso” e do assinante, veio o anúncio, o rei Anúncio, o deus Anúncio, esse fantasma de ouro, essa visão caprichosa, que parece fugir quando o perseguem. Data daí a prosperidade da *Gazeta*, que nunca teve desfalecimentos nem receios. A sua fortuna tem sido sempre crescente (AZEVEDO, 02/08/1887).

O formato da nova folha, aliado ao baixo preço cobrado por número avulso – “miseros quarenta réis” – contribuiu consideravelmente para o processo de formação de um incipiente público leitor, haja vista que o barateamento previa estrategicamente a adesão de pessoas pertencentes às camadas de baixa extração social:

Lembra-me que, poucos dias depois de nascida, a *Gazeta* inseriu, noutros termos, a seguinte notícia, naquele tempo digna, realmente, de toda a publicidade: “Ontem foram vistos dois carregadores a ler a nossa folha!”. O comentário da notícia estava naquele ponto de admiração. Hoje o fato contrário causaria espanto; se a *Gazeta* dissesse: “Não foi ontem visto nenhum carregador a ler a nossa folha”, poderia acrescentar, não um, mas muitos pontos de admiração. Há doze anos não se liam jornais no Rio de Janeiro.

À *Gazeta de Notícias* devemos, por conseguinte, a benéfica revolução que se operou na nossa vida literária; a simpática folha fluminense pode dizer que não deve ao público, senão ao seu próprio esforço; o público, esse é que lhe deve muito, muito, muito (AZEVEDO, 02/08/1887).

As observações de Artur Azevedo nos dão uma ideia da importância da criação da *Gazeta de Notícias* para o desenvolvimento, assim como para as transformações por que passou a imprensa brasileira. Foi fundada por Ferreira de Araújo, Elísio Mendes e Manuel Carneiro, aos quais se juntaram os redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p. 117). Ferreira de Araujo era o homem de iniciativas saneadoras que reformou a imprensa do seu tempo, dando espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pela miséria e mesquinhas da política (SODRÉ, 2011, p. 333).

No primeiro número de circulação, o periódico renovador apresentou aos leitores um prospecto evidenciando suas intenções: contratar entregadores para fazer a distribuição do jornal, que seria vendido avulso também em vários pontos da cidade, incluindo quiosques, estações de bondes, barcas e em todas as estações da estrada de ferro D. Pedro II; oferecer aos assinantes informações comerciais que mais pudessem interessar aos leitores. Prometia ainda publicar diariamente um “folhetim-romance” e um “folhetim de atualidade”. “Artes, literatura, teatro, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02/08/1875). Não era uma folha política e por isso mesmo se propunha

a franquear suas colunas para todas as inteligências. Tencionava ainda, publicar todos os telegramas com notícias políticas e comerciais do Brasil e do estrangeiro.

Em rodapé, no “Folhetim da Gazeta de Notícias”, com o pseudônimo Lulu Sênior, Ferreira de Araújo dizia a que vinha o novo periódico:

De onde viemos? Da mocidade! Quem somos? A mocidade! O que queremos? Viver, mas viver moços, rindo, amando, crendo no que é bom e justo, respeitando o que merece respeito, desprezando o que deve ser desprezado, erguendo altares a quem for digno deles, abatendo as estátuas dos falsos ídolos, tendo uma mão o incenso para o talento e a virtude, na outra um chicote para os vendilhões do templo.

Não temos com isto a pretensão, nem encorajar os inteligentes e virtuosos, porque não precisam disso, nem de corrigir os maus, porque não somos a palmatória do mundo. A nossa pretensão é simples: dizer o que pensamos e sentimos, ser o que somos (LULU SÊNIOR, 02/08/1875).

As metas de circulação eram estabelecidas com base em dois periódicos europeus: o *Diário de Notícias*, de Lisboa e o *Petit Journal*, de Paris, que produziam tiragens de 30 e 100 mil exemplares, respectivamente. Diante desses dados, indagava-se sobre a que número de exemplares conseguiria chegar a *Gazeta de Notícias*.

O sucesso e a aceitação da *Gazeta* podem ser avaliados com base no aumento nas tiragens anuais. Não sabemos dizer qual foi a tiragem inicial, uma vez que nos primeiros meses de circulação essa informação não era fornecida no cabeçalho da folha. No entanto, a edição número 88, que circulou em 28 de outubro, indicava a contagem de 12 mil exemplares. No primeiro aniversário (1876) já estava com tiragem de 13.500 exemplares e no segundo (1877) chegava aos 16.000. Em 1878, 18.000. Em 1879 tirava 20.000 exemplares. Em 1880, 24.000 exemplares, mantendo este padrão até 1889. Neste mesmo ano, por ocasião do 14º aniversário, passou para 28.000. Em 1º de dezembro do mesmo ano passou a sair com uma tiragem de 35.000 exemplares.

O jornal de Ferreira de Araújo foi responsável pela criação de um “novo público leitor”, pela democratização da informação e pelos primeiros passos para a “formação de uma *opinião pública*” (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p. 118, *grifos do autor*). Era constituído geralmente por quatro páginas, contendo oito colunas cada uma, e impresso em tipos pequenos e entrelinhas simples. Valorizava a prestação de serviços e o entretenimento tanto quanto a informação. “As notícias propriamente ditas eram espalhadas pelo jornal, muitas vezes sem nenhum título que as identificasse”. Quando se tratava de notícias de outros lugares, fossem nacionais ou estrangeiros, “eram publicadas na coluna “Telegramas”, introduzidas pelo local e a data da mensagem recebida”. Dava “grande destaque à crônica, da qual eram publicados diversos

subgêneros: política, semanal, livre, impressões de viagem, etc. O folhetim, assinado por autores nacionais ou estrangeiros, saía geralmente no rodapé da primeira página”. “A prestação de serviços era realizada sob a forma de anúncios classificados, obituário, agenda de eventos sociais, resultados de loterias, etc.”. Ao menos duas partes do periódico eram dedicadas à publicidade, importante fonte de receita (SIMÕES JÚNIOR, 2007, p. 120-121).

Dez anos depois da reforma iniciada por Ferreira de Araújo, inaugurava-se o *Diário de Notícias*, nos mesmos moldes da *Gazeta*. Era uma fusão de duas outras folhas, *Brasil* e *Folha Nova*, que por questões financeiras não conseguiram se manter em circulação. Do grupo de sócios faziam parte Manoel Carneiro e Ernesto Sena, cujos nomes vinham encabeçando o nome da empresa. O escritório ficava localizado à rua do Ouvidor, 118. Da redação faziam parte Oscar Pederneiras, João Mendes, Francisco Guilherme dos Santos, Salvador Guilherme dos Santos, Eduardo Simões Ferreira e Artur Azevedo.

Infelizmente não tivemos acesso ao programa da folha já que as duas primeiras páginas do primeiro número estão mutiladas. Apesar deste obstáculo, conseguimos obter informações através de outros jornais que comentaram o acontecimento, como era de praxe quando do surgimento de um novo periódico:

Diário de Notícias – o novo colega, fez uma aparição brilhante. Traz novidades, artigos literários, artigos políticos de dois matizes, e promete, *de palanque*, dizer todos os dias sobre os acontecimentos de todos os dias. Resultado de uma combinação química de dois corpos que não se achavam positivamente em estado de ebulição, o nosso colega vem muito alegre, muito lampeiro e muito catita. Pois venha de lá esse abraço, e diga ao paginador que não repita a pilhéria de ontem, dividindo notícias do *Foyer*, de modo a fazer com que a opereta do Ricci, *D. Inês*, entre num processo com o maestro Gounod, obrigando-o a uma multa, e a esquecer a família, pátria e tudo... Fora isso e com franqueza: – parabéns (RIALTO, 08/06/1885).

Esse trecho foi publicado na seção “Entrelinhas”, assinada por Rialto, na *Gazeta de Notícias*, no dia imediato à “aparição” da nova folha. Na edição anterior, nas seções “Crônica semanal”, “Balas de estalo” e nas próprias “Entrelinhas”, todas desse mesmo periódico, fazia-se o necrológio da *Folha Nova* e do *Brasil*, progenitores da nova folha matutina. O *Jornal do Comércio*, outro periódico de grande circulação, também comentou o surgimento da folha de Manuel Carneiro e Ernesto Sena:

Promete-nos o perfeito serviço comercial do pai e o adiantado noticiário da mãe. Como este nos dará a notícia segura, pronta, minuciosa e como só ele a

“notícia imparcial”. Esta notícia imparcial vem preencher uma lacuna que de há muito se sentia no jornalismo.

Na redação também há muita novidade. Vejam: “*La grande marmière*, de George Ohnet, romance que está tendo aceitação não inferior ao seu célebre *Maitre de forges*”.

O seu *repórter* há de “ir a toda a parte com a atividade de um repórter e a maliciosa e alegre filosofia do diabo coxo: Montauray e Asmodeu”. Sendo assim tão fogoso, vai primeiro ao palanque (ESCARAVELHO, 08/06/1885).

O fragmento foi retirado da coluna “Psicologia da imprensa”, assinada por Escaravelho, pseudônimo de Luiz de Castro. Em ambos os fragmentos, a alusão à seção “De palanque”, assinada por Artur Azevedo, sobre a qual falaremos adiante.

Dois anos depois, por ocasião do segundo aniversário, a redação do *Diário* fez publicar um grande texto, lembrando as aspirações modestas, os “desejos sinceros” e a “força de vontade imensa” dos “homens de boa vontade” que puseram a folha em circulação. Aproveitaram a ocasião para transcrever o programa apresentado em 1885:

O programa do *Diário de Notícias* está resumido no seu próprio título. A notícia segura, pronta, minuciosa e, mais que tudo, imparcial, vai ser o objeto de todas as atenções desta empresa, que vem solicitar benévolo acolhimento, confiada tão somente na proteção e no favor do público. Reunindo os elementos mais populares de dois jornais favoravelmente acolhidos durante anos, mas que, talvez, não ofereciam suficiente alimento às exigências do leitor, espera o *Diário de Notícias* merecer ainda mais favor do que tinham a *Folha Nova* e o *Brasil*. Efetivamente, se aquela timbrava em apresentar o mais adiantado noticiário; se este possuía informações comerciais das mais completas; o *Diário de Notícias*, juntando desde já a esses elementos outros não menos valiosos e aplicando-se a explorar sem paixão nem parcialidade o campo ilimitado dos fatos, deve merecer o acolhimento que solicita e o que era dispensado aos dois diários que resume (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/06/1887).

O texto lembrava ainda que ao *Diário de Notícias* caberia “concorrer diretamente para a grande obra da transformação pacífica e civilizadora” por que estava passando o Brasil. A empresa destacava também o critério da imparcialidade, respeito à lei e garantia de liberdade:

Sem estarmos filiados a nenhum dos partidos militantes, nós conservaremos não uma neutralidade egoísta e quiçá cômoda, mas a imparcialidade na apreciação dos atos públicos dos diversos fatores políticos, aferindo-os, porém, todos pelo ideal, que temos, do que seja o amor pela ordem, o respeito pela lei, a garantia de todas as liberdades, e a repressão da licença, que suavemente se introduzem nas sociedades, a pretexto de *liberdade*.

Em política, no comércio, nas indústrias, em matéria religiosa e principalmente na imprensa e na tribuna queremos a mais completa liberdade, e para obter e conservar este sol da vida moral e intelectual dos povos empregaremos os máximos esforços e faremos todos os sacrifícios. Sem tolerância não há liberdade possível, e por isso o *Diário de Notícias* continuará a ser tolerante para com todas as convicções, como espera que

seus colegas e o público sejam para com o seu modo de ver e apreciar os homens e os acontecimentos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06/06/1887).

Após dois anos de fundação, a folha sentia-se moralmente forte para poder continuar na luta, sem outra preocupação que não fosse a de “servir leal e desinteressadamente à causa pública”, trabalhando por “todos os grandes progressos nacionais, quer no mundo intelectual, quer no moral ou material”. Todo esse esforço era necessário para que o Brasil conquistasse um lugar “na civilização geral deste século”. Por fim, o novo periódico pedia para que o público continuasse a apoiá-lo, comprando-o e lendo-o.

O *Diário de Notícias* começou a circular com uma tiragem de 20.000, chegando a 22.000 ao completar o primeiro aniversário. Continha 04 páginas, sendo publicado eventualmente em formato ampliado, com seis páginas. Dessas quatro páginas, duas eram dedicadas aos anúncios: lojas de moda, perfumarias, modistas, loterias, bebidas, muitos medicamentos, espetáculos teatrais, companhias de seguro, enfim, uma grande variedade de produtos e serviços. Inicialmente era dividido em sete colunas, passando em seguida para oito, como uma forma de melhor aproveitar o espaço. Era vendido a 40 réis o número avulso, o mesmo preço cobrado pelo periódico de Ferreira de Araújo.

Assim como a *Gazeta de Notícias*, valorizava entretenimento, prestação de serviços e informação. Uma das formas de entretenimento era a publicação de charadas, versos e folhetins. Na parte de prestação de serviços, a empresa apresentava anúncios classificados, agendas de eventos sociais, culturais e esportivos (a título de exemplo, as seções “Festividades e diversões”, “Foyer” e “Esporte”, respectivamente), previsão do tempo, obituário, avisos marítimos e resultados de loterias.

Também no quesito “prestação de serviços”, em 1886 vinha à lume uma coluna intitulada “Indústria nacional”, cujo objetivo era divulgar e incentivar os trabalhos daqueles que, “vencendo as dificuldades artificiais, criadas por uma legislação rotineira e atrasadíssima, praticam verdadeiros milagres para fazer vingar algumas indústrias”. Dizia-se que éramos uma nação fraca e pobre porque nunca se tinha cogitado fazê-la rica e forte pelo trabalho. Se os homens de Estado cuidassem, “não de reformar, mas de *concertar* a nossa terrível legislação, acomodando-a ao progresso e desenvolvimento da indústria, certamente nós não teríamos *déficit*, câmbio baixo, emprego-mania e outros males resultantes da falta de emprego” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/01/1886, *grifo do autor*).

As notícias de outras regiões eram publicadas na seção “Telegramas” ou vinham por meio da colaboração de correspondentes da empresa. Muitas dessas notícias eram distribuídas aleatoriamente na primeira página do periódico, sem título algum, porém, constantemente de modo cômico. Outras vezes, traziam títulos chamativos, como “Incêndio no Montepio”, “Ensino a bofetada”, “Drama em Niterói”, constituindo os *faits divers*. As notícias do mundo político local eram oferecidas sob rubricas do tipo “Crônica das câmaras”, “Parlamento”, em que os leitores podiam acompanhar os pontos discutidos nas sessões, inclusive as baixarias praticadas pelos políticos. As do judiciário eram reunidas sob a epígrafe “Júri”, onde se apresentava a agenda de sessões de julgamentos, bem como detalhadas descrições da lide forense.

Por se declarar um jornal imparcial, defendendo o direito à liberdade, franqueava suas colunas para os três partidos políticos da época: Conservador, Liberal e Republicano, que publicavam textos sem assinatura. No entanto, o ânimo dos colaboradores, ou a suposta generosidade dos proprietários, parece ter arrefecido depois de breve período, haja vista que no final de agosto de 1885 não registramos mais ocorrências dos referidos textos.

Em geral, o *Diário de Notícias* oferecia aos leitores variados tipos de “leitura amena”, em verso ou em prosa, voltados para os mais diversos gostos. Uma breve descrição das seções desse jornal torna-se importante tendo em vista que elas funcionam como uma espécie de moldura em cujo interior aparece Artur Azevedo com suas crônicas permeadas de humor satírico e crítica contumaz aos costumes e à vida política e social da então capital do império, e que seus escritos faziam coro às diversas vozes cômicas que tinham espaço garantido nos periódicos da época, e se solidarizavam com elas, com vistas a corrigir vícios, mazelas sociais e desmazelos em que se encontrava a vida no império.

Juntamente com o primeiro número apareceu também a “De palanque”, seção assinada por Artur Azevedo com o pseudônimo de Eloi, o herói. O jornalista maranhense apresentava um programa amplo, propondo-se a falar sobre arte, cultura, mas também sobre *faits divers*. Contemplando o programa apresentado, escrevia sobre teatro, literatura, escultura, pintura, música, e ainda sobre os mais diversos assuntos, às vezes colhidos das notícias veiculadas nas próprias páginas do *Diário*. Durante sua existência, entre 1885 e 1889, foi publicada, em diferentes momentos, em dois

periódicos: do *Diário de Notícias* passou para o jornal *Novidades*, em seguida voltando ao jornal de origem. Sobre a “De palanque”, falaremos detalhadamente mais adiante.

Em 25 de julho de 1885, por meio de uma pequena nota, a empresa jornalística chamava a atenção dos leitores para o início de publicação das “Cartas parisienses”, “uma correspondência devida à graciosa pena dum compatriota que” vinha “contribuir para que o *Diário de Notícias*” pudesse “proporcionar aos seus favorecedores mais alguma leitura amena”. No mesmo texto, o autor reforçava uma das características do periódico matutino:

Tamanha tem sido a benevolência do público para conosco que, por mais completo que tornássemos este diário, cujo programa apenas trouxe como recomendação a mais absoluta imparcialidade, ainda assim a ela não corresponderíamos; mas sirva este nosso esforço para mostrar quanta boa vontade nos anima de conservar sempre o favor do público (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25/07/1885).

No dia seguinte começava a publicação das tais cartas, assinadas por X. Y. Z., que lembrava sua condição de escritor bisonho “meio esquecido das sutilezas da língua materna”. As cartas eram uma miscelânea de assuntos: política, teatro, literatura e *faits divers* da capital francesa.

Em 14 de outubro de 1885, a empresa do *Diário* anunciava o início da publicação de “um boletim de informações e notícias especialmente destinadas à colônia italiana, que todos os dias cresce de importância numérica e à qual decerto será grato acompanhar dia-a-dia a vida da mãe pátria”. Tratava-se da *Sezione italiana*, que ficaria sob a responsabilidade de Giuseppe Fogliani, assinando-a com o pseudônimo de *Sforza*. Fogliani era redator do semanário *Itália*, e ninguém, mais do que ele, seria “capaz de contribuir para se estreitar as relações entre nós e os italianos”.

Em versos, Violino comentava diariamente os acontecimentos da capital do império, na coluna “Reportagem parnasiana”:

Que maré de diversões,
nesta heroica capital!
companhias às porções
vem da Itália e Portugal.

Ópera, drama, comédia,
de tudo temos agora;
se até tivemos a tragédia!
é teatro a deitar fora!

E o povo, que tanto grita
quando não tem diversões,
mal apanha a grande *dita*

de tê-las quase aos montões,

bate palmas – reinadio!
diz que faz, e pinta e arrasa;
e por fim mete-se em casa
e deixa o teatro vazio! (VIOLINO, 31/07/1886).

O articulista escreve em um momento que a cidade oferecia um amplo leque de divertimentos, sobretudo nos teatros, já que nos meses de junho a outubro, várias companhias europeias, fossem dramáticas, líricas ou de operetas, vinham em excursão pelo nosso país. Em 1886, a atriz francesa Sarah Bernhardt fazia sua primeira excursão pela América Latina, oferecendo uma série de espetáculos no Rio de Janeiro.

“Variações em lá menor”, assinada por Fantoche, pretendia comentar fatos ocorridos na sociedade, como a absolvição de Lima e Silva, “acusado do caso mais ratão de todos quantos estão repletos os anais da *alta bilontragem*” (FANTOCHE, 26/09/1886). O réu fora levado a julgamento por ter vendido um falso título de barão para um comerciante português, tendo grande repercussão na imprensa e sendo aproveitado em uma das revistas de ano de Artur Azevedo. No entanto, a seção foi uma publicação efêmera, aparecendo apenas em três edições do *Diário*.

A coluna “Mosquito por cordas” começou a ser publicada em 29 de outubro de 1886. Era assinada com algumas iniciais (X, Y ou Z), mas também com os pseudônimos Jack e Ego. Era uma coluna de variedades, com publicação diária.

A seção “Isto e aquilo” apareceu pela primeira vez em novembro de 1886, trazendo a assinatura de Valentim Magalhães, comentando assuntos diversos. No entanto, aparecia alternadamente assinada pelo diretor de *A Semana* e pelo pseudônimo Marcos. Na verdade, a colaboração de Valentim Magalhães no *Diário de Notícias* datava do ano anterior, também com a publicação de crônicas. Nessa nova temporada publicou uma série de textos intitulados “Filosofia de algibeira”, refletindo sobre a existência humana. Quando falava do “ser” e do “parecer”, chamava atenção para a hipocrisia e a mentira, lembrando que o mundo moderno vive sob o regime da hipocrisia, embora ambas não fossem uma invenção contemporânea. Subvertendo sarcasticamente o mito judaico-cristão, o articulista argumentava que Adão, tão logo experimentou do fruto proibido, “fez-se hipócrita, arranjando às pressas uma enganosa *toilette* de folhagem e procurou embaçar o anjo-meirinho que veio intimá-lo” do “mandado de despejo expedido pelo Dr. Jeová, meritíssimo juiz de todas as varas (inclusive as de marmelo) daquele tempo” (MAGALHÃES, 17/01/1887). Havia,

portanto, seis mil anos que a hipocrisia e a mentira se vinham refinando e apurando, a tal ponto que separar a mentira da verdade e a hipocrisia da sinceridade tornava-se uma tarefa extremamente difícil.

A coluna “Ridendo...”, assinada por Nemo & Alter em 1887, tinha um caráter trocista:

No júri:

– O réu tem já sofrido 14 condenações... As más companhias.
– Engana-se, V. S.... Pois se eu tenho passado a maior parte da minha vida em companhia de V. S. e dos seus colegas!! (NEMO & ALTER, 20/01/1887).

– Tens aí dez mil réis que não te façam falta?
– Pois não, toma lá...
– Obrigado, mas... Olha que são falsos como Judas...
– Justamente por isso é que não me fazem falta!! (NEMO & ALTER, 20/01/1887).

Também em tom de gracejo, publicavam-se os “Caroços métricos”, trazendo a assinatura de Fan-fan:

Cá do cérebro n’alfândega, – revolvo e busco encontrar, – motivo p’ra versejar, – estilo de *musa pândega*!
„Stá que não cabe na pel”, – por fazer versos com graça, – o engraçado Zé Daniel... – Pois bom proveito lhe faça!
O *outro* que vem *na chuva* – começa de declarar – que sente uma “alma viúva, – das profundezas do mar”.
Pobrezinho!... Se aconselha – (assim tais coisas denotam) – com o gorducho José Telha – dos *macaquinhos no sótão*.
Quanto ao *Max*... E te agora, – dos seus *cafunés* infiro, – que anda um pouco caipora, – e precisa dar um giro...
Fala em *Fígaro*... Pois, sim!.. – Isso vê-se a olho nu – que o mesmo que fiz, assim – no *alforje* fizeste tu (FAN-FAN, 04/02/1887, *grifos do autor*).

Vemos uma alusão clara a seções e folhetinistas de outros jornais: Zé Daniel, que assinava a coluna “Musa pândega”, no *Novidades*; a expressão *na chuva* é uma referência à seção de mesmo nome assinada, alternadamente, por ao menos quatro pseudônimos, Noé, Cósimo, Antônio José e Hidna, também no jornal das *Novidades*; José Telha é o responsável pela seção “Macaquinhos no sótão”, da *Gazeta de Notícias*; Max assinava os textos da seção “Cafunés”, do *Novidades*, sendo também deste jornal a coluna “Alforje”.

Com as mesmas características das duas seções anteriores havia os “Contos e pontas”, assinada por Fritz, e algumas vezes por Mack:

O Sr. França Júnior acaba de fazer importantíssima descoberta.

Diz-nos ontem o amável folhetinista de *País* nos seus aplaudidos *Ecos fluminenses*, que em Petrópolis, a mulher elegante é senhora de casa e de boleia.

Bravo, minhas senhoras, bravo!

Mais adiante acrescenta ainda que acha “sublime a mulher inglesa, simplesmente penteada, simplesmente vestida, simplesmente calçada”.

E plenamente apresentável, pondero eu.

Aranha Minor faz umas considerações filosóficas (está na berra a filosofia!) sobre a existência humana e termina exclamando – Viva a vida! assim como quem diz: – Viva a Penha!

Pois, viva e viva! (FRITZ, 05/04/1887).

Ao mesmo tempo em que debochavam e desdenhavam de outros colegas e de outros jornais, estes textos acabavam por motivar, conseqüentemente, polêmicas e desafios em duelos. No caso descrito no texto acima, as vítimas foram o pintor e dramaturgo França Júnior e Aranha Minor, pseudônimo usado por Alcindo Guanabara no jornal *Novidades*, onde assina a coluna diária “Teias de aranha”.

Quando a intenção era o deboche, nem mesmo os periódicos de orientação católica escapavam, como vemos na citação abaixo, da seção “Piadinhas”, assinada por Ri Zota:

O *Apóstolo* prega um sermão a José Telha e... uma cincada na gramática, quando diz que “é jornal que acompanha ao progresso”.

O da *Várias* declara que o *Diário* é oposicionista...

Ó diabo!

O melhor é que, bem pensando, o colega tem razão: estamos do lado oposto ao seu... (RI ZOTA, 31/03/1887).

Na segunda parte, a vítima da língua de Ri Zota é o responsável pela seção “Notícias várias”, do *Jornal do Comércio*.

Em abril de 1887, aparecem as “Notas de um fantasista”, assinadas por Horácio Silva:

Fantasias!

Quem não vos acalenta, ó queridas ficções!

Quem não vos procura, ó produtos de imaginação vaidosa!

E chamam-vos falsas!

[...]

Boas e fieis amigas!

Quantas horas de felicidade não oferecis quando o homem vos busca vencido pelos tormentos cotidianos da vida! (SILVA, 20/04/1887).

Ao que tudo indica, o jornalista exagerou nas fantasias e o público não entendeu e não aceitou a proposta, já que as tais “notas” duraram menos de uma semana.

A seção “Conversas fiadas”, assinada pela inicial X., surgiu em 1887 e mantinha um tom de conversa com o leitor sobre acontecimentos diversos. O título justifica-se pelo fato de os assuntos tratados serem apenas conversas fiadas e, por isso, supostamente de menor importância, como o caso do atropelamento de uma criança por um bonde. Na verdade, o jornalista aproveitava-se da situação para chamar a atenção das autoridades no sentido de tomarem providências, obrigando as empresas a usarem qualquer um dos salva-vidas já testados, porém esquecidos.

Diferenciando-se das seções acima citadas, os leitores encontravam diariamente “Na rua do Ouvidor”, seção subscrita por Souvenir, que mostrava em seu texto inaugural os contrastes dos frequentadores – mendigos que exploram a caridade pública e sumidades do mundo financeiro e político – da “grande artéria”:

Ninguém, nem mesmo os filhos desta capital, conhece os mistérios da rua do Ouvidor; nela percorrem desde o mendigo que explora a caridade pública até a mais alta sumidade do mundo financeiro e da política.
A rua do Ouvidor assemelha-se a um grande caleidoscópio por onde passam todas as cenas da nossa vida social (SOUVENIR, 24/05/1887).

No entanto, nos objetivos do cronista não estavam “todas as cenas da nossa vida social”, mas apenas as da “vida elegante” ou, para usar um termo mais comum à época, as cenas do *high life*, passando em revista as *toilettes* das elegantes mulheres que ostentavam charme na “grande artéria”.

Na fileira das seções com títulos inusitados, encontramos uma que se apropriava de um moderno meio de comunicação: “Pelo telefone”, sem periodicidade certa e sem assinatura:

– Alô!
– Quem fala?
– A voz pública.
– O que diz.
... que há mais de seis projetos abolicionistas para serem apresentados.
... que a maior parte deles é de conservadores influentes.
... que os artigos primeiros de todos os projetos são idênticos ao último apresentado pelo Sr. Dr. Afonso Celso Júnior.
... que o governo vai ser interpelado nas câmaras, logo que se apresentar.
... que a apresentação está marcada para hoje a 1 hora da tarde.
... que foram nomeados 2^{os} cirurgiões da armada os Drs. Afonso Henrique de Castro Gomes, Jacinto Claro Batista dos Santos e Argemiro Osório.
... que foram também nomeados: farmacêutico da armada o Sr. João Pontes de Carvalho e intendente da marinha o chefe de esquadra Francisco José de Abreu.
... que no testamento do ministério da agricultura existem altas nomeações feitas, inclusive as da estrada de ferro Pedro II e a de porteiro da secretaria do mesmo ministério (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/05/1887).

Os comentários do mundo político podiam ser lidos em “Ecos políticos”, que começou a circular na primeira semana de julho de 1887, trazendo a assinatura de Tancredo. Tinha como “única ambição dizer a verdade, dando batalha às falsas teorias dos que por descrença, especulação ou utopismo, pregam doutrinas que, aceitas”, podiam “comprometer o nosso futuro, conflagrando e destruindo o todo nacional” (TANCREDO, 08/07/1887). Neste texto, especificamente, lamenta a má vontade do governo sobre o projeto do casamento civil, apresentado no Senado, por Taunay, em 9 de maio.

Na seção de variedades “Passaporte”, publicada diariamente, tendo Chico da Ponte como redator responsável, os leitores ficavam sabendo de mais um curioso escândalo envolvendo Sarah Bernhardt. A atriz francesa teria que responder perante os tribunais pelo crime de agressão e violência. A vítima era o funcionário de um hotel de Nova Iorque, encarregado de servi-la:

Aconteceu-lhe um dia, depois de ter sempre executado o compromisso com toda a exatidão, demorar a entrega de um bife quatro minutos contados e prolongados, e Sarah, que em cena se parece com um parlamentar nosso conhecido, quando se dirige à oposição, virou a mesa com dois robustos pontapés, esbofeteou Stoll, e fez um berreiro de todos os diabos (CHICO DA PONTE, 08/07/1887).

Se a “eminente artista” tivesse representado a referida cena no Rio de Janeiro seria uma lição para nossos concidadãos, especialmente para “nossos parlamentares”. Nunca mais os legisladores “iriam às suas sessões depois da hora regimental, nem o Sr. Sinimbu ousaria abrir a sessão senatorial às 11 horas e três minutos” como havia acontecido no dia anterior.

Em 12 de agosto de 1887 inaugurava-se a coluna “Retalhos”, assinada por Joãozinho. Até onde foi possível perceber, o objeto de interesse do articulista era o deboche a respeito do mundo político.

Assinada por X. Y., a coluna “Notas” começou a ser publicada em 5 de agosto de 1887, tratando de assuntos diversos, incluindo política. Nesta seção, o articulista nos fala sobre o baile promovido pelo barão de Cotegipe em comemoração ao segundo ano da subida dos conservadores ao poder, depois do septenato liberal.

Em “versos de pé quebrado”, Eugênio de Carvalho, por meio da coluna de “De quinta a quinta”, prometia fazer uma revista do passado:

Em versos de pé quebrado,
Eu farei, de quinta a quinta,
Uma por demais sucinta

Revista do que passado

For nesse espaço pequeno
De tempo. Nunca os meus versos
Na lama serão imersos,
Nem jamais terão veneno.

Podem lê-los o mais puro
Donzel, donzelas, esposas
Que, vermelhas como rosas,
Não ficam, palavra, juro (CARVALHO, 19/01/1888).

Em 13 de maio de 1888, os leitores do *Diário de Notícias* se deparavam com nova seção: “De monóculo”, publicada diariamente, com diversos assuntos, trazendo a assinatura de Lauro.

Para os italianos, ou os interessados em assuntos desse país do velho mundo, a partir de 18 de julho de 1888, publicava-se diariamente, sem assinatura alguma, a seção *Posta italiana*.

“A semana” começou a ser publicada em 12 de novembro de 1888, trazendo a assinatura de Arita, que passava em revista os acontecimentos dos últimos sete dias. Posteriormente, o mesmo redator passa a assinar uma seção de crônica intitulada “Em pleno azul”. Nesta seção, o jornalista também faz crítica literária e crítica teatral. Às segundas-feiras chega a publicar as colunas “A semana” e “Em pleno azul”.

“Rabecadas” era escrita em versos e assinada por Agnus. Teve sua aparição em 6 de dezembro de 1888. Em janeiro de 1889 encontramos a referida seção assinada com o pseudônimo Nourvady e Aquiles.

No que se refere ao rodapé, diariamente os leitores tinham contato com “fatias de romances” de F. du Boisgobey (*O marido da diva*); Alexandre Dumas (*Memórias d’um médico*, *O colar da rainha* e *O conde de Monte Cristo*); Albert Delpit (*O filho de Coralía*); Júlio de Gastyne (*Em flagrante delito*); F. Oswald (*Crimes de amor*); Xavier de Montepin (*O milionário da Índia*, *A filha do banqueiro* e *O romance da miséria*); Pierre Zacone (*A câmara vermelha*); Heitor Malot (*Consciência*); Eugene Sue (*O judeu errante*); Adolfo Dennery (*Mártir*) e Jenny Zink (*Uma hora funesta*). Às vezes, três folhetins eram publicados na mesma edição: um na primeira página e dois na segunda.

No entanto, esse espaço do rodapé do jornal não era dedicado apenas à publicação de romances. Sob o título “Ao correr da pena”, por algum tempo foram publicados, semanalmente, textos em formas de cartas, assinados por Carmen e destinados a Luiza, nos quais a remetente falava sobre bailes elegantes, modas e

oferecia receitas culinárias. A publicação teve início em julho de 1885 e não apresentava veiculação regular.

No mesmo espaço, em 01 de fevereiro de 1886, se inicia a publicação de uma seção intitulada “Coisas e... tal”, assinada por Pânfilo, passando, a partir da segunda semana a vir com a assinatura de Pânfilo & Ego. Saía às segundas-feiras e tinha como objetivo comentar jocosamente os acontecimentos da semana. Como preâmbulo do texto inaugurador, questiona sobre a eficácia de se apresentar um programa sempre que se inaugura uma nova seção: “– Que diabo é um programa, senão um amontoado de promessas, fáceis de fazer, porém tão difíceis de executar como qualquer *morceau* de Beethoven em mãos experientes?” (PÂNFILO, 01/02/1886). Após algumas observações relativamente às dificuldades para cumprir o programa prometido, dirigia-se ao leitor em versos:

À vista do exposto e nada te prometendo....
leitor amabilíssimo,
aqui no rodapé,
ter-me-ás resolvidíssimo
a te maçar, olé!

Quer queiras, quer não queiras
hás de encontrar-me em to-
das as segundas-feiras
neste cantinho.

[...]

Em suma e para fechar o preâmbulo:
sempre faceto,
sempre jovial
eu te prometo...
coisas e... tal
sempre risonho,
como Arlequim;
nunca bisonho
como o *spleen* (PÂNFILO, 01/02/1886).

A intenção do articulista era levar a semana em ar de troça. Cumprindo a promessa, comenta sobre problemas no abastecimento de água, debocha das autoridades políticas, bem como de algumas medidas arbitrárias de chefes de polícia. Apesar do programa interessante, tendo o humor como característica, teve vida breve.

Encontramos também no rodapé o que deveria ser uma série de textos chamada “Estudos literários”, começando com a análise da obra de Silvio Romero, por Henrique Stephe. O articulista principiava o texto lembrando o perfil crítico do membro da Escola

de Recife, um homem temido quando manifestava sua opinião sobre qualquer trabalho que lhe caía nas mãos. Era de uma severidade poucas vezes benévola e quase sempre cruel. Suas críticas tornavam-se notáveis pelo “enorme cotejo de adjetivos cáusticos e fustigantes”. Poderia se dizer que “a sua pena, antes guiada por um pessimismo schopenhaueriano do que por irresistível desejo de corrigir e de prestar serviços a público e escritores”, só se satisfazia “com a sátira de exagerada mordacidade e com o retaliar de reputações literárias, algumas das quais” tinham “sentido os consequentes efeitos dos seus golpes críticos, quase sempre inspirados por violento desejo de demolir” (STEPLE, 25/04/1887). Para início de análise escolheu o livro *Estudos de literatura contemporânea*, fruto de uma coletânea de textos anteriormente publicados na imprensa. Segundo Steple, o principal defeito da referida obra era a falta de unidade indispensável a uma publicação em livro. Em seguida, aponta algumas incoerências entre o discurso e a prática crítica do polêmico sergipano, trazendo à baila nomes como os de Émile Zola e Machado de Assis. Infelizmente, até onde nos foi possível averiguar, foi publicado apenas o primeiro texto. Teria havido alguma “desinteligência” entre Henrique Steple e Silvio Romero, levando à exclusão dos textos?

A coluna “Marmota da semana” era uma espécie de revista dos principais acontecimentos da semana. Publicada aos domingos, sem a assinatura do responsável, algumas vezes, saía no rodapé, outras, na parte superior.

Em setembro de 1887, inicia-se no rodapé a publicação da seção “Cornucópia”, assinada por R. O. O articulista se comprometia a oferecer aos cariocas algumas tiras escritas com impressões e comentários de alguns acontecimentos que haviam se destacado na semana. Seria uma “simples crônica desprestigiada”:

Nada mais do que uma simples crônica desprestigiada, onde eu desejaria que encontrassem os leitores belezas de estilo derramadas do meu tinteiro como flores de uma cornucópia, mas onde apenas verão seus olhos estafados períodos de prosa enfadonha e soporífera (R. O., 08/09/1887).

Sua preferência era por assuntos artísticos e literários. Desse modo, no texto inaugurador, trata dos apreciados concertos populares – uma iniciativa do maestro Carlos de Mesquita –, comenta sobre o ator italiano Giovanni Emanuel, sobre exposições de Estevão da Silva, Firmino Monteiro e Belmiro de Almeida, dentre outros assuntos.

Aos domingos, com textos sem assinatura, os leitores encontravam a “Semana financeira”.

Também no rodapé, a partir de maio de 1888, às quintas-feiras, encontramos uma série de crônicas assinadas por Pardal Mallet, sob o título de “Semanais”. Era uma seção de crítica literária, onde podemos encontrar textos intitulados “A questão literária”, “Casar?”, “A crítica”, “Raul Pompeia: o Ateneu”. “A arte no parlamento brasileiro”, “Martins Júnior”, “Naturalismo e Positivismo: carta aos cidadãos Miguel Lemos e Teixeira Mendes”, e outros. A seção teve vida efêmera, com duração em torno de dois meses.

Em junho de 1888 começa a ser publicada, aos domingos, a “Crônica semanal”, trazendo a assinatura de Lucano. Por meio de uma breve leitura do sumário apresentado pelo articulista, percebemos que seus interesses estavam voltados, principalmente, para os acontecimentos relacionados ao mundo político, mas que também se interessava por questões gerais, como segurança pública, problemas climáticos, economia, reformas urbanas, etc. Com o passar do tempo, passou a ser publicada às segundas-feiras.

Em 24 de julho de 1888, em uma pequena nota sob a epígrafe “Folhetim”, o *Diário de Notícias* chamava atenção para a publicação de um “brilhante folhetim de um distinto e conhecido literato fluminense”, que daquele momento em diante passaria a deliciar os leitores do referido periódico, às terças-feiras, “com as produções do seu talento”. A nota se referia ao folhetim “Caleidoscópio”, assinado com o pseudônimo Nourvady, que fazia crítica dos costumes e crítica literária. Em um dos folhetins, recrimina a mania de “macaqueação” dos brasileiros, falando “da ideia que tiveram alguns desocupados de fazer o *tour de bois*, como se diz por aí em calão parisiense”. O programa consistia em se reunirem “diversos elegantes para, a cavalo ou de carro, por volta das cinco horas da tarde, desfilarem, às quintas-feiras, pela rua dos Voluntários da Pátria até o Jardim Botânico” (NOURVADY, 11/09/1888). Após fazer uma séria de considerações acerca das inconveniências de semelhante programa, e ainda criticar a mania de “vestirmos-nos no verão, sob um sol de brasas, como se vestem os parisienses ou os ingleses em pleno inverno”, sentencia com certo tom de conservadorismo:

Faço neste tom essas apreciações sobre o decantado projeto, porque a ideia partiu de um homem, segundo se diz. Se há, porém, engano, e se originou-a uma senhora, direi apenas: – Julgo mais proveitoso, minha senhora, que em vez de fazer o tal *tour de bois*, faça V. Ex. o *tour de sa maison* (NOURVADY, 11/09/1888).

No entanto, a “macaqueação” ia além: havia boatos de que muito em breve um novo hábito seria introduzido nos salões – o do chá às cinco horas. Era um costume inglês que “no país das constantes brumas e do frio” se justificava, mas não em nossa

terra: “Se precisam de um pretexto para essas palestras particulares às cinco da tarde, substituam o chá pelos sorvetes” (NOURVADY, 11/09/1888).

Em um dos momentos dedicados à crítica literária, o articulista fornece pistas sobre sua identidade. Era um bacharel formado na Faculdade de Direito de São Paulo: “E recordei-me então dos cinco anos decorridos na convivência acadêmica, povoados de risos e quimeras, cuja recordação fica sempre a brincar-nos na alma, alegre e viva, como um raio de luar nas águias quietas de um lago” (NOURVADY, 18/09/1888). No mesmo texto, enaltece a academia de São Paulo por ter sido sempre o “centro da nossa elaboração literária, o ninho onde as águias do talento” ensaiavam “os seus primeiros voos”, e onde se preparavam, “quer na imprensa, quer na tribuna para os futuros combates da vida”. Evoca os nomes de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Aureliano Lessa, como “exemplos majestosos” para os que o vão sucedendo. Em seguida faz apreciação de bonitos e românticos versos do falecido poeta Manuel Joaquim da Silva Braga, conhecido por Braguinha. Mas nem só de lembranças era feito o folhetim. Para terminar, publica versos de um jovem poeta, apontando “defeitos” e animando-o a seguir na vida literária.

Todas as seções publicadas no espaço “Folhetim” disputavam lugar com os romances seriados que, muitas vezes, eram publicados na segunda e até na terceira página do jornal. Em outras palavras, se o romance-folhetim era o “filé-mignon” do jornal, como sugere Marlyse Meyer, nem sempre ele dispunha do lugar privilegiado da primeira página. O rodapé era muito mais que um espaço destinado à publicação de romances seriados. Pode-se dizer que era ainda um espaço vale-tudo, onde também se fazia a crítica ao teatro lírico e às peças de teatro representadas na capital do império.

Passemos agora para o jornal *Novidades*, no qual Artur Azevedo também colaborou com sua “De palanque”, de março de 1887 a julho de 1888. Teve o primeiro número de circulação em 25 de janeiro de 1887 e, como era de praxe, todos os jornais que apareciam apresentavam seu programa e ideias. Apresentava-se como jornal do povo, em prol do qual trabalharia:

[...] filhos do povo, viveremos para ele. Não teremos outra preocupação, nem por outra causa nos empenharemos: lutaremos constantemente por tudo quanto for a conveniência social, por tudo quanto representar um benefício ou um melhoramento.

Todas as ideias que importem um serviço à sociedade serão por nós esposadas e a elas nos dedicaremos sinceramente, sem que interesses de qualquer ordem impeçam a livre manifestação do nosso modo de pensar (NOVIDADES, 25/01/1887).

Sendo inteiramente livres, estavam prontos para se entregar completamente ao que lhes parecesse “justo e razoável”. Diziam repudiar “em absoluto a política mesquinha e rasteira” a qual estávamos acostumados a ver. No entanto, o programa apresentava certa ambiguidade em seus propósitos, pois ao mesmo tempo em que mostrava interesse em “dizer ao povo de que lado está o seu interesse”, sempre que possível, afirmava também que não procurava “ser Mentores de quem quer que seja”:

Às suas lutas intestinas, aos combates singulares em que se empenham para criar adeptos ou para lançar o poder, assistiremos como simples espectadores, pouco nos importando que a vitória caiba a este ou àquele. Todavia, não nos privaremos – sempre que se ofereça ocasião – de dizer ao povo de que lado está o seu interesse real e verdadeiro na luta a que ele assiste, também como nós no caráter de espectador.

Dispensamo-nos, portanto, de fazer profissão de fé política: não conhecemos a política, não nos importam os partidos, não nos prendemos nem a uma ideia especialmente, nem a parcialidades de ordem alguma. Tanto quanto pudermos, estaremos vigilantes a guardar os interesses gerais, e cuidar do que nos parece o bem comum. Se alguma vez houvermos de manifestar a nossa opinião sobre qualquer assunto de ordem política ou social, procuraremos julgar unicamente pelos atos, esquecendo as pessoas e os rótulos que as distinguem.

Não temos a pretensão de dirigir a opinião pública, não procuramos ser Mentores de quem quer que seja; vimos, apenas, trazer o nosso diminuto contingente à sociedade cujo adiantamento e progresso se aferem pelo número de guardas de seus interesses na imprensa diária (NOVIDADES, 25/01/1887).

Diante das “graves responsabilidades” da tarefa a que “voluntariamente” se entregavam, pediam ao público o apoio e a confiança necessária para levar o programa a efeito. Em outras palavras, era preciso vender assinaturas e números avulsos para conseguir se manter em circulação.

No dia imediato ao da publicação do primeiro número, por meio da seção “De palanque”, no *Diário de Notícias*, Artur Azevedo saúda o aparecimento da nova folha matutina: “é espirituoso, leve, e, sobretudo, despretensioso” (AZEVEDO, 26/01/1887). No mesmo texto, expõe para os leitores os nomes de outros jornalistas, como Moreira Sampaio, Alcindo Guanabara, Filinto de Almeida, Coelho Neto, Soares de Sousa Júnior e Guimarães Passos, que se esconderiam atrás de vários pseudônimos.

Diferentemente do *Diário de Notícias*, o novo matutino possuía apenas sete colunas. Contendo quatro páginas, era vendido a 40 réis e tinha escritório e redação localizados à rua do Ouvidor, 143. Inicialmente, saía de domingo a domingo, mas quando passou a ser vespertino, a direção optou por guardar os domingos para descanso. Das quatro páginas, duas eram dedicadas aos anúncios classificados. Na nova folha

havia espaço para entretenimento, prestação de serviços e informação. Na parte de entretenimento, os leitores encontravam charadas, poesias, textos literários e folhetins. No espaço dedicado à prestação de serviços, encontravam-se os anúncios classificados, as “publicações a pedido”, avisos diversos, resultados de loterias e agendas de ventos culturais (sobre este último, destaca-se a seção “Correio dos teatros”, uma espécie de agenda comentada dos espetáculos teatrais do Rio de Janeiro, publicada diariamente, sem assinatura). As notícias de outras cidades brasileiras e, até do exterior, eram publicadas na seção “Telegramas”.

Como no caso do *Diário de Notícias*, faremos uma breve exposição das seções encontradas no *Novidades*. Na parte superior da folha, encontramos a seção “Teias de aranha”, assinada por Alcindo Guanabara, sob o pseudônimo de Aranha Minor, que comentava fatos diversos.

A seção “Na chuva” era assinada por, ao menos, quatro pseudônimos: Noé, Cósimo, Antônio José e Hidna, que escreviam crônicas breves.

Max assinava a seção “Cafunés”, onde comentava trechos de notícias veiculadas em outros periódicos. Os cafunés seriam “macios, delicados e gostosos como cafunés de dedos de menina bonita” (MAX, 25/01/1887), prometia o articulista.

A seção “Crônica”, publicada semanalmente, aos domingos, trazia comentários sobre os principais fatos dos últimos sete dias. Na primeira semana era assinada por Azulina, mas também a vemos assinada com outros pseudônimos, como Frivolino e Marcelo.

Semanalmente, às quartas-feiras, João Beltrão punha sua pena a serviço do *Novidades*, assinando a seção “Por aí fora”, na qual comentava diversos fatos da realidade circundante.

A partir do terceiro número da recém-fundada folha matutina, os leitores foram presenteados com mais uma seção: “Musa pândega”, escrita em versos e assinada por Zé Daniel, que assim se apresentou para o público leitor:

Por não ter quem me apresente
A ti, meu caro, consente
Que eu faça a mim tal favor.

O meu retrato fiel
Vou dar-te em traço ligeiro:
Sou do Brasil brasileiro,
N. B. – não bacharel.

– Do Brasil brasi... que tal!

Não fiques *espantarrado*,
Que o português é chamado
Brasileiro em Portugal.

Quanto à idade... já se foi
O tempo das luminárias!
Nem tão velho como o *Várias*,
Nem tão nédio como o *Eloi*.

[...]

Eis-me pois em conclusão:
Hás de ter-me às quintas-feiras,
Mostrando em linhas gaiteiras
Pândega Musa, pois não!

Contente a rir, hás de ver
Quem desta seção se apossa,
Para fazer boa troça
A tudo que a merecer (ZÉ DANIEL, 27/01/1887).

A partir do dia 08 de fevereiro, aparecia diariamente a seção de crônicas intitulada “Sombrinhas”, assinada alternadamente por Marcelo e Mandarim.

A seção “Alforje”, assinada por Almocreve, começou a ser publicada logo no número de inauguração das *Novidades*. Era escrita em forma de diálogo com características cômicas:

Entre duas amigas íntimas, depois de longa separação:
– Com quantos anos estás?
– Vou fazer vinte e três.
– Como! Há nove ou dez anos me disseste a mesma coisa!
– Ora! naquele tempo eu era uma criança: não sabia o que dizia
(ALMOCREVE, 25/01/1887).

Dois amigos saem da taverna, numa chuva tremenda.
– Ó Zé, tu és, ou não és meu amigo?
– Ora essa! Amigo pra vida e pra morte.
– Então escuta cá.
E chegando-se muito ao outro:
– Olha que a tua mulher engana-nos a ambos! (ALMOCREVE, 26/01/1887).

A coluna “Arco da velha”, assinada por Bric-a-brac, aparece pela primeira vez em 14 de março. Não apresenta programa, mas pelo texto inicial, percebe-se que o objetivo é fazer pilhéria com outros jornalistas. Na imprensa do XIX era comum esse tipo de seção. Para citar alguns exemplos, havia a “Psicologia da imprensa”, no *Jornal do Comércio*, assinada por Escaravelho; as “Entrelinhas”, da *Gazeta de Notícias*, assinada por Rialto; “Macaquinhos no sótão”, também no jornal de Ferreira de Araújo,

assinada por José Telha, etc. Em todas elas a intenção era comentar trechos publicados em outros jornais, mas de forma debochada.

Em 15 de março de 1887 o *Novidades* publicava pela primeira vez a seção “Notas políticas”, assinada por Nestor. No texto inaugural, o jornalista mostrava aos leitores ao que vinha:

Quem escreve estas linhas não se compromete e nem se obriga a coisa alguma.

Na apreciação dos nossos homens e das nossas coisas políticas, se regulará por si, pretendendo ser, tanto quanto possível, de uma imparcialidade rigorosa e por essa aresta estará de acordo com a redação desta folha que lhe deixará plena liberdade de opiniões. O seu fim é simplesmente concorrer na medida de suas forças para o progresso do país (NESTOR, 15/03/1887).

Com essa proposta, Nestor comentava os acontecimentos relacionados à política e começava falando dos boatos acerca da criação de um novo partido, sob a denominação de Evolucionista, em cujo programa figuravam dois pontos que mereciam atenção: a descentralização e o problema servil.

Entre março de 1887 e julho de 1888, Artur Azevedo colaborou com sua seção “De palanque”, vinda do *Diário de Notícias*, onde estava desde 1886 e para onde voltou em 01 de agosto de 1888, permanecendo até janeiro de 1889, quando findou a seção. Abaixo transcrevemos na íntegra o programa apresentado para o *Diário de Notícias* e reiterado para o jornal das *Novidades*:

Nestas colunas tratarei de tudo, menos do que não entendo, analisando frivolamente *quid deceat, quid non*. Apreciação ligeira de um quadro que se expõe, de uma peça que se representa, de um fato que se produz, de um livro que se publica; hoje uma frase lisonjeira a este artista; amanhã uma catanada naquele mau poeta; efêmeras impressões, escritas sem pedantismo nem outra pretensão que não seja a de conversar com o leitor durante alguns minutos; orgulhoso propósito de não deixar desaforo sem resposta, parta de onde partir – eis o que sempre foi o Palanque no *Diário de Notícias*, e o será nas *Novidades* (AZEVEDO, 26/03/1887).

Por ora, vamos nos ater à transcrição do programa, deixando para o próximo tópico a caracterização da “De palanque”.

Em 20 de abril de 1887 começou a circular as “Troças do dia”, crônicas assinadas por Jonkoping:

Entretanto para evitar dúvidas futuras e poupar incômodos das futuras testemunhas cumpre-me afirmar que estas *troças* nem pretendem ser literárias, nem políticas. Para serem literárias precisavam da licença do Sr. barão de Paranapiacaba, que *O País* de anteontem elevou a *Príncipe da literatura atual*; para serem políticas precisavam de licença do mesmo *O País*, interessado há mais de ano em fazer cair o ministério do Sr. Cotegipe (JONKOPING, 20/04/1887, *grifos do autor*).

Até onde pudemos perceber, as troças comentavam, sobretudo, assuntos de cunho político, embora não fosse sua intenção, ao menos aparentemente.

Em 13 de abril de 1887, com o curioso título de “Espigas históricas”, D. Funcas apresentava aos leitores das *Novidades* a nova seção:

Nesta esplêndida seara das nossas letras, das artes, de tudo quanto tem partes com a deusa Fama preclara, pretendo com mão jeitosa colher para o meu tesouro as belas espigas de ouro da nossa história fanosa. Só quero que o leitor siga a série dos meus varões sem dizer aos seus botões: – Este D. Funcas.... Que espiga!
Vou começar, *mes lecteurs*. Atenção! *In primo loco*, o *Várias* aqui coloco...
A tout seigneur tout honneur (D. FUNCAS, 13/04/1887).

Claro está que se tratava de mais uma seção trocista, com referência ao folhetinista do *Jornal do Comércio*, que assinava a seção “Notícias várias”.

A coluna “Bolhas de sabão” era assinada por Max, que escrevia crônicas em que comentava assuntos diversos, relacionados ao mundo político e às artes, com uma linguagem irônica e debochada.

Em 17 de junho de 1887, tem início a publicação de uma série de cartas sob o título “Cartas de um burguês”, que tinham como remetente um suposto comerciante no Rio de Janeiro. Como sugeria uma pequena nota publicada no próprio jornal *Novidades*, “o digno e respeitável bom homem aprecia a seu modo os nossos costumes, vendo-os pela luneta do seu tempo de moço, em mil oitocentos e pouco, quando ainda o Rio de Janeiro era iluminado pelo azeite de sebo” (NOVIDADES, 17/06/1887). As cartas eram de um saudosista, em cujas linhas lamentava a mudança nos costumes e criticava as colunas de outros jornais que passavam em revista os trajes das mulheres que frequentavam a rua do Ouvidor. Eram assinadas por Antonio Manoel João e tinham como destinatário o redator do jornal.

Em junho de 1887, tem início a publicação da seção “De arco e flecha”, assinada por L.M (Luiz Murat). Segundo o articulista, na referida seção, que “aparece sem vaidades”, “as opiniões do seu autor serão apresentadas sem falsas hipocrisias”, e “aqueles que merecem terão o acolhimento mais leal e mais sincero”. Murat usou tais palavras para chamar atenção para a homenagem que iria prestar ao “ilustre chefe da literatura nacional”, Machado de Assis, que completava 48 anos naquele dia.

Eleusino apresentava aos leitores, em 12 de julho de 1887, uma nova seção: “Canhenho parlamentar”, cujo objeto de interesse, como sugerido no título, era o mundo político.

Na seção “Conversas fiadas”, Bosco escrevia crônicas com tom de gracejo. Em um dos textos, em que contava suas aventuras pela cidade de Santos, lembra que, chegando no hotel em que estava hospedado, pediu o cardápio e perguntou ao criado o que havia para comer. A resposta não era das mais agradáveis: “– Ovos estrelados, ovos fritos, ovos cozidos, ovos quentes, omelete au sucre, ovos disto, ovos daquilo...” [...] “Uma verdadeira *ovação*. É o sistema adotado pelo tal hotel de Santos para festejar os recém-chegados” (BOSCO, 11/10/1887, *grifo do autor*). Em um dos artigos, saiu em defesa de Aluísio Azevedo, por ocasião da publicação do livro *O homem*, que teria sido mal interpretado por um folhetinista do *Jornal do Comércio*. No mesmo texto, expõe os pressupostos da estética naturalista e conclui debochadamente: “Pretendemos escrever um romance que agrade ao *Jornal*, isto é, um romance cheio de mentiras e fantasias, de caracteres inverossímeis e de cenas de amor do século doze” (BOSCO, 13/10/1887). Com essa defesa do autor de *O homem*, Bosco faz coro com Alberto Silva, que no dia anterior havia publicado um longo texto crítico sobre o referido livro no mesmo jornal *Novidades*. No ano de 1888 vemo-lo assinar a coluna “Velocípede”.

Como tantos folhetinistas, D. Pastel não apresentou um programa para a seção “Casos e coisas” que passou a assinar em outubro de 1887, sem periodicidade regular. Ao menos nos três primeiros artigos, o jornalista fazia críticas ferrenhas a José do Patrocínio e a outros membros da Confederação Abolicionista.

A seção “Parolando” ficava sob a responsabilidade de Papagaio, que comentava e criticava trechos extraídos de outros jornais e assuntos diversos:

- Então viste *O País* deitando falação à lavoura assim como quem lhe passa a mão pela cabeça?
- Ora, está claro. Não vês que estamos em fim de ano? É preciso colher assinaturas... (PAPAGAIO, 07/11/1887).

- A última do glorioso fundador do ex-Grêmio de Letras e Artes:
- Então o Aluísio saiu-se o mais ferrenho escravocrata do mundo, hein?
- Como? Não há tal!
- Como não há! Pois se chega a vender homens a 3\$000! (PAPAGAIO, 08/11/1887).

O segundo trecho é uma referência ao livro *O homem*, de Aluísio Azevedo, livro que foi objeto de uma série de estudos de Araripe Júnior no próprio jornal *Novidades*. De certa forma, a escolha de Papagaio mostra também a aceitação da referida obra pela imprensa e público leitor.

Tomado por um grande derrotismo, Zé Schopenhauer apresenta ao público, em 1888, a seção “Carteira de um pessimista”:

Não há esperança que não seja seguida de uma decepção.

Porque em toda esperança existe 50 por cento de ilusões.

[...]

Não há amizade desinteressada.

Procura bem, pois hás de saber onde chia o carro, isto é, encontrarás *o ponto de intersecção de dois interesses*.

*

Desconfia sempre dos sujeitos muito amáveis, muito delicados, que têm sempre um sorriso engatilhado nos beijos (ZÉ SCHOPENHAUER, 26/01/1888, *grifos do autor*).

Ao que parece, o perfil de Zé não agradou aos leitores, já que a seção foi publicada apenas uma vez.

Afora as seções fixas, embora algumas de existência breve, encontramos no jornal das *Novidades* publicações de contos de diversos autores, nacionais e estrangeiros, estes em versão traduzida, como mostramos a seguir: Catulle Mendes, “A suprema virtude”, “Amor burlado”, “O prêmio da glória”, “Todas as amantes”, “Canções e beijos”, “A flor que passa”, “O processo das rosas”, “A consoladora”, “A nuvem”, “A seta, a asa e o coração”, “A risonha” e “Noite de inverno”; Pierre Veron, “A consulta”; Rangel de S. Paio, “Clotilde: perfil de mulher”; Guy de Maupassant, “A baronesa”, “A noite”, “O batizado” e “Um doido”; Octave Mirabeau, “Rabalan” e “O pequeno mendigo”; Camilo Castelo Branco, “Boemia do espírito”; Alfonse Daudet, “A última lição” e “As três missas rezadas”; Guilherme Gama, “Tarde de domingo”; Ramalho Ortigão, “O domingo em Londres”; Georges Moynet, “Em família”; Alfonse Karr, “Berta e Rodolfo”; Teodore de Banville, “A primavera”; Alberto Pimentel, “História do relógio”; Edmundo de Amicis, “Dor sagrada”; Eduardo Siqueira, “Os mamíferos da antiguidade”; Guerra Junqueiro, “A batalha da vida”; Júlia de Monceau, “Consciência e remorso”; Gomes Leal, “O navio fantasma”; Alexandre Dumas, “A ponte do diabo”; Armando Silvestre, “Contos de outros tempos”; Lorjô Tavares, “Contos pequenos”, etc.

Além dos textos ficcionais listados acima, podemos destacar a série que chamaremos de “Estudos”, onde encontramos “Breves considerações: sobre a poesia moderna e a nova geração poética brasileira”, de Aderbal de Carvalho, publicadas durante vários dias, a partir de fevereiro de 1888. Há também uma série de estudos de autoria de Araripe Júnior, intitulada *A terra*, de Émile Zola e *O homem*, de Aluísio Azevedo, também do ano de 1888. De autoria de M. Said Ali, publicava-se “Verso e prosa”, em que o autor discutia questões de filologia, ortografia e literatura, começando com estudo sobre Alexandre Herculano. “Trinta anos de Paris”, o último livro de

Daudet, trazia a assinatura de Valentina de Lucena, responsável também por um texto sobre Dickens.

No que se refere ao rodapé, os leitores das *Novidades* tinham acesso a folhetins de diversos autores, como Paulo Saunière (*O segredo do morto*); Alexandre Dumas Filho (*Francillon*); Xavier de Montépin (*Mistérios da Índia*); A. Mathey (*A enteada*); Charles Mérouvel (*O naufrágio de uma família*) e Alexandre Dumas (*A San Felice*).

Como no caso do *Diário de Notícias*, o espaço “Folhetim” não era destinado apenas aos “picadinhos de romance”, como diria Marlyse Meyer. Ali começa, em maio de 1887, a publicação de “Aos sábados”, passando em revista os acontecimentos da semana. A seção traz assinaturas alternadas: Sp, Caramba, O bacharel Raposo, e às vezes sem assinatura alguma.

Neste espaço, também circulava a coluna “Às quintas”, assinada por Topsius. Segundo o articulista, o texto que escrevia eram “páginas íntimas”, eram “as depositárias mudas” de suas confidências, que nunca veriam “a luz do dia” e que nunca serviriam de “pasto à curiosidade impertinente do leitor de gazetas”. Tentava forjar para os leitores a imagem de sujeito introspectivo: “Aqui, no silêncio monacal de meu gabinete, neste sacrário do meu eu, sou o que realmente o mundo me fez, sem a roupagem que exige me envolva nesta campanha feroz que se chama vida social”. Se a alguém fosse dado ler os pensamentos ali atirado às “páginas íntimas” do seu “canhenho”, o articulista “passaria por paradoxal, senão por doido, pela razão muito simples” de que dizia a verdade como ela era, “e nada há que mais pareça falso, que aquilo que é absolutamente verdadeiro” (TOPSIUS, 16/06/1887).

A partir das apresentações do *Diário de Notícias* e do jornal das *Novidades*, que traziam em suas páginas várias seções que se caracterizavam pelo riso, pelo deboche e pela ironia, podemos observar que os procedimentos estilísticos de Artur Azevedo, na seção “De palanque” estavam em consonância com ambos os periódicos. Mesmo quando tratava de assuntos sérios, o cronista tentava colocar uma pitada de humor para suavizar seus artigos.

3 – A seção “De palanque” de Eloi, o herói

A “De palanque” era uma seção de variedades em cujo programa Artur Azevedo se propunha a tratar de todos os assuntos sobre os quais se achasse apto a opinar. Com esse programa amplo, entravam em seus interesses assuntos relacionados à arte e à cultura e também aos *faits divers*. Apesar da diversidade de assuntos sobre os quais se propunha escrever, não desejava ser pedante. O tom dos textos era apenas de conversa despretensiosa com o leitor por alguns minutos.

As experiências compartilhadas nas rodas de conversas em confeitarias, cafês, associações literárias e teatros, bem como as leituras de jornais ajudavam-no a levar a efeito seu programa. Às vezes, no entanto, não era necessário nenhuma perambulação pela cidade, pois o ponto de partida para uma crônica estava muito próximo, bastando uma simples olhada pela janela:

Entretanto, como a disputa se prolongasse, e o meu colega instasse comigo para que eu fosse à janela apreciar uma cena realmente cômica, fiz-lhe a vontade e então vi dois indivíduos, cada qual mais embriagado, a provocarem-se mutuamente (AZEVEDO, 18/11/1887).

Felizmente, quando estava à janela assistindo às cenas cômicas, apareceram uns policiais truculentos cujas ações foram recriminadas pelo cronista-observador. Estava aí o motivo para uma crônica. Caberia ao jornalista usar suas habilidades para encher as tiras de papel, dando forma à “De palanque” e, em seguida, mandá-la para a tipografia do jornal das *Novidades*.

É do próprio Artur Azevedo o testemunho da capacidade de o cronista de tirar assunto do acontecimento mais banal, como nos mostrou na crônica escrita por ocasião da morte de seu mestre Joaquim Serra: “Daí a superioridade e a singular competência com que achava matéria para encher tiras e tiras de papel a propósito de uma trica, de uma eleição, do mais insignificante incidente” (AZEVEDO, 30/10/1888). Claro está que essa não era característica exclusiva de Joaquim Serra, aplicando-se também ao próprio Artur Azevedo.

Se, algumas vezes, a falta de assunto constituía assunto para a crônica:

Ontem cheguei à redação, sentei-me, estendi diante de mim uma grande porção de tiras de papel, molhei a pena e escrevi *De palanque*. Só então percebi que me faltava o principal, que era o assunto. Poderão objetar-me que era o talento. Mas ora adeus! o cronista, dispondo de um assunto, pode fazer alguma coisa, embora não tenha talento; o que eu duvido é que o talento lhe preste, se ele não tiver assunto (AZEVEDO, 14/12/1886).

Em outras, queixava-se das advertências do paginador acerca do espaço destinado à “De palanque”:

Eu ia continuar, e tinha muitas coisas que dizer, quando o paginador do *Diário de Notícias* me pediu que moderasse o nobre entusiasmo (AZEVEDO, 25/11/1886).

Leitor feliz, o paginador do *Diário de Notícias* vem dizer-me que já basta (AZEVEDO, 29/06/1885).

Outras vezes, juntava-se o “desejo com a necessidade”, já que o cronista alegava não ter assunto e o paginador alegava não ter espaço para a “De palanque”:

O paginador do *Diário de Notícias* recomenda-me que faça um *De palanque* pequenino. Encontrou-se o desejo com a necessidade; ainda tenho a pontinha de febre e a dor de cabeça com que ontem se ocuparam os dois primeiros órgãos da imprensa fluminense (AZEVEDO, 10/01/1886).

Não raro, como no exemplo anterior e no seguinte, a crônica assumia um caráter pessoal, levando o jornalista a compartilhar seus problemas e a solicitar a compreensão e a cumplicidade dos leitores:

Os leitores já algum dia tiveram dores de dentes? Sabem o que isso é? Se não, peçam a Deus de mãos postas que os conserve nessa ignorância. É um tormento incomparável, único!

Pois imaginem que ontem, enquanto eu dava tratos ao bestunto para resolver sobre os meios práticos de encher sete ou oito tiras de papel, e mandá-las para a tipografia, um dente, um maldito dente que me não incomodava havia seis anos, entendeu que devia exercer de novo sobre a minha pessoa a mais cruel das tiranias.

Bem sei que os leitores nada têm que ver com isto, e que o meu dente não basta para ocupar a sua preciosíssima atenção; mas é forçoso que eu alegue um caso de força maior, para justificar este artigo, que naturalmente me sairá muito mau... a julgar pelos que escrevo quando não me dói o dente (AZEVEDO, 29/01/1887).

Uma vez conquistada a cumplicidade almejada, fingia preocupar-se com as amofinações de colegas da imprensa, que não lhes perdoavam a inserção de assunto pessoal nas crônicas. Neste momento, as amofinações viriam do responsável pela seção “Notícias várias”, do *Jornal do Comércio*. Em outra ocasião, era Escaravelho, responsável pela “Psicologia da imprensa”, também do “grande órgão”, quem embirrava com o pronome pessoal em primeira pessoal do singular. Artur Azevedo seria presenteado com meia dúzia de mangas da Bahia no dia em que subisse no palanque e não falasse de si, prometia Escaravelho.

Essas trocas de “gentilezas” eram muito comuns na imprensa da época. Repetidas vezes, o cronista maranhense encerrava seus textos com comentários ou respostas a insultos vindos de outros jornalistas. Em algumas situações, ambas as partes

apenas se divertiam, na mesma medida em que distraíam os leitores; em outras, porém, as discussões prolongavam-se por vários dias, transformando-se em polêmicas. A polêmica se constituía como “forma de discussão privilegiada no Brasil da virada do século”, funcionando como um “meio de angariar prestígio” e “exibir cultura”, “com pequenos debates gramaticais e querelas sobre detalhes de pouca monta” (SUSSEKIND, 1993, p. 54). Durante o período considerado nesta tese, Artur Azevedo se envolveu em algumas polêmicas: com Castro Lopes, que o acusou de ter plagiado parte de uma mágica de Eduardo Garrido; com Carlos de Laet, sobre uma questão literária em que discutiam sobre versos graves e agudos; com Valentim Magalhães, sobre um caso de suicídio de um garoto de 13 anos, para citar ao menos três casos.

Recorrentemente, as crônicas em si traziam uma diversidade de assuntos, tornando-se, dessa forma, uma montagem, ou, nas palavras de Artur Azevedo, uma “manta de retalhos” que, em geral, não se combinavam porque os tecidos eram de cores muito contrastantes. Para separar uma parte da outra, usava asteriscos.

Artur Azevedo foi um grande divulgador e incentivador das artes e defensor da classe artística, e por isso mesmo questionava o gosto do povo, que preferia mágicas como *O gênio do fogo* a dramas como *Denise*, de Alexandre Dumas Filho, peça em que a atriz italiana Eleonora Duse desempenhava o papel de protagonista:

Ainda anteontem que pena tive de ti, ó publicozinho de minh' alma, por ver... por ver, não; por adivinhar que jogavas estupidamente a bisca em família, enquanto a Duse honrava o palco do S. Pedro com aquele assombroso e inenarrável trabalho da *Denise*.

[...]

Olha: se os espetáculos da Duse continuarem a ser tão pouco concorridos, que diabo hão de dizer de nós os artistas?

Que somos uns...

Macacos me mordam se sei o que dirão (AZEVEDO, 11/07/1885).

As observações do cronista também representam uma forma de tentar direcionar o gosto do público, educando-o segundo o seu próprio, considerado elevado. Direcionar o gosto do público significava também “regenerar” a cena teatral, supostamente em decadência em função do gosto das plateias pelos chamados gêneros alegres.

Além do teatro, a literatura, a pintura, a música e a escultura encontravam abrigo na “De palanque”. A literatura vinha, sobretudo, por meio da publicação de versos de Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos, Filinto de Almeida, Fontoura Xavier, Medeiros e Albuquerque, Figueiredo Coimbra, Luiz Murat, dentre outros, mas também por meio de aspirantes a poetas, que lhe enviavam cartas

contendo “versos de pé quebrado”, sobre os quais pediam apreciação, tendo, porém, na maioria das vezes, “cesto de papéis inúteis” como destino.

Depois das perambulações pela cidade, compartilhava com os leitores suas impressões acerca de trabalhos de pintores como França Júnior, Antonio Parreiras, Belmiro de Almeida, e escultores como Rodolfo Bernardelli. Defendia a ideia de que a arte era a coisa mais respeitável do mundo. Por isso, mostrava-se indignado com injustiças (ou maracutaias) cometidas em concursos artísticos realizados nas escolas mantidas pelo governo.

Na música, divulgava os famosos concertos realizados pelo clube Beethoven, nos salões do Cassino Fluminense e louvava as iniciativas de maestros como Carlos de Mesquita, por realizar uma série de concertos chamados populares.

A “De palanque” também era um espaço para denúncia de problemas sociais, como a exploração de mulheres, “andrajosas”, “fétidas”, “repulsivas”, pedindo pelas ruas da cidade:

Agora a coisa é outra, não menos indigna. Os leitores devem ter naturalmente observado certas mulheres que por aí andam, andrajosas, fétidas, repulsivas, levando ao colo um fedelho de meses e pela mão uma ou duas crianças mais crescidas.

[...]

Quem são essas mulheres, e de que odioso negócio são vítimas passivas, estúpidas, resignadas? Os pequenitos que elas carregam serão realmente seus filhos, ou criminosos pretextos para iludirem o público, armando à caridade fácil das mães compadecidas? (AZEVEDO, 11/12/1886)

Clamava para que as autoridades policiais descobrissem os “antros sórdidos” em que se preparavam aquelas misérias, “dignas da pena de um Carlos Dickens”, e corressem “a vergalho, ou mesmo a bengalinha de junco, os respectivos empresários, homens sem pátria, sem religião, sem dignidade, sem família, sem a mais leve intuição de moralidade e respeito”.

Às vezes, as crônicas funcionavam também como serviço de utilidade pública e, nesse sentido, cumpriam as mesmas funções desempenhadas pelas seções de “publicações a pedido”, dando publicidade às cartas de moradores com reclamações acerca de problemas de infraestrutura, como abastecimento de água ou limpeza das ruas:

O Sr. J. J. da R. C., morador na rua do Conde d’Eu n. 12, escreveu-me ontem uma carta, que me custou a decifrar por causa de uma ortografia e de uma sintaxe levada de todos os diabos. Depois de muito parafusar, julguei perceber que o Sr. R. C. tem ainda menos água que gramática, e pede a minha intervenção junto à Inspetoria das Obras Públicas para que esta lhe

forneça o precioso líquido. Satisfazendo o pedido, lembro às Obras Públicas que uma das de misericórdia é dar de beber a quem tem sede. E o Sr. R. C. tem sede (AZEVEDO, 18/11/1886).

Suas crônicas eram também instrumentos para recriminar, criticar e ironizar as autoridades políticas, fosse pelo deplorável comportamento nas sessões das Câmaras, fosse pelo desmazelo em relação aos problemas da cidade, fosse pelo caráter. Segundo ele, “A nossa Câmara Municipal”, era, “desgraçadamente, uma instituição da qual ninguém” saía limpo. Quando o vereador deixava seu mandato, ou estava “enlameado pelas suas próprias mãos, se foi velhaco”, ou não conseguia evitar que outras mãos o enlameassem, caso fosse honesto (AZEVEDO, 12/02/1887).

Podemos dizer também que a “De palanque” funcionava como um instrumento de “perseguição”, sobretudo às prostitutas, para as quais o cronista tinha um curioso repertório de vocativos: “horizontais”, “momentâneas”, “toleradas”, “mulheres de beijo fácil”. Chegou a defender a ideia de que as sociedades carnavalescas deveriam substituir por inocentes crianças as mulheres seminuas que desfilavam no topo dos carros alegóricos. Dessa forma, a festa de Momo não se transformaria numa “apoteose da prostituição”.

Apesar de se caracterizar pela leveza de certos assuntos e por uma linguagem simples, as crônicas da “De palanque” também saíam em forma de necrológios a pessoas ilustres, como artistas, médicos e até mesmo alguns políticos. Nesse sentido, muitas vezes, tais crônicas não eram pautadas na realidade, sendo fruto da imaginação do escritor. A título de exemplo, temos a crônica em que Artur Azevedo, a partir de uma notícia veiculada no *Gil-Blas*, comentou o falecimento de Aimée, a célebre atriz francesa dos tempos do Alcazar. O cronista tenta desfazer a imagem da atriz como uma mulher que “comeu a fortuna” e transtornou a cabeça dos homens, colocando-a como vítima da maledicência do povo:

Houve, realmente, no Alcazar uma longa sucessão de *cocottes*, para as quais o teatro não era mais que uma tabuleta. A Aimée nunca se achou nesse caso, mas naturalmente foi vítima da companhia em que andava. Sendo, entre todas as suas companheiras, a de mais prestígio, quer como artista de talento, quer como mulher bonita, dificilmente poderia escapar à maledicência pública.

Longe de mim o pensamento de fazer crer ingenuamente aos leitores que ela fosse uma vestal, ou que guardasse debaixo do travesseiro um ferro para desagrar-se das brutalidades de qualquer Tarquínio. Isso não; amou e foi amada – fez ela muito bem. Mas os seus apaixonados eram platônicos pela maior parte.

Nem o seu caráter, nem a sua vida trabalhosa lhe permitiam as infâmias que lhe atribuíram. Representava todas as noites, ensaiava todos os dias, e muitas

vezes ainda ensaiava depois do espetáculo. Era uma heroína do trabalho (AZEVEDO, 25/10/1887).

Embora em alguns momentos o cronista eleve a imagem da atriz ao plano do ideal, ao afirmar que “seus apaixonados eram platônicos pela maior parte”, e em outros, procure se isentar da responsabilidade de “fazer crer ingenuamente aos leitores que ela fosse uma vestal”, ele a apresenta, ora como a mulher ideal ora como a heroína, mantida no plano terreno pelo fato de não estar imune “à maledicência pública”, e por ter trabalhado arduamente na arte de representar, o que a torna humana. Na verdade, Artur Azevedo não conheceu Aimée, que viveu no Rio de Janeiro durante quatro anos, de 1864 a 1868 e, portanto, antes da chegada do jovem maranhense à capital do Império. O que se dizia, era que por conta de sua partida, “esposas e mães de família soltaram rojões, comemorando a volta do lar dos maridos e filhos” (PRADO, 2003, p. 92).

Já no final de existência da “De palanque”, Artur Azevedo voltou a falar sobre a natureza da seção que concebera para o *Diário de Notícias*:

Porque o *Palanque* é frívolo por natureza, por índole, por um propósito lealmente exarado no seu programa: é preciso que o saibam quantos o acusam de não ser pesado e transcendente. A natureza destes artigos é a mesma do velho folhetim brasileiro, como o entendia o meu saudoso mestre Joaquim Serra. É impertinência exigir de mim mais do que prometi, assim como seria um desazo de minha parte haver prometido mais do que podia dar.

[...]

Isto não quer dizer que o *Palanque* não possa tratar de assuntos sérios; trato-os a meu modo, sem solenidade, sem pedantismo, sem o desejo de me impingir como oráculo nem palmatória do mundo (AZEVEDO, 04/01/1889).

Importa dizer que a proposta de Artur Azevedo não era tão despretensiosa quanto parecia. O tom dos artigos que escreveu não era de simples conversa com o leitor. Utilizando-se do humor que lhe era peculiar, soube aproveitar o espaço de que dispunha na imprensa para fazer críticas à realidade circundante. Podemos dizer, então, que em sua escrita havia uma “missão sanitaria”, o que fica reforçado pela escolha do pseudônimo escolhido para assinar as crônicas: “Eloi, o herói”. É o próprio cronista que nos indica o significado do substantivo “Elói”, quando comentava com certo desdém sobre a publicação de um dicionário de nomes próprios: “ora, que precisão tenho eu de saber que *Eloi* significa *escolhido*, [...]?” (AZEVEDO, 26/12/1887).

Assim sendo, não admira que ele quisesse fazer de sua linguagem um instrumento para corrigir comportamentos e criticar as mazelas sociais, o descaso dos políticos com os problemas administrativos, a truculência das forças policiais, as

incongruências do judiciário, a “indecência” nos desfiles de carnaval, o suposto mau gosto e a indiferença do povo, etc. No entanto, fazia suas críticas e recriminações quase sempre com bom humor, tecendo piadas, trocadilhos, ironizando, enfim, rindo, às vezes, da própria desgraça, embora nas entrelinhas e nos interstícios de suas crônicas persistisse uma pitada de conservadorismo.

4 – Artigo, crônica, folhetim: variações de um gênero¹⁰?

Em “Voláteis e versáteis...”, Marlyse Meyer observa que, inicialmente, o folhetim designava um lugar preciso no jornal, o rodapé, situado geralmente na primeira página, constituindo-se como um espaço destinado ao entretenimento, no qual se contavam piadas, falava-se de crimes e de monstros, propunham-se charadas, ofereciam-se receitas de cozinhas e de belezas, faziam-se críticas aos espetáculos teatrais e aos livros recém-lançados. Constituía-se também como um espaço propício para se treinar a narrativa, fosse de mestres ou noviços no gênero. “Com o tempo, o apelativo abrangente passa a se diferenciar, alguns conteúdos se rotinizam, e o espaço do folhetim oferece abrigo semanal a cada espécie”, como à crítica teatral e à literária (MEYER, 1998, p. 113-114).

A partir da “revolução jornalística”, levada a efeito por Émile de Girardin e Dutacq, com os periódicos *La Presse* e *Le Siècle*, respectivamente, no jornal diário passa-se a publicar ficção em fatias, com a fórmula “continua amanhã”, no espaço consagrado ao folhetim vale-tudo. Já no ano de 1840, o folhetim-romance representava o “filé-mignon” do jornal, “grande isca para atrair e segurar os indispensáveis assinantes” (MEYER, 1998, p. 115-117).

Marlyse Meyer observa ainda que a fórmula europeia cruzou o Atlântico, chegando ao Brasil no século XIX. Em nosso país, tanto o folhetim-romance quanto o gênero de variedades serviu como exercício intelectual e experimento de escrita para grandes escritores como Martins Pena, Justiniano José da Rocha, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, França Júnior, Valentim Magalhães, Raul Pompeia, Carlos de Laet e, é claro, Artur Azevedo.

A partir da fundação da *Gazeta de Notícias*, em agosto de 1875, a imprensa brasileira passou por uma transformação e o jornal se intensificou como espaço de projeção profissional para os homens de letras. Tais profissionais beneficiavam-se do

¹⁰ Nosso objetivo não é oferecer uma resposta à pergunta feita no título deste tópico, mas apenas levantar uma discussão sobre a possível falta de clareza na definição dos três gêneros.

fato de os periódicos com novo formato chegarem a um público maior, favorecido pelo preço do exemplar, bem como pelo sistema de vendas avulso em vários pontos da cidade, como prometia o jornal de Ferreira de Araújo em seu número inaugural. Os intelectuais se dividiam e se intercalavam em diversas seções – algumas muito efêmeras, outras mais duradouras –, utilizando-se de variados pseudônimos, como se observa por meio da apresentação do *Diário de Notícias* e do jornal das *Novidades*. O uso de tantos pseudônimos, além de ocultar a autoria dos textos, dando relativa liberdade para os jornalistas exporem suas ideias sem correrem o risco de serem desafiados para um duelo, ou sofrerem ameaças de levar uma “tunda de pau”, passava também para os leitores a impressão de que os jornais mantinham um número bastante significativo de colaboradores.

No período sobre o qual nos voltamos, em ambos os jornais em que foi publicada a “De palanque” – *Diário de Notícias* e *Novidades* –, o folhetim pode ser encontrado tanto na modalidade “romance fatiado”, com ficções de notáveis escritores estrangeiros, quanto na modalidade de comentário de fatos diversos, constituindo-se, por vezes, a “manta de retalhos”, na expressão de Artur Azevedo.

No entanto, ao longo das nossas leituras com vistas a apresentar esses dois jornais, observamos que os jornalistas usavam indistintamente os termos “artigo”, “crônica” e “folhetim” para se referir aos textos que escreviam ou aos textos de colegas, independentemente do espaço geográfico em que eram publicados. Será que as fronteiras entre tais gêneros não estavam bem estabelecidas, ou os próprios jornalistas não tinham preocupações dessa ordem? Para eles, “artigo”, “crônica” e “folhetim” constituíam um mesmo gênero? Quando teriam começado as preocupações em definir as especificidades de cada gênero?

Mostraremos, embora brevemente, como os profissionais da imprensa lidavam com as denominações para os três gêneros. Começemos com o *Diário de Notícias*, onde o responsável pela seção “Cornucópia”, publicada no rodapé, se comprometia, em seu texto inaugural, a “oferecer aos cariocas algumas tiras escritas, onde” seriam “lançadas as impressões e expostos os comentários de alguns acontecimentos que” haviam se destacado “entre todas as ocorrências da semana”, não se esquecendo de chamar atenção para o fato de seus escritos serem nada “mais do que uma simples crônica despretensiosa”, na qual “desejaria que encontrassem os leitores belezas de estilo derramadas do” seu “tinteiro como flores de uma cornucópia, mas onde apenas verão

seus olhos estafados períodos de prosa enfadonha e soporífera” (R. O., 08/09/1887). Pelas observações do jornalista, a crônica se distancia da “prosa enfadonha e soporífera”, ou seja, não é, ou ao menos não deve ser, cansativa nem maçante.

A situação a seguir parece-nos mais curiosa, dado que Arita, o responsável pela seção “A semana”, usa os termos alternadamente: “E é assim que hoje, cronista sem assunto, elevo a indiscrição à altura de um artigo” (ARITA, 27/12/1888). Como vimos, a seção subscrita pelo redator em questão era publicada na parte superior do *Diário de Notícias*. Supostamente, haveria diferenças entre crônica e artigo. Que tipo de assunto deveria figurar na crônica e no artigo? Quais seriam as características formais de um e de outro? Elevar a “indiscrição à altura de um artigo” significa dizer que esse gênero é maior que a crônica?

Frivolino, articulista do jornal das *Novidades*, onde assinava a seção intitulada “Crônica”, publicada semanalmente aos domingos, na parte superior da folha, também nos oferece pistas do gênero textual ao que se dedicava: “Ora, façam-me o favor de dizer se coisa por tal forma pulha é digna de figurar em uma crônica que se preza!”. Mais adiante, “Dela disse um autorizado cronista que foi o rouxinol do abolicionismo”, “E com esta nota um tanto choringas o honrado cronista desta seção oferece aos seus leitores...” (FRIVOLINO, 13/02/1887). Em outra ocasião, “Cheguei por momentos a supor que não teria hoje de rabiscar essa pálida crônica da semana...” (FRIVOLINO, 13/03/1887). Em outro texto, como era bastante comum, comentava que a falta de assunto era o assunto para as crônicas.

O colaborador Marcelo, responsável pela seção “Sombrinhas”, estampada na parte superior das *Novidades*, dizia em tom de conversa com os leitores: “Ora o cronista desta seção almoça às vezes no Inglês [...]” (MARCELO, 08/02/1887). Alguns dias depois, comentava: “Para o que ele não serve positivamente é para rabiscar uma crônica [...]” (MARCELO, 11/02/1887). A crônica aparece aqui como texto escrito de modo rápido, sem muita preocupação com a forma, o que pode ser inferido pela escolha do verbo “rabiscar”.

Já na seção “Aos sábados”, também publicada no jornal das *Novidades*, porém no rodapé, o bacharel Raposo referia-se a si mesmo como cronista: “Pois tu não sabias, maldita de uma figa, que eu, o cronista [...]” (O BACHAREL RAPOSO, 18/06/1887). Apesar de escrever textos destinados à veiculação no espaço “Folhetim”, o jornalista se autodenominava cronista, e não folhetinista.

O jornalista responsável pela seção “Caleidoscópio”, veiculada no rodapé do *Diário de Notícias*, quando contava sobre uma aventura vivida em uma viagem no “monstro da civilização americana”, dizia aos leitores:

Mas o bonde está elevado à altura de uma condução decente, podendo, em vista disso, fornecer-nos muitas vezes assuntos para folhetins [...] O folhetinista, porém, tem o direito de apreciar os fatos, mas nem sempre deve nomear as pessoas [...] Não posso terminar este folhetim sem agradecer a Fulano de Tal as animadoras e generosas frases que escreveu na *Cidade do Rio* quando referiu-se ao humilde e obscuro escritor destas linhas (NOURVADY, 04/09/1888).

O próprio *Diário*, ao anunciar o aparecimento dessa seção, referia-se ao gênero textual como “brilhante folhetim de um distinto e conhecido literato fluminense”. Temos no espaço “Folhetim”, um texto de variedades, que se caracterizava pelo tom de conversa com os leitores.

Lauro, responsável pela seção “De monóculo”, que teve origem em maio de 1888, na parte superior do *Diário de Notícias*, assim se referia ao gênero textual de que se ocupava: “Vou escrever o meu artigo de hoje, disse eu!” (LAURO, 14/05/1888). O “artigo” ao qual o jornalista se referia era um texto que abrangia vários assuntos de uma vez.

É o mesmo Lauro, que em um dos seus “artigos” chama atenção para os textos escritos por Pardal Mallet, na seção “Semanais”, no rodapé do *Diário*: “[...] chamo atenção de quem nesta terra ainda se entregue a coisas de literatura para os dois primeiros artigos da série *Semanais*, que Pardal Mallet começou de escrever nesta folha” (LAURO, 20/05/1888). No entanto, como vimos, os textos de Pardal Mallet eram de crítica literária.

João Beltrão, da seção “Por aí fora”, veiculada na parte superior das *Novidades*, também se refere ao gênero textual por ele escrito como “artigo”: “Era dever meu começar este artigo por uma dissertação sobre o tema...” (BELTRÃO, 02/02/1887). Cumpre lembrar que, independentemente das denominações que recebiam, salvo raras exceções, os textos publicados nas seções supracitadas eram, na maioria das vezes, miscelâneas de assuntos acerca dos acontecimentos, fossem eles de natureza política ou social. Grande parte dos textos dessas seções se caracterizava pela comicidade, pela ironia e pelo deboche.

Relativamente a Artur Azevedo e ao programa jornalístico apresentado ao *Diário de Notícias*, não há denominação do gênero ao qual pertenciam os textos que iria escrever – artigo, crônica ou folhetim. Seu programa jornalístico era amplo (“tratarei de

tudo, menos do que não entendo”) e o jornalista pretendia ser imparcial em suas observações (“analizando frivolamente *quid deceat, quid non*¹¹”), que se caracterizariam pelo tom de conversa (“efêmeras impressões, escritas sem pedantismo nem outra pretensão que não seja a de conversar com o leitor durante alguns minutos”). No entanto, na maioria das vezes em que se refere aos seus escritos, chama-os de “artigos”, fosse para se referir a textos de crítica literária, teatral ou aos textos em que comentava assuntos diversos, como mostraremos: “No drama *Amélia Smith*, de Escragnolle Taunay (Vide o meu **artigo** de ontem), [...]” (AZEVEDO, 04/01/1887, **grifo nosso**). O “artigo” para o qual o cronista remetia o leitor era uma crítica à referida peça de Taunay. No caso abaixo, ele afirma produzir um tipo de “artigo” em moda na imprensa fluminense:

Agora, leitores, saibam que foram roubados: Benigno Saraiva não existe nem nunca existiu. Eu quis acompanhar a moda, e, como bom discípulo, escrevi um *artigo* segundo os últimos modelos apresentados pelos mestres da imprensa fluminense (AZEVEDO, 11/05/1887, *grifo nosso*).

Com essas palavras ele finalizava o texto em que contava a história de Benigno Alves de Abreu Saraiva, “um sujeito obscuro”, que vivia “escondido nas sombras como um réptil venenoso e traiçoeiro”. “O coisa ruim” tinha “perto de quarenta anos, – quarenta anos gastos em vilanias e baixezas”. Ninguém sabia onde trabalhava e ninguém o via durante o dia. Vivia “exclusivamente do jogo e de algum dinheiro” que de vez em quando lhe arranjava “uma pobre senhora que teve a desgraça de casar com ele”. No entanto, o mencionado sujeito andava difamando Artur Azevedo pelas ruas do Rio de Janeiro, embora não tivesse moral para isso. Assim fazia crer aos leitores, até o momento em que desmente e revela o motivo da invenção da história. O artigo seria, portanto, um texto de ficção.

Também classificava como artigo o texto em que comentava as exposições dos pintores Rodolfo Amoedo e Antonio Parreiras, combinando trechos narrativos com descritivos:

Depois de fazer da Arte o objeto exclusivo do meu **artigo**, virá talvez fora de propósito convidar os amigos para a récita dos autores do *Homem*, que se realiza hoje no Lucinda (AZEVEDO, 30/01/1888, **grifo nosso**).

Ao gênero textual ao qual seu mestre Francisque Sarcey, renomado crítico teatral francês, se dedicava referia-se como folhetim:

Ainda ontem li um *folhetim* em que Sarcey, a propósito de uma comédia ultimamente representada em Paris, repete, pela milésima vez, que as peças

¹¹ Uma tradução aproximada para esta expressão seria “Quer seja agradável, quer não”

de teatro só o divertem quando assentam o seu ponto de partida no terreno sólido da realidade (AZEVEDO, 28/01/1888, *grifo nosso*).

Eu tinha concluído já um *artigo* alegre, destinado talvez a despertar o bom humor de quem o lesse, e dispunha-me a ir para casa saborear a leitura do último *folhetim* de Sarcey, quando recebi a notícia do falecimento do meu ilustre mestre e amigo, Dr. Antonio Henriques Leal (AZEVEDO, 30/09/1885, *grifo nosso*).

Folhetins também eram os textos que haviam sido publicados por José de Alencar no *Correio Mercantil*, e que saíram em formato de livro:

O editor Garnier acaba de publicar num volume, impresso em Paris, a coleção de **folhetins** que sob o título *Ao correr da pena* o autor do *Tronco de ipê* escreveu para o *Correio Mercantil* (AZEVEDO, 25/10/1888, **grifo nosso**).

Os textos escritos por um jornalista – ao qual Artur Azevedo se refere debochadamente como Fernão Mendes Pinto – durante uma viagem do imperador são denominados de crônicas. Neste caso, a crônica seria um registro supostamente objetivo dos fatos:

O Fernão Mendes Pinto, a quem o *País* encarregou de escrever a *crônica* da viagem de Suas Majestades Imperiais, está prestando um assinalado serviço à posteridade. O imperador não abre a boca para dizer duas palavras, sem que o aludido cronista puxe pelo lápis e as registre no seu canhenho (AZEVEDO, 06/11/1886, *grifo nosso*).

Ao se referir a um texto de sua lavra, publicado na revista *Vida Moderna*, texto no qual combatia a mania dos suicídios, tão comuns e sempre divulgados na imprensa diária, chamou-o indistintamente de crônica e de artigo:

Há dias, numa *crônica* da *Vida Moderna*, eu, no firme propósito, em que me acho, de combater, por todos os modos, a funesta mania do suicídio, dirige-me em termos ásperos ao infeliz negociante de rua do Nuncio que ultimamente se asfixiou por estrangulação.

Só depois de publicado o *artigo*, vim ao conhecimento de que o suicida era parente do meu prezado amigo Urbano Duarte; bastava essa consideração para que eu não houvesse escrito semelhantes linhas (AZEVEDO, 29/03/1887, *grifos nossos*).

No caso acima até parece tratar-se de uma estratégia para evitar a repetição do termo “crônica”, substituindo-o por outro. Seria um caso de coesão lexical, em que “artigo” aparece com sinônimo de “crônica”.

No trecho seguinte, em que começa falando sobre a falta de assunto, se autodenomina cronista:

Só então percebi que me faltava o principal, que era o assunto. Poderão objetar-me que era o talento. Mas ora adeus! o *cronista*, dispondo de um assunto, pode fazer alguma coisa, embora não tenha talento; o que eu duvido

é que o talento lhe preste, se ele não tiver assunto (AZEVEDO, 14/12/1886, *grifo nosso*).

Provavelmente, no período em que Artur Azevedo escrevia, as fronteiras entre os três gêneros eram ainda muito tênues e, por isso, o jornalista preferia utilizar o vocábulo “artigo” como hiperônimo. Esta observação talvez possa ser comprovada no trecho abaixo, em que o jornalista se refere a um texto que lhe foi enviado: “Entretanto, aí fica o *artigo* de S. R., *artigo* tão lógico e tão completo, que dispensa a reclamada intervenção dos meus argumentos” (AZEVEDO, 17/09/1888, *grifos nossos*). Na verdade, o texto a que se refere o cronista era uma carta em que certo cavalheiro, S. R., comentava sobre a importância e a necessidade de os homens usarem luvas, no momento em que fossem dançar, nos salões da alta roda fluminense, e pedia a intervenção de Artur Azevedo no assunto.

Em texto publicado em janeiro de 1889, oferece para os leitores informações sobre a natureza de sua seção, cujos textos se caracterizariam pela frivolidade e se aproximariam do velho folhetim:

Porque o *Palanque* é frívolo por natureza, por índole, por um propósito lealmente exarado no seu programa: é preciso que o saibam quantos o acusam de não ser pesado e transcendente. A natureza destes artigos é a mesma do velho *folhetim* brasileiro, como o entendia o meu saudoso mestre Joaquim Serra. É impertinência exigir de mim mais do que prometi, assim como seria um desazo de minha parte haver prometido mais do que podia dar (AZEVEDO, 04/01/1889, *grifo nosso*).

Uma vez que Artur Azevedo classificava seus textos como “artigo”, importa investigarmos algumas particularidades do gênero que, segundo Carlos Ceia, se caracteriza como um texto

não literário de extensão variável que trata de um assunto em particular ou de uma variedade de assuntos. Pode ter inúmeras aplicações: uma entrada de um dicionário ou enciclopédia, uma peça jornalística, um texto científico para uma revista da especialidade, um texto de opinião publicado num periódico¹².

Conforme a caracterização, os textos da “De palanque” se enquadrariam na categoria de artigos, se considerarmos que foram escritos para serem veiculados em jornal e se constituíam de um assunto apenas, sendo que, às vezes, por abordarem uma variedade de assuntos, eram definidos por Artur Azevedo como “mantas de retalhos”.

¹²Carlos Ceia: s.v. “Artigo”, *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <http://www.edtl.com.pt>, consultado em 28-08-2014.

Na sequência, Carlos Ceia chama atenção para a natureza dúbia do artigo, que privilegia a objetividade, mas também exige do articulista um compromisso subjetivo:

Um artigo não é, em regra, marcado por qualquer forma de lirismo ou confessionalismo, porque privilegia a objetividade do comentário. Por outro lado, ao contrário da notícia, o artigo exige um compromisso subjetivo com o texto. Enquanto a notícia retrata um acontecimento sem comprometer discursivamente o seu redator, o artigo exige a marca do sujeito que o redige; enquanto no primeiro caso, não há lugar à argumentação e ao debate, no caso do artigo, espera-se que o redator seja capaz de discutir e opinar sobre o assunto que aborda¹³.

Os textos de Artur Azevedo caracterizam-se também pelo “confessionalismo”, falando sobre estado de saúde e, muitas vezes, pedindo a benevolência do leitor, como podemos observar no trecho a seguir:

Se o piedoso leitor soubesse o estado em que me acho, com o corpo mole, a pedir cama, as fontes a estalarem e o nariz transformado num alambique, certamente me dispensaria de escrever hoje o meu insulso *Palanque*. Mas eu sigo o conselho de mestre Francisque Sarcey: “Não deixes de dar o teu artigo, nem mesmo quando estiveres doente”. Há pessoas que não têm o direito de adoecer, eu sou uma delas (AZEVEDO, 18/09/1888).

Porém, muito mais do que “confessionalismo” e subjetivismo, nos textos aos quais se referia como “artigo” percebemos marcas formais que, a nosso ver, são estranhas a esse gênero, como a inserção de trechos teatralizados, a exemplo desta crônica em que fazia uma apreciação de um dos concertos oferecidos pelo famoso Clube Beethoven:

Querem ver uma beleza do nosso *high life*? Leiam o seguinte:
 DIÁLOGO ENTRE O BARÃO DE CERTOSANTO E UM MOÇO DO BUFETE.
 – Dê-me um cálice de vinho do Porto.
 – Pronto!
 – Quanto é?
 – Trezentos réis.
 – Aqui tem quinhentos; dê cá o troco.
 – Não tenho troco.
 – Nem eu: como há de ser isto?
 – Não sei... o senhor passe logo mais, para receber os duzentos réis.
 – Nada! Nesse caso dê cá! Os cinco tostões... Eu é que lhos virei daqui a pouco, quando você tiver troco.
 Irresolução do moço.
 O BARÃO – Ah! Uma ideia! (*Espanto geral*). Dê cá outro cálice de vinho, e estamos quites.
 O MOÇO – Nesse caso, falta ainda um tostão...
 O BARÃO – Pois não encha o cálice!
 Ai! Que cócegas eu tive de dar o níquel ao barão de Certosanto!
 (AZEVEDO, 03/09/1885).

¹³ Vide nota 12.

Algumas vezes, deixava a prosa de lado e comentava os fatos do dia em versos, como já mostramos no tópico anterior. Não raro, transcrevia cartas, fossem de eleitores, homens de letras ou artistas, a exemplo da carta que a célebre atriz italiana Eleonora Duse lhe enviou quando da sua primeira viagem ao Brasil em 1885.

Se os textos de Artur Azevedo, por conta da liberdade formal, não se enquadram nas características do artigo, tais textos podem ser considerados como crônicas? Aliás, o que caracteriza a crônica? Margarida de Souza Neves, no instigante ensaio “História da crônica. Crônica da história” observa que a crônica moderna possui um tom leve,

e busca sempre ser acessível a todos os leitores. Sua marca de identidade é a de ser comentário quase impressionista. A escolha dos seus temas é supostamente arbitrária e a liberdade preside a sua construção. Sua forma é, por definição, caleidoscópica, fragmentária e eminentemente subjetiva (NEVES, 1995, p. 20).

Os cronistas modernos, diferentemente dos seus predecessores, “abdicam de assumir como tarefa primordial o registro pretensamente objetivo do acontecido para abrir espaço ao comentário pessoal, ao olhar subjetivo, à busca do significado do efêmero e do fragmentário” (NEVES, 1995, p. 17). A nosso ver, se os textos de Artur Azevedo revelavam algumas características de artigo, conforme as expostas anteriormente, condensavam em maior quantidade características da crônica, devido a liberdade de temas e de formas, o tom íntimo de conversa com os leitores, o comentário impressionista e a leveza da linguagem.

Cumprе ressaltar ainda que, por ocasião do falecimento de Artur Azevedo, o autor do extenso necrológio publicado nas páginas de *O século* lembrava que o jornalista maranhense, “fugindo sempre aos assuntos agitados, nos mimoseava diariamente com *artigos*, *crônicas*, contos, versos e *folhetins*, que tanto realce davam aos jornais em que colaborava, [...]” (O SÉCULO, 22/10/1908, *grifos nossos*). Por meio da construção desse texto, escrito cerca de vinte anos após o período de existência da “De palanque”, somos levados a pensar que se trata de gêneros com características específicas.

É provável que, diversamente do século XIX, no começo do XX os jornalistas já demonstravam preocupações com as fronteiras textuais. No entanto, como o necrológio é um texto caracteristicamente elogioso, podemos aventar a ideia de que a separação proposta pelo autor era apenas uma estratégia da linguagem jornalística utilizada com a

intenção de dar mais importância à contribuição de Artur Azevedo na imprensa, ampliando o leque de gêneros textuais aos quais se dedicou.

CAPITULO II

ALGUNS ASPECTOS DA MODERNIDADE EUROPEIA

Para a redação deste capítulo tomamos como cenário alguns aspectos da dinâmica da realidade social francesa da segunda metade século XIX. Como sabemos, a França se constituía como um modelo de civilização e progresso, imitado tanto por países do continente europeu quanto por países de outras partes do mundo, inclusive da América do Sul. No caso brasileiro, se do ponto de vista político tínhamos conquistado nossa independência, culturalmente ainda vivíamos sob um regime de colonização.

Estabelecimentos científicos e culturais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Ginásio Recreio Dramático, para citar ao menos dois exemplos, foram criados a partir do modelo francês de instituições congêneres. A imprensa da época em questão testemunha o quão dependente éramos da cultura francesa: o idioma, a moda, os hábitos, de alguma forma, estavam presentes no cotidiano do fluminense. Muitas vezes, quando homens de letras se reuniam para seus jantares culturais, o cardápio era imediatamente estampado na imprensa diária em língua francesa – “POTAGE – *Purée de crevettes à La R. Bernardelli*”, “ENTRÉES – *Bouchées d’hûîtres à l’Académie des Beaux-Arts*”, “*Poisson au gratin à la Cernichiaro, Perdrix au Madère à la Zeferino. Filet aux champignons à l’Avenir des Beaux-Arts*” – (AZEVEDO, 14/11/1885). A rua do Ouvidor não possuía exatamente as mesmas características que a elegantíssima Passage Vivienne, nem mesmo se parecia com a mais modesta, Passage du Caire, por exemplo, mas nela também as mulheres burguesas ostentavam suas ricas *toilettes* – “Mme. C. V. foi igualmente admirada pela sua *toilette noire, chapeau en feutre, à bords doublés de velours, orne d’une torsade de faille et d’un panache de plumes*” – (SOUVENIR, DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/05/1887), embora, muitas vezes, impróprias para um país de clima tropical. No começo do século XX, com as reformas urbanas empreendidas por Francisco Pereira Passos pensava-se em fazer do Rio de Janeiro uma cidade nos mesmos moldes da Paris haussmanniana. Nessa época, quando os membros da burguesia brasileira se encontravam nas ruas, cumprimentavam-se proferindo a expressão “Viva a França” (CARVALHO, 1987; NEEDELL, 1993).

Nosso guia, nessa breve incursão pelo mundo parisiense do século XIX, será o livro *Passagens* (2006), de Walter Benjamin, cujos escritos revelam duas faces da metrópole moderna. De um lado, todo o “glamour” e sofisticação das galerias com elegantes lojas e teatros; do outro, uma cidade com diversos problemas: sujeira, miséria,

prostituição, desigualdade social, exploração humana, etc. Enfim, em um extremo, a burguesia desfrutando das benesses do progresso e da urbanização; no outro, as classes pobres deixadas à margem do progresso e vivendo em condições subumanas.

Como afirmam os teóricos da linguística textual, em um texto há muitos elementos implícitos que devem ser preenchidos pelos leitores, e no caso desse livro de Walter Benjamin, dado o seu caráter de obra inacabada, tais implícitos são ainda em maior quantidade, levando-nos a recorrer a outros estudiosos como Renato Ortiz, Eric Hobsbawm, Karl Marx e Friedrich Engels para preenchê-los.

Na nota introdutória ao texto fundador do trabalho das passagens (“Passagens parisienses”), Willi Bolle chama atenção para o fato de “o gênero filosófico-literário do fragmento, que marca o projeto” de Walter Benjamin até o fim, não ser “uma forma ocasional ou contingente, mas constitutiva da escrita benjaminiana da história” (2006, p. 900). Tais fragmentos constituiriam uma espécie de banco de dados, dos quais aproximadamente a metade foi transcrita para o manuscrito das “Notas e Materiais”, organizado nos seguintes arquivos temáticos: A – Passagens, *magasins de nouveautés*, *calicots*; B – Moda; C – Paris antiga, catacumbas, demolições, declínio de Paris; D – O tédio, eterno retorno; E – Haussmannização, lutas de barricadas; F – Construção em ferro; G – Exposições, reclame, Grandville; H – O colecionador; I – O *intérieur*, o rastro; J – Baudelaire; K – Cidade de sonho e morada de sonho, sonhos de futuro, niilismo antropológico, Jung; L – Morada de sonho, museu, pavilhão termal; M – Flâneur; N – Teoria do conhecimento, teoria do progresso; O – Prostituição, jogo; P – As ruas de Paris; Q – Panorama; R – Espelhos; S – Pintura, *Jugendstil*, novidade; T – Tipos de iluminação; U – Saint-Simon, ferrovias; V – Conspirações, *compagnonnage*; W – Fourier; X – Marx; Y – A fotografia; Z – A boneca, o autômato; a – Movimento social; b – Daumier; d – História literária, Hugo; g – A bolsa de valores, História econômica; i – Técnica de reprodução, litografia; k – A Comuna; l – O Sena, A Paris mais antiga; m – Ócio e ociosidade; p – Materialismo antropológico, história das seitas; r – École Polytechnique.

Para a concepção da referida obra, durante os anos de 1927 e 1940, o autor fez uma longa pesquisa, utilizando-se de uma vasta bibliografia que reunia aproximadamente 850 textos, conforme a lista anexa ao fim do livro. No primeiro momento de execução, de 1927 a 1929, Walter Benjamin tinha como referência o Surrealismo francês, por meio da obra *O camponês de Paris* (1926), de Louis Aragon.

Nessa obra, o narrador faz uma perambulação pela passagem da Ópera, apresentando ao leitor vários personagens que contribuíram para a construção da história da referida passagem, demolida em 1924 para dar lugar ao *boulevard* Haussmann. No segundo momento, 1934, as referências passam a ser a teoria interdisciplinar do Instituto para Pesquisa Social, emigrado de Frankfurt para Nova Iorque, e dirigido por Max Horkheimer. Do arquivo J (Charles Baudelaire), o mais extenso do trabalho das *Passagens*, surgiu o livro *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. No entanto, não se tem informação se o projeto inicial acabou ou não sendo substituído pela obra sobre o autor de *As flores do mal* (BOLLE, 2000, p. 50-3).

1 – As passagens parisienses: um mundo em miniatura¹⁴

Panoramas, Véro-Dodat, Désir, Colbert, Vivienne, Pont-Neuf, Caire, Réunion, Ópera, Trinité, Cheval-Blanc, Bois de Boulogne e Grosse-Tête são nomes de algumas passagens da cidade de Paris. São consideradas como um dos símbolos do mundo moderno, dominado pela mercadoria, mas suas origens não estão necessariamente relacionadas às reformas empreendidas pelo Barão Haussmann na segunda metade do século XIX. O precursor desses estabelecimentos foi o Palais-Royal, palácio que no final do Antigo Regime pertencia aos duques de Orléans. Um deles, Luís Felipe de Orléans, associando-se a empresários, instalou nesse palácio, a partir de 1780, galerias com *boutiques*, café, teatros e ambiente de jogo e prostituição, tornando-o um precursor das passagens. A Passage du Caire e a Passage des Panoramas, duas das mais antigas, remontam ao ano de 1800; a Véro-Dodat, empreendimento de dois ricos especuladores salsicheiros, surgiu na década de 1820. No entanto, a maior parte dessas construções concentrou-se na década seguinte, agrupando-se, as mais importantes, entre a rua Croix-des-Petits-Champs, ao sul, a rua Grange-Batelière, ao norte, o boulevard Sebastopol, a leste e a rua Ventadour, a oeste, distribuídas geograficamente em quatro pontos da cidade (BENJAMIN, 2006).

Seguindo informações contidas em um guia ilustrado da cidade de Paris, Walter Benjamin (2006) lembra que as passagens são construções cujas condições de aparecimento devem-se à conjuntura favorável do comércio têxtil e aos primórdios da construção em ferro. Seus projetos arquitetônicos apresentavam, além das estruturas em ferro, paredes revestidas de mármore e coberturas de vidro, favorecendo a iluminação

¹⁴ Para a redação deste capítulo, recorreremos também ao “Léxico de nomes, conceitos, instituições” e às legendas das gravuras do livro das *Passagens*.

ao longo do dia. No que se refere à extensão, eram estabelecimentos longos que se estendiam por quarteirões inteiros, em cujos lados se encontravam os mais variados tipos de comércio para satisfazer as necessidades dos frequentadores: casas de modas, restaurantes, teatros, gabinetes de leitura, lojas de música, comércio de vinhos, malharias, aviamentos, alfaiates, sapateiros, joalheiros, livreiros, caricaturistas, etc. Tal era a profusão de mercadorias e serviços encontrados nesses estabelecimentos que se poderia considerá-los uma cidade em miniatura. Aliados às opções de compras e serviços, estavam o conforto e a segurança: em caso de chuva repentina, ofereciam abrigo para os frequentadores desprevenidos.

No entanto, no mesmo texto, o filósofo alemão apresenta uma espécie de contradiscurso ao dos guias, asseverando que os compradores e os transeuntes surpreendidos pelo mau tempo não permaneciam nas passagens. Na verdade, a chuva proporcionava às tais galerias apenas a clientela mais pobre, desprovidas de capas de borracha ou outros tipos de impermeável. “Tratava-se de lugares para uma geração que sabia muito pouco a respeito das condições do tempo e que, aos domingos, quando nevava, aquecia-se nos jardins de inverno, em vez de esquiar” (BENJAMIN, 2006, p. 952).

Há que se considerar, porém, que nem todas as passagens se caracterizavam pelo luxo e bom gosto. Havia algumas, como as “Passagens de Madeira”, com estrutura rústica e precária, que abrigavam boutiques pouco luxuosas. Eram galerias cobertas de tecido e em pranchas, dispoendo de algumas vidraças para favorecer a iluminação. Possuíam chão de terra batida, o qual se transformava em lama por conta das chuvas. Tinham vida efêmera, pois, com o tempo, desapareciam para dar lugar a empreendimentos mais modernos (BENJAMIN, 2006).

Simultaneamente ao advento do progresso material e técnico, os comerciantes procuravam inovações para incrementar os lucros em seus negócios. Dessa procura, surgiram as vitrines, os preços fixos expostos em etiquetas e o direito de o cliente devolver a mercadoria. Podemos dizer que a exposição de produtos nas vitrines transmitia a sensação de um encurtamento da distância entre o freguês e a mercadoria, tendo em vista que ele não precisava necessariamente entrar na loja para ver e apreciar seu objeto de desejo. Além disso, ao olhar a mercadoria exposta, o cliente tinha a sensação de que a linha que o separava dela era muito tênue: apenas uma folha de vidro transparente, o que facilitava o acesso e aguçava a sensação de poder adquirir os

produtos ali expostos, bastando, apenas, transpor essa linha. A etiqueta com preço fixo foi uma inovação considerada ousada, já que suprimia a pechincha e a venda de acordo com a cara do cliente; e a devolução da compra facultava ao cliente o direito de anular a transação, caso desejasse fazê-lo.

As tentativas de se implementarem bazares e boutiques vendendo mercadorias a preços fixos datavam do Antigo Regime. No período da Restauração (1814-1830) e no reinado de Luís Felipe (1830-1848), foram fundados alguns *magasins de nouveautés*, porém considerados inferiores aos que surgiram no Segundo Império (1852-1870), tempo de governo de Napoleão III, considerado como a era das grandes lojas de departamentos, cujo grande desenvolvimento se deu a partir de 1870 (BENJAMIN, 2006, p. 80-81). Os *magasins de nouveautés*, que surgiram nas décadas de 30 e 40, eram

principalmente locais de venda de tecidos e artigos de luxo; mas, ao lado deles, outros derivados da indústria têxtil podiam ser encontrados – roupas, sedas, lençóis, peças de lã, botões, luvas, ocasionalmente peles e guarda-chuvas. Dentro do espírito da época, o agrupamento de mercadorias tão diversas era uma novidade; ele rompia com a especialização dos pequenos comerciantes tradicionais (ORTIZ, 1998, p. 132-3).

No entanto, em meados do século XIX, tais estabelecimentos comerciais, que ofereciam uma seleção completa de mercadorias em várias especialidades, expunham uma opulência que não se encontrava à disposição de todos, como podemos ver pelo fascínio de uma mulher do povo diante do luxo de uma vitrine:

à vitrine de uma loja de preços fixos rolam os tecidos de todos os gêneros, jorram e borbulham as mercadorias à vista; tudo isso catalogado, os abatimentos numerados, nada foi esquecido para acender a imaginação feminina, desnaturar a inocência do jovem coração e nele implantar os desejos, os sonhos, a inveja, a ambição. Ela suspira, desesperada, mede com os olhos a distância social que separa seu avental de sarja preta e seu chapéu de palha velho desses pontos da Inglaterra, dessas mantilhas forradas de pele, de tudo que seus olhos devoram esta manhã, através da vitrine de Bury ou de Gagelin (FRÉMY *apud* ORTIZ, 1998, p. 131).

No *Manifesto comunista*, publicado em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels lembram que a história das sociedades é a história da luta de classes. Na época considerada pelos autores, havia duas classes em confronto: a burguesia e o proletariado. A primeira, representada pelos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado; a segunda, constituída pela classe dos assalariados modernos que, não dispondo de meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (MARX e ENGELS, 2010, p. 40). Nesta perspectiva, a burguesia, detentora do poder e do capital,

em suas especulações constrói as famosas passagens, utilizando-se da mão-obra assalariada de um bando de homens que, se constitui o público admirador das mercadorias exibidas nas vitrines das tais passagens, certamente não se encaixa no perfil dos consumidores-alvo dos produtos ali expostos. Para Marx e Engels, os próprios operários, constrangidos a vender-se a retalho, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro. Em consequência de sua condição, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência (MARX e ENGELS, 2010, p. 46-47).

Para Eric Hobsbawm (2010), a burguesia dos penúltimos 25 anos do século XIX era esmagadoramente “liberal”, não necessariamente num sentido partidário, mas no sentido “ideológico” do termo. Ela acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos civis, desde que compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar (HOBSBAWM, 2010, p. 371).

No caso da mulher que observava a vitrine, a linha que a separava dos produtos luxuosos expostos não era tão tênue, porque relacionada à condição socioeconômica, ou seja, ela não dispunha do vil metal necessário para aquisição das mercadorias. Essa carência de recursos financeiros, no entanto, poderia ser considerada um mal necessário: os desprovidos da fortuna teriam necessariamente que vender sua força de trabalho para produzir as mercadorias que satisfariam as necessidades de luxo da burguesia e das classes médias, a quem se destinavam as mercadorias (ORTIZ, 1998).

Com a ampliação dos *magasins de nouveautés* nasceram os *grands magasins* – ou lojas de departamentos –, novos tipos de estabelecimentos que ultrapassavam aqueles na dimensão arquitetônica e no volume de negócios. Tais mudanças trouxeram destaque para os arquitetos, incumbidos de “imaginar edifícios imensos, que tomavam, às vezes, todo um quarteirão, para abrigar os empregados (balconistas, pessoal administrativo, operários), as mercadorias e os consumidores” (ORTIZ, 1998, p. 134). Com o novo modelo de estabelecimento, o passante podia não somente olhar e se locomover mais livremente, mas era estimulado também a comprar. Um depoimento de Émile Zola nos dá uma ideia do novo modelo de instalações:

O pátio tinha sido envidraçado, transformado em hall; escadas de ferro se elevavam do térreo, pontes de ferro eram jogadas de uma extremidade à outra, nos dois andares. O arquiteto, por acaso inteligente, um jovem amante dos novos tempos, só utilizou pedra no subsolo e nos pilares, ele montou

uma ossatura em ferro, com colunas sustentando as traves e as vigas. [...] as paredes interiores de distribuição eram de tijolo. Em todos os lugares ganhava-se espaço, o ar e a luz entrava (*sic*), o público circulava à vontade sob a ousada armação extensa. Era a catedral do comércio moderno, sólida e leve, feita para um povo de clientes (ZOLA *apud* ORTIZ, 1998, p. 164).

As observações do autor de *Germinal* referem-se à loja de departamento Au Bon Marché, em cujas repartições estima-se que circulavam entre 15 e 18 mil pessoas diariamente, na década de 1880, e para onde afluíam cerca de 70 mil clientes em dias de liquidação, alguns anos depois. Entretanto, assim como no caso dos *magasins de nouveautés*, grande parte da população francesa não tinha acesso aos bens de consumo das lojas de departamentos, cujos produtos eram destinados à burguesia e às classes médias, não sendo, por isso, frequentadas pelos operários ou camponeses.

O fato de os *grands magasins* constituírem-se como “espaço de tentação” para os clientes de bom poder aquisitivo tornava necessário que o modo de distribuição das mercadorias também passasse por modificações. Os objetos deveriam ser apresentados de maneira que seduzissem o passante. “Se nas antigas lojas as mercadorias se empilhavam umas sobre as outras”, no novo modelo de estabelecimento elas se encontravam à vista, à mão dos clientes. Esta disponibilidade ao olhar, no entanto, não era suficiente, sendo necessário ainda ordenar os produtos de maneira a despertar a imaginação (ORTIZ, 1998).

Tais estabelecimentos foram os primeiros espaços de consumo no sentido moderno do termo, combinando trabalho e lazer, compra e diversão. “Como os *shoppings centers* que conhecemos” atualmente, “eles também eram um local de encontro e de sociabilidade”, oferecendo gratuitamente aos clientes uma variedade de entretenimentos, como salão de bilhar, biblioteca, bolos e refrescos (ORTIZ, 1998, p. 169).

Enquanto os membros da burguesia esforçavam-se para consumir e ostentar os últimos produtos da indústria da moda, os dramaturgos utilizavam-se do discurso teatral para satirizar os trajes e os costumes do mundo elegante. Nesta perspectiva, em outubro de 1856, “época da crinolina” e em que as “mulheres-„balão”” estavam na moda, o Teatro Ginásio levou à cena uma peça intitulada *As toaletes escandalosas*:

A atriz que representava o papel principal, tendo compreendido a intenção satírica do autor, trazia um vestido cuja saia propositalmente exagerada tinha uma amplidão cômica e quase ridícula. No dia seguinte, à primeira representação, seu vestido foi pedido como modelo por mais de vinte grandes damas, e oito dias depois a crinolina tinha dobrado de dimensão (DU CAMP *apud* BENJAMIN, 2006, p. 104).

O texto refere-se ao momento que se convencionou chamar de teatro realista, cuja ideia principal era oferecer espetáculos que disciplinassem as plateias. A casa de espetáculos à qual se refere o autor é, possivelmente, o Ginásio Dramático, onde os empresários punham em cena as comédias realistas que, segundo João Roberto Faria, dominaram os palcos franceses por aproximadamente trinta anos, a partir de 1852. Conforme o estudioso brasileiro:

os dramaturgos que criaram a comédia realista abordaram de preferência os costumes da burguesia, classe com a qual se identificavam e para a qual dirigiam sua produção. Questões relativas à família, ao casamento, ao trabalho ao dinheiro, à prostituição, entre outras, foram então debatidas no palco, transformado em tribuna consagrada a demonstrar a superioridade dos valores éticos da burguesia (FARIA, 1993, p. 26).

Pelo que podemos inferir do texto de Maxime Du Camp, o que era para ser uma sátira à moda, tornou-se modelo para as mulheres burguesas, que não tiveram sensibilidade o suficiente para compreender, ou simplesmente não ligaram importância, para as intenções do dramaturgo. Se o autor teatral criticava o suposto mau gosto das mulheres, estas, ao pedirem o modelo do vestido usado pela atriz, ajudaram a reforçar a opinião que se tinha sobre elas. Com isso, a indústria, indiretamente ridicularizada por meio da crinolina, acabou se beneficiando, já que a procura pelo material satirizado aumentou significativamente. De qualquer modo, o trecho reforça a função do teatro como meio de comunicação eficaz para divulgar, mesmo de forma crítica, as invenções da indústria moderna, bem como para moldar gostos e ditar comportamentos. É claro que neste caso especificamente não se obteve o efeito esperado, já que a crítica às mulheres-balão ajudou a reforçar o hábito que havia sido alvo das observações do dramaturgo.

Não diferentemente, o *boom* da moda feminina em Paris, no início do século XX, leva o escritor Guillaume Apollinaire a descrever um diálogo entre Paponat e Tristouse Ballerinette, constante do livro *O poeta assassinado* (1927), cujo conteúdo configura-se uma sátira cortante às combinações mais extravagantes da vestimenta feminina parisiense:

– Olhe, este ano a moda é insólita e trivial – disse Tristouse, simples e cheia de fantasia. Todas as matérias dos diversos reinos da natureza podem entrar na composição de um vestido de mulher. Vi um feito de rolhas de cortiça, encantador, e por certo valendo mais do que esses bonitos modelos para noite, de pano cru, furor de todas as estreias. Há mesmo um grande costureiro que medita o lançamento de saias-e-casacos feitos da capa de livros velhos encadernados em pelo de bezerro. [...] As espinhas de peixe

estão a usar-se muito nos chapéus. E também é vulgar que as raparigas deliciosas apareçam vestidas à peregrino de S. Tiago de Compostela, provavelmente com o vestido de constelado de conchinhas de S. Tiago. A porcelana, o grés e a faiança surgiram de repente na arte do vestuário. (APOLLINAIRE, 1983, p. 83-85)

Paponat, interessado em modas, recém-chegado da Itália, pede que Tristouse faça um relato sobre o que vestiriam as mulheres naquele ano, por volta de 1911, período que se convencionou chamar de *Belle époque*. É bastante significativo que o excerto acima esteja inserido em uma obra classificada como surrealista, o que pode ser concebido como uma sátira às tendências da moda na sociedade moderna. Nos interstícios, vozes de um segmento da sociedade que não aceitava passivamente as tendências do momento, pois a sátira, como se sabe, é uma forma de se colocar contra instituições e costumes de determinada época ou grupo. De certa forma, o que o escritor surrealista estava fazendo era prever as mudanças que se operariam no mundo da moda na sociedade do futuro, o que podemos ver na continuação do diálogo:

[...] Não só chapéus as plumas passaram a decorar, mas sapatos e luvas; no próximo ano até nas sombrinhas havemos de vê-las. Fazem-se sapatos de vidro de Veneza e chapéus de cristal de Baccarat. [...] E já me esquecia de informá-lo de que vi nos bulevares, na quarta-feira passada, uma pirosa qualquer com espelhinhos aplicados e colados no vestido. Ao sol, era de um efeito suntuoso. Parecia uma mina de ouro em passeio. Mais tarde começou a chover e a dama ficou parecida com uma mina de prata. [...] A moda vai ficando cada vez mais prática e não desperdiça nada; a tudo confere nobreza. Vai fazendo com as matérias aquilo que os românticos fizeram com as palavras (APOLLINAIRE, 1983, p. 83-85).

Além das extravagantes indumentárias, Tristouse lembra a Paponat o hábito de as pessoas vestirem-se com animais vivos. A namorada de Croniamantal, personagem central do livro, teria encontrado uma senhora que trazia vinte pássaros no chapéu: “canários, pintassilgos, pintarroxos, todos com a pata presa a seu fio, numa grande chilreada e a bater as asas”. “O vestido bordado a grão de café, a dentes verdadeiros ou de alho, a cebolas e a cachos de uvas também” seriam muito usados para visitas (APOLLINAIRE, 1983).

Ainda no século XIX, paralelamente ao discurso satírico produzido no teatro, encontravam-se outras vozes que proferiam um discurso judicioso e se interessavam em entender a essência da moda da época. Para chegar a tal entendimento, dizia-se ser preciso “recorrer não só a motivos de natureza individual”, como “o desejo de mudança, o senso de beleza, a paixão por se vestir, o ímpeto de se adaptar aos padrões”, mas também à “motivação social”. As classes altas empenhavam-se para se distinguirem das

classes médias, utilizando a moda como barreira erigida e demolida incessantemente. Em outras palavras, havia o esforço de um grupo para estabelecer a liderança, ainda que fosse mínima a distância que o separasse dos perseguidores, e o esforço destes no sentido de neutralizar essa vantagem através da adoção imediata da nova moda. Tão logo as classes imitadoras adotavam a moda recém-lançada, esta perdia seu valor para as classes que a tinham lançado ao mercado.

Discutia-se também o caráter efêmero da moda, que havia se acentuado na mesma medida em que haviam se multiplicado os meios para sua difusão graças ao aperfeiçoamento dos meios de comunicação. Não se poderia deixar de acentuar também o caráter tirânico da moda, pautado em um critério exterior que determinava se uma pessoa fazia parte ou não da sociedade, ou seja, o traje denunciava a classe social de quem o utilizava. Desse modo, quem não quisesse abrir mão do círculo social delimitado pela moda era obrigado a segui-la, mesmo que rejeitasse novas tendências. Decretava-se também a sentença da moda, colocando-se as camadas sociais como responsáveis pela concretização de tal veredicto:

Caso as camadas sociais, que são fracas e tolas o suficiente para imitá-la, conseguissem atingir o sentimento de sua dignidade e autoestima..., chegar-se-ia ao fim da moda, e a beleza poderia, por sua vez, recuperar o lugar que ocupou em todos os povos que... não sentiram a necessidade de acentuar as diferenças de classes através do vestuário, ou, onde isso ocorreu, tenham sido bastante razoáveis para respeitá-las (JHERING *apud* BENJAMIN, 2006, p. 113).

Os debates acerca de luxo, moda e consumo apresentavam também uma preocupação moral dos interlocutores. Nesse sentido, merece destaque o caso do procurador-geral Dupin, que em 1865 pronunciou no Senado francês um discurso enfático contra o luxo desenfreado das mulheres. Ao político não interessava diretamente o consumo ostensivo, mas o problema da prostituição. Indignado com a “decadência moral”, a autoridade parisiense exaltava a ação repressiva da força policial, lamentando o abuso das senhoritas sem virtude.

Naquele momento, os “moralistas burgueses” advertiam que o luxo “enfraquece a moral” e “amolece as almas”, desorientando o espírito virtuoso e destruindo em todas as camadas sociais a lei do respeito. Discursos como esses faziam coro com posturas misóginas que argumentavam ser o luxo corrupto e corruptor, encontrando entre as mulheres seus principais agentes de difusão. Como o “sexo frágil” estava na berlinda, às mães caberia a culpa por ensinarem às filhas que o coquetismo e a *toilette* eram as

principais ocupações da mulher, tendo com única meta agradar aos homens. Daí para a prostituição a linha seria muito tênue (ORTIZ, 1998, p. 125).

Essas discussões sobre a moda nos fazem lembrar uma situação ironizada por Artur Azevedo no conto “Questão de honra”, no qual a protagonista, Angélica, faz uma verdadeira peregrinação pela cidade do Rio de Janeiro em busca de alguém que lhe emprestasse quinhentos mil réis. Após recorrer a certa baronesa e às irmãs Guedes, recebendo invariavelmente um “não” como resposta, em um gesto extremo, a personagem dirige-se a um casarão da rua da Alfândega. Ali, ciente do ato que estava prestes a cometer – prostituir-se – “envergonhou-se de se vender por tão pouco e quadruplicou a quantia”. Após receber o valor combinado, foi ao Palais-Royal, na rua do Ouvidor e comprou o vestido desejado.

No referido conto, a peregrinação da protagonista Angélica em busca de quinhentos mil réis foi motivada por uma disputa com Laurita Lobo: ambas viram, ao mesmo tempo, um luxuoso e caro vestido na vitrine do Palais-Royal, cujo proprietário declarara que o entregaria a qualquer das duas que chegasse primeiro com o valor estipulado: quinhentos mil réis. Angélica, que morava com o marido em um “prédio nobre”, do qual o aluguel estava atrasado “não sei quantos meses”, e que só tinha “brilhantes falsos e joias de pechisbeque”, vivia de ostentação e, por meio do traje, tentava se igualar à classe alta.

Em meio aos calorosos debates sobre as relações luxo, moda, consumo e prostituição, vozes femininas se ergueram em defesa das mulheres, merecendo destaque o panfleto “O luxo desenfreado dos homens”, de autoria de uma certa senhora, madame Olympe Adouard, em resposta a Dupin. A autora atacou a vaidade masculina, acusando o “sexo barbado” de inventar trajes para tempos e ocasiões específicas: para as manhãs, as tardes, as noites, para os bosques, as corridas, as caças, enfim, fantasias inúteis geradoras de despesas arruinadoras. Devorado pelo desejo de aparecer, o homem quer que falem de seus cavalos, de seus cachorros e das suas amantes, com as quais gasta prodigamente, não por amor, mas pelo simples prazer de ostentar (ORTIZ, 1998).

Segundo Eric Hobsbawm, o apogeu da sociedade burguesa se deu ao longo dos anos de 1848 a 1875, período considerado em seu livro *A era do capital* (2010). Nenhuma época teria seguido mais à risca a ideia contida no ditado alemão “O traje faz o homem” do que a “época em que a mobilidade social poderia de fato colocar numerosas pessoas dentro da situação histórica inteiramente nova de desempenhar

papéis sociais novos (e superiores), tendo que usar as roupas apropriadas” (HOBSBAWM, 2010, p. 350).

A ostentação de que fala o historiador egípcio, no entanto, não estava relacionada apenas aos trajes usados pelos membros da sociedade burguesa, mas também aos interiores que a cercavam, espaços nos quais se encontravam uma massa de objetos frequentemente escondidos por cortinas e almofadas e onde não se encontrava

Nenhum quadro sem uma moldura dourada, ornamentada, entalhada ou mesmo coberta de veludo, nenhuma cadeira sem tecido de proteção, nenhuma peça de tecido sem borla, nenhuma peça de madeira sem o toque do torno mecânico, nenhuma superfície sem algum tecido ou objeto em cima (HOBSBAWM, 2010, p. 350).

O século XIX, mais do que qualquer outro, tinha obsessão pela moradia, a qual era entendida como o “estojo do homem”, encaixando-o tão profundamente nela com todos os seus acessórios que se poderia pensar no interior de um estojo de compasso, onde o instrumento se encontra depositado com todas as suas peças em profundas cavidades de veludo, geralmente de cor violeta (BENJAMIN, 2006, p. 948). A moradia significava o aconchego no qual o burguês se refugiava dos perigos e conflitos do mundo exterior.

A música era uma das formas artísticas de que se valiam os burgueses para retemperar o espírito. Por isso, nenhum interior pertencente a esta classe era completo sem um piano, instrumento no qual todas as filhas da burguesia eram obrigadas a praticar escalas sem fim. Ainda em relação às artes, poucas sociedades “valorizaram tanto as obras de gênio criador quanto a burguesa do século XIX”. Poucas sociedades estavam dispostas a gastar dinheiro tão livremente com as artes. Nenhuma “sociedade precedente comprou tamanha quantidade de livros velhos e novos, objetos materiais, quadros, esculturas, estruturas decoradas de madeira e bilhetes para representações teatrais ou musicais” (HOBSBAWM, 2010, p. 422).

Na época considerada por Hobsbawm, os museus e as galerias públicas de arte surgiram, ou foram ampliadas, reconstruídas e transformadas, do mesmo modo que as grandes bibliotecas nacionais. De modo geral, as grandes bibliotecas multiplicaram-se de forma fenomenal na Europa, e mais modestamente nos Estados Unidos. Para termos uma ideia da ampliação, em 1848, havia cerca de quatrocentos desses estabelecimentos, com aproximadamente 17 milhões de volumes na Europa. Já nos anos de 1880, contabilizava-se quase doze vezes mais, com praticamente o dobro de volumes (HOBSBAWM, 2010, p. 430).

2 – Entre defensores e detratores: Haussmann no banco dos réus

Georges Eugène Haussmann (1809-1891), ou simplesmente barão Haussmann, foi o chefe administrativo da cidade de Paris, durante o Segundo Império. Ao longo de sua gestão (1853-1870) realizou uma renovação urbanística sem precedentes na história francesa, urbanização que acabaria servindo como modelo para outros países. Seus trabalhos incluíram o melhoramento das condições sanitárias, modernização das instalações públicas e dos transportes, construção da ópera de Paris e do mercado central Les Halles, criação dos parques de Boulogne e de Vincennes, e o traçado, estrategicamente organizado, dos *grands boulevards*, implicando na demolição de vários bairros antigos da cidade e de numerosas passagens construídas durante a primeira metade do século XIX¹⁵.

No arquivo E (Haussmannização, Lutas de barricadas) das “Notas e materiais”, do referido livro de Walter Benjamin encontramos diversos fragmentos de textos de historiadores e notas jornalísticas que se ocuparam das mudanças por que passaram a capital francesa sob o governo de Napoleão III. Alguns desses textos são consideravelmente laudatórios e, além de destacarem a prática de escavação do subsolo, visando à instalação de tubos de gás e à construção de esgotos, apresentam as transformações de Haussmann como linha divisória entre uma cidade insalubre e precária e uma metrópole moderna e elegante, modelo que seria exportado para outras partes do mundo, inclusive para o Brasil:

Nunca se empregaram em Paris tantos materiais de construção, nunca se construíram tantas casas residenciais e hotéis, nunca se restauraram ou edificaram tantos monumentos, alinharam-se tantas fachadas em pedra talhada... era preciso trabalhar depressa e tirar o melhor partido de um terreno comprado a alto preço: duplo estímulo (LEVASSEUR *apud* BENJAMIN, 2006, p. 163).

Em artigo publicado no jornal *Le Gaulois*, em maio de 1882, Jules Simon traça um retrato da cidade anterior às reformas urbanas empreendidas pelo “artista demolidor”. Era um período em que, na capital francesa, havia montanhas até mesmo nos *boulevards*. Os problemas de infraestrutura estavam relacionados à falta de água, luz, mercados e até igrejas. Além de ruas tortuosas, a cidade apresentava também um aspecto pouco agradável aos olhos, dada a quantidade de casebres em ruínas. As

¹⁵ Informações obtidas no “Léxico de nomes, conceitos, instituições”, que a acompanha a edição brasileira do livro *Passagens*.

demolições e as construções de Haussmann, além de proporcionar à população espaços de lazer, saúde e educação, tornavam a cidade um ambiente menos insalubre.

Clamava-se que ele traria a peste; ele deixava clamar e nos dava, ao contrário, com suas inteligentes escavações, o ar, a saúde, a vida. Ora era uma Rua que ele criava; ora uma Avenida ou um *Boulevard*. Ora uma praça, um *Square*, uma Via de passeio. Fundava Hospitais, Escolas, Grupos de escolas. Trazia-nos um rio inteiro. Perfurava esgotos magníficos (SIMON *apud* BENJAMIN, 2006, p. 167).

O jornalista ocupa um lugar privilegiado na sociedade, desconhecendo, talvez, ou simplesmente ignorando, a situação de milhares de pessoas que viviam na miséria e que não tinham acesso aos bens do progresso. Por conta desse lugar privilegiado, Simon coloca-se como um dos defensores/divulgadores da ideologia do progresso. Infelizmente, no texto de Benjamin, não há fragmentos representativos da visão das classes pobres acerca das reformas urbanas. A recuperação de tal visão seria facilitada se encontrássemos em jornais franceses seções do tipo “As queixas do povo” e publicações “A pedido”, a exemplo das existentes nos jornais brasileiros do período aqui considerado, utilizadas pelas pessoas comuns para expressar suas insatisfações em relação aos problemas que os afetavam.

Ainda em relação ao texto publicado no *Le Gaulois*, não deixa de ser curioso o fato de Walter Benjamin lembrar que as numerosas letras maiúsculas encontradas no texto devam ser intervenções ortográficas características de Haussmann que, segundo nosso entendimento, incluiu o texto de Jules Simon em seu livro de memórias. Se a publicação do texto em jornal já era motivo de orgulho para o engenheiro, na medida em que significava reconhecimento da importância dos trabalhos de urbanização, o uso das maiúsculas visava a dar maior importância a tais reformas. No que se refere à observação do autor de as *Passagens*, possivelmente fosse uma forma de criticar as reformas e, com elas, a ideologia do progresso.

Em *Paris como uma obra de arte*, publicado em 1929, o alemão Fritz Stahl também defende as qualidades de Haussmann, considerando-o o grande urbanista do século XIX. Em sua concepção, as “grandes artérias urbanas” construídas pelo “artista demolidor” uniam utilidade e efeito estético. Em uma avaliação bastante otimista, argumentava que a “velha e nova cidade não se” opunham “como em outros lugares” estando, ao contrário, “ligadas entre si”. O chefe administrativo do Segundo Império havia não apenas resgatado “a forma da avenida e do *boulevard* da cidade dos reis, tal qual Luís XIV a concebera, mas também a forma dos edifícios. Somente assim as ruas

podem preencher a função de tornar a cidade um conjunto cuja unidade é visível”. Ao contrário do que se dizia, ele não destruiu Paris, mas a completou, embora para fazê-lo, tenha sacrificado alguma beleza (STAHL *apud* BENJAMIN, 2006, p. 187).

Para termos uma ideia das transformações por que a cidade passou ao longo do século XIX, importa lembrar que, por volta de 1800, quando Paris contava com 600 mil habitantes, era abastecida por 8 mil metros cúbicos de água por dia, cabendo 1,3 por habitante. Na mesma época, a cidade dispunha de 26 quilômetros de esgoto, isto é, um quilômetro por 23 mil habitantes. Já em 1900, a cidade reunia 2.700 mil habitantes e consumia 249 litros por dia e por habitante. A rede de esgoto se estendia sobre 1.113 quilômetros, ou seja, 1 quilômetro por 2.240 habitantes (ORTIZ, 1998, p. 141).

No que se refere à iluminação, também houve progressos ao longo do tempo. Em 1814, “Paris possuía somente 5 mil candeeiros, e as pessoas necessitavam dos serviços dos carregadores de lanternas para se deslocar durante a noite”. Com a criação das companhias de gás, consolida-se um sistema de iluminação que abastece casas, restaurantes, teatros e ruas. Por conta desse desenvolvimento, os carregadores de candeeiros declinam, assim também como os carregadores de água, por ocasião da distribuição por sistema de canalização (ORTIZ, 1998, p. 142). Progresso, desenvolvimento e conforto para um segmento da sociedade significa tormento para outro, pois os carregadores ficam privados de uma forma de ganhar dinheiro para prover o sustento da família.

O sistema de transportes públicos também era precário. Até 1828, a capital francesa não possuía nenhum tipo de transporte para atender à população. Nesse mesmo ano foram criadas várias sociedades com o intuito de explorar o transporte citadino, mas além do pequeno número de carros disponíveis, o circuito era irregular, de modo que as conduções percorriam o centro da cidade e esqueciam-se dos bairros mais afastados. Por essa razão, clamava-se pela criação de uma companhia que oferecesse transporte por preços exíguos e que atendesse toda a cidade. Com o objetivo de solucionar o problema, unificando o transporte público, foi criada em 1855 a Companhia Geral de Ônibus, que colocou à disposição da população ônibus e bondes puxados à tração animal, distribuídos em 25 linhas em Paris e 28 na periferia. Naquele ano, a empresa cobria 11 milhões de quilômetros rodados, transportando 40 milhões de passageiros. Em um espaço de 15 anos, ou seja, em 1870, o trajeto percorrido pela empresa chegava a 23 milhões de quilômetros e o número de passageiros transportados passava para 100

milhões. Em 1873, os habitantes da periferia são contemplados com mais duas companhias de transportes (ORTIZ, 1998, p. 197-199).

Uma das ambições dos sansimonistas, os quais agrupavam engenheiros e financistas em seu meio, era incentivar a construção de estradas de ferro. No entanto, as tentativas de implantação foram frustradas. Uma das dificuldades para sua implantação na França era em relação a quem caberia a incumbência de construí-las. O impasse foi resolvido em 1842, quando o Estado e as empresas chegaram a um acordo. Àquele caberia adquirir terrenos e construir canteiros e obras; estas teriam como incumbência realizar os trabalhos de superestrutura, fornecer material e explorar as linhas. Porém, devido aos acontecimentos políticos de 1848, que culminou com a queda de Luís Felipe, e às dificuldades financeiras, somente no decorrer do Segundo Império, período durante o qual ocorreu a haussmannização, é que se formaram grandes companhias, “mobilizando capital suficiente para a consolidação de uma rede nacional ferroviária” (ORTIZ, 1998, p. 23).

A construção de estradas de ferro e, mesmo que numa escala menor, a criação dos navios a vapor, introduziu a força mecânica em todos os continentes e em países que, de outro modo, seriam não industrializados. A estrada de ferro foi uma conquista revolucionária, argumenta Hobsbawm, pois a construção do planeta como uma economia interativa única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização (HOBSBAWM, 2010, p. 75-76). No período considerado nesta tese, as mais remotas partes do mundo começaram a ser interligadas por meios de comunicação que não tinham precedentes, quer pela regularidade, quer pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o navio a vapor, o telégrafo (HOBSBAWM, 2010, p. 93).

Renato Ortiz observa que os trabalhos realizados pelo “artista demolidor” tinham implicações ideológicas, políticas e econômicas, o que fica claro em sua preocupação em expulsar do centro da cidade as chamadas “classes perigosas”. Sua ideologia encontrava respaldo não somente entre os representantes da classe dirigente, mas também no discurso médico vigente. Como o higienismo associava a presença dessas aglomerações inóspitas à proliferação de doenças, recomendavam-se as demolições, para que o ar circulasse livremente e minimizasse a insalubridade, em prol da saúde pública (ORTIZ, 1998, p. 201). Assim, as “inteligentes escavações” levaram o

ar, a saúde, a vida para os habitantes de Paris, como sugere o texto de Jules Simon. Além disso, ao mesmo tempo em que tornava o ambiente mais higiênico ao rasgar avenidas elegantes com vistosas perspectivas através do amontoado insalubre das moradias dos pobres então expulsos para a periferia, essas vias permitiam o rápido deslocamento de tropas em casos de conflitos e insurreições.

Assim como havia historiadores e jornalistas que se embeveciam com as reformas urbanas empreendidas durante o governo de Napoleão III, a exemplo de Emílio Levasseur e Jules Simon, havia também outros intelectuais que abordavam a haussmannização numa perspectiva mais crítica. Considerava-se que as “novas vias” de que necessitavam a cidade não eram “necessariamente as novas vias” construídas por Haussmann. O barão havia feito de Paris uma cidade projetada, artificial e desmesurada, “saída como Minerva da cabeça de Júpiter”:

As vias de Haussmann muitas vezes não têm utilidade e não possuem nunca beleza. A maior parte são traçados surpreendentes que partem de não importa onde, para terminar em parte alguma, derrubando tudo em sua passagem, ao passo que bastariam alguns desvios para conservar lembranças preciosas... Não se deve acusá-lo de ter haussmannizado demais, mas de menos... (DUBECH e D'ESPEZEL *apud* BENJAMIN, 2006, p. 173).

Se fosse necessário escolher uma palavra para definir o “espírito novo que ia presidir à transformação de Paris”, a melhor palavra seria megalomania. Apesar da megalomania teórica do barão, em lugar algum, na prática, ele viu com largueza, e nem previu o futuro. A todas as suas perspectivas faltava amplidão. Suas vias eram consideradas estreitas demais. A visão de Haussmann foi grandiosa, mas não grande, nem justa, nem de longo alcance. Quando teve boas ideias, foram mal realizadas. Acima de tudo, à Paris do Segundo Império faltava “terrivelmente beleza”, diziam os historiadores.

Eric Hobsbawm, ao analisar o desenvolvimento das artes na segunda metade do século XIX, chama atenção para a existência de algumas realizações expressivas no campo da arquitetura, porém, quando considera a “orgia de construções na qual a próspera sociedade burguesa atirou-se a partir da década de 1850”, percebe que tais construções não “são nem grandiosas, nem particularmente numerosas”. A cidade de Paris planejada e reconstruída por Haussmann “impressiona por seu planejamento, mas não pelos edifícios que guarnecem suas novas praças e bulevares”. Para o historiador marxista, de uma forma geral, se comparados “com as extraordinárias realizações do” neoclassicismo, por exemplo, “o derradeiro estilo unificado de arquitetura antes do

triunfo da “moderna” ortodoxia do século XX –, os edifícios da segunda metade do século XIX são mais capazes de exigir desculpas do que admiração universal” (HOBSBAWM, 2010, p. 420).

Ao descontentamento dos historiadores juntava-se certo saudosismo: o primeiro aspecto que chocava na obra de Haussmann era o “desprezo da experiência histórica”. Além disso, em nenhuma de suas grandes vias retas se percebia o “encanto da curva magnífica da Rue Saint-Antoine”, nem uma só casa da época do embelezamento merecia “ser vista com o prazer comovido que oferecia uma fachada do século XVIII, de disposição severa e graciosa”. A cidade era ilógica e não apresentava solidez. Os arquitetos já haviam constatado que a Ópera apresentava rachaduras, que a Trinité se desagregava e que Saint-Augustin era frágil. Enfim, as sólidas estruturas da modernidade eram frágeis, quase se desmanchando no ar. O imperador e seu prefeito queriam fazer de Paris a capital não somente da França, mas do mundo e o resultado seria a Paris cosmopolita (DUBECH e D’ESPEZEL *apud* BENJAMIN, 2006, p. 172-173).

Se esta era a intenção de Luís Napoleão e de Haussmann, para que ela fosse viabilizada era preciso um trabalho de racionalização da prefeitura, para em seguida se proceder à racionalização do espaço. Por essa razão, toda a administração foi reformulada, sendo criadas inúmeras divisões e departamentos para atender de forma mais eficiente às exigências de uma planificação sistemática. A tarefa a que se propunha o “artista demolidor” não seria levada adiante sem o engajamento de profissionais como engenheiros, topógrafos e administradores. No ensaio “Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização”, Antoine Picon observa que, se antes os engenheiros se limitavam à criação de equipamentos técnicos como as pontes e os portos, no século XIX eles assumem um papel cada vez mais importante nas decisões e realizações urbanísticas (PICON, 2001, p. 66).

Após a reformulação da administração municipal, Haussmann pôde colocar em prática sua política de urbanização, envolvendo questões relacionadas à construção de um sistema de encanamentos e de esgotos, à desapropriação de terrenos, à abertura de ruas e avenidas e à construção de pontes e praças interligando importantes pontos da cidade (ORTIZ, 1998, p. 202). Cumpre lembrar, com Antoine Picon, que a ideia de urbanização da cidade de Paris não nasceu no governo de Napoleão III. Segundo o estudioso, em 1832, no auge da epidemia de cólera que atingiu Paris, *Le Globe* publicou

“uma série de artigos clamando por uma política de grandes obras para melhorar a higiene da capital e, ao mesmo tempo, dar emprego aos mais desfavorecidos” (PICON, 2001, p. 80).

Renato Ortiz, ao se referir à reforma empreendida por Haussmann, a partir da perspectiva do higienismo, lembra que à dimensão terapêutica da urbanização associava-se uma dimensão política. O estudioso argumenta que desde a Revolução, a queda de Carlos X em 1830 e os combates de 1848, Paris tinha sido palco de acontecimentos políticos violentos. Para tanto, havia uma razão geográfica: as ruas estreitas permitiam aos populares a construção de barricadas, impedindo a ação da força policial (ORTIZ, p. 201). Para compreender as razões dessas reservas, é importante sabermos que em 1830 foram erguidas 6.000 barricadas na capital francesa (BENJAMIN, 2006, p. 162). Com a abertura de ruas mais largas, dificultava-se a construção das barricadas e, conseqüentemente, a ação dos revolucionários.

Entre os revolucionários encontrava-se Louis-Auguste Blanqui (1805-1881), que se engajou na luta das barricadas durante a Revolução de 1830 e depois em várias sociedades secretas. Passou quase a metade de sua vida na prisão, tornando-se uma figura-símbolo da agitação socialista. No livro *Crítica social*, publicado postumamente, em 1885, deixou suas impressões acerca das reformas urbanas realizadas sob o governo de Napoleão III. A haussmannização de Paris e das províncias teria sido um dos grandes flagelos do Segundo Império. Além das espoliações, as construções insensatas sacrificavam a vida de milhares de pessoas, pela privação do necessário.

Nada mais triste que essa imensa agitação de pedras pela mão do despotismo, fora da espontaneidade social. Não há sintoma mais lúgubre da decadência. À medida que Roma agonizava, seus monumentos surgiam mais numerosos e gigantescos. Construía seu sepulcro e se fazia bela para morrer. Mas o mundo moderno, este não quer morrer, e a estupidez humana atinge seu ápice. Estamos cansados de grandezas homicidas. Os cálculos que perturbaram a cidade, numa dupla finalidade de compreensão e de vaidade, fracassarão diante do futuro, como fracassaram no presente (BLANQUI *apud* BENJAMIN, 2006, p. 183).

A verdade é que as reformas urbanas não deixavam as camadas pobres à margem apenas do ponto de vista geográfico. Em geral, essas pessoas não tinham acesso sequer aos bens produzidos pela modernidade.

Victor Fournel, em seu livro *Paris nouveau et Paris futur* (1868), apresenta um esboço da dimensão das destruições que Haussmann provocou na capital francesa. Para o estudioso, a Paris moderna era uma arrivista que começava a contagem de tempo a

partir do seu próprio surgimento, e que destruía os velhos palácios e as velhas igrejas para construir no lugar belas casas brancas, com ornamentos em gesso e estátuas em papelão imitando pedra (FOURNEL *apud* BENJAMIN, 2006, p. 185).

3 – A outra face da cidade moderna

Em *A era do capital* (2010), Eric Hobsbawm chama atenção para a extraordinária rapidez do crescimento de quatro cidades europeias: Viena cresceu de mais de 400.000 em 1846 para 700.000 em 1880; Berlim passou de 378.000, em 1849, para quase 1 milhão, em 1875; Paris aumentou de 1 para 1,9 milhão e Londres de 2,5 para 3,9 milhões, no período de 1851 a 1881. A “forma, imagem e estrutura da cidade haviam mudado, tanto sob pressão para construção e planejamento politicamente motivada (sobretudo em Paris e Viena) como pela fome de lucro empreendedora”. No entanto, nem uma nem outra via com bons olhos a presença dos pobres nas cidades, que eram a maioria da população, embora reconhecesse que tais tipos de habitantes eram um mal necessário (HOBSBAWM, 2010, p. 321).

Embora fossem um mal necessário, na perspectiva dos planejadores urbanos, os pobres representavam uma ameaça pública. Por isso, “suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares”, levando “os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares não especificados”, porém presumidamente mais higiênicos e certamente menos perigosos. Na mesma linha de pensamento estava a política das estradas de ferro, cujas linhas passavam pelo centro da cidade, de preferência pelo meio dos cortiços, onde os custos eram menores e os protestos eram negligenciáveis. Para os construtores e empreendedores, os pobres constituíam um mercado pouco lucrativo, se comparado ao dos ricos com seus negócios especializados e distritos de comércio, bem como às sólidas casas e apartamentos para a classe média ou subúrbios em expansão. Quando as classes pobres não ocupavam os distritos centrais das cidades, abandonados pelas classes mais elevadas, suas habitações eram construídas por empresários especuladores ou pelos construtores dos grandes blocos desolados para aluguel, conhecidos na Alemanha como “barracões de aluguel” (HOBSBAWM, 2010, p. 322).

O período estudado em *A era do capital* constitui-se como a primeira era mundial de expansão na construção e nos bens imobiliários para a burguesia. “Paradoxalmente, quanto mais a classe média crescia e florescia, drenando recursos

para seu próprio sistema habitacional, escritórios, lojas de departamento, que eram tão característicos do desenvolvimento da época, e para seus prestigiosos edifícios, relativamente menos recursos eram dedicados aos bairros da classe operária, exceto nas formas mais gerais de despesas públicas – ruas, esgotos, iluminação e utilidades públicas” (HOBSBAWM, 2010, p. 323).

À margem da moderna capital francesa, reestruturada pelo barão Haussmann, “se desenvolvia” outra, precariamente, considerada por Paul Ernst de Rattier como a “verdadeira Paris”, uma Paris naturalmente escura, lamacenta, malcheirosa e confinada em suas ruas estreitas. Uma cidade que se resumia a um “formigueiro de becos, de ruas sem saída, de alamedas misteriosas, de labirintos que levavam” o cidadão “à casa do diabo”. A verdadeira Paris era uma cidade “cheia de pátios de milagres, dormitórios a três centavos por noite”, cidade onde se encontravam “seres inimagináveis e fantasmagorias humanas”.

[...] em camas que não foram arrumadas desde a criação do mundo, repousam lado a lado centenas e milhares de saltimbancos, vendedores de fósforos, tocadores de acordeão, corcundas, cegos, mancos; anões e aleijados, homens com o nariz devorado em brigas, homens-borracha, palhaços envelhecidos, engolidores de espadas, malabaristas que equilibram um pau-de-sebo entre os dentes... Crianças de quatro pernas, gigantes bascos ou outros tipos, o Pequeno Polegar em sua vigésima encarnação, personagens vegetais cuja mão ou braço é o solo de uma árvore verdejante que rebrota a cada ano com toda a pujança de seus galhos e folhas; esqueletos vivos, homens transparentes feitos de luz..., cuja voz debilitada por ser escutada com um ouvido atento...; orangotangos com inteligência humana; monstros que falam francês (RATTIER *apud* BENJAMIN, 2006, p. 564-565).

Certamente, os tipos descritos na narrativa de Rattier não desfrutavam das benesses oriundas com o desenvolvimento da indústria e do comércio. Viviam em outro mundo, que se constituía como uma espécie de contramodelo da Paris que costumava sediar as grandes exposições universais, do país que desde muito tempo havia adotado os princípios políticos de igualdade, liberdade e fraternidade. Tais princípios poderiam até ser desfrutados, mas apenas por uma parcela privilegiada que detinha o poder político e econômico.

Poderíamos conceber a imagem criada por Paul Ernst de Rattier à semelhança daquela descrita por Baudelaire, se atentarmos para o fato de que ambos escreveram na década de 1850. Para o poeta de *As flores do mal* “[...] é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa multidão doentia, que traga a poeira das fábricas, inspira partículas de algodão, que se deixa penetrar pelo alvaiade, pelo mercúrio e todos

os venenos usados na fabricação de obras-primas... Essa multidão se consome pelas maravilhas, as quais, não obstante, a Terra lhe deve. Sente borbulhar em suas veias um sangue púrpura e lança um olhar demorado e carregado de tristeza à luz do Sol e às sombras dos grandes parques” (BAUDELAIRE *apud* BENJAMIN, 1989, p. 73).

A reconstrução urbana empreendida por Haussmann viria acentuar aquele estado de coisas, pois, em virtude dela, o operário era obrigado a morar em bairros periféricos, rompendo, com essa mudança involuntária, o laço de vizinhança que o ligava ao burguês, ao menos do ponto de vista geográfico (LEVASSEUR *apud* BENJAMIN, 2006, p. 162). No entanto, na perspectiva da burguesia, essa segregação era considerada benéfica, dado que expurgava a cidade moderna e higiênica das camadas indesejáveis, tornando-a homogênea, do ponto de vista social.

Na verdade, o povo participava da dinâmica da vida moderna, mas somente no momento de vender sua força de trabalho para a burguesia. À noite, voltava para a periferia, o único lugar que sua condição socioeconômica lhe permitia desfrutar: “Milhares de famílias, que trabalham no centro, dormem à noite na periferia da capital. Esse movimento se parece com a maré; vê-se, pela manhã, o povo descer até Paris, e, à tarde, a mesma onda popular voltar. É uma triste viagem”. Era a primeira vez que a humanidade assistia a um espetáculo tão desolador para o povo (GRANVEAU *apud* BENJAMIN, 2006, p. 176).

Além de expulsar uma parte da população para a periferia, a urbanização trazia consigo outras formas de prejuízos para os habitantes da metrópole moderna, que não mais se caracterizava como um conglomerado de pequenas cidades com fisionomia e vida próprias, cidades onde se nascia e se morria, nas quais se gostava de viver e, por isso mesmo, não se pensava em abandonar. A centralização e a megalomania haviam criado uma cidade artificial onde o parisiense, “traço essencial”, não se sentia mais em casa. A “cidade transformada em encruzilhada cosmopolita” provocava sentimentos de desenraizamento em seus habitantes (DUBECH e D’ESPEZEL *apud* BENJAMIN, 2006, p. 169). Os prejuízos, portanto, não estavam relacionados apenas à nova distribuição da população em espaços contrastantes quanto à estrutura material, sendo também de natureza psicológica, uma vez que provocavam perda de identidade, ou, nas palavras de Maxime Du Camp, uma “expropriação sentimental”.

Com as reformas, via-se também instalar na cidade de Paris uma verdadeira indústria da corrupção, tendo como agentes advogados que criaram um tipo de

especialização no gênero das expropriações e não recuavam diante de nenhuma fraude. Montava-se todo um ritual com a intenção de dar a impressão de legalidade às falcatruas:

Ela se dirigia de preferência aos pequenos industriais e estava preparada de maneira a lhes fornecer livros de contabilidade detalhados, falsos inventários, supostas mercadorias que, muitas vezes, eram apenas pedaços de madeira embrulhados em papel. Conseguia até mesmo numerosos clientes que atravancavam sua *boutique* no dia em que o júri vinha fazer a visita regulamentar; inventava aluguéis exagerados, prolongados, previamente datados sobre folhas de velho papel timbrado, do qual conseguia se munir; mandava repintar os magazines como novos e ali instalava *calicots*¹⁶ improvisados, aos quais pagava três francos por dia. Era uma espécie de gangue que esvaziava o caixa da Cidade (DU CAMP *apud* BENJAMIN, 2006, p. 163).

Como forma de driblar a comissão municipal de desapropriações os “agentes dessa indústria forneciam livros contábeis e balanços falsos a pequenos comerciantes e donos de lojas”. Além disso, “mandavam, em caso de necessidade, reformar o estabelecimento ameaçado de desapropriação e cuidavam para que seus clientes fossem procurados por muitos fregueses improvisados durante a visita da comissão de desapropriação” (KRACAUCER *apud* BENJAMIN, 2006, p. 181).

Muitas vezes, era preciso recorrer ao “júri de expropriação”, cujos membros, “belicosos de nascença, opositores por princípio”, mostravam-se generosos em relação a um dinheiro que, pensavam, não lhes custava nada, e do qual cada um esperava beneficiar-se um dia”. Era um “belo campo de especulação”, no qual todos queriam ter a sua parte. A ganância era tamanha que, numa “só audiência, quando a cidade oferecia um milhão e meio”, o júri exigia praticamente uma quantia em dobro. Além de advogados especialistas na matéria, havia agências assegurando bons lucros, por meio de comissões. As quadrilhas também simulavam aluguéis e indústrias, para assim falsificar livros de contabilidade (LARONZE *apud* BENJAMIN, 2006, p. 169).

Para os desfavorecidos, as expropriações talvez representassem uma forma de compensar, mesmo com um dinheiro adquirido por meio de transações ilícitas, a possibilidade de melhorar sua condição social de marginalizado, como no caso do carvoeiro a seguir:

Um dia, um carvoeiro da Cité lhe apresenta um contrato de aluguel, pré-datado de muitos anos, feito em papel timbrado. O simplório já pensava obter uma soma enorme pela sua casinha. Mas ele não sabia que esse papel

¹⁶ Empregados encarregados das vendas ao público, em casas comerciais. Cf. Benjamin (2006, p. 77).

traz em filigrana a data de sua fabricação; o promotor o coloca contra a luz: fora fabricado três anos depois (LEPAGE *apud* BENJAMIN, 2006, p. 179).

Para infelicidade do carvoeiro, sua demanda caiu nas mãos de um promotor honesto, que “defendia energeticamente os interesses da cidade de Paris”, e para quem foram apresentados tantos outros papéis pré-datados, no momento das expropriações, tendo ele que lutar para jogar por terra tais “títulos fantasiosos”, reduzindo as pretensões dos expropriados, oportunistas e gananciosos.

As expropriações resultantes das reformas urbanas provocaram uma grave crise habitacional, que se intensificaria ainda mais com o crescimento demográfico da metrópole moderna:

Por mais que se construísse, os edifícios novos não bastavam para receber os expropriados. Daí resultou uma grave crise de alugueis: eles dobraram. A população, que era de 1.053.000 almas em 1851, passou, depois da anexação, a 1.825.000, em 1866. No fim do império, Paris contava com 60.000 casas, 612.000 alojamentos, dos quais 481.000 tinham um aluguel inferior a 500 francos (DUBECH e D’ESPEZEL *apud* BENJAMIN, 2006, p. 172).

Não deixa de ser curioso o grande número de habitações coletivas. Para os expropriados não restava outra solução que não a de morar em lugares longínquos, submetendo-se à ganância dos senhorios frente à alta demanda por moradias. Como lembram Marx e Engels, “Depois de sofrer a exploração do fabricante e de receber seu salário em dinheiro, o operário torna-se presa de outros membros da burguesia: o senhorio, o varejista, o penhorista, etc.” (MARX e ENGELS, 2010, p. 47).

No livro *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza* (2004), Maria Stella Bresciani se debruça sobre a dura realidade social que caracterizava os bairros operários dessas duas metrópoles, salientando que, naqueles espaços, homens, mulheres e crianças viviam imersas na mais horrenda pobreza. Com base no trabalho de Louis Chevalier, a autora mostra que a maioria das ruas “desta maravilhosa Paris” eram, “na verdade, tão somente condutos sujos e sempre úmidos de água pestilenta”. Por tais ruas, transitava continuamente uma multidão pálida e doentia, que colocava “os pés nas águas” que escorriam, “o nariz no ar infecto e os olhos atingidos a cada esquina pela mais repulsiva sujeira”. Estas seriam as ruas em que habitavam “os trabalhadores mais abastados”. Havia ainda ruelas tão estreitas a ponto de não permitirem a “passagem de dois homens juntos”, ruelas que se constituíam como “verdadeiras cloacas de imundícies e de lama onde uma população enfraquecida respira cotidianamente a morte” (BRESCIANI, 2004, p.75-76).

A metade do século XIX marca o começo da maior migração de povos na História. Um fluxo contínuo de homens e mulheres movia-se em todas as direções: o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras. A maioria dos homens que se desenraizavam do campo foi para as cidades em busca do melhor caminho que pudesse encontrar em mundos que, embora estranhos e assustadores, eram mais promissores do que seus lugares de origem. Procuravam um mundo onde se dizia que “o pavimento das cidades era de ouro, embora alguns emigrantes não encontrassem mais do que um pouco de cobre”. As mulheres migrantes entre países tornavam-se, em sua maioria, empregadas domésticas. Os homens seguiam o comércio tradicional de suas regiões ao se transferirem para as cidades. Em caso de serem trabalhadores especializados, seguiam sua própria profissão. Se fossem comerciantes, dedicavam-se a alguma forma de pequeno comércio, sobretudo de alimentos ou bebidas. Caso não se enquadrassem em nenhuma das opções acima, encontravam emprego em duas grandes ocupações que não exigiam nenhum tipo de especialização estranha a homens do campo: construção e transportes (HOBSBAWM, 2010, p. 296-299).

Apesar das esperanças alimentadas pelos imigrantes, os deslocamentos não significavam necessariamente melhores condições de vida na nova cidade escolhida como destino. Frédéric Le Play, em livro publicado em 1855, relata as condições de vida dos pedreiros na capital francesa. Geralmente pertenciam a famílias de pequenos proprietários-agricultores estabelecidos em comunas rurais providas de pastagens comunitárias, comportando pelo menos a manutenção de uma vaca leiteira por família. A permanência em Paris era marcada por privações e economias. Pela alimentação pagavam 38 francos por mês, e alojamento lhes custava 8 francos mensais. Em relação às acomodações, “dez operários da mesma profissão vivem geralmente reunidos num mesmo quarto, onde se deitam dois a dois. Esse quarto não é aquecido; os companheiros o iluminam com uma vela de sebo que usam em rodízio”. No entanto, a permanência em Paris provocaria mudanças no modo de ser do jovem pedreiro, que se tornaria “menos resistente a contrair uniões ilegítimas, a se entregar a despesas com roupas e a se mostrar em lugares de reunião e prazer”. Com o decorrer dos anos, ao “mesmo tempo que se torna menos apto a se elevar à condição de proprietário, acha-se mais sujeito aos sentimentos de inveja que nutre contra as classes superiores” (LE PLAY *apud* BENJAMIN, 2006, p. 174).

Renato Ortiz (1998) lembra que, no século XIX, o mundo do trabalho era visto como “um domínio indiferenciado, uma fonte de corrupção atávica, a condensação de valores „selvagens” – violência, promiscuidade, vulgaridade”. Segundo a ideologia dominante, os trabalhadores eram uma raça à parte, degenerada, distante dos ideais da civilização ocidental (ORTIZ, 1998, p. 77).

As mudanças ocorridas com os avanços da sociedade capitalista têm seu lado positivo, mas também um efeito negativo. Em relação ao desenvolvimento urbano, Walter Benjamin chama atenção para a disseminação da prostituição, que ganha um de seus atrativos mais poderosos com o surgimento das grandes cidades. A massa concentrada em tais cidades permite às prostitutas, anteriormente segregadas em algumas casas, ou em certas ruas, disseminarem-se por bairros inteiros. Para o filósofo, a própria venalidade pode se tornar um estimulante sexual, que aumenta quando uma oferta copiosa de mulheres enfatiza o seu caráter de mercadoria (BENJAMIN, 2006, p. 384).

4 – Walter Benjamin, crítico da modernidade

Segundo Michael Löwy, “escovar a história a contrapelo” é uma proposição que resume a postura de Walter Benjamin “diante de sua época, seu estilo de pensamento, sua trajetória intelectual e política”. Tal proposição significa a recusa da ilusão do progresso, cuja crítica é um tema, ou uma iluminação, como sugere o estudioso franco-brasileiro, que atravessa o conjunto da obra do filósofo alemão, sendo “encontrada tanto antes quanto depois de sua adesão a marxismo”, e imprimindo “sua marca tanto em seus ensaios teológicos quanto em seus artigos culturais ou políticos”. Trata-se de uma problemática de origem romântica, partilhada também por vários outros críticos da modernidade (LÖWY, 2008, p. 189-190).

Benjamin não nega o fato de ter havido uma progressão dos conhecimentos e das atitudes humanas; sua recusa está, tanto no livro das *Passagens* quanto nos escritos posteriores, no mito “de um progresso da própria humanidade que resulta necessariamente das descobertas técnicas, do desenvolvimento das forças produtivas, da dominação crescente sobre a natureza”. Neste sentido, chama atenção para o fato de “as máquinas, supostamente aliviadoras do fardo do trabalho”, nada mais fazerem que intensificar a exploração humana (LÖWY, 2008, p. 192).

Na condição de crítico mordaz do progresso, aponta que este “é fundado na catástrofe”. A modernidade é caracterizada como o inferno, e o inferno não é o temível lugar que nos espera em outra suposta vida, mas a própria vida terrena, o atual estado de coisas (LÖWY, 2008, p. 197-198).

No ensaio introdutório ao livro *Walter Benjamin: aviso de incêndio*, em que faz um estudo das teses “Sobre o conceito de história”, Michael Löwy propõe que o pensamento de Walter Benjamin consiste em ser, sobretudo, uma *crítica moderna à modernidade* capitalista e industrial, “inspirada em referências culturais e históricas pré-capitalistas” (LÖWY, 2005, p. 15, grifos do autor).

Ao analisar a totalidade da obra de Benjamin, Michael Löwy não vê a existência de um sistema filosófico: “toda a sua reflexão toma a forma do ensaio ou do fragmento – quando não da criação pura e simples, em que as passagens tiradas de seu contexto são colocadas a serviço de seu próprio itinerário”. Considera que o pensamento do autor das *Passagens* apoia-se em três fontes bastante distintas: no Romantismo alemão, no messianismo judaico e no marxismo. No entanto, adverte que não se trata de uma combinação ou “síntese” eclética de três perspectivas aparentemente incompatíveis, “mas da invenção”, a partir delas, “de uma nova concepção, profundamente original”, de modo que não se pode explicar seu itinerário por uma ou outra “influência” (LÖWY, 2005, p. 17).

Löwy chama atenção para a existência e para a necessidade de tentar evitar a qualquer custo dois “erros simétricos” frequentemente encontrados na literatura sobre Walter Benjamin: o primeiro deles consiste em dissociar, por uma operação (no sentido clínico do termo) de “ruptura epistemológica”, a obra de juventude, considerada “idealista” e teológica, da obra “materialista” e revolucionária, característica da maturidade; o segundo, em compensação, consiste em encarar sua obra como um todo homogêneo, desconsiderando a profunda transformação produzida, por volta da metade dos anos 1920, em função da descoberta do marxismo. Löwy conclui que, “Para compreender o movimento de seu pensamento seria preciso, então, considerar simultaneamente a continuidade de alguns temas essenciais e as diversas guinadas e rupturas que delimitam sua trajetória intelectual e política” (LÖWY, 2005, p. 18).

Na tentativa de compreender a trajetória do pensamento benjaminiano, Löwy toma como ponto de partida o momento romântico que se encontra no centro das preocupações do jovem filósofo. No entanto, para apreendê-lo em toda a sua dimensão,

lembra que o Romantismo não é somente uma escola literária e artística do começo do século XIX, mas que expressa, antes de qualquer coisa, uma verdadeira visão de mundo, um estilo de pensamento, uma estrutura de sensibilidade que se manifesta em todas as esferas da vida cultural, desde Rousseau e Novalis até os surrealistas (além de outros posteriores).

Poderíamos definir a *Weltanschauung* [visão de mundo] romântica como uma crítica cultural à civilização moderna (capitalista) em nome de valores pré-modernos (pré-capitalistas) – uma crítica ou um protesto relativos aos aspectos sentidos como insuportáveis e degradantes: a quantificação e a mecanização da vida, a reificação das relações sociais, a dissolução da comunidade e o desencantamento do mundo. Seu olhar nostálgico do passado não significa que ela seja necessariamente retrógrada: reação e revolução são aspectos possíveis da visão romântica do mundo. Para o Romantismo revolucionário, o objetivo não é uma *volta* ao passado, mas um *desvio* por este, rumo a um futuro utópico (LÖWY, 2005, p. 18, *grifos do autor*).

Em um dos primeiros artigos de Benjamin, publicado em 1913, intitulado “Romantismo”, o autor “convoca ao nascimento de um novo Romantismo, proclamando que a „vontade romântica de beleza, a vontade romântica de verdade, a vontade romântica de ação” são conquistas „insuperáveis” da cultura moderna”. Considerado inaugural, é o texto que confirma o vínculo profundo de Benjamin com a tradição romântica – concebida como arte, conhecimento e práxis – e, ao mesmo tempo, um desejo de renovação (LÖWY, 2005, p. 19).

Também no texto “Diálogo sobre a religiosidade do presente”, há uma retomada da crítica romântica à modernidade, quando Benjamin chama atenção para a transformação dos seres humanos em “máquinas de trabalho”, para a degradação do trabalho a uma simples técnica, para a submissão desesperadora das pessoas ao mecanismo social, e ainda para a substituição dos “esforços heroico-revolucionários” do passado pela piedosa marcha (semelhante à do caranguejo) da evolução e do progresso (LÖWY, 2005, p. 19). Enfim, uma das preocupações de Benjamin consiste nas ameaças que o progresso técnico e econômico promovido pelo capitalismo faz pesar sobre a humanidade. Seu protesto romântico contra a modernidade capitalista é sempre feito em nome de um passado idealizado – real ou mítico (LÖWY, 2005, p. 23-28).

Importa dizer que os fragmentos do livro sobre as passagens parisienses nos interessam não exatamente pelo fato de representarem uma crítica benjaminiana à

ideologia do progresso¹⁷, mas pelo que tais fragmentos em si nos dizem acerca da realidade social francesa do final do século XIX, possibilitando-nos conhecer um pouco mais da dinâmica de uma cidade que estava no imaginário¹⁸ da época e, conseqüentemente, na imaginação de Artur Azevedo sempre que o cronista idealizava um modelo de cidade moderna e civilizada. Vale ainda ressaltar que o olhar de Benjamin está histórica e cronologicamente distante do século XIX, o que lhe permite tecer as críticas ao progresso parisiense.

Podemos admitir que, até certo ponto, o fato de estar geograficamente distante da capital francesa, fazia com que Artur Azevedo visse a modernidade da grande capital europeia somente em sua aparência, mas não em sua essência. Além disso, aquele progresso ainda era relativamente recente e, embora ficasse evidente para alguns críticos que ele traria suas mazelas, como foi o caso da exclusão dos pobres de Paris, faltava ao cronista maranhense certo distanciamento que preparasse criticamente seu olhar para as conseqüências das reformas empreendidas por Haussmann. Cumpre frisar ainda que esse modelo de reformas tão desejado pelos brasileiros escondia em suas fímbrias vícios e mazelas muito semelhantes aos que tínhamos aqui. O modelo a ser imitado era, também, um modelo excludente, assentado na segregação e em uma clara proposta de higienização social. Se na França os críticos da sociedade burguesa punham em evidência a exploração do homem pelo homem, no Brasil persistia a mesma prática, promovida, sobretudo, pelo regime servil, que logo assumiria outra forma, com a abolição e a implantação do trabalho assalariado.

¹⁷A palavra ideologia está sendo utilizada como “um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social”, com a função de “legitimar um poder político dominante”. Esta definição é uma fusão de dois, dentre vários significados apresentados por Terry Eagleton, no primeiro capítulo (“O que é ideologia?”) do livro *Ideologia*.

¹⁸Imaginário seria um “um conjunto de imagens visuais e verbais gerado por uma determinada sociedade (ou parcela desta) na sua relação consigo mesma, com outros grupos humanos e com o universo em geral. Todo imaginário é, portanto, coletivo, não podendo ser confundido com imaginação, atividade psíquica individual” Cf. FRANCO JÚNIOR, 1998, p. 16-7.

CAPÍTULO III

O SÉCULO XIX: SOB OS AUSPÍCIOS DA MODERNIDADE

Este capítulo terá como cenário o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, período em que se instaura o reinado de D. Pedro II, marcado, sobretudo, por articulações políticas e culturais que contribuíram para a consolidação do Estado nacional. Um olhar sobre este período é importante para compreendermos o contexto político e social vivenciado por Artur Azevedo e configurado em suas crônicas. Nascido no Maranhão (1855), o cronista chegou à capital do Império em 1873, logo começando a trabalhar no jornal *A reforma*, dirigido por seu conterrâneo Joaquim Serra. Na nova cidade que escolheu para viver, acompanhou e, podemos dizer, participou, enquanto crítico da realidade circundante, do desenrolar dos acontecimentos advindos com a criação do Partido Republicano, das questões religiosa e militar, da última reforma eleitoral ocorrida no período monárquico, da campanha abolicionista e da vitória do regime republicano – para ficarmos somente no século XIX. Vale ressaltar, de antemão, que a década de 1870 foi marcada pelo aparecimento de um “bando de ideias novas¹⁹” que “esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte”, como “o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo, o social-darwinismo” (SCHWARCZ, 1993, p. 27-28).

1 – De colônia portuguesa a Estado independente

Sem entrarmos no mérito de discutir o marco temporal da modernidade, adotamos como início de nossas reflexões o ano de 1822, por ser o momento em que o Brasil se constituía enquanto nação e quando ensaiávamos passar para a condição de sujeitos da nossa própria história.

Em *Insultos impressos* (2000), Isabel Lustosa mostra que a emancipação política foi marcada por um clima de empolgação, como podia ser visto pelos anúncios de alguns periódicos, oferecendo fitas, nas cores verde e amarelo, e outros adereços para a festa de aclamação de D. Pedro I como imperador:

Vendem-se fitas cor de ouro com a legenda Independência ou Morte, a doze vinténs cada uma nas lojas de fazenda da Rua da Quitanda, casa nº 40 e nº 84 e nº 58 e nº 10 por trás do Hospício e na Rua da Cadeia nº 58 (*apud* LUSTOSA, 2000, p. 242).

¹⁹ A expressão é de Silvio Romero.

Na mesma loja [loja de Paulo Martin] acha-se uma porção de miçangas e fitas verdes e amarelas próprias para laços da Nação Brasília (*apud* LUSTOSA, 2000, p. 242).

Aquela empolgação podia ainda ser percebida após um ano do processo de emancipação, conforme o periódico *A estrela brasileira*, publicado em 17 de novembro de 1823, no qual os leitores encontravam o anúncio discreto de uma “Estampa da Gloriosa Aclamação do Senhor Dom Pedro no dia 12 de Outubro de 1822”, à venda na rua do Cano, 16.

No entanto, aquele estado de ânimo, visto por meio dos anúncios, não podia ser traduzido como indicativo de mudanças efetivas na política e na economia da jovem nação. Saindo da tutela da Coroa portuguesa, o destino do nosso país ficou nas mãos de uma minoria, que constituía uma “verdadeira oligarquia fazendo parte do Conselho de Estado, Senado, Câmara dos Deputados, exercendo funções de presidente de província e de ministros de Estado”. Contrariando algumas expectativas, nesse estado de coisas persistem as estruturas tradicionais de produção e as formas de controle político caracterizadas pela manipulação do poder local – representado pelos grandes proprietários –, bem como a marginalização e apatia da maioria da população (COSTA, 2010, p. 59-60).

Sob este estado de coisas, a imprensa anunciava o nascimento do futuro imperador do Brasil, em 02 de dezembro de 1825 – um dia depois do terceiro aniversário de sagração de D. Pedro I. A notícia, veiculada nas páginas d’*O espectador brasileiro*, significava a vinda de novos tempos e era comparada, dada a sua importância, com a data de outros fatos e feitos heroicos que marcaram a história da humanidade. Assim, em tom laudatório, o nascimento real foi anunciado nos seguintes termos:

A anarquia morreu em França no dia 2 de Dezembro; a Coroa de Carlos Magno vingou nesse dia os atrozes insultos feitos ao Neto de Henrique IV. O Céu sabe o que faz; e tendo-se ele ultimamente iluminado com novas lanternas, nos anunciava que preparássemos luzes para festejar o nascimento de um Príncipe, que saberia sustentar os direitos inauferíveis da Coroa de seu Augusto Pai. Quando Ele abrir os olhos, e vir o mapa dos serviços feitos por S. M. o Imperador dirá como o Herói do Norte – Meu Pai, nunca o Diabo me há de tirar o que o Céu me deu como vosso Herdeiro. – Se alguma província saltar fora do círculo, como ali a Silésia, Ele a irá buscar nos campos da vitória. – Príncipe, segue os passos do Teu Augusto Pai, e só isso bastará para tua glória; seja Ele o teu mestre; Tu serás o Conservador do Império assim como ele foi o criador. Porém para seres perfeito na arte de Governar os povos é preciso que por muitos, por dilatados anos frequentes a Augusta

Escola de Marco Aurélio Brasileiro (O ESPECTADOR BRASILEIRO²⁰, 02/12/1825).

O nascimento do futuro imperador do Brasil era comparado ao advento do Messias, um salvador que viria para redimir a nova nação das mazelas políticas e sociais reinantes. O tom laudatório do artigo torna-se ainda mais fácil de se entender quando as informações no rodapé da última página do jornal em questão esclarecem que o novo veículo tem origem na tipografia de Plancher, “impressor-livreiro de Sua Majestade Imperial”.

Embora não tenha convivido com a mãe – que morrera quando o menino tinha apenas um ano de idade –, dela herdou o “amor aos livros e à ciência, especialmente a astronomia”, amor que carregaria consigo durante toda a vida (CARVALHO, 2007). Seu tutor, marquês de Itanhaém, se encarregaria de prescrever os ensinamentos adequados para a formação de um chefe político, haja vista que o jovem rapaz assumiria as rédeas da recém-formada nação. Cabia aos mestres ensinar “ao imperador que todos os deveres do Monarca se reduzem a sempre animar a Indústria, a Agricultura, o Comércio e as Artes”, metas que seriam alcançadas estudando arduamente “de dia e de noite, as ciências todas, das quais o primeiro e principal objeto é sempre o corpo e alma do homem”. Segundo a historiografia oficial, tornou-se efetivamente um homem culto e preocupado com o progresso.

O “órfão da nação” foi educado para ser “um chefe de Estado perfeito, sem paixões, escravo das leis e do dever, quase uma máquina de governar”, e “nenhum outro chefe de Estado marcou mais profundamente a história do país”, segundo Carvalho. Se não foi o salvador da nova nação, Pedro II foi, ao menos, o monarca que ao longo dos quase cinquenta anos em que esteve no poder, deixou “consolidada a unidade do país, abolidos o tráfico e a escravidão, e estabelecidas as bases do sistema representativo graças à ininterrupta realização de eleições e à grande liberdade de imprensa” (CARVALHO, 2007, p. 9).

²⁰ O primeiro número deste jornal foi publicado em 28 de junho de 1824, com apenas duas páginas encimadas pela expressão “Clamor nacional dirigido aos ilustres e nobres brasileiros”. Já no segundo número tinha *O espectador brasileiro* como título. No entanto, para encontrá-lo no arquivo da Hemeroteca Nacional é preciso procurá-lo pelo nome *Clamor nacional*.

2 – Letras, Ciências e Artes sob a égide de Pedro II

Em virtude das circunstâncias, o “órfão da nação” entraria na cena política mais cedo do que se poderia imaginar. Após o conturbado governo de D. Pedro I, que tinha sido marcado por tendências fortemente absolutistas, e o agitado período regencial, o *Diário do Rio de Janeiro* noticiava, aos 24 de julho de 1840, a solenidade de aclamação de Pedro II como “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. A notícia, tão esperada pelo povo, deu-se nos seguintes termos:

Em seguimento, o Sr. presidente nomeou a comissão que devia redigir a proclamação ao povo, escolhendo para ela os Srs. Andrada Machado, Alves Branco e Limpo de Abreu. Nomeou depois a deputação que devia ir saber de S. M. I. a hora em que viria prestar o juramento da constituição; as comissões que deviam receber a S. M. I. e a suas Augustas Irmãs.

A uma hora da tarde dirigiu-se a deputação ao paço da Boa Vista, e voltando declarou que S. M. respondera que às 3 horas da tarde se acharia no senado para prestar o juramento.

Pouco depois das três horas chegou S. M. I. que foi recebido com vivas de entusiasmo pelo povo e tropa que estava no campo. Saiu a comissão para recebê-lo, assim como a que devia receber as Augustas Princesas. O Sr. presidente da assembleia geral com os secretários esperou na porta principal da sala por S. M. I. No meio de vivas estrondosos entrou S. M. I. na sala, e acompanhado pelo Sr. presidente, pelo mordomo-mor, marquês de Itanhaém, e outros criados da casa imperial dirigiu-se ao trono, e ali esteve em pé por alguns minutos enquanto era saudado pelos vivas do povo, senadores e deputados. [...]

Então o Sr. marquês de Paranaguá declarou que S. M. ia prestar o juramento para assumir o exercício dos poderes que pela constituição lhe competem. S. M. desceu os degraus do trono, ajoelhou-se, e, pondo a mão direita no livro dos Santos Evangelhos que lhe oferecia o Sr. marquês de Paranaguá, repetiu o juramento que era lido pelo 1º secretário do senado, o Sr. desembargador Luiz José de Oliveira. Findo este ato S. M. tornou a sentar-se no trono; e o Sr. 1º secretário leu o termo de juramento que foi assinado por S. M. I. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 24/07/1840).

Na solenidade que oficializava a sucessão de D. Pedro I, se achavam presentes “33 senadores e mui grande número de deputados” e “diversos membros do corpo diplomático”. O grande acontecimento trazia consigo o desejo de que, daquele momento em diante, tivéssemos justiça e paz e que as revoluções fossem esquecidas. Em 2 de dezembro, a imprensa reservou grande espaço em suas páginas para homenagear o jovem monarca por ocasião do seu 15º aniversário, como podemos ver no periódico *A regeneração*. O novo imperador assumiu o poder precocemente e num momento turbulento da vida nacional, “quando o Rio Grande do Sul era uma república independente, o Maranhão enfrentava a revolta da Balaiada, mal terminara a sangrenta guerra da Cabanagem no Pará, e a Inglaterra ameaçava o país com represálias por conta do tráfico de escravos”. Considerando-se a longevidade do seu governo – “49 anos, três

meses e 22 dias” – e as “transformações efetuadas em seu transcurso, nenhum outro chefe de Estado marcou mais profundamente a história do país” (CARVALHO, 2007, p. 09).

Embora o Rio de Janeiro tenha vivenciado significativas transformações durante o longo governo de D. Pedro II, as mudanças estruturais na cidade começaram a ocorrer a partir da vinda da Família Real para o Brasil, no começo do século XIX. Naquela época, foram criados os primeiros estabelecimentos de caráter cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e Museu Real, que transformavam a colônia em um “centro produtor e reprodutor de sua cultura e memória” (SCHWARCZ, 1993, p. 23-24).

Com a volta de d. João VI para Portugal, o processo por ele iniciado teve continuidade nas mãos de seu filho, Pedro I, em cujo reinado foram criadas duas faculdades de Direito no país – uma em São Paulo e outra em Pernambuco, na cidade de Olinda, em março e maio de 1828, respectivamente. Tais instituições tinham como incumbência formar juristas em cujas mãos estavam a “responsabilidade de fundar uma nova imagem, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole”, mantendo, porém, no comando, um monarca português (SCHWARCZ, 1993, p. 141). Embora as intenções dos soberanos fossem boas, o projeto de implantação das referidas instituições não previa um conjunto de condições físicas básicas que garantissem o bom funcionamento dos cursos oferecidos. Assim, por absoluta falta de infraestrutura adequada, eram instaladas em prédios pertencentes à Igreja.

Sob a égide de d. João VI foram criadas também duas escolas cirúrgicas: a primeira, na Bahia, em 18 de fevereiro de 1808; a segunda, no Rio de Janeiro, em 2 de abril do mesmo ano. O que nos chama a atenção nesse afã de equipar a colônia com estabelecimentos de ensino é o breve tempo gasto para que tais estabelecimentos entrassem em funcionamento: no caso da escola da nova sede do Coroa portuguesa, o tempo foi de menos de 30 dias. Entre os anos de 1813 e 1815, as referidas escolas passaram por uma reorganização e foram transformadas em “academias médico-cirúrgicas”. No entanto, as mudanças não significavam necessariamente melhorias na parte estrutural, permanecendo a precariedade que dificultava o andamento dos trabalhos: além da pouca assiduidade dos professores, faltava “apoio oficial e material”.

Em 1829, seguindo o modelo da Academia Francesa, foi fundada a Sociedade de Medicina, com a incumbência de “analisar as diferentes propostas de reforma de ensino médico em discussão na Câmara” (SCHWARCZ, 1993, p. 196).

As propostas vindas com o novo órgão transformavam as academias em faculdades de medicina e atribuíam-lhes o direito de conceder títulos de doutor em medicina, de farmacêutico e de parteiros. Mesmo com as adaptações realizadas, persistiam velhos problemas, dentre os quais, os critérios duvidosos utilizados na contratação de professores, critérios que não levavam em consideração o mérito ou a produção científica dos candidatos, caracterizando-se, portanto, como uma espécie de patronato que causava repugnância (SCHWARCZ, 1993, p. 194-196). Apesar de todos os problemas e de toda a precariedade, essas instituições foram palco de debates, sobretudo a partir de 1870, quando o “bando de ideias novas” aqui aportadas foi utilizado pelos bacharéis para tentar explicar a realidade brasileira.

Ao analisar as instituições formais encarregadas de instrução intelectual e social da juventude de elite, Jeffrey Needell (1993) lembra que, em geral, no Segundo Reinado, apenas as famílias de posses e posição tinham acesso à educação secundária, sendo o Colégio Pedro II e o Collège de Sion os mais representativos desse período.

O colégio que levava o nome do chefe de Estado brasileiro foi inspirado no currículo e na educação clássica francesa e possuía um corpo docente supervisionado pelo próprio imperador, que também, com certa frequência, lá comparecia para assistir aos exames dos alunos e acompanhar de perto o progresso de seus protegidos. Transformou-se em “glória” do ensino brasileiro, uma espécie de “símbolo de civilidade”, de um lado, e de pertencimento a uma elite, de outro. Dentre os alunos que por ele passaram “encontravam-se muitos dos conselheiros, ministros, senadores, titulares, assim como banqueiros, advogados e médicos importantes que controlaram as fortunas do Brasil imperial e republicano” (NEEDEL, 1993; SCHWARCZ, 1998). Era o único estabelecimento de instrução secundária pública do Império, e o diploma de bacharel em Letras, conferido aos alunos que concluíssem os estudos secundários nessa escola, permitia a matrícula em quaisquer dos cursos superiores, sem necessidade de prestação de exames (DAMAZIO, 1996).

A importância do colégio Pedro II pode ser avaliada pela prática de escolas particulares oferecerem cursos preparatórios para ingresso nele, como podemos ver nas páginas comerciais dos periódicos da época considerada nesta tese. A título de

ilustração, o colégio Brasileiro-alemão, situado à rua das Laranjeiras, 29, com os sistemas de internato e externato, oferecia preparação “para todos os cursos do Imperial Colégio de Pedro II e para os exames preparatórios”. O ensino era ministrado em língua portuguesa, dando-se, porém, “especial atenção ao estudo do alemão”. Como método de educação empregava-se o da Alemanha, porém, adaptado aos costumes do Brasil (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06/01/1888). Como sugere Schwarcz, se antes de mudar as estruturas econômicas, parecia mais urgente para o imperador mudar os espíritos, a mudança só ocorreria para um pequeno grupo de privilegiados que pudessem ingressar na referida escola (SCHWARCZ, 1998, p. 150).

Neste sentido, cumpre observar que, apesar da condição de poliglota chefe Estado, correspondente e sócio de várias instituições internacionais, chefe que mantinha junto ao trono uma biblioteca, um museu, um laboratório e um observatório astronômico, e que se interessava pela educação, frequentando concursos das Escolas de Medicina, Politécnica, Militar e Naval, enfim um chefe em cujo Império a instrução primária era obrigatória, o imperador apresentava uma postura estranha, já que parecia não investir na construção de muitas escolas. As poucas existentes concentravam-se quase todas na Corte. Essa postura parece-nos ainda mais estranha, quando tomamos conhecimento de anotações no seu diário, nas quais manifestava desejo de ser mestre-escola, caso não fosse imperador (SCHWARCZ, 1998).

Para as moças da sociedade de elite, havia o Collège de Sion, cujos trabalhos iniciaram-se em 1888, por iniciativa da condessa Monteiro de Barros em parceria com a Congrégation de Notre Dame de Sion, contando com os favores da família imperial (NEEDELL, 1993). As moças pertencentes à “boa sociedade” recebiam os primeiros ensinamentos no lar, completando-os nos colégios religiosos, de onde saíam preparadas para serem apresentadas a seus pares, almejando casamento (DAMAZIO, 1996).

Ao longo desse trabalho encontramos nas páginas da *Gazeta de Notícias* uma margem de aproximadamente 34 escolas particulares, em 1888, algumas delas oferecendo ensino para meninos e meninas e algumas somente para um ou outro sexo. Dentre essas escolas estavam também o colégio Abílio, que foi palco de um escândalo em 1886, do qual nos ocuparemos oportunamente, e o colégio Santa Mariana, cuja fundação se deu em 1879, e sobre o qual Artur Azevedo comentou, recomendando aos pais, que sempre se encontravam em dificuldades na hora de escolher um bom colégio para as filhas:

No colégio Santa Mariana, o ensino, que se divide em primário e secundário, consta das seguintes disciplinas: leitura, caligrafia, gramática nacional, francês (nomenclatura e frases simples), aritmética prática, sistema métrico, doutrina cristã, desenho geométrico, noções de geografia, de história sagrada e do Brasil, solfejo, costura, trabalhos de agulha, crochê, tricô, filete, miçanga, bordado branco, flores de papel, etc, no primário; português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, desenho, música, piano, canto, bordado de ouro e de froco, no secundário (AZEVEDO, 10/01/1886).

Além da boa localização no bairro de Vila Isabel, a escola oferecia pensões com preços exíguos, e era dirigido pela esposa de José Ventura Bôscoli, “cavalheiro apreciado por quantos o conhecem, e autor de uma excelente monografia filológica”. As alunas que residissem no “perímetro compreendido entre a ponte de Maracanã e o Cabuçu, inclusive a Aldeia Campista”, “por especial favor da Companhia Ferro Carril de Vila Isabel”, transitariam gratuitamente nos respectivos bondes.

Na fileira dos institutos de ensino, podemos incluir o Liceu de Artes e Ofícios, que oferecia ensino artístico-industrial, sendo muitas vezes comentado por Artur Azevedo, a exemplo do dia 23 de novembro de 1885, quando se comemorava 31 anos de organização da instituição em apreço:

Faz hoje trinta e um anos que foi organizado o Liceu de Artes e Ofícios. Em 1871, o ilustre Zacarias, de saudosa memória, dizia no senado, referindo-se a essa grandiosa instituição: “É um estabelecimento gratuito de instrução para as classes que vivem da indústria e se destinam à indústria, devido à iniciativa particular, especialmente à de um indivíduo, cujo nome o Senado há de consentir que eu pronuncie neste recinto, como homenagem aos seus serviços relevantes: o Sr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Esse estabelecimento, que começou a funcionar em sacristias de igrejas e que hoje em uma igreja se acha, a de S. Joaquim, apresenta, no que toca à frequência o seguinte resultado: em 1868 542 alunos, em 1869 823, e em 1870 915. Qualquer dos nobres senadores que em um passeio noturno, visto que as aulas do estabelecimento são à noite, for de improviso a S. Joaquim, ali achará muitas dezenas de indivíduos nas diversas aulas, e com tal silêncio e ordem, com tanta aplicação, como duvido apresente algum outro estabelecimento no Rio de Janeiro; dir-se-ia, passando por ali, não haver no edifício mestres nem discípulos, e todavia discípulos em grande quantidade ouvem, atentos, professores tão hábeis quanto desinteressados (AZEVEDO, 23/11/1885).

Apesar do cunho laudatório do texto, evidenciando a gratuidade do ensino e as qualidades do diretor, o autor deixou escapar a precariedade das instalações da referida escola, que começou a funcionar em sacristias e ainda continuava numa igreja. Parecia ter uma boa aceitação, dado que em apenas dois anos de funcionamento o número de alunos duplicou. Esse aumento significativo talvez encontre explicação no fato de o estabelecimento dirigido por Bethencourt da Silva aceitar matrículas de pessoas de

ambos os sexos. Anualmente, faziam-se exposições dos trabalhos dos alunos, às quais Artur Azevedo sempre fazia questão de comentar em seus textos.

Deixando um pouco as instituições de educação formal, em outubro de 1838, sob a regência de Araújo Lima, foi criado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), seguindo o modelo de uma instituição europeia congênere. Seus pressupostos eram os de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). A partir da década de 40, essa instituição abrigou os românticos brasileiros – Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varnhagen –, vindo a se firmar, na década seguinte, como “um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais”. Ainda anos 40, com a maioridade, o monarca brasileiro tornou-se assíduo frequentador e incentivador dos trabalhos realizados no IHGB, presidindo em torno de 506 sessões até o ano de 1889. O número contrasta com a presença do soberano na Câmara, onde só aparecia duas vezes ao ano: para abrir e encerrar os trabalhos (SCHWARCZ, 1998, p. 126-127).

A assiduidade no estabelecimento científico e cultural e a ausência no recinto de deliberações serviriam como mote para o deboche de folhetinistas, que não mediam palavras para desqualificá-lo, enquanto chefe político de sangue frio, que se divertia fazendo-se poeta e literato de fãncaria, recitando versos e comentando traduções de Plauto, enquanto a situação conservadora se divertia com caçadas de negros e afrontava a dignidade nacional surrando homens livres, desrespeitando, assim, os direitos sagrados dos cidadãos e a moralidade pública:

Não há de ser aos que estudam que sua majestade há de impor a sua proclamada *sabedoria*, vasto caleidoscópio que ilude os ignorantes com o seu prisma fantástico feito de miçangas e de fragmentos de vidro.

Não há de ser essa arqueta de bufarinhas a mais apta para respigar ideias e emitir sentenças e comentários.

Que fulgure entre os seus e que engodilhe os literatos da corte, porque cá por fora o sábio não passa de um neto de D. João VI e o poeta de um rimador de versos coxos.

Não há nisto parcialidade demagógica; há verdade.

E a verdade é a única vibração desses escritos que têm por fim o duplo trabalho de expor a decomposição do império e do imperador (GAZETA DA TARDE, 02/01/1886, *grifo do autor*).

O texto, de autoria de Luiz Murat, é um libelo contra a figura de D. Pedro II. Se Sua Majestade os quisesse (a Murat e a seus colegas) “distinguir com um convitezinho” seriam “capazes de mandar passear os ideais” e tornarem-se “pedristas até a morte”. Não falariam “mais no *déficit*, nem nas moedas falsas dos reis, nem nas augustas orelhas do vovô de sua Majestade”. Porém, se o monarca não os mandasse convidar para suas palestras e recitativos, começariam a “gritar que Sua Majestade não tem talento, que não é poeta, nem astrólogo, que não comenta Plauto, nem Virgílio, nem Homero, nem Dante, nem Shakespeare, nem coisa nenhuma”.

As críticas persistiam porque, ao invés de assumir as incumbências de chefe de Estado, naquele momento de efervescência causada pelos movimentos abolicionista e republicano, o monarca deixava-se ficar envolvido com questões literárias e culturais, que não deixavam de ter importância, tendo em vista que mostravam seu grau de adiantamento intelectual, embasbacando, muitas vezes, os estrangeiros, que jamais imaginavam encontrar aqui um imperador tão “ilustrado”, mas que, naquele contexto, eram de somenos importância (SCHWARCZ, 1998). O que realmente importava a própria *Gazeta da Tarde* mostrava, por meio da publicação de textos com reivindicações de mudanças:

Eleições gerais

A maioria da nação, conscienciosa e sinceramente preocupada do futuro da pátria, tem deliberado convergir seus votos aos candidatos às câmaras legislativas que em suas circulares tomarem terminantemente o compromisso de envidar todos os seus recursos intelectuais para os seguintes resultados:

1º Extinção gradual da escravidão no Brasil sem desorganização do trabalho e com razoável indenização, segundo categorias de idade, de sorte que essa instituição iníqua e já condenada desapareça totalmente, o mais tardar, antes do dia 1º do próximo futuro século; ou então resolver o temeroso problema do elemento servil por acordo dos nossos partidos políticos, o que seria mais conveniente e de pacífica solução sem fomentar agitação nem acender paixões ruins, que poderiam levar o país a uma completa anarquia.

2º Descentralização das províncias, para que possam realmente prosperar (deixando de ser colônias da capital do Império).

3º Casamento civil (adotado hoje em todas as nações civilizadas).

4º Plena liberdade de testar, acabando-se com as chamadas heranças forçadas (como na grande e moralizada Inglaterra).

5º Reforma judiciária.

6º Equilíbrio da receita e despesa do Estado.

7º Conversão da dívida externa em dívida interna e extinção gradual desta.

8º Temporariedade do senado.

9º Proteção à indústria nacional.

10º Ensino primário obrigatório.

Intérprete fiel

(Do *Jornal do Comércio* de 28 de novembro de 1884)²¹ (GAZETA DA TARDE, 5/01/1886).

O texto, publicado por ocasião das eleições gerais que aconteceriam em 15 de janeiro de 1886, nas quais, José do Patrocínio, então proprietário e redator da *Gazeta da Tarde*, concorria a uma vaga de deputado, tentava conscientizar os candidatos de que deveriam voltar sua atenção para os desejos e necessidades da população. Nessa empreitada, o *Intérprete fiel* ocupa o lugar de porta-voz, forjando uma representação do brasileiro como cidadão politizado e preocupado com o futuro do país. Essa representação, no entanto, difere da imagem editada pela *Gazeta de Notícias* e pela crônica de Artur Azevedo, onde o eleitorado figura como apático e indiferente ao exercício de seus direitos políticos. Tais desejos, se concretizados pelos representantes eleitos, constituiriam um dos passos para confirmarmos nosso lugar entre as nações civilizadas.

Mesmo diante da agitação dos ânimos e dos protestos dos homens de letras, o monarca se reunia em suas palestras literárias ou com o grupo do IHGB para discutir literatura e cultura. O desejo do imperador de conversar sobre arte e cultura fica explícito no episódio ocorrido durante o conflito contra o Paraguai, quando D. Pedro foi conversar com um capturado e, em vez de dizer algo relacionado à guerra, à situação do prisioneiro, preferiu comentar sobre o guarani falado no Paraguai (CARVALHO, 2007, p. 114).

Referindo-se aos momentos iniciais do Instituto, Lilia Schwarcz chama atenção para os critérios utilizados na escolha de membros, critérios pautados mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual, sinalizando também para o papel central do Estado e sua vinculação ao círculo ilustrado imperial. Dos 27 sócios fundadores, 22 ocupavam altas posições na hierarquia interna do Estado, seja no campo político, seja no judiciário: eram senadores, desembargadores, procuradores, chefes de secretaria, que formavam um “conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade de corte”. No IGHB encontrava-se, portanto, “a nata da política imperial”, sendo boa parte “nascida em Portugal e fiel defensora da Casa de Bragança. Essa lealdade tenderá, inclusive, a se fortalecer com o estabelecimento de um poder monárquico mais centralizado nas mãos de d. Pedro II” (SCHWARCZ, 1993, p. 101-102).

²¹ O texto, de fato, havia sido publicado no *Jornal do Comércio* no ano de 1884. O tempo passava, mas persistiam os mesmos problemas e reivindicações.

Tanto no caso das Faculdades de Direito, quanto no do IHGB, temos traços característicos da sociedade brasileira da época: o patronato, o clientelismo e o filhotismo, originados no período colonial e que se estenderam pelo Primeiro e Segundo Reinados, como observa Emília Viotti da Costa, quando analisa as adequações do liberalismo europeu em solo brasileiro. Segundo a estudiosa, em nosso país, os principais adeptos dessa doutrina:

foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terra e elevado número de escravos e ansiavam por manter as estruturas tradicionais ao mesmo tempo que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre comércio. As estruturas sociais e econômicas que as elites brasileiras desejavam conservar significavam a sobrevivência de um sistema de clientela e patronagem e de valores que representavam a verdadeira essência do que os liberais europeus pretendiam destruir (COSTA, 2010, p. 135-136).

Viotti da Costa está na esteira de pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, que no célebre ensaio “O homem cordial” chama atenção para a concepção errônea vigente no século XIX, segundo a qual haveria uma gradação entre o círculo familiar e o Estado. Diferentemente do que se pensava, o que havia era descontinuidade e até oposição. De acordo com o ensaísta, somente “pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade” (HOLANDA, 2002, p. 1044). Em relação à sociedade brasileira pós-Independência, tentava-se mudar as estruturas políticas, porém, mantendo-se algumas práticas, posturas e mentalidades que entravam em choque com o novo modelo que se tentava imprimir.

A Academia Imperial de Belas Artes foi outro local em que os românticos tiveram importante participação. Criada por meio da Missão Francesa que chegou ao Brasil em 1816, tinha como objetivo fundar uma academia de artes. No entanto, a escola somente começou a funcionar em 1826, enfrentando ainda muitas dificuldades de ordem financeira. O impulso para este estabelecimento só veio no Segundo Reinado, graças aos auxílios públicos e privados do imperador, que empreendendo uma

política semelhante à do IHGB, distribuiu prêmios, medalhas, bolsas para o exterior e financiamentos, assim como participou com assiduidade das Exposições Gerais de Belas Artes, promovidas anualmente, ou entregou insígnias das Ordens de Cristo e da Rosa aos artistas de maior destaque (SCHWARZC, 1998, p. 145).

Os artistas que recebiam auxílio, dentre outras atividades, responsabilizavam-se pela concepção dos retratos oficiais de D. Pedro. “Estes, por sua vez, circulavam sob

forma de litografia, para outras partes do Império, ajudando a fixar uma memória de idade breve” (SCHWARZC, 1998, p. 145). Embora houvesse o apoio e o incentivo por parte do imperador, como sugere Lilia Schwarcz, ao lermos textos publicados na imprensa da época, textos que se voltavam para a realidade da instituição em apreço, podemos concluir que a situação das artes deixava muito a desejar. Em várias crônicas, Artur Azevedo compartilhou com os leitores do periódico em que colaborava seu inconformismo no que concerne à falta de cumprimento dos estatutos da Academia, e à indiferença do Império para com os artistas. Reclamava, ainda, da necessidade de um tratado de propriedade literária, bem como da falta de subvenções para companhias de teatro. No período aqui considerado, o referido estabelecimento foi palco de uma maracutaia, na qual a princesa Isabel era acusada de proteger certo pintor que participava do concurso ao prêmio de viagem à Europa.

O incentivo do imperador foi oferecido também para o canto lírico, em forma da Imperial Academia de Música e da Ópera Nacional, destinadas a formar cantores. Aquela sobreviveu ao tempo de Artur Azevedo. Na verdade, ele se refere a essa instituição como Imperial Conservatório de Música, em março de 1887, para se ressentir do fato de um músico amador, Alfredo Camarate, ter sido nomeado para inspetor da referida escola. A nomeação era por ele considerada escandalosa, tendo em vista que na cidade havia músicos profissionais habilitados para desempenhar tal função. Provavelmente se tratava de um caso de apadrinhamento, tão em voga naquela época.

A Ópera Nacional teve vida efêmera. Lauro Machado Coelho, em *A ópera italiana após 1870* (2002), mostra que, em carta a Francisco Manuel, em maio de 1865, Carlos Gomes lamentava o fechamento da instituição – criada em 1857 – no Rio de Janeiro. O autor de *O guarani* estava em Milão desde o ano anterior, onde chegara com uma bolsa de 1:800\$000, concedida pelo governo brasileiro. A intenção do imperador era a de que o maestro campineiro estudasse na Alemanha, mas por sugestão da imperatriz Teresa Cristina, de origem napolitana, a sede dos estudos foi transferida para Milão.

Ao menos em duas crônicas, Artur Azevedo dá notícias do músico mineiro José Lino de Almeida Fleming, também agraciado com as bolsas oferecidas pelo monarca brasileiro:

O Sr. José Lino de Almeida Fleming há seis anos estava estabelecido em Minas, sua província natal, com uma casa de negócio, que tinha alguma

coisa de armazém de secos e molhados, alguma coisa de armarinho e alguma coisa de loja de fazendas.

Ninguém tinha fé na prosperidade comercial do Sr. Fleming, e o caso não era para menos. O negociante, em vez de se entregar de corpo e alma ao negócio, levava horas e horas encostado ao balcão, fazendo rabiscos e desenhando preguinhos num papel grosso, esquisitamente pautado.

Os indivíduos mais inteligentes da localidade afirmavam que aquilo era compor música; outros, porém, declaravam alto e bom som que o Sr. Fleming estava doido, opinião esta que se espalhou com muita intensidade, pois não era raro que o futuro *maestro* desse manteiga ao freguês que lhe pedia botões, e rapé ao que ia comprar açúcar.

Aquela cabeça, povoada de rés bemóis e lás sustentidos, não regulava bem em matéria de negócio. O resultado não se fez esperar. A freguesia abalou, e o Sr. Fleming teve que fechar a porta (AZEVEDO, 06/04/1887).

O ex-comerciante estava na Itália desde 1881, estudando no Conservatório de Milão. Em pouco tempo chegaram as mais lisonjeiras notícias do aproveitamento e da capacidade do brasileiro. Toda a imprensa louvou o esperançoso artista, e o imperador aumentou espontaneamente a mesada que lhe dava.

A Medicina também recebeu apoio do monarca, que custeava estudos de médicos no exterior. José Murilo de Carvalho lembra que grande parte dos gastos normais do “bolsinho do imperador” ia para esmolas, doações a entidades beneficentes e científicas e pensões. “Os pensionistas no exterior recebiam ajuda para viagem, livros e enxoval. Em contrapartida, tinham de prestar contas trimestrais de seu aproveitamento e assumir o compromisso de regressar ao país no final dos estudos. Agentes diplomáticos brasileiros eram encarregados de fazer os pagamentos e acompanhar o aproveitamento dos beneficiados”. Como lembra o cientista político, “As pensões para o ensino superior cobriam diversas especialidades, com predominância da pintura, música, engenharia e medicina”. Mais do que simples incentivos, as bolsas constituíam um investimento do monarca, visando uma formação sólida para profissionais e artistas que, ao final dos estudos, trariam o conhecimento obtido no exterior para trabalhar em prol do desenvolvimento do seu país de origem. Embora em menor número, as bolsas também contemplavam o sexo feminino, sendo que uma das escolhidas foi enviada para estudar medicina nos Estados Unidos. Trata-se, sem dúvida, de uma atitude progressista, se tivermos presente que vivia numa sociedade patriarcal (CARVALHO, 2007, 100-101).

Nessa conjuntura, preconceitos deve ter enfrentado Ermelinda Lopes de Vasconcelos, a primeira mulher a se formar em Medicina no Brasil. A corajosa jovem, afrontando o ridículo “que nesta terra é costume lançar-se sobre as coisas mais honestas

e mais inteligentes, abriu às mulheres as portas da Escola de Medicina”. Com este título, a recém-doutora fazia-se chefe de “uma legião feminina, que atravessará essas ruas levando consigo a saúde, a esperança, a consolação, a caridade, o amor” (AZEVEDO, 22/12/1888). O acontecimento constituía-se como motivo para que as mulheres prestassem uma homenagem, mesmo que singela, a tão notável brasileira, oferecendo-lhes um simples anel de esmeralda, argumentava Artur Azevedo.

3 – “Macaquitos” e “civilizados”: copiando modelos

A transplantação de modelos europeus não vinha apenas dos estabelecimentos científicos e culturais, mas também dos modos de comportamento, que cruzavam o atlântico e eram consumidos por uma elite ávida por se parecer “civilizada”. Tal elite reunia-se em bailes, jantares, saraus, concertos e espetáculos teatrais, onde podiam conversar, exibir elegantes trajes inspirados na moda europeia, e pôr em prática as lições dos manuais de comportamento, cuja voga iniciou-se, no Brasil, em meados do século XIX, quando já estava em evidência na Europa:

Diante de uma realza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza titulada recém-criada, tais guias foram recebidos com o entusiasmo daqueles que tentam apagar as pistas do seu caráter recente e bastante improvisado (SCHWARCZ, 1998, p. 202).

As formas importadas de sociabilidade ditavam que as pessoas deveriam saber se portar não apenas nos interiores domésticos, mas também em locais de grande circulação de pessoas. Por essa razão, manuais traduzidos ou escritos em solo nacional, como o *Código do bom-tom*, de J. I. Roquette, tinham boa recepção entre os brasileiros. Tais manuais deveriam ser muito apreciados pelos frequentadores do Cassino Fluminense, em noite de concertos oferecidos pelo Clube Beethoven. Nessas ocasiões, lamentava-se Artur Azevedo, “os convidados dificilmente podiam mover-se de um lado para outro, e, nas proximidades do salão, era tal a vozeria, que não deixava dar aos instrumentos e às vozes a atenção que mereciam”. Na segunda parte do concerto, “exclusivamente preenchida pela sinfonia n. 3, de Beethoven”, por mais esforços que o cronista empregasse, não lhe era “dado ouvir, como quisera, a inimitável marcha fúnebre intercalada nessa esplêndida composição,” tal era “o rumor causado pelas pessoas levadas apenas pelo desejo de se exibirem” (AZEVEDO, 03/09/1885).

Em interessante texto publicado em 2 de janeiro de 1887, na seção “Mosquito por cordas”, do *Diário de Notícias*, o articulista chama atenção dos leitores para a mania

de imitação dos brasileiros. Começa a recriminação relembrando o episódio da guerra do Paraguai, quando éramos caracterizados de “macaquitos” pelos paraguaios. Tal epíteto não seria por causa do espírito de imitação?, perguntava o articulista. Se era assim, não havia motivos para nos zangarmos, já que imitávamos “tudo do estrangeiro, mas tudo quanto é mau”:

Entretanto, só o Brasil possui rios como o Amazonas, a folhagem sempre verde e exuberante de uma primavera eterna, os píncaros azulados de cordilheiras sem fim, as broncas penedias onde o mar cava grutas sombrias, os pampas, as cachoeiras, as pororocas, o olhar virginal mais puro, mais doce, mais magnético das mais formosas mulheres do mundo....

Mas... dar-se-á o caso que eu esteja com os *macaquinhos no sótão*?

Oh! não!... O meu fim era unicamente dizer que macaqueamos tudo quanto se faz no estrangeiro, menos o que é bom, grande, elevado...

Na Europa, onde a civilização ganhou terreno, aprofundou raízes, cresceu, enflorou e espalha o seu perfume pelas outras partes do mundo, a mulher, que é frágil, encontra sempre a proteção no homem, que é forte e que tem o dever de protegê-la.

Na grande arte da galanteria nenhum povo elevou-se ainda tanto como o francês...

Por que não o imitamos nós quanto ao tratamento que devemos ter para com as senhoras, em lugar de macaquearmos as modas que se tornam ridículas, porque usamos aqui no verão as que são usadas em Paris no inverno? (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 02/01/1887).

O texto funde nacionalismo, ressentimento e complexo de inferioridade. O grande desconforto do jornalista era o fato de macaquearmos somente o que era ruim. Na Europa, argumentava o articulista, com certa dose de idealização, qualquer senhora, fosse ela nobre ou plebeia, rica ou pobre, formosa ou feia, pode andar desacompanhada em qualquer rua, “sem que qualquer grosseirão se julgue com o direito de lhe dirigir pilhérias e graças impróprias de um cavalheiro, que tem noções de civilidade...”. Com isso, o articulista deixa clara a oposição: Europa, terra civilizada *versus* Brasil, terra selvagem. Uma vez que a “macaqueação” era inevitável, que copiássemos então a civilidade e a cortesia dos europeus.

No *Diário de Notícias* havia uma seção chamada “Na rua do Ouvidor”, assinada por “Souvenir”, que passava em revista os trajes das mulheres que passeavam pela estreita e esburacada rua do Ouvidor. Não podemos nos furtar ao desejo de transcrever um desses textos, em que o redator começa expondo os inconvenientes das chuvas para os frequentadores e para os comerciantes da “grande artéria”:

Que dia o de ontem! Carrancudo e cheio de negaças, ameaçava dar umas descargas d’água, o que é muito inconveniente para a rua do Ouvidor.

O comércio paralisa, os armarinhos elegantes ficam vazios, os bondes não trazem senão o sexo barbado e só os cafês se enchem de gente, que leva para

eles metade da água da rua, para dar extração ao cognac e a outras bebidas espirituosas. [...]

O maior dos inconvenientes da chuva para a rua do Ouvidor é privar as moças de por ela transitarem para admirar os elegantes chapéus da Douvisy, os belos vestidos da *Notre Dame* e os lindos *costumes de jeunes filles, fillettes et d'enfants* do *Palais Royal*.

A rua do Ouvidor é o sonho dourado das moças, principalmente quando têm uma *toilette* nova e elegante. Os rapazes, os leões desta rua, olham-nas, as moças, com tanto interesse... apreciam tanto uma *toilette* da moda vestindo uma forma airosa e sedutora.

Quando elas sabem fingir e já são conhecedoras dos costumes desse grande mostrador da moda, fazem que não veem os olhares ardentes que as envolvem, tomam uns modos despretensiosos e passam como as rainhas orgulhosas no meio de seus súditos...

Os rapazes desta rua, porém, conhecem as que estão bem, dentro de uma encadernação nova, e as que querem imitar, sem poderem, as privilegiadas da fortuna, acostumadas de há muito àquelas distinções próprias de um meio social elevado.

É por isso que foram ontem muito admiradas as duas filhas do comendador P., belas criaturas, a quem o destino fadou com os dotes de uma boa fortuna e com a formosura. Mlle. A. P. trajava *toilette de promenade*, feita talvez na Mme. Guimarães, que trabalha bem – *jupe unic et diagonale bleu ardoise – double-jupe Marcelle drapée, en lainage écoissais bleu ardoise et gris* e tudo mais no mesmo gosto, bem como *capote Marceline em peluche cirelée vert russe, garnie de fantaisies vert russe et de faille saumon clair*; Mlle. J. P. trajava quase uma *toilette* igual à de sua irmã.

Mme. C. V. foi igualmente admirada pela sua *toilette noire, chapeau en feutre, à bords doublés de velours, orne d'une torsade de faille et d'un panache de plumes*. Muito mais admiração causou aquele pezinho microscópico, digno da célebre poesia de José Bonifácio, com que ela calcava o passeio da rua do Ouvidor.

Mas, por um contraste, na mesma ocasião em que este pezinho passava, o Barroso do armarinho despachava todos os caixeiros para lugares diferentes. Sabem para quê?

O Barroso estava triste, muito triste; preparou para hoje um magnífico e esplêndido enxoval de casamento, mas não pôde encontrar calçado para a noiva. Já tinha corrido as principais casas de calçado de mais fama, desde a rua do Ouvidor até à da Quitanda e nada... Desesperado, disse para os caixeiros:

– Tragam-me o calçado ainda que seja do inferno... calcem-me a noiva ou eu fico desacreditado!...

Mas onde estava a dificuldade?

É que não havia calçado pronto, para a noiva, com o n. 41!...

Das 4 para as 5 da tarde o Pascoal estava cheio. Os caixeiros embrulhavam doces, empadinhas e biscoitos; uma galante menina, trajando *zephir vert céladon, chapeau en feutre orne de plumes*, mordida com seus dentinhos alvos um *sandwich*. Nessa ocasião uma senhora pálida e vestida de luto pesado olhava para o caixeiro, que amarrava um pequeno embrulho, quando tiveram um sobressalto...

No Cailtau havia um duelo, à moda brasileira, que, começando ali, veio acabar na rua. Juntou muito povo, faziam-se comentários, enquanto os amigos de ambas as partes beligerantes procuravam interpor-lhes a bandeira da paz.

Os que chegavam perguntavam:

– O que foi?...

– O que houve?...

– Um duelo à moda brasileira, a bengaladas, entre dois leões da moda: o P., um bonito rapagão esticado das canelas e o Dr. C., também um belo rapaz de grandes bigodes...

– E o motivo?...

– Psiu!... *cherche la femme*... (SOUVENIR, 26/05/1887).

Em primeiro lugar, o texto oferece uma imagem das condições estruturais da rua do Ouvidor, que não era um ambiente propício para ser frequentado em dias de chuva, por conta dos alagamentos. Nesse sentido, era o contramodelo das elegantes e luxuosas passagens parisienses que, com suas coberturas de vidro, estavam sempre prontas a oferecer abrigo aos frequentadores. Mesmo assim, isso não parecia ser problema para as madames e mademoiselles, que tinham gosto em ostentar suas vestes elegantes. O jornalista forja a imagem do homem admirador e observador de mulheres elegantes, o que pode ser considerado um incentivo ao consumo, à ostentação e à disputa pelo título de mulher chique e bem vestida. Tal incentivo pode ser confirmado quando Souvenir dirige o olhar para a mercadoria, afirmando que os rapazes “apreciam tanto uma *toilette* da moda vestindo uma forma airosa e sedutora”.

De qualquer forma, os tais “leões da rua” teriam o gosto suficientemente requintado para distinguir a mulher verdadeiramente elegante, pertencente à burguesia fluminense, ou agregada de uma família burguesa, do tipo que tentava imitar “as privilegiadas da fortuna”. Havia, portanto, um duplo movimento de “macaqueação”: as brasileiras bem nascidas copiando as europeias, e as brasileiras de condição social inferior tentando imitar as moças do *high life*. Com esta prática de imitação, ou com esta tentativa de se igualar às classes superiores por meio dos trajes, o Rio de Janeiro estava reproduzindo os costumes da sociedade europeia.

A brincadeira de Souvenir, relativamente ao tamanho do pé de uma das moças, lembra a situação criada por José de Alencar, em *A pata da gazela*, romance publicado em 1870. Nessa obra, o narrador conta os episódios de uma espécie de triângulo amoroso vivido por três jovens: Horácio de Almeida, Leopoldo de Castro e Amélia, filha de Sales Pereira. Horácio, o leão da moda, encontra uma botina caída de uma carruagem, na qual estavam Amélia e sua prima Laura. Impressionado com o tamanho da botina, empreende esforços para encontrar a dona de tão pequeno pé. Apaixona-se por Amélia, julgando-a dona dos “pezinhos mimosos” que calçavam a peça encontrada na rua. Leopoldo, rapaz simples e sentimental, também se apaixona pela jovem, mesmo

supondo que ela tem um pé disforme, pois no dia que a vira subir numa carruagem, pela fimbria do vestido, notou que a moça tinha um “aleijão”. Depois de algumas peripécias, descobre-se que a filha de Sales Pereira tinha os “pezinhos mimosos”, sendo sua prima Laura a dona da “pata de elefante”. Ao final, o romântico Leopoldo casa-se com Amélia, por quem nutria sentimentos verdadeiros. Horácio era apenas um aventureiro e, tão logo imaginou que Amélia tinha um pé disforme, armou uma situação para cair fora. Ao perceber que havia se enganado, era tarde demais.

A célebre poesia de José Bonifácio, à qual se refere *Souvenir*, possivelmente é a mesma citada por Alencar no romance em questão: “Padre, não me negueis, se estais em calma/Um coração no pé, na perna um ‘alma’” (*apud* ALENCAR, s/d, p 151).

A mania de *Souvenir* descrever os trajes femininos, num texto em que misturava as línguas francesa e portuguesa, recebeu críticas de Artur Azevedo, em crônica publicada em 16 de junho de 1887. Tal mania, que não era apenas do redator de “Na rua do Ouvidor, visto que no *Diário Ilustrado* havia uma seção com as mesmas características, era uma tolice, segundo o jornalista maranhense:

Numa cidade que não é precisamente Valença nem Vassouras; numa capital em que já se nota certo movimento, fazendo lembrar, embora vagamente, os grandes centros europeus, causa um tristíssimo efeito essa nomenclatura de moças, acompanhada pela descrição das respectivas *toilettes*. Parece que estamos numa aldeia, onde todos se conheçam e onde todos se distingam (AZEVEDO, 16/06/1887).

A resposta de *Souvenir* não tardou. Em 18 de junho publicou um texto defendendo a si próprio e ao colunista do *Diário Ilustrado*. Por meio de seus argumentos, ficamos sabendo que a dita coluna era mais uma “macaqueação”, pois, como lembrava, em todas as capitais do mundo civilizado, fosse Paris ou Londres, Viena ou Berlim, Madri ou Lisboa, havia uma sociedade elevada, distinta, elegante, conhecida de todos, citada pelos jornais, nomeada nas notícias das grandes reuniões, nas primeiras representações teatrais, sociedade essa que era chamada *high life*. Fazer a nomenclatura das moças bonitas era muito mais nobre, mais distinto, do que falar da vida alheia, atacar os colegas, provocar duelos, e fazer outras coisas mais, como infelizmente faziam alguns colegas seus. No dia seguinte, 19 de junho, retomou o assunto, lamentando que sua desprestigiada seção, assim como a do *Diário Ilustrado*, parecia estar fazendo mal aos nervos de alguns colegas da imprensa.

A coluna do *Diário Ilustrado* intitulava-se “No dia de ontem” e nela encontramos textos assinados com dois pseudônimos: Argos e Bécarre. No que se refere

à estrutura do texto, num primeiro momento, o jornalista responsável comentava assuntos relacionados ao cotidiano da capital do Império, deixando por último as observações acerca dos vestuários do “belo sexo”. Em relação às críticas feitas por Artur Azevedo, diferentemente de Souvenir, Bécarré respondeu-as de modo bastante debochado:

Bato no peito com uma pedra (com que alguém podia bater na cabeça) e choro, choro.... Oh! lágrimas correi em rios...
 Ontem não almocei. Tinha um nó na garganta. Parecia-me uma empada. Que mágoa esta que me afligia, meu Deus!
 Ia pela altura do armarinho do Leitão. *Souvenir* veio ao meu encontro, e enlaçou-me pelo pescoço.
 Ouí que chorava. Apertava-me contra o coração a tremer. Quando o pude encarar, estava magro, abatido e com uma mecha de cabelos brancos. *Souvenir*!... Estava pior do que eu.
 Consolamo-nos... e andamos de braço, abaixo e acima a fazer a nossa seção, invenção de *Eloi*, e que ele amaldiçoa agora como um pai de maus... bofes.
 Não teve *brevet* e excomunga do alto do *Palanque*, como um papa gordo, a mísera filha (BÉCARRE, 18/06/1887).

Para entender melhor o deboche do jornalista, é importante sabermos que ao escrever a “De palanque” em que criticava as colunas de Souvenir e de Bécarré, Artur Azevedo afirmou ter sido ele o inventor da seção, que se intitulava “Rua do Ouvidor”, em 1880, na extinta *Gazetinha*. A alusão à gordura do papa que excomunga a própria filha é, possivelmente, uma provocação para o jornalista maranhense, por conta de sua obesidade. A referência à empada também não é fortuita: em seu texto, Artur Azevedo havia chamado a atenção do leitor para “uns artigos onde às vezes os dois *Diários* levam a reportagem elegante ao ponto de nos dizerem que Mlle. A. comeu uma empadinha no Castelões ou que Mme. B. tomou um sorvete no Pascoal”. Assim, pensamos que a referência de Bécarré a esse quitute compõe duas imagens: na primeira, a empada serve de metáfora para o nome do jornalista maranhense, já que ele, por conta das críticas, é que representava o nó na garganta do redator de “No dia de ontem”; na segunda, o próprio Artur Azevedo é que estaria entalado com uma empada do Castelões.

Independentemente das acusações, o que importa salientar também é que os textos de “Na rua do Ouvidor” funcionam como um mapa de casas elegantes do Rio de Janeiro, como a do Barbosa, do Magalhães, do Leitão, do Godinho, do Vila Verde, do Barroso, do Zenha e de outras “onde se encontra tudo quando a moda inventou e inventa de *chic*, *bécarré*, *v’lan*”. Por meio deles, o leitor também fica sabendo sobre estabelecimentos comerciais e modistas afamados como Douvisy, madame Araújo,

Tholosan e Notre Dame, Raunier, Batista e Ferreira de Melo, sendo estes últimos dedicados a trajes masculinos.

4 – Terra insalubre: políticas higienistas para a cidade moderna

Até agora falamos sobre cultura, ensino e moda, mas falta o outro lado da cidade, lado feio e insalubre que envergonhava os habitantes, ou ao menos parte deles, a parcela pertencente às camadas ilustradas que clamava por ações das autoridades administrativas.

Datam também de meados do século XIX as atividades dos médicos higienistas, que se incumbiram da tarefa de cuidar da saúde da população, como mostra Jurandir Freire Costa, em *Ordem médica e norma familiar* (1979). Com base em teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro oitocentista, neste livro, o estudioso mostra como a medicina social, por meio de uma política sanitaria, reduziu a família a um estado de dependência, recorrendo a argumentos de que essa instituição era incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Como lembra Freire, se a educação física defendida pelos higienistas do século em questão criou, de fato, o corpo saudável, robusto e harmonioso, organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial, foi este mesmo corpo, eleito representante de uma classe e de uma raça, que serviu para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a ele ligados (COSTA, 1979, p. 13).

Em *Cidade febril* (1996), Sidney Chalhoub analisa a ação das autoridades sanitárias no que se refere à intervenção na cidade como forma de eliminar os cortiços e afastar do centro as classes consideradas perigosas. O historiador mostra que na década de 1850, após duas epidemias, uma de febre amarela e outra de cólera, foi criada a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial, encarregado de cuidar de questões referentes à saúde pública. Na mesma época, a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência de habitações coletivas. Os projetos elaborados pelas autoridades médicas e políticas incumbiam autoridades policiais de visitar as habitações para averiguar o tipo de hóspedes, bem como as condições de higiene de tais ambientes (CHALHOUB, 1996).

Não é de estranhar, pois, que os especuladores tirem proveito dessa situação utilizando-se de um vocabulário próprio da higiene, como forma de ganhar a confiança dos fregueses e aumentar a receita: alugavam-se “pequenas casas higiênicas”, “com três

peças, próprias para um ou dois moços ou casal sem filhos”. Eram casas com “jardins, banheiros, latrinas, porteiro e empregado para limpeza”. O arrabalde era “lindo e saudável”, com “elegância e asseio” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1886). A verdade é que os estalajadeiros eram obrigados a conservar suas casas da forma mais limpa possível, conduzindo o lixo, as águas sujas e matérias imundas para locais apropriados para despejo. Por isso, a necessidade de os senhorios enfatizarem as condições higiênicas de seus imóveis (CHALHOUB, 1996).

Na mesma perspectiva de atender aos preceitos de higiene e, conseqüentemente, encher a algibeira, estava o proprietário da Vila Blandina, onde

cada casa tem duas janelas e uma porta, contendo salas de visita e jantar, dois quartos com janelas, sala de engomar, cozinha com seu fogão de patente, quarto de banho contendo o mesmo uma caixa de ferro para água, um chuveiro de cobre, um rico banheiro e uma latrina com a sua caixa e registro d'água, tem um bom quintal, um bom tanque de lavagem coberto e outra latrina para criados (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14/10/1885).

A rua, além de ser completamente cimentada, ainda dispunha de três lampiões de gás acesos durante toda a noite, para segurança dos moradores. Havia também uma cabine telefônica à disposição, bem como um funcionário encarregado de receber recados e reclamações. Mas as vantagens iam além: os moradores não pagavam taxa para recolhimento de lixo, ficando a limpeza sob responsabilidade do proprietário. Para completar a felicidade dos inquilinos, a vila estava privilegiadamente localizada no bairro das Laranjeiras, contando com linhas de bondes da Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, em curtos intervalos de tempo. Enfim, tratava-se de um “ambiente higiênico e ao abrigo das invasões das moléstias epidêmicas” que costumavam “reinar nessa cidade em consequência da aglomeração de muitas pessoas em casas acanhadas, úmidas e sem ar”.

Alguns dias depois, quando da inauguração da referida vila, Artur Azevedo utiliza-se do seu espaço na “De palanque” para reclamar dos altos preços dos aluguéis, das precárias condições dos imóveis destinados à locação e, estrategicamente, enfatizar as qualidades da recém-construída moradia, prestando assim, uma “gentileza” ao anunciante do *Diário de Notícias*.

Dizia o cronista que o aluguel da casa entre nós era o fantasma negro do pobre. “Mal tem ele pago, tarde e a más horas, o do mês passado, já o do mês corrente se levanta ameaçador e terrível. É a sua pedra de Sísifo”. Por menos de cem mil réis mensais era “impossível encontrar um buraco limpo onde uma família, que se preze, se

meta com os respectivos cacarecos”. Cidadãos que dispunham “de certa posição oficial, como, por exemplo, os chefes de seção das secretarias de Estado”, viam-se obrigados: “ou a desequilibrar o seu orçamento, sacrificando muita coisa de primeira necessidade ao aluguel da casa, ou a encafiar a prole num pardieiro imundo, acanhado, infecto e mortífero”. Custava a crer que numa cidade onde havia “lugar para uma população cem vezes maior do que a atual, e num clima como o nosso”, houvesse “casas sem quintal, quintais sem largueza, alcovas que mais parecem enxovias, sem espaço, sem ventilação, sem luz, sem nada!”. “Um rapaz solteiro, empregado do comércio, funcionário público ou estudante, dispondo de ordenado pequeno ou pequena mesada”, não arranjaría “por menos de trinta mil réis um cochicholo arejado e limpo”. Havia “por aí proprietários ou sublocadores que por pouco preço” alugavam “„cômodos”, mas estes com mais propriedade deveriam chamar-se „incômodos””.

Estando, pois, no rol dos impossíveis encontrar nesta cidade uma casa boa e barata, não posso deixar de aplaudir o Sr. Augusto Gomes Ferreira, que ontem inaugurou a sua Vila Blandina.

Que vem a ser a Vila Blandina? Um grande terreno, situado na fralda daquela pitoresca montanha do Mundo Novo, que se ergue altiva entre Botafogo e Laranjeiras, e está mesmo a pedir um túnel, que ligue as ruas Cardoso Junior, deste, e Bambina, daquele bairro.

No terreno caberia um palácio, mas o Sr. Ferreira, que não tem nada de tolo, e muito de democrata, construiu nele, em vez de um palácio, dezesseis elegantes casinhas de pedra e cal.

A Vila Blandina proporciona a pequenas famílias estas imensas vantagens: morarem nas Laranjeiras, que, na opinião de muita gente, é o melhor bairro da cidade; terem todas as comodidades imagináveis, inclusive telefone [...] (AZEVEDO, 26/10/1885).

Os cortiços e hospedarias constituíram fonte de preocupação das autoridades de saneamento e dos moradores da cidade não somente por conta da insalubridade causada por questões estruturais e ambientais, mas pelo fato de abrigarem as famigeradas “casas de tolerância”. Sobre a necessidade de se tomarem medidas higiênicas acerca de tais ambientes, na imprensa publicavam-se cartas: “Por que razão fazem vigiar as circunvizinhanças da rua do Ouvidor e deixam em plena liberdade estabelecimentos de primeira ordem na escala da degradação social?” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 31/01/1888).

Medidas higiênicas também foram reclamadas acerca do matadouro de Santa Cruz, estabelecimento cujas condições de matança e armazenamento da carne fazia com que esse alimento chegasse estragado às mesas da população. Na imprensa, chamava-se atenção do ministro do Império e da Câmara municipal, acusados de omissão. As

autoridades solicitadas se pronunciavam, afirmando ter tomados providências, mas os problemas persistiam.

Se as autoridades envolvidas com as políticas de saneamento eram relapsas em suas incumbências administrativas, por meio dos periódicos da época considerada nesta tese é possível vermos ao menos a elaboração e a exposição de projetos que, de alguma forma, sinalizam para um movimento de tais autoridades no sentido de solucionar o problema do lixo depositado nas ruas da cidade:

Remoção do lixo

Foram ontem expostos na *Glace Élégante* os desenhos das carroças que devem conduzir o lixo da cidade para S. Cristóvão e daí para os Campos de Brás e Pina, por intermédio da estrada de ferro do Rio de Ouro.

O sistema que se pretende adotar para a remoção e incineração do lixo é o empregado em algumas cidades dos Estados Unidos.

A carroça urbana consiste em um estrado gradeado, posto sobre quatro rodas, ao qual se adaptam perfeitamente caixões de madeira com armação de ferro, ou mesmo toda de folha de ferro, com cilindros giratórios, que facilitam a remoção, no ponto de embarque, para os wagons, podendo até mesmo servir de passadiço a porta da própria carroça, nivelada com o fundo do wagon.

Os caixões são fechados hermeticamente por uma tampa e só serão abertos sobre o forno de incineração. Cada carroça conduz três caixões e cada caixa leva 1m de lixo. Cheios os três caixões, a carroça transporta-os para a estação da rua da Alegria, onde passam imediatamente para os wagons da estrada do Rio do Ouro. Não exigindo essa operação mais do que ajustamento dos dois condutores, carroça e wagon, um simples impulso dado aos caixões fã-los-á deslizar pelos cilindros, indo rapidamente e insensivelmente acomodar-se neste último.

Os wagons podem transportar 24 caixas, cada um. Avaliando-se o lixo diário em 60 ou 70 toneladas, 30 carroças bastarão para, em duas viagens, conduzir o número de caixões precisos a toda aquela massa. Um comboio com 8 wagons será suficiente para remover todo o lixo diário ao lugar da incineração. Aí chegados, os caixões serão alçados por um guindaste à boca do forno, e só então abertos para serem despejados.

Para transporte de animais mortos, haverá carroças expressamente feitas para esse fim. As escórias das matérias orgânicas são levadas a tanques especiais e daí aproveitadas como adubo das terras, ou simplesmente aterro.

Os gases, automaticamente, serão aproveitados para a própria combustão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 07/12/1886).

A preocupação com o destino do lixo era consequência das ações dos higienistas que, partir da década de 1850, intensificando-se na década de 1870, passaram a defender de maneira mais intransigente a ideia de necessidade de intervenção no ambiente urbano com o intuito de controlar a febre amarela (CHALHOUB, 1996).

Ao mencionar as medidas tomadas pelas autoridades sanitárias por conta da epidemia de febre amarela em 1850, Chalhoub oferece a imagem do Rio de Janeiro como uma cidade em que havia pântanos malcheirosos e poças d'água imunda e

estagnada por toda parte, em que as praias exalavam fedor proveniente de detritos domésticos em decomposição, carcaças de animais mortos apodreciam nas ruas e, fator agravante do caos higiênico naquela quadra, o verão se apresentava ainda mais quente e úmido do que o habitual, mas sem as fortes chuvas e trovoadas que são tão comuns no Rio nessa época (CHALHOUB, 1996).

Se, por um lado, a corte de D. Pedro II exibia imagens de uma cidade moderna, com instituições científicas e culturais, com reuniões nos salões elegantes do *high life*, por outro, apresentava também as imagens de uma cidade atrasada, com ruas sujas e esburacadas, doenças tropicais e, ainda, com a presença de miseráveis, negros e capadócios, sendo estes responsabilizados por grandes desordens.

5 – As festas populares: diversão ou o espetáculo do atraso e da violência?

Se, como mostra José Murilo de Carvalho (2007), na corte de D. Pedro II não havia festas, sendo por isso, na visão de um viajante estrangeiro, considerada como “a corte mais triste do universo”, nas ruas da cidade a animação parecia ser contagiante, chegando a envergonhar alguns grupos da elite.

No que se refere a algumas formas de sociabilidade no Rio de Janeiro e no Brasil, Lilia Schwarcz (1998) se volta para as festividades de caráter religioso, e lembra que as festas dos “brancos” eram realizadas no interior dos palácios e teatros, cenário para bailes e saraus, ao passo que as dos “negros” se realizavam nas ruas da cidade e nas senzalas das fazendas.

Enquanto nos bailes a corte se vestia à europeia e transformava a escravidão numa cena quase transparente, nas festas populares as cores e adereços eram outros. Além disso, nos dias de festa religiosa vários grupos sociais convergiam para um mesmo espaço e comungavam, por meio de rituais formalmente católicos, algo além da hóstia sagrada (SCHWARCZ, 1998, p. 258).

A “promiscuidade de classes sociais” participando da mesma festa chocava os estrangeiros que presenciavam os rituais religiosos. Talvez isso acontecesse porque nessas ocasiões, em que os negros se avolumavam nas ruas, ficavam mais patentes os efeitos do regime escravocrata. O contraste não era apenas provocado pela mistura das cores branca e negra, mas também pelos hábitos dos escravos e homens livres.

Dentre tais festas, citam-se a de Nossa Senhora da Penha – festa de tradição portuguesa trazida para o Brasil – à qual Artur Azevedo se referiu algumas vezes em sua “De palanque”, num tom ambíguo que oscilava entre a simpatia e o desdém:

Realiza-se hoje a festa de Nossa Senhora da Penha, a saturnal católica dos carroceiros e das lavadeiras.

Neste “dia grande”, a bebedeira é considerada função natural e decorosa.

Nada mais pitoresco do que as ruas desta cidade, quando voltam da romaria cheios de devoção e vinho virgem, grupos e grupos de festeiros, trazendo todos ao pescoço, ou a tiracolo, grandes rosários de roscas.

[...]

Mas aqueles pobres homens honrados, que levam todo o ano entregues ao trabalho braçal, só têm este dia de verdadeira independência, de regabofe absoluto, de tripa forra, enfim.

Embriagam-se, é verdade, mas fazem-no uma vez por ano, e a rezar. É uma camoeira – pode-se dizer – tomada na pia da água benta.

[...]

O sanguinário romeiro da Penha, há tempos escandalosamente absolvido pelo Tribunal do Júri, não era um carroceiro, mas “um rico homem”. Carroceiro era o assassinado. A festa da Penha é talvez para nós o que a *micarême* é para os franceses; leguemo-la aos nossos filhos tão ingênua, tão grotesca, tão absurda como a recebemos de nossos pais (AZEVEDO, 18/10/1885).

O primeiro ponto que destacamos, relativamente à percepção negativa de Artur Azevedo acerca dessa festa, é a escolha intencional do adjetivo “saturnal”, que significa “festa em que predomina a licenciosidade”, “depravação de costumes”, “devassidão”, “desregramento”. É interessante que logo no começo ele coloca juntos dois adjetivos que, de acordo com os princípios religiosos, constituem uma antítese, já que o vocábulo católico está relacionado à obediência e aos bons costumes. Nessa perspectiva, a festa da Penha é um tipo de evento que combina práticas profanas e sagradas protagonizadas por homens e mulheres de condição social inferior: os carroceiros e as lavadeiras.

E o que dizer da expressão “dia grande” posta entre aspas pelo jornalista? Pensamos que ao afirmar que neste “dia grande” a bebedeira é considerada “função natural e decorosa”, Artur Azevedo está querendo dizer que não há tensão entre a conduta desses devotos e as normas sociais, ou seja, tratando-se de carroceiros e lavadeiras, a bebedeira é coisa normal.

No parágrafo seguinte ele aproxima mais dois elementos: “devoção” e “vinho virgem”, que, embora vizinhos no ritual católico, tornam-se discrepantes no contexto colocado pelo autor da “De palanque”, haja vista que passam a representar a embriaguez dos devotos que, numa atitude profana, rezam e embriagam-se simultaneamente.

A aproximação do profano com o sagrado ocorre mais uma vez, quando o cronista avizinha debochadamente as palavras “camoeira” e “pia de água benta”. O substantivo “camoeira” (ou *camueira*) significa embriaguez, que no contexto em questão, ocorre na pia de água benta, ou seja, durante a festa religiosa. O adjetivo “sanguinário”

– aquele que se deleita em ver ou derramar sangue – também nos diz muito sobre a representação dos devotos de festa da Penha por Artur Azevedo.

O cronista assim se expressa sobre a festa da Penha porque essa manifestação religiosa não se apresentava como um espetáculo recomendável para as boas famílias fluminenses nem para os estrangeiros em visita ao Rio de Janeiro. Considerando-se o comportamento dos devotos, tal festa é indigna de uma capital que se pretendia civilizada. Olavo Bilac também se comportou de forma semelhante, em outro momento:

Num dos últimos domingos vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo boulevard esplêndido, sobre o asfalto polido, contra a fachada rica dos prédios altos, contra as carruagens e carros que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que todos os devotos bêbedos urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbaria – era uma idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da cidade civilizada... Ainda se a orgia desbragada se confinasse ao arraial da Penha! Mas não! Acabada a festa, a multidão transborda como uma enxurrada vitoriosa para o centro da urbs (BILAC *apud* SEVCENKO, 2003, p. 322).

A crônica de Bilac foi publicada em 1906, portanto, logo após as reformas urbanas empreendidas por Francisco Pereira Passos. No famoso período do “bota abaixo”, os reformadores ansiavam fazer da “cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada por Haussmann”. Para tanto, baixaram várias posturas que interferiam diretamente no cotidiano das pessoas, sobretudo no dos ambulantes e mendigos. Proibiram-se cães vadios e vacas leiteiras nas ruas. Mendigos deveriam ser recolhidos em abrigos. Proibiram-se a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos e a venda ambulante de bilhetes de loteria. Era proibido ainda cuspir nas ruas e dentro dos veículos, urinar fora dos mictórios e soltar pipas (CARVALHO, 1987, p. 95). Diante de tantos cuidados em relação à arraia miúda, as palavras do autor de *Profissão de fé* acerca dos indesejáveis devotos de Nossa Senhora da Penha não causam tanta admiração.

As festas populares em geral incomodavam também por se caracterizarem como ocasiões propícias para práticas de violências protagonizadas por capoeiras. Segundo Carlos Eugênio Líbano Soares (2002), por todo o século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, uma das presenças mais renitentes nos momentos das grandes festividades públicas, nas ruas, era a desses sujeitos. Nessas ocasiões, como também em festas civis e em desfiles de carnaval, repentinamente surgiam grupos armados, distribuindo navalhadas, cabeçadas, cacetadas e rasteiras, deixando a população em alvoroço.

É bem verdade que as ações desses capadócios não se restringiam aos dias de festas, ocasiões em que havia grande aglomeração de pessoas. Estendiam-se a qualquer dia e horário, conforme as seguintes notas que transcrevemos do *Diário de Notícias*:

Até que enfim, foi preso ontem o capoeira Gregório Moreira de Azevedo Paredes, indigitado autor do assassinato do menor Moreira Pinto, no largo de S. Francisco de Paula.

Essa prisão efetuou-se com um certo aparato. Foram mandadas três ou quatro praças e outros tantos agentes. No ato da prisão Paredes declarou que se tivesse uma navalha, toda aquela gente seria pouca para prendê-lo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1885).

Das 11 ½ até meia hora depois do meio dia de ontem, a rua do Conde d'Eu, entre a das Flores e do Bom Jardim, serviram de terreno para *exercícios* entre Guaiaumus e Nagôas.

Uma hora de susto para os moradores e transeuntes! E nem um polícia, nem uma autoridade, nem um rondante!

Mais tarde, isto é, às 4 horas, um permanente ali de ronda, conversava amistosamente com um dos da malta.

Tocante fraternidade! (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/12/1885, *grifo do autor*).

Os trechos evidenciam a ineficiência dos agentes de segurança, bem como a força e a ousadia dos capoeiras, que chegam a intimidar as próprias autoridades. Mostram também a linha tênue que separa os polos da ordem e da desordem: o rodante, supostamente responsável pela manutenção da ordem, é visto em relação amistosa com o capadócio, causador da desordem.

Em crônica publicada no dia 8 de dezembro de 1885, Artur Azevedo se lamentava de o Rio de Janeiro estar vivendo sob o reinado da capoeiragem. O problema parecia ser tão preocupante que até mesmo o periódico religioso *O apóstolo* publicou uma extensa nota, da qual extraímos o seguinte trecho:

Um clamor geral se levanta pedindo providências, repressão, contra essas maltas de vagabundos, desordeiros criados entre os vícios que, sob o nome de capoeiras, infestam esta corte, sendo um perigo perene contra a vida, a paz e os interesses do cidadão pacífico; eles cada dia crescendo em forças, aumentando no número, continuam em suas correrias, levando o susto, o sobressalto, a agressão, por toda a parte e inundando de sangue as ruas mais públicas da cidade, com o maior desprezo à polícia (O APÓSTOLO, 06/12/1885).

O cidadão pacífico não se sentia seguro nas ruas do Rio de Janeiro. Vivía sob a impressão de que a qualquer momento poderia levar uma cacetada, uma navalhada ou um desacato. Confiados na impunidade, na deficiência das leis vigentes e na indiferença da polícia, os desordeiros não trepidavam diante do crime e espalhavam o terror por onde passavam. Diante dos instintos sanguinários desses indivíduos, a própria polícia

tremia e o governo confessava-se impotente quando, não apenas em lugares desertos ou nos arrabaldes, mas também nas ruas mais movimentadas e policiadas, eles faziam suas correrias e davam suas batalhas. Os poucos dias de confinamento e os compromissos assumidos com a assinatura de termos de bem viver não davam conta de resolver o problema. Era preciso leis severas, argumentava o articulista. O trabalho era prescrito como uma das medidas que deveriam ser empregadas na recuperação dos desordeiros. Neste sentido, urgia que se criassem colônias para onde fossem levados os vagabundos e lá trabalhassem sujeitos a um regime militar, assinalava o autor do texto.

Enfim, a capital que se tentava desenvolver e civilizar convivía com a violência praticada gratuitamente pelas maltas de capoeiras. O que diriam os europeus que por aqui passavam, quando se deparassem com essas imagens nas ruas da cidade?

6 – As viagens ao exterior: exportação de imagens, importação de ideias

Em contexto europeu e norte-americano, a década de 1870 marca a plena configuração da Revolução Científico-Tecnológica, ou segunda Revolução Industrial, que representa um enorme salto em termos qualitativos e quantitativos em relação à economia mecanizada. Como resultado das mais recentes descobertas científicas, aplicadas aos processos produtivos, ela possibilitou:

o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados do petróleo, dando assim origem a novos campos de exploração industrial, como os altos-fornos, as indústrias químicas, novos ramos metalúrgicos, como os do alumínio, do níquel, do cobre e dos aços especiais, além de desenvolvimento nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, com efeitos dramáticos sobre a produção e conservação de alimentos, ou na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida (SEVCENKO, 1998, p. 08-09).

As invenções tecnológicas davam a medida do grau de adiantamento dos países que expunham seus produtos nas grandes exposições internacionais, tornando-se o foco de curiosidade dos visitantes.

A mesma década, em contexto brasileiro, significou uma guinada na pacata política imperial, já que o imperador havia participado de modo ativo da Guerra do Paraguai e assumido no campo da política a centralidade que vinha conquistando na área cultural. “Paradoxalmente, se a Guerra do Paraguai representa o apogeu do Império de d. Pedro, o momento de maior maturidade, significa também, mesmo que visto de forma retrospectiva, o início da queda” (SCHWARCZ, 1998, p. 295). O apogeu seria

em forma dos benefícios que no primeiro ano o conflito trouxe à figura do monarca brasileiro que, como “rei guerreiro”, tornava-se ainda mais comum no imaginário popular. O declínio aconteceu em virtude da longa duração da guerra, período durante o qual não sobrou tempo para que o governo se dedicasse às reformas internas do país, conforme Schwarcz.

A guerra não foi tão curta, como imaginavam o imperador, seus ministros e generais, e, à medida que o conflito com o Paraguai se acirrava, utilizava-se cada vez mais a população negra na composição militar do exército do nosso país. Como condição para o ingresso, os escravos eram alforriados, recebendo os respectivos proprietários um valor como indenização por estarem oferecendo um tipo de “voluntário” para defender a pátria. Por conta do “voluntariado” de escravos, os jornais paraguaios passaram a retratar o exército brasileiro como um bando de macacos (SCHWARCZ, 1998), o que significava também revelar para o mundo a imagem do atraso, tão contrária à que se tentava esboçar nas Exposições Universais, ou seja, a de um país moderno e civilizado.

Apesar da “vocação de andarilho”, da “vontade insaciável de conhecer novos lugares e pessoas” e da condição de homem culto, conhecedor de línguas e culturas estrangeiras e das modernas técnicas de países europeus e norte-americanos, até o início da década de 1870, D. Pedro II não tinha saído do solo brasileiro. Sua primeira viagem ao estrangeiro aconteceu em 1871, num momento político bastante conturbado, em virtude do término da guerra contra o Paraguai, do lançamento do Manifesto Republicano e da polêmica em torno da libertação do ventre escravo. A despeito da desfavorável conjuntura, a viagem foi realizada. Nas terras estrangeiras, o monarca cumpria uma rotina de visitas a instituições de cultura, educação e ciência, a lugares históricos e a personalidades do mundo cultural. Sua imagem era associada à da modernidade e ciência do seu tempo. A viagem durou dez meses e D. Pedro retornou em março de 1872 (SCHWARCZ, 1998; CARVALHO, 2007).

As viagens ao exterior e as visitas a feiras universais consistiam em oportunidades para que o imperador pudesse passar às nações a imagem do Brasil como país civilizado. A partir da terceira Exposição Universal, ocorrida em Londres, no ano de 1862, o Brasil tornou-se participante ativo em tais eventos. Nesta, apesar de o Brasil participar apresentando produtos de nossa indústria, tais produtos não despertaram atenção (SCHWARCZ, 1998, p. 393-395). Talvez ainda fôssemos mesmo um país

essencialmente agrícola, como sugeria Artur Azevedo. Interessante é o fato de, nesses eventos, o nosso país querer acertar o passo com as nações mais adiantadas e mostrar que éramos civilizados, mas participar com produtos agrícolas, como café, chá, erva-mate, guaraná, arroz, borracha, tabaco, madeira, fibras vegetais, algodão e feno, gêneros cultivados utilizando-se mão de obra escrava.

Ao menos na segunda metade da década de 70, a revista *Ilustração Brasileira* (1876-1878) funcionou como outro meio de exportar a imagem do nosso país, como mostra Silvia Maria Azevedo no livro *Brasil em imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)* (2010). O trecho a seguir é parte da carta-programa escrita por Carlos e Henrique Fleiuss, editores da referida revista, e publicada no primeiro número, que circulou em 1º de julho de 1876. Em suas linhas evidencia-se a preocupação em construir e exportar imagens de um Brasil moderno, civilizado e ilustrado:

Geralmente esta terra é admirada fora pela magnificência assombrosa da natureza; *uma paisagem com um selvagem no primeiro plano é ainda o emblema do império, aos olhos do estrangeiro*. Certamente daremos algumas dessas páginas de eterna beleza, que as margens dos grandes rios e os sertões oferecem *à admiração do homem civilizado*; mas ao lado delas gravaremos outras que atestam o progresso e a civilização do país: os edifícios públicos, cidades notáveis, portos, obras hidráulicas, caminhos de ferro, fábricas, estabelecimentos e vasos de guerra, e tudo o mais que apresente *aos olhos da Europa a colaboração do homem com a natureza* (Apud AZEVEDO, 2010, p. 39; grifos da autora).

A segunda viagem do monarca ao exterior aconteceu no ano de 1876. Naquela ocasião, D. Pedro II visitou a Exposição Universal da Filadélfia, e uma de suas intenções era verificar o progresso da grande nação americana. Durante a viagem, o monarca conheceu várias cidades americanas, e seguiu sua costumeira rotina de visitas, indo a escolas, academias militares, museus, instituições de pesquisa, igrejas, sinagogas, asilos, fábricas, e até delegacias de polícia e outros serviços públicos (CARVALHO, 2007).

No entanto, a maior de todas as exposições estava sendo preparada para 1889, ano em que se celebraria o centenário da Revolução Francesa. Sobre ela, é interessante o trabalho *A exposição universal de 1889 em Paris* (1999), de Heloisa Barbuy, no qual a estudiosa analisa o caráter visual desse evento, valendo-se de iconografia impressa, difundida por jornais, guias e crônicas.

Segundo Barbuy, pelo fato de ser comemorativa do centenário da Revolução Francesa e, assim, da própria República, a exposição de 1889 tornou-se símbolo de

modernidade para culturas extraeuropeias (como a do Brasil, embora ainda imperial), assim como objeto de rejeição por outros países europeus, como a Alemanha de Bismark (BARBUY, 1999, p. 49). A observação de Barbuy justifica as preocupações de Artur Azevedo acerca desse evento, como veremos no próximo capítulo, evento por meio do qual nosso país poderia mostrar que estava, se não em pé de igualdade com os países europeus e norte-americanos, ao menos caminhando para um processo de modernização, industrialização e progresso. Não sabemos informar se o Brasil passou vergonha ou não, mas a participação no grande certame rendeu 22 medalhas para nosso país.

7 – Os homens de letras e as questões de seu tempo

Apesar de se voltar para um período posterior ao contemplado nesta tese, o livro *Literatura como missão* (2003), no qual Nicolau Sevcenko inicia chamando atenção para as crises políticas e as desestabilizações e reajustamentos advindos com o regime republicano, constitui um importante material para refletirmos sobre as relações dos homens de letras com as instituições políticas no período anterior à proclamação da República. Interessante, nesse trabalho, é que o autor mostra a existência de uma continuidade das ideias acerca da necessidade de se realizarem mudanças, desde a Escola de Recife até os intelectuais pós-proclamação da República.

De modo geral, o que vemos por meio do estudo de Nicolau Sevcenko é a permanência, porém de modo intensificado, das ideias acerca da vontade e da necessidade de inserir o Brasil na lista dos países modernos e civilizados, embora as constantes epidemias, a falta de segurança e as pessoas rudes, figurassem como símbolos de atraso. Para mudar esse quadro negativo e indesejável era preciso acabar com a imagem de cidade insalubre e insegura, na qual havia uma grande parcela de mendigos e vagabundos plantados no centro, vivendo com desconforto e em promiscuidade (SEVCENKO, 2003, p. 41).

Quatro princípios fundamentais regiam a transformação urbana do Rio de Janeiro: “condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade”, que seria “praticamente isolada para o

desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (SEVCENKO, 2003, p. 43).

A julgar por essas observações, a modernidade que se tinha em mente pode ser considerada de fachada e excludente. De fachada, porque o problema da pobreza era apenas “jogado” para a margem da cidade, e excludente porque os pobres, expulsos para a periferia, eram desconsiderados no processo de embelezamento, assim como os negros haviam sido desconsiderados após o processo de Independência do nosso país, em cuja Constituição nem sequer se mencionava a existência de escravos, como mostra a história oficial²². Na mesma medida, o projeto de modernização e embelezamento concebido pelos defensores da ideologia do progresso tentava negar elementos da cultura popular, levando a uma tensão entre tradição e modernidade. Como exemplo dessa negação, é importante recordarmos a crônica escrita por Bilac em 1906, na qual o jornalista pinta com cores muito fortes a tradicional festa de Nossa Senhora da Penha, sobre a qual Artur Azevedo também se voltou em vários momentos na sua seção “De palanque”, tendo se referido ao cortejo de forma ambígua, proferindo um discurso lisonjeiro que beirava o deboche. Festas desta natureza, além de reunirem uma massa de pobres, negros, mendigos e bêbados, eram ocasiões também para que as maltas de capoeiras protagonizassem cenas de cabeçadas, navalhadas e rasteiras, colocando a população em alvoroço.

Um exemplo representativo das mazelas sociais reinantes no contexto da Primeira República encontra-se no subcapítulo “O inferno social”: miséria, analfabetismo, carestia, carência de moradias, precárias condições sanitárias, desemprego, greves, violência, doenças, suicídios eram heranças da monarquia, que se intensificaram em virtude do surto populacional ocorrido após a proclamação da República. Mesmo antes da queda do regime monárquico, na imprensa, vozes chamavam atenção para os problemas da cidade do Rio de Janeiro e clamavam por reformas, como vemos no trecho a seguir:

Arrojados num processo de transformação social de grandes proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da „geração modernista de 1870“ era condenar a sociedade „fossilizada“ do Império e pregar as grandes

²² Cf. Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à República* (2010).

reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética dos homens de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais” (SEVCENKO, 2003, p. 96).

Embora Artur Azevedo não tenha feito parte do grupo que se convencionou chamar Escola de Recife, ou seja, da geração dos modernistas de 70, ele estava na mesma “condição ética dos homens de letras”, empenhado na realização de mudanças na estrutura social. Mesmo se dizendo apertado, não deixava de comentar, em sua seção diária, assuntos políticos, de protestar e de recriminar mazelas, juntamente com outros temas de natureza diversa.

Na condição de “mosqueteiros intelectuais”, esses homens especulavam sobre as principais exigências da realidade brasileira, partilhando da ideia de que era preciso atualizar a sociedade com o modo de vida vindo da Europa; modernizar as estruturas da nação, integrando-a na grande unidade internacional; e elevar o nível cultural e material da população. Os intelectuais imbuídos de tais ideias eram abolicionistas, liberais e republicanos, considerados diretamente responsáveis pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro (SEVCENKO, 2003, p. 97). Entretanto, “atualizar a sociedade com o modo de vida vindo da Europa” ou, como si dizia à época, “macaquear” o modelo europeu, significava, muitas vezes, copiar um modelo que não se ajustava à nossa realidade.

Referindo-se mais especificamente ao período republicano, Nicolau Sevcenko aborda a manipulação das consciências pelos jornalistas, argumentando que a atividade exercida por esses profissionais teria sido a nova forma que absorveu a atividade intelectual. Ao crescer emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, essa atividade invadiu territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Segundo o estudioso, os profissionais da imprensa, enquanto ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências (SEVCENKO, 2003, p. 126). Acreditamos que essa “manipulação”, de certa forma, seja característica da linguagem jornalística, e não uma característica específica do período observado pelo autor de *Literatura como missão*.

Podemos dizer que, na condição de jornalista e homem de letras, Artur Azevedo também estava entre os “mosqueteiros intelectuais”, que por meio dos periódicos em que colaboravam, tentavam mudar a mentalidade e moldar o gosto dos leitores a partir de um modelo por eles considerado ideal. Nos textos publicados em sua seção “De

palanque”, de 1885 a 1889, alternadamente no *Diário de Notícias* e no jornal das *Novidades*, o jornalista maranhense problematizava a sociedade de sua época, tornando-a, muitas vezes, objeto de riso, quando se utilizava da ironia e do deboche, com vistas à correção dos costumes, dos desajustes e do desalinho.

Por meio de suas críticas, ele imaginava poder contribuir para o aprimoramento humano e para a realização de mudanças estruturais em vários segmentos da sociedade. Era movido pelo desejo de viver em uma sociedade melhor, em que houvesse políticos comprometidos com os problemas da cidade; em que houvesse uma população instruída, menos apática e mais participativa; uma sociedade sem violência e sem vícios; enfim, idealizando uma sociedade que fosse o contramodelo da que ele estava inserido.

Antes de irmos para o próximo capítulo, consideramos interessante destacar que no século XIX, ao menos nos periódicos nos quais pesquisamos, não se fazia menção à palavra modernidade, já cunhada na França pelo poeta Charles Baudelaire. Por essa razão, resolvemos procurar termos que pudessem estar associados ou que pudessem estabelecer com ela, pelo menos, uma relação de relativa equivalência. No verbete “moderno”, do *Dicionário de Filosofia* (2012, p. 791), de Nicola Abbagnano, o filósofo lembra que o vocábulo em questão, ou melhor, “a modernidade”, costuma ser associada a alguns termos-chave como razão, ciência, técnica, progresso, emancipação, sujeito, historicismo, metafísica, niilismo e secularização. Com base nessas informações e em nossas leituras das crônicas e de outros textos dos jornais do século XIX, constatamos que, no caso brasileiro, além do próprio adjetivo “moderno”, os termos mais próximos à noção de modernidade são “progresso” e “civilização”, termos bastante recorrentes entre os cronistas do período. Em alguns anúncios que pesquisamos nas páginas do *Diário de Notícias* encontramos também a palavra “modernismo”, inserida no mesmo campo semântico do “conjunto de experiências” que caracterizam a modernidade.

CAPÍTULO IV

ARTUR AZEVEDO E A MODERNIDADE NOS TRÓPICOS

A existência da seção “De palanque” (1885-1889) compreende um período em que tiveram lugar dois importantes acontecimentos para a história do Brasil: a abolição da escravidão e o fim do regime monárquico. Artur Azevedo argumentava que a “maldita instituição do cativo” nos envilecia e que dificilmente seríamos “alguma coisa enquanto a civilização brasileira” lutasse “com esses dois tremendos obstáculos: a febre amarela e a escravidão” (AZEVEDO, 18/03/1886). Em janeiro de 1888, declarava-a uma moribunda. Quanto à iminente proclamação, o cronista era mais cético. No mesmo ano de 1888, ao comentar a eleição de Benjamin Harrison para a presidência dos Estados Unidos, especulava sobre os nomes dos brasileiros aptos para ocupar a presidência da futura república brasileira: “Não é fácil prevê-lo; é até possível que a república não se proclame... à falta de homens” (AZEVEDO, 10/11/1888). O conselheiro Saldanha Marinho já tinha “as mãos muito trêmulas para empunhar as rédeas do governo supremo de uma nação, e os seus correligionários” pecavam “geralmente pelo contrário”, isto é, por serem muito novos, argumentava o cronista.

Na condição de jornalista, e em conformidade com seus colegas da imprensa, Artur Azevedo esteve fortemente empenhado com as questões de seu tempo. Podemos dizer que seu projeto jornalístico funcionava como um veiculador de ideias sobre a necessidade de se realizar no Rio de Janeiro uma série de transformações nos planos econômico e político, na vida social e cultural, bem como na mentalidade da população. Enfim, transformações que contribuiriam para o que viria a se chamar modernidade, cujo modelo mais acabado estava na Europa. Como argumenta Luiz Felipe de Alencastro, o “tempo imperial” entrou “em sincronia com o tempo da modernidade europeia”, a partir de 1850, com a inauguração “de uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool, na Inglaterra, e o Rio de Janeiro” (ALENCASTRO, 1997, p. 38). Com a moderna invenção, o tempo para que as novidades do Velho Mundo cruzassem o Atlântico e chegassem à capital do Império reduzia-se para apenas 28 dias.

Cotopaxi, Senegal, Gironde, Elbe, Niger, Equateur, Mondego, Europa, La Plata eram os então modernos pacotes que traziam para o Brasil não somente ideias e produtos da Europa e da América do Norte, mas também artistas que anualmente excursionavam pela América do Sul. Em busca de aperfeiçoamento profissional e em nome da necessidade de satisfazer os gostos de uma burguesia ávida por consumo, bacharéis, engenheiros, chefes políticos, artistas e comerciantes mantinham, em suas

viagens, contato com o que havia de mais moderno nas grandes capitais “civilizadas”. O próprio monarca, entre 1871 e 1887, empreendeu algumas viagens, em cuja programação incluía visitas a estabelecimentos de ensino, museus e indústrias (SCHWARCZ, 1998; CARVALHO, 2007).

Artur Azevedo idealizava uma cidade com traços modernos, com uma arquitetura que primasse pelo bom gosto; com um sistema de educação mais abrangente; uma cidade com representantes políticos honestos, responsáveis e comprometidos com os problemas da população; com uma força policial habilidosa, zelosa e competente; com um sistema judiciário íntegro em suas decisões; com um teatro subvencionado pelo governo imperial, em que se representassem peças com qualidade literária e que tivesse uma escola de dramaturgia voltada para o ensino e o aprimoramento dos artistas nacionais; imaginava uma cidade livre de vícios, como o jogo, e mazelas sociais, como a prostituição e a mendicância; com uma população instruída e afeita aos assuntos relacionados às artes.

O trecho a seguir, em que o cronista coloca em cena um estrangeiro dialogando com um filho da terra, é ilustrativo do seu desconforto relativamente às péssimas condições de infraestrutura da capital do Império:

Diálogo entre um estrangeiro e um filho do país:

- Oh! vocês têm um exército mal organizado! E que marinha! que marinheiros! que gente!
- Pois sim; mas temos o corpo de bombeiros, que é um dos melhores do mundo!
- As ruas do Rio de Janeiro são mal calçadas, e não primam pelo asseio. Há lugares em que é impossível passar sem tapar o nariz.
- Isso é verdade; mas há de reconhecer que o nosso corpo de bombeiros...
- Os edifícios públicos são uma lástima: o Mercado é irrisório, a Câmara dos Deputados indigna de uma capital civilizada, o Paço da cidade ridículo.
- Entretanto o corpo de bombeiros...
- Os jardins públicos são mal tratados; a limpeza das praias é mal feita; o... a...
- Que tem isso, se o corpo de bombeiros...
- Não há um teatro digno desse nome; não há literatura, não há arte, não há estímulo...
- Mas há o corpo de bombeiros!
- Finalmente, vocês precisam reformar tudo!
- Menos o corpo de bombeiros!

E sempre a mesma cantiga!

Que diabo! lá porque sabemos apagar um fogo melhor que os próprios parisienses, não é bom que nos deixemos cegar por essa virtude a ponto de não enxergar os nossos defeitos.

É preciso que os saibamos extinguir... como os incêndios (AZEVEDO, 02/09/1885).

Este texto está cronologicamente situado nos primeiros meses de existência da “De palanque”, seção que veio a lume na primeira quinzena de junho de 1885 e, de certa forma, serve como justificativa para nossa escolha por uma análise temática, haja vista que, nele, o cronista deixa transparecer seu inconformismo relativamente a alguns elementos estruturais da cidade, da qual se orgulhava, por suas belezas naturais, mas também da qual sentia vergonha, em virtude da precariedade dos seus aspectos materiais.

Na situação criada por Artur Azevedo, os brasileiros tornam-se os estranhos sob o olhar do viajante estrangeiro, que sente desprezo pela paisagem humana e material que encontra no Rio de Janeiro imperial. No entanto, o diálogo também ilustra o sentimento de vergonha do próprio cronista, diante da realidade à sua volta. Artur considerava necessário desfazer a imagem negativa que o outro pudesse fazer sobre nós, ou seja, importava mostrar para os viajantes que éramos civilizados e não “macacos”.

O trecho citado é de uma crônica em que Artur Azevedo comentou uma visita do imperador ao corpo de bombeiros, em 31 de agosto de 1885. Para escrevê-la, o jornalista se inspirou em uma extensa notícia publicada no próprio *Diário de Notícias*, em 1 de setembro, na qual se tentava evidenciar as qualidades do órgão em questão, que era deveras eficiente, como foi mostrado em outras crônicas, a exemplo daquela de 25 de fevereiro de 1887. No fragmento em apreço, tal eficiência foi usada para apontar dois extremos na infraestrutura do Rio de Janeiro.

Como crítico da sociedade em que vivia, Artur criou este diálogo em que o brasileiro figura como o “bestializado²³”, alheio aos problemas da cidade. Por conta da existência de cidadãos tão indiferentes, a percepção da necessidade de se realizarem mudanças caberia ao outro, ao estrangeiro que, oriundo de um país civilizado (país que poderia ser a França, o grande modelo a ser imitado depois das reformas urbanas empreendidas por Haussmann), sentia-se incomodado com as condições materiais e culturais do Rio de Janeiro. Suas observações começam pelas duas forças armadas brasileiras, e, portanto, apontam para um problema de segurança, já que o Exército é responsável pela defesa do país em operações terrestres e, a Marinha, pela condução de operações navais. Outra força de segurança duramente criticada tanto pelo cronista, em

²³ A expressão é de Aristides Lobo, que a utilizou para se referir à reação da população do Rio de Janeiro diante da proclamação da República. Para maiores informações, consultar o livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho.

vários momentos, quanto pelos jornais da época, foi a polícia, sempre representada como relapsa ou truculenta, como pretendemos mostrar oportunamente.

O olhar desdenhoso do estrangeiro (“que gente!”) pode estar relacionado à compleição física, ao caráter indolente e à constituição étnica do brasileiro. Vistos dessa forma, os oficiais seriam inaptos para comandar as forças armadas. Não podemos esquecer que muitos negros foram recrutados para a guerra do Paraguai, e que durante esse conflito os jornais paraguaios representavam o exército brasileiro como um bando de macacos com rabos e orelhas (SCHWARCZ, 1998).

Após chamar a atenção do brasileiro para o problema da segurança, o forasteiro se põe a observar os aspectos físicos da cidade: as ruas são mal calçadas, sujas e apresentam mau cheiro. Ao apontar essas falhas, ficam claras as deficiências de dois órgãos públicos: as Inspetorias de Obras Públicas e de Higiene. A questão não era apenas de ordem estética, mas de saúde pública.

O trecho abaixo, publicado em momento diferente deste em que tomam parte o estrangeiro e o brasileiro, serve, de certo modo, para dimensionar o grau de precariedade da qual falava o forasteiro:

Escrevem-me os Srs. *Moradores da rua de D. Carlota* que a empresa Gary trata como uma enteada essa rua, que pertence, aliás, a um dos bairros do *high life* fluminense: a Botafogo.

“Por ali as carroças de irrigação nunca passam, dizem eles; o capim e outras ervas crescem pacífica e livremente. As grades dos esgotos das águas pluviais não têm sido desinfetadas, e por elas escampam e difundem-se gases tóxicos e mefíticos, prejudiciais em qualquer tempo e muito principalmente na quadra atual”.

Este receio do micróbio é perfeitamente legítimo; peço à empresa Gary que trate de dissipá-lo, e quanto antes melhor (AZEVEDO, 27/11/1886).

Se o interlocutor do “forasteiro”, embevecido com a habilidade do corpo de bombeiros, parecia não ver os problemas da cidade, os moradores de alguns bairros sentiam-se incomodados e enviavam cartas aos jornais, muitas vezes para as seções de publicações “A pedido”, como forma de denunciar os desmazelos e de reclamar ações dos poderes públicos. Até mesmo a rua do Ouvidor, centro financeiro da capital do Império, apresentava problemas em sua estrutura: era estreita, mal calçada e em dias de chuva tornava-se intransitável, devido ao péssimo sistema de escoamento das águas, como atestam alguns textos da “De palanque”.

Em um terceiro momento do diálogo, o visitante volta a atenção para os prédios públicos e, partindo do geral para o particular, assevera que todos os edifícios são sem préstimo. Em seguida, especifica os defeitos de três desses edifícios: o mercado público

é irrisório, ou seja, insignificante para ser levado em conta. Considerando-se o contexto, podemos pensar que, com essa observação, o jornalista esteja fazendo uma crítica às condições de alimentação do povo. Para tanto, utiliza-se da metonímia: continente – mercado – pelo conteúdo – os alimentos, que iam para a mesa da população. Isso se torna mais evidente se tivermos presentes os problemas enfrentados pelo matadouro de Santa Cruz, no que se refere ao abatimento, armazenamento e transporte de carnes, que chegavam já comprometidas à mesa do consumidor, como vimos.

Na qualidade de prédio público, e sob o olhar do estrangeiro, a Câmara dos deputados faz desonra a cidade: é indigna, levando-nos, portanto, a pensar que a crítica é extensiva aos procedimentos dos deputados durante as sessões. Ou seja, o olhar do turista se desloca do exterior, já que supostamente se refere à estética do edifício, para o interior, ocupado pelos deputados, de modo que seu olhar crítico contempla tanto aspectos éticos quanto morais. Assim, mais uma vez, o cronista vale-se de uma metonímia: a Câmara é “indigna”, indecorosa, porque os deputados também o são.

A crônica publicada em 16 de agosto de 1885 é ilustrativa do comportamento dos políticos do legislativo. Nela, Artur Azevedo ressent-se de “um espetáculo [...] tristíssimo”, protagonizado pelos deputados Zama e Bezerra Cavalcante, em uma das sessões da Câmara, publicado no *Diário Oficial* e, portanto, “à custa do Estado”, como lembra o cronista. Artur Azevedo encerra a crônica malhando a falta de consenso entre os integrantes da Câmara Municipal:

À vista deste edificante “dize tu, direi eu”, parece-me de boa justiça não remeter ao *Diário Oficial* “bate-boca” da Câmara, sem prévia escala pelo Conservatório Dramático.

Já é a segunda vez que nesta sessão metem o boi no Parlamento: é uma anomalia tolerarem-no na Cadeia Velha e não o consentirem na Fênix ou no Sant’Anna (AZEVEDO, 16/08/1885).

A alusão ao Conservatório Dramático, órgão encarregado do controle das peças que iriam à cena nos teatros da Corte, serve para indicar a falta de decoro dos legisladores em um recinto de atividades deliberativas. A Câmara Municipal, com diversas sessões esvaziadas, bem como os membros do legislativo municipal, também constituía alvo das críticas do jornalista maranhense.

O terceiro edifício examinado pelo olhar crítico do viajante foi o Paço da Cidade, uma das residências oficiais da família imperial. Na época para a qual nos voltamos, D. Pedro II morava na Quinta da Boa Vista, mas o Paço da Cidade continuou sendo cenário de solenidades, até o fim do Império (SCHWARCZ, 1998). No contexto

em que essa crônica foi escrita e publicada, a imagem do palácio aqui evocado é a mesma percebida pelo europeu em viagem pelo Brasil, cujos relatos destacavam a “pobreza da indumentária imperial, a decadência dos palácios – do Paço de São Cristóvão e do Paço da Cidade –, o mau estado das carruagens” (SCHWARCZ, 1998, p. 410). Nessa mesma linha, a atriz Sarah Bernhardt, em sua primeira viagem pelo Brasil (1886), em carta ao amigo Raoul Ponchon, teceu comentários desdenhosos a respeito do imperador:

Sua Majestade, o imperador do Brasil, parece que é pobre demais para comprar uma assinatura. Toda noite chega ao teatro numa carruagem puxada por quatro mulas ofegantes. E que carruagem! Tão absurda quanto seus guardas esfarrapados. Esses galantes brasileiros parecem que estão sempre brincando. Brincam de construir casas, de abrir estradas, de apagar incêndios, de ser entusiásticos (BERNHARDT, *apud* GOLD e FIZDALE, 1994, p. 209).

Nem mesmo o moderníssimo corpo de bombeiros, de que tanto se orgulhava o brasileiro, escapou das críticas da atriz francesa. No entanto, o que nos interessa destacar neste momento é que assim como no caso precedente, aqui também parece tratar-se de uma metonímia: a crítica parte da residência imperial e se estende à figura do imperador.

Apesar de a revista *Ilustração Brasileira* (1876-1878) reconhecer em D. Pedro II a figura histórica mais adequada para representar a proposta de exportar a imagem de um país tropical que procurava acertar o passo com o das mais adiantadas potências europeias (AZEVEDO, 2010), na época para a qual nos voltamos, o monarca – já velho, cansado e indiferente aos problemas que assolavam o país, e cujos trajes majestáticos tinham sido reservados apenas às ocasiões mais solenes (SCHWARCZ, 1998) –, era representado, metonimicamente, como um ser que suscita o riso. Era o mesmo monarca que passou a ser alvo de caricaturistas e escritores europeus como Ângelo Agostini, Rafael Bordalo Pinheiro e Eça de Queirós, que o representavam como “Pedro Banana”, “Pedro Caju” e “Pedro da mala²⁴”. Desse modo, ridículos eram o Paço da cidade e o imperador: este, porque não primava pelo luxo e, aquele, porque alheio aos problemas do país, e por conta da mania de escrever sonetos. O deboche do estrangeiro reflete, de certa forma, um olhar moldado pelos discursos que vinham se formando sobre o Brasil e os brasileiros.

²⁴ Maiores detalhes sobre o imperador nas revistas ilustradas podem ser encontrados nos trabalhos de Silvia Maria Azevedo (*Brasil em Imagens*), Lilia Moritz Schwarcz (*As barbas do imperador*) e Marcelo Balaban (*O poeta do lápis*).

No quarto ponto observado, o estrangeiro volta a mencionar problemas relacionados ao asseio de partes da cidade, trazendo mais uma vez para o discurso uma questão de incumbência das Inspetorias de Obras Públicas e de Higiene. Na pauta estão os jardins e as praias: dois espaços de sociabilidade das famílias fluminenses. Em texto publicado em novembro de 1886, em que aborda a rotina das famílias em dias de domingo, o cronista lembra que as crianças são como as flores: precisam ser educadas nos jardins. Lembra também o fato de “Os meninos ociosos, que passam o dia a maltratar os transeuntes da rua da Prainha, com certeza não tiveram, quando pequeninos, a doce companhia das flores, das borboletas e dos passarinhos num parque” (AZEVEDO, 08/11/1886). O redator está se referindo a um grupo de estudantes de preparatórios, que tinham o hábito de agredir, gratuitamente, pessoas que passavam nas ruas. A convivência com as flores teria a função de aprimorar a educação moral das crianças, tornando-as adultos responsáveis e de bom caráter, tipos desejáveis para uma cidade que se modernizava. Por isso, a direção do olhar do estrangeiro para os jardins.

No que se refere à limpeza das praias, a observação do turista pode ser interpretada de duas maneiras: de um lado, pode se referir ao lixo propriamente dito e, nesse sentido, chama atenção para os hábitos pouco higiênicos da população e para a precariedade do serviço de coleta, que competia à municipalidade. De outro, poderia representar uma visão conservadora, destacando a necessidade de liberar o ambiente de máculas morais. Embora não seja mencionado o nome de nenhuma praia, o observador poderia estar se referindo ao Boqueirão do Passeio, cujos banhistas comportavam-se de modo tão indecoroso (façamos um esforço para imaginar o que era considerado indecoroso no século XIX), sendo necessário que um subdelegado adotasse medidas para moralizar o ambiente, conforme crônica publicada na “De palanque” de 01 de dezembro de 1885.

E por fim, o estrangeiro se volta para a arte em geral, destacando o teatro e a literatura: a culpa da situação lamentável em que se encontravam as artes como um todo é imputada ao povo e ao imperador, como podemos ver pela totalidade das crônicas da “De palanque”. Aquele era culpado por conta do “mau gosto”, sobretudo em matéria de arte, e porque não protegia os artistas nacionais, fosse comparecendo aos teatros para assistir aos espetáculos, fosse comprando os quadros expostos em estabelecimentos como a galeria Moncada, a casa de J. Vieitas e a *Glacé Élégante*. A D. Pedro II recaía a culpa por não subvencionar uma companhia dramática, em cujas mãos estaria o poder

de “erguer o teatro nacional”. Na época para a qual nos voltamos, os chamados gêneros alegres – opereta, mágica e revista de ano –, considerados inferiores pelos homens de letras, dispunham de grande prestígio entre a população. A preferência dos espectadores por tais gêneros desagradava não somente a Artur Azevedo, mas à classe jornalística como um todo. Ainda a respeito das artes, o cronista se ressentia do descumprimento dos estatutos da Academia de Belas Artes, os quais prescreviam prêmios de viagens à Europa e pensões para alunos que se destacassem nas aulas.

De modo geral, o estrangeiro aponta alguns problemas, mas há outros, que escapam a um primeiro olhar: carestia dos aluguéis, falta d’água, alimentação pobre em nutrientes, doenças endêmicas e epidêmicas, analfabetismo, coleta de lixo precária, policiamento deficiente, prostituição, mendicância, etc.

Enfim, o olhar do “forasteiro” põe em evidência uma série de problemas não compatíveis com uma capital civilizada, precisando, por isso, ser sanados. Nesse sentido, é interessante destacar este outro texto em que, em momento posterior, o redator da “De palanque” sinaliza para uma forma um tanto inusitada para se resolverem as questões que o incomodavam:

Imaginem uma comissão de hipnóticos que vá por aí fora, de fazenda em fazenda, sugerir aos agricultores a ideia de libertarem todos os seus escravos! Em pouco tempo terá desaparecido o elemento servil!

A mesma comissão poderá sugerir aos escravos, convenientemente hipnotizados, a ideia de se conservarem no solo, percebendo o salário que lhes for arbitrado pelos seus ex-senhores.

Partindo deste princípio, são incalculáveis os benefícios da sugestão hipnótica. Que ótimos resultados se obteriam de uma sessão da Ilustríssima Câmara Municipal, depois de hipnotizados os respectivos vereadores! Quando os Srs. ministros errassem, na forma do costume, fácilimo seria sugerir-lhes as providências mais acertadas relativamente a este ou aquele ramo do serviço público... E o imperador?... que bela coisa se lhe sugerissem a ideia de que um tratado de propriedade literária é uma lei necessária, reclamada por todos os países civilizados, e que a sua vergonhosa ausência apenas aproveita a meia dúzia de salafrários.

Aplique-se a sugestão hipnótica à administração, à política, à justiça, às letras, às artes, ao jornalismo, etc., e nadaremos num verdadeiro mar de rosas. Com o livre arbítrio temos nos dado mal, muito mal... (AZEVEDO, 28/03/1887).

A sugestão para esta crônica parece ter sido de um texto intitulado “Mistério”, que Valentim Magalhães publicou na revista *A semana*, de 26 de março de 1887, no qual discorria sobre o livre-arbítrio, fazendo referência a um artigo de Francisque Sarcey acerca da hipnose. Porém, o que nos interessa destacar é que esse texto reitera as

coisas que incomodavam Artur Azevedo, funcionando como uma espécie de adendo às insatisfações esboçadas no artigo sobre o corpo de bombeiros.

Essas questões são um indício de que o crítico concebia a negação do livre arbítrio como algo positivo e que poderia trazer mais benefícios do que danos à sociedade. Assim, a uma comissão de hipnóticos caberia resolver os problemas, expurgando a sociedade de vícios e mazelas, agindo sobre as autoridades políticas, administrativas e judiciais, de modo a garantir a todos viver “num verdadeiro mar de rosas”.

Se os problemas estruturais do Rio não eram sanados pelas autoridades locais, entendemos que a escrita de Azevedo projetava-se como “missão”, tendo em vista que injetava críticas mordazes a essas autoridades, recorrendo, muitas vezes, à sátira com vistas à correção dos costumes, da indiferença e da corrupção reinante, na linha da sentença horaciana *ridendo castigat mores*. Essa era a estratégia encontrada para mostrar seu inconformismo com a realidade circundante, embora tal sentimento revelasse outros, como vergonha e inveja.

Antes de partimos para o próximo tópico é importante lembrar que na análise do *corpus* desta tese tentamos seguir uma hierarquia, começando com os textos nos quais o cronista contemplou a rua do Ouvidor como assunto de interesse. A escolha dessas crônicas para início de nossa análise deve-se ao fato de a “grande artéria” funcionar como metonímia da cidade do Rio de Janeiro, como veremos. A partir desse *locus*, estendemos a análise para outros elementos, sempre pensando no grau de importância que representavam para o funcionamento de uma sociedade. Levando-se em consideração que tal desenvolvimento está diretamente relacionado à educação, também decidimos arrolar algumas crônicas em que, de alguma forma, estabelecimentos escolares, estudantes e professores serviram de assuntos para o jornalista. As autoridades políticas, por serem responsáveis pela elaboração das leis que regem uma cidade, bem como por sua administração, vêm em terceiro lugar na hierarquia. Como quarto ponto em ordem de importância, contemplamos algumas crônicas em que Artur critica as práticas jurídicas do Rio de Janeiro. Pelo fato de a segurança representar um elemento indispensável para o bom funcionamento da sociedade, incluímos os agentes de segurança pública em nossa análise. E por fim, contemplamos alguns textos em que Artur Azevedo se posicionava contra algumas práticas de apadrinhamento, tão comuns na sociedade brasileira.

1 – Uma parte da França no Rio de Janeiro escravocrata: a rua do Ouvidor

No livro *Memórias da rua do Ouvidor* – originário de folhetins publicados semanalmente por Joaquim Manoel de Macedo, no *Jornal do Comércio*²⁵ –, enquanto o autor de *A moreninha* nos leva por um passeio pela “soberba e vaidosa” rua, conta-nos sua história: inicialmente chamava-se rua de Aleixo Manoel²⁶, passando para rua do Padre Homem da Costa²⁷, recebendo, finalmente, a partir de 1780, a denominação de rua do Ouvidor²⁸. O período lembrado em seu passeio não alcança o contemplado nesta tese, 1885 a 1889, mas, de alguma forma, nos mostra a importância e o significado dessa rua que o próprio autor classificou como “rainha da moda, da elegância e do luxo”.

À perambulação de Macedo vem juntar-se o espaço reservado aos anúncios comerciais, ajudando a revelar que na referida rua estavam localizadas as principais lojas de modas, ateliês de grandes modistas, perfumarias, livrarias, folhas diárias, revistas literárias, clubes políticos, hotéis, confeitarias, loterias, etc., ou seja, podemos dizer que a “grande artéria”, além de centro comercial e financeiro, era também o principal reduto social, político e intelectual do Rio de Janeiro.

Para essa rua estreita, mal calçada e com sérios problemas de escoamento para a água das chuvas, – aliás, problemas lembrados nas crônicas de Artur Azevedo – dirigiam-se pessoas ávidas por ver, comprar e ostentar produtos importados da Europa – sobretudo de Paris – e da América do Norte, bem como homens de letras e políticos, interessados em debater ideias e se informar sobre os últimos acontecimentos.

Jeffrey Needell, em *Belle époque tropical* (1993), ao analisar as relações entre cultura e colonialismo, bem como a cultura urbana do Rio de Janeiro no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, lembra que:

Em termos simbólicos, a rua do Ouvidor (assim como Petrópolis e parte dos lares da elite) era a Europa. Esta rua, com oitocentos metros de extensão, não era igual a nenhuma outra daquela pequena cidade. A partir da década de

²⁵ No site <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01066400#page/2/mode/1up> encontra-se uma cópia digitalizada do referido livro. De acordo com esse site, a data de publicação das crônicas em livro é de 1878.

²⁶ Aleixo Manoel foi um colono português, cirurgião e barbeiro, que viveu no Brasil no século XVI. Maiores informações sobre sua vida e suas aventuras podem ser obtidas no capítulo I do referido livro de Joaquim Manoel de Macedo.

²⁷ Religioso que viveu no Rio de Janeiro no século XVII. Tornou-se célebre e querido por sua facilidade em promover casamentos. Maiores detalhes sobre a mudança de rua de Aleixo Manoel para rua do Padre Homem da Costa podem ser encontradas no capítulo III das *Memórias*.

²⁸ Nome em homenagem ao ouvidor de comarca, Francisco Berquó da Silva, que, vindo de Lisboa, tão logo chegou ao Rio de Janeiro, fixou residência na rua do Padre Homem da Costa, passando a se chamar rua do Ouvidor. Maiores informações podem ser encontradas no capítulo V da referida obra de Macedo.

1820, era ali que o coração da cultura e da sociedade de elite batia. Somente as metamorfoses sofridas pela cidade iriam alterar este quadro, com a construção da Avenida Central, em 1906. Passando um quarteirão, para qualquer lado, o comércio vulgar e os aspectos mais tradicionais se impunham – nos limites da rua do Ouvidor, reinavam apenas os artigos europeus de luxo mais finos e as últimas “conquistas”. Ali, tudo que era inédito e “civilizado” estreava: vitrines, sorvetes, bondes, literatura, iluminação a gás e *la mode* (NEEDELL, 1993, p. 193-4).

Se não havia sessão na Câmara dos Deputados ou no Senado, – e isso acontecia constantemente, segundo a imprensa diária –, a concentração “de parlamentares começava logo a uma hora da tarde”. Se ambas as casas do Parlamento funcionassem, somente depois das quatro horas ocorria o “burburinho de deputados e senadores”, aos quais se juntavam banqueiros, corretores, altos funcionários, altas patentes do Exército e da Marinha, almirantes e generais, jornalistas, literatos, atores etc. Todo esse contingente dividia-se em grupos formados nos diversos estabelecimentos comerciais importantes distribuídos ao longo dos oitocentos metros de extensão da “grande artéria”, lembra Needell.

De acordo com as observações desse estudioso, vemos que na “grande artéria” se encontravam todos os agentes responsáveis pelo funcionamento da sociedade: aos políticos cabia legislar e administrar a cidade; aos oficiais das forças armadas, cuidar da segurança; aos banqueiros e corretores, gerenciar a economia e o comércio, respectivamente; e, como não tínhamos uma tradição em pensamento filosófico, era de incumbência dos jornalistas e literatos questionar a realidade. Assim sendo, talvez não seja demasiado afirmarmos que este pequeno espaço representasse uma metonímia do Rio de Janeiro²⁹. Para termos uma ideia das dimensões dessa rua, em virtude da tamanha movimentação e do acanhado espaço, havia uma medida municipal que proibia o tráfego de veículos no local, das 9 às 22h, como registra Artur Azevedo em suas crônicas.

Entretanto, esse pedaço da França no Rio de Janeiro não era habitado apenas pelos tipos anteriormente mencionados. Embora as mercadorias luxuosas não fossem destinadas aos negros, eles também marcavam presença na rua do Ouvidor, ao menos na condição de carregadores de pacotes para o *high life*. Os tipos indesejáveis que

²⁹ Em *Os militares e a República*, Celso Castro, ao falar das impressões de José Bevilacqua, que vinha ao Rio de Janeiro para ingressar na Escola Militar da Praia Vermelha, cita o seguinte trecho de uma carta do então jovem de 16 anos aos pais: “O Rio de Janeiro é o Brasil e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro. Tudo aqui é muito bonito”.

transitavam pelo referido “espaço de elegância” também foram observados por Luis Edmundo:

Não era raro ver-se surgir um negro cor de piche, bêbado, a cambalear, aos encontrões, afastando os transeuntes, nas calçadas, uma cabrocha mostrando um seio gelatinoso e lúcido fora da blusa farrapenta ou um capoeira da Saúde ou do Saco do Alferes, em meneios de ginga, o chapéu mole a lhe sair, pelo cachaço, cigarro atrás da orelha e porrete na mão, cheirando a parati, a berrar como um louco:

– Entra, *nagô*, *guaianmu tá ai!* (EDMUNDO *apud* NEEDEL, 1993, p. 195).

Se a rua do Ouvidor é a parte representando o todo, ela também apresenta seus aspectos contrastantes entre favorecidos e desfavorecidos da fortuna, conforme o excerto acima. Além do espetáculo, desagradável aos olhos da época, protagonizado por bêbados, prostitutas e mendigos que disputavam espaço na pequena rua que os rejeitava, maltas de capoeiras amedrontavam damas e cavalheiros que, por diversos motivos, – ou fosse para se exibir com os modelos franceses embaixo do sol escaldante da cidade tropical, ou fosse para tratar de negócios, ou fosse apenas para jogar conversa fora –, encontravam-se nessa rua que, na acepção de Joaquim Manoel de Macedo, era a “rainha da moda, da elegância e do luxo”.

Não raro encontravam-se na imprensa diária notas que se ocupavam do cotidiano das ruas, denunciando mazelas, apontando culpados e cobrando providências das autoridades administrativas:

Um destes brutos que a sociedade tolera, porque não os pode enxotar legalmente, perseguia ontem pela rua do Ouvidor, uma senhora séria, professora, a ponto desta ver-se obrigada a repelir energicamente os oferecimentos grosseiros que esse sandeu lhe dirigia.

Tanto bastou para que o perseguidor dirigisse à indefesa senhora os epítetos mais grosseiros.

Felizmente passava nessa ocasião o Sr. Domingos Machado, que prendeu o insolente insultador.

O que pensam agora que aconteceu? Quando passava o preso na rua do Rosário foi o Sr. Machado agredido por um grupo de indivíduos, que o feriram, ensanguentando-o todo, dando fuga ao preso; e, o que é um cúmulo, concorreu para esta fuga um Sr. Lacerda, inspetor de quartelão!

Ontem assaltava-se uma senhora em S. Cristóvão, lugar ermo, hoje em plena rua do Ouvidor.

Bem bom! (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30/12/1886).

O tom do texto é de desalento – em razão do crescimento da violência que começava a se alastrar inclusive por pontos centrais da cidade, onde havia maior movimentação de pessoas – e ao mesmo tempo de denúncia – pois trata de colocar em evidência a vulnerabilidade das mulheres desacompanhadas, que se tornavam alvos fáceis para os ladrões. Quando um grupo de indivíduos, unidos por espírito de classe,

agride o bom cidadão, tendo como comparsa um dos agentes que deveriam zelar pela ordem e segurança nos damos conta do caos na cidade civilizada e do quão desassistida era a população diante da “instituição capoeiral” que, na opinião da imprensa, já havia adquirido um “caráter endêmico”:

Está em nossos hábitos, palpita em nossos costumes, adquiriu, finalmente, um caráter endêmico e não há meio de desarraigá-la.

A *instituição capoeiral* subsiste e subsistirá entre nós até o dia em que o corretivo da autoridade não for a ficção intermediária do patronato e do empenho, que, por mal nosso, dita as leis nas mais transcendentais questões de responsabilidade e, pesa-nos dizê-lo, até mesmo na mais mezinha questão de segurança individual.

Ainda ontem mais de cem desses salteadores de vidas, que sob o título de capoeiras infestam esta cidade, às 4 ½ da tarde, em pleno dia, ao olhos da população desta cidade e aos dos estrangeiros que por aí transitavam, pegaram-se em luta campal na praça da Aclamação, entre as ruas Constituição e Alfândega.

Os paralelepípedos voavam por dentro dos bondes que aí passavam, trilavam os apitos, fechavam-se as portas das casas de negócio e só a polícia impassível não se fez representar ao menos por uma única praça.

O *rolo* durou vinte minutos entre os *guaiamus* e *nagôas* e apesar da exibição de navalhas, e de vários ferimentos que houve, é bem possível que a polícia ignore ainda hoje o que houve ontem (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30/06/1886, *grifos do autor*).

Tão grave quanto a violência praticada pelos nagôas e guaiamus era o escandaloso empenho de pessoas influentes e poderosas para protegê-los das leis criminais. Durante o Império, os capoeiras tornaram-se uma força bastante requisitada por chefes políticos, os quais davam-lhes proteção com a intenção de usarem seus serviços nas empreitadas eleitorais (FREYRE, 2002, p. 435). A certeza da impunidade levava-os a agir com desmedida audácia, provocando desordens nas ruas, ferindo e matando gratuitamente. Se a polícia, muitas vezes, era acusada de relapsa e conivente com a ação de capoeiras, não podemos nos esquecer de que ela também se sentia impotente diante da prática de proteção aos capadócios. Afinal, havia uma lei que, em princípio, garantiria segurança, mas, a interesse dos próprios legisladores, não era cumprida.

Convém lembrar que a selvageria observada na rua do Ouvidor não incluía apenas a desordem praticada por negros, capoeiras e bêbados. O branco “civilizado”, elegante, bem relacionado e pertencente ao que se convencionou chamar de “boa sociedade”, também era agente de brutalidade. Estamos falando de um caso específico de violência, cujas vítimas foram apresentadas aos olhos curiosos dos frequentadores da “grande artéria”. O fato se deu em 1886, após uma senhora gaúcha, residente no Rio de Janeiro, espancar duas jovens escravizadas que, após a agressão, foram à *Gazeta da*

Tarde em busca de proteção. Numa atitude lamentável, antes de socorrer as cativas, que apresentavam lesões por todo o corpo, alguns membros da Confederação Abolicionista promoveram um verdadeiro espetáculo, fazendo-as desfilar em “procissão cívica” por diversos pontos da cidade, inclusive pela rua do Ouvidor (GAZETA DA TARDE, 23/10/1886).

A “grande artéria”, para Artur Azevedo, oferecia-se como “assunto sempre novo e sempre interessante”. Ao observar o movimento das pessoas, o cronista percebe que entre as mulheres bonitas, elegantes e bem vestidas que por lá exibiam suas *toilettes*, alimentava-se certa rivalidade. Ao se encontrarem, examinavam-se rapidamente e o olhar de cada uma tinha o valor de um “volume de crítica”. O janota vinha “sensivelmente desaparecendo”, e isso era visto positivamente porque indicava melhoramentos do bom-senso fluminense.

Da janela do *Diário de Notícias*, ele observava a “macaqueação” dos brasileiros que, por conta de uma queda mínima de temperatura ou diante das ameaças de chuva, punham-se a usar pesadas roupas, impróprias para nosso clima:

Grande parte dos transeuntes vestiam pesados sobretudos. É singular! O fluminense passa dias e dias a queixar-se do calor; não há praga que lhe não rogue nem epíteto ignominioso que lhe não assaque. Entretanto, basta que a temperatura desça uma polegada, ou ameacem abrir-se as cataratas das nuvens, para que ele envergue alguns quilos de lã, que a estas horas seriam apreciadíssimos na Sibéria ou na Lapônia.

De modo que o fluminense está irremessivelmente, e por sua própria culpa condenado ao calor, de que ele não gosta. Mas vão lá convencê-lo de que o sobretudo é uma coisa detestável, pelo menos tão detestável como o chapéu alto e a bengala de Petrópolis! (AZEVEDO, 18/12/1886).

Na mesma crônica, com a sinceridade e o humor que lhe caracterizavam, o cronista expôs para os leitores as verdadeiras condições estruturais da “rua da moda” que, em dias de chuva, deixava os fluminenses amedrontados, não exatamente por conta da chuva, mas devido ao estado crítico que as ruas, em geral, ficavam:

O fluminense tem medo da chuva. Não é pela chuva, bem sei, mas pelo estado lastimoso em que ficam as nossas ruas, e pelo péssimo sistema, que adotamos, para o escoamento das águas pluviais. Que horror!

Ontem às quatro horas não chovia ainda, mas “papai do céu ralhava”, como dizem as crianças; o tempo estava carrancudo e ameaçava-nos com uma trabuzana (AZEVEDO, 18/12/1886).

Na continuação, combinando expressões de gosto popular – “levar consigo um boi”, “molhado como um pinto” –, o cronista lembra das dificuldades encontradas pelos transeuntes, caso precisassem andar pela rua do Ouvidor em dias de chuva:

Ai de quem precise andar pela rua do Ouvidor enquanto chove! Ou tem que ficar internado numa loja, ou encharcar os pés numa enxurrada contínua, capaz de levar consigo um boi!

Há uma postura municipal que proíbe o trânsito dos veículos pela rua do Ouvidor, desde as 9 horas da manhã até as 10 da noite. Essa postura, por uma singularidade inexplicável, tem sido até hoje religiosamente cumprida.

Ora, o que a Illma. Câmara teve em vista quando a promulgou, foi, cuido eu, evitar o atropelo causado pelos carros numa rua tão estreita e tão frequentada.

Pois se assim foi, porque razão não se permite a passagem dos carros pela rua do Ouvidor enquanto chove?

Em chovendo, não há hipótese de poder ali um filho de Deus, abrigado em qualquer loja, ir buscar um tálburi sem ficar molhado como um pinto! (AZEVEDO, 18/12/1886).

Por fim, aproveitando-se do horror causado pelas inundações, sugere sarcasticamente à companhia Carris-Urbano que instale uma linha de bondes fechados para transportar inundados:

Se ao menos houvesse na “grande artéria” uma linha de *bonds* fechados, que só funcionasse, note-se, em ocasiões de chuva...

Aí está uma ideia que ofereço à companhia da Carris-Urbano, e não lhe peço alvissaras, apesar de homem prático; ela que teça os pauzinhos, para que possa fazer transportar inundados da rua Direita ao largo de S. Francisco de Paula, e vice-versa.

A esses veículos, mais do que às antigas diligências poder-se-ia denominar gôndolas, pois não há dúvida que o Rio de Janeiro, quando chove (só quando chove), faz lembrar, a cidade de Marino Falliero.

Só quando chove... (AZEVEDO, 18/12/1886).

No ano seguinte, Artur Azevedo forja para os leitores uma visão consideravelmente diferente dessa, observando que, apesar de estreita e mal calçada, a rua do Ouvidor oferecia-se como um espaço onde se podia “diariamente retemperar o espírito”. No mais, o fato de ser estreita era até uma vantagem, haja vista que a proximidade entre as calçadas permitiria que os conhecidos se falassem de um passeio para o outro, trivialidades que assegurariam à referida rua “um aspecto de salão íntimo” e uma “sensação de conchego doméstico”:

A rua do Ouvidor, por mais que façam, há de ser sempre a rua do Ouvidor.

Duvido que algum dia possam destroná-la as galerias que se vão abrir na rua do Senhor dos Passos. Os Srs. Dr. Ferreira de Araújo e Fogliani conseguirão dotar o Rio de Janeiro com uma espécie de rua de Rivoli, não há dúvida (eu desde já, pela parte que me toca, lhes hipoteco os meus sinceros agradecimentos); mas a velha rua de Aleixo Manoel, não perderá os seus direitos.

A varinha mágica do barão de Haussmann, esse Lesseps dos *boulevards* parisienses, e, mais modernamente, a avenida da Ópera, não conseguirão destronar o *boulevard* dos Italianos, que é e será sempre a capital da capital do mundo.

Vão lá ver se a avenida da Liberdade, ultimamente aberta em Lisboa, é capaz de matar o Chiado... Boas!

Dir-me-ão que a rua do Ouvidor é estreita e mal calçada. Deixai-a ser. O caso é que não podemos passar sem ela, e que é ali que vamos diariamente retemperar o espírito.

O ser estreita é até uma vantagem. Os conhecidos falam-se de um passeio para outro. As moças atravessam com facilidade a rua para irem ao encontro das amigas que passam do lado oposto.

Ocasões há em que a rua do Ouvidor tem um aspecto de salão íntimo; produz uma sensação de conchego doméstico; encontra-se ali às vezes muita familiaridade e sempre alguma sociabilidade.

Acresce que o diabo da rua tem a vantagem de variar constantemente de aspecto; há ali uma dúzia de casas de negócio muito antigas, contemporâneas do câmbio a 31, e que são sempre as mesmas; em compensação, todos os dias fecham-se umas lojas e inauguram-se outras – aqui uma charutaria, ali um armarinho, mais adiante um café, deste lado um periódico, daquele uma perfumaria. Estas constantes mutações não abonam, talvez, a constância do nosso comércio a retalho; mas não há negar que são muito pitorescas.

Pessoa que deixe de ir à rua do Ouvidor durante um ou dois meses, encontrará, no fim desse tempo, uma botica onde deixou um botequim ou uma florista onde se achava uma sapataria. Ora adeus! a variedade deleita.

(AZEVEDO, 13/02/1887).

A primeira coisa que salta aos olhos é uma certa “tensão” entre a permanência, que poderíamos chamar de tradição, e a mudança, entendida como a modernização do espaço, com vitória para a primeira. Parece mesmo se tratar de uma resistência ao progresso, embora fosse um processo inevitável. No entanto, a observação do cronista pode estar revestida por um certo pessimismo causado pela falta de perspectivas no que se refere à possibilidade de ocorrerem mudanças efetivas na estrutura da referida rua. A retomada dos nomes de Paris e Lisboa, ideais de cidade que já haviam passado por profundas transformações em suas estruturas, aquela servindo de modelo para esta, poderia ser uma forma de convencer a si mesmo de que as mudanças não seriam tão importantes, ou seja, não “destronariam” as velhas estruturas.

Não podemos deixar de levar em consideração que, proximamente a esta, Artur Azevedo publicou outras duas crônicas em que externava sua descrença na capacidade do governo brasileiro e dos nossos patrícios. Em ambos os textos, um publicado na revista *A vida moderna* e outro no próprio *Diário de Notícias*, o cronista mostrava-se espantado diante da exuberante arquitetura do prédio do Gabinete Português de Leitura, feito com poucos recursos:

Quando o governo brasileiro encarregar o Sr. Dr. Paula Freitas de construir uma casa para a Biblioteca Nacional, é provável que despenda mundos e fundos, e o monumento rache mais dia menos dia (AZEVEDO, 15/01/1887).

Entretanto, confesso que ontem pasmei ainda mais defronte do espírito econômico da diretoria do Gabinete, que do próprio edifício, levantado com tanta honra para o nome português. Toda a despesa de construção importará até o final em menos de quinhentos contos! O governo brasileiro que fizesse uma casa daquelas: já tinha gastado o triplo, e aí estavam as paredes rachadas, a rir, a rir... (AZEVEDO, 10/01/1887).

Essas observações nos levam a supor que Artur Azevedo pudesse estar forjando a imagem de um homem satisfeito com as velhas estruturas da capital do Império, quando, na verdade, não era bem esse o sentimento que permeava seu espírito, como veremos.

Voltando à crônica de 13 de fevereiro, é importante lembrar que a expressão “varinha mágica” – emprestada dos contos de fada – pode estar sendo usada ironicamente, como uma forma de sugerir que as reformas urbanas empreendidas por Haussmann só foram realizadas porque envolveram empenho, trabalho, esforço e planejamento. Nesse sentido, seria uma crítica implícita às autoridades administrativas brasileiras, crítica que faz coro à imagem estereotipada do brasileiro ocioso e indolente.

Cumprir destacar ainda que o cronista elege interlocutores – obviamente seus leitores – como cúmplices para as suas críticas, e como forma de dividir a responsabilidade sobre a autoria delas. Os pontos que os interlocutores veem como defeitos, o cronista-narrador veria como vantagens, chegando a destacar a relevância daquele espaço para os moradores do Rio de Janeiro. Essa ideia é completada no quinto e sexto parágrafos, quando ele recorre ao recurso da ironia para tentar justificar a estrutura acanhada da rua “da moda”. O leitor percebe a ironia, se levar em consideração que o cronista está se referindo a uma rua importante, que funciona como centro financeiro da cidade e, como tal, não deve inspirar nenhuma “sensação de conchego doméstico” nem apresentar “aspecto de salão íntimo”, onde poderia haver mexericos, fofocas. Na verdade, as exíguas proporções da rua eram uma desvantagem, porque facilitavam as ações dos desordeiros, malandros e capoeiras, colocando a “boa sociedade” em risco. Mesmo quando não houvesse risco de ação dos desordeiros, a estreiteza da rua não poderia ser vista como vantagem porque, se por um lado, as proximidades entre as calçadas permitiam que as moças e senhoras falassem umas com as outras com mais facilidade, por outro, tais pessoas também estariam, fatalmente, mais próximas de tipos considerados indesejados, como pobres, negros e mendigos, cuja presença incomodava e contrastava com a elegância da rua e dos frequentadores pertencentes ao *high life*.

Talvez seja possível considerarmos também que as expressões “conchego doméstico” e “aspecto de salão íntimo” sejam uma referência ao apagamento, ou à diluição, das fronteiras entre público e o privado, sendo tais expressões uma crítica à política do favor e do apadrinhamento, enfim, às práticas que caracterizam historicamente a sociedade brasileira, e que foram tão bem observadas por Sérgio Buarque de Holanda, e Roberto Schwarz. Se o aspecto de “salão íntimo” possibilitava a proximidade entre deputados, senadores, banqueiros, corretores, altas patentes das duas forças armadas, jornalistas e homens de letras, viabilizava ainda pedidos de favores, indicações para cargos públicos e apadrinhamentos diversos.

No sétimo parágrafo, a constante variação de aspecto, observada pelo cronista, num primeiro momento surge como uma qualidade, mas parece-nos que não é bem essa a ideia que queria transmitir. A expressão “câmbio a 31”, pertencente ao campo semântico da economia, remete ao passado, possivelmente a um tempo de prosperidade econômica. Desse modo, aqui ela parece ser empregada para sugerir que o “variar constantemente de aspecto” era uma consequência da frequente oscilação do câmbio. Portanto, as mudanças ocorreriam apenas em relação à abertura e fechamento de casas comerciais e não propriamente à parte estrutural da rua, que permanecia estreita, mal calçada e esburacada. A variedade não deleitava tanto assim, uma vez que trazia consequências desastrosas para os comerciantes que não conseguiam manter seus comércios em funcionamento. Trata-se de mais uma ironia do cronista que, inconformado com a situação econômica do país e com a precariedade de parte da cidade, escreve uma crônica aparentemente lisonjeira, porém inflada de crítica nas entrelinhas.

Na crônica seguinte, o jornalista esboça uma opinião diferente sobre as ruas e, de certa forma, parece contradizer aquelas expressas anteriormente:

No último número da *Itália* encontrei algumas verdades amargas e alguns conselhos salutareis a respeito desta muito heroica e leal Sebastianópolis. Diz a simpática folha italiana que entre as grandes cidades nenhuma foi tão favorecida pela natureza como a capital do Brasil, que dela recebeu tudo quanto podia desejar; nenhuma outra dispõe de tantas condições para satisfazer a todos os preceitos higiênicos. E acrescenta a *Itália* que, se reformarmos a cidade velha, desaparecerão os germes de todas as moléstias que têm assolado o Rio de Janeiro, e o Brasil perderá a fama de insalubre, fama de que não são culpados nem o solo nem o clima, mas o homem, que nada tem feito e nada faz em favor da capital do Império (AZEVEDO, 22/06/1887).

Curiosamente, mais uma vez é um estrangeiro que mostra para Artur Azevedo os problemas estruturais da cidade, sendo que agora não se trata de um personagem, mas de uma pessoa com identidade civil: o italiano Giuseppe Fogliani³⁰. O fragmento evidencia o inconformismo do cronista em relação às condições físicas do Rio de Janeiro, já que na primeira linha ele admite como verdades, embora amargas, as observações do italiano, que ressaltavam a necessidade de reformar a cidade velha, o que implicava em reformar também a rua do Ouvidor.

Já no começo do século XIX, nos relatos dos viajantes que passavam pelo Rio de Janeiro era “constante o contraponto entre o embevecimento ante a exótica e exuberante paisagem natural desta cidade dos trópicos, com sua ampla baía e suas imponentes montanhas, e a aversão, a repugnância suscitada pela paisagem material e humana”, (BENCHIMOL, 1990, p. 27), onde podiam ser vistos homens livres reduzidos à indigência. No final do século, o contraste persistia e a remodelação da cidade não era necessária apenas por uma questão estética, mas de saúde pública. Assim, ambos os jornalistas endossam os pressupostos da medicina social, que a partir da metade do século, com a primeira epidemia de febre amarela, vinha se encarregando de propor medidas para a preservação da saúde pública. As causas das doenças não estariam no corpo, mas no próprio ambiente, por isso, os médicos inventariavam e analisavam o espaço “em busca da preventiva localização do perigo para a saúde de seus habitantes” (BENCHIMOL, 1990, p. 115).

De algum modo, Artur está reclamando um direito que, teoricamente, seria garantido pelas Inspetorias de Higiene e de Obras Públicas, mas do qual os habitantes não gozavam: o direito a uma cidade com boas condições higiênicas que garantissem uma vida saudável. Por isso, a contribuição do jornalista-engenheiro, que prometia indicar os meios de melhorar os aspectos físicos da cidade, incluindo construção de casas, alargamento das ruas e arrasamento de alguns morros, foi bem recebida pelo cronista. Reconhecendo a pobreza do Estado ou, por que não dizer?, o desinteresse e a morosidade das autoridades políticas, o cronista punha as esperanças nas mãos da iniciativa privada. Mas o problema não se resumia à falta de capital. Ao reclamar a falta de um Haussmann que levasse a empreitada a efeito, e pedir que o diretor do semanário

³⁰ Giuseppe Fogliani era diretor do semanário *Itália*, segundo nota publicada no *Diário de Notícias*, em 14 de outubro de 1885. Neste jornal, passou a colaborar em 15 de outubro, assinando uma seção diária intitulada *Sezione italiana*, com o pseudônimo Sforza. Em algumas crônicas de Artur Azevedo, o nome aparece como J. Fogliani, mas acreditamos que seja um erro tipográfico, tão comum à época.

Itália assumisse tal incumbência, mais uma vez o cronista expressa sua descrença no homem brasileiro.

Entretanto, reclamar do fato de não haver um Haussmann no país, implica necessariamente chamar atenção para a precariedade – ou para a pouca solidez na formação dos engenheiros – das escolas de engenharia ou para o acesso restrito a tais escolas. Afinal, durante o Império, o ensino secundário no país resumiu-se praticamente aos exames preparatórios que permitiam o acesso aos cursos superiores. De modo geral, os alunos se preparavam para os exames com professores particulares, ou cursavam as escolas secundárias, também particulares. O único estabelecimento de instrução pública secundária era o Império Colégio Pedro II (DAMAZIO, 1996, p. 132).

O próprio Francisco Pereira Passos, em cujas mãos seria confiada a tarefa de remodelar a cidade do Rio de Janeiro, após formar-se na Escola Militar, seguiu para Paris em busca de aperfeiçoamento, onde ficou de 1857 a 1860. Seu alvo era a *École des Ponts et Chaussées*, onde tradicionalmente matriculavam-se egressos da “Polytechnique, bastião da engenharia francesa na época em que a França possuía a supremacia neste campo. Os estrangeiros recebiam, excepcionalmente, permissão para cursá-la, na condição de ouvintes”. Mesmo após a volta ao Brasil, retornou à Europa, ao longo das décadas de 1870 e 1880, realizando estudos na França e na Inglaterra, como mostra Jeffrey Needell (1993)³¹.

Em agosto de 1887, a partir da notícia veiculada no periódico *Novidades*, sobre um incêndio nas matas da Tijuca e Andaraí Grande, o cronista volta a falar da cidade e deixa clara sua preferência pela paisagem natural em detrimento do casario de estrutura colonial. Ao invés das matas, era preferível que ardessem em chamas uns daqueles “detestáveis casebres que tanto” tornavam feia “a nossa muito heroica e leal”. Na falta de políticas públicas para a cidade, o fogo agiria como elemento purificador do espaço. Nessa mesma crônica direcionou novamente o olhar para a rua do Ouvidor:

Incendeiam-se aquelas belíssimas árvores, orgulho da nossa flora, há tantos séculos esquecidas na sua solidão selvática, ao passo que continua de pé, por exemplo, a charutaria da rua do Ouvidor, esquina do largo de S. Francisco – indecente pardieiro que de muito devia ter desaparecido dali.

³¹ Em *Contradições da modernidade*, Marcos Vinicius de Freitas investiga o movimento dos brasileiros, especificamente paulistas, rumo à Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, em busca de formação em engenharia civil, engenharia mecânica, agricultura e ciências da terra. Esse movimento rumo à Europa e à América do Norte era uma forma encontrada pelos estudantes oriundos de famílias abastadas para ir buscar no exterior o que o Brasil não lhes podia dar, como dizia Artur Azevedo, quando se referia aos artistas que iam estudar na França ou na Itália.

Naturalmente, as companhias de seguro perderiam alguns contos de réis, mas a cidade ganharia muito (AZEVEDO, 31/08/1887).

O contramodelo da indesejável charutaria era a loja *Notre Dame de Paris*, cujo proprietário, desejoso de ampliar seu “belo estabelecimento”, já havia feito tentativas frustradas de comprar o “indecente pardieiro”. A existência do referido prédio incomodava-o de tal maneira que, para desqualificá-lo ainda mais, usava a ironia que lhe era característica: “aquela preciosidade, aquele novo templo de Éfeso, aquela oitava maravilha do mundo, não se vende por dinheiro nenhum!”. Aqui, ao que parece, o critério do cronista para avaliar o feio e o belo no casario da cidade não era exatamente, ou não somente, a arquitetura e a estrutura das casas, mas o tipo de comércio existente nelas. Possivelmente, a charutaria fosse considerada um estorvo também pelo fato de o cheiro dos produtos nela vendidos, somado aos odores característicos das ruas sujas e fétidas da cidade velha, não agradarem tanto ao olfato. Dada a resistência do proprietário à venda do “cochicholo”, o cronista apontou uma solução prática, embora um pouco onerosa para o proprietário: que fosse construído um “sobrado por cima da charutaria”. O capital gasto seguramente seria compensado com a receita de aluguéis: morar na rua do Ouvidor custava caro, mas o povo pagava pelo status.

O pardieiro em questão é, como certos indivíduos, indigno da posição que ocupa. Só ele me faria escrever umas coisas tão malévolas, responsabilizando o respectivo proprietário pela fealdade de um dos pontos mais concorridos da capital.

*

A Municipalidade lavraria um tento, promulgando rigorosas leis de desapropriação, que aproveitassem ao embelezamento da corte. Como aquele, há, nos lugares mais impróprios, uma porção de casebres que, se pegassem fogo, fariam talvez com que toda a gente lamentasse a costumada prontidão do corpo de bombeiros (AZEVEDO, 31/08/1887).

A comparação parece ter sido usada ainda com a intenção de dirigir o olhar do leitor para algumas autoridades políticas, que foram duramente criticadas pelo cronista. Afinal, logo em seguida, ele chama atenção para o papel que a municipalidade deveria assumir: promulgar rigorosas leis de desapropriação.

Ainda uma vez em suas crônicas o fogo passaria de elemento destruidor para elemento purificador do espaço. Por ocasião do resultado de um julgamento em que o réu era acusado de incendiar uma venda, depois de se referir ironicamente à decisão do júri, que tinha por tradição condenar inocentes e absolver culpados, Artur Azevedo manifesta sua indignação asseverando que absolveria o réu caso ele houvesse posto fogo em “todas as vendas do Rio de Janeiro”, estabelecimentos que, em razão da localização

e da insalubridade, destacavam-se entre os maiores responsáveis pelo aumento da criminalidade:

Fique, entretanto, assentado que eu, como juiz de fato, absolveria o réu Soares, se realmente houvesse posto fogo, não a uma venda da rua do Barão de Guaratiba, mas a todas as vendas do Rio de Janeiro.

Esses estabelecimentos são verdadeiros antros de corrupção e de vício. Ali se discute a honra da casa, se assoalham os segredos da família, as misérias da vida íntima...

O ar pestífero da venda penetra em todas as salas e no recesso de todas as alcovas... com escala pelas casinhas.

A venda contribui – é fácil verificá-lo – para o aumento da nossa estatística criminal. Numa das últimas sessões do Júri, sendo eu jurado, tive ocasião de observar que, direta ou indiretamente, figurava uma venda em cada um dos respectivos processos.

Mas nós, fluminenses, que desgraçadamente erramos num tudo e por tudo, em vez de acabarmos com a venda, demos-lhe um digno *pendant* – o quiosque (AZEVEDO, 22/11/1887).

No caso aqui considerado, o problema não se restringe aos aspectos físicos das vendas, mas também ao que elas podem trazer de pernicioso para seus frequentadores. Se havia leis que regulamentavam o funcionamento desses indesejáveis estabelecimentos, possivelmente não eram cumpridas. Outra hipótese é a de haver grandes nomes da elite imperial envolvida com tais negócios, trazendo dificuldades para o cumprimento das leis. Em outra ocasião, quando criticava uma circular expedida por um subdelegado do distrito de Sant'Anna, que armara um plano para dar buscas em casas de jogatina, o cronista insinuava os tipos sociais envolvidos em tais negócios. A respeito das dificuldades encontradas pelos agentes para cumprir um item relativo ao envio da topografia ao subdelegado, o cronista questionava: “como hão de esses pobres diabos, sob pretexto de levantar a respectiva planta, entrar em casa do Sr. Barão de Qualquer Coisa ou do Sr. Comendador Três Estrelas?” (AZEVEDO, 18/04/1886). Vale ressaltar que corriam boatos envolvendo o próprio conde d'Eu, genro do imperador, acusando-o de explorar indevidamente as indesejáveis moradias coletivas. Aliás, em folhetim publicado na *Gazeta de Notícias*, por ocasião do episódio do roubo das joias da Imperatriz, o referido conde foi caricaturado como o “príncipe dos cortiços”. Enfim, diante da ineficácia das leis e da polícia, somente o fogo poderia dar jeito nas tais espeluncas.

Cumprе ressaltar que o sonho de reurbanização da cidade não se concretizaria tão facilmente, haja vista a constante expedição de decretos prorrogando os prazos concedidos aos engenheiros responsáveis pelas obras, conforme atesta o trecho a seguir:

Por decreto de ontem foram prorrogados os prazos concedidos ao engenheiro G. Fogliani e ao Dr. José Ferreira de Souza Araújo para organizarem companhia que leve a efeito o projeto de alargamento, prolongamento e aformoseamento da rua do Senhor dos Passos, desde o Campo de Aclamação até a rua Primeiro de Março, entre Hospício e Alfândega, em frente à Praça do Comércio e Correio.

O mesmo decreto concedeu mais, com a cláusula de aprovação pelo corpo legislativo, garantia de juros de 6% sobre o capital inicial de dez mil contos de réis (o capital total da empresa será de quarenta mil contos) e dispensa de direitos de importação de material para as obras.

Por sua vez os concessionários comprometeram-se a edificar e entregar gratuitamente ao governo uma Escola Normal, e a edificar um palácio para o *Fórum* e outro para a Biblioteca Nacional, devendo o *Fórum* ser pago em prestações anuais de juros e amortização, e a Biblioteca do modo que for estabelecido em contrato.

Quando, há anos, os autores do projeto solicitaram a concessão, pediam que o governo indenizasse a empresa da área que ela vai entregar a gozo público, e que lhe custa quantia superior a seis mil contos de réis; desse pedido desistem agora os concessionários, a troco da garantia de juros sobre a quarta parte do capital preciso para a realização dessa obra verdadeiramente monumental, que vai ser o início de uma completa revolução no gosto artístico, no conforto e nas condições higiênicas das habitações do centro desta cidade.

Com a concessão da garantia de juros, facilita o governo a aquisição de capitais que até aqui tem hesitado ante a grandiosidade da empresa, e isso sem o mínimo sacrifício dos cofres públicos, porque o resultado financeiro da empresa é mais seguro.

Resta agora que o parlamento confirme com o seu voto a boa vontade que revelaram os membros do atual gabinete em concorrer para a realização de tão importante melhoramento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/09/1889, *grifos do autor*).

Aproximadamente dois anos e meio após a publicação da crônica de Artur Azevedo, ainda tramitavam na Câmara projetos visando à formação de empresas que tivessem interesse em investir nas reformas almejadas. Essa morosidade talvez nos ajude a entender as observações do cronista acerca das promessas de Giuseppe Fogliani e Ferreira de Araújo. Como as coisas caminhavam em ritmo lento, possivelmente fosse mais fácil se contentar com a situação vigente.

Direcionando o olhar para outros pontos, além da rua do Ouvidor, em abril de 1886, Artur Azevedo ressentia-se do fato de não ser um grande engenheiro hidráulico para propor ao governo reformas que viabilizassem o escoamento de águas das chuvas, que em certas épocas do ano deixavam a cidade em estado de calamidade. Se em abril o problema encontrado era relativamente aos alagamentos, em fevereiro o cronista falava sobre a falta do “precioso líquido”. A culpa sobre aquele estado de coisas era das autoridades, que empregavam mal o dinheiro público. O país era tão “singularmente fadado pela natureza”, gastavam-se “rios de dinheiro” com o abastecimento de água,

mas ainda assim o pobre cidadão era “obrigado a empenhar as joias para prover-se do principal elemento... de vida!” (AZEVEDO, 04/02/1886).

Implicitamente, os problemas dos quais reclamava o cronista incluíam, além da parte física da cidade, o sistema educacional, as práticas jurídicas e sociais e as autoridades policiais, temas recorrentes em suas crônicas.

2 – Entre a palmatória e o chicote: práticas pedagógicas na capital civilizada

Começamos este tópico com um conjunto de crônicas em que o jornalista expõe as fragilidades do sistema educacional e a ineficiência dos agentes integrantes da instrução pública: alguns tipos de alunos e de professores. Na primeira delas, as críticas recaem sobre a legislação educacional e a suposta inferioridade intelectual dos brasileiros:

Como se sabe, a França prepara uma grande exposição universal para comemorar o centenário de 1789.

O conhecido escritor, Sr. Dr. Pires de Almeida, julgando que nenhum outro assunto será mais digno de aparecer nessa extraordinária festa, pois dará a exata medida do nosso adiantamento intelectual, empreendeu e fez verter para a língua francesa a *História e legislação da instrução pública no Brasil*. O Sr. Dr. Pires de Almeida, numa circular profusamente distribuída, pede o auxílio de “todos quantos vivem e curam do magistério, e amam as terras pátrias”.

Estou convencido de que não faltará ao distinto escritor o auxílio que solicita para levar ao cabo o seu patriótico empreendimento; mas – com franqueza! – isto de figurarmos numa exposição universal como legisladores, e legisladores de instrução pública, não me palpita, nem me cheira!

Que diabo! a história da nossa legislação sobre instrução pública é coisa tão interessante, que mereça ser contada aos povos de além-mar? A estatística dos nossos analfabetos não irá espantar aquela gente, e aumentar a camada de ridículo que nos cobre?

Dado que alguma coisa particularmente lisonjeira para nós encerre a história da nossa instrução, essa coisa será, sem dúvida nenhuma, fantasia de patriota, patriotada de visionário.

O outro dia sabíamos, por um telegrama de Buenos Aires, que nesta cidade haviam sido inauguradas na mesma ocasião quarenta escolas: que diabo iremos nós antepor à muda eloquência dessa notícia? Para que assoalharmos a nossa inferioridade, e jactarmo-nos de uma legislação que não é senão cópia servil das legislações alheias? (AZEVEDO, 04/11/1886)

Diante do exposto, Artur Azevedo conclui advertindo ironicamente que os brasileiros devem ficar “muito quietinhos” com suas escolas-palácios, não devendo se esquecer da sua condição de povo essencialmente agrícola:

Deixemo-nos estar aqui muito quietinhos com as nossas escolas-palácios, e sejamos como aquele capitão-mor da comédia, que não se gabava de prendas que não tinha.

Não nos esqueçamos de que somos um povo essencialmente agrícola, e só como tal procuremos embasbacar a Estranja. Aspirações de certa ordem só as tenhamos quando soubermos ler por cima.

Por ora, lemos muito por baixo (AZEVEDO, 04/11/1886).

Silvia Maria Azevedo lembra que as primeiras exposições universais surgiram no final do século XVIII, na França e na Inglaterra, e serviam como melhor “expressão da força e da utopia modernista”. Tais eventos “funcionavam como termômetro do grau de civilização e de melhoramento alcançados” pelos países expositores. No entanto, como enfatiza a pesquisadora, em exposições como as de Londres, em 1862, de Paris, em 1867 e de Viena, em 1873, por conta do imprevisto e do despreparo dos expositores, a participação do nosso país deixou muito a desejar (AZEVEDO, 2010, p. 91). Essa contextualização é a base para entendermos o receio de Artur Azevedo relativamente à possibilidade de passarmos vexame na grande exposição de 1889, centenário da Revolução Francesa.

O livro *História e legislação da instrução pública no Brasil*, com aproximadamente 1.200 páginas, contemplava um longo período de história: desde as origens, com os primeiros frades que vieram ao Brasil, até o fim do século XIX. Consciente dos problemas brasileiros e da importância das grandes exposições para a imagem e o futuro do país, no texto de Artur Azevedo transparece seu sentimento de vergonha em relação à nossa realidade educacional, que apresentava altos índices de analfabetismo e possuía escolas em precárias condições materiais. Por sentir-se envergonhado, o cronista debocha da escolha temática do bacharel, que julga que “nenhum assunto será mais digno de aparecer” na exposição e ironiza o “adiantamento intelectual” dos brasileiros, que copiam legislações alheias. Aos estabelecimentos de ensino brasileiros também se refere ironicamente. Chama-os de “escolas-palácios”, certamente como forma de lembrar aos leitores o contraste entre tais escolas e o imponente colégio Pedro II, a predileção do imperador.

Diante dessa realidade indesejável, seria um contrassenso participarmos de uma feira cujo objetivo era apresentar o desenvolvimento científico, tecnológico e, consequentemente, intelectual dos países participantes, assoalhando nossa suposta inferioridade. Mesmo a Argentina, que até então não tinha participado de nenhuma exposição universal, construía um número significativo de escolas, ao passo que o Brasil, já havendo participado de quatro feiras (1862, 1867, 1873 e 1876), deixava muito a desejar no quesito ampliação de acesso ao ensino.

Cumprе ressaltar que o receio de passar vergonha diante dos estrangeiros já havia sido exposto em outro momento da “De palanque”, quando o cronista comentava o entusiasmo dos brasileiros pelo grande certame do centenário da Revolução Francesa e se referia aos preparativos para as “exposições parciais ou gerais” que iriam se realizar em 1886 e 1887:

O nosso governo é que ainda não deu sinal de vida!
 Estará o Brasil disposto a fazer em 1889 a figura que fez em 1878³²?
 Agora, que tantos *amigos* temos na Europa, a dizerem de nós o maior mal possível, a lançarem-nos calúnias sobre calúnias, precisávamos, mais do que nunca, mostrar que somos um povo, e que valem alguma coisa (AZEVEDO, 02/12/1885, *grifo do autor*).

Coincidente, ou propositalmente, a crônica foi publicada no dia do aniversário do imperador, acontecimento do qual toda a imprensa se ocupava. Mas o que parece ser mais correto afirmar é que o cronista se aproveitou de um momento em que a imprensa divulgava exposições regionais que ocorreriam brevemente em algumas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, como podemos ver no próprio *Diário de Notícias* do dia 30 de novembro e mesmo de 2 de dezembro, para cobrar empenho do governo imperial na organização do grande certame.

Como já era de se esperar, Pires de Almeida respondeu às observações de Artur Azevedo por meio de uma carta por este publicada na “De palanque” de 6 de novembro. Na referida missiva, o autor de *História e legislação da instrução pública* ponderava que a lei de 1854 era um trabalho que honrava a mentalidade brasileira. Em relação ao número de escolas, aconselhava que Artur Azevedo lesse:

os relatórios das províncias e o geral do Império, entre os anos de 1870 a 1880, e verá que o Brasil – sem alarde nem estrépito – equiparou naquele breve período as suas escolas às das mais cultas nações europeias, quer em número, quer no programa de ensino. Só a província de Minas possui mais escolas em efetividade do que toda a República Argentina (*Apud* AZEVEDO, 06/11/1886).

De um lado, o patriotismo, parecendo impedir que o bacharel visse a dura realidade brasileira; do outro, uma visão consideravelmente crítica dos problemas do país. Sylvia Damazio, que investigou as condições de cidadania no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX, relativas à educação, lembra que durante todo o período imperial,

³² Não encontramos informações sobre a participação do Brasil em nenhuma exposição em 1878. É possível que o cronista esteja se referindo ao certame de 1876.

o acesso à escola ficara restrito a uma parcela pouco significativa da população, porquanto as medidas de ordem didática, emanadas do Poder Legislativo e do Executivo, buscavam “antes de tudo, o progresso dos estudos acadêmicos; em segundo plano, os interesses da instrução artística e secundária; enfim, e só subalterna e acessoriamente, a causa do ensino elementar” (DAMAZIO, 1996, p. 123).

A oferta de instrução em escolas municipais, que era incumbência do Ministério do Império, crescia, mas não suficientemente para acompanhar o acelerado crescimento demográfico, ficando, portanto, parte das pessoas em idade escolar sem atendimento. Diante das observações da historiadora, entendemos as reservas de Artur Azevedo em relação à exibição do livro de Pires de Almeida na grande exposição de 1889. Deixar algumas pessoas sem acesso ao ensino implicava também abandoná-las à margem do exercício dos direitos políticos, pois a reforma eleitoral realizada em 1881 negava o direito de voto aos analfabetos. No entanto, apesar de se opor à ideia do bacharel Pires de Almeida, em dezembro de 1888, ou seja, aproximadamente dois anos depois, quando os recursos financeiros do autor já tinham se esgotado, volta a tratar do assunto para cobrar do governo imperial sua responsabilidade: considerava justo que o governo mandasse concluir o trabalho de impressão, tanto mais porque a *História e legislação da instrução pública no Brasil* seria distribuída, gratuitamente, na exposição de 1889.

Na crônica seguinte, o articulista maranhense direciona a discussão para o caso dos estudantes de preparatórios, arrolados para exemplificar a “inferioridade intelectual” do brasileiro:

Há muito tempo os senhores estudantes de preparatórios habituaram o respeitável público a considerá-los uns homenzinhos bem difíceis de aturar. Não me dirão para que se preparam estes prepatorianos, que são o terror dos transeuntes da rua da Prainha?
Não passa por ali carroceiro inofensivo nem burguês desapercibido, que não seja alvo de uma tremenda vaia! E se a vítima procura reagir contra semelhante molecagem, adeus, minhas encomendas! vão-lhe imediatamente à freguesia dos queixos! Ferve pancadaria de criar bicho!
Ainda anteontem vazaram um olho a um soldado de polícia, pelo simples fato de atrever-se a admoestá-los amigavelmente.
Não sei como o Sr. Ministro do Império – que tem mostrado ser homem para homens – não reprime os inqualificáveis abusos cometidos por essas crianças. É mandar para ali meia dúzia de latagões, que lhes arreiem as calcinhas e os *sapequem* convenientemente. Depois deste corretivo, que os degradaria aos olhos das respectivas priminhas, os tais meninos naturalmente tomariam juízo, pois é esse o processo mais eficaz para corrigir fedelhos. [...] Entretanto, munidos de cartas de recomendação à ufa, todos esses meninos serão aprovados, uns plenamente, outros simplesmente, com grande alegria de meu amigo o Sr. Dr. Pires de Almeida e de outros otimistas do nosso sistema de instrução pública.

A mesma fortuna os acompanhará até que recebam um pergaminho em qualquer das nossas Faculdades... No arruador bulhento, escandaloso, garoto, já se vê o arcabouço do futuro bacharel orgulhoso, autoritário, farsista, capaz de consultar o código de pernas para o ar quando é tolo, e o de pôr moralmente nessa posição, quando o não é (AZEVEDO, 07/11/1886, grifo do autor).

Nesta crônica, o olhar de Artur Azevedo se volta para um grupo privilegiado, que tem acesso à escola e que, apesar de supostamente pertencer a boas famílias, apresenta um comportamento indesejável, que se intensifica à medida que as vítimas reagem às suas “molecagens”. Apesar de assunto sério, o cronista introduz no fato narrado expressões – “adeus, minhas encomendas”, “à freguesia dos queixos”, “pancadaria de criar bicho” – que dão um tom mais ameno, bem ao gosto popular, para em seguida indicar o extremo dos abusos cometidos: agressão física a ponto de vazar o olho de um soldado.

Artur Azevedo trata o assunto por um viés moral. No entanto, é provável que os jovens mencionados fossem meras vítimas da estrutura familiar patriarcal e do sistema educacional equivocado, a que eram submetidos. Em *Sobrados e mucambos* (2002), Gilberto Freyre chama atenção para a falta da influência de uma mãe que compreendesse o mundo às escuras para o qual caminhava o filho menino ou adolescente. O sociólogo recorre aos estudos publicados em 1872, por Luiz Correia de Azevedo, que “responsabilizava principalmente a „mãe indolente e inculta“, ao lado da „ama escrava“ e da „mucama imoral“ pelo fato de tão cedo o menino brasileiro tornar-se um perdido: „no corpo a sífilis; no espírito o deboche” (FREYRE, 2002, p. 824).

À pergunta feita no início (“para que se preparam estes prepatorianos?”) encontramos a resposta no último parágrafo: para serem “bacharéis, orgulhosos, autoritários e farsistas”, não sem antes usarem suas cartas de recomendação para receberem regalias ao longo da vida acadêmica. Depois de receberem “um pergaminho em qualquer das nossas Faculdades”, arranjava-se um padrinho influente que pudesse garantir-lhes um importante cargo administrativo no Império. Alguns enveredariam pela carreira política, na condição de vereadores e deputados, sendo frequentemente criticados por Artur Azevedo. Importa dizer ainda que, independentemente de os “estudantes de preparatórios” serem vítimas ou não do sistema, com essa crônica, temos um esboço da trajetória de um tipo de brasileiro privilegiado. É claro que em tal resumo o cronista não perdeu a oportunidade de provocar Pires de Almeida, também bacharel:

(“[...] com grande alegria de meu amigo o Sr. Dr. Pires de Almeida e de outros otimistas do nosso sistema de instrução pública”).

Inaugurado em maio de 1883, com proposta de desenvolvimento de um novo método de ensino, sem precedentes entre nós, o colégio Abílio, localizado no bairro de Botafogo, foi saudado pelo articulista do jornal *Mequetrefe* como a “única verdadeira casa de ensino que se funda no Brasil”. A nova escola atenderia a todos os preceitos higiênicos, apresentando disposição interna com ambientes “perfeitamente arejados, vastíssimos”. Como um dos lemas do referido estabelecimento era “Neste colégio não se estuda; aprende-se”, por toda a parte, nos corredores, nos dormitórios, nas salas, viam-se distribuídos, pelas paredes, mapas, desenhos, observações, enfim, tudo que pudesse prender e fixar o espírito de uma criança. Além disso, o colégio disporia dos mais modernos e perfeitos aparelhos empregados no ensino das ciências naturais. Pelo tom laudatório do texto de Sá Lino, o colégio Abílio, fruto da iniciativa privada, surgia como o ideal de um sistema educacional para uma sociedade moderna e civilizada.

Passados três anos, publicava-se no *Diário de Notícias* um caso ocorrido nas dependências do referido colégio, envolvendo o diretor do estabelecimento:

O menor, depois de alguma travessura própria da idade e receoso talvez de ser castigado, fugiu do colégio para a casa de seus pais; aí o Sr. barão de Macaúbas, procurando o Sr. Reginaldo, expôs-lhe o que se passara e o menino voltou anteontem para o colégio.

Ontem, porém, apresentou-se de novo em casa e declarou que fugira porque levava de chicote.

Infelizmente, examinamos a criança, cujas nádegas estavam efetivamente cortadas.

Este fato é altamente revoltante; repugna que hoje, quando até no exército está abolido o aviltante castigo, seja ele ainda empregado como corretivo num colégio.

Nem os nossos foros de civilização nem a índole de uma casa em que se pretende educar e instruir a infância e a mocidade comportam meio tão bárbaro empregado como corretivo a quaisquer faltas.

Aquelas infamantes sevícias só poderiam ser praticadas por quem não compreende que o homem do futuro há de sair da legião das crianças de hoje e que elas só poderão chegar a realizar as esperanças de que são depositárias pela elevação do caráter, pela inteireza do brio, pelo estímulo e pela imitação da prática de boas ações, mas nunca pelo aviltamento de todas essas qualidades (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/11/1886).

Tratava-se de um caso de agressão física contra um garoto, chamado Américo, filho de “Reginaldo Gomes da Cunha, conceituado negociante”, do Rio de Janeiro. O escândalo, noticiado em vários jornais da capital do Império, também foi comentado por Artur Azevedo em sua “De palanque”:

Não é o primeiro fato dessa ordem que a imprensa tem ultimamente denunciado; o menino Américo sustenta que no colégio Abílio impera o regime moscovita do chicote, e pessoas fidedignas asseguram-me que em mais de um colégio desta Corte os pobres meninos são tratados a relho.

É preciso que as respectivas autoridades verifiquem o fato, e punam seriamente esses pseudo educadores, que, se algum colégio deverão dirigir, não seria de certo para educar meninos.

Averiguados estes fatos, já me não admiram as arruaças dos endemoninhados estudantes de preparatórios, que esbordoam carroceiros inofensivos e vazam os olhos aos agentes subalternos da força pública!

Pois se esses fedelhos são educados a chicote!

Ouvi rosar que o Sr. Ministro do Império fará baixar um Aviso, fechando o colégio Abílio.

Se for verdade, nunca lhe doam as mãos, Sr. Ministro.

E o Sr. Abílio – para ter alguma coisa em que se ocupar – que entre de sócio para o café-concerto, ou antes, para o cerveja-concerto da Guarda Velha, que, em vez de se chamar *Folies Brésiliennes*, passará a chamar-se *Folies Macaúbas* (AZEVEDO, 27/11/1886).

Na crônica anterior, publicada apenas vinte dias antes desta, Artur Azevedo invocou uma autoridade do Império para que tomasse providências no sentido de reprimir, com a aplicação de castigos físicos, o comportamento indesejável dos alunos. Agora repudia tal prática e ataca Joaquim Abílio Borges, diretor do colégio e autor das agressões. De algozes, na crônica anterior, os alunos passam à condição de vítimas de um sistema educacional cuja pedagogia pautava-se no “regime moscovita do chicote”. Em crônica de 12 de dezembro do mesmo ano, o cronista traz à baila outro caso de violência contra estudantes: desta vez um garoto de dez anos ficou encarcerado em um colégio dirigido por padres salesianos. Fez algumas críticas à direção do colégio por aplicar a uma criança a mesma pena com que “se castiga os marmanjos que são alta noite surpreendidos a experimentar chaves falsas nas fechaduras alheias”. À polícia também recaía parte da culpa, por ser conivente com tais práticas. Enfim, reitera sua opinião sobre castigos físicos:

As autoridades (já se vê que não me refiro às da força do Sr. Fidelis) devem reprimir energicamente os abusos dessa ordem. O castigo corporal corrompe o caráter da criança; degrada-a, achincalha-a, e prepara-a para, mais tarde, na vida pública, receber com cinismo toda a reprimenda honesta.

Nalgumas casas de educação é costume até punir as crianças, obrigando-as a estudar mais que de costume. – Ah! ah! exclama o professor; o menino pregou um rabo no seu condiscípulo? pois vai copiar já, já, três páginas da sua gramática! – E aí está o processo mais pronto (e mais estúpido) para infundir nas crianças o horror pelo estudo.

Convençam-se de que isto de educar crianças é muito mais difícil que engendrá-las (AZEVEDO, 15/12/1886).

Ao sustentar o argumento de que o castigo físico corrompe o caráter, Artur Azevedo não só se posiciona contra o método punitivo vigente, mas procura justificar, de alguma forma, o comportamento dos estudantes da rua da Prainha. O que antes era acusação passa a se configurar como complacência com os estudantes, levando-nos a inferir que o cronista os via como vítimas de um sistema, cujos métodos começavam a ser questionados. Não sabemos explicar o que o levou a mudar de opinião em tão breve período. Possivelmente tenha se arrependido de usar o espaço que dispunha na imprensa para fazer apologia à violência, sobretudo porque ainda estava fresco em sua memória um caso de maus tratos que causou grande repercussão na imprensa e contra o qual se posicionou: o caso da escrava Joana, que foi duramente castigada por sua senhora, vindo a óbito.

Em meio à polêmica, o diretor defendeu-se na imprensa, por meio de carta publicada em 27 de novembro, na *Gazeta de Notícias*, carta em que assumia a responsabilidade pelas chicotadas, não demonstrava o mínimo sinal de remorso ou arrependimento pelo ato e ainda declarava a continuidade da aplicação de castigos físicos em alunos que cometessem atos imorais:

Não me incomodei com o procedimento que teve o Sr. Reginaldo Gomes da Cunha, dando publicidade ao fato do castigo físico que infligi a seu filho, porque tal divulgação, ao passo que prejudica a S. S. e principalmente ao menino, só aproveita aos meus créditos de zeloso educador.

Na corrupção dos costumes que infelizmente lavra em nossa sociedade, só uma severidade exemplar pode impedir certas ofensas à moral.

Por isso é que no colégio Abílio, onde a lei tradicional tem sido a abolição dos castigos físicos na educação dos meninos, ficaram eles reservados para os crimes contra a inocência destes.

Assim vi praticar sempre meu venerando pai, sob cuja direção me eduquei, e cujas lições e exemplos aprendi, sigo e seguirei sempre.

Fique, pois, bem claro e assentado que aplicarei sempre os castigos aos alunos que cometerem atos imorais, proporcionando-os à gravidade destes e à idade dos delinquentes.

Neste ponto, sou e serei sempre intransigente, como foi e é meu prezado pai. A imoralidade não há de reinar jamais no colégio Abílio.

Há cerca de quatro anos que dirijo o colégio Abílio, da corte, e foi esta a primeira vez que, indignado pelo cinismo do menino, me vi na dura necessidade de empregar castigo físico, o qual entretanto não passou de duas ou três vergastadas com uma bengalinha de junco que se achava casualmente em meu escritório.

Já o ano atrasado, quando eu ainda não havia assumido a direção total do colégio Abílio, da corte, teve meu respeitável pai de punir fisicamente, por fato idêntico, a quatro alunos, entre os quais estava o filho do Sr. Reginaldo Gomes da Cunha.

Nunca em meu colégio se deram chicotadas, nem bofetadas ou pontapés, segundo falsamente referiu o Sr. Cunha aos jornais desta cidade, nem jamais pus um aluno de pé ou de joelhos, ou em prisão, que o colégio não tem.

As penas empregadas no meu colégio são unicamente a perda de recreios com trabalho de escrita, a privação de saídas e as censuras particulares ou públicas.

Não preciso de apelar para o testemunho de meus discípulos ou professores.

Releva entretanto declarar que o filho do Sr. Cunha, além da preguiça intelectual que o caracteriza, a ponto de, no espaço de mais de quatro anos, quase nenhum adiantamento haver alcançado, revelou-se um menino de má índole, atentas certas infrações graves de diversos gêneros que cometia, e para com os quais fui constantemente indulgente; e, se não fosse a minha grande condescendência, decerto o teria expulsado. Desde que, porém, chegou a praticar os atos indecorosos, que eu e meu venerando pai procuramos reprimir, cada um de nós, por sua vez, não se pôde conter.

Eis a exposição verdadeira do ocorrido.

Os Srs. pais, que não aprovarem este modo de educar, do qual não me afastarei, me não confiem a educação de seus filhos.

Um mestre sério não pode deixar de ter rigor bem entendido para com os imorais e insolentes discípulos. JOAQUIM ABÍLIO BORGES (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27/11/1886).

Com um pouco de cinismo (lembramos que a bengalinha de junco estava “casualmente” em seu escritório) e bastante imponência e autoritarismo em suas declarações, Abílio Borges afronta a opinião pública. Embora tenha afirmado que não precisava do testemunho de alunos e professores, no mesmo dia e na mesma página em que foi publicado o texto acima, a *Gazeta de Notícias* estampou também uma declaração assinada por 43 alunos, que se diziam maiores de doze anos, todos do colégio Abílio, na qual protestavam contra as notícias acerca dos castigos infligidos ao garoto Américo e contra os boatos de sofrerem maus tratos no referido estabelecimento de ensino. No dia 29 de novembro, a mesma *Gazeta* transcreve um longo texto que havia sido publicado n^o *O País*, questionando a veracidade da carta publicada pelos alunos em defesa de Abílio Borges, bem como o caráter de um educador que vai à imprensa difamar uma criança. O fato ainda se tornava mais grave, ou mais suspeito, porque o imponente diretor não revelava nem mesmo à polícia os supostos atos imorais cometidos por Américo. Também nesse dia, o pai da vítima publica um texto condenatório a atitude de Abílio Borges e responde a uma carta do advogado Coelho Rodrigues, na qual este apoia as práticas do diretor do colégio Abílio. Sobre as opiniões desse bacharel, Artur Azevedo também se declarou contra, em sua crônica de 30 de novembro.

Em oposição às declarações do diretor do colégio Abílio a própria *Gazeta de Notícias* publicou um longo texto intitulado “Educação a pancada”. O artigo de Abílio Borges foi considerado tão cruel, bárbaro e condenatório de sua capacidade moral para o posto de educador, como o chicote ou vergasta de que se serviu:

A gente não sabe o que mais admirar: se o desembaraço com que o Sr. Dr. Abílio declara que desrespeitou e pretende continuar a desrespeitar a lei que proíbe a aplicação de castigos corporais nos colégios; se a crueldade com que publicamente procurar infamar uma criança; se as contradições em que cai e com que a si mesmo se condena (GAZETA DE NOTÍCIAS, 28/11/1886).

O articulista imputava a culpa pelo suposto comportamento pernicioso do menino Américo ao barão de Macaúbas, sob cuja responsabilidade estava a vítima. Ao mesmo tempo, chamava atenção do governo e do Inspetor Geral da Instrução para o duplo delito cometido por Abílio Borges: ter aplicado castigos corporais a um garoto e tê-lo difamado publicamente. Enquanto na primeira página do periódico de Ferreira de Araújo o tom era de censura às práticas de Abílio Borges, na segunda, no espaço destinado às “Publicações a pedido”, professores, ex-professores e funcionários publicavam textos em defesa do acusado e da instituição por ele dirigida.

No dia seguinte, Artur Azevedo volta a se dedicar ao assunto e publica uma crônica em que, de certa forma, concorda com as palavras de acusação escritas pelo articulista da *Gazeta de Notícias*: visto que o garoto estava no referido colégio havia quatro anos, esse estabelecimento de ensino “longe de ser uma casa de educação, é um lugar onde se aprendem coisas ruins”. Se a criança era imoral, como afirmara Abílio, a culpa era de quem o educou, argumentava o jornalista. Generalizando as críticas, questiona o que se passava no interior de “internatos suspeitos, cujos diretores ninguém conhece, cujos professores ninguém sabe se tem, [...], a moralidade precisa para dirigir a inteligência dos homenzinhos”. A brandura, por meio da qual tudo se consegue, seria a primeira qualidade de um educador, mas faltava ao Sr. Abílio. Enfim, baseado em experiência pessoal, apresenta um método de ensino inusitado: “Eu aprendi a ler com minha mãe; sempre que lhe ameaçava os ouvidos com uma silabada, ela interrompia-me com um beijo. E eu sei ler” (AZEVEDO, 29/11/1886).

Quase um mês após essa polêmica, em 27 de dezembro, em sua crônica Artur fala sobre um aparelho inventado para castigar meninos e, como era do seu feitio, aproveita a oportunidade para fazer uma provocação ao impiedoso diretor do colégio Abílio: “Conto que a estas horas tenha o Sr. diretor do colégio Abílio encomendado já o novo aparelho, que, em todo o caso, me parece preferível à famosa bengalinha de junco, que deu que falar” (AZEVEDO, 27/12/1886). O cronista condena o sistema punitivo do colégio Abílio porque acredita que meninos tratados com relho tornam-se adultos autoritários e violentos. Apesar de fazer tantas referências ao seu “venerando pai”, é

possível pensarmos que o próprio diretor da escola em questão fosse vítima desse sistema educacional. Talvez possamos argumentar que as preocupações do cronista com o sistema de punição com castigos físicos aconteciam também em função das proporções que a violência poderia chegar, já que haveria uma sucessão: um diretor rude e violento formaria alunos violentos que, por sua vez, cometeriam barbaridades. Em suma, o que estava em pauta era a questão do trauma que o indivíduo carregava consigo. Diante disso, para impedir que os meninos crescessem e se comportassem inadequadamente, era preciso garantir o cumprimento da lei que abolia os castigos corporais nas escolas, ou seja, era preciso garantir seu direito à segurança.

Para encerrar este tópico, voltemos aos assuntos com os quais ele foi iniciado: instrução pública, sentimento de vergonha e a Exposição Universal de 1889. Não sabemos informar se o Brasil passou ou não algum tipo de constrangimento, como pensava Artur Azevedo. No entanto, descobrimos que, contrariando as expectativas dos desafetos, o famigerado colégio Abílio, único estabelecimento de educação brasileiro a concorrer, foi contemplado com quatro medalhas, sendo duas de ouro e duas de prata, conforme mostrou o *Diário de Notícias* de 1 de novembro de 1889. Mais surpresas ainda estavam reservadas. No dia seguinte, a mesma folha lembrava que ao Brasil couberam 22 prêmios³³, dos quais sete tocaram ao governo imperial e dois ao imperador, recebendo um como chefe de Estado, e outro como membro do Instituto da França. Ironicamente, o monarca brasileiro recebe uma medalha como chefe de Estado

³³ Eis a lista completa dos prêmios: “O primeiro grande prêmio foi concedido à nação brasileira, a D. Pedro II e a S. A. a princesa d. Isabel, pela abolição da escravidão no Brasil. ENSINO PRIMÁRIO: 2. A D. Pedro de Alcântara, membro do Instituto de França, pela fundação e sustentação à sua custa de escolas em seus domínios e pelo desenvolvimento que tem dado à instrução pública em seu país. ENSINO SECUNDÁRIO: 3 e 4. Ao imperial observatório do Rio e à Escola de Minas de Ouro Preto. PRODUTOS DE CULTURA DAS MINAS E DA METALURGIA: 5 e 6. Ao governo imperial, pela fábrica de ferro de Ipanema, em S. Paulo, e à comissão de Minas Gerais, pelo conjunto de sua exposição de minerais. PRODUTOS DAS CULTURAS E INDÚSTRIAS FLORESTAIS: 7 e 8. Ao governo imperial, pelo conjunto de produtos desta classe, e a José F. Lepage, de Barbacena, pela sua coleção de madeiras. PRODUTOS DA CAÇA, PESCA, ETC.: 9. Ao governo imperial, um diploma equivalente a um grande prêmio, pelo conjunto dos produtos desta classe; 10. A Gaston Menier, Paris, pela sua coleção de borracha do Pará; 11. Ao comissariado geral do Brasil em Paris, pelo conjunto desta classe. PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS: 12. A Menier, por sua coleção desta classe. MATERIA E PROCESSOS DA ENGENHARIA CIVIL, DOS TRABALHOS PÚBLICOS E ARQUITETURA: 13 e 14. Ao governo imperial, pelos trabalhos públicos e especialmente pela estrada de ferro D. Pedro II e pelo pavilhão do Brasil no Campo de Marte. CONDIMENTOS E ESTIMULANTES – AÇÚCAR, CAFÉ, ETC.: 15. Ao governo imperial, pela produção de cafés no Brasil; 16. Ao comissariado geral do Brasil, em Paris, pelo conjunto da exposição de cafés; 17. À comissão central do Rio, pelo conjunto da exposição do café; 18. À comissão da Bahia, pela sua exposição de açúcares; 19. À comissão de Pernambuco, pela sua exposição de açúcares. BEBIDAS FERMENTADAS: 20. Ao ministério da agricultura do Brasil, pela sua coleção de alcoóis de cana-de-açúcar. ENSINO AGRÍCOLA: 21. Ao governo imperial, pelo ensino prático de agricultura e [ilegível]. PLANTAS DE ESTUFAS: 22. Ao comissariado geral do Brasil, em Paris, pela sua coleção de plantas de estufas” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03/11/1889).

no mesmo mês em que foi destronado. No que se referia ao ensino primário, o monarca recebeu um prêmio pela “fundação e sustentação à sua custa de escolas em seus domínios e pelo desenvolvimento que tem dado à instrução pública em seu país”. Se Artur Azevedo tinha receio de passarmos vergonha por conta da realidade que seria exposta no livro de Pires de Almeida, deve ter se surpreendido com o prêmio recebido na exposição. Tal premiação mostra que seus receios eram infundados. Ou será que para a exposição a realidade do império brasileiro foi maquilada?

3 – “Dize tu, direi eu”: práticas políticas no Rio de Janeiro imperial

Artur Azevedo colaborou por aproximadamente 35 anos – de 1873 a 1908 – em vários jornais fluminenses e, embora tenha assumido publicamente uma postura de enfrentamento das práticas políticas que o incomodavam, nas histórias da imprensa brasileira seu nome quase não despertou interesse entre os historiadores. Vale destacar que os acontecimentos políticos que agitavam os ânimos dos frequentadores da rua do Ouvidor, as eleições gerais e municipais ocorridas em janeiro e novembro de 1886, respectivamente, a morte de determinado político, a formação de uma lista tríplice para a escolha de novo senador, a candidatura a vereador de um funcionário público já aposentado, a cerimônia de posse de novos vereadores, a eleição de vereadores republicanos em Petrópolis, bem como a iminente proclamação da República, foram alguns dos temas abordados em suas crônicas.

Nesta crônica de 24 de novembro de 1886, Artur Azevedo sinaliza para a banalização do sistema eleitoral, com destaque para o fato de uma simples chuva servir de pretexto para que os eleitores não comparecessem às urnas:

As eleições municipais têm sido ultimamente tantas e tão repetidas, que já ninguém faz caso delas.

As de ontem passaram completamente despercebidas. Demais a mais, a chuva esfriou o entusiasmo, se entusiasmo havia. No Rio de Janeiro nada há que resista a uma molhadela, nem mesmo a política.

Quando chove, o fluminense deixa-se ficar em casa; não há espetáculo que o tente nem divertimento que lhe sorria.

Até certo ponto não deixa de ter razão, porque as nossas ruas ficam realmente intransitáveis depois da menor pancada d’água. A ocasião é excelente para recomendá-las aos futuros edis, que nas suas horas vagas poderão olhar para elas com algum interesse mais do que os seus gloriosos antecessores.

Decididamente ser vereador é a coisa mais fácil deste mundo. Queiram os leitores percorrer a lista dos candidatos ao segundo escrutínio de ontem – só os do segundo escrutínio; dou um doce a quem me disser quem são, na sua maioria, aqueles cidadãos conspícuos.

À parte três ou quatro homens, ou, se quiserem, quatro ou cinco, são todos uns ilustres desconhecidos que só se recomendam pela sua obscuridade, – o que, nos tempos que correm, não deixa de ser uma recomendação.

Que diabo! parece-me que a primeira condição para ser vereador é ser bem conhecido. Note-se que há *conhecido* e *conhecido*, assim como para Sganarello havia *fagot* e *fagot*; mas o diabo, e em que pese a reconhecida independência do eleitorado fluminense, o diabo é que na lista dos candidatos figuram alguns conhecidos até demais, e isso não obstou a que alcançassem votação.

Não! decididamente ser vereador é coisa muito fácil, que eu, que aliás alimentava a esperança de armar à gratidão dos meus concidadãos, pugnando, na Câmara Municipal, pelo embelezamento da cidade, renuncio às minhas veleidades de futuro edil.

É que dou o cavaquinho pelas dificuldades; só me contento daquilo que me custe algum esforço e sacrifício. Isto de ser vereador como posso ser inspetor de quarteirão – não me cheira (AZEVEDO, 24/11/1886).

As eleições se constituem como acontecimentos importantes tendo em vista que concedem ao eleitorado o direito de escolher seus representantes para trabalhar na elaboração de leis que orientarão o funcionamento da sociedade, bem como na criação de projetos de políticas públicas que atendam às necessidades da população. Na crônica em questão, o jornalista se aproveita de um importante acontecimento político – as eleições municipais – de um fenômeno natural – a chuva – e de parte da estrutura física da cidade – as ruas alagadas – para cobrar ações da municipalidade. Ao mesmo tempo, o cronista esboça os perfis dos eleitores, dos políticos da situação e dos candidatos, utilizando-se de expedientes cômicos.

Os eleitores são considerados indolentes, a ponto de, por causa de uma simples chuva, deixarem-se ficar em casa, desprezando a oportunidade de exercer um direito político conquistado por meio da constituição do Império. No entanto, ao colocar a chuva como entrave para que o eleitor saísse de casa, o cronista transfere a culpa para os próprios políticos, que são relapsos nas suas incumbências administrativas e não se interessam pelos problemas da cidade. A consequência dessa situação é que, se o povo não exerce seus direitos políticos, não tem o direito de ir para as seções de “publicações a pedidos” protestar contra a má administração e reclamar da má distribuição de água, da falta de policiamento nas ruas, dos exorbitantes preços cobrados pela companhia de gás, da falta de limpeza das ruas, das maracutaias políticas etc. A indolência de uns e a negligência de outros perpetuam as mazelas sociais e políticas. As perspectivas de mudança estavam, portanto, no exercício do voto, que, aliás, era facultado a uma parcela exígua da sociedade.

Combinando expressões de cunho popular (“dou um doce”), ironia (“cidadãos conspícuos”) e paradoxo com sentido irônico (“ilustres desconhecidos”), o cronista esboça o perfil dos candidatos ao legislativo municipal, muitos dos quais “só se recomendam pela sua obscuridade”. Embora a construção discursiva aponte para uma resistência do jornalista maranhense em relação ao novo, ou “ilustre desconhecido”, ser um candidato com essa característica, de fato, seria uma vantagem, se considerarmos as possibilidades de renovação no cenário político, cuja realidade tanto o incomodava.

A “reconhecida independência do eleitorado” parece ser uma ironia à ignorância do povo e às práticas de coerção de políticos inescrupulosos (o *conhecido*, na acepção negativa que esta palavra possa ter) que se utilizavam de métodos nada democráticos, como os serviços dos capoeiras, para garantir os votos que lhes dessem a oportunidade de comer no “cocho da municipalidade³⁴”.

Como sabemos, Sganarello é o personagem charlatão da peça *Médico à força*, de Molière, personagem que trabalha como lenhador, mas se faz passar por médico. A palavra *fagot* significa “feixe”, que o lenhador carrega nas costas ao fim do dia de trabalho, mas também “trouxa”: “aquele que é enganado facilmente”, e que na situação evocada por Artur Azevedo seriam os eleitores que votaram nos candidatos “conhecidos até demais”. A evocação ao médico-charlatão de Molière não seria uma sátira aos candidatos bacharéis, nos quais os eleitores “trouxas” teriam votado?

Em *Cidadania no Brasil*, José Murilo de Carvalho estuda a construção da democracia em nosso país e chama atenção para ano de 1881, quando a Câmara dos Deputados aprovou uma lei que introduzia o voto direto e eliminava o primeiro turno das eleições. Com essa alteração, daquele momento em diante não haveria mais votantes, permanecendo apenas os eleitores. A referida lei também alterava o valor da renda exigida para os eleitores, passando para 200 mil-réis, excluía os analfabetos do processo eleitoral e tornava o voto facultativo. A lei foi considerada um retrocesso, porém, o ponto considerado mais crítico pelo estudioso é o que nega ao analfabeto o direito à participação política, já que o percentual de pessoas não alfabetizadas chegava a 80% (CARVALHO, 2010, p. 38-39).

Em 22 de novembro de 1886, dia anterior ao das eleições municipais das quais fala Artur Azevedo, o *Diário de Notícias* informava aos leitores algumas estatísticas eleitorais:

³⁴ A expressão é de José Lins do Rego, que a utiliza em *Fogo morto*.

O recenseamento geral dos eleitores de todo o império em 1885, deu o total de 146.000 cidadãos habilitados e com seus respectivos títulos.

Destes, concorreram à eleição geral de 15 de janeiro último, 95.668 eleitores, deixando de comparecer 49.332.

Se considerarmos que uma quarta parte do eleitorado concorreu às urnas em favor dos candidatos da oposição, estes receberam o sufrágio de 23.917 eleitores, enquanto que os do governo receberam o de 71.751, que mandaram à câmara temporária 100 deputados conservadores contra 25 liberais.

O não comparecimento de 49.332 eleitores à eleição de 15 de janeiro é um fato bem notável em uma eleição de tanto empenho e em que ambos os partidos disputavam a primazia com toda veemência.

Este fato serve ainda para atestar o atraso do país e a desídia de tão grande número de eleitores que nenhum interesse tomam pelo futuro da pátria (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/11/1886).

Além de a lei marginalizar uma grande parcela da população, ainda havia abstenção entre o pequeno número de habilitados a exercer seu direito de participação política. O número de eleitores que compareceram nas eleições gerais realizadas em 15 de janeiro de 1886, quando a capital do Império elegeu 12 deputados, todos eles conservadores, representava apenas 0,8% do total da população³⁵.

Talvez as observações do cronista, no que se refere à abstenção de votos e às escolhas dos eleitores, encontrassem justificativa também no fato de naquelas eleições estar concorrendo José do Patrocínio, figura importantíssima no movimento abolicionista, do qual Artur Azevedo também era adepto. Tanto assim era que dois dias antes das eleições, na seção “A pedidos”, publicava-se uma carta assinada por membros da Confederação Abolicionista recomendando aos eleitores o nome do autor de *Mota Coqueiro*:

Srs. eleitores do município neutro:

A Confederação Abolicionista vem de novo apresentar-vos o nome do seu candidato oficial José Carlos do Patrocínio, para o cargo de vereador da Câmara Municipal da Corte, cuja eleição vai se realizar a 23 do corrente.

Lamenta não ter também a fortuna de recomendar-vos o nome valioso do seu correligionário, o Dr. Ubaldino do Amaral, já eleito em outro escrutínio, por ter este desistido desse direito, em virtude do seu estado de saúde não permitir.

O documento que em seguida publicamos, escrito e firmado pelo nosso candidato, claramente exprime o pensamento que temos em vista.

Não nos dirigimos, portanto, aos eleitores que não abraçarem o programa traçado pelo nosso candidato, o qual está perfeitamente de acordo com a ideia que representamos.

Libertar a capital do Império da lepra da escravidão é o dever de todos os cidadãos que defendem os bons princípios.

³⁵ Maiores informações sobre as estatísticas eleitorais do período imperial podem ser encontradas no ensaio “A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930”, de José Murilo de Carvalho. O texto está inserido no livro *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*.

A estes é que nos dirigimos, apresentando o nome simpático de José Carlos do Patrocínio para vereador (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/11/1886).

A carta era assinada por João Clapp, Luiz de Andrade, André Rebouças, Alberto Victor e Jerônimo Simões. Como prometiam os correligionários, logo em seguida era estampado uma espécie de termo de compromisso de Patrocínio com seus eleitores e com a causa abolicionista:

AOS SRS. ELEITORES DO MUNICÍPIO NEUTRO

Anulada pelo poder judicial a apuração da Câmara Municipal, que me proclamou vereador em primeiro escrutínio, devo concorrer de novo às urnas, pedindo aos Srs. eleitores do município neutro honrem ainda uma vez a candidatura de que me investiram o partido republicano e a Confederação Abolicionista.

Cumpre-me antes de tudo declarar que não irei pessoalmente importunar aos Srs. eleitores, não farei visita domiciliar para conseguir da cortesia do cavalheiro a benevolência do cidadão.

Preciso de entrar na Câmara Municipal da Corte com a cabeça erguida, sem peias nem dependências, para defender ali, como o tenho feito sempre, na imprensa e na tribuna, o direito e somente o direito, em proveito do patrimônio comum de civismo, de autonomia e de moralidade administrativa da comunhão fluminense.

Pela guerra desleal que me tem sido feita, guerra em que a calúnia afívela a máscara da justiça, e a improbidade amedrontada proclama-se defensora dos interesses da humanidade, podem os Srs. eleitores inferir qual a missão que terei de desempenhar, se a honra dos seus votos colocar-me no posto de combate, para o qual me destacaram os meus correligionários. JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/11/1886).

Após prometer aos eleitores que não aderiria a práticas eleitoreiras – “[...] não irei pessoalmente importunar aos Srs. eleitores, não farei visita domiciliar para conseguir da cortesia do cavalheiro a benevolência do cidadão” –, Patrocínio expõe algumas linhas do seu programa político. Dentre as propostas apresentadas, destacam-se a de restaurar a autonomia municipal e a de prevenir os atos de crueldade contra os escravos:

Se for eleito, procurarei restaurar o regime municipal da lei de 1º de outubro de 1828, dentro da qual estão latentes os princípios de autonomia municipal, sufocados pela esmagadora centralização que reduziu as províncias e os municípios a meras dependências do poder executivo.

Abolicionista intransigente, que entende que todos os meios são bons e patrióticos para extinguir a escravidão, eu procurarei fazer com que a Câmara Municipal exerça uma das suas atribuições legais: a de velar pela sorte dos escravos e propor meios para prevenir os atos de crueldade contra eles.

É sobretudo o art. 59 da lei das câmaras municipais o que enche de pavor os meus adversários, porque eles antevêm que será arma terrível nas mãos de vereadores cômicos do seu poder, essa que ficou esquecida fora dos modernos arsenais da escravidão.

Republicano, eu procurarei aclimar entre nós aquela rigidez americana que reclamou para os trabalhos forçados um vereador convencido de prevaricação.

Tal é o meu programa e dentro dele espero merecer os sufrágios com que os meus concidadãos já me honraram no primeiro escrutínio. JOSÉ CARLOS DO PATROCÍNIO (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21/11/1886).

José do Patrocínio estava entre os “quatro ou cinco” candidatos que não se encaixavam na categoria de “ilustres desconhecidos” e também não era *conhecido*, na acepção negativa desse termo. Os homens que “só se recomendam pela sua obscuridade” podiam ser vistos também no próprio *Diário de Notícias* e na *Gazeta de Notícias*, em notas bastante discretas espalhadas ao longo desses periódicos, encimadas com a expressão “Para vereador” e seguidas pelo nome do candidato, acompanhado de um qualificativo cuja finalidade era a de revesti-lo de certa importância. Ao que parece, eram cidadãos sem antecedentes políticos e sem representação nenhuma na sociedade:

PARA VEREADOR

Pedro Gonçalves de Souto Carvalho, capitalista.

Ângelo de Bittencourt, proprietário.

José Carlos de Oliveira Rosário.

João Carlos da Costa Barradas.

Francisco Leonardo Gomes, negociante.

Carlos de Souza Pinto, negociante (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/11/1886).

Não se sabia exatamente o tipo de negócio a que eles se dedicavam e quais tipos de propriedades lhes pertenciam. Também se ignoravam os programas políticos de tais candidatos, e sua filiação partidária – se liberal, conservador ou republicano. Embora em alguns momentos o nome de José do Patrocínio apareça da mesma forma lacônica que o dos candidatos acima referidos, o abolicionista era homem cujas ações tornavam-no recomendado.

As práticas ilícitas e manobras para iludir os poucos eleitores também podiam ser encontradas nos grandes jornais do período aqui considerado. Tais práticas consistiam em publicar falsas circulares informando que determinados candidatos haviam desistido de suas candidaturas em favor de outros. Isso obrigava os supostos desistentes a irem à imprensa desmentir os boatos, como podemos ver na *Gazeta de Notícias* de 23 de novembro de 1886. Dessa mesma data, transcrevemos também do periódico de Ferreira de Araújo um texto bastante ilustrativo de tais mofinas:

Declaro que em meu nome e no interesse do partido liberal tenho pedido votos para o meu irmão Cândido Alves Pereira de Carvalho, candidato que por si apresentou-se *extra-chapa* e mereceu honrosa votação no último escrutínio eleitoral.

Os Srs. eleitores avaliem da qualidade do intrigante que pela imprensa anônima ora diz que esse meu irmão é conservador, ora que consta haver ele desistido, ora que faço guerra a um determinado candidato, o Sr. *Cândido Leal*, que aliás foi derrotado no último escrutínio, apesar do esforço por mim e por outros empregado em seu favor.

Se não tenho pedido votos no atual escrutínio para o Sr. Cândido Leal, não é porque queira prejudicar a sua candidatura, mas sim porque com a desistência de dois candidatos liberais, os Srs. Dr. Brasil Silvado e Bustamante, a sua candidatura fortificou-se em todas as paróquias, não precisando S. S. ter votos demais em detrimento de outros candidatos.

Tranquelize-se, pois, o *anônimo*. O seu candidato está eleito sem que lhe façam falta alguns votos que tenho pedido e conto obter para o Sr. Cândido de Carvalho.

A posição de sacrifícios pessoais que me tem cabido no partido liberal só deve autorizar a crença de que eu não faço guerra a correligionários nem em política favoreço a adversários.

Se o Sr. Cândido de Carvalho for eleito, o seu procedimento político será o mais formal desmentido aos intrigantes. HENRIQUE ALVES DE CARVALHO (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/11/1886, *grifos do autor*).

A esse tipo de prática, respondia-se, anonimamente, que o eleitorado não devia se iludir, porque votar “em irmão que vai *industriosamente* substituir irmão”, era uma “manobra velhaca” que importava “a reeleição proibida por lei”. Enfim, a prática de pedir votos para irmão era vista como uma atitude típica de candidatos que não podiam mais disputar eleições (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23/11/1886), mas queriam continuar comendo no “cocho da municipalidade”.

A posse dos vereadores eleitos em novembro de 1886 ocorreu em janeiro de 1887 e, na ocasião, deram mau exemplo para as pessoas presentes na cerimônia, dentre elas jornalistas, protagonizando uma balbúrdia digna de um mercado, como registrou o *Diário de Notícias* na edição que circulou em 7 de janeiro. Do alto do seu palanque, Artur Azevedo também comentou o acontecimento:

Tomaram ontem posse, e prestaram juramento, os novos vereadores da Ilustríssima Câmara Municipal.

Era ocasião de fazer o histórico da administração transata, se não houvesse tanta recriminação pendurada no bico da minha pena. No momento em que os que saem entregam aos que entram as chaves desta mui heroica e leal, e vão tranquilamente para suas casas pensar no muito que poderiam fazer e no muito pouco que fizeram, é falta de generosidade lançar-lhes em rosto patifarias e escândalos. Demais a mais, pagaria o justo pelo pecador; havia entre o trigo algum joio, e na apreciação naturalmente iria tudo de cambulhada.

Façamo-nos otimistas, e lembremos as libertações do Livro de Ouro, a abertura da rua Felipe Nery, a inauguração de escolas, a enfermaria do Matadouro, a postura sobre açougues, e outras medidas que representam reais benefícios prestados ao município.

Queiram os novos edis imitar os seus predecessores no que fizeram de bem e desprezar-lhes o exemplo no que fizeram de mal; para isso, basta-lhes ser honesto – e ser honesto é a coisa mais fácil deste mundo.

Segundo me disseram, já ontem houve bate-boca na câmara, e as galerias intervieram, como de costume. Se os novos vereadores conseguirem convencer o público de que aquilo não é precisamente a Praia do Peixe, eu serei o primeiro a elogiá-los (AZEVEDO, 08/01/1887).

A crônica é engenhosamente construída em tom de censura, cobrança e lembrete. Artur Azevedo começa falando da cerimônia de posse dos novos vereadores, não se contentando apenas em mencionar tal cerimônia. Faz questão de lembrar que houve também o juramento, utilizando-se, para tanto, da conjunção aditiva “e” intercalada ao sujeito e ao predicado. Sabemos que ao pronunciar o juramento, o vereador está se comprometendo com os eleitores que o elegeram como representante no legislativo municipal e com o Município enquanto instituição política. Caso não exerça seu mandato com lealdade e dedicação, não faça cumprir as leis, não respeite as instituições, não promova o bem do município e não lute pela manutenção da democracia³⁶ e, além disso, não cumpra as promessas feitas durante a campanha eleitoral, ele poderá e deverá ser cobrado pela população. Se a intenção do cronista não fosse cobrá-los, ou lembrá-los de seus compromissos, bastaria mencionar a cerimônia de posse, da qual o juramento já faz parte.

O “muito pouco que fizeram” foi listado nos parágrafos seguintes da crônica, mas seria preciso se fazer de otimistas para não reclamar da exiguidade dos benefícios prestados ao município. Em relação ao “muito que poderiam fazer”, talvez não coubesse no espaço que o *Diário de Notícias* lhe concedia para a “De palanque”, mas a realidade falava por si só, e alguns moradores mais prejudicados, bem como as pessoas mais contestadoras mostrariam as carências e as mazelas nas seções de “A pedidos”. Aliás, as cobranças aos vereadores que estavam deixando a Câmara já haviam sido feitas ao longo de seus mandatos, como atesta a crônica de 29 de agosto de 1885, na qual o jornalista empregou eficazmente grande parte do seu potencial irônico. Por fim, o cronista apresenta a receita do bom político, cujo ingrediente principal seria a honestidade, característica do outro tipo de *conhecido*.

Se investigarmos as seções destinadas à divulgação dos trabalhos da Câmara, podemos concluir que Artur Azevedo tinha suas razões para se mostrar inconformado com a situação política municipal. Para termos uma ideia, os trabalhos do ano de 1886

³⁶ Trecho adaptado dos textos de solenidade de posse de vereadores.

já começaram com problemas: por falta de quorum, a sessão marcada para 7 de janeiro não se realizou, sendo remarcada para o dia 9, em pleno sábado. Neste dia, também não houve sessão, pela mesma razão do dia anterior. Por esse motivo, a imprensa publicou uma nota com pitadas de ironia:

OS SUPLENTE EM RISCO DE SEREM CONVOCADOS

Não tendo havido sessão anteontem, foi convocada uma reunião extraordinária para hoje, à 1 hora da tarde.

Caso ainda não seja possível *obrigar* os Srs. vereadores a cuidarem dos interesses do município e elegerem o presidente, serão convocados os suplentes, como determina o art. 22 §4 da lei de 9 de janeiro de 1881 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/01/1886, *o grifo é nosso*).

Após o alerta, os vereadores compareceram à seção extraordinária e elegeram Pereira Lopes para presidente da Câmara e Nunes de Souza para vice. Naquela ocasião, foram escolhidas ainda comissões da Fazenda, Justiça, Obras, Matadouro, Saúde, Patrimônio e Instrução. Sessão produtiva, pode-se dizer! Imaginamos que a semana seguinte tenha sido de recesso, por conta da movimentação em torno das eleições gerais de 15 de janeiro. Quando a “Ilustríssima” retomou as atividades em 21, o *Diário de Notícias* estampava na primeira página mais um dos motivos para que Artur Azevedo tratasse os políticos com certa reserva: um bate-boca entre os vereadores tornou impossível o andamento dos trabalhos. Um deles não reconhecia a eleição de Pereira Lopes para presidente da casa e decidiu entrar com recurso junto ao governo. Após uma série de discussões, a sessão foi suspensa, sem que nada fosse votado/resolvido.

A intensidade dos tumultos obrigava o presidente da Câmara a “ler o artigo do regulamento que autoriza a expulsão de qualquer vereador que perturbe a marcha regular dos trabalhos”. Segundo a imprensa, as cenas de exaltação de ânimo e inconveniência de palavras eram pouco edificantes e comprometedoras do prestígio municipal. Com isso, os interesses municipais e o próprio crédito da Câmara sofreriam até que houvesse quem se lembrasse de chamar os vereadores ao cumprimento do seu dever (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/01/1886).

Ao ser procurado por cinco vereadores que pediam providências para os repetidos distúrbios na Câmara, o ministro do Império não se mostrou muito receptivo: respondeu que não lhe constava haver tais problemas lá. Aconselhou que cada um cumprisse o seu dever e que, quando houvesse distúrbios, a própria Câmara tomasse medidas para reprimi-los. Disse ainda que sua função ali era despachar qualquer ato que pela Câmara lhe fosse submetido (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26/01/1886).

Finalmente, em 4 de fevereiro, o *Diário de Notícias* informava sobre a tranquilidade da sessão ocorrida no dia anterior, na qual compareceram onze vereadores, os quais teriam compreendido que os interesses do município por eles representado não podiam continuar à mercê de dissensões pessoais e desabafos domésticos, sendo tempo de acabar com as cenas escandalosas do “dize tu, direi eu”.

Não nos interessa neste momento acompanhar toda a dinâmica das sessões da Câmara, mas apenas mostrar, de maneira breve, o funcionamento dos trabalhos e o comportamento dos representantes do povo, e com isso entender as opiniões de Artur Azevedo a respeito da política municipal. Ao relatar uma dessas sessões, o articulista do *Diário de Notícias* comentava que os poucos “espectadores”, embalados pelo desinteresse e pela natureza dos discursos proferidos, dormiam “à regalada [...] como se estivessem perto de uma papoula aberta”:

A não ser matéria de simples expediente, não vemos nada de importante a registrar, salvo se considerarmos no modo por que se trabalha no grande Paço do Campo de Sant’Anna.

Aberta a sessão, durante a primeira parte da ordem do dia, os vereadores conservaram-se em seus lugares, muito solícitos e cheios de nobres desejos de cuidarem dos interesses municipais, porém mal vão surgindo à tona da discussão assuntos palpitantes e importantes, ei-los abandonando as cadeiras pela palestra na sala da presidência, quando não se retiram, deixando um colega, mais ou menos influído, a falar para quatro ou cinco pessoas.

O público por sua parte não vai lá; ontem, por exemplo, dos cinco espectadores, um dormia à regalada, outro lia o *País* e, não sabemos por que influência, adormeceu também e os três restantes bocejavam, indolentes e despreocupados, como se estivessem perto de alguma papoula aberta (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/03/1886).

O relato é filtrado pelo olhar de um jornalista que recorre à ironia como ferramenta para descortinar os bastidores do recinto de atividades deliberativas, no qual os representantes do povo são vistos como relapsos e pouco comprometidos com os problemas do município, não honrando, portanto, o lugar que ocupavam. A ausência de participação popular foi quase completa e os poucos cidadãos que compareceram à sessão portavam-se indiferentemente, diante do que viam. A política não era levada a sério, nem pelos cidadãos, que eram os mais prejudicados pelas mazelas e negligências, nem pelos políticos. Mas esse comportamento dos primeiros talvez fosse o esperado, levando-se em conta as abstenções de votos: se os poucos eleitores habilitados não compareciam para escolher seus representantes, tampouco iriam estar presentes na “Ilustríssima Câmara” para assistir às seções. Ao que parece, nem mesmo as constantes cenas de “dize tu, direi eu” atraíam o público. Ou será que eram os bate-bocas que o

expulsavam? Talvez Artur Azevedo tivesse razão ao fazer seus comentários ácidos: “Carnaval por carnaval, o povo – ao que parece – prefere o das ruas ao da política” (AZEVEDO, 13/03/1886).

Em 1885, as inconsistências de uma chamada de propostas para execução de um quadro reproduzindo o ato de distribuição de cartas de alforria, ocorrido em 29 de julho, foi motivo para Artur Azevedo dirigir duras críticas aos vereadores:

É bom que os nossos netos, e os netos dos nossos netos, travem relações póstumas com todos os membros de uma Câmara tão benemérita e patriótica; de uma Câmara a que devemos tantos e tão importantes melhoramentos públicos; de uma Câmara pichosa, zelosa, caprichosa e gloriosa, como primeira não houve, nem segunda haverá.

Mas quer me parecer que o quadro teria muito mais valor para o futuro, se, em vez de reproduzir a cerimônia da distribuição das cartas, representasse fielmente uma daquelas célebres sessões tumultuosas, que deram em resultado a suspensão dos atuais vereadores (AZEVEDO, 29/08/1885).

Neste trecho estavam sendo fustigados os vereadores que foram “tranquilamente para suas casas pensar no muito que poderiam fazer e no muito pouco que fizeram” em janeiro de 1887, quando os novos foram empossados, como já dissemos. Além de serem cobrados por melhoramentos que não foram levados a efeito, o cronista os acusa também de malversação do dinheiro público. A intenção dos vereadores, assinala o jornalista, ao conceber a ideia do quadro, não teria sido ser agradável “à simpática princesa” ou “perpetuar na tela” um fato que, mesmo sendo “honroso para o município”, não tinha tanta importância a ponto de merecer uma “manifestação a óleo”, mas simplesmente fazer com que “as suas vinte e uma fisionomias passassem à posteridade, por intermédio da paleta de um pintor... qualquer”. Assim sendo, melhor seria utilizar a verba do município para reproduzir em tela o “carnaval” do qual os próprios vereadores eram protagonistas. Vemos aqui que as sessões tumultuadas eram recorrentes, a ponto de obrigar o presidente da Câmara, de fato, suspender os responsáveis.

O que causou indignação no cronista, levando-o a escrever essa crônica plena de recriminações e ironia, foi a forma utilizada pelos vereadores para fazer a chamada dos interessados em executar a tela. Os autores das propostas deveriam enviá-las em correspondência lacrada, contendo o preço e o prazo que necessitavam para a realização da obra. A proposta escolhida foi a de menor preço. Com essa atitude, os vereadores desconsideravam o quadro enquanto obra de arte. Esta, segundo o cronista, era a coisa mais respeitável do mundo. No papel de conselheiro irônico, finalizava o texto: “E

reserve a Câmara o regime das propostas em carta fechada para quando tiver – *por acaso...* – de mandar calçar alguma rua” (AZEVEDO, 29/08/1885, *o grifo é nosso*).

Em 1886, as recriminações recaíram sobre alguns deputados que, naquela ocasião, trataram desdenhosamente um projeto apresentado por Taunay para aquisição e impressão da obra sacra de José Mauricio Nunes Garcia. Enfim, todas essas observações atestam o alto grau de consciência que Artur Azevedo possuía da realidade social, política e cultural que o cercava.

Um texto publicado na seção “Mosquito por cordas”, no *Diário de Notícias*, em abril de 1887, faz ressoar outras vozes da imprensa preocupadas com questões políticas. O artigo, da autoria de Zenóbio, é interessante porque o articulista parte das práticas políticas características do momento em que estava inserido para questionar o que seria a política. Assim como Artur Azevedo, Zenóbio censura as ações de homens em cujas mãos estava o poder de dirigir o país. Em sua “ingenuidade”, julgava que a política era “semelhante a uma coisa nobre, séria e elevada, visto que o resultado dela redundava em proveito da pátria, por meio da seriedade do governo, que é filho dessa mesma senhora”. Parecia-lhe que, para ser político, o indivíduo deveria possuir três coisas: caráter, hombridade e ideias. No entanto, essas três supostas características essenciais não eram encontradas nos políticos de sua época e, por isso, afirmava não entender nada de política. O estado condenável era responsabilidade dos eleitores, que “se deixam levar por uns mandriões intitulados chefes” e de tais chefes que “se deixam levar por paixões e ódios particulares”. Se os partidos do Brasil tivessem “chefes que combatessem por uma ideia, por um princípio, com a convicção da grandeza de sua causa”, esses chefes seriam obedecidos e haveria em nossa terra, “fadada para melhor sorte, partidos, verdadeiros partidos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22/04/1887). Toda essa reflexão teve como inspiração a última eleição senatorial em Minas Gerais, onde os liberais em pleno domínio conservador, “venceram por grande maioria”. A indignação do articulista fica mais compreensível quando se tem conhecimento de que no período de 1885 a 1889 os destinos do governo foram presididos por dois ministérios conservadores: “o do barão de Cotegipe (20/08/1885) e o do conselheiro João Alfredo (10/03/1888)”, como mostra Lília Schwarcz (1998).

Todo esse quadro que vimos expondo despertava a preocupação de Artur Azevedo em relação ao futuro do país. Essa preocupação foi reforçada na crônica de 10 de novembro de 1888, na qual ele indagava quem seria o presidente da futura república

brasileira. Talvez, por falta de homens, a república não se proclamasse: o conselheiro Saldanha Marinho já tinha “as mãos muito trêmulas para empunhar as rédeas do governo supremo de uma nação”, e os seus correligionários pecavam geralmente pelo contrário, isto é, por serem muito novos. Depois de algumas considerações, sugeria que era provável que a mudança fosse apenas de forma de governo, de modo que os “governadores ficariam ainda e sempre os mesmos indefectíveis bacharéis” que há tanto tempo víamos sucederem-se nas eminências do poder. Enfim, tudo seria como antes: apenas, em vez de um imperador em S. Cristovão, teríamos um presidente nas Laranjeiras ou em Botafogo. De fato, a república foi proclamada, mas, como registra a história oficial³⁷, as mudanças na sociedade não parecem ter sido significativas. Os problemas existentes no período monárquico continuaram e até se acentuaram com o novo regime. Essa percepção da falta de mudanças foi ficcionalizada por Artur Azevedo no conto “O velho Lima”, que narra a história de um funcionário público que adoece na véspera da proclamação. Como não tinha o hábito de ler jornais, após ficar oito dias acamado, o personagem volta ao trabalho sem saber dos últimos acontecimentos políticos. Estranha quando os companheiros de viagem no bonde chamam-no de “cidadão” e se referem ao imperador como “Pedro Banana”, mas continua alheio aos acontecimentos. Para encerrar o conto, o narrador dá voz ao personagem: “– Não dou três anos para que isto seja república!”. O personagem que dá nome ao conto pode ser interpretado como uma representação do povo “bestializado” que não lia jornais e nem participava dos acontecimentos políticos de seu país.

Quando se especulava sobre suas convicções políticas, o cronista afirmava não ser conservador nem monarquista nem liberal, mas partidário de todo governo honesto (AZEVEDO, 23/01/1886). Mas onde estaria um governo com essa característica? Na França, possivelmente. Na crônica de 5 de dezembro de 1887, comentou a eleição de Sadi Carnot (Marie François Sadi Carnot) para presidente da república francesa, desejando que o novo presidente fosse tão honesto, tão patriota e tão moderado quando seu predecessor, Jules Grévy.

Escrevendo na década de 1885, Artur Azevedo deixava transparecer seu inconformismo com uma realidade política da qual o próprio imperador se ressentia e deixava registrado em seus diários. Para o monarca, os políticos não tinham noção de dever: “A falta de zelo, a falta de sentimento do dever é o nosso primeiro defeito

³⁷ Cf. Nicolau Sevcenko (2003) e Emília Viotti da Costa (2010).

moral”. Acrescentava que “É preciso trabalhar, e vejo que não se fala senão em política que é as mais das vezes guerra entre interesses individuais”. Para que se obtivessem mais trabalho na Câmara, disse ao presidente, visconde de Camaragibe, que era preciso trabalhar “como outros faziam, oito e mais horas por dia, de manhã e à tarde”. Em carta à condessa de Barral, em agosto de 1880, deixava transparecer seu inconformismo “com o fato, absolutamente normal, de os ministros se guiarem por motivações político-partidárias”. Era um tipo de política que lhe causava enjoo (*Apud* CARVALHO, 2007, p. 84-85).

Neste tópico ouvimos um conjunto de vozes que protestavam contra os desmandos das autoridades políticas do Brasil imperial, o que nos permite inferir que o povo não era necessariamente indolente, nem tão indiferente aos assuntos políticos. Em *Os bestializados* (1987), José Murilo de Carvalho, ao investigar o exercício da cidadania política no contexto da Primeira República, *grosso modo*, salienta que o povo não era indiferente (ou “bestializado”), apenas não levava a sério seus direitos de participação política porque percebia a falta de seriedade da parte dos políticos (a política era “tribofe”, “trapaceira”). Nas palavras do estudioso, “Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra” (CARVALHO, 1987, p. 160), ou seja, “espertalhão”, “velhaco”, “gozador”. Ao que tudo indica, trata-se de uma concepção que vinha do período monárquico, retratado por Artur Azevedo e pela imprensa.

4 – Sob a tutela dos bacharéis: práticas jurídicas na capital do Império

Nesta crônica, Artur recrimina uma decisão da justiça, apontando incongruências no sistema:

Sabe-se que o júri absolveu-o duas vezes; esta circunstância pouco pesa na sociedade, porque o mesmo tribunal absolveu Vicente Calças-largas, Chiquinha de Castro e outros; pelo *veredictum* popular está, porém, reconhecido que Müller de Campos não é incendiário do Montepio; até o terceiro julgamento, a que o obriga a apelação do promotor Durão, que neste processo se mostrou por demais duro, até o terceiro julgamento, dizia eu, ninguém terá o direito de lhe atribuir o crime de que o acusaram.

[...]

Mas o Sr. juiz da 1ª vara cível – um juiz, aliás, integérrimo, o Sr. Dr. Martins Torres – acaba de condená-lo por sentença, a indenizar o Montepio dos prejuízos causados pelo incêndio, e a entrar para os cofres do mesmo estabelecimento com a importância do desfalque havido! Nem ao menos o magistrado quis esperar pela terceira sentença do júri!

Onde já se viu isso? Um réu julgado por dois tribunais! Duas sentenças e uma só acusação! A absolvição num processo crime e a condenação num processo cível! A condenação pelo juízo de direito, que é a força, e a absolvição pelo júri, que é o povo!

Eu não acreditaria nesta esquisita jurisprudência se não a visse por aí assoalhada em letra de forma! (AZEVEDO, 15/11/1886).

O cronista está se referindo ao funcionário público Henrique Wanderlei Müller de Campos, acusado de incendiar o Montepio dos Servidores do Estado, na noite de 5 de setembro de 1885, com o intuito de ocultar provas que o incriminavam por um suposto desvio de dinheiro. O julgamento aconteceu em 22 de fevereiro de 1886, dia em que Artur Azevedo dedicou todo o espaço de sua “De palanque” para defender o réu, já que tinha acompanhado integralmente o andamento do processo veiculado pela imprensa. As “esquisitices” da jurisprudência teriam se acentuado quando o juiz da 1ª vara cível condenou Müller de Campos, que havia sido absolvido no processo criminal, a indenizar o Montepio pelos prejuízos causados no incêndio e a ressarcir os cofres públicos com o valor supostamente desviado. Essa deliberação seria fruto da desorganização do sistema judiciário brasileiro ou seria um sintoma de medição de forças entre magistrados de jurisdições diferentes?

Pensando nas qualidades morais do acusado – homem honrado, trabalhador e pai de família exemplar –, e na debilidade do corpo de júri, a crônica aponta para um problema estrutural da sociedade, já que o destino do homem honrado era confiado às desacreditadas autoridades. Dizendo de outro modo, o poder estaria em mãos erradas. Felizmente, no caso de Müller de Campos, o júri acertou na sentença, absolvendo-o. Mas como confiar o destino de um homem honrado nas mãos de um tribunal que absolveu assassinos como Vicente Calças-largas e Francisca de Castro?

Aquele seria, possivelmente, integrante de uma das maltas de capoeiras que amedrontavam a população e desafiavam a eficácia das leis e as forças de segurança. Não sabemos ao certo a quem ele servia e do que era acusado, no caso referido por Artur Azevedo, mas a história do Brasil nos mostra que o serviço desses facínoras era comumente utilizado, por chefes de partidos com a finalidade de garantir vitória nas urnas em época de eleições. Os “capangas eleitorais” eram pessoas violentas, cabendo-lhes as incumbências de “proteger os partidários e, sobretudo, ameaçar e amedrontar os adversários, se possível evitando que comparecessem à eleição”. Mesmo numa cidade como o Rio de Janeiro, a maior do país, “a ação dos capangas, frequentemente capoeiras, era comum. Nos dias de eleição, bandos armados saíam pelas ruas

amedrontando os incautos cidadãos”, tornando compreensível que em tais situações, “muitos votantes não ousassem comparecer, com receio de sofrer humilhações” (CARVALHO, 2005, p. 34). Assim, não é difícil imaginar que a absolvição fosse resultado de uma fraude concebida por algum figurão político que o protegia por serviços prestados. A manutenção da liberdade de Vicente Calças-largas é sintomática da omissão do Estado relativamente à garantia de segurança da população. Aqui, Artur Azevedo faz recriminações às sentenças do júri, arrogando-se, ele mesmo, como juiz.

No entanto, um dos casos de impunidade que mais causaram indignação no cronista foi o espancamento de duas escravas por Francisca da Silva Castro, senhora branca, rica e bem relacionada, caso que alcançou larga repercussão na imprensa, tendo sido mencionado, ao menos três vezes na “De palanque”.

As cenas de crueldade protagonizadas pela “desumana senhora” começaram a ser exibidas publicamente em 11 de fevereiro de 1886, quando duas jovens escravizadas – Eduarda e Joana –, com feridas e manchas por todo o corpo, apresentaram-se ao escritório da *Gazeta da Tarde*, em busca de proteção. Não deixa de ser curiosa a atitude dos membros da Confederação Abolicionista, que mesmo diante do estado lastimável em que se encontravam Eduarda e Joana, não hesitaram em promover o espetáculo da crueldade humana, exibindo ambas as vítimas nas redações de vários jornais e em diversos pontos da cidade, deixando o “público grandemente comovido”.

Esse ato de selvageria, praticado por uma senhora “civilizada”, pertencente à “boa roda da sociedade fluminense”, residente no bairro de Botafogo, foi suficiente para que o jornal de José do Patrocínio publicasse um longo texto expondo as mazelas e a hipocrisia da sociedade e acusando o governo imperial, D. Pedro II e a polícia de conivência com os martírios da escravidão. O Brasil tornara-se um “país de convenções e de mentiras, de trono sustentando padres e da escravidão tornada alicerce do mesmo trono”. Se as duas “órfãs da civilização” houvessem se apresentado à polícia, “o Sr. Coelho Bastos, o instrumento mais precioso nos dias que correm para o atual e o futuro reinado, as teria feito desaparecer sem vestígios” (GAZETA DA TARDE, 12/02/1886), argumentava o articulista anônimo.

Curiosa e contrastantemente, na mesma edição da *Gazeta da Tarde* em que foram divulgadas as brutalidades de Francisca de Castro, estampava-se também na primeira página uma grande notícia sobre um elegante baile à fantasia realizado em um luxuoso palacete em Vila Isabel. O mesmo periódico ostentava o *high life* e os casos de

violência que ocorriam nos interiores dos palacetes desse segmento da sociedade. Como argumentava o jornalista responsável pela matéria, que poderia ser o próprio Patrocínio, o caso de Eduarda e Joana era apenas um dentre os milhares que ocorriam constantemente no seio da sociedade brasileira, desde os “antros pavorosos que se chamam fazendas no interior do país, até o interior das casas e palácios do mais requintado luxo e refinada delicadeza”. Talvez a intenção da direção do periódico em apreço fosse mesmo chamar atenção para os contrastes existentes na cidade cosmopolita: à esquerda da primeira página, a representação da brutalidade e desumanidade sob o título “As duas mártires”, à direita, a exposição do luxo na “Crônica elegante”.

Para intensificar os ânimos sobre o assunto, Joana não resistiu aos golpes aplicados por sua senhora e sucumbiu, causando grande comoção, inclusive em Artur Azevedo:

Fui ontem ao Necrotério ver o cadáver da desgraçada Joana, assassinada pela Exma. Sra. D. Francisca da Silva Castro.

A mártir era uma criança: teria dezesseis anos, quando muito. Os sinais das sevícias são evidentes em todo o corpo, e o termo da autópsia a que ontem se procedeu basta, cuido, para abrir as portas da Casa de Correção à desumana senhora.

O cadáver estava estendido numa das mesas do piedoso estabelecimento. Tinha os braços abertos, como implorando a misericórdia divina para este amaldiçoado país, onde o homem estrangeiro pode vender o nacional. [...]

Quanto a mim, esse cadáver ensanguentado fala mais alto que todas as conferências abolicionistas havidas e por haver; aquelas chagas, putrefatas como a própria escravidão, são mais eloquentes que todos os artigos da *Gazeta da Tarde* publicados e por publicar.

Donde se infere que a verdadeira propaganda abolicionista é feita pelos próprios escravocratas. Joana é uma dessas vítimas sacrificadas a uma grande causa. O seu lugar no empíreo está marcado entre os grandes mártires da liberdade. Aquilo não é um cadáver: é uma bandeira (AZEVEDO, 16/02/1886).

Diferentemente de outros textos, em que se manifesta a veia cômica de Artur Azevedo, neste verifica-se uma grande carga de sentimentalismo, com vistas a comover o leitor. Fica explícito também o desejo de justiça, na qual ele ainda queria acreditar, embora tenha ponderado se as marcas encontradas no corpo da vítima, arroladas no termo de autópsia, seriam, de fato, suficientes para garantir a condenação da assassina. A ponderação – “cuido” – de que o documento de autópsia abra as “portas da Casa de Detenção à desumana senhora” é indício de que nem sempre as decisões do corpo de jurados se caracterizavam pela integridade.

Parece haver também no trecho destacado uma tentativa de sacralização da imagem de Joana: depois do martírio, o cadáver tinha “os braços abertos, como implorando a misericórdia divina para este amaldiçoado país”, antes de ir para o “empíreo”, cujo lugar “está marcado entre os grandes mártires da liberdade”. Mesmo sendo vítima da crueldade humana, Joana se compadecia do povo, intercedendo por ele junto a Deus, como queria Artur. Não seria isso uma tentativa do cronista de assemelhá-la à imagem de Cristo?

Joana, que tinha apenas dezessete anos, nascera antes da Lei do Ventre Livre. O fato de ser escrava, colocava-a à margem da condição de cidadã, já que lhe era negado um direito civil básico: a liberdade. Para essa nova vítima do sistema escravista, esse direito só se concretizou com a morte, já que a carta de alforria, elemento que a colocaria oficialmente no mundo dos livres, chegou tardiamente, no momento em que a vítima agonizava, despedindo-se de uma vida de sofrimentos. O enterro da “mártir da escravidão”, como a denominou a *Gazeta da Tarde*, foi feito à custa da Confederação Abolicionista.

No trajeto para o cemitério, o préstito, acompanhado por vários jornalistas, parou silenciosamente em frente ao elegante palacete de Francisca de Castro. Na mesma página em que Artur Azevedo lamentava a morte de Joana, o *Diário de Notícias* detalhava o procedimento da autópsia, quantificando e dimensionando os muitos ferimentos distribuídos por todo o corpo da vítima.

Francisca da Silva Castro já havia sido condenada pela opinião pública e pela imprensa, mas faltava a condenação formal, que aplicasse as leis criminais, levando-a para a Casa de Detenção. O julgamento aconteceu em outubro do mesmo ano e as minúcias sobre esse acontecimento nos ajudam a entender melhor o ressentimento de Artur Azevedo, levando-o a desejar, em um dos seus momentos de devaneio, que uma comissão de hipnóticos agisse em diversas instâncias da sociedade, inclusive na justiça, para resolver as mazelas que o livre-arbítrio não permitia solucionar. Não deixa de ser curioso o traje usado pela acusada, no dia do julgamento:

Apresentou-se com uma riquíssima *toilette* de cetim preto guarnecida de vidrilhos e de finas rendas pretas. Trazia brincos de brilhantes, rodeando uma soberba esmeralda, leque de rendas pretas finíssimas, chapéu de veludo negro com grande pluma e um véu que lhe caía sobre os olhos, e magníficas pulseiras de ouro facetadas (GAZETA DA TARDE, 23/10/1886).

A intenção da acusada era a de se impor pelo traje, mas a indumentária poderia ser adequada para um espetáculo de teatro lírico, ou ao menos de comédia. Aliás, o

próprio julgamento teria sido uma comédia, como afirmou Artur Azevedo em outra ocasião. Para intensificar os efeitos da comédia representada no tribunal, antes do início da leitura dos autos, possivelmente como estratégia de defesa para impressionar os jurados e as demais pessoas presentes no local: “advogados, médicos e o que há de mais escolhido na nossa sociedade, sendo notável a concorrência de senhoras”, levaram à sala três filhos menores da acusada. Houve também dois ataques de histeria, e um dos médicos que haviam sido convocados para atestar a insanidade mental da ré figurava como jurado.

Sua condição social e suas influências permitiram que pudesse escolher como advogados de defesa dois senadores do Império: Inácio Martins e Cândido Oliveira. Esses senadores integravam uma classe de bacharéis que, em diferentes momentos de suas carreiras, combinavam “passagens pela magistratura, ministérios, presidências de províncias, Conselhos de Estado, Senado ou Câmara”. Seus escritórios constituíam uma “estação inicial de onde embarcavam para a aventura da política”. Esses “formidáveis advogados” raramente participavam do juízo criminal, exceto quando estava em “apuros alguma celebridade ou potentado local” (COELHO, 1999, p. 92-93). Francisca de Castro parecia se enquadrar nesta última categoria.

Durante o interrogatório, com cinismo e frieza impressionantes, Chiquinha de Castro afirmava não saber do que era acusada. Atribuía o processo a perseguições de Patrocínio, Nabuco e João Clapp, membros da Confederação Abolicionista:

Mandou comprar fora da Corte as escravas Joana e Eduarda, sendo que a primeira sofria de sífilis e a segunda dos olhos, sendo também certo que já as recebera surradas e espancadas.

Estas escravas ocupavam-se exclusivamente em fazer camas e arrumar casa, e Joana tinha no corpo umas feridas que arrebatavam espontaneamente; que era esta que dava pancada em Eduarda, por perversidade.

Nunca amarrou Eduarda, e com certeza as marcas de corda que ela apresentava nos pulsos eram da corda do balde do poço da casa.

Não declarou na polícia que houvesse mandado castigar sua escrava, e se tal coisa está escrito, é por perversidade do escrivão.

Nunca mandou examinar Joana por médicos, porque ela nunca se havia queixado, e ignorava que Joana estivesse tísica, pois apresentava-se forte, a ponto de brigar todos os dias com Eduarda.

Atribui a morte de Joana a ter Eduarda fechado a porta do quintal, deixando sua companheira exposta à chuva durante uma noite inteira, motivo pela qual Eduarda fugiu, com medo de ser castigada por alguém (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/10/1886).

Uma das estratégias da defesa foi transformar as vítimas – Eduarda e Joana – em algozes. Ou seja, a violência estava entre os próprios escravizados. Alegavam que a

acusada sofria de problemas mentais. É interessante notar que o perito requisitado pela defesa para atestar a insanidade de Francisca de Castro era Nuno de Andrade, bacharel que, posteriormente, será apadrinhado para conseguir transferência para a cadeira outrora ocupada por Torres Homem, na Faculdade de Medicina.

Sizenando Nabuco, advogado de acusação, não conseguiu vencer a encenação arranjada pela defesa. Apesar de apelar para a condenação, a ré foi absolvida por unanimidade pelos 12 membros do júri. Francisca de Castro não foi punida porque as leis foram feitas pelos brancos, ou mulatos saídos das Faculdades de Direito, e, se asseguravam algum direito, esse direito era o da própria classe privilegiada. Os advogados de defesa desconsideraram o depoimento das vítimas de Francisca de Castro. Sua palavra de nada valia porque eram escravas, não eram consideradas cidadãs. Não tinham direito. Um ano depois foi realizado outro julgamento:

De D. Francisca de Castro não me ocuparei também, pelo muito que em pura perda já escrevi contra essa interessante senhora.

A hora em que o leitor estiver saboreando esta prosa, realiza-se no tribunal do júri uma *reprise* da comédia representada por ocasião do primeiro julgamento, comédia que terminará pela apoteose de uma absolvição talvez unânime.

Absolvam-na quantas vezes quiserem... e ela quiser: essa infeliz senhora está irremessivelmente condenada pela opinião pública, embora fique em liberdade, e com o direito de matar mais gente (AZEVEDO, 24/10/1887).

A esperança na aplicação da justiça, demonstrada à época do crime, transformou-se em desolação. Neste momento, Artur Azevedo já não tinha mais fé na integridade dos agentes envolvidos na “comédia”, cuja reprise contou com a substituição de alguns atores. Desta vez, o advogado de acusação foi José do Patrocínio, que chamou atenção para a “estranha singularidade” de o processo em questão ter como defensores dois senadores do Império: Inácio Martins e Cândido Oliveira, que também defenderam a acusada no primeiro julgamento. O discurso de acusação transcrito pelo *Diário de Notícias* nos leva a concluir que o próprio advogado de defesa parecia descrente na justiça, chegando a dizer que a absolvição poderia sair de tudo quanto quisessem, “dos corações, das conveniências ou dos interesses, mas não dos autos, porque eles” eram “a mais flagrante condenação da acusada” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/10/1887). Como se tratava de reprise de uma comédia, o final não poderia ser diferente: apesar de o promotor, Carvalho Durão, pedir a condenação, Francisca de Castro foi novamente absolvida por unanimidade, provando o que pensava José Patrocínio, para quem a lei se mostrava “sempre favorável àqueles que têm por si o

brilho da fortuna ou das altas posições” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24/10/1887). Poucos dias após o julgamento, Artur Azevedo mais uma vez expôs seu inconformismo com a absolvição de Francisca de Castro e com as práticas judiciais:

Parece que no tribunal do Júri foi ontem absolvido um inocente. É caso digno de um ponto de admiração; ei-lo: – ! E mais outro: ! E dous mais: !! Se efetivamente Manoel Soares da Silva não lançou fogo à venda de Manoel Pereira Pinto, o Júri, para ser coerente nas suas decisões, deveria condená-lo ao máximo da pena. Um tribunal que absolve D. Chiquinha de Castro não deve absolver um inocente: arrisca-se a comprometê-lo. De hoje em diante Manoel Soares da Silva trará na frente este letreiro terrível: “ABSOLVIDO PELO JÚRI” e entrará na ignominiosa categoria dos Calças-largas (AZEVEDO, 22/11/1887).

O cronista estava certo ao ponderar se as marcas de violência no corpo das vítimas, bem como o termo de autópsia seriam suficientes para levar Francisca de Castro para o xilindró. Infelizmente, as provas apresentadas pelos advogados de acusação e a existência de um conjunto de leis criminais não foram suficientes para fazer justiça e, conseqüentemente, “impedir” que casos semelhantes ocorressem. Por trás de tudo isso, havia questões éticas e morais que precisavam ser resolvidas. Havia uma teia de relações que se espalhava por toda a sociedade, gerando fraudes, conchavos, apadrinhamentos.

Outras esquisitices ainda provocaram indignação no cronista. Em dezembro de 1886, portanto no mesmo ano em que foram a julgamento Müller de Campos e Francisca de Castro, ele voltou a abordar na “De palanque” as inusitadas decisões do júri. Desta vez, dois casos semelhantes de violência e tragédia domésticas, mas com sentenças diferentes: dois maridos, João Antonio da Costa Silveira e Manoel Ferreira dos Santos Milheiros, após descobrirem a infidelidade de suas respectivas esposas, assassinaram-nas a golpes de navalha. O problema é que o primeiro foi absolvido e o segundo condenado a “galés perpétuas”. Diante do resultado inesperado, com sentenças completamente diferentes para dois casos de violência totalmente idênticos, aos seus olhos, o cronista faz suas indagações e recriminações. Para ser coerente, o resultado deveria ser igual para ambos os casos, mesmo correndo o risco de ser incoerente, caso houvesse absolvição completa.

Novos episódios dessa história ainda iriam parar nas páginas da imprensa, intensificando a situação de descrédito do judiciário:

Ainda não estou em mim do pasmo que tive ao ler na porta do *Diário de Notícias* um boletim, assoalhando que os processos Milheiros e Casenave foram encontrados num bond do Caju.

Que iriam fazer esses dois processos tão sozinhos? Talvez se dirigissem a qualquer dos cemitérios que amenizam aquele apazível bairro, na esperança de encontrar ali a sepultura da nossa dignidade jurídica.

Em que mãos andam entregues a nossa liberdade, a nossa honra, a nossa vida!

Pode-se dizer que a causa do infeliz Milheiros, condenado ao mesmo tempo que absolviam o seu congênere Silveira, é uma causa... perdida.

Felizmente houve um condutor bastante consciencioso, que foi depositar a papelada no escritório da companhia de S. Cristovão. Outro fosse ele, e guardá-los-ia como eloquentes e preciosíssimos documentos do alto critério das nossas instituições.

Que belos espécimes para o museu de um colecionador de raridades! (AZEVEDO, 19/03/1887).

Mais uma vez o cronista recorre à ironia para se referir ao extravio dos processos, atribuído ao desleixo dos funcionários públicos: os processos saem “sozinhos” dos arquivos do tribunal. O discurso irônico é favorecido pelo próprio contexto, uma vez que tais processos foram encontrados, no bairro do Caju, onde havia cemitérios, em um dos quais estava sepultada nossa “dignidade jurídica”, articula o cronista com uma dose de sarcasmo.

Também no *Diário de Notícias*, outro jornalista se ocupou do caso dos processos encontrados no bonde do Caju, escrevendo um texto deliciosamente irônico, de cuja transcrição não podemos nos furtar:

Curioso, muito curioso o caso do extravio, em um bonde, de autos do 2º cartório do júri e da subsequente achada deles – em outro bonde.

Nada menos de dois processos: o do réu Casenave, estelionatário e o do réu Milheiro, uxoricida.

O escrivão Barbosa Brandão veio no dia 17 pela *Gazeta de Notícias*; entrelinhadamente, contar o caso como o caso foi.

Foi em um bonde da Alegria que se deu o fato que tamanha tristeza tem causado ao Sr. escrivão.

Este explica-o, dizendo:

“É que por equívoco alguém os carregou, pensando que lhe pertencesse o volume, ou de caso pensado algum malvado para perseguir-me ou vingar-se os subtraiu e os guarda”.

E, para maior clareza, acrescenta:

“O volume era pelo menos de trinta cadernos de papel, não podia cair na rua; não foi perdido, porém levado por acaso ou furtado”.

O Sr. Brandão, portanto, não *perdeu* os autos; nem estes caíram na rua. Logo, levaram-lhos involuntária ou pensadamente. Mas para que alguém levasse um volume de 30 cadernos de papel seria preciso que o Sr. Brandão viesse muito distraído a conversar, a contemplar a casaria circunjacente ou a dormir.

Mas o Sr. escrivão também anula esta hipótese dizendo que “não foi também por descuido que aconteceu-me esse infortúnio, pois há oito anos que sirvo o cargo sem nota alguma e nunca perdi papel algum nem foi me subtraído”.

Esta razão é de escachar.

Eu não posso um belo dia rolar uma escada e quebrar um braço porque, há vinte e tantos anos que honro o mundo com a minha presença nele e nunca quebrei sequer um dedo; nem pode o leitor perder um dia 500 mil réis porque nunca perdeu nem 500... réis!

Mas o Sr. escrivão que a apresenta é porque é boa. Aceitemo-la, pois, como tal.

Segue-se que o volume dos autos fugidos *não caiu* na rua, *não foi perdido*, não foi subtraído, casual ou propositalmente, *estando descuidado* o Sr. Brandão.

Logo foi subtraído com conhecimento do seu depositário; foi-lhe arrancado – *à força*.

Mas também não foi visto, pois que o Sr. Brandão confessa ter deveras enfiado quando, ao apear-se no largo de São Francisco de Paula, “deu por falta do embrulho”.

Então, descuidou-se dele, esqueceu-o, tanto que só lhe sentiu a falta quando já não podia dar-lhe remédio.

Que *embrulho*!

Mas não tinha de que se arreçar os réus Casenave e Milheiros e devia o público suspender o seu juízo porque o Sr. escrivão foi o primeiro a dizer: “Por Deus, espere-se um pouco, que os processos aparecerão”.

E efetivamente apareceram ontem – em um bonde do Caju, onde foram encontrados pelo condutor de chapa n. 86, que os levou debaixo de vara, perdão: debaixo do braço à estação central da polícia, outra vez perdão: à estação central da companhia.

Uns pândegos – os tais autos – Têm bico carpinteiro e adoram os passeios a bondes. Andaram mais de oito dias espaiecendo os *digo* e as entrelinhas que lhes lançou na alma, isto é no ventre (– “o ventre dos autos” – é como se diz no foro) o nada descuidadoso escrivão Brandão, e se os não apanham talvez agora estivessem a percorrer a linha de bondes do Cachambí ou do Saco do Alferes.

Costuma-se dizer que “formiga quando se quer perder cria asas”, pois dos autos bem se pode dizer também que quando querem perder os escrivães criam pernas.

Malvados autos!

Pobres escrivães! (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/03/1887, *grifos do autor*).

À semelhança de Artur Azevedo, o jornalista tenta tirar os efeitos cômicos oferecidos pelo próprio contexto, tomando como ponto de partida um dos bondes em que os autos “passaram”. Para tanto, forma um par de antíteses (“alegria/tristeza”), para indicar o estado afetivo em que se encontrava Brandão por conta de sua negligência. Pode-se dizer que a situação criada no texto funciona como uma espécie de simulacro da cena ocorrida em um tribunal, quando o promotor acusa e procura apontar contradições e desqualificar a história contada pelo réu/escrivão, a fim de convencer os jurados de sua culpa. Assim como no texto do jornalista maranhense, neste, os autos do processo são personificados: como um menino fujão, o processo foi encontrado e levado não “debaixo de vara”, mas debaixo do braço do condutor que o encontrou. Tal fuga deixou o escrivão em “palpos de aranha”, e talvez a expressão “debaixo de vara” seja

uma forma de mostrar que Barbosa merecia uma severa punição. Enfim, o referido “passeio” dos autos levou o escrivão a se perder, ou seja, se desmoralizar, e com ele também a justiça.

Este texto parece ter partido de uma nota publicada na *Gazeta de Notícias* de 17 de março, por meio da qual o escrivão, Antonio Agostinho Barbosa Brandão, tentava explicar o desaparecimento dos processos, pelos quais era responsável. Brandão lamentava-se de estar sendo crucificado pelo sumiço dos documentos, bem como de tornar-se vítima de calúnias. É que a *Gazeta da Tarde*, em nota veiculada em 15 de março, assoalhava que o desaparecimento de tais documentos havia sido proposital, em nome dos interesses dos envolvidos. Por conta disso, pedia para que Ferreira Viana Filho, advogado de defesa de Paulo Casenave, escrevesse carta ao periódico de José do Patrocínio, afirmando que não tinha interesse algum na subtração dos processos e que o escrivão não havia recebido “sequer, no andamento da causa, o valor de uma estampilha”.

Interessante é que, no afã de provar sua inocência, Brandão cita como testemunha ocular Henrique Wanderlei Müller de Campos, em cuja companhia teria embarcado no bonde da Alegria, linha do Caju, dia 10 de março, levando consigo todos os processos, embrulhados em jornal. A menos que seja uma grande coincidência de nomes, este cidadão é o mesmo que tinha ido a julgamento duas vezes, sob a acusação de ter provocado o incêndio no Montepio dos Servidores do Estado, com o intuito de eliminar provas de um desfalque por ele cometido. Sendo assim, talvez a testemunha depusesse mais contra do que a favor do funcionário do 2º cartório do júri. Cumpre chamar atenção ainda para a expressão “embrulhados em jornal”, que nos leva a pensar no rebaixamento do processo à condição de mercadoria. Nessa condição, pode-se especular sobre possíveis liberdades conquistadas pelo dinheiro, que comprava jurados e advogados.

Ao tomar conhecimento do aparecimento dos processos, nas “Publicações a pedido”, da *Gazeta de Notícias*, o escrivão publicou uma nota de agradecimento, na qual destacava o nome de Ferreira Viana Filho, por ter enviado carta à *Gazeta da Tarde*, e se dirigia a todos os que haviam contribuído para a solução do problema.

Entretanto, este não foi o único caso em que Artur Azevedo se mostrou insatisfeito com as decisões tomadas nos tribunais de júris. Por que não recordar aqui o célebre processo movido por Joaquim José de Oliveira contra José Miguel de Lima e

Silva, que ficou conhecido como “caso do Bilontra”, causando grande repercussão na imprensa da segunda metade da década de 1880? O caso teve tamanha repercussão que recebeu configuração em *O bilontra*, revista dos acontecimentos de 1885. Após todos os desdobramentos do caso, Artur comentou em sua seção “Crônica fluminense”, veiculada na *Vida moderna*, revista da qual era diretor:

O mesmo não acontece quando se lê a história do que ultimamente se passou no tribunal do Júri da Corte, – a menos que se tenha sangue de barata:

Na terça-feira passada foi julgado Geraldino José de Moraes, acusado de seduzir escravos e alugá-los, ou fingir que os alugava, a pessoas incautas, recebendo adiantadamente o preço do aluguel, e fazendo ouvidos de mercador a toda e qualquer reclamação.

Anteontem foi julgado José Baltazar Teixeira, que, em janeiro de 1885, mimoseou a sua amásia Balbina Rosa com um embrulho de frutas envenenadas com estricnina. Os leitores conhecem a história desse curioso processo: uma amiga de Balbina, encarregada de fazer chegar o presente às mãos da outra, lembrou-se em caminho do rifão “Guardado está o bocado para quem o come”, provou uma das frutas, e por pouco pagou com a vida a sua curiosidade gulosa. Deste modo foi descoberto o hediondo crime.

Pois bem: o monstro que reservara a Balbina tão esquisito festim... de Baltazar³⁸, foi absolvido, ao passo que Geraldino, o alugador de escravos aliciados, foi condenado a nove anos e nove meses de prisão com trabalho e multa não sei de quanto.

Não digo que absolvessem este malandro: castigo merecia-o ele, e rigoroso; mas a pena que lhe impuseram é tão exagerada, que o próprio promotor público apelou.

Ainda há poucos dias o Júri absolveu o célebre compadre do barão de Vila Rica, simplesmente pelo fato de lhe ter achado graça. Contudo, entre Lima e Silva, que está no gozo de sua liberdade, apto para fazer novos barões, e até condes e marqueses, e Geraldino, que vai passar toda a sua mocidade na Casa de Correção, a escolha é bem difícil.

O primeiro apanhou três contos de réis a um homem tolo, mas sério, prometendo arranjar-lhe um baronato; o segundo alugou escravos que não eram seus ou não existiam, recebendo de Fulano de Beltrano quantias que, reunidas, não perfazem de certo os três contos alapardados pelo primeiro. Em que pode ser este menos condenável que o outro? Tanto as pessoas enganadas por Geraldino como o comendador iludido por Lima e Silva foram vítimas do mesmo sentimento de boa fé, porque tão natural nos homens é o desejo de ter criados que o sirvam como o de possuir títulos que os honrem.

Estou convencido de que Geraldino foi condenado a tantos anos de prisão, porque os jurados não souberam o que fizeram, ou não fizeram o que queriam fazer. E assim há de ser, enquanto o advogado do réu e o acusador tiverem o direito de recusar os vinte e quatro cidadãos mais inteligentes do sorteio.

A vida e a liberdade do próximo não podem estar a mercê de doze indivíduos que não saibam onde têm o nariz... nem a justiça (AZEVEDO, 16/10/1886).

³⁸ Alusão ao episódio bíblico “Festim de Baltazar”, do capítulo 5 do livro de Daniel.

Aqui não nos interessa fazer um acompanhamento de todo o caso, mas apenas salientar o inconformismo de Artur Azevedo com as práticas jurídicas da época em que vivia³⁹. Como nos casos precedentes, ele partiu de uma análise comparativa das acusações para apontar as incongruências das decisões do júri, cujos critérios seriam desconhecidos. Os crimes cometidos por Geraldino José de Moraes e José Miguel de Lima e Silva são idênticos: ambos são estelionatários. O que justificaria a condenação do primeiro e a absolvição do último? A resposta vem no final do texto: os jurados não tinham independência nas decisões, sendo coagidos pelos advogados, e a lei era frouxa, oferecendo brechas que poderiam levar à fraude nos processos.

Não satisfeito com os ataques feitos na imprensa, o cronista levou o caso para o palco do teatro. Em *O bilontra*, apelido dado a Lima e Silva, os autores Artur Azevedo e Moreira Sampaio absolvem o estelionatário, e talvez essa absolvição seja sintomática da falta de credibilidade que as decisões da justiça tinham sob o olhar do cronista. Em suma, ele não acreditava na seriedade dos trabalhos realizados no tribunal do júri, que não sabia onde tinha o nariz nem a justiça, como queria o jornalista. Em 1889, lemos, na *Gazeta de Notícias*, mais peripécias de Lima e Silva, agora envolvido com falsificação de cheques:

Chegamos agora ao indivíduo que parece ser o principal autor do crime. Chama-se ele Manuel José de Lima e Silva, e é muito conhecido nesta corte, por mais de uma proeza, em que põe sempre em contribuição a sua extraordinária habilidade, tendo por isso merecido o nome de *Bilontra*, nome aliás criado em uma revista de ano, para caracterizá-lo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/09/1889).

Parece que a impunidade deu forças para que Lima e Silva continuasse a pregar seus golpes. Desta vez, o caso era de falsificação de cheques do Banco do Brasil. Pelo fato de ter estado no referido estabelecimento bancário, no dia da falsificação, o Bilontra foi chamado para prestar depoimento. Cinicamente, afirmou à polícia que conhecia o caso pela narração da imprensa e que estava pronto para auxiliar nas investigações, almejando, com isso, que o criminoso fosse capturado. No entanto, o depoimento era apenas uma estratégia do delegado para conseguir a assinatura do suspeito e confrontá-la com a letra dos cheques falsificados. Pelo exame dos peritos, a culpa foi confirmada, de modo que Lima e Silva foi trancafiado, comentando:

– Nunca estive no Banco do Brasil! Isto é uma história! A polícia, não achando a quem pegar, quer fazer-me de *gato morto*! É isto! Como já uma

³⁹ Os desdobramentos do episódio foram objeto de observação de Fernando Antônio Mencarelli, em *Cena aberta* (1999).

vez me *embrulharam* aí numa história de um barão, entendem que devem meter-me em todas essas trapalhadas! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15/09/1889, *grifos do autor*).

Não conhecemos o final da história, nem sabemos dizer se dessa vez houve punição para Lima e Silva, mas podemos concluir, por meio desse episódio, que Artur Azevedo tinha suas razões ao questionar as decisões judiciais. Em geral, parecia haver dois pesos e duas medidas nas tais decisões, o que pode ser constatado nas seções destinadas a relatar os casos que iam a julgamento no Rio de Janeiro. Como explicar o fato de dois réus irem a julgamento, acusados de terem feito vítimas com ferimentos leves, sendo um condenado e outro inocentado? No caso ao qual nos referimos, noticiado pela *Gazeta de Notícias* de 11 de março de 1887, o escravo foi condenado e o outro, que supomos ser branco, já que não se falava de sua etnia, foi absolvido. O critério racial teria norteado o veredicto?

A *Gazeta de Notícias*, sob a epígrafe “Serviço do júri”, publicou nota que justifica as reservas de Artur Azevedo e de seus contemporâneos em relação à justiça. O texto em questão expõe as mazelas que teriam contribuído para o descrédito em que caiu o tribunal do júri. Por conta das baixas rendas e da irregularidade no pagamento de tais rendas, por parte da municipalidade, oficiais de justiça e escrivães se deixam corromper. Aquele estado de coisas era um verdadeiro descalabro e se o ministro da justiça quisesse se dar ao “incômodo de indagar sobre algumas coisas que se dão no serviço do júri, ficaria, como nós ficamos, horrorizado de ver tanta miséria numa instituição por sua natureza tão respeitável” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 22/02/1886), afirmava o articulista.

Apesar de todas essas incongruências no sistema jurídico, tramitava nas casas de parlamento o projeto de lei de 22 de maio de 1868, que regulamentava a pena de morte. A rejeição do referido projeto no Senado foi comemorada por Artur Azevedo:

Mas é preciso completar a obra civilizadora: risque-se da nossa legislação o assassinato jurídico, vergonha e não exemplo, que não edifica nem corrige. Deixemos às velhas nações o direito de arrancar a vida aos homens; já que não as podemos imitar no que elas têm de bom, não as imitemos nesse ponto, que as enegrece e avilta (AZEVEDO, 20/05/1886).

Utiliza-se do exemplo de Paris, onde a guilhotina funcionava com raras intermitências, para defender o ponto de vista de que a pena de morte não seria eficaz na redução dos índices de criminalidade. Segundo o cronista, na capital francesa, raríssimo era o dia em que a população não era sobressaltada pela notícia de um terrível

assassinato. Infelizmente, não encontramos dados em outros periódicos que pudesse nos informar melhor sobre tal projeto. Considerando a realidade do Rio de Janeiro escravocrata, podemos concluir que, embora a pena de morte não existisse em forma de lei, existia na prática. Utilizando-se do direito de propriedade, senhores espancavam escravos, levando-os à morte, como vimos no caso de Francisca de Castro e Joana, e o Poder Judiciário era conivente com isso.

A voz de Artur Azevedo era mais uma que se juntava ao coro da imprensa para protestar e recriar as práticas duvidosas das autoridades judiciais. Desse coro de descontentes fazia parte o próprio monarca, que teria dito a Sinimbu: “A primeira necessidade da magistratura é a responsabilidade eficaz, e que enquanto alguns magistrados não forem para a cadeia, como, por exemplo, certos prevaricadores muito conhecidos do Supremo Tribunal de Justiça, não se conseguiria esse fim” (*Apud* CARVALHO, 2007, p. 85). Enfim, cronista e chefe de Estado partilhavam da mesma opinião, mas o poder das mudanças não estava apenas em suas mãos.

Cumprido lembrar ainda que não muito distante destes episódios acerca da nossa “dignidade jurídica”, Artur Azevedo publicou uma crônica em novembro de 1886 – já citada no tópico relativo ao sistema educacional da época – recriando o comportamento de alguns estudantes de preparatórios, que protagonizavam gratuitamente cenas de agressão física e verbal. À época o jornalista falava que no “arruador bulhento, escandaloso, garoto”, já se “via o arcabouço do futuro bacharel orgulhoso, autoritário” e “farsista”. Levando-se em conta as decisões tomadas pelos juízes, todos eles bacharéis, e pelos jurados, alguns com carta de bacharel, podemos dizer que, nesta crônica do final de 1886, o jornalista já estava fazendo uma predição do desempenho profissional dos futuros bacharéis. Em outras palavras, estava apontando a raiz dos problemas do nosso sistema judiciário. Por conta de todos esses desajustes, era preciso reformar tudo, inclusive a polícia, como sugeriu o estrangeiro na crônica de 2 de setembro de 1885, já citada nesta tese.

5 – Sob o reinado de nagôas e guaiamus: segurança na capital do Império

Os teatros constituíam um dos pontos de encontro da sociedade fluminense no final do século XIX. Nesses espaços culturais, além de assistir aos espetáculos líricos e dramáticos oferecidos por companhias estrangeiras que vinham em excursão anualmente pela América do Sul, as pessoas podiam exhibir as finas *toilettes* adquiridas nas diversas lojas que importavam artigos da Europa e América do Norte. Afora esses espaços, o *high life* encontrava-se nos salões elegantes em que eram oferecidos concertos, festas de formaturas, saraus e bailes a fantasia. No *Diário de Notícias* e na *Gazeta da Tarde*, sob os títulos “A vida elegante” e “Crônica elegante”, respectivamente, encontramos registros desses eventos sociais, dando-se destaque para as pessoas presentes – bacharéis, magistrados, políticos –, e descrevendo-se, em língua francesa, os trajes usados pelas madames e mademoiselles.

Quem andasse pelas ruas da cidade na segunda metade do século XIX, encontraria, à rua dos Ourives, estabelecimentos comerciais como “À la ville de Paris”, especializada em “roupas para homens e meninos de todos os tamanhos”; para satisfazer o gosto das mulheres, na mesma rua estava localizada a “Chapelaria fluminense”, com variadas formas de chapéu para “senhoras e meninas”, idênticos aos usados pelas atrizes e cantoras italianas “Borghini-Mamo, Duse-Checchi, Repetto, Stahl e Adini”; encontraria à rua da Quitanda, na casa comercial “Jerônimo Pimenta & Castro”, variados tipos de “fazendas e modas” recebidos mensalmente de Paris”; à rua do Ouvidor estava localizada “A casa Verle”, com “Hautes nouveautés de Paris”, e onde podiam ser encontrados guarda-chuvas de sedas e chapéus para homens, mulheres e crianças de ambos os sexos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01/01/1886). Na rua do Teatro as senhoras encontravam a “grande oficina de costuras” “Aux dames elegantes”, especializada em “vestidos feitos para bailes e teatros” e em “enxovais para casamentos” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/10/1885). Para os adeptos da leitura, na rua do Ouvidor, encontrava-se a “Importante livraria Faro & Nunes”, onde poderiam ser encontrados romances em “português, francês, espanhol e italiano”, “obras clássicas dos melhores autores” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS 27/03/1887). No largo de São Francisco de Paula o transeunte encontrava a “Chapelaria Sport”, especializada em artigos masculinos, que ofereciam, além de chapéus, “perfumarias, cutelarias, e artigos para Sport, tudo quanto a Inglaterra, França e Alemanha consomem de bom gosto, e boa qualidade” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 01/01/1886).

A deambulação por esses lugares, e pela “grande artéria”, especificamente, expunha as mulheres aos olhos de jornalistas como Souvenir, do *Diário de Notícias*, e Zenóbio, do *Diário Ilustrado*, que assinavam as seções “Na rua do Ouvidor” e “O dia de ontem”, respectivamente, onde passavam em revista, de maneira pormenorizada e em língua francesa, as indumentárias das mulheres que se aventuravam em andar pela rua do Ouvidor. Apesar de todo esse glamour e do espírito cosmopolita reinante, cumpre ressaltar neste tópico o constrangimento causado pela contrastante e vergonhosa realidade circundante, sentimento que acometia inclusive pessoas como Artur Azevedo:

Mais do que nunca, estamos em pleno reinado da capoeiragem!

Até o *Apóstolo* saiu dos seus cuidados e da sacristia e deitou artigo de fundo contra os nagôas e os guaiamus.

Eu confesso que tenho um respeito sem limites por esses cidadãos, e que, se me acontece divisá-los ao longe, dobro a primeira esquina que me aparece, e por aqui é o caminho...

Dizem-me que os capoeiras atacam de preferência os barrigudos. Ouvi mesmo contar que esses facínoras (os capoeiras, não os barrigudos) têm o horrível costume de introduzir a navalha no ventre alheio, dizendo: – Guarde lá isso, – e que passam adiante, rindo e gingando, como se tivessem praticado a pilhéria mais inocente deste mundo.

Ora, no tempo em que eu era magro – sim, minhas amáveis e interessantes leitoras: saibam vossas excelências que, aqui onde me veem, já fui quase vaporoso – andava por essas ruas despreocupado e feliz, sem me lembrar de que havia Bijús e Mortes Certas.

Mas depois que me principiou a crescer a pança que tanto nos incomoda, à *Gazeta da Tarde* e a mim, nasceram-me uns receios indizíveis da aproximação desses indefectíveis perturbadores da tranquilidade pública.

Confesso ingenuamente a minha poltroneria: se não fosse a carga cerrada em que toda a imprensa tem nestes últimos dias disparado contra os capoeiras, eu não me animaria a embarcar nesta galera. Mas já agora somos tantos que, espero em Deus, a minha pança passará incólume no meio das hostes aguerridas. A menos que esses ventrífobos cometam a imperdoável injustiça de me eleger cabeça... digo: barriga de turco.

Ainda assim, falta-me a coragem para dizer que o fato, verificado pela imprensa, de haverem sido arvorados em agentes da “secreta” alguns membros proeminentes dos dois partidos litigantes, o guaiamu e o nagôa, fazem-me desconfiar da integridade encefálica do Sr. chefe de polícia.

Neste andar, galgando os capoeiras a escala das posições administrativas, a ponto de ganharem influência tal, que possam distribuir entre si os cargos públicos, dentro em alguns anos não haverá conservadores nem liberais senão nagôas e guaiamus.

A nossa sociedade chegará nessa época à perfeição almejada por certos funcionários públicos.

Mas espero em Deus e na Virgem Santíssima que outro chefe virá de honrada fama, e consigo trará a inabalável resolução de dar cabo dos heróis da rasteira e da cabeçada, para que esta cidade apresente, afinal, aspecto de civilizada, e eu e os meus colegas possamos andar por essas ruas de cabeça... digo: de pança erguida (AZEVEDO, 08/12/1885).

Com a situação criada neste texto, o cronista parece sair do seu posto privilegiado – o alto do palanque e o escritório do *Diário de Notícias* – e passar para o meio da multidão. Como em tantos outros casos, ele fala de um assunto sério, mas agora recorrendo a um tipo particular de humor que elege como objeto de escárnio o próprio corpo. Antes, porém, de partir para a exploração da imagem de si, ele parece fazer um destronamento simbólico do monarca, passando as rédeas da nação para os capoeiras – estaríamos “em pleno reinado da capoeiragem!”. No entanto, trata-se de um reinado cujos soberanos – que são muitos – são temidos e indesejáveis por suas práticas violentas que deixam os súditos em desespero e levam a cidade ao caos. O tom humorístico que permeia o texto parece ser uma preparação para a parte mais séria, que, possivelmente, constitui a maior preocupação do cronista: o fato de os capadócios integrarem a corporação de segurança pública, como já vinha indicado na primeira frase do texto – “estamos sob o reinado da capoeiragem”. Com isso, ele satiriza também as autoridades políticas, que costumavam oferecer cargos de confiança para nagôas e guaiamus por meio de conchavos. O reinado da capoeiragem instaurava-se, então, não apenas por contas das rasteiras, cabeçadas e navalhadas, mas também pela presença de membros das duas maltas na polícia e, conseqüentemente, na política.

Não com o mesmo tom humorístico de Artur Azevedo, encontramos outras vozes na imprensa no período que nos interessa:

As ruas são invadidas diariamente por uma multidão de mendigos, uns andrajosos, chagados, cegos, paralíticos, aleijados, na exibição repugnante e dolorosa, ao mesmo tempo, de suas enfermidades; outros, vagabundos, disfarçando com os trapos das vestes, a preguiça para o trabalho e fingindo com mais habilidade do que aqueles, o derradeiro estado da penúria, assaltando por assim dizer a esmola sempre pronta do nosso povo. Não acham suficiente esta peregrinação e colocam-se à porta das igrejas, dos estabelecimentos públicos, em todos os pontos enfim onde a reunião de pessoas é mais avultada. Enquanto os primeiros pedem, os outros roubam. Para aqueles as nossas autoridades dizem que não há asilos, nem hospitais; para estes esquecem o dever de sujeitá-los ao inquérito necessário a fim de se lhes conhecer o estado, a profissão e a residência (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/12/1886).

Poderíamos dizer que a descrição do jornalista é típica de um romance naturalista, apresentando um retrato da escória social que vivia em condições subumanas, na mais extrema pobreza e degradação física e moral. No entanto, é uma imagem da outra parcela da sociedade, que praticava furtos para sobreviver e disputava lugar com o *high life* nas ruas da cidade que a rejeitava.

Algumas vezes, o contraste de que estamos falando se configurava na própria disposição das matérias veiculadas na imprensa, de modo que, na mesma página em que Souvenir, no extremo lado direito, passava em revista os trajes das elegantes senhoras da rua do Ouvidor, o *Diário de Notícias*, no extremo lado esquerdo, narrava uma cena de agressão física seguida de morte, protagonizada por dois “pretos livres”, ocorrida em plena luz do dia, na praça da Aclamação, conforme a edição que circulou em 6 de fevereiro de 1888.

Basta folhearmos poucas páginas de alguns periódicos do Rio de Janeiro do período considerado nesta tese, para nos depararmos com uma grande quantidade de notícias relacionadas à questão da violência envolvendo, desde furtos banais,

O pequeno furto de um chapéu e alguma roupa, cometido no botequim da rua do Cotovelo n. 11, fez, anteontem, com que dormissem entre as quatro paredes do xadrez, Domingos Antonio e José de tal. Isto regozijou imensamente a vítima do furto, que foi Juvenal da Costa Teixeira, caixeiro do botequim – teatro do crime (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18/07/1885).

até brigas entre homens e entre mulheres, levando-os ao xadrez:

José Felício da Silva entendeu que podia ir assim, sem mais nem menos, à cara de Antonio Máximo Miguez.

A polícia entendeu o contrário, e desta controvérsia de opiniões resultou a prisão do José Felício (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/03/1886).

Dizem que em briga de mulheres ninguém se deve meter; mas assim não pensa o soldado que estava da rua do Conselheiro Pereira da Silva n. 2. Num quarto desta estalagem, Madalena Felismina Genoveva e Inocência Rosa da Conceição sopapeavam-se tanto, que pareciam dois homens, e gritavam como... duas mulheres.

Foram ambas acalmar a exaltação no xadrez (GAZETA DE NOTÍCIAS, 12/03/1886).

Diferentemente do trecho anterior, em que o cotidiano da cidade foi pintado com cores mais fortes, neste o jornalista recorreu ao sarcasmo para relativizar a gravidade da situação. Talvez o riso fosse a única forma encontrada para suplantar as frustrações de viver em uma cidade violenta, sob o “reinado da capoeiragem”. Neste caso, o riso desempenharia, portanto, uma função mais catártica. Além disso, tais notas quebram um pouco a sisudez das folhas, com suas notícias apresentadas em longas colunas⁴⁰, e parecem mascarar a realidade, uma vez que nelas a polícia sempre aparece no momento exato para garantir segurança aos ofendidos e prender os desordeiros. Como veremos, os agentes do Dr. Coelhos Bastos não eram tão eficientes assim.

⁴⁰ Cf. Raimundo Magalhães Júnior, 1966.

Além dessas notas lacônicas, encontramos nos jornais grandes textos encimados por títulos como “Misérias da polícia”, “Crime horroroso”, “Tentativa de assassinato”, “Bárbaro espancamento”, “Rixa e assassinato”, etc., que contam em detalhes as práticas de violência da cidade que se queria elegante e moderna, a exemplo da nota abaixo, que narra as peripécias de um célebre capoeira:

O CHILENO

Sob este nome é geralmente conhecido um célebre capoeira e assassino que escolhe para teatro de suas façanhas a rua da Saúde, nas proximidades dos trapiches.

Este “façanhudo” põe constantemente em alarma os pacíficos moradores do lugar, que vivem continuamente sobressaltados e ameaçados pelo temível capoeira, tanto mais quando a polícia ou finge que não vê, ou tem medo de afrontá-lo.

Para exemplo, o seguinte fato ocorrido ontem:

O *Chileno* furtou uma faca a um tanoeiro, homem hercúleo e possante, que armando-se de coragem... e também de um malho, seguiu a pista do gatuno; este, para não ser preso, deixou cair a faca sobre o dedo grande de um dos pés, que cortou e atirou-se ao mar.

Horas depois, voltando à terra, entrou em uma taverna e bebeu uma garrafa de aguardente, atirando, em seguida, com a garrafa à cabeça de um pobre velho inofensivo, que estava sentado à porta da referida taverna.

Tornou a atirar-se à água, sem que houvesse polícia capaz de prendê-lo nem de socorrer o velho cuja cabeça ficara quebrada e ensanguentada.

É admirável que tenhamos polícia... medrosa diante de um capoeira que é o terror de um bairro e que a seu bel talante zomba de tudo e de todos praticando tropelias e desacatos com plena certeza de impunidade.

Ora, com o Sr. Coelho Bastos! (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 05/01/1886).

As observações de Artur Azevedo sobre vivermos em pleno “reinado da capoeiragem” parecem se confirmar, quando lemos na imprensa notícias com este teor. Cidadãos inofensivos e impotentes, que não tinham ânimo para reagir nem a quem recorrer em busca de justiça, já que o Estado não lhes garantia segurança, tornavam-se presas fáceis para os capoeiras. A polícia, quando não era omissa ou medrosa, era acusada de ser truculenta, e conivente com os desmandos de alguns capadócios. A impunidade começava quando os agentes de segurança fingiam não ver as estripulias dos capoeiras, e se estendia aos tribunais, quando o júri os absolvía, a mando de algum figurão do Império.

Esse palco de violência foi observado por Artur Azevedo, fazendo-o também se ocupar das práticas dos agentes do Dr. Coelho Bastos. No final de 1886, mais precisamente em 13 de dezembro, o jornalista maranhense começou a crônica chamando atenção dos leitores para uma situação constrangedora envolvendo a polícia:

Muito envergonhada deve a estas horas estar a polícia da Corte. Anteontem foi para ela um dia aziago. Prenderam-se quatro gatunos, mas em que condições, meu Deus!

Antonio da Silva Africano foi preso por estar ferido por Miguel Brás, um honrado trabalhador que pagou com a vida o atrevimento de invadir as atribuições da polícia.

José Dias, vulgo *Bigode de arame*, e Luiz Antonio de Oliveira, vulgo *Desdentado*, foram catrafiados por diligências de uma senhora, D. Maria Catarina da Conceição.

Outro gatuno foi pilhado na rua dos Inválidos pelo Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, que o mandou apresentar à autoridade.

Em compensação, a polícia, ainda anteontem, *verificou* que uma casa da rua Vieira Bueno e outra da rua Abílio haviam sido assaltadas; aí nenhum gatuno foi preso, porque os agentes do Sr. Coelho Bastos não tiveram a felicidade de encontrar senhoras ou cavalheiros que os auxiliassem.

Leitor, se não és perito no manejo de armas de fogo, e se algum dia fores visitado pelos gatunos, o mais prudente, para que te não aconteça o mesmo que ao pobre Miguel Brás, é ficares muito quietinho na cama, roncando, para que eles suponham que estás realmente nos braços de Morfeu. No dia seguinte cala-te muito caladinho; não vás queixar-te à rua do Lavradio. Os teus desagradáveis hóspedes seriam capazes de voltar, para pedir-te conta do teu procedimento. (AZEVEDO, 13/12/1886, *grifos do autor*).

Na continuação, Artur aconselha sarcasticamente ao leitor que fique “muito quietinho na cama” caso sua residência seja visitada por um “gatuno”, e que não perca a oportunidade de dar cabo dele, caso saiba atirar com arma de fogo. Mais provocante ainda é o desfecho da crônica, em que o cronista não perde a oportunidade de criticar as incongruências do tribunal do júri, caso a vítima vá a julgamento pelo crime cometido em legítima defesa:

Se, porém, sabes atirar ao alvo, e se possuis um magnífico Flaubert, não percas a ocasião de dar cabo de qualquer gatuno; prestarás desse modo um relevante serviço à sociedade, a ti próprio e, sobretudo, à polícia, que soltará um suspiro de alívio, e exclamará: – Menos um!

O tribunal do Júri, para ser coerente com as suas últimas decisões, será capaz de condenar-te pelo crime de homicídio; mas não importa: a tua consciência ficará tranquila (AZEVEDO, 13/12/1886).

O deboche do cronista se instaura logo no início do texto, quando ele utiliza a palavra “envergonhada” para se referir ao estado afetivo da polícia diante da inércia. O sentimento atribuído pelo cronista à força policial fluminense é o oposto do que se espera dessa corporação, a qual se imagina que deva ser honrada e respeitada. Ao invés de prender, a polícia apenas *verifica* a existência de assaltos em residências. Assim, o cronista recrimina os agentes de segurança e mostra os apuros por que passam os moradores da cidade diante de um Estado omissivo no que se refere à segurança pública.

Por conta dessa polícia mal preparada e com um efetivo insuficiente para garantir segurança, as pessoas tomavam para si a tarefa de se protegerem em situações limite.

O episódio que culminou com a morte de Miguel Brás ocorreu em São Cristóvão, um dos bairros habitados pelo *high life*. Com isso, percebemos que a falta de policiamento era um problema que se estendia aos bairros considerados aristocráticos. O “atrevimento de invadir as atribuições da polícia” se deu em virtude do mencionado Miguel Brás ser feitor da chácara em que ocorreu a visita dos gatunos e, enquanto tal, ter que zelar pela propriedade que lhe era confiada. A consequência dos episódios pode ser considerada desastrosa em dois sentidos: primeiro, o “honrado trabalhador” que foi para o Caju, possivelmente, deixou desamparada a família; segundo, o gatuno que sobreviveu aos golpes de faca desferidos por Miguel Brás, provavelmente, passaria alguns dias trancafiado, mas em breve tempo estaria de volta às ruas, onde faria novas vítimas.

O segundo episódio de que fala o cronista ocorreu na residência de certo bacharel, à rua do Riachuelo e assim como no caso precedente, a segurança da propriedade particular foi garantida graças à interferência de uma criada. Diante dessa realidade desalentadora, à população restava se armar para se proteger e defender suas propriedades e suas vidas.

A violência e o desleixo da polícia não eram, no entanto, exclusivos do Rio de Janeiro. O próprio Artur Azevedo nos mostra isso, ao escrever uma crônica que constituía uma verdadeira “manta de retalhos”, com relatos de casos de violência de várias partes do país. Ao término da exposição, finalizava com um tom de desalento:

Prefiro calar-me, e expor todas essas vergonhas, que desgraçadamente são muito comuns, na sua pavorosa e horripilante nudez. Se o leitor recorrer à fonte de onde extraí o meu artigo, verá que a maior parte desses crimes ficaram impunes. A polícia representa nessas tragédias o papel do último comparsa – quando representa, porque, na maioria dos casos, nem chega a entrar em cena.

Ah! A nossa polícia! A nossa polícia!

É costume da imprensa compará-la à dos carabineiros de Offenbach. Que injustiça para aqueles pobres e honestos carabineiros! Eles chegavam *toujours trop tard*, mas chegavam; a nossa polícia não chega nem tarde nem nunca... (AZEVEDO, 11/02/1886).

À medida que lemos os textos publicados na imprensa da época, confirmam-se as percepções: quando não era ausente ou omissa, a força policial era truculenta. Ações de truculência foram observadas pelo cronista e seu colaborador Moreira Sampaio, em um dia de domingo, quando estavam reunidos para escrever uma revista de ano.

Barulhos frequentes na rua da Misericórdia despertaram a atenção dos escritores, que foram à janela e viram uma cena, a princípio cômica, protagonizada por dois homens embriagados provocando-se mutuamente e partindo para a agressão física:

Com uma prontidão a que infelizmente não estamos habituados, mesmo na rua da Misericórdia, surgiram no lugar do conflito dois policiais a cavalo. Estava muita gente nas janelas, porque, além da natural curiosidade provocada pela briga, era uma tarde de domingo e havia festa no bairro. Um dos soldados não quis perder ocasião de se exhibir diante de tanta gente; apeou-se, aproximou-se do bêbado que dava mais pancada, e levou-o até certa distância a bofetadas e pontapés. Tornou a montar, e como o pobre diabo parasse, e quisesse retroceder, deu de esporas ao cavalo e cresceu para ele, que com certeza seria pisado pelas patas do animal, se não encontrasse providencialmente um corredor. O valoroso agente da tranquilidade pública mesmo montado quis entrar também, mas o cavalo escorregou nas pedras do passeio, e o herói plantou ridiculamente uma figueira monumental. É de prever que o leitor pergunte aos seus botões a que propósito vem aqui a narração de um fato que, mais assim ou mais assado, diariamente se repete nas nossas ruas. Depois do Castro Malta, dirá o leitor, que interesse pode despertar a história desse policial que esborda um bêbado? (AZEVEDO, 18/11/1887).

Além da truculência, o trecho nos chama atenção para a covardia do soldado em agredir um bêbado. A reprovação da ação da polícia também é sugerida quando o cronista caracteriza a briga dos bêbados como um episódio cômico, que divertia as pessoas da festa. Em princípio, não haveria perigo algum para a população. A intervenção dos soldados só se tornaria necessária a partir do momento que a briga representasse uma ameaça para as pessoas. Mas a sugestão de que os agentes de Coelho Bastos eram violentos e, ao invés de proteger, agrediam a população, fica ainda mais explícita quando Artur Azevedo faz a alusão a João Alves de Castro Malta, que fora preso e barbaramente espancado pelos guardas urbanos. A vítima não resistiu aos ferimentos e faleceu, sendo rapidamente enterrada após o legista ter declarado que a causa da morte foi uma “congestão hepática” (HOLLOWAY, 1997, p. 221). O inconformismo do cronista com a demonstração de coragem do soldado é reforçado com o recurso da ironia (“valoroso agente da tranquilidade pública”, “herói”) e com a ênfase no vexame que o “herói” passou diante da plateia, plantando “ridiculamente uma monumental figueira”.

A narração do episódio acima intencionava comparar a organização e a eficiência da polícia francesa com a brasileira. Em Paris, para capturar uma famosa traficante de condecorações, o prefeito de polícia teria armado um plano de

investigação, para o qual contou com a ajuda de agentes disfarçados, obtendo grande êxito. Assim finalizava a crônica:

Admire o leitor esse agente de polícia sagaz, inteligente, correto, elegante, *causer*, que se disfarça em *homme du monde* para enganar espertalhões, e compare-o com o nosso soldado de polícia, sujo, estúpido, taralhão, que vive a esbordoar bêbados e de vez em quando se deixa assassinar por doidos ou facínoras (AZEVEDO, 18/11/1887).

As manifestações da “inteligência” da nossa força policial também já tinham sido observadas pelo cronista, no ano anterior, por ocasião da publicação de uma circular do subdelegado do 1º distrito de Sant’Anna, Rego Barros:

Recomendo aos Srs. inspetores de quartirão deste distrito, que remetam, com toda a brevidade, a esta subdelegacia uma relação de todas as casas públicas de tavolagem, que existam ou venham a existir em seus quartirões, com a declaração da rua e número, nomes dos proprietários e inquilinos, e, a ser possível, a topografia delas, especialmente quanto às entradas e saídas (*Apud* AZEVEDO, 18/04/1886).

A perseguição às casas de jogatina era uma ação necessária, mas diante dessa manifestação de inteligência, Artur Azevedo assume uma postura de deboche: o subdelegado merecia a construção de um monumento, “embora gótico”, em sua homenagem. Por trás do deboche, a inveja por não termos uma força policial organizada e eficiente nos moldes de nações como Paris ou Londres. A ideia de Rego Barros já teria nascido fadada ao fracasso, uma vez que o subdelegado, imbuído do preceito de Auguste Comte, que manda “viver às claras”, não teve a mesma perspicácia do prefeito de polícia de Paris, que agiu sigilosamente em busca da traficante. A verdade é que o plano da autoridade brasileira não era exequível, a não ser que seus auxiliares fossem dotados de poderes sobrenaturais que os permitissem adentrar nas tais casas e colher as informações exigidas pela circular e, além disso, prever as casas que seriam postas em funcionamento. O plano era mirabolante porque elaborado sem confronto com as condições materiais da polícia e, assim, parece ter sido pensando mais para tentar mostrar serviço do que efetivamente obter resultados com as diligências. Com o mesmo tom de deboche, Artur Azevedo salienta que circulares desse tipo acabariam por gerar um círculo vicioso e não sanaria o problema:

Entretanto, vamos e venhamos! A circular do Sr. subdelegado de Sant’Anna tem um lado prático bastante apreciável: os donos de todas as espeluncas do distrito, assustados pela leitura desse interessante documento oficial, arrepiarão carreira, e irão estabelecer-se noutros domínios, onde novos subdelegados os ameaçarão com o levantamento de novas plantas topográficas (AZEVEDO, 18/04/1886).

Como não tinha condições de levantar um monumento ao subdelegado em questão, pedia aos leitores que considerassem a referida circular como um monumento, pois “os grandes homens não tem melhor comemoração que as suas próprias obras”. O que seria uma medida eficaz, desde que planejada com responsabilidade e inteligência, tornou-se objeto de deboche do cronista, contribuindo mais ainda para a desmoralização das forças policiais. Desmoralizada também se mostrou a polícia fluminense no mês seguinte, quando a atriz Sarah Bernhardt estava no Brasil e se envolveu em uma confusão ao agredir fisicamente uma colega de elenco:

Desordens entre artistas
Um subdelegado em apuros
Bofetões no palco; Comédia na estação policial (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/06/1886).

As frases acima foram usadas como chamariz da notícia e apontam para o descrédito das forças policiais. Na delegacia, aconteceu uma balbúrdia geral, todos falando ao mesmo tempo, em língua francesa, importa ressaltar, deixando o subdelegado em uma situação constrangedora. Ao final, todos saíram e “as testemunhas não prestaram o juramento da lei, que também não foi deferido ao intérprete; acrescento que os depoimentos não foram assinados pelos depoentes, reinando a maior confusão e falando todos ao mesmo tempo” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/06/1886).

Somente para citar mais um exemplo, na crônica de 9 de janeiro de 1887, cujo tema era a eleição de cinco vereadores republicanos para a Câmara Municipal de Petrópolis, o jornalista escreveu: “Cinco republicanos!... Se me disserem que a polícia da Corte conseguiu prender um gatuno ou que o Pão de Açúcar mudou de lugar, a minha admiração não será tamanha” (AZEVEDO, 09/01/1887). Enfim, com as críticas feitas recorrentemente aos agentes do Dr. Coelho Bastos, Artur Azevedo mostrava sua insatisfação com o desleixo e a falta de habilidade de uma polícia que não estava apta para zelar pela segurança de uma sociedade civilizada.

O descontentamento do cronista com os agentes responsáveis pela segurança da população também foi parar nos palcos fluminenses por meio das revistas de ano, a exemplo da cena III do quadro XV de *O bilontra*, posta em cena em 1886:

COMENDADOR – E então que tem isto? Um Barão também tem tripas! Tripas nobres, é verdade, mas tem-nas. Eu sou liberal, ultraliberal, liberal da velha guarda; mas façam-me Ministro da Justiça, e verão se não dou cabo dos capoeiras! Felizmente um jornal inventou e o comércio está tratando de organizar a polícia noturna... [...].
POLÍCIA NOTURNO – Quem me chama?
CAROLINA – Ah!

POLÍCIA NOTURNO – Não se assuste, minha menina: não sou um perturbador, mas um garantidor da ordem. Sabendo que se ia formar a polícia noturna...

COMENDADOR – Pretende servir-lhe de modelo?

POLÍCIA NOTURNO – Ah, q,u,i, qui. Vou à rua do Ouvidor apresentar-me às pessoas incumbidas da organização...

COMENDADOR – E espera ser aceito?

POLÍCIA NOTURNO – Que dúvida! Cem homens como eu, e assim armados, era uma vez o último gatuno! [...].

COMENDADOR – Pois sim, cem polícias noturnos como aquele, e mudo-me do Rio de Janeiro. Eu sou li... (AZEVEDO, 1985, p. 572).

A cena se passa nas barraquinhas da praça da Aclamação, onde estavam o comendador Campelo, sua filha Carolina e seu sobrinho Alexandre. Ao sabermos que a caracterização do comendador é uma sátira ao comerciante Joaquim José de Oliveira, que foi enganado por José Miguel de Lima e Silva, o qual lhe vendera um falso título de barão, sendo, por isso, considerado um tolo e ridicularizado na imprensa, entendemos a fala do personagem como uma descrença do dramaturgo também nas altas autoridades políticas responsáveis pela organização da polícia. O sentimento de admiração do comendador em relação ao candidato a policial noturno deve-se ao fato de este ser um “velho coxo e coberto de velhas armas, de tamanho exagerado”. Utilizando-se da caricatura, Artur Azevedo chama atenção do espectador para as características físicas dos soldados de polícia, que muitas vezes vinham do “mais ínfimo degrau social”, bem como para a precariedade das armas.

Afora as várias notas esparsas publicadas nos periódicos, uma das formas de a população reclamar da ineficiência da polícia era por meio dos abaixo-assinados dirigidos às autoridades competentes, como o ministro da justiça. Em nota não identificada publicada no *Diário de Notícias* que circulou em 24 de dezembro de 1886, um articulista fazia comentários sobre as queixas dos moradores do São Cristóvão, que haviam se valido desse meio para pedir providências contra as correrias dos gatunos e malfeitores no “populoso bairro”. Saindo em defesa da segurança pública, o articulista acusa os agentes incumbidos de proteger a população contra a pilhagem audaciosa dos gatunos de não tomarem quaisquer providências, empregarem quaisquer meios, ainda mesmo os mais violentos, para pôr fim a “semelhante pirataria”.

Na verdade, o texto ao qual nos referimos é ambíguo. Ao mesmo tempo em que acusa as autoridades policiais de não tomarem quaisquer providências no sentido de garantir a segurança, o autor tenta amenizar o teor das afirmações mostrando que não queria duvidar da “boa vontade dos delegados do governo”. Mesmo com a “política da

boa vizinhança”, operada pelo jornalista, e com os exageros, expressos no trecho “verdadeiro reinado do terror”, o texto é bastante ilustrativo das relações entre imprensa, população e polícia.

Vale lembrar, no entanto, que o problema da falta de segurança não era provocado exclusivamente pelo desleixo dos agentes policiais. A população fluminense se queixava da falta de policiamento regular em alguns bairros e da absoluta carência em outros, indicando que as delegacias trabalhavam com um número limitado de soldados para dar conta das ocorrências. Cobravam-se ações do governo, no sentido de “dar força à força, cercar a autoridade de elementos próprios e convenientes ao bom desempenho de suas funções” com vistas a inibir a ação dos gatunos e malfeitores, aliás, ações vergonhosas “para uma capital civilizada”.

Como Artur Azevedo sugeriu em sua crônica, o abuso de poder era uma prática bastante comum entre os agentes de segurança pública, o que pode ser confirmado em carta publicada na seção “A pedidos” do *Diário de Notícias* de 5 de janeiro de 1886. Desta vez, ao invés de uma crítica generalizada, as acusações recaíam sobre um capitão do exército que, fazendo-se acompanhar de alguns soldados, armou um conflito numa freguesia de Irajá com o intuito de agredir “um respeitável comerciante da Corte”. A confusão assumiu tamanha proporção que, além do alvo de Norberto Amorim Bezerra, assim se chamava o valente capitão, sobrou pancada até para o padre da localidade.

A referida carta, assinada por “muitos moradores” e dirigida ao ministro da Justiça, evidencia o medo e a indignação da população diante da brutalidade e das ameaças do dito capitão Norberto, que amedrontou até mesmo o subdelegado da freguesia. Este, temendo as iras daquele, que “estava como um louco gritando aos soldados” para que metessem espada em qualquer um que tentasse reagir, assistiu passivamente a todo o episódio.

A história e a evolução desse agente de segurança foi objeto de interesse de Thomas Holloway no livro *Polícia no Rio de Janeiro* (1997). Relativamente ao número de soldados, o autor mostra que em 1885, com o fim da Guarda Urbana e a consequente reorganização da polícia militar, sua força foi ampliada de 560 para 1008 homens. Duas das características dessa polícia eram a brutalidade e arbitrariedade no trato com as pessoas nas ruas e nas prisões, chocando os estrangeiros que por aqui passavam. A esse respeito, Holloway cita as observações feitas por um estrangeiro em 1885, que via nossa polícia como a “mais despótica, arbitrária e brutal do mundo”. O forasteiro observava

ainda que essa força era “formada em sua maior parte pela camada social mais baixa da cidade, relaxada e violenta ao mesmo tempo”, com uma maneira de agir “completamente o inverso de guardar e proteger a vida e a segurança dos cidadãos” (HOLLOWAY, 1997, p. 223). Além do comportamento arbitrário em relação à população, a quem deveriam garantir segurança, sobre os soldados recaíam acusações de suborno, de praticarem roubos, protagonizarem bebedeiras e desordens em estabelecimentos públicos e de serem negligentes com suas obrigações. Por conta dessas questões, como tentativa de moralizar a corporação, tais indivíduos eram expulsos, como mostra Holloway.

Como pudemos observar, outras vozes bradavam na imprensa e juntavam-se à de Artur Azevedo contra aquele estado de coisas. Nas discussões dos problemas relativos à falta de segurança os interlocutores apontavam os culpados, as causas da questão e possíveis soluções, inclusive no próprio *Diário de Notícias*, ao lado da “De palanque”. A situação era de anarquia, diziam os jornalistas. À medida que a cidade crescia, aumentava também a violência e os novos bairros que necessitavam ser policiados viviam em completo abandono, dada a impossibilidade de destacar do efetivo, que já era exíguo para dar conta dos bairros mais centrais da cidade, soldados para fazer o policiamento. Além da quantidade, discutiam-se as qualidades e a procedência do pessoal – geralmente oriundo da mais ínfima camada social – encarregado de zelar pela ordem e pela tranquilidade pública. Apesar do estado contristador em que se achava a cidade, as autoridades deixavam-se “levar pelo espírito partidário, por interesses e paixões, tornando-se remissas na manutenção da ordem e na repressão de atentados” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30/12/1886). A solução estaria nas mãos do ministro da Justiça, caso desejasse prestar um valioso serviço à população.

6 – Maracutaia e proteção: os eleitos da elite imperial

Ao começar a assinar a seção “De palanque”, em 1885, Artur Azevedo apresentou um programa jornalístico amplo, contemplando *faits divers* e todas as manifestações artísticas. Um livro publicado, um quadro ou uma escultura exposta em algum estabelecimento cultural da capital do Império, uma peça em cartaz, uma nova produção musical, eram sempre objeto de interesse do cronista. Para ele, a “Arte” era “a coisa mais respeitável do mundo”. Por isso mesmo, além de divulgar e incentivar todas as produções artísticas, utilizava sua seção diária como instrumento de defesa dos

direitos de todos os agentes de alguma forma envolvidos com arte. Os assuntos sobre os quais escrevia eram obtidos por meio da leitura de jornais, do Brasil ou do exterior, pela participação em reuniões de associações artísticas, pelas visitas ao clube Beethoven, ou fruto de sua perambulação pela rua do Ouvidor, pela galeria Moncada, pela *Glace Éléante*, pelo estabelecimento de De Wilde, e pelos teatros, onde costumava assistir aos ensaios de algumas peças e conversar com artistas e empresários.

O crítico maranhense considerava que um “tratado de propriedade literária” era “uma lei necessária, reclamada por todos os países civilizados, e que a sua vergonhosa ausência apenas” aproveitava “a meia dúzia de salafrários” (AZEVEDO, 28/03/1887). “A propriedade literária só não” era “uma propriedade na opinião de Sua Majestade o Imperador e dos positivistas” (AZEVEDO, 19/12/1886). Na maioria das vezes que abordava temas relacionados às artes, mostrava-se bastante inconformado com a falta de proteção aos artistas. Por ocasião da viagem de Aurélio de Figueiredo a Montevideu, em setembro de 1885, para onde levava vinte telas, o cronista mostrou-se indignado com a exigência, da Alfândega, de que o pintor pagasse “despacho de exportação para seus quadros”, ou seja, pagar pelo direito de tentar vender seus trabalhos no exterior, já que o brasileiro não protegia seus artistas. Também ao governo imperial recairia a culpa por aquele estado de coisas:

Ninguém acreditará que haja um regulamento da Academia de Belas-Artes. Pois é o que lhes digo: haver, há; o que resta saber, é se o cumprem.

O art. 62 desse regulamento determina que haja, no fim de cada ano escolar, uma exposição pública de todas as classes da Academia, e de dois em dois anos uma exposição geral de todos os trabalhos artísticos, feitos na capital do Império e nas províncias.

Por que razão não se cumpre essa parte do regulamento? Que obstáculos têm impedido o cumprimento desse dever? Dar-se-á caso que no orçamento não haja verba para a insignificante despesa dessas exposições, sobre cuja utilidade é escusado insistir?

Convém notar que os concursos para o prêmio de 1ª ordem (art. 73) dependem da exposição geral: só se farão, diz o texto, depois de fechada a Academia.

Segundo o art. 74, de três em três anos, deve ser enviado à Europa um pensionista que ali ficará seis anos, sendo pintor histórico, escultor ou arquiteto, e quatro, sendo gravador ou paisagista.

Façam favor de me dizer que cumprimento tem tido este artigo, e a quantos alunos tem a Academia mantido no velho mundo!

A coisa seria muito explicável se não houvesse na Academia alunos dignos de tal distinção; mas, para não citar outros nomes, aí está Oscar da Silva, que me parece credor de animação e estímulo (AZEVEDO, 20/03/1886).

Considerando que Brasil atravessava naquele momento o seu melhor período de movimento artístico, segundo o cronista, a Academia havia escolhido mal a ocasião

“para meter-se nas encolhas”. Em outra circunstância, com o espírito ainda mais inconformado, comentava sobre a “realidade” da instituição em apreço: os concursos faziam-se, “por lei, de quatro em quatro anos, e, por abuso, uma vez na vida e outra na morte”. O último concurso ao prêmio de viagem ocorrera havia nove anos (AZEVEDO, 15/11/1887).

Se havia interesse do imperador mecenas em promover a produção cultural do seu Império, as coisas andavam muito frouxas a esse respeito. Indignado com aquele estado de coisas, Artur Azevedo lembrava as tentativas frustradas de alguns homens de letras que entravam para a política, a exemplo do deputado Alfredo Escragnolle Taunay, que em 1886 apresentou projeto para que o governo despendesse uma “quantia insignificante” com a aquisição das composições sacras de José Mauricio Nunes Garcia:

Quem era José Mauricio? Um padre, um mulato, que nunca figurou na política do seu país; um pobre diabo, que fazia música digna de Beethoven, enquanto outros e mais conspícuos cidadãos tratavam de coisas sérias e positivas.

Que loucura, meu caro Sr. Taunay, pretender ocupar com esse velho esquecido a atenção da Câmara dos Srs. Deputados! Pois não estão aí os negócios de Botucatu e o processo eleitoral de Barreirinhas? Para que perturbar com questões de arte a morrinhenta política da Cadeia Velha? A que propósito o ilustre deputado lamentou ainda uma vez o vandalismo praticado na fachada da Academia de Belas-Artes? E vandalismo houve? Pois se temos Paula Freitas, que necessidade há de respeitar a memória de Grandjean de Montigny? Se temos o Correio e a Imprensa Nacional, bem podemos dispensar a tal fachada! (AZEVEDO, 22/05/1886).

As palavras do cronista foram motivadas pelo fato de os deputados terem se comportado desdenhosamente durante a leitura do projeto, cujo objeto fora considerado como futilidade. Certamente, esse tipo de postura contribuía ainda mais para reforçar a visão negativa de Artur Azevedo sobre a política – esse “asqueroso monstro” – e seus agentes. É possível pensarmos que esse tipo de rejeição por parte dos políticos tenha inibido o imperador no sentido de usar sua força de soberano para fazer aprovar nas casas de parlamento os projetos voltados para a esfera artística. Aliás, o próprio D. Pedro II, como já vimos, recebia duras críticas em razão de sua devoção às letras.

Em relação a Artur Azevedo, indignação maior ele experimentou em 1887, diante dos resultados de um concurso da Academia para o tão cobiçado prêmio de viagem à Europa. Ao apontar uma maracutaia no concurso para escolha do ganhador, o cronista chegou a sugerir o fechamento da instituição:

A nossa Academia de Belas Artes acaba de fazer mais uma das suas. O resultado do julgamento do concurso de viagem à Europa anima-me a propor ao Governo Imperial que mande por uma vez passear diretor, mestres e

alunos, e dê outro destino, mais útil, ao edifício da Academia. Nós somos refratários às artes: para que diabo havemos de nos andar metendo funduras, não me dirão?

A *Flagelação de Cristo*, premiada pela congregação, é uma das piores, se não a pior, das sete que se acham expostas. Não tem originalidade, não tem desenho, não tem por onde se lhe pegue. Há erros de perspectiva dignos de palmatória; a luz é mal distribuída, o segundo plano escuro, apesar de uma larga porta aberta e um céu de primavera, e o primeiro iluminado, sem que se saiba de onde vem a luz. [...]

Reconhecendo isto, os professores Rodolfo Bernardelli e Zeferino da Costa, que divergiram – pudera! – dessa escolha, vão protestar contra a decisão da Academia.

O Governo Imperial deve tomar em consideração esse protesto. De quem são os votos que se opõem ao de Bernardelli, o ilustre autor do *Cristo e a adúltera*, e ao de Zeferino, o artista de raça que pintou o *Óbulo da viúva* e a *Invocação a Santa Cecília*? Entre esses juízes há apenas um pintor, o Sr. Medeiros, mas o Sr. Medeiros teve a infelicidade de dever a sua entrada para a Academia àquela *Morte de Sócrates*, que é uma das vergonhas da nossa Pinacoteca...

Este concurso deve ser anulado, porque representa a mais revoltante injustiça de quantas se têm praticado até hoje – e não são poucas – na Academia de Belas Artes.

A nossa inteligente e generosa princesa, que é artista, e tem mais de uma vez provado saber aquilatar o mérito alheio; a nossa Princesa, que acaba de moralizar a comenda da Rosa, pregando-a ao peito de Ramalho Ortigão e de Emanuel – não sancionará certamente esse atentado, como muito bem lhe chama hoje Oscar Guanabary. Tanto mais que por aí se ressoa que o candidato premiado é protegido por Sua Alteza, e dessa proteção, que talvez não exista, nasceu o escândalo que tem causado geral indignação (AZEVEDO, 10/11/1887).

As esquisitices no estabelecimento seriam recorrentes, mas naquele momento assumiam maiores proporções, uma vez que corria o boato de que a Princesa Imperial Regente estava envolvida na maracutaia, na condição de protetora do premiado. No caso em questão, mesmo se não houvesse proteção da Regente, a excessiva liberdade de imprensa permitia que o cronista protestasse contra os desmandos da direção da Academia e do governo imperial, e fizesse conjecturas, confirmando que o apadrinhamento era prática recorrente à época e que as pessoas tinham consciência disso.

Para tentar convencer os leitores acerca da “injustiça” na escolha da pintura que receberia o prêmio de viagem, utilizou-se da estratégia de questionar a competência dos membros da congregação para votar em um concurso de tamanha importância. Argumenta que “entre os juízes” haveria apenas um pintor, José Maria de Medeiros, mas este “teve a infelicidade de dever a sua entrada para a Academia àquela *Morte de Sócrates*”, considerada como “uma das vergonhas da nossa Pinacoteca”. Nas entrelinhas

do discurso, a sugestão de que, com tal “histórico profissional”, o dito José Maria não teria autoridade no assunto de que se tratava. Possivelmente, ele mesmo teria sido apadrinhado.

O concurso não havia sido realizado, mas apenas consumado, dizia o cronista em outra oportunidade. Cumpre observar que o suposto protegido era Oscar Pereira da Silva, o mesmo jovem que, aos olhos de Artur Azevedo, quando se ressentia da falta de cumprimento dos estatutos da Academia, seria “credor de animação e estímulo”. De fato, o mancebo parecia-lhe mesmo ser talentoso, já que, em muitas ocasiões, o cronista da “De palanque” não economizou elogios para seus quadros. No entanto, a proteção era coisa escandalosa porque reprimia talentos e enaltecia mediocridades.

O tema do malogrado concurso foi a *Flagelação de Cristo* e das sete provas apresentadas pelos candidatos nenhuma poderia ser considerada digna do cobiçado prêmio. Entretanto, dois concorrentes, Hilarião da Silva e Belmiro de Almeida, mesmo levando em consideração os defeitos de seus quadros, teriam se destacado notavelmente dos demais competidores. Embora a composição daquele fosse considerada mesquinha e paupérrima, na concepção dos descontentes com a escolha, a cabeça de Cristo por ele pintada valeria mais do que todos os outros quadros. Entretanto, no quadro deste último é que se encontrariam mais elementos que o indicavam para o prêmio de viagem. Em outros momentos, Belmiro de Almeida também já havia recebido vários encômios de Artur Azevedo.

Fazendo coro com os descontentes, encontramos também L. S. e Oscar Guanabary, que publicaram seus textos nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O País*, respectivamente. No periódico de Ferreira de Araújo, aquele se propôs a fazer um resumo da exposição das provas e, como forma de protesto contra a suposta maracutaia que havia premiado uma “bota⁴¹”, escreveu um texto permeado de deboche e sarcasmo:

O concorrente que pintou o quadro n. 5 ficou meio azul com a história. Como fundo, como quadro, este é o melhor. Um pátio com colunas dóricas, nichos com estátuas, baixos relevos. O Cristo tem o colorido das bonecas de vitrine de cabeleireiro, mas as figuras são desenhadas, qualidade rara nos sete quadros. Os assistentes têm movimento e expressão, os diversos planos são bem distintos, todo o quadro tem ar e luz.

Para um dos soldados, *pousou* o Sr. Vilas Boas, xilógrafo; um outro, achando que as coisas estão quentes, incha as bochechas para soprar.

[...]

O autor do quadro n. 4 amarrou o Cristo pelas mãos a uma coluna, em ponto alto; o supliciado procura livrar-se e deixa-se cair no chão, com todo o peso do corpo, para livrar-se das cordas; não o consegue, conseguindo porém

⁴¹ Expressão usada à época para designar pintura de baixa qualidade artística.

esticar o tronco, que chega a dimensões extravagantes. À direita – indico as posições sempre em relação a quem vê o quadro – um flagelador torce-se todo, a ver se pode chegar ao corpo do Cristo com um bacalhau de quatro pernas. Enquanto não apanha o jeito, equilibra as quatro pernas do bacalhau sobre o cabo. Entre os assistentes há um pobre cego de boca deformada por uma moléstia cruel, de que me lembra já ter visto a reprodução em um museu de anatomia patológica. A meia altura da coluna, aparece, pelo lado de trás desta, a mão de um homem que ninguém vê, e que parece estar ali para fazer *pendant* a uma outra mão de um sujeito que está encostado à parede do fundo. Podem as duas jogar peteca.

O quadro n. 6 foi o preferido pela Academia. Fundo negro, cortado por uma porta, que deixa ver a cidade. A luz, a julgar por algumas figuras, vem da direita do espectador; a julgar pela projeção de algumas sombras, vai da frente para o fundo. O sombrio do quadro parece pesar sobre os personagens e acachapá-los; há um flagelador, o da esquerda, muito bem penteado, que, se continua a encolher-se, acaba por ficar com a cabeça entre os pés. Fita rancorosamente o Cristo, com a corda levantada, como quem diz: se pias, apanhas. Por cautela excessiva, tem o braço esquerdo em posição de aparar golpes, pouco verossímeis da parte de um Cristo que, sobre ser Cristo, está amarrado. À direita, agachado, um sujeito prepara-se para laçar o Nazareno à rio-grandense. Ao fundo há uma criança, a chorar, visivelmente inspirada por umas fotografias que aí andam, representando as diversas caretas dos bebês chorões. A mãe dessa criança tem a cara visivelmente mais criança que a filha. Creio que a Academia deu o prêmio a este quadro, pelo apuro com que estão desenhados os olhos de Cristo. Até parecem desenhados por mim, modéstia à parte. L. S. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 10/11/1887, *grifo do autor*).

No mesmo periódico, na crônica de domingo, em que se passava em revista os principais acontecimentos da semana, encontramos também um primor de deboche, desta vez apontando para a recorrência de falta de integridade na Academia, onde, segundo o articulista, não se verificava “nenhuma transformação de hábitos nem de costumes”. O jornalista ainda questionava as decisões da comissão julgadora, cuja opinião teria andado “divorciada da justiça e da retidão”, desmoralizando-a diante do público leitor:

E força é reconhecer que um tal ou qual bom senso presidiu ao julgamento, e que nem Salomão houvera proferido mais sábia sentença: pois que se tratava de eleger quem mas precisava ir estudar, pôs-se mão sobre quem denunciou menos saber – o que é progresso em matéria de julgamento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/11/1887).

Com um texto permeado de recriminações e críticas à famigerada Academia de Belas Artes e aos procedimentos dos envolvidos no concurso, Oscar Guanabary também abordou o assunto. De modo geral, sua opinião se assemelhava à de Artur Azevedo e à do articulista da *Gazeta de Notícias*: as decisões da comissão, ou da congregação, como preferiam falar, não teriam repousado no espírito da justiça, causando inevitável revolta nas pessoas apreciadoras das belas artes. Em seu extenso

texto, publicado n^o *O País*, nem mesmo o regulamento da instituição passou incólume, como podemos conferir no trecho abaixo:

O regulamento daquela academia é uma verdadeira monstruosidade. É bastante acentuar ter sido ele promulgado em 1856, há 31 anos, quando ministro do império Luiz Pedreira de Conto Ferraz. Improficuos têm sido os nossos esforços para obter um exemplar desse regulamento; só há um, na própria academia, e tão emendado por um chuveiro de avisos, que dá lugar a quantas interpretações julgarem necessárias os interessados. [...]
Dessa irregularidade dos estatutos queixam-se os interessados, e com toda razão, visto que, no caso atual pelo menos, a escolha foi das mais infelizes, falecendo aos julgadores competência artística na especialidade em questão. E prova de que essa comissão não está de acordo com a verdade, é que os trabalhos expostos dão campo largo para severa crítica, impondo moralmente à diretoria o dever de publicar o parecer dos Srs. professores que se revoltaram com revoltante injustiça sobre assunto tão melindroso, sem estudar perfeitamente todas as questões. [...]
É uma pequena questão de hábito, e os Srs. professores, como todas as pessoas que estão habituadas a ver quadros, já sabiam que a tela n. 6 pertencia àquele que de antemão era *apontado* como o futuro pensionista do Estado na Europa. OSCAR GUANABARINO (*O PAÍS*, 10/11/1887, *grifo do autor*).

Segundo o articulista, o velho documento, isto é, o regulamento da Academia, escrito havia três décadas, poderia ser considerado um sintoma do pouco caso em relação à arte. Além disso, na instituição parecia haver resquícios de um certo absolutismo, já que a comissão em cujas mãos estava a incumbência de julgar o trabalho não teria sido eleita pelos professores, mas designada pelo diretor, Antônio Nicolau Tolentino.

Semelhantemente a Artur Azevedo, em seu protesto, Oscar Guanabarinó sinalizou para um provável apadrinhamento, argumentando que, embora as provas, ou seja, os trabalhos apresentados, não fossem assinados pelos candidatos, ainda assim seria possível encontrar marcas de estilo que denunciavam os autores e isso favoreceria o suposto beneficiado.

A certeza da impunidade por conta de declarações em público que pudessem pôr em xeque a honra de alguém, levava Guanabarinó a listar os nomes dos oito professores⁴² que teriam votado no quadro de Oscar Pereira da Silva para em seguida

⁴² Bethencourt da Silva, excelente professor de arquitetura, mas sem competência legal para decidir sobre o merecimento de pintura histórica; João Maximiano Mafra, professor de desenho de ornatos; José Maria de Medeiros, professor de desenho figurado; Ernesto Moreira Maia, professor de desenho geométrico; Rosendo Muniz Barreto, professor de anatomia e fisiologia das paixões; Teófilo Leão, professor de história das artes, estética e arqueologia; Domingos Araújo, professor de matemáticas; Conselheiro Nicolau Tolentino, diretor da Academia de Belas Artes.

desqualificar suas opiniões: “O que valem esses oito votos?”. Não teriam valor suficiente para dar a vitória ao “quadro n. 6, do aluno Oscar Pereira da Silva”, que apresentava defeitos que o tornavam “ridículo, como o fato de estarem os judeus com túnicas de pelúcia, belbutina e tangas de cetim” (GUANABARINO, O PAÍS, 10/11/1887).

As opiniões dos três articulistas – Artur Azevedo, L. S. e Oscar Guanabarin – convergiam ao apontarem o quadro de Belmiro de Almeida como o melhor, dentre todas as “botas” apresentadas no concurso, seguido pelo de Hilarião da Silva.

Os resultados do concurso desagradaram também a Rodolfo Bernardelli e João Zeferino da Costa, dois “insuspeitos professores” da Academia de Belas Artes, levando-os a apresentar um protesto ao governo imperial contra a escolha do quadro de Oscar da Silva. Aproveitando-se da decisão dos lentes e valendo-se de certo exagero – o apadrinhado já teria sido “despachado cavalheiro da Rosa” –, Artur Azevedo continuava a lembrar aos seus leitores a necessidade de anulação do “concurso-comédia”:

Diante desse protesto, firmado por duas autoridades tão competentes, o Governo não pode de modo algum ficar de braços cruzados, e a Princesa Imperial Regente deve intervir, tanto mais que vai crescendo o boato, em que não creio, de que Sua Alteza influiu diretamente para a *escandalosa proteção* de que foi alvo o Sr. Oscar da Silva. Ontem à tarde corria com insistência que o jovem pintor já tinha sido despachado cavalheiro da Rosa. O concurso deve ser anulado; para justificar esse ato, é mais que suficiente o protesto de Bernardelli e Zeferino. *Honos alit artes*⁴³, como diria o Sr. Dr. Castro Lopes⁴⁴ (AZEVEDO, 11/11/1887, *grifos nossos*).

O protesto que Bernardelli e Zeferino da Costa dirigiram ao governo imperial, representado interinamente pela princesa Isabel, foi publicado na *Gazeta de Notícias*, em 13 de novembro, mas isso era apenas uma formalidade, porque a imprensa já havia feito as queixas, assoalhando o escândalo e mostrando a teia de relações existente na Academia.

Bernardelli e Zeferino da Costa começam o texto do recurso fazendo uma espécie de trajetória profissional: antes de alcançarem os títulos de professores da Academia Imperial de Belas Artes, haviam sido pensionistas “do Estado na Europa, onde, durante oito anos, aperfeiçoaram-se como deviam, nas especialidades a que tinham se dedicado”. Além disso, o fato de terem sido “assim considerados pensionistas na Europa, onde conviveram sempre naquela atmosfera flagrante de artes, que tanto

⁴³ A honra alimenta as artes. Cf. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*.

⁴⁴ Gramático com o qual Artur Azevedo se envolveu em algumas polêmicas. Era conhecido por sua “mania” de explicar origem e significado de provérbios.

ilustra e civiliza o homem, enriquecendo-o de cabedais intangíveis, adquiridos à custa de muita perseverança e estudo”, teria os colocado em posição privilegiada frente à Academia. Tanto mais que naquela ocasião eram responsáveis por duas das principais cadeiras da academia: escultura e pintura. Ou seja, lembravam à princesa que os cargos que ocupavam na instituição haviam sido conquistados por mérito. Isso equivalia também a dizer que detinham discurso de autoridade para discorrer sobre o assunto, já que eram professores de pintura e arquitetura. Entretanto, queixavam-se, em relação ao famigerado concurso, teria havido uma “quase desconsideração” de suas opiniões. Sobre os procedimentos da comissão julgadora, lembravam os professores:

Os abaixo-assinados sentem não poder discutir artigo por artigo do aludido parecer, em virtude de não tê-lo presente; comprometem-se, porém, a fazê-lo se se lhes fornecer cópia dele; não obstante, não podem deixar de estranhar que a comissão tendo sido analítica na apreciação artística de alguns quadros e sintética nas de outros (como procedeu principalmente a respeito do quadro n. 6) fosse analítica e contraditória, em relação ao quadro n. 5 e resumida no trabalho de arquitetura, sob n. 8; trabalho este de grande importância, impossível de ser analisado e discutido em tão poucas horas, como o fez a comissão.

O quadro n. 6 (o premiado) está tão longe de *ser considerado por profissionais* em primeiro lugar, conforme julgou a comissão e acompanharam-na os Srs. professores de ciências acessórias, que ainda os abaixo-assinados hesitam em dar a este quadro o 4º lugar. JOÃO ZEFERINO DA COSTA E RODOLFO BERNARDELLI (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13/11/1887, *grifos nossos*).

Quando não fosse outra coisa, o posicionamento de Bernardelli e Zeferino da Costa serviu ao menos para que a Regente fosse à exposição ver os tais quadros e publicasse seu parecer a respeito, que não era o mesmo da comissão, como Artur Azevedo fez questão de lembrar. No entanto, não tivemos acesso ao documento para que pudessemos conferir o conteúdo.

Os dias se passavam e o autor de *A capital federal*, em sua seção “De palanque”, à época no jornal das *Novidades*, evocando a imprensa como júri, desqualificando a decisão da comissão julgadora e “intimando” a Princesa Regente, continuava a bradar para que a “injustiça” fosse desfeita: “ou anula-se o concurso, ou deixa-se de pé uma tremenda imoralidade” [...] “Diante do juízo unânime da imprensa, não pode deixar de ser anulado o cerebrino julgamento da congregação...”.

Se a congregação da Academia deseja mandar para a Europa o Sr. Oscar da Silva, faça-o à sua custa, sem a formalidade de um concurso-comédia, sem ofender direitos alheios, sem escandalizar a opinião pública; se a nossa magnânima Princesa tem, como se diz, muita simpatia pelo referido Sr. Oscar, simpatia que eu sou o primeiro a aplaudir, Sua Alteza poderá, sem sacrifício, despendar do seu bolsinho particular os 500 francos mensais com

que a Academia pretende recompensar ao jovem pintor o ser simplório (AZEVEDO, 17/11/1887).

Possivelmente, como tentativa de mobilizar o maior número possível de adeptos para combater a causa da “imoralidade” do concurso, e colocando-se como porta-voz de uma parcela da população, o cronista argumentava que as falcatruas já se não articulavam “como antigamente, sem o menor respeito pela opinião pública”. Com um “otimismo” nem sempre presente em seus escritos, defendia que o brasileiro começava “a compreender que a arte é uma coisa séria, e que o artista não pode estar a mercê de medalhões e magnatas”. E por fim, deixou um recado para as autoridades: era “preciso que de uma vez por todas suas senhorias” se convencessem: “quem dá dinheiro para manutenção da Academia, quem fornece mesada aos pensionistas, quem paga o pato, enfim, é o povo, e pelo povo fala a imprensa” (AZEVEDO, 17/11/1887).

Porém, para desalento do cronista, até dia 26 de novembro, não havia sido tomada decisão alguma a respeito do famigerado concurso. Naquela data, talvez em virtude da descrença no desenrolar dos acontecimentos, usou seu poder de argumentação para tentar manipular o suposto protegido da Regente:

Mesmo quando o concurso não seja anulado, o candidato escolhido, que é um moço de brio, não deve aceitar o prêmio. Ir a Roma contra o voto dos dois professores mais ilustres da Academia, e depois de tamanha irresolução por parte do governo, é ir a Roma e não ver o papa. Esse prêmio, obtido debaixo de um chuveiro de imprecações da imprensa, do público e dos artistas, há de pesar-lhe nos bolsos como se o fosse roubado. A própria consciência a todo o instante lhe lembrará a iniquidade de que foram vítimas os seus colegas. O seu prazer de viajar e aprender será incompleto, se o jovem artista tiver, como deve ter, pois não é nenhum idiota, o sentimento de sua mediocridade (AZEVEDO, 26/11/1887).

Em 29 de dezembro, Artur Azevedo volta a discorrer sobre o concurso, mas sem entrar no mérito de discutir o desfecho. Seu interesse pelo assunto veio por meio de um relatório, apresentado por João Zeferino da Costa, na sessão de julgamento dos trabalhos escolares de 1887. Provavelmente, movido por um espírito de rebeldia, o professor de pintura expôs as mazelas da instituição, chamando atenção para o precário funcionamento: salas de aulas com problemas de iluminação e sem móveis e acessórios indispensáveis ao estudo de pintura; falta de modelos para as aulas de pinturas; falta de materiais, como tinta, óleo, cartões e telas; caótico horário de aulas e aulas sem método algum (AZEVEDO, 29/12/1887). Na mesma ocasião, tomado de ressentimento por

conta daquele estado de coisas, o cronista sugeriu que a Academia deveria ser “reformada *de fond en comble*⁴⁵ ou suprimida”.

O “concurso-comédia”, entretanto, ainda renderia assunto para outras crônicas. Em 5 de março de 1888, Artur Azevedo comentava sobre uma decisão do Conselho de Estado, favoravelmente à anulação do concurso. Dois dias depois, com bastante satisfação, falava sobre os resultados obtidos por meio dos protestos, como podemos conferir no trecho abaixo, em que cita as decisões do Ministro do Império e da Regente:

Não me posso eximir de congratular-me com Sua Alteza Imperial e com o Sr. Ministro do Império pela anulação do último concurso ao prêmio de viagem, realizado na Academia de Belas Artes, e do qual ainda anteontem me ocupei largamente. É para todos motivo de júbilo a inutilização de um ato que premiava a mediocridade em detrimento do verdadeiro mérito (AZEVEDO, 07/03/1888).

Apesar do entusiasmo, em outra crônica, publicada aproximadamente cinco meses depois, na qual comentava, entusiasticamente, a nomeação de Escragnolle Taunay para o cargo de diretor da Academia de Belas Artes, o jornalista deixa dúvidas a respeito do desfecho da história:

– Belmiro de Almeida partiu ontem para Roma, onde pretende estudar. Aí está em que deu o último concurso da Academia. Indignado pela grave injustiça de que foi vítima, o esperançoso artista, alguns amigos, a cuja frente se acha Rodolfo Bernardelli (o que é uma glória para Belmiro) cotizaram-se e ofereceram-lhe os recursos indispensáveis para permanecer alguns anos na Europa.

Folgo de registrar que para esse fim concorreu o Estado, comprando a graciosa e prometedora tela dos *Arrufos*, que já figura na Pinacoteca (AZEVEDO, 01/08/1888).

De qualquer forma, o “esperançoso artista” teve um final feliz no drama, ou na comédia, que se representava na cúpula da Academia e se comentava na imprensa. Se o Estado não conseguiu fazer justiça, mandando o jovem pintor para a Europa, na condição de pensionista, uma rede de relações à margem do poder oficial lhe garantiu a oportunidade de buscar em terras alheias o que nosso país não podia oferecer, como dizia Artur Azevedo.

Entretanto, as esquisitices nas instituições oficiais iam além dos “concursos-comédia”. Também no ano de 1887, Artur Azevedo e seus colegas da imprensa se posicionaram contra a nomeação de Alfredo Camarate, músico amador e crítico musical do *Jornal do Comércio*, para o cargo de inspetor do Conservatório de Música, órgão vinculado à Academia de Belas Artes:

⁴⁵ De cima a baixo.

Imediatamente tratei de me informar quem era o nomeado, e passei pela sensaboria de saber que o nomeado era um amador; o Sr. Alfredo Camarate. Aprecio este meu colega de Imprensa: leio sempre com muito prazer as suas críticas dramáticas e musicais, louvo a sinceridade e aplaudo a competência do seu juízo; mas a sua nomeação para superintendente do ensino da música num estabelecimento oficial é verdadeiramente escandalosa. Es-can-da-lo-sa (AZEVEDO, 20/03/1887).

Pelas páginas de *O País*, vemos que a diretoria do órgão decidiu entrar com representação contra a nomeação, considerada escandalosa por várias razões: acreditava-se que ao nomeado faltava “as condições legais para exercer o referido cargo”; outro ponto que parecia pesar contra o novo inspetor era o fato de ele ser estrangeiro e somente depois da nomeação ter requerido “carta de naturalização”; além disso, argumentava-se que havia músicos profissionais, inclusive professores do Conservatório, sob os quais poderia ter recaído a escolha do ministro do Império, que teria se guiado antes pelas afeições pessoais do que pelo desejo de atender ao serviço público (O PAÍS, 19/03/1887).

Em outro artigo, também publicado n’*O País*, o articulista comentava que a escolha do ministro do Império infringia o regulamento do Conservatório, segundo o qual, para o cargo em questão só poderia ser nomeado um professor efetivo ou algum músico distinto, nacional ou estrangeiro. Na sequência, sugeria que, para evitar desgostos entre os professores do Conservatório, e para demonstrar a capacidade dos pretendentes ao cargo, seria mais prudente que se realizasse um concurso. Com isso, o ministro se livraria de possíveis acusações, visto que todos compreenderiam que a nomeação havia sido feita “sem a pressão imediata de algum empenho poderoso”. Concluía lamentando que, entre nós, “Sua Majestade o Empenho” haveria “de ser sempre superior a todas as leis e a todas as conveniências do serviço público” (O PAÍS, 20/03/1887), o que significava dizer que o ministro estava apadrinhando Alfredo Camarate.

Com um misto de resignação e deboche, Artur Azevedo concluía sua crônica a respeito do caso, expondo as “inconsistências” reinantes nas nomeações: “como já tivemos um almirante na direção da Estrada de Ferro Pedro II, e como já temos visto na nossa terra coisas ainda mais estapafúrdias que a nomeação do meu ilustrado colega, o melhor é fechar o bico e receber as coisas como se apresentam” (AZEVEDO, 20/03/1887).

Como mostrou o próprio Artur Azevedo, em 1 de dezembro de 1887, estapafúrdia também foi a situação vivenciada por dois médicos – Nuno de Andrade e

Cipriano de Freitas –, candidatos à cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, outrora ocupada por Torres Homem, morto naquele mesmo ano. Ambos requereram transferência para a mencionada cadeira, tendo este último alcançado votação unânime. No entanto, a “cobiçada transferência” foi concedida a Nuno de Andrade. Diante da trama, Artur Azevedo não perdeu a oportunidade de provocar o governo imperial, lembrando o caso do mal fadado concurso da Academia de Belas Artes:

Se o Governo não fez caso do parecer da congregação da Faculdade de Medicina para prover a cadeira de clínica médica, menos caso deve fazer do parecer da congregação da Academia de Belas Artes para escolha do candidato ao prêmio de viagem.

O Sr. Ministro do Império, que é um homem de alta capacidade, acaba de abrir uma porta larga, por onde poderá entrar o eloquente protesto de Bernardelli e Zeferino (AZEVEDO, 01/12/1887).

Assoalhava-se, por meio da imprensa, que a prática de levar os requerimentos à votação não passava de uma encenação, tendo em vista que o governo desconsiderava os resultados, nomeando de acordo com sua vontade. Posturas como esta, do tipo que se poderia chamar de “absolutista”, certamente contribuiriam para o aumento da descrença do povo nas autoridades imperiais.

A *Gazeta de Notícias* também protestou contra a nomeação, por meio de um grande texto em que criticava o estatuto da Faculdade e a atitude do governo em desconsiderar o resultado da votação: o governo teria nomeado Nuno de Andrade porque era de seu interesse e tinha autoridade para isso, afirmava o articulista. Cumpre enfatizar que Nuno de Andrade, a não ser por uma absoluta coincidência de nomes, é o mesmo que compareceu ao tribunal como perito de defesa do processo em que Francisca de Castro era ré, como mostramos. Se sua transferência para a cadeira de clínica médica tiver sido mesmo uma espécie de prêmio pelos serviços prestados durante o julgamento da “desumana senhora”, isso ilustra bem as teias de relações que efetivamente existiam nos bastidores das instituições imperiais.

Distante do ambiente da Corte, mas ainda na esteira das falcatruas, cumpre destacar os protestos ocorridos por ocasião do resultado de um concurso realizado na Faculdade de Medicina da Bahia, como relembrou Artur Azevedo, em crônica publicada em 20 de fevereiro de 1886. O concurso anunciado, no qual se inscreveram três candidatos, Antônio Rodrigues Lima, Climério Cardoso de Oliveira e Deocleciano Ramos, seria para provimento da cadeira de clínica obstétrica e ginecológica da referida faculdade. Dos três inscritos, Rodrigues Lima foi, por unanimidade, classificado em

primeiro lugar, e a respectiva congregação propôs ao Governo que fosse ele o nomeado. No entanto, o governo fez “ouvidos de mercador” e nomeou Climério Cardoso de Oliveira, gerando grandes protestos tão logo se divulgou a notícia.

A julgar pelo que fica exposto neste tópico, e pelo que mostra a história oficial, apesar da existência de leis, estatutos, regimentos, enfim, documentos cuja finalidade era garantir um melhor funcionamento do Estado e de suas instituições, as relações eram baseadas no favor, no filhotismo e no apadrinhamento⁴⁶, dando forma a um grande esquema de proteção. Em virtude disso, naquela sociedade, quem não tivesse padrinho teria que procurar outros meios para conseguir realizar seus sonhos de distinção social ou profissional. Nessa situação parecia estar o comerciante português Joaquim José de Oliveira que, desejando obter um título de barão, recorreu ao estelionatário José Miguel de Lima e Silva, que lhe vendeu um falso título de barão, tornando-o, por isso, ridicularizado na sociedade e no teatro.

Em viagem de volta da Europa, em 1883, a bordo do vapor Senegal, Artur Azevedo conheceu a condessa de Barral, com quem conversou longamente durante a travessia do oceano. Nas conversas, a “paixão do imperador⁴⁷” teria prometido usar sua influência para conseguir para o cronista o posto de cônsul do Brasil na França, mas a promessa não pôde ser cumprida (MAGALHÃES JR., 1966, p. 34). Em crônica publicada no *Correio do Povo*, em 11 de janeiro de 1891, o jornalista maranhense recordou o episódio, fazendo alusão a uma carta que recebera da condessa, desculpando-se por não ter cumprido a promessa. No entanto, aquela não era a primeira situação fracassada de apadrinhamento, como testemunhou em crônica publicada em 15 de dezembro de 1885:

Basta confessar que, depois de numerosas peripécias, cheguei ao Rio de Janeiro aos dezenove anos, com um número igual de ilusões e de cartas de recomendação, mas sem vintém no bolso. As ilusões, guardei-as, – por sinal que ainda conservo algumas. Quanto às cartas de recomendação, só me servi de quatro, e rasguei as outras quando um senador da minha terra, depois de ler a quarta, em que lhe diziam que eu era um rapaz inteligente e com muita disposição para as letras, ofereceu-se para arranjar-me um lugar de condutor de *bond*, e ainda era preciso que eu pedisse emprestados a um usurário os 200\$ precisos para a respectiva fiança. Agradei e recusei a proteção do grande homem, “apesar de que (acrescentei), num lugar de condutor de *bond*, como em qualquer outra posição que estivesse reservada aos meus acanhados méritos, eu teria o prazer de ver sempre S. Ex. adiante de mim...” O que equivaleu a chamar-lhe burro (AZEVEDO, 15/12/1885).

⁴⁶ Cf. Roberto Schwarz (2000); Sérgio Buarque de Holanda (2002); Emília Viotti da Costa (2010).

⁴⁷ A expressão é de Mary Del Priore.

Anos depois seria agraciado por um político maranhense, que lhe abriu as portas do serviço burocrático (MAGALHÃES JR., 1966, p. 17). Ao que parece, Artur Azevedo condenava não a prática da proteção em si, mas a proteção feita nos moldes ocorridos na Academia de Belas Artes e na Faculdade de Medicina, onde se realizavam concursos e votações de fachada. Ou haveria um descompasso entre o discurso e a prática do cronista?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na “De palanque”, seção quase sempre publicada na primeira página do *Diário de Notícias*, um detalhe atraiu nossa atenção: o fato de Artur Azevedo demonstrar, em seus escritos, clara preferência por assuntos relacionados às artes em geral e ao teatro em particular. Aliás, preferência que o próprio cronista fazia questão de colocar em evidência, tendo-o feito enfaticamente em uma de suas crônicas publicada em 1º de julho de 1885, quando se mostrava bastante entusiasmado com a movimentação teatral na cidade do Rio de Janeiro:

Bem sei que há quem estranhe a minha preferência pelos assuntos de teatro, quando no primeiro número desta folha, apresentei um programa tão largo e tão genérico. Mas que quer o leitor? Temos ultimamente atravessado um período de efervescência teatral. As primeiras representações sucedem-se, e num país onde a cultura da arte dramática é ainda incipiente, parece-me que uma primeira representação é sempre um acontecimento digno do apreço de um cronista de boa fé (AZEVEDO, 01/07/1885).

Essa preferência, no entanto, tinha um nome: Eleonora Duse. Era a primeira vez que a atriz italiana vinha ao Brasil e suas interpretações extasiavam-no. No afã de levar “enchentes” ao teatro São Pedro de Alcântara, do alto do seu palanque desferia protestos contra as pessoas que ficavam jogando “estupidamente a bisca em família” enquanto Duse-Checchi encarnava as protagonistas de Victorien Sardou, de Alexandre Dumas Filho etc., levando a plateia ao delírio.

No auge de seu entusiasmo, o cronista compunha versos em homenagem à atriz, argumentando que os tinha encontrado durante o espetáculo, num dos corredores do teatro. Dizia que eram versos escritos a lápis nas costas de um programa, sem título e sem indicação de autoria, como se seu autor pretendesse ocultar referências que revelassem ao público, ou à própria atriz, o verdadeiro idealizador de tantos elogios:

Fui ver a Duse, que é tão bela
A interpretar a tal *Denisa*
Que eu lá no fundo de uma frisa
Doido fiquei de amor por ela.

Com que legítimo talento
D’alma ao recôndito me fala!
Ir ao S. Pedro, vê-la e amá-la,
Tudo foi obra de um momento.

Mas não receie o senhor Checchi⁴⁸,
– Da grande atriz feliz espero –
Que por ser menos respeitoso

⁴⁸ Teobaldo Checchi, marido de Eleonora.

Meu sentimento acaso peque.

Eu sou dois homens: um artista,
E o cidadão mais timorato
Um bom burguês, frio e pacato,
Porém metido a fantasista.

O que eu cá sinto pela Duse,
Que me extasia e me comove,
Não há moral que m'ó reprove,
Nem promotor há que o acuse,

Se faço versos à Denisa,
Tanta pureza neles guardo...
(Suspendo a frase, e de Abelardo
O nome escrevo, e o de Heloísa)

Meu coração que não me inquiete...
Meu coração que não me engane!
Mas eu compreendo o De Bardannes⁴⁹,
E não admito o de Thauzette (AZEVEDO, 01/07/1885).

Sempre que havia atores estrangeiros no Rio de Janeiro, Artur Azevedo não economizava tinta nem adjetivos para tecer louvores e dedicatórias, sendo, por isso, criticado por alguns leitores que lhes enviavam cartas recriminando sua “exageração encomiástica”.

O amor pelo teatro, pelas artes plásticas, pela música e pela literatura colocava-o na condição de porta-voz da classe artística, de divulgador e incentivador de todas as manifestações da engenhosidade humana. Não raro, reclamava da falta de subvenção imperial ao teatro e da inexistência de um tratado de propriedade literária.

Apesar dessa farta presença de assuntos voltados ao mundo artístico, quando direcionamos nosso olhar para o outro lado do “tão largo e tão genérico” programa apresentado ao *Diário de Notícias*, destaca-se a atividade de um jornalista inconformado, insatisfeito, indignado e, às vezes, envergonhado com as mazelas políticas e sociais reinantes no seu tempo. Em suas crônicas, Artur Azevedo construía um projeto para aquela sociedade eivada de vícios, fortemente marcada pela violência, pelos costumes relapsos e pela corrupção. Pode-se dizer que o cronista acreditava que as mudanças nos modos de ser e se comportar na sociedade representariam o primeiro passo para que outras transformações efetivamente ocorressem.

O desejo de introduzir mudanças na sociedade em que vivia é patente em uma crônica aparentemente banal, na qual Artur Azevedo afirma que somente uma comissão

⁴⁹ Bardannes e Thauzette são personagens do drama *Denise*, de Alexandre Dumas Filho.

de hipnóticos, agindo sobre diversas instâncias do poder público, como administração, segurança e justiça, operaria significativas transformações na sociedade. Com o livre-arbítrio, andávamos mal, argumentava o cronista.

Não podemos deixar de citar também uma crônica publicada em 31 de dezembro de 1887, na qual Artur Azevedo apresentava suas expectativas para o ano novo, fazendo-o, contudo, de modo utópico e levemente sarcástico. Refutando o presente, referido metaforicamente como o “vale de lágrimas” da *Salve Rainha*, volta-se para um passado remotíssimo, o ano de 888, um ano supostamente feliz, desejando um futuro próspero projetado para 8888, ano em que o céu reservaria “favores especiais aos tataranetos dos tataranetos”, e sugerindo que a existência de dias melhores era algo extremamente distante da realidade que se desenhava nas ruas da então capital do império:

Tenho – sabem? – uma fé extraordinária no ano novo; simpatizo muito com o número 8, que é o mais bonito dos algarismos, e figura nada menos de três vezes em 1888. Só daqui a dez séculos veremos (os que lá chegarmos) de novo reunida essa trindade simpática. Até lá não nos doa a cabeça.

O ano de 888 devia ter sido um ano feliz, e o céu sem dúvida reserva favores especiais aos tataranetos dos tataranetos dos nossos tataranetos que viverem em 8888.

Só o prazer de escrever quatro vezes o meu algarismo favorito, sem levantar a pena, como se escrevesse dois W W, ou desenhasse uma balaustrada, me obriga neste momento solene a lastimar que o destino não adiasse a minha vinda a este vale de lágrimas, como se diz na *Salve Rainha* (AZEVEDO, 31/12/1887).

Como aquela situação indesejada não pudesse demorar até 8888, transfere suas expectativas para o ano de 2888. Utopicamente, Artur Azevedo aposta na possibilidade de que, em 2888, os homens “disponham de uma quantidade igual de dinheiro, e cada um seja criado de si mesmo, tendo nisso pouca fadiga”, creditando tais conquistas às benesses do progresso e às futuras aplicações da eletricidade (AZEVEDO, 31/12/1887).

Cumprir citar ainda uma crônica em que o inconformismo do cronista é patente, constituindo-se como uma força motriz do desejo de mudanças. Descrente com certas virtudes humanas como a benevolência, e indignado com as injustiças sofridas pela classe dos artistas dramáticos, “bode expiatório da nossa pequenez” e da “insuficiência moral do nosso meio”, o cronista faz as seguintes indagações:

Nós não temos uma atriz como Sarah Bernhardt, nem um ator como Coquelin, é verdade; mas acaso temos um pintor como Bayard, um estatuário como Mercier, um compositor como Gounod, um arquiteto como Granier, etc? Fora do domínio da arte, que estadista possuímos que possa competir com Gladstone? que general que possa ombrear com Molike? Que

homem de ciência que possa medir-se com Chevreuil? que médico, ou advogado, ou juriconsulto, ou orador, ou alfaiate, ou sapateiro, que possa entrar em paralelo com as grandes celebridades parisienses, desde Charcot até Suzer, ou Worms, o *tailleur pour dames*? E no jornalismo, meus caros senhores, e no jornalismo? Onde estão os nossos Fouquiers, os nossos Weiss, os nossos Schols, Vitus, Wolfs, Rocheforts, etc.? (AZEVEDO, 21/11/1886).

A crônica configura-se como uma espécie de resposta ao texto publicado pelo folhetinista da coluna “Diversões”, de *O País*, em que tecia duras críticas aos atores da companhia Furtado Coelho, da qual fazia parte também Lucinda Simões. Excetuando-se o casal português (Furtado Coelho e a esposa), os demais artistas foram classificados como “atores de somenos importância, destes que se acham em perene disponibilidade nas ruas do Rio de Janeiro” (O PAÍS, 17/11/1886). Por meio de uma crônica anterior à citada acima, Artur Azevedo saiu em defesa do elenco e da causa teatral, lamentando-se do fato de no Rio de Janeiro não haver escolas de declamação, nem ensaiadores, nem autores, nem crítica, nem estímulo.

No entanto, o que mais nos interessa na defesa arquitetada pelo cronista maranhense é o momento em que estende suas críticas para outras personalidades e esferas da vida fluminense. Além das artes, citava modelos de personalidades políticas, militares, médicas, jornalísticas etc., quase todas da “capital do século XIX”. Dentre os jornalistas citados, encontram-se, inclusive, dois fundadores de jornais satíricos: Aurélien Scholl e Henri Rochefort, fundadores do *Le Nain Jaune* e do *La Lanterne*, respectivamente. Paris, a “grande cidade”, era, ou ao menos deveria ser “o modelo de todas as outras”, argumentava o cronista na seção “Crônica fluminense”, veiculada na revista *A vida moderna*, de 15 de janeiro de 1887. Outras vezes, argumentava que a França era nossa pátria honorária.

O tom combativo é recorrente em outros textos publicados pelo cronista, inclusive em outros veículos, a exemplo de *A estação*, na qual colaborou de 1885 a 1903, assinando a seção de crônicas intitulada “Croniquetas”, com o mesmo pseudônimo com que assinava a “De palanque”. Em crônica datada de 30 de junho de 1886, estampada na referida seção, afirma em primeira pessoa estar escrevendo de Buracópolis, entrada satírica para criticar o projeto de encanamento das ameaçadoras águas pluviais que, segundo o autor, convertia as ruas em enormes buracos que ameaçavam tragar a população:

Escrevo em Buracópolis! Todas as ruas desta Corte estão convertidas em enormes buracos, que ameaçam tragar a respectiva população! Dizem-me

que é o encanamento das águas pluviais que exige a abertura dessas medonhas e tremendas covas: será, mas que diabo! (AZEVEDO, 30/06/1886 *apud* SILVA, 2008).

Depois de chamar atenção para o estado de miséria em que se encontravam as ruas da cidade, adverte ao leitor/eleitor que tamanho descaso coincide com os preparativos para as eleições municipais. Ancorado na sentença latina *Abyssus abyssum invocat* – o abismo invoca o abismo –, Artur Azevedo expressa indignação e descrédito com os vereadores, “esfomeados gaudérios” que, preocupados somente com as próprias algibeiras, tinham “convertido a edilidade em verdadeira caverna”. E, mais uma vez, tentando conscientizar o eleitor, coloca em cena os espaços públicos da cidade:

Votemos em indivíduos sérios, que tomem a peito promover os melhoramentos de que tanto carece esta cidade que, noutras mãos, seria a mais formosa do mundo. As nossas praças, as nossas ruas e as nossas praias merecem dos novos edis mais atenções do que as próprias algibeiras (AZEVEDO, 30/06/1886 *apud* SILVA, 2008).

Na mesma crônica, ironizando as deliberações do judiciário, volta a se referir ao caso de absolvição do facínora Vicente Calças-largas:

Por falar em algibeira, lembrei-me – não sei por quê – do *Calças-largas*, que hoje, 18 de junho, foi chamado por Deus, que lhe pedirá severas contas de um crime que o Júri da Corte deixou vergonhosamente impune. Esse homem era um atestado vivo (hoje, felizmente, é um atestado morto) da serenidade das nossas instituições (AZEVEDO, 30/06/1886 *apud* SILVA 2008).

Na sequência, relembra o crime cometido por Francisca de Castro, delito que, contrariando as expectativas do cronista, ficou impune, após dois julgamentos:

Desta vez o Sr. Dr. Figueiredo de Magalhães, advogado e médico da acusada, pode deitar os bofes pela boca... ou pela pena. Depois do luminoso parecer dos Srs. Drs. Souza Lima, Brandão e Teixeira de Souza, não há dúvida que a D. Chiquinha nada tem de doida, e é perfeitamente responsável pelos seus atos (AZEVEDO, 30/06/1886 *apud* SILVA, 2008).

À época em que publicou estas crônicas n^o *A estação*, Artur Azevedo havia se retirado do *Diário de Notícias*, mas, mesmo utilizando-se das colunas de uma revista de modas, dirigida ao público feminino, não procura suavizar o tom de suas críticas. Se, por um lado, os textos veiculados nessa revista não chegavam às mãos da mesma quantidade de pessoas que liam o *Diário*, por outro, chegava às mãos de outro tipo de público, possivelmente diferente do que costumava ler o periódico matutino.

Acreditamos que os trechos acima reforçam nossos argumentos de que Artur Azevedo empunhava um discurso impelido pelo desejo de operar mudanças, como mostramos ao longo da tese. Ao se utilizar de uma linguagem marcadamente

debochada, satírica, irônica, o cronista parecia acreditar nos seus efeitos no contexto da época. Sua linguagem naturalmente cômica serviu como ingrediente para o projeto de modernidade que tinha em mente. Elias Thomé Saliba observa que a atitude humorística é desmistificadora por excelência, e que o pensamento do homem, quando humorista, “gira como uma mosca na garrafa”, procurando “apreender todos os lados da realidade, exercitando, ao máximo, e levando ao limite, a sua percepção e o seu sentido contrário” (SALIBA, 2002, p. 27).

Podemos dizer ainda que suas crônicas serviam como repositório de temas para serem trabalhados e reconfigurados nas muitas revistas de ano que escreveu, revistas que se constituíam como outro meio de castigar os males e educar o público⁵⁰. Desse modo, Artur Azevedo fazia uso de dois meios para chegar até o público: quem não tivesse o hábito de ler jornais, teria possibilidade de ver as mazelas sociais e políticas configuradas nas muitas revistas de ano que escreveu sozinho ou em colaboração.

Por meio da história oficial, vemos que o advento da República e os efeitos combinados da nova expansão europeia representaram uma esperança para as gerações da *intelligentsia* brasileira do início do século XX, mas as mudanças não foram tão significativas. *A priori*, como argumenta Saliba, o novo regime viria proclamar uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos. Na prática, a República acabou criando

uma cidadania precária, porque calcada na manutenção da iniquidade das estruturas sociais – acentuou as distâncias entre as diversas regiões do país, cobrindo-a com a roupagem do federalismo difuso da “política dos governadores”, ou dando continuidade à geografia oligárquica do poder que, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 2002, p. 68).

Permaneciam as mazelas, as epidemias, os vícios, a truculência dos poderosos, a exclusão social, enfim, todos os problemas que sintetizavam o atraso de uma sociedade. Na mesma medida, continuavam as manifestações de insatisfação dos “mosqueteiros intelectuais” com a realidade circundante. Naquele novo momento da história brasileira, encontramos ainda Artur Azevedo, com seu consagrado pseudônimo Eloi, o herói, na revista *A estação*, reclamando da falta de segurança nos transportes urbanos e da ineficiência dos poderes públicos:

Há dias um *bond* de Botafogo esmagou uma criança na rua de Gonçalves Dias. Algumas pessoas do povo, excitadas por esse medonho desastre,

⁵⁰ Paulo Sérgio Dias, em sua tese de Doutorado, defende o argumento de que as revistas de ano de Artur Azevedo formavam o ponto de vista dos espectadores acerca da realidade circundante.

opuseram-se a que outros *bonds* passassem do largo da Carioca, e tentaram arrancar os trilhos.

No dia seguinte o chefe de polícia, o presidente da Intendência Municipal e o gerente da companhia de Botafogo conferenciaram, e ficou assentado que os *bonds* naquela rua só andariam a passo.

Pois bem: os *bonds* continuam a descer até o ponto com a mesma velocidade com que sempre desceram.

Quando morrer outra criança, ou mesmo um adulto, os cocheiros dignar-se-ão levar os carros a passo (AZEVEDO, 31/07/1890 *apud* SILVA, 2008).

Em outra crônica, também do ano de 1890, por meio de sua costureira mordacidade, o cronista reclama da morosidade do serviço dos Correios:

A Repartição dos Correios está agora iluminada à luz elétrica, tal qual a cidade de Campos e a Estação da Estrada de Ferro. É pena que a distribuição da correspondência não se possa fazer também por eletricidade... (AZEVEDO, 31/10/1890 *apud* SILVA, 2008).

Novo regime político, velhos problemas e a mesma verve dos anos anteriores. É até possível pensarmos que estavam se concretizando as predições de Artur Azevedo, quando disse, certa vez, a respeito da iminente proclamação da República, ser provável que a “mudança seja apenas de forma de governo, e os governadores fiquem ainda e sempre os mesmos indefectíveis bacharéis que há tanto tempo vemos sucederem-se nas eminências do Poder”. Desse modo, “em vez de um imperador em S. Cristovão, teremos um presidente nas Laranjeiras ou em Botafogo” (AZEVEDO, 10/11/1888).

Elias Thomé Saliba, referindo-se ao período de transição da Monarquia para a República, observa que o comportamento humorístico da época,

deslocando ou alterando significados, [...] parecia corresponder a uma atitude geral do brasileiro no sentido de ajustar-se à vida na sua repetição cotidiana e àquela sobreposição de temporalidades, aparando ou, pelo menos, sublimando os impasses, os conflitos sociais e as perspectivas de futuro (SALIBA, 2002, p. 70).

Observação que nos leva a concluir que, manifestada entre o humor e a indignação, a voz de Artur Azevedo achava-se, por um lado, em total consonância com outras mentalidades estampadas nas revistas e periódicos cujos objetos de escárnio estavam muito bem definidos; por outro lado, a voz do cronista ganha significado particular quando a inserimos no contexto geral da época, mormente porque aquela comicidade que lhe era espontânea, e que vinha sendo exercitada e experimentada desde os primeiros versos escritos no Maranhão, tinha a propriedade de expor, sem receios, as visíveis brechas deixadas por comportamentos importados que mal se ajustavam ao contexto brasileiro. Em seus escritos, podemos dizer, tal comicidade configurava-se

como um jeito moderno de ser e de propor à sociedade uma via para a modernidade que se projetava no horizonte.

No entanto, as questões concernentes à conjuntura política e social, objetos de preocupação de Artur Azevedo, tanto no período monárquico quanto no republicano, se adensam, chegando até os nossos dias. Questões como deficiência no sistema educacional, protecionismo, corporativismo, corrupção política e incongruências nas deliberações administrativas, embora ganhando novos contornos, subsistiram e continuam aí, sendo estampadas diariamente nos jornais e revistas da atualidade.

Pode-se dizer que uma sociedade, tal como imaginava Artur Azevedo, existia apenas no plano das ideias. As transformações necessárias para chegarmos ao “mar de rosas” sobre o qual falava o cronista estavam atreladas, primeiramente, à mudança de mentalidade. No entanto, tal mudança não ocorre de forma generalizada, tornando as pessoas iguais em seus modos de ser e se portar no mundo. Mesmo que as autoridades políticas passassem por um aprimoramento moral e efetivamente se comprometessem em resolver os problemas sociais, tais problemas poderiam ser minimizados, mas não completamente sanados. Historicamente, nas sociedades há exploradores e explorados, há algozes e vítimas, há os que mandam e os que obedecem, há corruptores e corruptíveis, há os que ficam no centro e os que ficam à margem. Essa é a dinâmica de uma sociedade, a menos que se trate de uma sociedade utópica. Até mesmo a moderna e elegante cidade de Paris, modelo para o dramaturgo maranhense e para os brasileiros de sua época, apresentava problemas.

FONTES

APÓSTOLO, O. Rio de Janeiro, 1885/1887.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 1887.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *De Palanque*. Rio de Janeiro, 1885/1889.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1840.

DIÁRIO ILUSTRADO. Rio de Janeiro, 1887.

ESPECTADOR BRASILEIRO, O. Rio de Janeiro, 1825.

ESTRELA BRASILEIRA, A. Rio de Janeiro, 1823.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 1886.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1886/1888.

MEQUETREFE, O. Rio de Janeiro, 1883.

NOVIDADES. *De palanque*. Rio de Janeiro, 1887/1888.

PAÍS, O. Rio de Janeiro, 1886/1887.

SÉCULO, O. Rio de Janeiro, 1908.

SEMANA, A. Rio de Janeiro, 1885.

VIDA MODERNA. *Crônica fluminense*, 1886/1887.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Trad. da 1ª edição coordenada por Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 6 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ALENCAR, J. *A pata da gazela*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d.

ALENCASTRO, L. F. de. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____. (Org) *História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

ALMEIDA, A. C. L. de. “Fogo!...fogo!...fogo!: incêndio, vida urbana e serviço público no Rio de Janeiro oitocentista”. In: CARVALHO, J. M. de; CAMPOS, A. P. (Orgs.). *Perspectiva da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

APOLLINAIRE, Guillaume. *O poeta assassinado*. Introdução e tradução de Aníbal Fernandes. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

ARAGON, L. *O camponês de Paris*. Apresentação, tradução e notas Flávia Nascimento. Posfácio Jeanne Marie Gagnebin. Rio de Janeiro: Imago editora, 1996.

AZEVEDO, S. M. *Brasil em imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

AZEVEDO, S. M. A modernidade atravessa o Atlântico: imagens do progresso científico em duas revistas brasileiras do século XIX: *Ilustração brasileira* (1876-1878) e *Ilustração do Brasil* (1876-1880). In: CAIRO, L.R; PEREIRA, M. R; AZEVEDO, S. M. (Org). *Arquivos revisitados da América Lusa: escritos sobre memória e representação literária*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

AZEVEDO, A. “O velho Lima”. In: _____. *Contos escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. “Que espiga!”. In: _____. *Contos escolhidos*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. “O bilontra”. In: _____. *Teatro de Artur Azevedo*. Estabelecimento de texto por Antonio Martins de Araújo. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1985. Tomo II.

_____. “Um roubo no Olimpo”. In: _____. *Teatro de Artur Azevedo*. Estabelecimento de texto por Antonio Martins de Araújo. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1985. Tomo II.

BALABAN, M. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Ângelo Agostini no Brasil imperial (1864-1888)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2009.

BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARBUY, H. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BAUDELAIRE, C. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A modernidade de Baudelaire*. Apresentação de Teixeira Coelho. Trad. Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Organização da edição brasileira Willi Bolle. Tradução do alemão, Irene Aron. Tradução do francês, Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura, história e cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Obras escolhidas v 1.

_____. *Rua de mão única*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Obras escolhidas v 2.

_____. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. Obras escolhidas v 3.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BILAC, O. *Vossa insolência: crônicas*. Organização de Antonio Dimas. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOLLE, W. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 39 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. 2 ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Tudo é História, 52.

BRITO, R. J. de S. *A linguagem teatral de Artur Azevedo*. Dissertação de Mestrado - USP, São Paulo, 1989.

CANDIDO, A. (Org). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

CARVALHO, J. M. de. "As marcas do período". In: _____ (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. "A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930". In: CARVALHO, J. M. de; CAMPOS, A. P. (Orgs.). *Perspectiva da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. "As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate". In: _____ (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *D. Pedro II*. Coordenação Elio Gaspari e Lilia Moritz Schwarcz. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. “Brasil 1870-1914: a força da tradição”. In: _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELO, J. A. A análise de periódicos na literatura brasileira. In: NAPOLI, R. O. de. *Lanterna verde e o modernismo*. São Paulo: IEB;USP, 1970.

CASTRO, C. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CAVALCANTE, J. D. C. *Aspectos cômicos em Artur Azevedo: uma análise dos recursos de construção cômica em “A capital federal” e em “O mambembe”*. Tese de Doutorado – UNESP, Araraquara, SP, 2005.

_____. *A construção do cômico em “A capital federal”, de Artur Azevedo*. Dissertação de Mestrado – UNESP, Araraquara, SP, 2001.

CEIA, C. “Artigo”, *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9, <http://www.edtl.com.pt>, consultado em 28-08-2014.

CHALHOUB, S. “População e sociedade”. In: CARVALHO, J. M. de (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, E. C. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, L. M. *A ópera italiana após 1870*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. 5 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CUNHA, M. C. P. *Carnavais e outras frestas: ensaios e história social da cultura*. Campinas, SP: Ed Unicamp, Cecult, 2002.

DAMAZIO, S. F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

DEL PRIORE, M. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

_____. *Condessa de Barral: a paixão do imperador*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

DIAS, P. S. *Colcha de retalhos: Artur Azevedo e o teatro que divertia e formava: revistas de ano e "O mambembe"*. Tese de doutorado - USP, São Paulo, 2004.

DIMAS, A. *Bilac, o jornalista: crônicas volume 1*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, EDUSP, Editora UNICAMP, 2006.

_____. *Bilac, o jornalista: crônicas volume 2*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, EDUSP, Editora UNICAMP, 2006.

_____. *Bilac, o jornalista: ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, EDUSP, Editora UNICAMP, 2006.

DUQUE ESTRADA, L. G. *A arte brasileira*. Introdução e notas de Tadeu Chiarelli. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. *Ideologia*. Uma introdução. Trad. Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo, 1997.

EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

FARIA, J. R. *Idéias teatrais: o século XIX no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2001.

_____. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1993.

FILHO, M. B.; LIMA, H. *História da polícia do Rio de Janeiro: aspectos da cidade e da vida carioca (1870-1889)*. Rio de Janeiro: A noite, 1942.

FRANCO JÚNIOR, A. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FREHSE, F. *Ô da rua!: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*: EDUSP, 2011.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. In: *Intérpretes do Brasil*. Coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 ed, 2002.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. In: *Intérpretes do Brasil*. Coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 ed, 2002.

_____. *Ordem e progresso*. In: *Intérpretes do Brasil*. Coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 ed, 2002.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOLD, A.; FIZDALE, R. *A divina Sarah: a vida de Sarah Bernhardt*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GOMES, R. C. João do Rio e uma modernidade nos trópicos: um acervo em construção. In: CAIRO, L.R; PEREIRA, M. R; AZEVEDO, S. M. (Org). *Arquivos revisitados da América Lusa: escritos sobre memória e representação literária*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

HOBBSBAWM, E. J. *A era dos impérios, 1875-1914*. 17 ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. *A era do capital, 1848-1875*. 15 ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1972. v. V: Do Império à República.

HOLLOWAY, T. H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1997.

HUNT, L. *A nova História cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LAFAYETTE SILVA. *História do teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1938.

LEITE, D. M. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LIMA, S. A. ALVES. *Teatro a vapor de Artur Azevedo: um olhar satírico sobre o Rio de Janeiro do início do século XX*. Dissertação de Mestrado – UNESP, Araraquara, SP, 2006.

LIMA, M. de O. *O Império brasileiro: 1822-1889*. Brasília: Ed Unb, 1980.

LÖWY, M. “Walter Benjamin, crítico da civilização”. Prefácio a *O capitalismo como religião*. In: BENJAMIN, W. *O capitalismo como religião*. Organização Michael Löwy. Trad. Nélío Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. Trad. Myrian Veras Baptista e Magdalena Pizante Baptista. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. Introdução a *Walter Benjamin*: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. In: _____. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. Trad. das teses Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B (Org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, I. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACEDO, J. M. de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: Ed Unb, 1988.

MAGALDI, S. *Panorama do teatro brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1997.

MAGALHÃES, Jr, R. *Artur Azevedo e sua época*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

MARINHO, H. *O teatro brasileiro*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904.

MARTINS, A. *Artur Azevedo: a palavra e o riso*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1988.

MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

MATOS, O. C. F. *Benjaminianas*: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENCARELLI, F. A. *Cena aberta*: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Artur Azevedo. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 1999.

_____. *A voz e a partitura*: teatro musical, indústria e diversidade cultural no Rio de Janeiro (1868-1908). Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP, 2003.

MENESES, L. M. de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MEYER, M. *Folhetim*: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

_____. Voláteis e versáteis, de variedades e folhetins se fez a crônica. In: _____. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

MICELI, S. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MONTEIRO, N. de C. V. *Não adianta chorar: teatro de revista brasileiro...Oba!* Campinas-SP: Ed da UNICAMP, 1996.

_____. *O teatro de revista no Brasil*: dramaturgia e convenções. Campinas-SP: Pontes; Ed da UNICAMP, 1991.

MONTEIRO, V. C. *Crítica e críticos teatrais na virada do século (1890-1920)*. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP, 2010.

MONTELLO, J. *Artur Azevedo e a arte do conto*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

MORASCO, C. C. *Fora do palco, dentro da vida: o contista Artur Azevedo e o Rio de Janeiro de sua época*. Dissertação de Mestrado – UNESP, Araraquara, SP, 2008.

NEEDELL, J. D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, L. de O. “*O teatro*”: Artur Azevedo e as crônicas da Capital Federal (1894-1908). Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

_____. *As comédias de Artur Azevedo- em busca da história*. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

_____; LEVIN, O. M. (Org.) *O teatro: crônicas de Artur Azevedo (1894-1908)*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2009.

NEVES, M. de S. “História da crônica. Crônica da história. In: RESENDE, B. (Org.) *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: J. Olympio: CCB, 1995.

ORTIZ, R. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PAIVA, S. C. *Viva o rebolado: vida e morte do teatro de revista brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

PAIXÃO, M. da. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro, 1936.

PEREIRA, L. A. de M. *Carnaval das Letras*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

PESAVENTO, S. J. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

PICON, A. “Racionalidade técnica e utopia: a gênese da haussmannização”. In: SALGUEIRO, H. A. (Org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

PONTES, J. *O teatro sério de Artur Azevedo*. In Anais do Segundo Congresso Brasileiro de crítica e história literária, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1963.

PRADO, D. de. A. *Teatro de Anchieta a Alencar*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

_____. *O drama romântico brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. *História concisa do teatro brasileiro: 1570-1908*. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO, Jr. C. *Formação do Brasil contemporâneo*. In: *Intérpretes do Brasil*. Coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2 ed, 2002.

RAMA, A. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, J. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROCHA JÚNIOR, A. F. da. *Teatro brasileiro de revista: de Artur Azevedo a São João Del-Rei*. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2002.

ROUBINE, J-J. *Linguagem da encenação teatral*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUIZ, R. *O teatro de revista no Brasil: das origens à 1ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: INACEN, 1988.

SÁ, J. de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

SALGUEIRO, H. A. (Org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SARLO, B. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 a 1930*. Tradução e posfácio Júlio Pimentel Filho. Prólogo Sergio Micelli. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, R. “As ideias fora do lugar”. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SEILD, R. *Artur Azevedo, ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Empresa Editora Ltda, 1937.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. “O prelúdio republicano, as astúcias da ordem e ilusões do progresso”. In: *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais. Organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

SILVA, E. G. “*De palanque*”: as crônicas de Artur Azevedo no *Diário de Notícias* (1885/1886). Dissertação de Mestrado. UNESP, Assis, SP, 2010.

SILVA, A. C. S. da. “As „Croniquetas” de Artur Azevedo”. In: *Remate de males*. Campinas, SP, 28.1, pp. 102-119, 2008.

SILVA, E. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMÕES JÚNIOR, A. S. *A sátira do parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: UNESP, 2007.

SOARES, L. C. *Rameiras, Ilhoas, Polacas – a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

SOARES, C. E. L. “Festa e violência: os capoeiras e as festas populares na Corte do Rio de Janeiro (1809-1890)”. In: _____. CUNHA, M. C. P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, J. G. de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: MEC/ONL, 1960.

SOUSA BASTOS. *Carteira do artista*. Lisboa, 1898.

SOUZA, E. M. de. *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *Modernidades alternativas na América Latina*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.

SOUZA, L. R. de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, N. M. e. *Modernidade: desacertos de um consenso*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.

SOUZA, S. C. M. de. *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Campinas, SP: Ed da UNICAMP, 2002.

STOPA, R. *As crônicas de Artur Azevedo na revista literária O álbum (1893-1895)*. Dissertação de Mestrado – UNESP, Assis, SP, 2010.

SUSSEKIND, F. Crítica a vapor – a crônica teatral brasileira na virada do século. In: _____. *Papeis colados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.

_____. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

_____. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnicas e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

TOSI, R. *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. 3 ed. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VELLASCO, I. de A. “Políciais, pedestres e inspetores de quartelão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-1850)”. In: CARVALHO, J. M. de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Ilustrações

ASSIGNATURAS PARA AS PROVINCIAS

Anno	165000
Semestre	84000
(PAGAMENTO ADIANTADO)	

Escreptorio e Redacção
143 Rua do Ouvidor 143

CAFUNÊS

... e a morte de J. J. de Paula
... a multiplicação da In-
... que, apesar de grande,
... a morte de J. J. de Paula
... a multiplicação da In-
... que, apesar de grande,
... a morte de J. J. de Paula
... a multiplicação da In-
... que, apesar de grande,

[illegible][illegible][illegible][illegible]

...moda. Moema para trans-
formar-se em uma verdadeira
Joia Juicy, e vista do insus-
tituído de saude a que foi solu-
ção.

O Imperio foi autorizado
a emprestar do Rio de Ja-
neiro, para os transportes,
e o pagamento de indeniza-
ções de variada na Villa de Ju-

CAS DE ARANHA

Contra Hiletois da Souza de
Almeida e mandou a foz de
luzo que toda manha
nao se gloria daquela cila

...com, por causa, que o valho
dele, de Paris e sua passar o
qual estivesse p'uma honrosia
procurado, que n'a honra
da fama do detentor a expelir.

compensar, e
podem ficar en-
ta com confor-
to no lido e Si-
monos me re-
veja o Sr. con-
te.

A família

Dito que he
nadar por S. Pa-
ulo, e a familia
de S. Paulo.
Deretor re-
lado por S. Pa-
ulo.

POR

Quando en-
fies para as
das sanha-
as banha-
para arrega-
por S. Paulo
tudo a Penha

De La, Porto, embora
degrada-se sobre a la-
degradada da contri-
clama, se um devoto que
tem o venado.

ANASO MIRON /

phantastica

degrada da escoba de sa-
camento, do mapeleiro
dele e de outro fido
destinado por um depen-
e outro por Pernambuco.

KAHI FORA

regar, tinha duas contri-
das dos dominios e
cambaleia não faz mico
dele, e a queda de
Alcântara, onde por m
degrada no interior, o

[illegible]

A Familia Phantastica

[illegible]

portaram um prezo ao juiz para dar-lhe
o parecer. Foi concedido o prazo a 12
o respectivo termo.

Está este em commun com os prezos
de enfermia. Damos regulamento, pouco
depois de ahi, e com a instancia um padro
o confessor, pois muitos em bueiro
serão.

Em caso de Lavradio, que pergun-
ta a falta de assessorar o agente
publico, que o acompanhava, responde-se
que se o veri coubera, havia um capom-
as, apenas se a vultu, sendo dous
e três mil e meio.

Está marcado o dia 28 proximo para nova
em parte particular, as 11 horas da manhã.

A CHAPELARIA INGLEZA
E mais importante estabelecimento de
Londres, onde se encontram os figu-
ros e superiores chaplains ingleses e fran-
cos, dos mais nobres e abastados, e
especialista em chaplains catolicos
de 1.ª qualidade.

120 Rua do Ouvidor 120

PENNA DE OURO
Rua do Ouvidor 82
ALFONSO LEANDRE ALVES
LITOGRAFIA, TIPOGRAFIA E PAUTÃO
de desenhos de escripto e de phantasia.
PREÇOS PARA PRESENTES

[illegible][illegible]

uma dasse ligada ao comércio, os comerciantes e os pequenos produtores locais, estavam para trazer o desenvolvimento e o emprego à região.

José Bezerra

nasce o mundo, nenhuma revelação indicava
a existência do alchimista, desprovido de

[illegible]

— Mas que é aquele cavalo negro? —
— Pára que e porque não hoje parava? —
— Tive um longo passeio da colúmba. Aíza
que brava brava, um pouco de
— Mas não é o mesmo? —
— Não, não é o mesmo. Depois de
— Mas não é o mesmo? —
— Não, não é o mesmo. Depois de
— Mas não é o mesmo? —
— Não, não é o mesmo. Depois de

[illegible][illegible][illegible][illegible]

10

100

ANEXOS⁵¹

1885

29 de junho de 1885

“Denise-Duse-Checchi” e “matinée Beethoven”: dois assuntos. *Entre les deux mon coeur balance.*

Escolho a *matinée*, porque tenho muito tempo para falar da Duse, que anteontem confirmou plenamente o que havia dito.

É uma grande atriz, não é?

Ontem, à 1 hora em ponto, o Cassino Fluminense teve a felicidade de reunir a fina flor da nossa sociedade. Grande concorrência. Lindas *toilettes* de passeio, entre as quais sobressaia-se a da interessante Mlle. T. L., que decididamente resolveu ficar solteira, e não dividir com algum feliz mortal a bonita fortuna que dizem possuir.

Contavam-se os cavalheiros que vestiam à corte. Donde provém semelhante antipatia pela casaca?

Certo secretario de legação, bonito rapaz, muito alto, muito loiro e muito original, deu nas vistas por exhibir um terno escandaloso de casemira flor de alecrim.

Uma chibante comissão de sócios recebia amavelmente as senhoras, distribuindo a cada uma de suas excelências um elegante *menu* musical, impresso em seda.

O concerto principiou por uma bonita peça de Salvayre, que passou despercebida, morrendo injustamente no meio de um silêncio de túmulo.

Seguiu-se o Sr. Max Krutisch, barítono amador, infalível em todos os concertos do Beethoven. Cantou um romance alemão, muito alemão, e desafinou que foi um gosto. “Que foi” é um modo de dizer.

Depois do andante e do rondó do concerto em sol maior, de Bériot, primorosamente executado, com acompanhamento de orquestra, por... pelo Roberto Benjamin, que nunca ouvi tocar com tanta correção, seguiu-se um esplêndido romance de Gounod, *Sia benedetto il di*, sofrivelmente cantado pelo tenor Dr. P. M. Costa Lima.

Finalizou a primeira parte pela *berceuse* de Faulhaber e *pizzicato* de Morley, satisfatoriamente executados pela orquestra de instrumentos de corda.

Um tanto longo o intervalo. Houve não sei que desmancho no magnífico Erard do Beethoven, e foi preciso, *séance tenante*, consertar o instrumento.

Durante este conserto no concerto, o Sr. ministro da Espanha demorou-se muito tempo a conversar sucessivamente com Suas Majestades e Alteza. D. Pedro II, mal se apanhou livre do diplomata, levou o Sr. Taunay para o vão de uma porta e, conversou com ele, durante alguns minutos, animadamente, sobre a Sociedade Central da Imigração. Em seguida o Sr. ministro da guerra apresentou ao monarca a sua Exma. e numerosa família, e D. Isabel, sempre a sorrir, dizia muitas coisas amáveis a Artur Napoleão e José White.

Os espectadores não perderam por esperar. As variações, escritas por Saint-Saëns sobre um tema de Beethoven, e executadas em dois pianos pelo grande Artur

⁵¹ Atualizamos a ortografia e mantivemos a pontuação. Os colchetes [] indicam trechos ilegíveis. Todas as notas explicativas são de autoria de Artur Azevedo. A expressão *sic*, ao lado do nome Alcides, na crônica de 30 de março de 1887, foi por nós introduzida.

Napoleão e Alfredo Bevilacqua, enlevaram, deliciaram, extasiaram o auditório. Os aplausos foram vibrantes e uníssonos.

Outro excelente pianista, Jerônimo Queiroz, foi entusiasticamente aplaudido pelo modo magistral por que interpretou o *Concert-Stuck*, de Weber, com acompanhamento de orquestra.

Antes disso o já mencionado tenor-doutor havia cantado um romance de Niedermeyer.

Infelizmente fui obrigado a retirar-me antes do fim: perdi a grande ária sobre a quarta corda, de Bach, para oito violinos e orquestra, e o *Trombeta Septuor*, de Saint-Saëns: duas peças admiráveis, que devem ter produzido grande efeito.

O Club Beethoven, graças à excelente direção que tem tido até hoje, e à exata observância de seus estatutos – uns estatutos de que as senhoras têm muita raiva, – é atualmente a sociedade mais próspera e mais...

Leitor feliz, o paginador do *Diário de Notícias* vem dizer-me que já basta.
Eloí, o herói

01 de julho de 1885

Bem sei que há quem estranhe a minha preferência pelos assuntos de teatro, quando no primeiro número desta folha, apresentei um programa tão largo e tão genérico. Mas que quer o leitor? Temos ultimamente atravessado um período de efervescência teatral. As primeiras representações sucedem-se, e num país onde a cultura da arte dramática é ainda incipiente, parece-me que uma primeira representação é sempre um acontecimento digno do apreço de um cronista de boa fé.

O teatro é espelho fiel da civilização de um povo; criticá-lo, analisá-lo, animá-lo, é a obrigação de todo aquele que, como eu, desejaria vê-lo erguido à devida altura.

Uma grande atriz, a Duse-Checchi impõe-se neste momento à minha atenção, à minha admiração; que outro, senão ela, deve ser hoje o objeto destas mal traçadas regras? Não me lembra ter visto nunca, em teatro algum, atriz que tanto me impressionasse e comovesse. Questão de simpatia? Talvez. Estarei iludido? Pode ser. Erro? Quem sabe?

Todos os dotes imprescindíveis a uma atriz deram *rendez-vous* na interessante pessoa da Duse-Checchi. Entretanto, é bela sem ser bonita e elegante sem ser escultural. Mas que lampejos no olhar, que mobilidade na fisionomia, que propriedade no gesto, que música na voz, e, sobretudo, que mocidade! que seiva! que exuberância!

Não se pode representar melhor a *Denise* nem o *Divorçons*.

Na peça de Dumas, aquela narração dolorosa de uma desgraça, dita... digo mal: soluçada com tanto talento, com tanta intuição artística – bastaria para colocar a Duse-Checchi na vanguarda do batalhão das atrizes do mundo inteiro. O público se convenceu de que o pranto é também contagioso, como o riso. Até agora eu repelia, com todas as energias do meu caráter, aquele conde de Bardannes que entre o almoço e o jantar resolve um casamento quase absurdo. Depois de ver Denise-Duse, compreendo que o amor do fidalgo se submetesse facilmente às três unidades de Aristóteles.

No *Divorçons* não se pode ser mais graciosa, mais leviana, mais estonteada, mais adorável! Com que graça, com que talento foi representado todo aquele segundo ato!

Decididamente o papel de Cipriana de Prunelles é feliz no Rio de Janeiro! Tessero, Lucinda e Duse-Checchi o interpretaram cada qual a seu modo, mas todas três com muita habilidade. Tessero foi uma matrona, Lucinda uma senhora e Duse-Checchi uma criança. Quer me parecer que foi esta quem mais acertou, porque desde o momento em que a petulante heroína de Sardou e Najac não tenha umas tantas infantilidades românticas, que atenuem a responsabilidade de certas inconseqüências, o papel torna-se de alguma forma odioso, e o espectador tem repugnância em aceitar a engenhosa filosofia de Des Prunelles. Parece-me que os autores pretenderam realmente fazer de Cipriana uma “cabecinha louca” desde o momento em que a fizeram contar ao marido com tanta franqueza e tanta ingenuidade os perigos a que andou exposto o cabeça do casal.

Andò é também um belo artista, e deve estar satisfeito pela maneira simpática por que todas as noites é recebido pelo público. Para mais tarde reservamos o nosso juízo definitivo sobre César Rossi.

Vai terminar este artigo uma indiscrição.

Anteontem, durante o espetáculo, encontrei num dos corredores do teatro S. Pedro os seguintes versos, escritos a lápis nas costas de um programa. Não tinham título nem assinatura.

Fui ver a Duse, que é tão bela
A interpretar a tal *Denisa*
Que eu lá no fundo de uma frisa
Doido fiquei de amor por ela.

Com que legitimo talento
D’alma ao recôndito me fala!
Ir ao S. Pedro, vê-la e amá-la,
Tudo foi obra de um momento.

Mas não receie o senhor Checchi,
– Da grande atriz feliz espero –
Que por ser menos respeitoso
Meu sentimento acaso peque.

Eu sou dois homens: um artista,
E o cidadão mais timorato
Um bom burguês, frio e pacato,
Porém metido a fantasista.

O que eu cá sinto pela Duse,
Que me extasia e me comove,
Não há moral que m’o reprove,
Nem promotor há que o acuse,

Se faço versos à Denisa,
Tanta pureza neles guardo...
(Suspendo a frase, e de Abelardo
O nome escrevo, e o de Heloísa)

Meu coração que não me inquiete...
 Meu coração que não me engane!
 Mas eu compreendo o De Bardannes,
 E não admito o de Thauzette.

E que tal?
 Eloí, o herói

11 de julho de 1885

Tranquiliza-te, ó público fluminense: o Salvini que aí vem com uma grande companhia de macacos, orangotangos, mandarilhos, cachorros, cabritos, cavalinhos e outros artistas – não é aquele mesmo Salvini da *Morte civil* e do *Otelo*.

Se, contrariado pela suposta visita de um grande ator, já estavas preparado para deixar às moscas o teatro do Príncipe Imperial, apronta os cobres, meu velho, areja-os e, desenferuja as mandíbulas. Vais divertir-te, maganão!

Ai, os macacos!...

O empresário desta companhia zoológica é o Ciacchi, o mesmo que nos trouxe Ernesto Rossi e depois Adelaide Tessero, e agora nos proporciona ensejo de admirar e aplaudir essa maravilhosa criatura – a Duse-Checchi –, e os seus notáveis companheiros – Flavio Andò e César Rossi.

Mas os macacos...

Vão ver que ainda hoje a *Mulher de Cláudio*, primorosamente representada pela companhia dramática mais completa, mais *afinada* que jamais tivemos, não dará uma enchente ao S. Pedro.

Em compensação, os macacos hão de atrair todas as noites esse público estapafúrdio, que prefere o *Gênio do fogo* à *Denise*.

Pois... aos macacos!...

Ainda anteontem que pena tive de ti, ó publicozinho de minh'alma, por ver... por ver, não; por adivinhar que jogavas estupidamente a bisca em família, enquanto a Duse honrava o palco do S. Pedro com aquele assombroso e inenarrável trabalho da *Denise*.

Oh, que mulher!... Como aquela fisionomia se transforma, aqueles olhos se intumescem, e arfa aquele seio! No 3º ato, a Duse não é artista, nem gênio, nem fenômeno: – é mãe.

Nunca vi organização artística mais irrefragável.

Entretanto... os macacos!

Depois da prova real, tirada agora pelo Ciacchi, do teu bom gosto, ó público é provável que o ativo e simpático empresário, apesar de haver adotado por divisa o *Audaces fortuna juvat*, não mais nos queira trazer notabilidades.

Há tempos estive ele em trato com Sarah Bernhardt para uma digressão à América do Sul; estou convencido porém, de que hoje deseja poupar à célebre atriz o dissabor de representar para os bancos – sem alusão ao do Brasil, proprietário do S. Pedro.

É isso, infelizmente, o que sucede à Duse, que, no meu fraco entender, vale alguma coisa mais que a própria Sarah.

O seu nome não é certamente conhecido como o da outra, que, à força de rufar, tem rasgado as peles de todos os tambores da *réclame*; mas dentro em pouco tempo verão que a fama do seu talento se tornará universal.

Sabem o que lhe falta? Falta-lhe a consagração de Paris. E nada mais.

Mas se os macacos...

Vem cá, ouve, ó publicozinho, ouve: os macacos ainda não estrearam; enquanto esperas, que diabo! vai hoje ver a *Mulher de Cláudio*!

Sim?...

Olha: se os espetáculos da Duse continuarem a ser tão pouco concorridos, que diabo hão de dizer de nós os artistas?

Que somos uns...

Macacos me mordam se sei o que dirão.

Eloi, o herói

P. S. Acabo de receber uma amável cartinha, na qual me recomendam, a propósito do meu artigo de ontem, que procure no romance de Camilo, *Amor de perdição*, a causa do título de Visconde de Correia Botelho, com que foi agraciado o ilustre escritor. A família Correia Botelho, acrescenta o meu informante (que se esqueceu de assinar a carta) “é de uma das mais antigas e mais nobres, bem como das mais dignas famílias de Portugal, da qual C. C. Branco descende por bastardia” – E, o h

16 de agosto de 1885

Eu tencionava escrever hoje sobre a festa da Glória; mas o Valentim Magalhães já o fez, e, depois dele, seria temeridade de minha parte tratar do assunto.

Acresce que eu me acharia bastante embaraçado sem saber por onde começar nem como terminar o meu artigo. É muito difícil dizer alguma coisa nova sobre uma coisa velha. Trata-se de uma festa que se realiza todos os anos, e que todos os anos faz com que renasçam nos noticiários os mesmos adjetivos *blasés*.

Se a vida fluminense fosse menos monótona, as crônicas do ramerrão passariam despercebidas quando, volvidos 365 dias, nós, os cronistas, as impingíssemos de novo, *mutatis mutandis*. Assim não acontece, infelizmente, e, a menos que se faça como o Valentim, que, a propósito da festa da Glória, entrou numa divagação semifilosóficas, não há meio de escrever sobre semelhante assunto sem cair no – *Realizou-se ontem* – dos noticiários.

Os cronistas não devem, como os fotógrafos, “conservar as chapas para reproduções”.

Desisto, pois, de tratar da festa da Glória, e reservo o espaço que me falta para ocupar-me da Câmara dos Srs. Deputados....

... que na sessão de anteontem deu ao país um espetáculo na verdade tristíssimo.

Tenho diante dos olhos o *Diário Oficial*, a que às vezes recorro solícito contra os efeitos excitantes do café. Acabo neste momento de ler os debates de anteontem, publicados à custa do Estado, – e faço inauditos esforços para convencer-me de que os meus olhos não foram vítimas de algum sortilégio.

Mas não... cá estão os debates... cá estão eles. Fala o Sr. Bezerra Cavalcante:

“O nobre deputado é que traz comigo teiró antigo, depois que entendeu que eu devia, como outros, dobrar-me às suas paixões desordenadas para votar contra o Sr. Marcolino Moura e satisfazer assim aos seus desabafos pessoais.

O Sr. Zama: – Não lhe pedi coisa nenhuma.

O Sr. Bezerra Cavalcante: – Pediu a mim e a muitos.

O Sr. Zama: – Não pedi a ninguém, só ao Sr. Aristides Spínola.

O Sr. Bezerra Cavalcante: – Pediu a muitos.

O Sr. Zama: – Não é verdade.

O Sr. Bezerra Cavalcante: – Pode negá-lo! Mas, embora pedisse ou não, é verdade que ficou com teiró comigo por isso.

O Sr. Zama: – E por que não fiquei com os outros?

O Sr. Bezerra Cavalcante: – Não sei, nem preciso saber; mas comigo ficou e ficará.

O Sr. Zama: – Talvez por ser o mais bonito?

O Sr. Bezerra Cavalcante: – Seja pelo que for; ficou e ficará.

O Sr. Zama: – Homem! Fique sabendo que não tenho teiró com ninguém”.

Isto é o que se chama linguagem parlamentar!

Mas ainda não viram nada; vou dar-lhes a provar melhor pratinho:

“*O Sr. Bezerra Cavalcante:* – Fora do terreno da justiça me é indiferente, completamente indiferente, que me estimem, que me respeitem, que me *mordam*, que me *difamem*. Vem agora o nobre deputado e diz: se me quer insultar chegue-se a mim. Não insulto nunca, já o disse à Câmara. Mas se quisesse tomar qualquer desforço, chegaria bem junto ao nobre deputado.

O Sr. Zama: – Mas chegue-se, quando quiser, não tenho medo de pegar um touro do Rio Grande do Norte.

O Sr. Bezerra Cavalcante: – Eis aí! Pois eu declaro ao nobre deputado que felizmente não tenho pontas.

O Sr. Zama: – Nem eu; não falo nesse sentido”.

À vista deste edificante “dize tu, direi eu”, parece-me de boa justiça não remeter ao *Diário Oficial* “bate-boca” da Câmara, sem prévia escala pelo Conservatório Dramático.

Já é a segunda vez que nesta sessão metem o boi no Parlamento: é uma anomalia tolerarem-no na Cadeia Velha e não o consentirem na Fênix ou no Sant’Anna.

Eloi, o herói

PS: À última hora dizem-me que a festa da Glória esteve de um brilhantismo sem precedentes desde 1864.

19 de agosto de 1885

(ARTIGO QUE DEVIA TER SAÍDO ONTEM)

A crise! – eis o assunto de todas as conversas, eis o tema de todas as palestras.

À hora em que escrevo, multidão sôfrega e inquieta percorre de um a outro extremo a rua do Ouvidor – em busca de novidades políticas.

Em frente aos escritórios das redações dos jornais formam-se grupos compactos, que discutem ruidosamente os acontecimentos do dia.

Os boletins afixados à porta dos jornais são lidos com mais avidez que as *Entrelinhas*, de Rialto, e a própria *Psicologia da imprensa*, de mestre Escaravelho.

Duas terças partes desses curiosos mediocrementemente se interessam pela política; bem pouco se lhes dá que caia este partido e suba aquele. Fingem, porém, tomar a questão a peito, de modo que quem os ouve falar e vê gesticular, naturalmente jura aos seus deuses que tais senhores são muito capazes de arrancar o país da beira do clássico abismo, de que, desde que me entendo, ouço falar.

Daí a um quarto de hora, recolhidos à casa, sentados diante do bife cotidiano, já se não lembram da crise.

Mal ponham de novo pé na rua, os seus olhos tomam expressões adequadas à circunstância, e desenferrujam a língua, que entra a moer disparates pródiga e vertiginosamente.

Na realidade, que brasileiro degenerado seria capaz de passar pela rua do Ouvidor em dia de crise, sem se intrometer nas discussões que topasse desde a rua do Ouvidor até o largo do S. Francisco?

Ontem organizaram-se, entre Quitanda e Gonçalves Dias, mais de cinquenta ministérios, alguns dos quais muito possíveis, porque figuravam neles uns tantos ilustres desconhecidos, desses que, graças às dificuldades de costume, só entram no Poder para completar o número preciso. Nesses pode ser perfeitamente aplicada a interessante classificação de [] de encher.

Aí está uma honra a que não deve aspirar nenhum homem político, que se preze: ser ministro à falta de homens.

Trate, para isso, de se tornar notável...

... e de evitar a pasta da marinha.
Eloi, o herói

20 de agosto de 1885

Ardendo em raiva,
J. A. Saraiva,
Todo repleto
De oposição,
Ao imperante
Vai, n'um rompante,
Pedir Decreto
De demissão.

--

– “Pois participe
Ao Cotegipe
– Velha Raposa –
Que o quero aqui,
E de caminho,
Sem burburinho,
A mesma coisa
Diga ao Fleury.”

--

O conselheiro
Cumpre ligeiro
Os dois mandatos

Imperiais.
Tais circunstâncias
Provocam ânsias
Nos candidatos
Tais, tais e tais.

--

O N. N.
Passa solene
Como se fosse
Ministro já...
Pobre aduela!
Pobre, que aquela
Ilusão doce
Não durará!...

--

Para a Justiça
Já se derriça
A flor, o beijo
Dos bacharéis;
Já ali promove
Majores nove...
Já faz despejo
De coronéis.

--

Diz outro, a sério:
– “Se apanho o Império,
Tudo endireito,
Tudo! hão de ver!
Meus afilhados
Condecorados
Com fita ao peito
Vão todos ser”.

--

– “Eu, lá na Guerra
– Um tipo berra
Dos mais bulhentos
Do grupo Zé –
Faço façanhas
Tais, e tamanhas,
Que os regimentos
Ponho em bom pé!”

--

– “Ó companheiros,
Sou “Estrangeiros”?
Não! ninguém ousa
Dizer que não!
Meus protegidos,
Serão adidos,
Ou qualquer coisa
De legação”.

--

“A mim me basta
Que eu tenha a pasta
Da agricultura –
Pensa um ratão –
Nem por empenhos
Concedo engenhos!
Oh, que fartura
De imigração!”.

--

“Nossa marinha,
Diz um, definha:
Não façam caso,
Que a salvarei!
O Riachuelo
Já n’um chinelo
Com melhor vaso
Eu meterei!”

--

Que espalhafato!
Salta o boato
De que há mudança
De situação!
Já uns exultam
E outros se ocultam!
Quanta esperança!
Que decepção!

--

O boato salta
E já não falta
Quem o engrosse
(Que isto distrai)
Ei-lo que corre...
Tudo percorre...
Como o Bargossi
Lá vai... lá vai!

--

Vejo altaneiras
Duas bandeiras
Ambas as cores
Dos arraiais;
Ambos ao lado
Esperançados;
Conservadores
E liberais.

--

A fina essência
Da dissidência
Já se arrepende
Da oposição;

Sobre a vermelha
Cadeia Velha
Irosa pende
Dissolução.

--

Vendo um beldroega
Que já não pega
Nem mais pataca
Dos liberais, –
Oh, que imprudente!
Que inconsequente! –
Vira casaca,
Sem mais nem mais!

--

Mas o boato
Depressa em fato
Foi convertido
Pelo Senhor...
Chorai, marrecos!
Chorai, tarecos!
Viva o partido
Conservador!
Eloi, o herói

29 de agosto de 1885

Os nossos edis resolveram mandar pintar um quadro, reproduzindo o ato da distribuição de cartas de alforria, efetuado no Paço da Câmara aos 29 do mês próximo findo, aniversário natalício da Sereníssima Senhora Condessa d'Eu.

Estou perfeitamente convencido de que nenhum deles anuiu à realização dessa ideia pelo desejo de ser agradável à simpática princesa, ou de perpetuar na tela um fato, que, sendo, aliás, honroso para o município, não tem tanta importância, que “mereça a manifestação a óleo”.

O desejo íntimo de suas senhorias ilustríssimas foi – e Deus me perdoe se os calunio – foi que as suas vinte e uma fisionomias passassem à posteridade, por intermédio da paleta de um pintor... qualquer.

É bom que os nossos netos, e os netos dos nossos netos, travem relações póstumas com todos os membros de uma Câmara tão benemérita e patriótica; de uma Câmara a que devemos tantos e tão importantes melhoramentos públicos; de uma Câmara pichosa, zelosa, caprichosa e gloriosa, como primeira não houve, nem segunda haverá.

Mas quer me parecer que o quadro teria muito mais valor para o futuro, se, em vez de reproduzir a cerimônia da distribuição das cartas, representasse fielmente uma daquelas célebres sessões tumultuosas, que deram em resultado a suspensão dos atuais vereadores.

Aí estava um assunto etnográfico, digno da mais remota posteridade, que teria no quadro um traço característico dos nossos costumes, e uma ideia muito aproximada do respeito que no Brasil de hoje existe entre o povo e as autoridades constituídas.

E, quando se não fizesse tal quadro, que, bem executado, imortalizaria um pintor e uma época, seria talvez preferível aplicar à liberdade de novos escravos o dinheiro com que a Câmara vai satisfazer essa absurda vaidade.

Mas não é disso que venho tratar; bem me importa a mim que os Srs. Vereadores, à custa dos magros cofres municipais, ofereçam uns aos outros o retrato a óleo, e ainda sem o precalço do respectivo “copo d’água”!

O que não sofre a minha paciência é haver a Ilustríssima chamado propostas para a execução do quadro, como se se tratasse de pintar a grade do portão ou o muro do quintal.

Os vinte e um dirigiram-se por ofício a todos os pintores – nacionais e estrangeiros – residentes nesta Corte, recomendando-lhes que apresentassem propostas para um quadro de três metros de comprimento sobre dois de largura, com quarenta caras conhecidas, declarando os proponentes o preço da obra e o tempo em que poderiam dá-la pronta.

Alguns pintores acederam ao convite, apesar de extravagante, e a Câmara naturalmente escolheu a proposta mais barata.

Por felicidade, essa escolha recaiu num artista de esperanças: o Peres. Quer isso dizer que os outros fariam o quadro por mais dinheiro, e que um discípulo, por uma diferença de alguns mil réis, poderia preterir um mestre.

É ocioso insistir sobre os inconvenientes de um tal sistema de encomendar obras de arte.

Se algum dia a Ilustríssima Câmara pretender mandar pintar de novo as suas vinte e uma cabeças, e ao mesmo tempo quiser proteger a arte nacional, aceite o meu conselho:

Abra um concurso e institua três prêmios de importância diversa e gradativa, destinados aos melhores *croquis* apresentados pelos pintores – nacionais ou estrangeiros – que tenham residência efetiva entre nós, e tiverem sido premiados ou distinguidos nas exposições da Academia de Belas Artes.

Um júri, composto de pessoas competentes, decidirá qual seja o melhor *croquis*. Será esse o escolhido, e dos restantes os dois melhores serão igualmente premiados.

Desse modo a Câmara não comprará nabos em saco (o que esteve arriscada a fazer agora), o artista escolhido adquirirá mais nobremente o direito de pintar um quadro, e os dois que se lhe seguirem em ordem de mérito terão pelo menos alguma coisa que os estimule, não os obrigando a descer de queixo caído as escadas do paço municipal.

E reserve a Câmara o regime das propostas em carta fechada para quando tiver – por acaso... – de mandar calçar alguma rua.

Eloi, o herói

02 de setembro de 1885

Noticiaram as folhas que anteontem estava o quartel do corpo de bombeiros posto em sossego, naquele engano d’alma ledo e cego, que o excesso de fuligem nas chaminés não deixa durar muito, quando foi surpreendido pela visita de Sua Majestade o Imperador.

O monarca, desejoso sempre de conhecer de *visu* as nossas repartições públicas, ordenou que desse o sinal de incêndio, e chamassem ao quartel os contingentes de todos os postos e estações.

Dentro de um quarto de hora estava reunido na praça da Aclamação todo o pessoal e material do corpo.

Elevada a cem libras a pressão do vapor nas caldeiras de quatro bombas, começaram os exercícios de aparelhos de salvação.

Era para ver um jato d'água, que se elevava muito além dos prédios mais altos da vizinhança.

Acenderam grandes fogueiras, que foram imediatamente apagadas por uma bomba química.

Sua Majestade, satisfeito do que viu, elogiou o serviço, e conversou com o diretor do corpo sobre a aquisição de mais alguns aparelhos, a cujas experiências assistiu, quando percorreu as sete partidas do mundo.

O público pensa como Sua Majestade: é voz geral que o corpo de bombeiros faz honra à capital do Império.

Como vão longe os tempos em que o burguês curioso, ao erguer-se pela manhã, fazia diariamente aos seus botões esta pergunta malévola:

– Onde será hoje o incêndio?

E no dia seguinte era infalível um grande ofício do tenente-coronel Carvalho das Bombas, declarando ao ministro da agricultura que, graças ao seu sistema de circunscrição, tal incêndio se limitara a quatro ou cinco prédios... apenas.

O dedo anônimo do populacho apontava os negociantes que haviam recorrido ao fogo logo que viram mal parado o respectivo negócio. Muitos desses desalmados, com a casa e o juízo a arder, envolveram nas chamas algumas vítimas dos seus transtornos comerciais e dos seus instintos perversos.

Quando o coronel Niemeyer tomou conta do comando do corpo de bombeiros, e reformou tudo, pessoal e material, os incêndios rarearam, rarearam, e hoje pode-se dizer que já não há disso no Rio de Janeiro.

Logo que o benemérito cidadão foi substituído pelo coronel Neiva, continuador de sua glória, o governo imperial pendurou-lhe ao peito a comenda da Rosa, e as companhias de seguro ofereceram-lhe um elegante *chalet* em Botafogo.

O ser comendador e proprietário – sonho dourado de todo o bom brasileiro – não pagou certamente os nobres e humanitários serviços do coronel Niemeyer – salva-vidas e propriedades.

Entretanto, como há bens que vêm para o mal, a perfeição a que atingiu o serviço da extinção dos incêndios é até certo ponto perniciosa.

O Rio de Janeiro é como um indivíduo que se vestisse mal, pusesse um chapéu impossível, andasse com o colarinho sujo, mas usasse um par de sapatos irrepreensíveis, envernizados, à moda.

E que atravessasse as ruas muito convencido de que todos lhe olhassem para os pés e não para a cabeça, e que dissesse aos seus botões mal pregados:

– Que me importa andar de chapéu velho e roupa suja, se tenho um rico par de sapatos?

Diálogo entre um estrangeiro e um filho do país:

– Oh! Vocês têm um exército mal organizado! E que marinha! Que marinheiros! Que gente!

– Pois sim; mas temos o corpo de bombeiros, que é um dos melhores do mundo!

- As ruas do Rio de Janeiro são mal calçadas, e não primam pelo asseio. Há lugares em que é impossível passar sem tapar o nariz.
- Isso é verdade; mas há de reconhecer que o nosso corpo de bombeiros...
- Os edifícios públicos são uma lástima: o Mercado é irrisório, a Câmara dos Deputados indigna de uma capital civilizada, o Paço da cidade ridículo.
- Entretanto o corpo de bombeiros...
- Os jardins públicos são mal tratados; a limpeza das praias é mal feita; o... a...
- Que tem isso, se o corpo de bombeiros...
- Não há um teatro digno desse nome; não há literatura, não há arte, não há estímulo...
- Mas há o corpo de bombeiros!
- Finalmente, vocês precisam reformar tudo!
- Menos o corpo de bombeiros!

É sempre a mesma cantiga!

Que diabo! Lá porque sabemos apagar um fogo melhor que os próprios parisienses, não é bom que nos deixemos cegar por essa virtude a ponto de não enxergar os nossos defeitos.

É preciso que os saibamos extinguir... como os incêndios.

Eloi, o herói

03 de setembro de 1885

Como as senhoras se vingam!

Tanto em qualidade como em quantidade, o belo sexo estava dignamente representado no grande concerto sinfônico do Club Beethoven, realizado anteontem, nos salões do Cassino Fluminense. Houve quem contasse duas mil pessoas.

Francamente: seria preferível que a festa fosse menos concorrida. Perdoem-me as senhoras o egoísmo. Os convidados dificilmente podiam mover-se de um lado para outro, e, nas proximidades do salão, era tal a vozeria, que não deixava dar aos instrumentos e às vozes a atenção que mereciam.

A culpada não foi, certamente, a diretoria do club: aconselhada pela experiência dos anos anteriores, mandara pregar por toda a parte grandes cartazes do teor seguinte: *Pede-se o maior silêncio durante a execução das peças.*

Se houvessem pedido o contrário, não obteriam tanta bulha!

O programa consta de três partes, na primeira das quais figuram Beethoven, Mendelsohn, Gounod, Reinecke, Bendel e Denza, estes últimos com dois romances, primorosamente cantados pela Stahl.

Num concerto de Mendelssohn, para piano, com acompanhamento de orquestra, o grande Artur Napoleão obtém um retumbante sucesso. O mesmo não posso dizer da orquestra, apesar de dirigida pelo Bassi.

A segunda parte é exclusivamente preenchida pela sinfonia n. 3, de Beethoven. Por mais esforços que eu empregue, não me é dado ouvir, como quisera, a inimitável marcha fúnebre intercalada nessa esplêndida composição, tal é o rumor causado pelas pessoas levadas apenas pelo desejo de se exibirem.

Niels W. Gade, Meyerbeer, Liszt e Ponchielli – eis os compositores que figuram na terceira parte.

Stahl é mais uma vez delirantemente aplaudida na cavatina do pajem dos *Huguenotes*.

(Já que por duas vezes me referi a essa interessante e festejada cantora, lembrarei ao leitor o benefício dela, o qual se realizará amanhã, no Pedro II, com a *Gioconda*.

Quando a ópera não fosse o que é, e o desempenho não estivesse na altura da ópera, bastariam, para chamar o público, os dois olhos mais belos que nunca brilharam no teatro da Guarda Velha.)

Termina o concerto pela famosa *Rapsódia húngara*, de Liszt; mas, logo aos primeiros compassos, começam todos a debandar, arrastando os pés e as cadeiras.

Na vestiaria os chapéus, sobretudo, bengalas e guarda-chuvas, são conquistados a força de murros e empurrões, no meio de uma gritaria infernal. Um cavalheiro fica sem uma das abas da casaca.

Parece-me que a administração do Cassino devia reservar maior espaço para tal serviço, e a diretoria do Club aumentar, nestas ocasiões excepcionais, o número dos respectivos empregados.

Também o bufete deixa muito que desejar: às dez horas já não há um copo de cerveja, e os sorvetes são servidos sem as necessárias colherinhas, o que faz com que muita gente as arranje de papel, rasgando, para isso, um dos cantos do programa. O ditado é invertido: quem tem *pressa* faz colheres. Ora adeus! A necessidade é mãe da indústria.

Querem ver uma beleza do nosso *high life*? Leiam o seguinte:

DIÁLOGO ENTRE O BARÃO DE CERTOSANTO E UM MOÇO DO BUFETE.

– Dê-me um cálice de vinho do Porto.

– Pronto!

– Quanto é?

– Trezentos réis.

– Aqui tem quinhentos; dê cá o troco.

– Não tenho troco.

– Nem eu: como há de ser isto?

– Não sei... o senhor passe logo mais, para receber os duzentos réis.

– Nada! Nesse caso dê cá! Os cinco tostões... Eu é que lhos virei daqui a pouco, quando você tiver troco.

Irresolução do moço.

O BARÃO – Ah! Uma ideia! (*Espanto geral*). Dê cá outro cálice de vinho, e estamos quites.

O MOÇO – Nesse caso, falta ainda um tostão...

O BARÃO – Pois não encha o cálice!

Ai! Que cócegas eu tive de dar o níquel ao barão de Certosanto!

Eu quisera, a propósito do concerto do Beethoven, pronunciar-me contra o grosseiro e generalizado costume de fumar em lugares onde se acham senhoras; mas nem estou agora para pregar no deserto, nem quero estender o meu artigo, porque...

...tenho que dizer alguma coisa ao herói da psicologia.

“O herói do palanque, disse ele ontem, acima o *Escaravelho* de não perder ocasião „de lhe ser particularmente desagradável“. Tive de consultar autores franceses para atinar com o sentido de semelhante frase. Desta mania de escrever francês com palavras portuguesas concluo que o herói será algum literato da escola moderna; é a única particularidade que conheço dele. Fique-se, pois, com o seu *particularmente* para gasto próprio”.

Se um pedido meu tivesse algum valor, eu rogaria a *Escaravelho* não consentisse pessoas estranhas na redação da *Psicologia*. Com certeza não foi o proveito jornalista, a quem toda gente atribui a autoria daquela seção gaiata, quem se lembrou de dizer que o advérbio *particularmente* não é português.

Eis o que diz o dicionário que tenho mais à mão:

“PARTICULARMENTE, adv. De modo particular; especialmente: Os caracteres cristalográficos racionais convidavam *particularmente* o espírito de Monteiro. (Lat. Coelho)”.

Queira Deus que eu sempre erre com Latino Coelho...

Quanto à *Mariquinhas dos apitos*, que *Escaravelho* considera superior ao *Como se fazia um deputado* e à *Carta anônima*, vejo que a empresa do Recreio Dramático é menos de sua opinião que da minha: a tal *Mariquinhas* só teve uma representação, e isso apesar dos anúncios que lhe temos feito, Escaravelho e eu.

Eloi, o herói

21 de setembro de 1885

Desde que no Brasil há jornais e periódicos, os respectivos leitores regalam-se, sob o título, que é sempre o mesmo, de *Cenas da escravidão*, com suculentas notícias das coisas mais extraordinárias do mundo.

Mas hão de convir que, em geral, as circunstâncias pouco variam: é outro o lugar da ação, os personagens são outros; mas, no fundo, é sempre o mesmo drama pantafaçado e sombrio.

O ódio do escravo contra o senhor ainda fornecerá – e por muito tempo, infelizmente – assunto para os noticiários e gazetilhas.

Mas o caso que acaba de suceder em Jundiaí, podendo entrar na série indefectível das *Cenas da escravidão*, é o mais original que dar se pode.

Fala o *Correio de Campinas*:

“Joaquim Afonso de Oliveira e Benedito Afonso de Oliveira, de Jundiaí, possuíam um escravo que lhes pertencia em partes iguais. O preto João, que assim se chamava o escravo, fora criado na mesma casa que seus senhores e parece que até aleitado pela mesma mãe, de modo que era estimado pelos seus senhores como se fora irmão.

“Necessidades da vida, porém, levaram os donos do escravo a venderem-no ao Sr. Camilo Pires, de Itatiba. Joaquim Afonso de Oliveira foi, pois, a Itatiba, a fim de passar a escritura de venda e pernoitar em casa de Augusto Pinto, na mesma cidade.

“Ao amanhecer do dia seguinte, Joaquim Afonso tinha desaparecido, e, sendo procurado por toda a parte, foi encontrado na cidade de Jundiaí, completamente louco!...

“Atribui-se a loucura ao fato de ver-se obrigado a vender João, que tanto estimava. A escritura de venda não chegou a ser efetuada”.

Joaquim Afonso enlouqueceu por que foi obrigado a vender o seu irmão de leite? Duvido, porque, se lhe tivesse tanta amizade, Joaquim Afonso não seria senhor do

seu amigo. Não compreendo que um homem seja amigo de outro a ponto de enlouquecer por seu respeito, e conserve o direito de o chamar seu escravo.

É muito comum dizer-se no Brasil: – Oh! Fulano é muito amigo dos seus escravos! – ou ainda mais: – Beltrano para os seus escravos não é um senhor: é um pai! – Não há nada mais... mais... como direi?... mais sacrílego! Sim, que é sacrilégio fazer semelhante emprego desses dois vocábulos: *amigo* e *pai*.

Procurem outra causa para justificar a demência de Joaquim Afonso; tudo menos essa ternura absurda pelo miserável escravo que vendeu.

Para suavizar o tom carregado deste artigo, tratarei de terminá-lo jocosamente.

Chegou ontem de Barbacena, no expresso, o Sr. Mariano José Leite, importante fazendeiro.

Ontem mesmo apresentaram-no ao Marcondes com estas palavras:

- O Sr. Leite, de Minas.

Confesso que não acho muita graça no *calembourg* (será *calembourg*?): mas o Marcondes, que é um rapaz de espírito, riu-se tanto à custa desse *leite de Minas*, que pode muito bem ser que ao leitor suceda o mesmo.

Acho mais graça, palavra! no seguinte soneto, que furtei ontem da pasta de um poeta obscuro.

Afianço que é inédito:

Mandei um dia a Brígida ao mercado,
E ela um súcio encontrou na rua, e logo
Sentiu por ele arder o peito em fogo,
E com ele *azulou* de braço dado.

Soube que haviam – Parabéns! – casado
E sustentavam casa em Botafogo:
Da loteria no acoimado jogo
Muitos contos de réis tinham tirado.

Ele abriu espelunca de agiota,
E há quem diga e sustente que o patife
De moeda falsa os mundos abarrota.

Ela, que outr’ora me batia o bife
Hoje é senhora baronesa, e arrota
Que é convidada aos bailes do *igue-life*.
Eloi, o herói

30 de setembro de 1885

Eu tinha concluído já um artigo alegre, destinado talvez a despertar o bom humor de quem o lesse, e dispunha-me a ir para casa saborear a leitura do último folhetim de Sarcey, quando recebi a notícia do falecimento do meu ilustre mestre e amigo, Dr. Antônio Henriques Leal.

Alguns minutos antes, um jornal francês me havia dito que morrera Chevreuil, o glorioso velho de cem anos, diretor do Jardim das Plantas, de Paris; o meu espírito já estava até certo ponto preparado para uma impressão dolorosa.

Chevreuil era um desses homens que a gente estima sem conhecer, unicamente por essa intuição natural, que nos ensina a amar e respeitar os que, pelo trabalho ou pelo estudo, se colocam acima da maioria dos outros indivíduos.

Ainda ultimamente, lendo a descrição da festa que lhe fizeram os estudantes parisienses, quando ele entrou no seu centésimo aniversário, senti uma lágrima de entusiasmo correr-me pela face, lágrima que mentalmente associei àquela brilhante e comovedora manifestação.

Felizes daqueles para quem o túmulo é apenas o pórtico da imortalidade.

Chevreuil durará muitos centenários na memória dos homens.

Eu conhecia o Dr. Leal desde os mais verdes anos.

Aquele velho entanguido e paralisado, que ainda há três dias o leitor poderia ver passar por essas ruas, arrimado a uma bengala, suportando uma existência insuportável, era, não há muitos anos, porque eu sou moço e me lembro disso, era um bonito rapaz, elegante, expansivo, apressado sempre, a visitar os seus doentes.

Quando eu o via passar nas ruas de nossa terra, parava para acompanhá-lo com os olhos, lembrava-me do último artigo que ele publicara no *Semanário maranhense*, e, ruminando aqui dentro umas ideias invejosas, dizia aos meus botões:

– Quem me dera ser ele!

Mas um dia o Dr. Leal caiu prostrado por uma congestão cerebral, e foi para a Europa.

Quando o tornei a ver, há sete anos, nesta Corte, debalde tentei associar no meu espírito a figura do moço do Maranhão à do velho do Rio de Janeiro.

Mas reli as suas obras, e a minha admiração, filha agora de melhor raciocínio, era sem dúvida mais sincera que a do outro tempo.

O que, sobretudo, me prendia a esse homem era a pureza com que ele escrevia a língua que nós falamos. O Dr. Leal era um verdadeiro puritano em questões de gramática e de estilo – [] virtudes quanto mais raras mais apreciadas devem ser.

[] natural que o meu artigo se ressentia [] que neste instante experimento. O leitor não veja nele mais do [] vontade de dizer saudoso adeus [] dos mais ilustres entre os meus [].

[], sim, que, se algum dia [] país literário, o seu nome há [] de Letes da indiferença.

[] eu que uma lágrima seria [] final do meu artigo.

Eloi, o herói

01 de outubro de 1885

Há pouco mais de dois anos, achando-se o autor destas linhas em Paris, teve ocasião de maravilhar-se diante do *panorama* da batalha de Chantilly, primorosamente executado por dois eminentes pintores militares: Detaille e o malogrado Neuville.

Quem nunca viu um *panorama*, não pode fazer a menor ideia do que aquilo é. O observador que entra no respectivo edifício, depois de atravessar um espaço escuro, preparando, desse modo, o órgão visual para receber o efeito da pintura, é tão completamente iludido, que supõe achar-se realmente no mesmo ponto de vista donde o pintor copiou a paisagem.

Os primeiros planos são engenhosamente arranjados com objetos naturais; o espectador abaixa-se e apanha um punhado de terra; entretanto, por mais esforços que empregue, não descobre onde acaba o palpável e principia o pintado, tal é a ilusão ótica produzida por uns tantos efeitos de luz, admiravelmente combinados.

No *panorama* da batalha de Chantilly há (para citar alguma coisa) uma carroça natural a que se acha atrelado um jumento visto de costas. Por mais que mo explicassem, custou-me a compreender o engenhoso processo pelo qual chegou o artista a tão maravilhoso resultado.

A primeira suposição de quem sobe à rotunda onde o espectador se coloca, é que puseram ali uma enorme lente circular, que aumenta as proporções da pintura.

Poderia haver desilusão, se o zênite estivesse à vista do espectador; mas a rotunda é coberta por uma espécie de guarda-sol; o céu desaparece por trás dessa cobertura justamente quando vai tomando a forma côncava.

Victor Meirelles e Langerock, dois artistas de raça, que dispensam os meus elogios, resolveram pintar um *panorama* desse gênero, representando a cidade do Rio de Janeiro, vista do morro de Santo Antonio.

O *panorama* será pintado em Paris, ali exposto e depois viajará pelas principais cidades europeias e americanas, terminando nesta Corte, onde ficará definitivamente estabelecido.

Para isso, os dois distintos artistas tratam neste momento de organizar uma campanha, e têm, felizmente, encontrado muita adesão e simpatia.

Se eu tivesse dinheiro, não se me dava de embarcar algum nessa empresa, que fatalmente dará bons frutos. Ainda ontem Victor Meirelles – que já em Paris havia conversado comigo sobre a sua ideia – disse-me lastimar não poder realizá-la exclusivamente com os seus próprios recursos.

O panorama do Rio de Janeiro, pintado por dois pinceis ilustres, trará ao nosso país, mais do que todas as legações imperiais havidas e por haver, a inestimável vantagem de torná-lo conhecido em terras, cujos habitantes supõem que o Brasil não é digno de figurar entre as nações civilizadas.

Acredito que o panorama do Rio de Janeiro será um agente eficaz de imigração espontânea.

Puxem pelos cordéis à bolsa os meus leitores dinheirosos, e metam três proveitos num saco: aumentar a sua fazenda, proteger a arte e concorrer para o engrandecimento do país.

Outra empresa artística.

O Martins conseguiu, afinal, organizar a companhia dramática de que falei há dias, e que se destina principalmente à representação de peças nacionais.

Já contratou o seguinte pessoal:

Atrizes: Ismênia, há tanto tempo retirada da cena fluminense; Jesuína Montani e Adelaide Amaral, que em boa hora renunciaram às ingênuas e talvez mesmo às “damas-galãs”; Fanny, a inolvidável *Rosinha* do *Deputado* de França Júnior; Elisa, a “dama caricata” mais brasileira que o céu cobre; Jacinta de Freitas, graciosa ingênuas, e Henriqueta, que é o que em teatro se chama uma boa “utilidade”.

Atores: Eugênio de Magalhães, Paiva, Monclar, Teixeira Leão, Sepúlveda, Peixoto, Silva e Moreira, – não falando do empresário.

Teatro: Lucinda.

Peça de estreia: *Luxo e vaidade*, de Joaquim Manoel de Macedo.

O empresário vai instituir prêmios destinados não só aos autores cujos trabalhos forem bem recebidos pelo público, como aos discípulos que mais se distinguirem nos espetáculos particulares da *Escola dramática para ambos os sexos*.

Essa escola funcionará numa das salas do Conservatório de Música, e terá duas aulas, uma de reta pronúncia e outra de declamação teórica e prática. O professor será o próprio Martins.

Sua Majestade o Imperador, que prometeu assistir aos espetáculos, dirigiu-se ao empresário nos seguintes termos:

– A sua ideia é muito louvável, e eu bem desejava ver a arte dramática levantada do nível em que se acha entre nós.

Esse imperial desejo, até hoje bem pouco justificado, é, folgo de acreditar, o desejo de toda a gente.

Chegou a ocasião em que o público pode mostrar claramente se quer ou não quer um teatro. O novo empresário do Lucinda vai abrir, por preços exíguos, uma assinatura, “que não será paga adiantadamente”. Se desta vez a coisa não for por diante, melhor será cuidar de outra vida, que a morte é certa.

Eloi, o herói

18 de outubro de 1885

Realiza-se hoje a festa de Nossa Senhora da Penha, a saturnal católica dos carroceiros e das lavadeiras.

Neste “dia grande”, a bebedeira é considerada função natural e decorosa.

Nada mais pitoresco do que as ruas desta cidade, quando voltam da romaria cheios de devoção e vinho virgem, grupos e grupos de festeiros, trazendo todos ao pescoço, ou a tiracolo, grandes rosários de roscas.

Não sei qual seja a intenção ortodoxa da rosca na popularíssima festa; só sei que esse produto barato de padaria é o ornamento indefectível e tradicional dos devotos da Senhora da Penha.

Provavelmente o uso imigrou do velho Portugal, e a sua origem perde-se na noite do tempo dos Afonsinhos.

Esmerilhem outros, mais curiosos e menos ocupados que eu, a interessante influência da farinha de trigo no espírito beatífico do povo.

Há quem diga cobras e lagartos contra a romaria da Penha. Eu não. Acho-lhe um sabor ingênuo e primitivo.

Se houvesse festas da Penha de oito em oito dias, eu seria o primeiro a serrazinar contra elas.

Mas aqueles pobres homens honrados, que levam todo o ano entregues ao trabalho braçal, só têm este dia de verdadeira independência, de regabofe absoluto, de tripa forra, enfim.

Embriagam-se, é verdade, mas fazem-no uma vez por ano, e a rezar. É uma camoeira – pode-se dizer – tomada na pia da água benta.

Quando algum sério conflito se dá durante a festa, o carroceiro está sempre isento de culpa e pena.

O sanguinário romeiro da Penha, há tempos escandalosamente absolvido pelo Tribunal do Júri, não era um carroceiro, mas “um rico homem”. Carroceiro era o assassinado. A festa da Penha é talvez para nós o que a *micarême* é para os franceses; leguemo-la aos nossos filhos tão ingênuos, tão grotescos, tão absurdos como a recebemos de nossos pais.

O povo hoje diverte-se: as instituições não correm perigo.
Nem mesmo a Ilma. Câmara Municipal.

Muita gente há que não conhece a singela ermida de Nossa Senhora da Penha, pitorescamente edificada sobre uma pedra gigantesca.

É uma magnífica obra de arte a imensa escadaria aberta nesse rochedo, do alto do qual o romeiro, seja qual for o lado para que se volte, contempla extasiado um panorama esplêndido.

Infelizmente os romeiros da Penha são quase todos por demais positivos para se impressionarem com os encantos da natureza, que lá em cima os rodeiam.

Mas se algum dia um poeta lembrar-se de ir à Penha – coisa que até hoje não consta houvesse acontecido – é muito natural que venha fazer propaganda cá para a rua do Ouvidor.

Só assim se poderá estabelecer tal ou qual variedade na população devota da milagrosa Senhora. É só o que lhe falta.

Resolvam-se os poetas e deem um passeio à Penha, enquanto alguém não se lembra de despoetizá-la com uma estrada de ferro, como fizeram ao Corcovado. Digam-me depois se os engano.

Um bom cavalo, e coragem!

A escadaria é acessível, mesmo aos que sofram do coração. Há anos, vi lá subir, de joelhos, um pobre diabo, muito magro e amarelo, que desse modo cumpria piedosamente uma “promessa” feita à Virgem da Penha.

Coitado!

Eloi, o herói

26 de outubro de 1885

No Rio de Janeiro uma coisa para a qual se devia olhar seriamente é a carestia dos aluguéis das casas. Apesar do muito que nestes últimos tempos se tem construído nos bairros suburbanos, as casas continuam pela hora da morte; o preço dos aluguéis, em vez de baixar, sobe consideravelmente.

Por menos de cem mil réis mensais é impossível encontrar um buraco limpo onde uma família, que se preze, se meta com os respectivos cacarecos. Ora, um chefe de família, para pagar todos os anos um conto e duzentos mil réis de casa, é preciso que tenha, pelo menos, cinco contos de réis de rendimento.

O aluguel da casa é entre nós o fantasma negro do pobre. Mal tem ele pago, tarde e a más horas, o do mês passado, já o do mês corrente se levanta ameaçador e terrível. É a sua pedra de Sísifo.

Cidadãos, que gozam de certa posição oficial, como, por exemplo, os chefes de seção das secretarias de Estado, veem-se obrigados: ou a desequilibrar o seu orçamento, sacrificando muita coisa de primeira necessidade ao aluguel da casa, ou a encafiar a prole num pardieiro imundo, acanhado, infecto e mortífero.

Custa a crer que numa cidade onde há lugar para – que sei eu? – para uma população cem vezes maior do que a atual, e num clima como o nosso, haja casas sem quintal, quintais sem largueza, alcovas que mais parecem enxovias, sem espaço, sem ventilação, sem luz, sem nada! – e casas de jantar agarradas às cozinhas, e geralmente ligados os lugares em que se come àqueles onde... antes pelo contrário.

Um rapaz solteiro, empregado do comércio, funcionário público ou estudante, dispondo de ordenado pequeno ou pequena mesada, não arranja por menos de trinta mil réis um cochicholo arejado e limpo. Há por aí proprietários ou sublocadores que por

pouco preço alugam “cômodos”, mas estes com mais propriedade deveriam chamar-se “incômodos”.

De resto, sempre que se trata de desembolsar dinheiro, quer alugando casa, quer comprando botas, deve se ter sempre presente o ditado: O barato sai caro. No Rio de Janeiro eu não conheço nada mais caro do que uma casa barata.

E outra coisa: sabe o leitor de tormento maior que o de “procurar casa”? Coitado de quem precisa pôr os quartos na rua. Tem que ler a seção *Aluga-se*, do *Jornal do Comércio*, e, como se isso não bastasse para dar-lhe direito ao reino dos céus, tem que visitar centenas de casas vazias. Ao cabo desse medonho sacrifício, farto de pedir chaves nas “vendas próximas” e de se encher de mau humor e pulgas, rende-se o pobre diabo, passivamente e de má vontade, à ganância de um senhorio, que se lhe constitui herdeiro em vida, e com carta de fiança, passada por “homem estabelecido”.

Estando, pois, no rol dos impossíveis encontrar nesta cidade uma casa boa e barata, não posso deixar de aplaudir o Sr. Augusto Gomes Ferreira, que ontem inaugurou a sua Vila Blandina.

Que vem a ser a Vila Blandina? Um grande terreno, situado na fralda daquela pitoresca montanha do Mundo Novo, que se ergue altiva entre Botafogo e Laranjeiras, e está mesmo a pedir um túnel, que ligue as ruas Cardoso Júnior, deste, e Bambina, daquele bairro.

No terreno caberia um palácio, mas o Sr. Ferreira, que não tem nada de tolo, e muito de democrata, construiu nele, em vez de um palácio, dezesseis elegantes casinhas de pedra e cal.

A Vila Blandina proporciona a pequenas famílias estas imensas vantagens: morarem nas Laranjeiras, que, na opinião de muita gente, é o melhor bairro da cidade; terem todas as comodidades imagináveis, inclusive telefone ou teléfone (estou à espera da decisão de *Escaravelho*), e pagarem apenas sessenta mil réis (creio) de aluguel mensal.

Em pouco tempo a Vila Blandina terá o dobro das casinhas que hoje tem, e ocupará duas ruas, das quais apenas a primeira se acha por enquanto aberta. Para esse tempo apelem as famílias que, despertadas por este artigo, tarde piarem: o que está feito não chega para as encomendas.

O Sr. Ferreira é um cavalheiro de fina educação, que retirou do comércio uma fortuna sólida e honesta, e de instante a instante, a propósito de tudo, diz *sim, senhor*.

— Isto aqui é a sala de visitas, *sim senhor*; ali é a casa do telefone, *sim senhor*; a rua da vila tem gás durante toda a noite, *sim, senhor*. Há *bonds* de tostão até à cidade, *sim senhor*...

Mas folgo de reconhecer que o proprietário da Vila Blandina é inteligente, bem conversado, *sim, senhor*; e, confiado apenas na minha intuição frenológica, afianço que ele há de ser a pérola dos senhorios, *sim, senhor*.

Eloi, o herói

28 de outubro de 1885

Eu não digo que a qualquer um de nós valesse a pena quebrar um braço ou partir uma perna, para ter certeza de que é digno da consideração de um povo inteiro; mas hão de convir que as demonstrações, de que tem sido alvo a nossa bem amada Imperatriz,

devem até certo ponto consolá-la das maçadas a que naturalmente a obriga o terrível aparelho de Mayor, aplicado pelo Sr. Saboia.

O obscuro herói do palanque nunca teve sequer a honra de falar à virtuosa princesa; vota-lhe, porém, a mais espontânea e respeitosa simpatia, e aproveita a ocasião para visitá-la... de longe, fazendo votos para o seu completo restabelecimento.

Os boletins de S. Cristovão tranquilizam-nos, felizmente, a respeito do estado de saúde de Sua Majestade. Mas quando assim não fosse, não sofreriam os pobres, de muito habituados à magnanimidade da Imperatriz. O braço ofendido não foi o das esmolos.

Mudando de assunto:

Uma dúzia de cidadãos negou ontem no tribunal do júri que um homem pertencesse ao sexo masculino.

Foi o caso que, perguntando-lhes o juiz se havia na pessoa de Teotônio Francisco Silves superioridade de sexo sobre a pessoa de Isabel Maria da Conceição, responderam negativamente por unanimidade de votos.

Enfim, como entre esses dozes cidadãos havia dois doutores, é provável que a resposta fosse um modelo de correção e discernimento.

Com discernimento andou a empresa do Recreio Dramático, pondo em cena o *Conde de Monte Cristo*.

As enchentes sucedem-se.

Anteontem voltei ao teatro na ocasião em que se representava o último quadro; não achei um lugar vazio.

Entretanto, do jardim consegui ver que o navio *Faraó* havia sido inteiramente reformado. Na realidade, o da primeira noite era ridículo. O de anteontem singrava elegantemente as águas do porto de Marselha, e trazia a seu bordo uma aluvião de marinheiros alegres e patuscos. O público, mal viu o *Faraó*, recebeu-o com uma salva, não de vinte e um tiros, mas de trinta mil palmadas vibrantes e entusiásticas.

Já de dia, no ensaio, a Helena Cavalier (entre parênteses: faz benefício no dia 13 do mês próximo com o belo drama *Domador de feras*), a Helena Cavalier predissera o êxito do naviozinho.

– O público, disse ela, quando vir o navio... fará: oh!...

Ui!

O leitor gosta de vidraças antigas, dessas que adornavam com as suas iluminuras transparentes as ogivas das velhas igrejas e dos castelos góticos da idade média!

Se gosta, participo-lhe que a casa do Sr. G. Sanville, agente de uma grande fábrica inglesa, encarrega-se de lhes mandar colocar em casa as tais vidraças, preferíveis, de certo, às cortinas de cassa ou de metim, geralmente usadas entre nós.

O vidro não é pintado; mas, por meio de um engenhoso processo, aplicam-lhe a pintura, feita numa espécie de papel vegetal, com tanta habilidade, que ninguém dirá que é simples imitação.

No escritório do *Diário de Noticias* há uma amostra numa pequena vidraça, que pode ser examinada pelo leitor curioso.

Como que tenho para mim que aquilo é uma coisa bonita, e digna de generalizar-se, não hesito em fazer-lhe este reclamo. Que lhe aproveite, Sr. Sanville.

Escaravelho não me larga: mas desta vez creio que o meu partido será mais compacto que o seu. Eis o que ele escreveu ontem a meu respeito:

“Lamenta o herói que os aluguéis das casas em vez de baixar subam consideravelmente. Os proprietários queixam-se exatamente do contrário; talvez tenham razão todos.

Profliga “a ganância de um senhorio, que se constitui herdeiro em vida, e com carta de fiança, passada por “homem estabelecido”. Assim será; mas é muito mais frequente o locatário sub-rogar-se ao proprietário deixando ao senhorio a única regalia de pagar a décima ao fisco que cobra com muito maior facilidade, do que o mesmo senhorio chegar a haver real do tal “homem estabelecido”.

Opinião de senhorio. *Vous êtes orfèvre, Mr. Josse...*

Eloi, o herói

23 de novembro de 1885

Faz hoje trinta e um anos que foi organizado o Liceu de Artes e Ofícios.

Em 1871, o ilustre Zacarias, de saudosa memória, dizia no senado, referindo-se a essa grandiosa instituição:

“É um estabelecimento gratuito de instrução para as classes que vivem da indústria e se destinam à indústria, devido à iniciativa particular, especialmente à de um indivíduo, cujo nome o Senado há de consentir que eu pronuncie neste recinto, como homenagem aos seus serviços relevantes: o Sr. Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Esse estabelecimento, que começou a funcionar em sacristias de igrejas e que hoje em uma igreja se acha, a de S. Joaquim, apresenta, no que toca à frequência o seguinte resultado: em 1868 542 alunos, em 1869 823, e em 1870 915. Qualquer dos nobres senadores que em um passeio noturno, visto que as aulas do estabelecimento são à noite, for de improviso a S. Joaquim, ali achará muitas dezenas de indivíduos nas diversas aulas, e com tal silêncio e ordem, com tanta aplicação, como duvido apresente algum outro estabelecimento no Rio de Janeiro; dir-se-ia, passando por ali, não haver no edifício mestres nem discípulos, e todavia discípulos em grande quantidade ouvem, atentos, professores tão hábeis quanto desinteressados.

.....
“Observando-se o estudo neste estabelecimento, compreende-se logo que o resultado devia ser, como realmente é, animador; e, se ajuntar-se à sua bem entendida organização – em que à prática cabe valioso quinhão – a perfeita disciplina que ali se mantém, ver-se-á que essa instituição resolveu de certo um problema, cuja solução não era ainda conhecida entre nós, demonstrando que o ensino livre é praticável, e que a iniciativa individual e privada não é uma quimera, como alguns pensam.

“Ainda mais, a afluência das matrículas nas diferentes aulas é tão considerável, que já carece de espaço o estabelecimento; é uma prova eloquente de que não é o desamor pelo estudo que das nossas aulas afugenta a mocidade, mas especialmente a falta de tino na direção dos núcleos de instrução, onde o rigor inoportuno, ou o descuido criminoso dos chefes e professores torna-se o germe da dissolução”.

Que diria o grande estadista, se visitasse hoje o Liceu de Artes e Ofícios? Como em quatorze anos tem sido acrescentada aquela casa bendita!

Desde 1881 que ali se dá “o ensino que há de preparar a mulher para ser – no recanto do lar doméstico e na luta pela existência – aos filhos, lição e exemplo; aos pais, arrimo e consolo; ao esposo, auxílio e amparo, e a alcançar para si independência, dignidade, virtude; porquanto, sendo a mulher o primeiro guia, o primeiro mentor dos filhos, a instrução ministrada às mães reverterá em benefício da prole. E destarte, pela ação eficiente da mulher sobre a mentalidade da infância, ir-se-ão desvendando novos horizontes às gerações porvindouras”.

Faço minhas essas palavras do digno secretário da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, o ilustrado Sr. comendador Guilherme Bellegarde, e daqui envio, ainda uma vez, as mais cordiais felicitações a Bethencourt da Silva, o homem “de coração e inteligência superiores, de vontade firme e de dedicação ilimitada”, na frase do Sr. conselheiro Afonso Celso.

No Liceu de Artes e Ofícios tudo me satisfaz e tudo me entusiasma... menos o título. Acho que o estabelecimento devia chamar-se “Liceu Bethencourt da Silva”. E assim será no futuro.

Estou deveras embaraçado, porque tenho por dever convidar o leitor para duas festas na mesma noite.

Realiza-se hoje o concerto Sá Noronha e hoje mesmo efetua-se a récita dos autores dos *Venenos que curam*.

O meu desejo é que ambos os espetáculos regurgitem de público; e eu, como tenho a vaidade, a pretensão, a tolice, a... a o que quiserem... de imaginar que os meus leitores são em número suficiente para encher o Lucinda e abarrotar o salão do Teatro S. Pedro de Alcântara, – bum! –, peço-lhes que se dividam entre um e outro espetáculo.

O concerto é esplêndido, mas os *Venenos que curam* não lhe ficam atrás.

Acresce que, num dos intervalos, o Rouède, coautor da peça, pintará em dez minutos uma marinha, que será logo entregue, ricamente emoldurada, ao espectador que a tirar por sorte. Para esse efeito todos os bilhetes serão numerados.

Espero ver, daqui a algum tempo, o distinto comediógrafo e pintor escrever uma peça em meia hora.

Ia-me esquecendo do outro chamariz: Mme. Méryss-Boccacio gorgeará uma nova cançoneta, *Amor de artista*, letra de Aluísio Azevedo, que também faz versos nas horas vagas, e música do Miguel Cardoso, um professor tão modesto como simpático.

Mme. Rose Méryss é a menina dos olhos do público fluminense: o seu nome, quando figura no programa de um espetáculo qualquer, é infalível prenúncio de enchente real.

E com esta, até logo, leitor... Não digo “até amanhã”, porque tenho a certeza de encontrá-lo numa parte ou noutra, ou mesmo em ambas.

Eloi, o herói

02 de dezembro de 1885

Reina em toda parte do mundo um entusiasmo indescritível pela grande exposição universal de Paris, que se há de realizar em 1889.

Aqui, são tantas as pessoas que tencionam estar nessa época na capital da França, que receio muito fique o Rio de Janeiro completamente deserto.

É raro o dia em que algum sujeito não me diga:

– Se Deus me der vida e saúde, lá estarei.

Ou:

– Estou fazendo umas economias para ir à Exposição de 89 com minha mulher e meus filhos.

Muitos empregados públicos projetam adoecer nas proximidades da festa, para tratarem de sua saúde em Paris.

Muitos comerciantes começam desde já a pôr em ordem os seus negócios, para estarem livres e desembaraçados daqui a quatro anos.

Em Paris principiaram já os preparativos para as exposições parciais ou gerais de 1886 e 1887, que são verdadeiros ensaios do grande certame do centenário da revolução.

Uma delas, de que dá notícia o *Petit Journal*, tem, pelo menos, o mérito da originalidade.

Trata-se de uma exposição culinária, que se efetuará em benefício da Escola Profissional de Cozinha.

Tudo quanto diz respeito à cozinha propriamente dita, à pastelaria, à confeitaria, à salsicharia, aos comestíveis, às conservas, e respectivos utensílios, terá o seu lugar nesta curiosa exposição-concurso, que faz crescer água na boca aos comilões.

O nosso governo é que ainda não deu sinal de vida!

Estará o Brasil disposto a fazer em 1889 a figura que fez em 1878?

Agora, que tantos *amigos* temos na Europa, a dizerem de nós o maior mal possível, a lançarem-nos calúnias sobre calúnias, precisávamos, mais do que nunca, mostrar que somos um povo, e que valem alguma coisa.

Eu desejo ardentemente que o meu país figure na exposição de 89.

Individualmente eu lá iria com muito prazer; mas confesso que o Paris anormal, e muito caro, das exposições universais não me seduz como o Paris corriqueiro, o Paris de todos os dias... durante o inverno.

Ir a Paris em 1889 não é ir a Paris, é ir ao mundo; é atravessar por entre todas as raças, com o risco de não ter onde dormir, se não se quiser sujeitar a fazê-lo nalgum ônibus ou no vão de alguma água-furtada.

Moderem os meus concidadãos esse entusiasmo por um Paris que não é o Paris com que todos nós sonhamos. Nenhum orçamento resistirá à ganância dos locandeiros e dos cocheiros parisienses em 1889.

Entretanto, não quer isto dizer que eu não aceite a nomeação de membro da comissão que representar o Brasil na exposição universal. O governo que me nomeie, se quiser tirar a prova da minha sinceridade.

Eloi, o herói

08 de dezembro de 1885

Mais do que nunca, estamos em pleno reinado da capoeiragem!

Até o *Apóstolo* saiu dos seus cuidados e da sacristia e deitou artigo de fundo contra os nagôas e os guaiamus.

Eu confesso que tenho um respeito sem limites por esses cidadãos, e que, se me acontece divisá-los ao longe, dobro a primeira esquina que me aparece, e por aqui é o caminho...

Dizem-me que os capoeiras atacam de preferência os barrigudos. Ouvi mesmo contar que esses facínoras (os capoeiras, não os barrigudos) têm o horrível costume de introduzir a navalha no ventre alheio, dizendo: – Guarde lá isso, – e que passam adiante, rindo e gingando, como se tivessem praticado a pilhéria mais inocente deste mundo.

Ora, no tempo em que eu era magro – sim, minhas amáveis e interessantes leitoras: saibam vossas excelências que, aqui onde me veem, já fui quase vaporoso – andava por essas ruas despreocupado e feliz, sem me lembrar de que havia Bijús e Mortes Certas.

Mas depois que me principiou a crescer a pança que tanto nos incomoda, à *Gazeta da Tarde* e a mim, nasceram-me uns receios indizíveis da aproximação desses indefectíveis perturbadores da tranquilidade pública.

Confesso ingenuamente a minha poltroneria: se não fosse a carga cerrada em que toda a imprensa tem nestes últimos dias disparado contra os capoeiras, eu não me animaria a embarcar nesta galera. Mas já agora somos tantos que, espero em Deus, a minha pança passará incólume no meio das hostes aguerridas. A menos que esses ventrífobos cometam a imperdoável injustiça de me eleger cabeça... digo: barriga de turco.

Ainda assim, falta-me a coragem para dizer que o fato, verificado pela imprensa, de haverem sido arvorados em agentes da “secreta” alguns membros proeminentes dos dois partidos litigantes, o guaiamu e o nagôa, fazem-me desconfiar da integridade encefálica do Sr. chefe de polícia.

Neste andar, galgando os capoeiras a escala das posições administrativas, a ponto de ganharem influência tal, que possam distribuir entre si os cargos públicos, dentro em alguns anos não haverá conservadores nem liberais senão nagôas e guaiamus.

A nossa sociedade chegará nessa época à perfeição almejada por certos funcionários públicos.

Mas espero em Deus e na Virgem Santíssima que outro chefe virá de honrada fama, e consigo trará a inabalável resolução de dar cabo dos heróis da rasteira e da cabeçada, para que esta cidade apresente, afinal, aspecto de civilizada, e eu e os meus colegas possamos andar por essas ruas de cabeça... digo: de pança erguida.

Eloi, o herói

15 de dezembro de 1885

Há dias, a propósito do suicídio do menino Castilho, eu escrevi estas palavras: “Mas, piedade à parte, que homem daria uma criança que pensa em morrer na idade em que as outras crianças só pensam em brincar? Que trinta anos dariam aqueles treze anos?” Valentim Magalhães, num belo e comovente artigo, publicado na *Semana*, achou as minhas palavras, “de uma filosofia tão cruel quanto banal”.

Ora, com franqueza, nesta questão é natural que o meu objetivo seja mais exato que o de Valentim Magalhães...

Eu me explico: O ilustre moço foi criado com todo o mimo, e ainda hoje – francamente – é o tipo melindroso do menino brasileiro; esteve de pensionista num colégio onde nada lhe faltava; frequentou durante cinco anos a academia de S. Paulo, com larga e pronta mesada, e ali conquistou esse pergaminho que é o “Sézamo, abre-te” de todas as posições sociais na nossa terra; logo depois de formado, esposou por inclinação a priminha de quem era o “noivo” desde pequerrucho. Nunca lhe faltaram cuidados de família. Jamais conheceu a *quebradeira*, na acepção fundamental e genuína deste vocábulo medonho.

Agora eu: aos 13 anos, em 1868, justamente na idade em que o menino Castilho se enforcou, tiraram-me dos estudos, e “arrumaram-me” numa casa de comércio, donde só saía para ver minha mãe (e estava a duzentos passos dela) de quinze em quinze dias, – e onde o meu emprego consistia em varrer duas e três vezes por dia o armazém e o escritório, e de manhã muito cedo dar a bomba num poço e encher uma tina d’água para a mulata do meu patrão tomar banho.

Ordenado nenhum; davam-me casa e comida; naturalmente não achavam pouco...

Não tenho a ridícula pretensão de fazer aqui a minha autobiografia. Basta confessar que, depois de numerosas peripécias, cheguei ao Rio de Janeiro aos dezenove anos, com um número igual de ilusões e de cartas de recomendação, mas sem vintém no bolso. As ilusões, guardei-as, – por sinal que ainda conservo algumas. Quanto às cartas de recomendação, só me servi de quatro, e rasguei as outras quando um senador da minha terra, depois de ler a quarta, em que lhe diziam que eu era um rapaz inteligente e com muita disposição para as letras, ofereceu-se para arranjar-me um lugar de condutor de *bond*, e ainda era preciso que eu pedisse emprestados a um usurário os 200\$ precisos para a respectiva fiança. Agradei e recusei a proteção do grande homem, “apesar de que (acrescentei), num lugar de condutor de *bond*, como em qualquer outra posição que estivesse reservada aos meus acanhados méritos, eu teria o prazer de ver sempre S. Ex. adiante de mim...” O que equivalia a chamar-lhe burro.

Durante muito tempo fui mestre de meninos, adjunto a certo colégio, e os meus únicos recursos eram 40\$000 com que o dono do estabelecimento remunerava (por não poder fazê-lo melhor) as seis horas de serviço diário que eu lhe prestava. Com esse dinheiro eu, que não era nenhum Bocage, tinha que pagar casa, comida, roupa, calçado e tabaco.

E o caso é que os 40\$000 réis e eu entendíamos-nos perfeitamente, se bem que nos separássemos sempre no primeiro do mês para não nos tornarmos a ver senão daí a trinta dias. Mas o meu bom humor, esse é que, graças a Deus, nunca se separou de mim.

Portanto, não é muito que um sujeito que soube resistir, e ainda hoje resiste heroicamente, a tantas dificuldades, ponha de parte o sentimento, todo individual, da piedade, quando se trata de comentar publicamente um fato cujo exemplo lhe parece pernicioso.

Diz Valentim Magalhães:

“Vieram-me lágrimas aos olhos ao ler o tópico em que, depois de haver dito que fizera uma vez *a pé* o trajeto da rua da Real grandeza, em Botafogo, à rua Sete de setembro, a pobre criança escreveu: „Ora.. isso... bem pensado, não é para se ter pena e doer o coração?....”

É sim, pobre criança, e para doer o coração de quem não o tenha empedernido no egoísmo ganancioso da vida mercantil. Teus patrões, infeliz José Castilho, julgaram talvez que de sobejo pagavam o teu trabalho – não te deixando morrer à fome. Pensavam de acordo com o seu tempo e com as condições do país em que vivem”.

Bem se vê que o distinto escritor fluminense nunca foi obrigado a percorrer a pé uma grande distância por falta absoluta de um níquel para o *bond*, e faz deste exercício, maçante embora higiênico, ou higiênico embora maçante, um bicho de sete cabeças. Pois a mim aconteceu essa *desgraça* um ror de vezes, mas nunca achei que uma viagem forçada fosse motivo para outra viagem mais forçada ainda, e mais longa, como é a da morte.

V. Magalhães fala do tempo em que vivemos. Ora pelo amor de Deus! Há trinta anos os caixeiros nem licença tinham para usar bigode; dormiam sobre o balcão e eram tratados como hoje não se tratam os escravos. Meu sogro – um respeitável negociante – contou-me que o seu amo constantemente lhe dava ordens deste jaez: – Ó menino, vá receber esta conta em Botafogo; *de caminho* passe pelo Saco do Alferes e deixe este embrulho em casa do Sr. Fulano.

Escusado é dizer que não lhe davam dinheiro, nem ele o tinha, para não ir a pé.

Entretanto, toda essa geração de caixeiros, que são hoje a honra e o esteio do nosso comércio, escapou ao desânimo e, consequentemente, ao suicídio.

Hoje os tempos estão mudados; o caixeiro, que em 1855 só usava jaqueta e não tinha licença para entrar num botequim, em 1885 é freguês assíduo dos gabinetes particulares do hotel do Louvre e da Maison moderne, apanha *flores* no jardim do Sant'Anna, figura em sociedades de luxo, frequenta bailes, organiza *pic-nics*, tem amantes, veste-se à última moda, fuma charutos de Havana, anda de carro, faz acrósticos à memória de Ester de Carvalho, e muitas vezes acontece que o patrão fica a tomar conta da loja enquanto ele vai para a pândega.

Se José Castilho viesse ao mundo mais cedo, não teria saído do mundo aos 13 anos, e pelo meio mais violento e mais condenado. Se ele tivesse treze anos em 1855, e fosse já nesse tempo caixeiro na rua Sete de setembro n. 119, é provável que hoje gozasse uma fortuna sofrível, e pendurasse ao peito, nos momentos solenes, uma comenda qualquer.

Por isso, concordo com Valentim Magalhães em que a pobre criança foi vítima do seu tempo, mas por motivos inversos aos que o meu distinto amigo indicou. O que a consumia, o que a desvairava, o que a matou foi não poder acompanhar os rapazes da sua idade e da sua profissão em todos os prazeres que eles se proporcionavam, graças à condescendência dos amos.

Não tão banal, porém certamente mais cruel do que eu, é o redator-chefe da *Semana*, quando diz: “Essa criança fez bem em matar-se. A vida não é coisa tão preciosa, que valha a ausência de pai, de mãe, de irmão, de amigos e de protetor”.

Mas pelo amor de Deus! se prevalecesse doutrina tão paradoxal e, sobretudo, tão pessimista, haveria um moto contínuo de suicídios, e a liquidação final da espécie humana. Muitos, mas muitos indivíduos que todos os dias acotovelamos na rua – não têm família, nem amigos, nem proteção.

E o escravo, que é feito da mesma massa que o menino Castilho, o escravo, que não tem o direito de saber quem é seu pai; o escravo que é filho de uma desgraçada a quem não se concede ao menos a faculdade natural do pudor; o escravo, que nem sequer tem liberdade para matar-se: quais são os seus irmãos? quem o protege?

Eu não estou convencido de que este seja o melhor dos mundos possíveis, mas não posso aceitar desculpas para o suicídio, contra o qual se revolta o primeiro e o mais natural dos instintos com que a natureza dotou a racionais e irracionais: o instinto da conservação.

Pregue Valentim Magalhães em favor do suicídio; está no seu direito; mas vá pregar a outra freguesia.

Eloi, o herói

1886

10 de janeiro de 1886

Uma das maiores dificuldades que no Rio de Janeiro experimenta o pai de família é, sem dúvida nenhuma, a escolha de um bom colégio para as meninas.

Como é tempo agora de reabertura de aulas, aproveito a ocasião para recomendar aos meus leitores do Vila Isabel, se é que tenho leitores em Vila Isabel, o colégio Santa Mariana, fundado em 1879, e dirigido pela Exma. esposa do Sr. José Ventura Bôscoli, cavalheiro apreciado por quantos o conhecem, e autor de uma excelente monografia filológica.

No colégio Santa Mariana, o ensino, que se divide em primário e secundário, consta das seguintes disciplinas: leitura, caligrafia, gramática nacional, francês

(nomenclatura e frases simples), aritmética prática, sistema métrico, doutrina cristã, desenho geométrico, noções de geografia, de história sagrada e do Brasil, solfejo, costura, trabalhos de agulha, crochê, tricô, filete, miçanga, bordado branco, flores de papel, etc, no primário; português, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, desenho, música, piano, canto, bordado de ouro e de froco, no secundário.

É exíguo o preço das pensões, e, por especial favor da Companhia Ferro Carril de Vila Isabel, transitarão gratuitamente nos respectivos *bonds* as alunas que residirem no perímetro compreendido entre a ponte de Maracanã e o Cabuçu, inclusive a Aldeia Campista.

Não há que ver: este artigo estava condenado a ter feitiço de *réclame*. Acabo de receber do livreiro-agente Sr. Artur Ribeiro um fascículo desgarrado, o 85º, da *Enciclopédia das enciclopédias*, do Larousse luso-brasileiro, ou antes, do *Dicionário universal português*, ilustrado, linguístico, científico, histórico, geográfico, cronológico, biográfico, literário, poético, mitológico, bibliográfico, artístico, industrial, tecnológico, etc., redigido por muitos escritores sob a direção do Sr. Fernandes Costa, e editado pelo Sr. Henrique Zeferino de Albuquerque. Uf!...

Neste fascículo, que compreende seis folhas de impressão, indo as quatro primeiras de págs. 665 a 669, e as duas últimas de págs. 1161 a 1176, encontrei, além de muitos artigos dignos de leitura, uma boa apreciação sobre o nosso poema herói-cômico *A festa de Baldo*, de Álvaro Teixeira de Macedo, e uma biografia de Valentim Magalhães.

É para lastimar que nesta biografia se fizesse o juízo crítico, condimentado com largas transcrições, da *Vida de seu Juca*, ao passo que outros e mais importantes trabalhos do poeta dos *Cantos e lutas* mereceram apenas ligeiras referências.

O *Dicionário universal* é uma obra importantíssima, que vem prestar relevantes serviços à educação portuguesa e brasileira.

O paginador do *Diário de Notícias* recomenda-me que faça um *De palanque* pequenino. Encontrou-se o desejo com a necessidade; ainda tenho a pontinha de febre e a dor de cabeça com que ontem se ocuparam os dois primeiros órgãos da imprensa fluminense.

O meu artigo de hoje é uma verdadeira *réclame*, mas como os anúncios não são feitos ao *Bilontra*, não há motivo para encanzinar-se mestre *Escaravelho*.

Eloi, o herói

23 de janeiro de 1886

O *Diário do Brasil* publicou ontem a seguinte nota nas suas *Notas de ontem*:

“O *Diário de Notícias* era um colega eclético. O liberal, o conservador e o republicano achavam-se à vontade nas suas colunas, como abelhas de uma mesma colmeia. Só havia um zangão: – era o partidário acentuado e convicto.

“Lutaram os três partidos denodadamente, cada um pela vitória da sua causa. Desse pleito de honra o estimável colega só aspirava uma coisa: a notícia de sensação, que figurava cada dia sob esta epígrafe: „Os nossos boletins de ontem”.

“Dos seus três correligionários antagônicos, venceu um só. Prudente e prático – prático sobretudo, o *Diário* arvorou uma coluna de honra para o vencedor, a coluna chistosa do seu *Palanque*, e há dias manifesta a sua ardente confiança na nova ordem de coisas”.

Não venho defender o *Diário de Notícias*, cuja política sempre me quis parecer que foi evitar a política. Pode ser que o ilustre colega confunda a simpatia individual com o espírito de partido, e isso o leve a alistar, discricionariamente, nas suas fileiras o jornal que teve o mau gosto de contratar os meus serviços literários.

Não quero dizer que por tão pouco esteja o *Diário do Brasil* autorizado a emprestar uma política ao seu xará *de Notícias*; mas *transeat*, porque, afinal, em política todos os meios são bons, principalmente os maus. A questão seria liquidada em artigo da redação, se valesse a pena. Mas não vale.

A mim o que me importa saber é quem ou o que autorizou o *Diário do Brasil* a dizer que o meu *Palanque* é conservador.

O leitor, que durante oito meses me acompanhou neste inglório e frívolo rabiscar, deve ter observado que eu trato de tudo, menos de política. Só por incidente me tenho, por vezes, referido a assuntos políticos. Ainda agora, pelas eleições, não disse uma palavra sobre a batalha que se feriu.

Dar-se-á caso que o *Diário do Brasil* aplique aos meus obscuros artigos o “Quem cala consente” da filosofia popular, e infira da minha própria reserva sentimentos de “cascudo”, que não exponho?

Pelo amor de Deus! eu tenho para mim que a política é a coisa mais antipática do mundo e a mais desastrada invenção da tolice humana. As nações bem podiam dirigir-se sem ela, se os homens que as governam hipotecassem as suas ambições pessoais ao interesse público. A política – pelo menos entre nós – não quer dizer senão vaidade e egoísmo.

Sem notar diferença alguma entre os dois velhos partidos nacionais, tenho observado que ser conservador consiste simplesmente em não ser liberal, e ser liberal apenas significa não ser conservador. O republicanismo afigura-se-me o poste onde um indivíduo qualquer espera ver em que param as modas, para resolver definitivamente sobre o seu destino político, isto é, se há de ser conservador ou liberal. Salvam-se, está bem visto, algumas exceções. Poucas, porém honrosas.

Já vê, pois, o *Diário do Brasil* que, professando sobre a nossa política tais ideias, que não são as menos comuns, mas certamente são as que me parecem mais acertadas, eu não posso, por forma alguma, ser conservador, nem liberal, nem republicano.

Sou partidário de todo o governo honesto, pois é convicção minha que todo o governo depende do governador, seja este monarca ou presidente de república, eleito pelo povo ou pelo acaso do berço.

Sossegue o leitor, que nunca lhe pedirei o voto para exercer nenhuma função política; sossegue o *Diário do Brasil*, que jamais quebrarei lanças por um partido qualquer.

Pode ser que, como Fígaro, eu esteja perfeitamente enganado sobre a política; mas duvido muito que haja por aí algum Alma-Viva capaz de me fazer arrepiar carreira.

Acha *Escaravelho* que elogiar a Rosa Villiot é pura *bilontragem*. Nesse caso toda a imprensa do Rio de Janeiro é *bilontra*, inclusive o próprio *Jornal do Comércio* que, sem fazer favor, ainda há dias, na *Gazetilha*, rasgava sedas à distinta atriz.

É o que me consola.

Eloi, o herói

04 de fevereiro de 1886

A população fluminense levantou ontem as mãos para o céu... Choveu finalmente... choveu! Graças vos sejam dadas, Deus de Misericórdia!

Há seguramente um mês que as bicas de nossas casas não deitam uma lágrima sequer, e temos sido obrigados a comprar água aos barris, pelo mesmo preço por que noutros países se compraria líquido mais apreciado, embora menos precioso.

Toda a gente se queixa da falta d'água. Em todos os pontos da cidade só se ouvem queixas, lamúrias e imprecações danadas.

E aos que, como eu, moram num segundo andar, não aproveita a providência, ordenada pelo Sr. Ministro da Agricultura, de ser distribuída pelas casas particulares a água dos bombeiros, destinada à irrigação da cidade.

Parece incrível que neste país, tão singularmente fadado pela natureza, e onde tantos rios de dinheiro têm sido gastos com o abastecimento de água, um pobre cidadão seja obrigado a empenhar as joias para prover-se do principal elemento... de vida!

Noutros países, onde não há rios caudalosos à disposição dos governos, que, para não matarem à sede os governados, inventam prodígios de hidráulica, e vão buscar água onde o diabo perdeu o cachimbo, as cidades são abastecidas à farta, cada habitação tem água para banhar um regimento, as ruas são irrigadas e o ar é purificado por opulentos e prescindíveis repuxos.

Quando virá esse governo Moisés, que nos permita tomar à larga nosso banho frio, sem recear que a água não chegue para a cozinha?

Quando?...

Correu anteontem com muita insistência o boato de que o Jacinto Heller convocara a sua companhia para uma reunião, que se efetuariá ontem, no teatro Sant'Anna.

Um *reporter* do *Diário de Notícias* filou o boato na sua passagem, e pespegou-o ontem no *Foyer*, sem, contudo, dizer quais os motivos que se apontavam para essa reunião.

A companhia reuniu-se ontem, é verdade, mas para interesses de ordem tão secundária, que os artistas limitaram-se a “provar” os papéis do *Caboclo*, a nova comédia de Aluísio Azevedo e Emílio Rouède, que subirá à cena em benefício do Vasques, e a ensaiar os coros da *Donzela Teodora*, opereta de um estreante, do Sr. Dr. (Doutor, sim; de que se admiram?) Abdon Milanez, a quem parece reservado um lugar muito distinto entre os nossos compositores.

Tanta bulha para tão pouco!

A companhia Braga Júnior também se reuniu, para a leitura da peça que deve suceder ao *Bilontra*.

Mas como o *Bilontra* (não é *réclame*, que diabo!) promete sustentar-se por muito tempo em cena, o empresário não deseja que tão cedo se publique o título da nova peça. E faz muito bem.

Eloi, o herói

11 de fevereiro de 1886

Horror! Horror! Horror! disse eu ontem três vezes, ao ler as notícias do Norte, publicadas pelo *Jornal do Comércio*.

Se o leitor é amigo de sensações fortes, percorra comigo esse noticiário ensanguentado e tremendo. Dê cá o braço, e comecemos pelo Amazonas.

É uma das mais modestas essa interessante província. Apenas isto: Um soldado do 15º batalhão foi ferido com duas punhaladas por um oficial do 3º.

Na capital do Pará, Maria Agostinha do Espírito Santo assassinou com uma punhalada a João Inácio de Oliveira.

No rio Arapixuna, município de Santarém, da mesma província, o escravo Benedito, de facão em punho, agrediu a uma família inteira, e os moradores do rio Curuá, no Baixo-Amazonas, foram assaltados por uns 60 índios bravos, da tribo dos Parintintins, um nome que está a pedir música... e catequese.

Desçamos ao Piauí: No termo de Marvão um fazendeiro importante foi vítima de um tiro de espingarda, e a estas horas talvez já tenha passado desta para melhor.

A terra da luz, o poético Ceará, não quis ficar atrás: na povoação das Palmeiras, termo de Maranguape, José da Rocha Aarão foi barbaramente assassinado por quatro salafrários.

Mas se o leitor quiser horrorizar-se deveras, façamo-nos de vela para Pernambuco. Leia e pasme:

Em Canhotinho (que pelo nome não perca) foi preso um moedeiro falso.

No lugar denominado Floresta foi assassinado Leonel de Souza Ferraz; um dos assassinos, Cipriano Queiroz, já era criminoso de morte. O outro, José Gomes, foi ferido pelo filho do assassinado, que correu, de arma em punho, em defesa do pai.

“Os outros delinquentes conseguiram evadir-se, diz o *Jornal do Comércio*, e informa o delegado do termo que José Gomes e Cipriano Queiroz, em janeiro do ano passado, assassinaram barbaramente a Antônio José Gomes Cauzati, ficando impunes pela grande proteção de que gozavam na comarca”. Adorável!

No Pau d’alho, termo da Muribeca, João Capistrano de Sousa assassinou com quatro facadas a Manoel da Cunha Leão, e feriu gravemente a Rozenda Maria do Sacramento.

Em Iguarassu um sujeito, conhecido pela alcunha de *Caboclo*, feriu mortalmente com um tiro de pistola a um inspetor de quartirão.

Na cidade da Vitória, um foguista, empregado na construção da via férrea de Recife a Caruaru, foi morto a facadas por um limpador de máquinas.

No lugar Macacos, do distrito policial de S. Lourenço da Mata, um carvoeiro assassinou, também a facadas, a uma mulher com quem vivia e a uma irmã dela.

Como se a tantos facínoras faltasse a terra, o cozinheiro do vapor *Itamarati*, ancorado no Porto do Recife, abriu com uma machadinha a cabeça a um moço da câmara.

A Bahia desta vez é de uma modéstia muito para agradecer. Apenas constava ao *Diário de Notícias* que tinha havido em Lençóis, no dia 16 do passado, um grande conflito entre pessoas dos dois partidos políticos, resultando dele uma morte e um ferimento; e que a força pública se mantivera em imparcial posição, tratando apenas de apaziguar os turbulentos.

Por contrapeso, uma *gracinha* do Sul: em Itajaí, província de Santa Catarina, João Polezi esfaqueou Raimundo Dias, abriu-lhe o peito e retalhou-lhe o coração!

Depois desse quadro hediondo, a largos traços pintado, vinham a pelo algumas considerações filosóficas, que terminassem pela célebre frase: Abrir escolas é fechar cadeias.

Prefiro calar-me, e expor todas essas vergonhas, que desgraçadamente são muito comuns, na sua pavorosa e horripilante nudez. Se o leitor recorrer à fonte de onde extrai o meu artigo, verá que a maior parte desses crimes ficaram impunes. A polícia representa nessas tragédias o papel do último comparsa – quando representa, porque, na maioria dos casos, nem chega a entrar em cena.

Ah! a nossa polícia! a nossa polícia!

É costume da imprensa compará-la à dos carabineiros de Offenbach. Que injustiça para aqueles pobres e honestos carabineiros! Eles chegavam *toujours trop tard*, mas chegavam; a nossa polícia não chega nem tarde nem nunca...

Eloi, o herói

16 de fevereiro de 1886

Fui ontem ao Necrotério ver o cadáver da desgraçada Joana, assassinada pela Exma. Sra. D. Francisca da Silva Castro.

A mártir era uma criança: teria dezesseis anos, quando muito. Os sinais das sevícias são evidentes em todo o corpo, e o termo da autópsia a que ontem se procedeu basta, cuido, para abrir as portas da Casa de Correção à desumana senhora.

O cadáver estava estendido numa das mesas do piedoso estabelecimento. Tinha os braços abertos, como implorando a misericórdia divina para este amaldiçoado país, onde o homem estrangeiro pode vender o nacional.

Muitas pessoas que se achavam ontem comigo no Necrotério deixavam correr as lágrimas em fio, contemplando esse cadáver, que seria um revolucionário, se nesta população heterogênea, composta de elementos tão diversos e tão apáticos, pudesse haver o espírito das revoluções.

Quanto a mim, esse cadáver ensanguentado fala mais alto que todas as conferências abolicionistas havidas e por haver; aquelas chagas, putrefatas como a própria escravidão, são mais eloquentes que todos os artigos da *Gazeta da Tarde* publicados e por publicar.

Donde se infere que a verdadeira propaganda abolicionista é feita pelos próprios escravocratas. Joana é uma dessas vítimas sacrificadas a uma grande causa. O seu lugar no empíreo está marcado entre os grandes mártires da liberdade. Aquilo não é um cadáver: é uma bandeira.

Sufraga-se hoje, às 9 horas da manhã, na igreja de S. Francisco de Paula, a alma de Luiz Caminhoá. O templo regurgitará de amigos, que irão prestar esse derradeiro tributo de homenagem a um homem que tanto mereceu de sua pátria e dos seus compatriotas.

Aproveito a circunstância para transcrever alguns trechos de uma carta que me foi dirigida por pessoa intimamente ligada pelos laços de sangue ao cavalheiro cuja morte pranteio amargamente:

“Permita que, a bem da verdade, o informe acerca do fato, que refere, de ter Luiz Caminhoá piorado em virtude de haver dito um médico que ele tratasse de seus negócios porque tinha pouca vida.

“Desconfiando ele, pelo exame a que procedera o Dr. Jobim, e pelos medicamentos que lhe receitara, e pelos cuidados que lhe recomendara, padecer de moléstia do coração, procurou um médico de sua confiança e disse-lhe que, sabendo ser cardíaco o seu estado, e tendo negócios muito sérios que preparar, e disposições que fazer, que diagnosticasse francamente, porque ele, Luiz, tinha coragem e sabia tudo. O médico acreditou e disse-lhe que ele estava afetado de uma dilatação aórtica.

“Depois disto esteve ele comigo, sem apresentar grande diferença em seu estado moral.

“Poucos dias depois, porém, deu-se um fato muito desagradável, do qual proveio a sua morte rápida; foi o seguinte:

“Achando-se Luiz naquele estado de saúde, e sendo o hotel *** onde se achava, pessimamente servido, reclamou várias vezes, talvez com um pouco de impertinência, mas sempre com razão, contra o serviço e a comida.

“Dando-se com o Sr. ***, um dos proprietários do hotel, a ele se dirigiu uma ou duas vezes, expondo as suas queixas; mas encontrou má vontade da parte desse indivíduo. Como se desse, dias depois, o caso de estar a carne alterada, talvez pelo calor, e de ter-lhe feito picardias o criado que servia à mesa, de novo se queixou com a franqueza que o caracterizava.

“Por esse motivo, o Sr. ***, em presença de vários hóspedes do hotel, despediu-o de um modo insólito. Luiz, gravemente enfermo, quase cai fulminado, não podendo reagir, por lhe acudir ao coração o sangue, e atordoar-se pelo imprevisto e inesperado desaire.

“Ao chegar à casa, o seu estado era melindrosíssimo. Seguiu imediatamente para o hotel Vista Alegre, em Santa Teresa, onde não dormiu nem descansou. No dia seguinte, indo eu vê-lo, entregou-me uma carta para o Sr. ***, na qual pedia uma satisfação solene pelo insulto que lhe fizera, valendo-se da sua força física, e do estado gravíssimo em que se achava ele; no caso de não querer fazê-lo, desafiava-o para um duelo a pistola; e, ainda no caso de não compreender os seus deveres de cavalheiro, que se armasse e prevenisse, pois em qualquer parte onde se achassem a vida de um deles devia pertencer ao outro.

“O seu estado era penível! Prometi-lhe entregar a carta de desafio; disse-lhe mesmo que a tinha entregue, e que o Sr.*** prometera dar-lhe uma satisfação. Luiz, vendo que a satisfação não chegava, caiu de cama, piorou e faleceu.

“A sua preocupação era ter passado aos olhos dos hóspedes do hotel como um indigno covarde, podendo ter desfeiteado o seu provocador, embora caísse morto ali. No delírio não falava noutra coisa.

“Prometi vingá-lo; porém, pouco antes de morrer, chamou-me, disse-me que, como cristão, perdoava ao Sr. *** e exigia, como coisa com que podia contar, que lhe perdoássemos também.

“Assim o fizemos, esperando que a indignação pública e o remorso o castiguem, e que ele, ou algum dos seus, venha a sofrer o infalível castigo da Providência”.

Não citei nomes, porque essa carta, escrita logo depois do falecimento de Luiz Caminhoá, me pareceu apaixonada – justamente apaixonada. Resolvam outros entrar nas minuciosidades que pretendi evitar. Demais, nada disso remedia tanta desgraça e dor.

Eloi, o herói

20 de fevereiro de 1886

Devem todos estar lembrados da questão Rodrigues Lima, que tantos protestos provocou. A coisa passou-se do seguinte modo:

Anunciado um concurso para provimento da cadeira de clínica obstétrica e ginecológica da Faculdade de Medicina da Bahia, inscreveram-se três candidatos, os Srs. Drs. Antônio Rodrigues Lima, Climério Cardoso de Oliveira e Deocleciano Ramos. O Dr. Rodrigues Lima foi, por unanimidade, classificado em primeiro lugar, e a respectiva congregação propôs ao Governo que fosse ele o nomeado.

Mas o Governo fez ouvidos de mercador, e nomeou o Dr. Climério.

Mal se divulgou na capital da Bahia a notícia dessa nomeação, de toda parte surgiram protestos e mais protestos. No dia seguinte os estudantes reuniram-se numa das salas do edifício da Faculdade, mas “em meio da reunião, disse o *Jornal de Notícias*, apareceu o Dr. Pacifico, e fez ver que a discussão perturbava a ordem dos trabalhos”.

À vista desta declaração, que não podia deixar de ser de um pacífico, a rapaziada foi para a praça pública, e resolveu promover uma brilhante recepção ao preterido, que era então esperado desta Corte, onde se achava, naturalmente procurando a justiça nas antessalas da Secretaria do Império.

A mocidade acadêmica organizou comissões, expediu telegramas à imprensa da Corte, promoveu novos *meetings*; para encurtar razões: tantas fez, que o povo tomou a coisa ao sério, e o Dr. Rodrigues Lima teve na cidade de S. Salvador uma entrada verdadeiramente triunfal.

É ocasião de dizer a que propósito vem o meu artigo, que pode a mais de um leitor parecer serôdio.

A comissão acadêmica, incumbida de dirigir os festejos, reuniu em folheto as notícias e artigos que sobre o assunto apareceram na imprensa. Um exemplar desse folheto, nitidamente impresso, foi-me obsequiosamente remetido com uma lisonjeira dedicatória, que muito me penhorou.

Continuemos:

Chovia na ocasião em que o Sr. Dr. Rodrigues Lima saltou do vapor para o escaler. “Aquele estado da atmosfera significava alguma coisa, diz o folheto. Ao presenciá-lo, quem escreve estas linhas julgou ver a ciência, que chorava, por ter sido maltratada pelo defensor perpétuo do Brasil”.

Felizmente a ciência chora, sim, mas não “faz manha”, como as crianças malcriadas. “Quando o Dr. Rodrigues Lima passava do escaler para o seio dos representantes da Academia, diz ainda o folheto, deu-se uma coincidência feliz: rasgaram-se as nuvens, e o sol, até então oculto, mostrou-se com os mil deslumbramentos próprios ao rei dos astros. Parece que ele guardara-se para cumprimentar o outro astro. E desse modo encontraram-se os dois sóis”. Foi, realmente, uma coincidência notável.

Depois do desembarque, e durante a passeata, houve discursos à ufa, e, entre estes, alguns que tresandavam a petróleo. Um sextanista, lembrando que a Imperatriz quebrara um braço, lamentou que o Imperador não tivesse quebrado o pescoço. Outro disse que era indispensável quebrar a ponta do “lápiz fatídico”. Entre o pescoço e o lápis, Sua Majestade preferirá sem dúvida quebrar o último.

O Sr. Dr. Aristides Spínola, no seu discurso, fez um ameaço de *calembourg*: chamou o Sr. barão de Mamoré – barão de Mamará.

A manifestação terminou, como todas as manifestações, por um copo d’água.

Do Dr. Climério nada nos diz o folheto. A congregação deu-lhe posse? Os estudantes frequentarão o seu curso, quando se abrirem as aulas?

Ora adeus! talvez esteja ali um futuro professor notável. O Dr. Climério, se realmente é o ignorantão de que trata o folheto, dentro em alguns anos terá aprendido com os discípulos, tal qual o famoso Fritz da *Gran Duquesa*.

Eloi, o herói

22 de fevereiro de 1886

Vai hoje ser julgado o Sr. Henrique de Wanderlei Müller de Campos, ex-escrivão do Montepio dos Servidores do Estado.

Esse infeliz cidadão está sob o peso de uma acusação tremenda: imputam-lhe o crime de haver incendiado o edifício da sua repartição, para fazer desaparecer as provas do desvio de dinheiros que lhe foram confiados.

De todos os criminosos é o incendiário aquele que mais horror me infunde. O incêndio abrange e ultrapassa todos os outros crimes: incendiar é pior que roubar e assassinar, porque o incendiário não sabe quanto rouba nem quantos assassina. Um miserável fósforo pode reduzir a cinzas uma cidade e matar uma população inteira. Lançar fogo a um edifício é o requinte da perversidade humana.

Pois bem: acompanhei o processo do Sr. Müller de Campos, e, em consciência, não sei se realmente foi ele o autor do incêndio que, na noite de 5 de Setembro último, tanta sensação causou nesta cidade. Não há provas positivas, e mais hediondo que o próprio crime seria o erro judiciário que condenasse um inocente.

Fique, entretanto, bem entendido que não meto a mão no fogo pelo acusado. Conheci-o no seio de sua família, feliz, alegre, despreocupado, vivendo para a esposa e os filhos, e tive-o sempre na conta de homem honrado, afetuoso e bom, incapaz da infâmia de que o acusam.

Mas a hipocrisia humana é um abismo sem fundo, e os caracteres transformam-se, como as borboletas.

Um desvario de momento poderia levar Catão a ficar com alguns sestércios que não eram seus, e a imitar Erostrato, para apagar os vestígios da sua vergonha.

Infelizmente os crimes não são filhos apenas do temperamento ou da educação dos criminosos; algumas vezes são verdadeiros casos patológicos. Uma gota de sangue pode metamorfosear em reles gatuno um indivíduo honesto. E a mulher? ... e esse misterioso agente da corrupção dos homens?

Se a dignidade fosse uma coisa imutável, se não estivesse, como tudo neste mundo, sujeita à transformação, que é a lei suprema da natureza, eu diria bem alto que aquele Müller de Campos, que conheci, é tão inocente como eu do crime que lhe imputam.

Li o folheto que o acusado ultimamente publicou, e os honrosos atestados anexos a essa exposição, que, apesar de mal alinhavada, até certo ponto o justifica.

Leiam-na também os Srs. Jurados e comparem o que ali se diz com o que disser o órgão da justiça pública. Só desse composto poderá resultar seguro juízo sobre a culpabilidade ou inocência do ex-escrivão do Montepio.

Acusai-o ou absolvei-o, segundo a vossa consciência. Mas se a sessão de hoje não esclarecer melhor este processo, se o apresentarem ao júri tão manco, tão incompleto como até hoje o tem apresentado ao público, restitua à desolada esposa e aos filhinhos inocentes esse desgraçado moço, digno de melhor sorte.

Eloi, o herói

13 de março de 1886

O meu amigo o Sr. Mota Val Florido chama-me a atenção, numa espirituosa cartinha, para o seguinte soneto, assinado pelo Sr. Múcio Teixeira e publicado no *Almanaque Popular*, do Sr. Moreira de Vasconcelos. Intitula-se *O pajem* – ei-lo:

Densa era a sombra que de ar caía;
O castelo em silêncio repousava;
E o pajem, que no cárcere jazia,
Em lágrimas banhado assim clamava:

Insensato que fui! Esta utopia
Tão alto se elevou – que eu só pensava
Nela... a filha do rei! Tal ousadia
Esta prisão fatal me reservava...

Nisto, entre as grades da prisão escura,
Aparece uma virgem bela e pura...
“Que vens fazer aqui, Princesa, ó louca?...”

“Eu louca? Sim... que enlouqueci de amores:
A escolta dorme além nos corredores...
Sou a filha do rei – beija-me a boca”.

Entretanto, o primeiro número do *Americano* publica, sob o mesmo título, uma poesia de Luiz Guimarães Júnior, para a qual o Sr. Val Florido chama igualmente a minha atenção. Ei-la – queira o leitor compará-la com o soneto do Sr. Múcio:

Pesadas trevas úmidas caíam...
O castelo real silente estava,
E no fundo do cárcere, gemendo,
O prisioneiro pajem murmurava:

Aí de mim! Aí de mim! quanto me custas
Louco ideal dum coração ousado,
Amo! Idolatro a pálida Princesa
E por ela aqui vivo sepultado.

Se uma lágrima só lhe merecesse,
Um compassivo olhar, um pensamento...
Ah! não trocara esta prisão sombria
Por tudo quanto luz no firmamento.

Nisto uma sombra trêmula, alvejante
Como os fantasmas assomou à porta
– Quem és? Quem és? pergunta o prisioneiro
Baixando a voz. Quem és, mísera morta?

– Morta não sou, volveu-lhe a doce imagem,
Toma-me as mãos, oh alma ardente e louca;

Ninguém nos vê: as sentinelas dormem:
 – Sou a filha do Rei: – Beija-me a boca!

O plágio é evidente. Luiz Guimarães Júnior disse-me anteontem que a sua poesia foi ligeiramente imitada do italiano, e ele a escrevera, há muito tempo, num álbum – o que combina com a nota publicada pela redação do *Americano*: “Roubada de um álbum”.

Parece-me que há nisto uma interessante questão literária para ser convenientemente debatida. Tem a palavra o Sr. Múcio Teixeira, que não posso nem devo acusar de plagiário.

A propósito do conselho, que dei anteontem às sociedades carnavalescas, escreve-me *Uma viúva* (naturalmente algum machacaz) em termos tão injuriosos para mim, como para a gramática portuguesa, o bom senso e a moral. Já se vê que me acho em boa companhia.

Se estou enganado, e *Uma viúva* é realmente uma viúva, nada a impede, que diabo! de oferecer-se aos Democráticos, aos Fenianos, ou aos Progressistas da Cidade Nova... para figurar no topo de qualquer carro alegórico em 1887. Sua alma, sua palma.

A falar em palma: o povo tem corrido em massa ao escritório do *Diário de Notícias*, para decidir, por meio de votação, a qual dos dois *clubs*, Fenianos ou Democráticos, pertence a vitória na pugna carnavalesca de 1886. Força é confessar que nesta eleição tem havido menos abstenções que na luta eleitoral de Janeiro último. Carnaval por carnaval, o povo – ao que parece – prefere o das ruas ao da política.

Quanto a mim, não dou o meu voto nem aos Democráticos nem aos Fenianos, e isso pela velha e simples razão de que

Entre les deux mon coeur balance.

Acendo, pois, uma vela a Deus e outra ao diabo.
 Eloí, o herói

18 de março de 1886

Acabo de receber um bojudado volume de mil e cinquenta páginas, a cuja leitura vou me entregar com prazer: o *Catálogo da exposição permanente dos cimélios da Biblioteca Nacional*, publicado sob a direção do respectivo bibliotecário, Sr. Dr. João de Saldanha da Gama.

Ainda não abri o livro, mas estou banzado com a palavra *cimélios*. Consultei meia dúzia de dicionários da língua portuguesa, e nenhum deles me deu a significação desse vocábulo. Recorri a muitos amigos, e fiquei na mesma. Se o Sr. Dr. Castro Lopes não me acode, adeus, minhas encomendas!

Quando na caixa de algum teatro aparece qualquer palúrdio, há sempre um gaiato que o encarrega de pedir a outro gaiato as *galharufas*.

– *Galharufas*? pergunta espantado o palúrdio.

– Sim; ele já sabe o que é.

E o pobre diabo é capaz de andar uma noite inteira, deste para aquele lado, à procura das tais *galharufas*, – nome com que se dá a conhecer uma coisa... que nunca existiu.

Se fosse lícito duvidar da seriedade da Biblioteca Nacional, eu seria capaz de apostar que se trata de uma mistificação, e que *cimélios* é uma espécie de... de *galharufas*.

Acuda-me o Sr. Dr. Castro Lopes.

Ninguém acreditará que o código de posturas da Câmara Municipal da vila de Pentecoste, aprovado pela presidência do Ceará em 19 de dezembro último, seja um livro divertido.

Entretanto, é a pura verdade. Abram o capítulo IX, cujo título é: *Sobre a moralidade*, e vejam que em Pentecoste é expressamente proibido levantar altos gritos à noite nas ruas da vila, sem necessidade ou utilidade; ter disputas ou controvérsias nas ruas em altas vozes (Ah! o compadre Muniz em Pentecoste!), e dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, exceto no desempenho de deveres do serviço público.

Esta última disposição está em desacordo com o capítulo 57º do artigo seguinte, o qual permite o uso de armas a pessoas insuspeitas, que tiverem inimigos rancorosos e de imoralidade conhecida.

Entretanto, é também expressamente proibido trazer faca de ponta, seja de que tamanho for.

O art. 50º não quer que se corra a cavalo pelas ruas da vila e povoações a qualquer hora;

Que se façam “parelhas ou corridas por ocasião da saída de noivados da vila”;

Que se passe a cavalo ou se tanja o comboio entre o Cruzeiro e a Matriz.

“Artigo 51 – É proibido jogar a dinheiro, qualquer que seja o jogo, sob pena de 20\$000 de multa para o dono da casa em que estiver a reunião do jogo, e 4\$000 para cada jogador, que for pegado jogando”.

Vejam que bela redação! parece que a multa reverte em favor do multado.

“§ 1º São permitidos os jogos que se usam por divertimento; v.g. três – sete, espadilha, dominó, etc”.

O art. 52º proíbe a reunião de filhos família nas lojas e tabernas por mais de vinte minutos, e o 53º o “ajuntamento de pessoas, trazendo a camisa por fora das calças, nas quinas e becos da vila e povoações”.

De modo que naquela boa terra quem estiver sozinho tem o direito de trazer a camisa por fora das calças; mas esse direito desaparece desde que o indivíduo esteja acompanhado.

Decididamente o código de posturas da Câmara de Pentecoste é um livro precioso nestes tempos de tristezas e febre amarela.

A febre amarela!... Sempre a maldita!...

Ainda ontem sucumbiu a esse medonho mal o pobre Foito, artista cômico português, que há um ano se achava nesta cidade, onde desde logo o seu talento conquistara as simpatias do público.

O Foito veio para o Rio de Janeiro com a “grande companhia de ópera-cômica portuense”, que abortou por falta de boa direção e capital suficiente. Estreou na Fênix no papel de *Pomponet*, da *Mme. Angot*; em seguida apresentou-se no de *Inigo*, da *Princesa das Canárias*; no de alcaide, da *Dona Juanita* e no de *Panattellas*, da *Perichole*. Dissolvida a companhia Manzoni, contratou-se o Foito na empresa Heller, e aí teve apenas tempo para representar dois papéis – no *Amar sem conhecer* e na *Mulher-homem*. Os autores da *Donzela Teodora* tinham lhe confiado um dos melhores papéis desta opereta, mas justamente no dia do ensaio geral foi o distinto e desventurado artista acometido pela febre.

O Foito gozava de muita reputação em Portugal, principalmente no Porto, onde passou o melhor tempo da sua vida artística. A notícia do seu falecimento vai causar profunda impressão naquele país, que tão roubado tem sido pela nossa febre amarela.

Difícilmente seremos alguma coisa enquanto a civilização brasileira lutar com esses dois tremendos obstáculos: a febre e a escravidão.

É um lugar-comum, não há dúvida; mas digamo-lo sempre, antes que no-lo digam.

Eloi, o herói

20 de março de 1886

Ninguém acreditará que haja um regulamento da Academia de Belas Artes. Pois é o que lhes digo: haver, há; o que resta saber, é se o cumprem.

O art. 62 desse regulamento determina que haja, no fim de cada ano escolar, uma exposição pública de todas as classes da Academia, e de dois em dois anos uma exposição geral de todos os trabalhos artísticos, feitos na capital do Império e nas províncias.

Por que razão não se cumpre essa parte do regulamento? Que obstáculos têm impedido o cumprimento desse dever? Dar-se-á caso que no orçamento não haja verba para a insignificante despesa dessas exposições, sobre cuja utilidade é escusado insistir?

Convém notar que os concursos para o prêmio de 1ª ordem (art. 73) dependem da exposição geral: só se farão, diz o texto, depois de fechada a Academia.

Segundo o art. 74, de três em três anos, deve ser enviado à Europa um pensionista que ali ficará seis anos, sendo pintor histórico, escultor ou arquiteto, e quatro, sendo gravador ou paisagista.

Façam favor de me dizer que cumprimento tem tido este artigo, e a quantos alunos tem a Academia mantido no velho mundo!

A coisa seria muito explicável se não houvesse na Academia alunos dignos de tal distinção; mas, para não citar outros nomes, aí está Oscar da Silva, que me parece credor de animação e estímulo.

O Brasil atravessa neste momento o seu melhor período de movimento artístico; a Academia escolheu mal a ocasião para meter-se nas encolhas. Se lhe faltam elementos, caia, de regulamento em punho, sobre o Sr. de Mamoré e S. Ex. não terá remédio senão providenciar para que se respeite no Rio de Janeiro a coisa mais respeitável do mundo – a Arte.

Há dias recebi uma interessante epístola, e, por falta de espaço, não lhe tenho podido dar publicidade. Mas não passa de hoje; leiam-na, que não perdem tempo:

“Meu caro Eloi, o herói – Glória ao Brasil! É preciso registrar o estupendo fenômeno astronômico, observado ultimamente em Manaus por um nosso compatriota, conforme narra ele numa interessante carta, publicada no *País* de hoje (16 de março), com data de 20 de fevereiro.

“Trata-se do ilustre, conquanto ainda jovem, jornalista, hoje botânico, J. de Campos Porto, que nos deixou há meses para ir estudar sob a direção de Barbosa Rodrigues, no museu da capital do Amazonas.

“Conquanto o verídico escritor não pareça ligar grande importância ao fato a que me refiro, não é menos verdade que não consta haver-se observado, desde o tempo dos Caldeus até hoje, mais extraordinária anomalia astronômica, à exceção da parada do sol durante a batalha de Josué, segundo rezam as sagradas escrituras.

“Andava de balde o jovem escritor, como se infere de sua narrativa, procurando imortalizar-se pelo descobrimento de alguma espécie vegetal nova, que na próxima edição do consciencioso *Sertum Palmarum* deveria figurar com a *genitivação* (já proposta) *Johanesii*...

“Mal pensava ele que maior glória e celebridade ia colher em mais elevado campo científico. Bastou-lhe levantar os olhos para o céu, em vez de andar colhendo ervas na terra.

“Também, como poeta que é, já deveria ele tê-lo feito de preferência.

“Alguns campônios matinais consolaram *Ticho Brahe* da perda de uma noite de observações astronômicas, chamando a sua atenção para a extraordinária luminosidade de uma estrela temporária da constelação da Cassiopeia que lhe passara despercebida. Este nosso Campos saiu-nos menos curioso, porque nem percebeu o descobrimento que fez em sua excursão científica com o mesmo descuido com que Mr. Jourdain fazia prosa!

“Eis o enorme caso:

“Já disse que se trata de uma excursão científica: falta-me só dizer que ela era matinal e fluvial.

“Fora marcada a partida para a madrugada!...

“O velho caboclo, incumbido de despertar os excursionistas, houve-se com rigorosa exatidão, porquanto, continua a narração, „a madrugada nem sequer se anunciava... Erguemo-nos. Ainda era noite... Ao longe, árvores colossais eram iluminadas pelos raios da lua que silenciosamente descia pela curva do céu... O ar fresco da madrugada, etc”.

“Não resta dúvida. Todas essas perífrases querem dizer na *sua* que eram 4 ou 5 horas da manhã; não nos esqueçamos que a cena passa-se perto do Equador.

“Gastou-se o dia na excursão.

“Eis agora a maravilha:

“Diz o escritor: „Era noite quando [] o lugar de onde partimos pela madrugada. A lua que *iluminou o caminho na partida*, como que nos esperava para conduzir-nos na volta!!”

“Quem poderá duvidar dessa amabilidade da lua? De madrugada ela já *descia a curva do céu*... portanto, se não fosse sua intenção obsequiar os excursionistas, em cinco ou seis horas ter-se-ia escondido abaixo do horizonte, como nos dias ordinários.

“Ela, porém, sabia que seria útil ao jovem excursionista, pouco habituado a viajar à noite, acostumado ao gás da rua do Ouvidor, e por isso esperou-o, sonolenta talvez, mas com uma fidelidade digna de agradecimentos.

“Pois bem. Querem saber com que grosseria, com que seco utilitarismo procedeu o escritor registrando o estupendo fenômeno?

„Para alguma coisa serve a chamada rainha da noite”, diz ele terminando!

“Ah! poetas, poetas!

“A lua esteve no horizonte de Manaus pelo menos 18 horas e ninguém deu por isso... entretanto, ainda se considerará um milagre o fato da parada do sol, ordenada por Josué, sobre o vale de Elorn!

“Grandes e verídicos descobrimentos devemos esperar, meu caro Eloi, dos intrépidos colaboradores do Museu de Manaus. Ontem a domesticação dos Crichanás, hoje a parada da lua!

“Deus os conserve e o governo não os demita, para que possa progredir a ciência.

“Seu ex-corde – *Happy Holy*”.

Eloi, o herói

18 de abril de 1886

Sinto não poder dispor de meios para levantar um monumento, embora gótico, ao Sr. subdelegado do 1º distrito de Sant'Anna. A circular que S. S. acabou de dirigir aos inspetores de quarteirão do seu distrito, e ontem publicada pela *Gazeta de Notícias*, entusiasmou-me, palavra! e estou certo de que entusiasmará igualmente o pio leitor. Ei-la:

“Recomendo aos Srs. inspetores de quarteirão deste distrito, que remetam, com toda a brevidade, a esta subdelegacia uma relação de todas as casas públicas de tavolagem, que existam ou venham a existir em seus quarteirões, com a declaração da rua e número, nomes dos proprietário e inquilino, e, a ser possível, a topografia delas, especialmente quanto às entradas e saídas”.

Que polícia! Que grande polícia a nossa! E venham cá falar-nos de Londres ou de Paris! Em qualquer dessas cidades, a autoridade que pretendesse dar busca a espeluncas de jogatina, a primeira coisa que fazia era calar-se muito caladinha e proceder em segredo. Mas o Sr. subdelegado de Sant'Anna, por demais imbuído do preceito de Augusto Comte, que manda “viver às claras”, publica a ordem que dá aos respectivos inspetores de quarteirão, para relacionarem não só os estabelecimentos daquela natureza que atualmente existem, como os que “venham a existir”.

Muito embaraçados vão ficar os referidos inspetores de quarteirão. Não consta que nenhum desses modestos e beneméritos servidores da pátria possua o dom de adivinhar, nem que o famoso Cagliostro cinja o fitão auriverde, para jurisdição dos povos da freguesia de Sant'Anna.

Não é também provável que os cidadãos em busca de uma profissão honesta, em tratando de abrir casa de tavolagem, deem parte do seu projeto aos mencionados inspetores, a menos que entre estes haja algum vicioso, que contribua para o “barato”.

Se eu fosse inspetor de quarteirão no distrito de Sant'Anna, do que Deus me livre e guarde por muitos anos e bons (Amém!), responderia à circular do Sr. subdelegado, mandando-lhe, pelo sim pelo não, a relação de quanta casa estivesse por alugar e de quanto terreno estivesse por construir na circunscrição em que eu exercesse a minha alta autoridade.

Outra coisa que naturalmente vai embaraçar os pobres inspetores é o terem de remeter ao Sr. subdelegado a topografia das casas de tavolagem, “especialmente quanto às entradas e saídas”. Ou hão de eles tratar de adquirir quanto antes algumas noções de desenho gráfico, ou de contratar desenhadores, para acompanhá-los nas perigosas diligências a que os obriga a circular. Ora, como hão de esses pobres diabos, sob pretexto de levantar a respectiva planta, entrar em casa do Sr. Barão de Qualquer Coisa ou do Sr. Comendador Três Estrelas?

Ainda outro embaraço: na planta se mencionará que certa e determinada casa de tavolagem tem entrada por tal rua e saída pela rua tal; mas quem lhes diz a eles, os míseros inspetores, e quem nos diz a nós – que os jogadores não entram pela saída ou saem pela entrada?

Entretanto, vamos e venhamos! A circular do Sr. subdelegado de Sant'Anna tem um lado prático bastante apreciável: os donos de todas as espeluncas do distrito, assustados pela leitura desse interessante documento oficial, arrepiarão carreira, e irão estabelecer-se noutros domínios, onde novos subdelegados os ameaçarão com o levantamento de novas plantas topográficas.

A circular do Sr. subdelegado faz-me lembrar – não pensem que vou referir-me aos clarins dos famosos carabineiros de Offenbach – faz-me lembrar um indivíduo que, indignado, há alguns anos, pela demora com que o corpo de bombeiros acudia aos incêndios que se davam nesta Corte, exclamou, rubro de cólera:

– O corpo de bombeiros devia estar estabelecido perto das casas em que há incêndios!

E já que eu, como declarei ao começar este artigo, não tenho meios para levantar um monumento, embora gótico, ao Sr. subdelegado de Sant'Anna, peço aos meus concidadãos que considerem um monumento a circular de S. S., pois os grandes homens não têm melhor comemoração que as suas próprias obras.

Mais algumas linhas, para cumprimentar duas folhas amigas: o *Diário Mercantil*, pelo seu segundo aniversário, e a *Itália*, pela resolução, que tomou, de aparecer cotidianamente do 1º do mês vindouro em diante.

O *Diário Mercantil*, dirigido com muita proficiência por dois estimáveis rapazes, o Gaspar da Silva e o comendador (hum! hum!) Leo da Afonseca, é hoje a folha mais lida, mais interessante e mais literária de S. Paulo.

A *Itália*, dirigida pelo meu espirituoso colega Fogliani, que ainda ontem, sob o pseudônimo de *Sforza*, disse amáveis mentiras a meu respeito na *Seção italiana* desta folha, a *Itália* tem cumprido religiosamente o difícil programa que se impôs quando apareceu há três anos.

Ainda o número de ontem, que me deu a notícia dessa feliz transformação, indício de favor público, oferece leitura amena e variada, merecendo menção especial o canto IX da engraçada paródia da *Divina comédia*, escrita em terça rima por *Pe Dante*, que outro não é senão o aludido *Sforza*.

Eloi, o herói

20 de maio de 1886

Foi ontem rejeitado pela câmara alta o projeto de lei de 22 de maio de 1868, determinando o lugar onde deve ser feita a execução da pena de morte, e marcando o tempo em que deve ser julgada a mulher prenhe, acusada de crime sujeito à dita pena.

Honra ao Senado brasileiro!

Mas é preciso completar a obra civilizadora: risque-se da nossa legislação o assassinato jurídico, vergonha e não exemplo, que não edifica nem corrige.

Deixemos às velhas nações o direito de arrancar a vida aos homens; já que não as podemos imitar no que elas têm de bom, não as imitemos nesse ponto, que as enegrece e avilta.

Ultimamente, em Paris, a guilhotina tem funcionado com raras intermitências. Entretanto, os crimes sucedem-se naquela cidade de um modo incrível, e raro é o dia em que a respectiva população não é sobressaltada pela notícia de um assassinato horroroso. De nada vale o exemplo do maldito instrumento da morte, tristíssimo legado da gloriosa revolução francesa.

A favor da pena de morte não há consideração possível, e ridículo fora repetir aqui o muito que se tem dito contra ela. Nada resiste à simples exposição do direito de viver, que Deus nos concedeu a todos e só Deus nos pode tirar; o próprio *Que messieurs les assassins commencent!* com que Affonso Karr sintetizou toda a doutrina paradoxal da pena de morte, cai aos golpes da lógica e do direito.

O projeto de lei ontem rejeitado pela câmara vitalícia tem, por coincidência a data de 22 de maio, a mesma da morte de Victor Hugo, o atleta que mais lutou contra o barão da força e a lâmina do cutelo. Se amanhã, primeiro aniversário desse acontecimento doloroso para todos os países onde tem penetrado um raio do sol da civilização, o parlamento brasileiro lavasse dessa nódoa de sangue o nosso código criminal, seria essa a maior e mais digna comemoração do grande poeta.

Os seus restos agitar-se-iam talvez no glorioso sarcófago do Panteon, e a nossa pátria ao mesmo tempo seria absolvida da falta em que incorreu por não ter honrado, com uma solenidade qualquer, os manes de Victor Hugo.

E um homem que merecia estátuas em todas as capitais, é assim esquecido na terra em que metade da população faz festas à outra metade.

Eloi, o herói

22 de maio de 1886

O Sr. deputado Escragnolle Taunay apresentou anteontem ao parlamento o seguinte projeto:

“Fica o governo autorizado para despende até a quantia de 10:000\$ na aquisição e impressão das composições sacras mais notáveis do eminente José Maurício Nunes Garcia, sendo algumas publicadas com sua instrumentação, principalmente o *Réquiem*, e outras reduzidas”.

A *Gazeta de Notícias* publicou ontem as seguintes linhas no seu *Boletim parlamentar*:

“Quando o Sr. deputado, com o seu entusiasmo de artista, justificava com vigor o seu projeto, a maioria dos deputados sorria desdenhosamente do entusiasmo do orador e da futilidade do assunto.

“O próprio Sr. presidente da Câmara manifestou o seu desgosto por ver um deputado ocupar-se de *coisas leves*.

“Ao ter que sujeitar um requerimento de urgência, para o Sr. Taunay concluir o seu discurso, o Sr. A. Figueira acentuou que a urgência era para o Sr. deputado *dissertar sobre belas-artes*.

“Isto foi dito num tom de desdém, que faz com que a gente fique com dó de quem o disse”.

Tem toda razão o colega: outro sentimento não deve inspirar esse indiferentismo senão piedade.

Quem era José Maurício? Um padre, um mulato, que nunca figurou na política do seu país; um pobre diabo, que fazia música digna de Beethoven, enquanto outros e mais conspícuos cidadãos tratavam de coisas sérias e positivas.

Que loucura, meu caro Sr. Taunay, pretender ocupar com esse velho esquecido a atenção da Câmara dos Srs. Deputados! Pois não estão aí os negócios de Botucatu e o processo eleitoral de Barreirinhas? Para que perturbar com questões de arte a morrinhenta política da Cadeia Velha? A que propósito o ilustre deputado lamentou ainda uma vez o vandalismo praticado na fachada da Academia de Belas-Artes? E vandalismo houve? Pois se temos Paula Freitas, que necessidade há de respeitar a memória de Grandjean de Montigny? Se temos o Correio e a Imprensa Nacional, bem podemos dispensar a tal fachada!

Que mania a do Sr. Escragnolle Taunay! Sempre há de mostrar que é o incorrigível artista da *Inocência* e das *Chopinianas*! Quem lhe tirará da cabeça o sestro imperdoável de tomar a sério essa coisa que se chama arte, e nada tem que ver com o bom andamento dos negócios públicos! Que diabo, Sr. Taunay! todas as vezes que

entrar no edifício da Câmara, faça favor de deixar cá fora os seus amigos Silvio Dinarte e Flávio Elisio. Que entre apenas o Taunay, o deputado, o ex-presidente do Paraná, o futuro ministro da guerra e senador do Império.

Se o fulgurante autor da *Mocidade de Trajano* teima em fazer da Câmara dos Deputados uma sucursal da porta da livraria Faro & Nunes, qualquer dia os seus colegas, enfiados de politicagem, mandam aplicar-lhe um cáustico na nuca, ou lhe aconselham as águas de Caxambu.

Ora o padre José Maurício, coitado! Para que o nome deste desgraçado homem de gênio fosse bem recebido na Cadeia Velha, onde só dois ou três o conhecem, fora preciso que ele tivesse figurado na política do seu tempo.

Não há hipótese de ser alguma coisa nesta terra senão por intermédio desse asqueroso monstro, – a política –, que perturba as maiores inteligências e perverte os melhores caracteres.

Se um brasileiro qualquer, depois de galgar as eminências da política, revelasse um talento descomunal para as belas-artes, seria imediatamente consagrado, seria tomado a sério, não pelos quadros que pintasse, pelas estátuas que esculpisse, pelas partituras que compusesse, mas pelo importante papel que dantes havia representado na alta administração.

Na Itália, com já não soubessem que honras tributar ao divino Verdi, fizeram-no senador. Entre nós, para que um indivíduo se tornasse um Verdi, deveria ser pai da pátria em primeiro lugar. Lá, o artista faz o senador; aqui o senador faria o artista.

Mas, ainda assim, se, por um destes milagres inconcebíveis da natureza, brotasse de repente num membro qualquer da câmara alta, ou mesmo da baixa, um artista de gênio, não lhe faltariam imprecações danadas e furibundas.

Os mesmos senhores que acharam que Molière e La Fontaine escreveram futilidades indignas de ser citadas em presença do Sr. Fulano dos Anzóis, do Bacabal, ou do Sr. Qualquer Coisa, do Chopotó; os mesmos que votaram contra uma manifestação de pesar pela morte de Victor Hugo; os mesmos que anteontem consideraram *coisas leves* as composições de José Maurício; esses mesmos senhores diriam que uma ópera, escrita pelo Sr. senador Beberibe, era um escândalo atirado à face do país, que continuaria a marchar para o clássico abismo, que há tanto ameaça tragá-lo.

Ainda uma vez perdeu o seu latim o Sr. Escragnolle Taunay; talvez um dia os alemães imprimam, numa edição de luxo, as obras de José Maurício e o parlamento brasileiro, que há quarenta anos subvenciona a publicação da *Flora brasiliensis*, de Martins, com 10:000\$000 anuais, reconhecerá então que foi tolo.

Eloi, o herói

24 de maio de 1886

Estamos em pleno domínio da cançoneta: abriu-se o Éden Fluminense. Era uma vez um Príncipe... Imperial.

Confesso francamente não morrer de amores pela cançoneta no teatro, que me parece destinado a obras de outro gênero; nesse ponto divirjo dos parisienses, que são capazes de ir ao inferno, ou a Batignolles, o que vem a dar no mesmo, para ouvir um *refrain* da Duparc ou uma *scie* do Paulus.

Entretanto, não desgosto de ouvir cantar ao piano em casas particulares. Mas é forçoso convir que as senhoras fluminenses abusam muito das romanças italianas,

principalmente das de Tosti e Denza, compositores sem os quais não há para suas excelências felicidade possível.

É rara a reunião familiar em que se não ouça cantar o *Vorrei morir*, interessante melodia que, à força de uso, tem se tornado sensaborona, muito sensaborona.

A mais de cinquenta senhoras, e mesmo a alguns marmanjos, tenho ouvido dizer, num italiano fantasioso e suspeito, que desejam morrer na estação das flores.

Vorrei morir nella stagion dei fiore...

Pois que lhes faça muito bom proveito! Quanto a mim, continuo a lamentar a pobre modinha brasileira, tão original, tão nossa e tão desprezada.

Uma das noites passadas, achando-me num chá de família, tive ocasião de ouvir a mais distinta das nossas amadoras, a Exma. Sra. Dona M. N. Esta senhora cantou um romance francês e duas seguidilhas espanholas com inextinguível graça e expressão. No romance, que se intitulava *Ninon*, e cuja música era realmente digna da letra – uns maviósissimos versos de Musset, – a Exma. Sra. Dona M. N. revelou, além de belíssima voz e de excelente método de canto, extraordinário sentimento artístico. Fiquei deveras entusiasmado; mas a minha admiração redobrou quando a ouvir cantar as tais seguidilhas com a pronúncia e o *salero* de uma verdadeira espanhola. Verdade seja que não faltam à festejada amadora os dois principais elementos: com aqueles olhos e aquele sorriso faz-se uma andaluza.

Entre parênteses direi que a Exma. Sra. Dona M. N. é discípula de uma artista de primeira ordem: Mme. Gasparoni. Esta insigne professora, muito conhecida na melhor roda da nossa sociedade, foi, há pouco mais de um ano, rudemente ferida pela morte, que lhe arrebatou o esposo, aquele bom e comunicativo Gasparoni. De então para cá raro aparece na sociedade. Mas quando aparece, que festa! Ainda transanteontem, depois de muito solicitada num salão de Botafogo, cantou o imortal *Miserere* do *Trovador*, uma romança de Denza e uma canção espanhola. É difícil dizer qual das três peças logrou melhor execução.

Mas, voltando à Exma. Sra. D. M. N., com que prazer eu a ouviria cantar uma das nossas velhas modinhas, singelas e apaixonadas melodias que ao mesmo tempo exigem na cantora a alma de uma italiana e a graça de uma espanhola! Apesar de pronunciar perfeitamente o francês e o espanhol, a Exma. Sra. D. M. N. naturalmente acharia no verso brasileiro terreno mais apropriado aos seus recursos artísticos.

Se essa distinta amadora, que de tanto prestígio goza nos nossos salões, estudasse duas ou três modinhas e as cantasse todas as vezes que se lhe oferecesse ocasião, talvez que a modinha brasileira deixasse o injusto desterro em que jaz esquecida e desprezada.

Dir-me-ão, talvez, que o que é bom não se acaba, e que se a modinha acabou é porque devia acabar. Enganam-se. A modinha brasileira não foi vencida de supetão: a sua decadência foi operada lentamente pela introdução da cantoria estrangeira. O golpe decisivo recebeu-o ela das mãos de um Sr. José Amat, que pretendeu italianizá-la, agarrando em versos de Gonçalves Dias e pondo-os em música surripiada de Verdi. Lembro-me de ouvir cantar a famosa poesia

Se me queres ver rendido
De joelhos a teus pés, etc.

com música do *Átila*, e não sei a que saudosas endechas nacionais adaptaram o coro das ciganas, da *Traviata*.

Ressurja a modinha brasileira, a primitiva, a genuína, a modinha anônima, arranjadas por velhos e obscuros Bérangers, e posterguem-se para sempre essas cantigas de além-mar, que não se compadecem com o nosso temperamento e o nosso lirismo.

Eloi, o herói

04 de novembro de 1886

Como se sabe, a França prepara uma grande exposição universal para comemorar o centenário de 1789.

O conhecido escritor, Sr. Dr. Pires de Almeida, julgando que nenhum outro assunto será mais digno de aparecer nessa extraordinária festa, pois dará a exata medida do nosso adiantamento intelectual, empreendeu e fez verter para a língua francesa a *História e legislação da instrução pública no Brasil*.

O Sr. Dr. Pires de Almeida, numa circular profusamente distribuída, pede o auxílio de “todos quantos vivem e curam do magistério, e amam as terras pátrias”.

Estou convencido de que não faltará ao distinto escritor o auxílio que solicita para levar ao cabo o seu patriótico empreendimento; mas – com franqueza! – isto de figurarmos numa exposição universal como legisladores, e legisladores de instrução pública, não me palpita, nem me cheira!

Que diabo! a história da nossa legislação sobre instrução pública é coisa tão interessante, que mereça se contada aos povos de além-mar? A estatística dos nossos analfabetos não irá espantar aquela gente, e aumentar a camada de ridículo que nos cobre?

Dado que alguma coisa particularmente lisonjeira para nós encerre a história da nossa instrução, essa coisa será, sem dúvida nenhuma, fantasia de patriota, patriotada de visionário.

O outro dia sabíamos, por um telegrama de Buenos Aires, que nesta cidade haviam sido inauguradas na mesma ocasião quarenta escolas: que diabo iremos nós antepor à muda eloquência dessa notícia? Para que assoalharmos a nossa inferioridade, e jactarmo-nos de uma legislação que não é senão cópia servil das legislações alheias?

Deixemo-nos estar aqui muito quietinhos com as nossas escolas-palácios, e sejamos como aquele capitão-mor da comédia, que não se gabava de prendas que não tinha.

Não nos esqueçamos de que somos um povo essencialmente agrícola, e só como tal procuremos embasbacar a Estranja. Aspirações de certa ordem só as tenhamos quando soubermos ler por cima.

Por ora, lemos muito por baixo.

A propósito de leitura:

No meu artigo de ontem escapou um descuido de revisão, que me fez confundir um complemento objetivo com um complemento terminativo. Para salvar a minha gramática, e aparar o bote de algum colega maldoso, protesto em tempo que houve no meu artigo um salto de duas linhas de composição tipográfica.

Dado esta cavaco, vá hoje – sem exemplo – *un mote de la fin*.

Certo homem, a quem muitas ruas estão, como a Nicolau Tolentino,

Por vários crimes vedadas,

Foi anteontem procurado por um credor intransigente:

– Oh! Senhor! isto é um cúmulo! exclamou ele. Um *cadáver* a visitar-me em dia de finados, quando devia ser o contrário!

Eloi, o herói

06 de novembro de 1886

O Fernão Mendes Pinto, a quem o *País* encarregou de escrever a crônica da viagem de Suas Majestades Imperiais, está prestando um assinalado serviço à posteridade. O Imperador não abre a boca para dizer duas palavras, sem que o aludido cronista puxe pelo lápis e as registre no seu canhenho.

Naturalmente Sua Majestade deve andar com muito escrúpulo prosódico, e seriamente amolado por essa espécie de fonógrafo indiscreto, que lhe guarda todas as frases, para transmiti-las oportunamente aos vinte e quatro mil leitores do *País*.

Ainda ontem soubemos, por intermédio do aludido cronista, que o Sr. D. Pedro II, encontrando um escravo detido na cadeia de Araras, disse ao carcereiro: “Mande-o para casa, o senhor que o aguento”, e, vendo no quartel, também de Araras, uma gaiola com um pássaro, exclamou: “Em quartéis eu não gosto muito de passarinhos ou gatos”.

Mais interessante, porém, e muito mais curioso, é o seguinte diálogo, travado entre o Imperador e... Ora bolas! o cronista não cita o interlocutor de Sua Majestade. Mas leiam, e vejam que diálogo profundo; a cena passa-se no mercado de Araras:

– Tem matadouro também?

– É aqui, senhor.

– Quantas reses matam?

– Uma por dia.

– Tem sempre água?

– Sim, senhor.

– Está bom, está bom.

Não quero dizer que estas frases tenham a importância de outras, célebres, celeberrimas, que atravessaram os tempos, como, por exemplo, *O oceano é o melhor túmulo para um almirante inglês*, *A mulher de César não deve ser nem sequer suspeitada*, *Do alto daquelas Pirâmides quarenta séculos nos contemplam*, *Tudo está perdido menos a honra*, incluindo mesmo a de certo general nos campos de Waterloo; mas hão de convir que à história dos nossos tempos não poderia fazer o cronista mais precioso legado.

O Imperador visitou o colégio Sena Freitas; apresentaram-lhe o álbum dos visitantes, e o que julgam que Sua Majestade escrevesse? Di-lo o mencionado cronista; leiam e pasmem: “1º de novembro de 1886, D. Pedro II”.

Um dia estando eu na escola da Glória, para assistir a uma conferência (Já me não lembram os motivos que me levaram a cometer semelhante ato de desespero...), vi entrar no salão o nosso monarca. Sua Majestade cumprimentou com gestos de cabeça, indistintamente, a todas as pessoas presentes, sentou-se e, voltando-se para um semanário, disse-lhe: “Está hoje muito calor, não acha?” Eu guardei religiosamente essa frase no fundo da minha memória; hoje, só hoje (isto foi há quatro anos), tiro-a cá para fora e faço presente dela ao *País*, que aumentará a série das que têm sido publicadas pelo abelhudo cronista. Quero merecer também os agradecimentos da posteridade.

A propósito de um dos meus últimos artigos, escreve-me o ilustrado Sr. Dr. Pires de Almeida a seguinte carta:

“Simpático colega e amigo – Não é uma polémica que provoco; são simples reparos, que peço vênha ao ilustrado colega para opor às suas observações, a propósito da ideia, que tive, de publicar em livro a *História e legislação da instrução pública*, a qual deve figurar no glorioso festim de 89.

“Na opinião do colega, a nossa legislação, em matéria de instrução pública, não passa de cópia servil das dos países europeus. Não é verdade: a lei de 1854, por exemplo, é trabalho que muito honra a mentalidade brasileira. E ainda que não fosse original, dava já boa prova de adiantamento intelectual a nação nova que podia receber os moldes de países velhos em matéria de tanta preponderância. Muito adiantada é a França, modelo até para muitos em tudo quanto entende com a cultura do espírito; entanto, não há muitos anos ainda, mandou compendiar tudo o que existia atinente à instrução, não só de países antigos como a Inglaterra e a Alemanha, como de nações as mais modernas como os Estados Unidos e o próprio Chile.

“Fala o estimável colega nas 40 escolas criadas – de uma vez – na República Argentina. Sem que enxergue nas minhas palavras uma lição, leia o amigo os relatórios das províncias e o geral do Império, entre os anos de 1870 a 1880, e verá que o Brasil – sem alarde nem estrépito – equiparou naquele breve período as suas escolas às das mais cultas nações europeias, quer em número, quer no programa de ensino. Só a província de Minas possui mais escolas em efetividade do que toda a República Argentina.

“Demais, o que prova a criação de jato das tão decantadas 40 escolas? Apenas a grande falta que delas havia. Salvo se o amigo entende que não bastam, entre nós, quatro ou mais escolas públicas em cada freguesia, e quer uma em cada esquina. Aquela falta sentiu-a igualmente a Turquia, quando decretou de assentada, mas não realizou, a criação de 10.000 escolas!!!

“Se das escolas primárias passarmos às de ensino superior, a nossa primazia é então sensibílissima.

“Terminando, só me cumpre dizer que a observação do amigo não pode deixar de prejudicar-me na mais patriótica das manifestações. Não exijo, entretanto, reparação; como única indenização, peço-lhe que – publicando esta carta – do alto do seu chistoso palanque afirme aos seus leitores que, quando o humilde signatário destas linhas abalançou-se a produzir um livro em língua estrangeira, tinha toda a convicção de – cingindo-se tão só à verdade dos fatos – honrar a pátria.

“Corte, 4 de novembro de 1886. – Dr. *Pires de Almeida*”.

– Aí fica publicada a carta. Cumpro um dever de lealdade. Não insisto numa discussão de onde poderiam provir expressões desairosas para a nossa terra. É bom evitá-las, tratando-se, como se trata, de organizar um livro destinado à curiosidade, nem sempre generosa, dos estrangeiros.

Apenas peço ao Sr. Dr. Pires de Almeida que compare a extensão territorial e a população da República Argentina com as do Brasil. Se pela imprensa periódica pode-se, como dizem, aferir o grau de instrução de um povo, veja quantos jornais diários saem à luz em Buenos Aires. Na capital do Império do Brasil publicam-se seis, inclusive o *Diário Oficial* e... Bom!

Eloí, o herói

07 de novembro de 1886

Há muito tempo os senhores estudantes de preparatórios habituaram o respeitável público a considerá-los uns homenzinhos bem difíceis de aturar.

Não me dirão para que se preparam estes prepatorianos, que são o terror dos transeuntes da rua da Prainha?

Não passa por ali carroceiro inofensivo nem burguês desapercibido, que não seja alvo de uma tremenda vaia! E se a vítima procura reagir contra semelhante molecagem, adeus, minhas encomendas! vão-lhe imediatamente à freguesia dos queixos! Ferve pancadaria de criar bicho!

Ainda anteontem vazaram um olho a um soldado de polícia, pelo simples fato de atrever-se a admoestá-los amigavelmente.

Não sei como o Sr. Ministro do Império – que tem mostrado ser homem para homens – não reprime os inqualificáveis abusos cometidos por essas crianças. É mandar para ali meia dúzia de latagões, que lhes arreiem as calcinhas e os *sapequem* convenientemente. Depois deste corretivo, que os degradaria aos olhos das respectivas priminhas, os tais meninos naturalmente tomariam juízo, pois é esse o processo mais eficaz para corrigir fedelhos.

E vão ver! cada um daqueles marialvas em primeira discussão é uma toupeira, incapaz de ligar duas ideias. É mister que uma criança seja ferozmente estúpida para maltratar assim quem vai tranquilamente seguindo o seu caminho.

Entretanto, munidos de cartas de recomendação à ufa, todos esses meninos serão aprovados, uns plenamente, outros simplesmente, com grande alegria de meu amigo o Sr. Dr. Pires de Almeida e de outros otimistas do nosso sistema de instrução pública.

A mesma fortuna os acompanhará até que recebam um pergaminho em qualquer das nossas Faculdades... No arruador bulhento, escandaloso, garoto, já se vê o arcabouço do futuro bacharel orgulhoso, autoritário, farsista, capaz de consultar o código de pernas para o ar quando é tolo, e o de pôr moralmente nessa posição, quando o não é.

Os estudantes que têm deixado nome na Faculdade de S. Paulo não são, decerto, os mais aplicados, os que melhor figura faziam nas sabatinas – quando as havia –; mas sim os que roubavam tabuletas, quebravam lampiões, mistificavam lentes, maltratavam calouros, etc.

É costume dizer-se na Academia, em rodas de rapazes na sala do porteiro: – Oh, Fulano! Fulano é que era um grande estudante! – Vão averiguar quem era esta fênix: um pelintra, um gaiato que não passou do primeiro ano, e foi, afinal, jubilado, com grandes suspiros de toda a congregação aliviada.

Meus amiguinhos, se vocemecês dispõem de bons empenhos, continuem a esbordoar desassombradamente os carroceiros, poupando sempre os competentes burros, por espírito de classe; mas, se não têm pai alcaide, estejam quietos, pois não há nada mais triste do que ser moleque, e quem é moleque aos quinze anos há de sê-lo toda a vida... embora não pareça.

Eloi, o herói

08 de novembro de 1886

Ontem, domingo, o sol imprimiu nas nossas montanhas um longo e apaixonado beijo de luz.

Morro de amores por estes nossos domingos iluminados. Até às 3 horas da tarde, a cidade apresenta um aspecto muito divertido: os cafês, vistosamente atapetados de folhas de mangueiras; os sinos e carrilhões das igrejas a vibrarem; as famílias que voltam da missa de S. José; o povo que assalta os *bonds* vai buscar nos clubs dos

arrabalde as comoções do *Sport*; o pai de família, velho tipo fluminense, de calças brancas e chapéu alto, que leva, enfiado no indicador, o invariável presente domingueiro – uma empadinha, um pudim ou uma torta de frutas; o ponto dos *bonds* de Botafogo; as confeitarias; os vendedores de violetas; os fazedores de balas; o largo de S. Francisco; o Rocio; as *matinéés* nos teatros, – tudo isso me encanta e me diverte.

Depois daquela hora a cidade velha adquire uns tons pesados de melancolia britânica; a rua do Ouvidor disfarça-se em rua do Sabão; em compensação, vive-se nos arrabalde, janta-se alegremente no Jardim Botânico ou em Vila Isabel.

É pena que no parque da Aclamação não haja ainda, mesmo ao domingo, o movimento que devia haver. O público é muito ingrato para com esse formoso jardim, que é uma obra prima do Sr. Glaziou.

Aqui há tempos, um dos antecessores do Sr. Ministro da Agricultura publicou editais, chamando concorrência para a construção de dois edifícios dentro do parque, destinados a comes e bebes, bailaricos e jogatina inocente.

O contratante teria o uso e gozo dos dois edifícios durante certo número de anos, e obrigar-se-ia a introduzir no parque outras espécies de divertimentos, como fossem velocípedes, carrinhos, escaleres, trapézios, barras fixas e jogos de jardim.

As crianças encontrariam ali um verdadeiro paraíso, e todos sabem que as crianças são como as flores: é preciso educá-las nos jardins.

Mas, infelizmente, a concorrência, aberta na Secretaria da Agricultura, deu em droga; o edital dorme o sono pesado do esquecimento, e os planos dos dois edifícios projetados já têm a primeira camada da clássica poeira dos arquivos.

Consta-me que o Sr. Glaziou, que é o administrador do parque da Aclamação (o governo não poderia escolher melhor), opõe-se com unhas e dentes a todo e qualquer suplicante que espera receber a mercê de introduzir, mediante condições, quaisquer divertimentos no aludido parque; o zeloso funcionário tem uns ciúmes de Otelo da sua bela obra, e lembra-se de que o público, por ocasião das festas do marquês de Pombal, portou-se ali dentro com um vandalismo digno de força.

Eu compreendo as apreensões do Sr. Glaziou e conheço até que ponto vai a ferocidade de certa gente, que chega a empregar esforços hercúleos para quebrar grossas grades de ferro, pelo simples gostinho de destruir. Mas os burgueses pacatos e de juízo não são responsáveis pela estupidez desses bárbaros, e têm o direito de exigir um jardim, que os atraia e para onde possam mandar os filhinhos.

Os meninos ociosos, que passam o dia a maltratar os transeuntes da rua da Prainha, com certeza não tiveram, quando pequeninos, a doce companhia das flores, das borboletas e dos passarinhos num parque.

Eloi, o herói

15 de novembro de 1886

Há pouco mais de um ano, nestas mesmas colunas do *Diário de Notícias*, eu tive ocasião de implorar a piedade pública para esse desgraçado moço que se chama Henrique Wanderlei Müller de Campos.

Não se trata agora de saber se foi ele ou se foi outro quem lançou fogo ao edifício do Montepio; eu conheci-o sempre honrado, – honrado na sociedade e honrado no seio da família, de que era chefe modelo –; repugna-me, confesso, acreditar em que

fosse ele o autor de tão grande crime. Mas não se trata disso, repito. Trata-se de uma violência talvez legal, mas tão grande, tão clamorosa, que parece um sonho.

Sabe-se que o júri absolveu-o duas vezes; esta circunstância pouco pesa na sociedade, porque o mesmo tribunal absolveu Vicente Calças-largas, Chiquinha de Castro e outros; pelo *verdictum* popular está, porém, reconhecido que Müller de Campos não é incendiário do Montepio; até o terceiro julgamento, a que o obriga a apelação do promotor Durão, que neste processo se mostrou por demais duro, até o terceiro julgamento, dizia eu, ninguém terá o direito de lhe atribuir o crime de que o acusaram.

Pois bem: dias depois de absolvido pelo júri, o pobre Campos era demitido pelo Sr. Ministro da Guerra do emprego que exercia, há mais de vinte anos, na Pagadoria das Tropas, cujo chefe – consta-me – declarou oficialmente que ele era o primeiro empregado dessa repartição.

Entretanto, não é ainda à demissão imposta pelo ministro que eu me refiro; o Sr. conselheiro Chaves estava no seu direito; não tinha confiança no funcionário, e mandou-o passear; fez muito bem.

Mas o Sr. juiz da 1ª vara cível – um juiz, aliás, integérrimo, o Sr. Dr. Martins Torres – acaba de condená-lo por sentença, a indenizar o Montepio dos prejuízos causados pelo incêndio, e a entrar para os cofres do mesmo estabelecimento com a importância do desfalque havido! Nem ao menos o magistrado quis esperar pela terceira sentença do júri!

Onde já se viu isso? Um réu julgado por dois tribunais! Duas sentenças e uma só acusação! A absolvição num processo crime e a condenação num processo cível! A condenação pelo juízo de direito, que é a força, e a absolvição pelo júri, que é o povo!

Eu não acreditaria nesta esquisita jurisprudência se não a visse por aí assoalhada em letra de forma!

Para cúmulo da desgraça, esse pobre Campos acaba de passar pelo maior desgosto que pode amargar o coração de um homem. Perdeu anteontem um filhinho de três anos, e como, Santo Deus? e como? A pobre criança estava a brincar no jardim e caiu num tanque. Quando a retiraram d'água já estava morta. Que horrível, que medonha desgraça!

Diante daquele cadaverzinho o pobre moço naturalmente perdeu a última crença. A sociedade que o olha de soslaio, os juizes que o condenaram, o Montepio a arder, e o promotor Durão, e o Sr. Alfredo Chaves, e o Sr. Martins Torres, tudo desapareceu anteontem do seu espírito, expulso pela imagem da misera criancinha asfixiada. Todos os seus sentimentos estavam completamente oprimidos por aquela dor profunda e respeitável. Cérebro forte, que assim resistes a tanta desgraça, eu invejo-te! Se na verdade és um homem inocente, se não perpetraste o crime de que te acusam, conforta-te com a tua larga e tranquila consciência de mártir, e convence-te de que não há maior virtude que a da resignação.

Eloi, o herói

18 de novembro de 1886

O ator Silva Pereira, no tempo em que tinha saúde, contava aos amigos e conhecidos a história de certo papagaio, história curta, que eu posso reproduzir aqui, sem receio de cacetejar o leitor.

“Era uma vez um sujeito que tinha um papagaio preso a uma corrente tão gasta, que o bicho conseguiu parti-la com o bico e fugir para o quintal do vizinho. O dono procurou-o em todos os cantos da casa, e não o encontrou. Afinal, exasperado, agarrou

numa espingarda, trepou ao muro e deu com o pobre animal encolhido debaixo de uma árvore.

– Ah! tratante! espera lá!

Meteu a arma à cara, e... pum! O papagaio caiu para um lado, com a asa partida; reuniu, porém, as forças que lhe restavam, ergueu-se como pôde, e, fixando no malvado um olhar compassivo, perguntou-lhe:

– Pois vossa senhoria dá-me um tiro por causa de um pedacinho de corrente de latão?

O homem mediu subitamente toda a extensão de sua maldade, e limpando uma lágrima, respondeu:

– Desculpe-me; eu não julguei que a espingarda estivesse carregada”.

A ordem que o Sr. ajudante general da armada acaba de expedir aos comandantes de navios de guerra, empregados no serviço quarentenário dos portos do Império, trouxe-me à memória a resposta do dono do papagaio.

Esse documento, lembrando que “as intimações aos navios do comércio, que demandarem os portos, devem ser feitas com os sinais do Código Internacional”, acrescenta:

“Outrossim, quando seja preciso empregar tiros, deverão os primeiros ser feitos com pólvora seca, e os que se seguirem feitos com balas. Deverá haver toda a prudência e cuidado nas pontarias, para evitar consequências desastrosas, como a ocorrida com o paquete *La France* no porto da Bahia”.

Não sei o que mais admire, se a lógica de semelhante recomendação, se a inteligência do comandante que houver de interpretá-la decisivamente.

Na realidade, meter uma bala dentro de um canhão, assestá-lo contra um navio, fazer fogo, e ao mesmo tempo evitar consequências desastrosas, é uma dificuldade capaz de pôr doido o comandante mais versado em balística.

As balas não têm outra aplicação que não seja a de produzir desastres (Já se vê que não me refiro às do Parto). Para amedrontar, e mais nada, lá está a pólvora seca... Isto de dizer: – Fogo! mas cuidado com a pontaria! – é um disparate de tal dimensão, que melhor fora recomendar pura e simplesmente aos comandantes dos navios de guerra que em nenhum caso empregassem balas.

O que – com franqueza! – seria mais acertado.

O Sr. J. J. da R. C., morador na rua do Conde d’Eu n. 12, escreveu-me ontem uma carta, que me custou a decifrar por causa de uma ortografia e de uma sintaxe levada de todos os diabos. Depois de muito parafusar, julguei perceber que o Sr. R. C. tem ainda menos água que gramática, e pede a minha intervenção junto à Inspetoria das Obras Públicas para que esta lhe forneça o precioso líquido. Satisfazendo o pedido, lembro às Obras Públicas que uma das de misericórdia é dar de beber a quem tem sede. E o Sr. R. C. tem sede.

Eloi, o herói

19 de novembro de 1886

O *País* cometeu anteontem uma grande injustiça: classificou englobadamente de “atores de somenos importância, destes que se acham em perene disponibilidade nas ruas do Rio de Janeiro”, os artistas da companhia Furtado Coelho. Ontem, voltando à carga, acrescentou: “À exceção dos dois artistas supracitados (Furtado e Lucinda), e do

Sr. Simões, nenhum outro vemos que possa resistir a uma análise já não dizemos rigorosa, mas simplesmente razoável”.

Ora, três artistas, pelo menos, da companhia Furtado Coelho, três artistas que não são nem a Lucinda, nem o Furtado, nem o Simões, não merecem absolutamente o rigor com que os tratou o ilustrado colega.

A Clélia é, incontestavelmente, uma das nossas primeiras atrizes, e tem prestado ao teatro brasileiro bons e reais serviços. Vi-a sempre fazer a melhor figura nos gêneros mais desconhecidos. O colega se a houvesse visto na *Tereza Raquin*, no *Demi-monde*, na *Princesa Jorge*, nos *Danichieff* e em tantas outras peças representadas nos bons tempos do Ginásio e do Lucinda, reconheceria que foi injusto. Ultimamente a Carolina Falco da decantada companhia do teatro de D. Maria II, mostrou-se muito aquém da Clélia, no papel de Mme. Fourchambault.

Mas é no teatro nacional que esta inteligente atriz é verdadeiramente notável. França Júnior, que pertence à brilhante redação do *País*, que diga quanto ela valia no *Direito por linhas tortas*, e noutras comédias suas. Quem a viu no papel de D. Chiquinha, da *Véspera de Reis*, e lhe não admirou a naturalidade cômica, o baianismo, o talento?

Não, perdoe-me o *País*; a Clélia não é nenhuma *cabotine*.

Não posso igualmente consentir que o Ferreira seja assim incluído, sem mais nem mais, no rol dos nossos Delobelles eternamente desarrumados. É um dos nossos atores que mais respeito professa pela sintaxe, e, quanto ao resto, não há memória de que houvesse seriamente comprometido (deixem passar o galicismo) qualquer parte que lhe fosse confiada. Há tempos meteu-se-lhe em cabeça representar o *Palhaço*, de Denner; arcar com um papel escrito expressamente para Frederico Lemaître, e no qual, dizem, João Caetano punha em relevo todas as suas grandes qualidades de ator dramático. Eu não lhe aplaudi semelhante resolução, convencido como estava de que o Ferreira não era nenhum Atlante, que pudesse com aquele mundo às costas. Pois, meus senhores, o rapaz saiu-se perfeitamente, creiam, e eu, que nunca vi Lemaître nem João Caetano, achei-o quase senhor do papel. Há dias vi-o interpretar o protagonista de *Uma causa célebre* de um modo muito aceitável em qualquer teatro, e, francamente, não vejo entre nós, quem lhe pudesse levar vantagem nesse papel.

Defendo também a Jacinta de Freitas, que é, na minha opinião, a mais aproveitável das nossas ingênuas dramáticas, e, ainda n’*Uma causa célebre*, fez boa figura ao lado da Lucinda, — uma parceira terrível.

Posso ainda defender, sem receio de encontrar quem me reprove, o Teixeira Leão, um ator modestíssimo, que sabe o que faz e faz o que sabe. Desempenhou muito discretamente o papel de jardineiro do *Casamento do Fígaro*, e ultimamente o do “carola” da *Serafina*, sem se desviar um momento da linha cômica traçada pelo autor, o que é difícil.

O *País* não deixa de ter razão, quando censura a excessiva benevolência das folhas diárias para com certas empresas teatrais, se bem que pouco se possa exigir dos atores numa terra onde não há escolas de declamação, nem ensaiadores, nem autores, nem crítica, nem estímulo, nem nada; numa terra em que os atores, por deficiente que seja a sua educação literária, deixam-se levar pelo próprio discernimento, sempre que estudam um papel.

A isto pode-se responder que o público pagante nada tem que ver com as circunstâncias, e responde-se perfeitamente.

Mas não se pode dizer que a Clélia, o Ferreira e a Jacinta sejam pobres *famintos*, que hipotequem os seus serviços artísticos ao primeiro especulador que lhes apareça. Isso não!

E depois – francamente, meus senhores! – a prata de casa não está tão estragada como pretendem certos pessimistas; nós ainda temos meia dúzia de artistas capazes de formar uma companhia que, dirigida por Furtado Coelho, e com certo prestígio estabelecido por qualquer concessão do governo, poderá medir-se com a do teatro de D. Maria II, e até excedê-la na representação de certas peças.

As palavras que aí ficam escritas são filhas, creiam, da minha sinceridade; não obedeco a sugestões de ninguém, não me deixo levar por simpatias particulares, mas pelo simples desejo de fazer justiça. Também não armo à gratidão de pessoa alguma, porque os nossos artistas dramáticos – tirante poucas exceções – amuam-se comigo sempre que deixo perceber o terço de uma verdade, e fazem a economia de um bilhete de visita todas as vezes que lhes digo as coisas mais agradáveis. Hão de ver que a Clélia e os seus colegas não se cotizam para mandar-me o retrato a óleo.

Contento-me com que o *País* reconheça a sua injustiça, e diga destes artistas pelo menos o mesmo que ontem disse da família do elefante Bosco: “Estão realmente à altura de sua reputação”.

Eloi, o herói

21 de novembro de 1886

Honrando-me com a transcrição de parte do meu artigo de anteontem, o *País* faz passar por obra minha dois períodos que não escrevi. Só a um descuido de revisão posso atribuir essa maldade.

Eu escrevi, e o *País* transcreveu, as seguintes linhas:

“O *País* não deixa de ter razão, quando censura a excessiva benevolência das folhas diárias para com certas empresas teatrais, se bem que pouco se possa exigir de atores numa terra onde não há escolas de declamação, nem ensaiadores, nem autores, nem crítica, nem estímulo, nem nada; numa terra em que os atores, por mais deficiente que seja a sua educação literária, deixam-se levar pelo próprio discernimento, sempre que estudam um papel”.

E o *País* acrescentou, entre aspas, como se continuasse a falar por minha conta:

“E quem o principal culpado deste lastimável estado de coisas?”

“Nós, os primitivos sem independência, sem iniciativa, sem coragem, sem competência, nós “*os papalvos que se arvoram em críticos, simplesmente porque o acaso lhes meteu na mão uma pena, como lhes poderia ter metido um cabo de vassoura*”.

Estes dois últimos períodos não são de minha lavra, mas da do próprio *País*; é isso o que eu desejo fique bem esclarecido. Se me fizeram tanta carga por ter eu declarado ser um homem prático – e prezo-me de o ser, e continuarei a sê-lo enquanto não reformarem a língua portuguesa –, com mais razão me hão de cair à perna com esta declaração, que não fiz de ser um papalvo. Demais a mais, haveria certa incoerência entre as duas declarações, porque ou me eu engano, ou “papalvo” é justamente o contrário de “homem prático”.

Dada esta explicação, analisemos o que se escreve no *País* sobre os nossos atores dramáticos:

“As verdades que dissemos a respeito dos *cabotins*...”

É preciso notar que *cabotin* é o insulto mais pungente que em França pode ser dirigido contra um artista dramático. Mas continuemos:

“As verdades que dissemos a respeito dos *cabotins* e empreiteiras dramáticas do Rio de Janeiro despertaram, como era de prever, algumas objeções por parte de advogados ex-officio. Mas todas elas se resumem no seguinte argumento: „os pobrezinhos precisam de trabalhar para viver, não lhes tiremos o pão da boca“. Pois bem. Desde que a benevolência é uma obra de caridade, seja tudo pelo amor de Deus. Transformemos as colunas da imprensa em sacola de pedinte, não esquecendo de deixar cair alguns maravedis – por descuido! – no rodapé da última página”.

Perdão; o que eu disse anteontem sobre os nossos artistas dramáticos não redundava, não pode redundar num pedido de misericórdia. Uma artista de prestígio como a Clélia (para não citar muitos nomes) não está à mercê da piedade de jornalista nenhum. Quando ficar imprestável, quando for repudiada pelo público, quando as empresas não a quiserem nem de graça, não será o *País*, nem o *Jornal do Comércio*, nem o *Journal des Débats*, nem o *New York Herald*, nem o *Times*, nem todos os jornalistas de alcateia, que lhe hão de dar o pão para a boca.

A pobre velha, se não tiver economias no fundo da gaveta, se não encontrar algum parente ou amigo que a ampare, ou algum inspetor de quarteirão que a mande para a Santa Casa, morrerá na rua, como morrem os cães sem dono.

Enquanto, porém, a Clélia representar um papel, como ainda há bem poucos dias representou o da duquesa não sei de quê, na *Causa célebre*, não precisa da misericórdia do *País*, porque tem a consagração do público.

Quando ele, o público, o juiz supremo e infalível, se compenetra de que um artista não vale nada, não há encômios de imprensa, não há candongas de folhetinistas que o façam mudar de opinião.

Toda a imprensa da Corte fez, este ano, os maiores elogios a certo ator que em Portugal desempenhava papéis insignificantes, e veio para o Rio de Janeiro, com a companhia de D. Maria II, fazer primeiros papéis. Vá o *País* por aí além perguntar aos frequentadores dos nossos teatros o que julgam desse artista medíocre, que punha polainas e *pince-nez* em todos os seus personagens, que nos deu no ano passado um Fígaro de bigodes; se achar duas opiniões sinceras, que combinem com as louvaminhas da nossa imprensa, dou as mãos à palmatória.

A benevolência é uma obra de caridade, disse o *País*. Mas onde está – responda! – onde está a benevolência? Por que há de ser a classe dos artistas dramáticos – e só ela – o bode expiatório da nossa pequenez, da insuficiência moral do nosso meio? Nós não temos uma atriz como Sarah Bernhardt, nem um ator como Coquelin, é verdade; mas acaso temos um pintor como Bayard, um estatuário como Mercier, um compositor como Gounod, um arquiteto como Granier, etc? Fora do domínio da arte, que estadista possuímos que possa competir com Gladstone? que general que possa ombrear com Molière? Que homem de ciência que possa medir-se com Chevreuil? que médico, ou advogado, ou jurisconsulto, ou orador, ou alfaiate, ou sapateiro, que possa entrar em paralelo com as grandes celebridades parisienses, desde Charcot até Suzer, ou Worms, o *tailleur pour dames*? E no jornalismo, meus caros senhores, e no jornalismo? Onde estão os nossos Fouquiers, os nossos Weiss, os nossos Schols, Vitus, Wolfs, Rocheforts, etc.? O melhor dos nossos jornalistas está para Hervé como o Dias Braga está para o Coquelin. E, uma vez que os nossos artistas dramáticos não são, na arte de representar, inferiores aos nossos jornalistas na arte de escrever para o público; uma vez que todos nós obedecemos fatalmente às influências do nosso meio, não há razão para que o *País* se mostre tão rigoroso e atire a indivíduos que trabalham esse monossílabo degradante: – pão!

Eloi, o herói

24 de novembro de 1886

As eleições municipais têm sido ultimamente tantas e tão repetidas, que já ninguém faz caso delas.

As de ontem passaram completamente despercebidas. Demais a mais, a chuva esfriou o entusiasmo, se entusiasmo havia. No Rio de Janeiro nada há que resista a uma molhadela, nem mesmo a política.

Quando chove, o fluminense deixa-se ficar em casa; não há espetáculo que o tente nem divertimento que lhe sorria.

Até certo ponto não deixa de ter razão, porque as nossas ruas ficam realmente intransitáveis depois da menor pancada d'água. A ocasião é excelente para recomendá-las aos futuros edis, que nas suas horas vagas poderão olhar para elas com algum interesse mais do que os seus gloriosos antecessores.

Decididamente ser vereador é a coisa mais fácil deste mundo. Queiram os leitores percorrer a lista dos candidatos ao segundo escrutínio de ontem – só os do segundo escrutínio; dou um doce a quem me disser quem são, na sua maioria, aqueles cidadãos conspícuos.

À parte três ou quatro homens, ou, se quiserem, quatro ou cinco, são todos uns ilustres desconhecidos que só se recomendam pela sua obscuridade, – o que, nos tempos que correm, não deixa de ser uma recomendação.

Que diabo! parece-me que a primeira condição para ser vereador é ser bem conhecido. Note-se que há *conhecido* e *conhecido*, assim como para Sganarello havia *fagot* e *fagot*; mas o diabo, e em que pese a reconhecida independência do eleitorado fluminense, o diabo é que na lista dos candidatos figuram alguns conhecidos até demais, e isso não obistou a que alcançassem votação.

Não! decididamente ser vereador é coisa muito fácil, que eu, que aliás alimentava a esperança de armar à gratidão dos meus concidadãos, pugnando, na Câmara Municipal, pelo embelezamento da cidade, renuncio às minhas veleidades de futuro edil.

É que dou o cavaquinho pelas dificuldades; só me contento daquilo que me custe algum esforço e sacrifício. Isto de ser vereador como posso ser inspetor de quartirão – não me cheira.

O autor das *Notícias várias* disse ontem o diabo do autor dos *Macaquinhos no sótão*; entre outras coisas magoou-se por José Telha chamar-lhe bêbedo. Perdão; mas quem disse anteontem que o autor das *Notícias várias* parecia estar na *chuva* não foi José Telha: fui eu. Reclame.

Eloi, o herói

25 de novembro de 1886

O *Apóstolo*, respondendo com duas pedras na mão aos reparos que fiz a propósito da inclusão do nome de Pôncio Pilatos e da inutilidade da palavra *morto* no Credo, rebate-os com o seguinte argumento:

“Pilatos está no Credo, como podia estar também *Eloi de palanque*, ou outro escritor do *Diário*, se naqueles tempos fosse um destes governador da Judeia. É ele testemunha de um fato histórico, e por estar ligado à paixão foi sabiamente introduzido no Credo pelos Apóstolos, de modo a em tempo algum poderem ser acusados de

farsistas. Não podia ressuscitar sem estar morto, é verdade; como se demonstraria que ressuscitara sem ter se provado sua morte?”

Entenderam essa geringonça? Nem eu. E grande favor me fará quem ma puser em trocos miúdos. O leitor tenha a bondade de cotejar o que eu disse com o que disse o *Apóstolo*.

De todo o seu artigo só tenho que replicar a um ponto: se eu ou se algum dos meus colegas do *Diário de Notícias* fôssemos governador da Judeia no tempo de Jesus Cristo, não há razão nenhuma para crer que não defendêssemos o medeio dos homens contra a fúria dos seus perseguidores.

Mas o *Apóstolo* tem a sacrílega vaidade de imaginar que, exercendo aquele cargo, nos tornaríamos dignos de entrar, como Pilatos, no Credo, pelo simples fato de que de vez em quando gracejamos com ele, *Apóstolo*. Olhem, não querem ver o Cristo de latão?

Eu ia continuar, e tinha muitas coisas que dizer, quando o paginador do *Diário de Notícias* me pediu que moderasse o nobre entusiasmo.

Limito-me, pois, a estas poucas linhas, fazendo votos para que o leitor não se suicide por se ver privado da minha prosa.

Eloi, o herói

27 de novembro de 1886

Lá disse o poeta:

Que não deve chorar alheio fado
Quem tem o de ser mestre de meninos.

Mas isto foi no século passado; hoje o caso muda de figura; a vítima não é o professor, é o aluno.

Haja vista o menino Américo, cuja nefasta aventura, narrada em todos os jornais de ontem, é natural que fizesse chorar muitas mães.

Só elas, as mães, são capazes de medir toda a hediondez desta covardia: chicotear uma criança.

Nós, os homens, aquilatamos essas coisas com o espírito; elas fazem-no com o coração.

Se constituíssem um tribunal de mães para julgar o Sr. Dr. Joaquim Abílio, e castigá-lo, eu não quisera estar na pele desse terrível demagogo.

Não é o primeiro fato dessa ordem que a imprensa tem ultimamente denunciado; o menino Américo sustenta que no colégio Abílio impera o regime moscovita do chicote, e pessoas fidedignas asseguram-me que em mais de um colégio desta Corte os pobres meninos são tratados a relho.

É preciso que as respectivas autoridades verifiquem o fato, e punam seriamente esses pseudo educadores, que, se algum colégio deverão dirigir, não seria decerto para educar meninos.

Averiguados estes fatos, já me não admiram as arruaças dos endemoninhados estudantes de preparatórios, que esbordoam carroceiros inofensivos e vazam os olhos aos agentes subalternos da força pública!

Pois se esses fedelhos são educados a chicote!

Ouvir rosnar que o Sr. Ministro do Império fará baixar um Aviso, fechando o colégio Abílio.

Se for verdade, nunca lhe doam as mãos, Sr. Ministro.

E o Sr. Abílio – para ter alguma coisa em que se ocupar – que entre de sócio para o café-concerto, ou antes, para o cerveja-concerto da Guarda Velha, que, em vez de se chamar *Folies Brésiliennes*, passará a chamar-se *Folies Macaúbas*.

Tenho alguma coisa que acrescentar ao que ontem disse, relativamente ao tumulto que a Câmara Municipal de Niterói pretende erguer, para depósito sagrado das cinzas de Carlos Ribeyrolles, no cemitério de Maruí.

A patriótica e piedosa ideia partiu do meu ilustrado colega do *Fluminense*, Sr. Dr. Guilherme Briggs, que na assembleia provincial do Rio de Janeiro, em sessão de 8 de outubro do ano passado, depois de proferir um brilhante discurso, apresentou, como deputado, que é, um artigo aditivo ao orçamento municipal, autorizando a Câmara despende a quantia de 1:000\$000 com a construção de um jazigo perpétuo para conservação dos restos mortais do ilustre proscrito.

Ainda uma retificação: Ribeyrolles não faleceu, como eu ontem disse, em 1866, mas em 1º de junho de 1860. É ainda o discurso do Sr. Briggs que me fornece ensejo para esta emenda.

Escrevem-me os Srs. *Moradores da rua de D. Carlota* que a empresa Gary trata como uma enteada essa rua, que pertence, aliás, a um dos bairros do *high life* fluminense: a Botafogo.

“Por ali as carroças de irrigação nunca passam, dizem eles; o capim e outras ervas crescem pacífica e livremente. As grades dos esgotos das águas pluviais não têm sido desinfetadas, e por elas escampam e difundem-se gases tóxicos e mefíticos, prejudiciais em qualquer tempo e muito principalmente na quadra atual”.

Este receio do micróbio é perfeitamente legítimo; peço à empresa Gary que trate de dissipá-lo, e quanto antes melhor.

O autor das *Notícias várias* descobriu um erro de gramática no meu *Palanque* de anteontem. Isto não quer dizer que descobrisse a pólvora, porque qualquer menino de escola faria o mesmo.

Onde estava eu com o juízo quando escrevi aquilo, e onde o tenho neste instante, que não ponho as culpas na tipografia?

Li o *Apóstolo* de ontem. Afinal de contas, pouco me interessa e pouco interessa aos meus leitores saber se Pilatos está no Credo como Pilatos no Credo.

O espaço de que ainda posso dispor é pequeno para estender ao *Apóstolo* a mão leal e honesta, e agradecer-lhe a estima e a consideração com que ontem me cativou para sempre.

Eloi, o herói

29 de novembro de 1886

(Artigo que, por falta de espaço, deixou de ser publicado ontem).

Fraca defesa a que ontem produziu em todos os jornais o diretor do colégio Abílio, relativamente à questão do aluno Américo.

Entre outras declarações, esse cavalheiro fez as seguintes:

1º, que não se incomodou com o procedimento que teve o Sr. Reginaldo Cunha, dando publicidade ao fato do castigo físico infligido a seu filho;

2º, que esse menino cometia crimes contra a inocência dos seus condiscípulos;

3º, que o aluno Américo há mais de quatro anos se achava no colégio.

Deixemos sem comentários o primeiro ponto, em que o diretor de um colégio declara que não o incomoda saber-se que ele “vergastou” uma criança, e analisemos os dois últimos.

É difícil acreditar que uma criança de 12 anos atente contra a inocência de outras crianças; mas, admitida a possibilidade do fato, Américo forçosamente tem cúmplices, e não me parece que estes sejam menos indecorosos que ele.

Confessar que uma criança entrou para o colégio aos oito anos de idade, e, quatro depois de lá estar, incorreu em penas de açoites pelo fato de cometer vergonhas imperdoáveis, é confessar que esse colégio, longe de ser uma casa de educação, é um lugar onde ruins coisas se aprendem.

Se na realidade o menino Américo é um devasso precoce; se é certo que pretendeu introduzir, ou introduziu, no colégio Abílio os vícios da antiga Roma; não é provável que saísse tão criança da casa de seus pais com tais costumes, ou que, depois de estar no colégio, a natureza lhe sugerisse atos que à natureza repugnam. Não! nem os vícios nem as virtudes são faculdades espontâneas do espírito humano; aqueles contraem-se e estas aprendem-se. O menino Américo não tem a responsabilidade dos seus atos.

Não há de minha parte prevenção alguma contra o colégio Abílio, que é reputado um dos primeiros estabelecimentos de educação desta Corte. Mas contra os argumentos que apresento não haverá protesto que me desconvença. Se o menino Américo é uma criança imoral (haverá crianças imorais?) a culpa tem quem o educou, ou quem o educa, porque aos doze anos ninguém pode estar completamente educado.

Ora, se o colégio Abílio é reputado entre os primeiros, e se o seu diretor merece a pintura que dele fizeram – noutra declaração – alguns distintos professores dignos de fé, imaginem o que se passará no interior desses internatos suspeitos, cujos diretores ninguém conhece, cujos professores ninguém sabe se tem, não digo a autoridade, pois isso não se discute nesta terra, mas a moralidade precisa para dirigir a inteligência dos homenzinhos.

Para este assunto, que é bastante grave, deve o Governo olhar com muita solicitude.

Ao Sr. Dr. Abílio falta a primeira qualidade de um educador: a brandura. Com ela tudo se consegue. Por maior que seja uma falta cometida aos 12 anos de idade, não merece correção de vergastadas. Eu aprendi a ler com minha mãe; sempre que lhe ameaçava os ouvidos com uma silabada, ela interrompia-me com um beijo. E eu sei ler.

Oh, minha santa mãe, pobre velha entrevada, de quem o destino me separou talvez para sempre! uma vez que invoquei o teu doce nome, peço-te que perdoe ao escritor das *Notícias várias* o ter-me ontem chamado bêbado.

Tu tens a certeza de que eu nunca me embriaguei; que me importa que outros o afirmem?

Eloi, o herói

11 de dezembro de 1886

Nesta formosa capital, em boa hora o diga, ninguém morre de fome; entretanto, que interessante e curioso livro escreveria um observador do talento sob este título *A miséria no Rio de Janeiro*!

Houve tempo em que eram aqui infamemente explorados os pequenitos italianos, que andavam por essas ruas a engraxar botas e a tocar rabeca, obrigados, por odientos empresários, a levar-lhes à noite certa e determinada quantia. Esses tratantes, mais miseráveis que os próprios *cáfrens*, desapareceram, rechaçados, cuido, pela embaixada italiana e pelas empresas jornalísticas, que, com a venda avulsa das folhas, proporcionaram aos pequenos uma profissão rendosa e definida.

Infelizmente, a ignóbil especulação acabou, sem que as autoridades brasileiras tomassem, contra esses *comprachicos* de nova espécie, as enérgicas e louváveis medidas que adotarem contra *cáfrens* e *caftinas*.

*

Agora a coisa é outra, não menos indigna. Os leitores devem ter naturalmente observado certas mulheres que por aí andam, andrajosas, fétidas, repulsivas, levando ao colo um fedelho de meses e pela mão uma ou duas crianças mais crescidas.

De onde vieram essas indigentes, que o povo designa pelo nome de *turcas*, simplesmente pelo fato de já as ter visto acompanhadas por uns homens enjorcados nas clássicas fofas dos muçulmanos, a cabeça coberta pelo vermelho *fez* tradicional?

Quem são essas mulheres, e de que odioso negócio são vítimas passivas, estúpidas, resignadas? Os pequenitos que elas carregam serão realmente seus filhos, ou criminosos pretextos para iludirem o público, armando à caridade fácil das mães compadecidas?

*

Ainda ontem chamaram a minha atenção para uma dessas desgraçadas, que passava pela rua do Ouvidor, nova, muito nova ainda, e até bonita entre os farrapos que mal a cobriam; trazia os seios à mostra, e um pequenito disputava-os, fazendo um berreiro incrível. A mãe (se era mãe) negava-lhos, e a pobre criança, faminta, chorava desesperadamente. Ela aproveitava-se desta situação patética para estender a mão aos transeuntes. Destes – justiça se lhes faça! – raros se iludiam e davam esmola; a maioria passava indiferente, desviando os olhos daquele espetáculo ignóbil.

Oxalá que as autoridades competentes penetrem nos antros sórdidos em que se preparam essas misérias, dignas da pena de um Carlos Dickens, e corram a vergalho, ou mesmo a bengalinha de junco, os respectivos empresários, homens sem pátria, sem religião, sem dignidade, sem família, sem a mais leve intuição de moralidade e respeito.

*

Para consolar os meus olhos de tão repugnante cena, entrei no estabelecimento Moncada, e apreciei quatro pequenas telas do distinto pintor brasileiro A. Parreiras, representando diversos pontos de Icarai e S. Domingos. Ainda aí patenteou o jovem artista o aproveitado talento que de sobra revelou noutros trabalhos.

*

Quem não revela talento é o Sr. J. da C. S., que me pediu, em carta, lhe dissesse onde está o erro no seguinte verso de sua lavra:

Resolvendo problemas que jamais têm fim

Não! lá para ensinar meninos é que não estou disposto; consulte um tratado qualquer de metrificação, e peça perdão a si próprio das asneiras que amontoou na sua carta.

Eloi, o herói

13 de dezembro de 1886

Muito envergonhada deve a estas horas estar a polícia da Corte. Anteontem foi para ela um dia aziago. Prenderam-se quatro gatunos, mas em que condições, meu Deus!

Antônio da Silva Africano foi preso por estar ferido por Miguel Brás, um honrado trabalhador que pagou com a vida o atrevimento de invadir as atribuições da polícia.

José Dias, vulgo *Bigode de arame*, e Luiz Antônio de Oliveira, vulgo *Desdentado*, foram catrafiados por diligências de uma senhora, D. Maria Catarina da Conceição.

Outro gatuno foi pilhado na rua dos Inválidos pelo Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, que o mandou apresentar à autoridade.

Em compensação, a polícia, ainda anteontem, *verificou* que uma casa da rua Vieira Bueno e outra da rua Abílio haviam sido assaltadas; aí nenhum gatuno foi preso, porque os agentes do Sr. Coelho Bastos não tiveram a felicidade de encontrar senhoras ou cavalheiros que o auxiliassem.

*

Decididamente é preciso alterar a letra da copla dos *Brigands*, que tantas vezes tem sido citada a propósito da polícia: já não são *carabiniers* que vão

Au secours des particuliers,

mas *les particuliers* quem deverá ir

Au secours des carabiniers.

Leitor, se não és perito no manejo de armas de fogo, e se algum dia fores visitado pelos gatunos, o mais prudente, para que te não aconteça o mesmo que ao pobre Miguel Brás, é ficares muito quietinho na cama, roncando, para que eles suponham que estás realmente nos braços de Morfeu. No dia seguinte cala-te muito caladinho; não vás queixar-te à rua do Lavradio. Os teus desagradáveis hóspedes seriam capazes de voltar, para pedir-te conta do teu procedimento.

Se, porém, sabes atirar ao alvo, e se possuis um magnífico Flaubert, não percas a ocasião de dar cabo de qualquer gatuno; prestarás desse modo um relevante serviço à sociedade, a ti próprio e, sobretudo, à polícia, que soltará um suspiro de alívio, e exclamará: – Menos um!

O tribunal do Júri, para ser coerente com as suas últimas decisões, será capaz de condenar-te pelo crime de homicídio; mas não importa: a tua consciência ficará tranquila.

*

Tão tranquila como estava anteontem a autoridade que presidia ao espetáculo no teatro Lucinda, enquanto certos espectadores apupavam escandalosamente o afamado professor Stefano e os célebres irmãos Harten's.

Nem aquele afamado professor, nem estes célebres irmãos, nem mesmo o incomparável Nerlow (os adjetivos são todos do cartaz), me parecem, na realidade, dignos do menor aplauso: são todos uns pelotiqueiros muito insuficientes. Mas o público poderia reprová-los com mais generosidade, sem recorrer às chufas da

capadoçagem. Pesou-me ouvir mancebos de educação: *Oh! Chuva! – Sai, sujo! – Ai, cara dura!* – e outras graçolas.

Deste modo, o público, pretendendo reprovar os artistas, dá-lhes o direito de o reprovarem a ele, e de reprovarem a polícia, que nem sequer se mexeu, naturalmente receosa de qualquer represália.

*

Acresce que nessas chufas envolviam o nome do empresário Celestino, que não me parece responsável pela incompetência de tais artistas. Não os conhecia, e a sua boa fé foi ilaqueada pelos hiperbólicos elogios que lhes fizeram jornais europeus e argentinos.

Está visto que, se o empresário soubesse que se tratava de artistas de última ordem (exceção feita do ventríloquo Ross), nem sonhando os houvera contratado; e no seu direito estará, cuido, se desfizer o contrato.

Em todo caso, a apupada foi indecente.

*

A própria pateada sendo, aliás, muitas vezes, uma coisa justa, é, no meu entender, a mais grosseira e maldosa das covardias. O público devia abolir esse costume bárbaro, e só manifestar o seu desagrado pelo silêncio. Não há nada mais triste do que ver dúzias e dúzias de homens a insultar com os pés um pobre artista indefeso, muitas vezes obrigado, por circunstâncias especiais, a fazer triste figura.

Haja vista o Sr. Garnier, esse infeliz *partenaire* de Sarah Bernhardt.

Não há dúvida que, se ele houvesse estreado no papel de Hipólito, da *Fedra*, não passaria pelos dissabores por que passou, não conheceria o ruído infernal dos nossos pés, antes de ouvir a bulha sonora das nossas mãos. Mas impingiram-lhe o papel de Loris Ipanoff e, logo depois, o de Armando Duval: não houve meio de evitar a catástrofe. Ai está um bom ator, acariciado pela imprensa parisiense, trazendo escala pela casa de Molière, e pateado ali no Rocio, como o seria o último *cabotin* dos *Bouffes du Nord*.

Eloi, o herói

14 de dezembro de 1886

Todas as vezes que tenho falta de assunto para o meu artigo, recorro ao Paula Ney, que é inesgotável.

Ontem cheguei à redação, sentei-me, estendi diante de mim uma grande porção de tiras de papel, molhei a pena e escrevi *De palanque*.

Só então percebi que me faltava o principal, que era o assunto. Poderão objetar-me que era o talento. Mas ora adeus! o cronista, dispondo de um assunto, pode fazer alguma coisa, embora não tenha talento; o que eu duvido é que o talento lhe preste, se ele não tiver assunto.

A minha situação era duplamente desesperadora, porque eu – pobre de mim! – não dispunha nem de talento nem de assunto.

As tiras de papel continuavam à minha espera, e eu contemplava angustiado a sua implacável brancura, pedindo intimamente aos meus deuses que me deparassem meios de me desobrigar do indeclinável dever de rabiscá-las.

Eureka! – Era ele, o Paula Ney, que penetrava na redação com um estardalhaço de exclamações assustadoras, e despejava sobre a sua mesa de trabalho papelinhos, papelinhos e mais papelinhos, que ia tirando de todas as algibeiras e até do forro do chapéu e do cano das botas.

Eram notas, que iam ser convertidas em outras tantas notícias; notas fugitivas, apanhadas no ar, contendo muitas vezes de uma frase, de uma palavra só, que, torcida, retorcida, espremida e interpretada convenientemente, ou inconvenientemente, fornece uma notícia de sensação.

O Paula Ney é o beijinho dos *reporters* fluminenses; não receia medir-se com nenhum dos seus colegas na ciência difícil de conquistar uma notícia; mas o endiabrado rapaz tem uns ciúmes terríveis dos tais papelinhos cabalísticos, e, se não fora uma rajada de vento, que ontem os dispersou pelo chão, eu não leria num deles esta palavra *Conservatório*, que me pôs a pedra no sapato.

De qual dos conservatórios se tratava? Do de música ou do dramático? Mistério... Mistério e reportagem...

O Ney nem à mão de Deus Padre me quis dizer a significação daquela palavra isolada. Arrancou-me o papelinho das mãos com um ímpeto de tigre, e guardou-o cuidadosamente no seio, como se ali estivesse um pedaço da sua própria existência.

Mas eu não quis perder os meus direitos sobre a sua *verve*; as tiras de papel continuavam virgens de tinta preta...

– Acode-me, Paula Ney! acode-me! dê cá um assunto! bradei.

– Queres um assunto? perguntou ele muito sério.

– Sim!

– Pois vou dar-te um; magnífico!

– Qual?

– A falta de assunto...

Eu não redargui; dei meia volta à direita, fui sentar-me, mergulhei e pena no infecundo tinteiro, e escrevi o que aí fica.

Eloi, o herói

15 de dezembro de 1886

O Sr, chefe de polícia de Niterói tirou a limpo o famoso cárcere privado dos salesianos, que tanto deu que falar.

O subdelegado Fidelis dos Santos Amaral foi ao colégio de Santa Rosa, e, segundo declara, em ofício dirigido ao mesmo Sr. chefe, o diretor do estabelecimento lhe franqueou a entrada com a maior urbanidade.

Dizia-se que o menino Sebastião Freire da Silva, de dez anos de idade, estivera encarcerado durante quinze dias, a pão e água. A lebre foi levantada pela *Província do Rio de Janeiro* – *Província-papel*, diz o subdelegado, naturalmente para que não confundam a província-província.

O Sr. Fidelis informou-se minuciosamente do ocorrido: o menino Sebastião esteve preso, apenas seis dias, num quarto ventilado e claro; passava as horas lendo; saía para se alimentar em companhia dos outros alunos, e à noite repousava no dormitório geral.

O ofício termina pelas seguintes linhas: “O diretor agradeceu-me (o Sr. Fidelis não diz o que), e rogou-me que visitasse, percorresse o seu estabelecimento e interrogasse os meninos toda a vez que aparecessem denúncias contra ele”.

Infere-se da leitura desse ofício que a polícia de Niterói, ou, pelo menos, a subdelegacia do 3º distrito do município, tem pronunciada simpatia pelo colégio dos padres salesianos.

Pois, senhores, eu, que, por falta de provas, não tinha até agora formado opinião a respeito desses educadores, declaro que a leitura do ofício do Sr. Fidelis, ofício que, longe de justificar, acusa, despertou dentro de mim um sentimento que nada tem de amável nem de cordial.

Está provado que os padres salesianos prenderam, durante seis dias, uma criança de dez anos. Durante seis dias ficou o menino Sebastião privado do estudo, naturalmente por ter cometido uma falta própria da sua idade.

Mas, digam-me pelo amor de Deus! digam-me o que pode ter feito um fedelho que nasceu o outro dia, em 1876, para merecer a mesma pena com que a polícia castiga os marmanjos que são alta noite surpreendidos a experimentar chaves falsas nas fechaduras alheias!

A prisão era ventilada, se é que o subdelegado ventilou realmente o fato; o pequenino preso comia e tinha onde dormir; mas os assassinos engaiolados na Casa de Correção também têm ar, sopa e cama, que diabo!...

Mal vamos nós, se a polícia é a primeira a aplaudir esses excessos de rigor, a autorizar os diretores de colégio, salesianos ou não, a prender os alunos delinquentes, exercendo desse modo um direito que o Código não confere à própria polícia, porque não reconhece criminosos que o sejam antes dos dezoito anos de idade.

As autoridades (já se vê que não me refiro às da força do Sr. Fidelis) devem reprimir energicamente os abusos dessa ordem. O castigo corporal corrompe o caráter da criança; degrada-a, achincalha-a, e prepara-a para, mais tarde, na vida pública, receber com cinismo toda a reprimenda honesta.

Nalgumas casas de educação é costume até punir as crianças, obrigando-as a estudar mais que de costume. – Ah! ah! exclama o professor; o menino pregou um rabo no seu condiscípulo? pois vai copiar já, já, três páginas da sua gramática! – E aí está o processo mais pronto (e mais estúpido) para infundir nas crianças o horror pelo estudo.

Convençam-se de que isto de educar crianças é muito mais difícil que engendrâ-las.

Eloi, o herói

18 de dezembro de 1886

O fluminense tem medo da chuva. Não é pela chuva, bem sei, mas pelo estado lastimoso em que ficam as nossas ruas, e pelo péssimo sistema, que adotamos, para o escoamento das águas pluviais. Que horror!

Ontem às quatro horas não chovia ainda, mas “papai do céu ralhava”, como dizem as crianças; o tempo estava carrancudo e ameaçava-nos com uma trabuzana.

Debrucei-me à janela do *Diário de Notícias*. A rua do Ouvidor era atravessada a passo de carga por uma multidão de indivíduos apressados, tão apressados que pareciam ir salvar o pai da forca. Não havia motivo plausível para aquela marcha forçada, ao som de trovões longínquos, modestamente anunciados por alguns relâmpagos tímidos.

Grande parte dos transeuntes vestiam pesados sobretudos. É singular! O fluminense passa dias e dias a queixar-se do calor; não há praga que lhe não rogue nem epíteto ignominioso que lhe não assaque. Entretanto, basta que a temperatura desça uma polegada, ou ameacem abrir-se as cataratas das nuvens, para que ele envergue alguns quilos de lã, que a estas horas seriam apreciadíssimos na Sibéria ou na Lapônia.

De modo que o fluminense está irremessivelmente, e por sua própria culpa condenado ao calor, de que ele não gosta. Mas vão lá convencê-lo de que o sobretudo é

uma coisa detestável, pelo menos tão detestável como o chapéu alto e a bengala de Petrópolis!

Ai de quem precise andar pela rua do Ouvidor enquanto chove! Ou tem que ficar invernado numa loja, ou encharcar os pés numa enxurrada contínua, capaz de levar consigo um boi!

Há uma postura municipal que proíbe o trânsito dos veículos pela rua do Ouvidor, desde as 9 horas da manhã até as 10 da noite. Essa postura, por uma singularidade inexplicável, tem sido até hoje religiosamente cumprida.

Ora, o que a Illma. Câmara teve em vista quando a promulgou, foi, cuido eu, evitar o atropelo causado pelos carros numa rua tão estreita e tão frequentada.

Pois se assim foi, por que razão não se permite a passagem dos carros pela rua do Ouvidor enquanto chove?

Em chovendo, não há hipótese de poder ali um filho de Deus, abrigado em qualquer loja, ir buscar um tálburi sem ficar molhado como um pinto!

Se ao menos houvesse na “grande artéria” uma linha de *bonds* fechados, que só funcionasse, note-se, em ocasiões de chuva...

Aí está uma ideia que ofereço à companhia da Carris-Urbanos, e não lhe peço alvissaras, apesar de homem prático; ela que teça os pauzinhos, para que possa fazer transportar inundados da rua Direita ao largo de S. Francisco de Paula, e vice-versa.

A esses veículos, mais do que às antigas diligências poder-se-ia denominar gôndolas, pois não há dúvida que o Rio de Janeiro, quando chove (só quando chove), faz lembrar, a cidade de Marino Falliero.

Só quando chove...

Eloi, o herói

19 de dezembro de 1886

Abri ontem um dos números do *Gil Blas*, ultimamente chegados, e li a seguinte notícia:

“M. de Albuquerque, senateur du Brésil, est en ce moment à Paris [...] compte passer l’hiver. M. d’Albuquerque est l’auteur du projet de loi que garante la propriété littéraire au Brésil”.

M. de Albuquerque é o senhor Diogo Velho. Na realidade, *Diagô Veiô* soaria mal aos ouvidos parisienses, e bem andou o *Gil Blas* escolhendo o *Albuquerque*. Pena foi que lhe escapasse o *Cavalcanti*. “Cavalcanti d’Albuquerque” – voilá um nom!

Entretanto, o que fez com que o Sr. Diogo Velho figurasse nas *Nouvelles et Ecos* da espirituosa folha *boulevardière* não foi, creiam, aquela retumbante enfiada de nomes fidalgos, nem a partícula *de*, tão apreciada pela vaidade parisiense, mormente depois que a França pôs barrete frígio pela terceira vez.

O ilustre senador pelo Rio Grande do Norte apresentou na câmara vitalícia um projeto sobre propriedade literária; desse fato provém a importância que lhe dá o *Gil Blas*. Antes dele, tantos senadores brasileiros estiveram na grande capital e nenhuma folha se lembrou de gastar um *Est en ce moment à Paris*, que corresponde perfeitamente ao nosso indefectível *Acha-se entre nós*...

Na realidade, o projeto do Sr. Diogo Velho, ou de Mr. d’Albuquerque, como quiserem, corresponde a uma necessidade imperiosa, urgente, indeclinável.

Tanta coisa se tem escrito sobre assunto de tanta importância, que seria pedantismo de minha parte encher esta coluna com a milésima edição dos respectivos argumentos, mais ou menos sólidos, produzidos nestes últimos tempos. A propriedade literária só não é uma propriedade na opinião de Sua Majestade o Imperador e dos positivistas. Que Affonso Karr lhes perdoe.

Sob o título *Ferróvia ou Ferro-via?*, o Sr. Carlos Liberalli Júnior, professor público de Macaé, dirige à redação do *Diário de Notícias* uma carta, de que extraio o seguinte tópico:

“Nessa obra (*Saraiva e Castilho* – obra em dois volumes) discute-se a questão que serve de título a estes modestíssimos rabiscos: *Ferróvia ou Ferro-via?*”

“Opina o Sr. J. R. Saraiva, autor da dita obra, que se deverá criar a palavra *ferrovia*, porquanto com ela se formariam muitas outras palavras derivadas e com relação à mesma.

“Por exemplo:

“Companhia *ferrovial* de transportes;

“Ele *ferroviou* durante três dias;

“Estes trilhos não são *ferroviáveis* ou *ferroviantes*, porque são fracos;

“É *ferroviantemente* contínuo.

“E mais os seguintes: *ferroviactil*, *ferroviantemente*, etc.

“Não me parece inaceitável a opinião do Sr. Saraiva, e pelo meu amigo Sr. Siqueiros fui incumbido de fazer a propaganda da palavra *ferrovia*.

“Entrego-a, pois aos Srs. redatores do *Diário de Notícias*, bem como ao meu distinto mestre Sr. Augusto Conny. Aguardo ansiosamente a opinião de SS. SS., esperando exponham o que pensam a respeito”.

Pela parte que me toca, declaro que nem *ferróvia* nem *ferro-via* me agradam; prefiro-lhes *via-férrea*. Têm a palavra os meus colegas, o Sr. Conny e, se quiser, o jovem escritor das *Notícias várias* do *Jornal do Comércio*.

Este meu prezado amigo escreveu anteontem o seguinte:

“A um dos malogrados concorrentes a um lugar de amanuense da secretaria da agricultura perguntavam ontem na rua do Ouvidor pela causa de tão grande desastre.

– Que diabo! Vocês eram dezoito, três fugiram, doze foram reprovados e só três escaparam.

– Como não havia de ser assim! O milagre esteve em que três escapassem. Imagina que para análise gramatical deram-nos a prosa que o herói deita de palanque.

Segundo me informam, o trecho, escolhido para análise gramatical do concurso de que se trata, foi tirado não do *Diário de Notícias*, mas da *Vida do Padre Antônio Vieira*.

Se o tal malogrado concorrente não fosse um “concorrente malogrado”, seria caso para lisonjear-me, e estimular a minha mania de rabiscar papel, o me haver confundido com João Lisboa.

Eloi, o herói

27 de dezembro de 1886

Rogo encarecidamente ao leitor que não considere um artigo o amontoado de linhas que se segue. Eu daria hoje ponto, se não fosse a necessidade de pôr em dia a minha pequena correspondência.

O Sr. J. S. leu numa folha francesa, cortou e remeteu-me em carta a seguinte notícia, que traduzo, por me parecer de certa atualidade para o Rio de Janeiro:

“O Sr. Henrique Roget, professor de física, domiciliado em Genebra, acaba de levantar um novo sistema de correção para os meninos de escola.

“Consiste numa espécie de palmatória (pela aparência) movida por uma máquina elétrica.

“Coloca-se o delinquente diante do aparelho, com a parte *castigável* do corpo inteiramente nua. Entretanto, o pequeno recebe, em vez de palmadas, uma descarga de chispas elétricas – graduada conforme o delito. A dor é forte mas muito rápida, e as chispas não deixam vestígios de espécie alguma”.

Conto que a estas horas tenha o Sr. diretor do colégio Abílio encomendado já o novo aparelho, que, em todo o caso, me parece preferível à famosa bengalinha de junco, que deu que falar.

O Sr.? escreve-me o seguinte bilhete:

“Vou lhe sugerir uma ideia para o seu tão apreciado *De palanque*” (Muito obrigado, cá recebi...). “O aristocrático bairro de Botafogo precisa, como sabe, de distrações”. (Também eu...). “Por isso, alguns dos seus constantes leitores – é preciso observar que também entram leitoras – pedem-lhe mostre a conveniência que teria a abertura de um teatrinho em Botafogo, no qual a gente pudesse passar algumas horas divertidas, etc”.

Resta saber se o que se deseja é um teatro público ou particular. No primeiro caso, não me parece que o bairro tenha forças para sustentar uma empresa dramática; no segundo, já lá está o teatrinho da Gávea, que é frequentado, segundo me consta, pelas principais famílias botafoguenses ou botafogosas.

Um meu *constante leitor* envia-me um soneto, que diz ter sido escrito por um menino de treze anos, e exige a minha opinião sobre esse trabalho.

Eu respondo como a infeliz esposa do João Silveira:

– Você é fino, mas eu sou ainda mais fino que você.

O soneto em questão (que não é precisamente um soneto, por isso que não obedece às regras estabelecidas para este gênero de poesia) começa por um quarteto *à la* arcade, naturalmente copiado de algum alfarrábio dos tempos do café Nicola:

Qual bondoso pastor que as ovelhinhas
Ao querido redil à tarde acolhe, etc.

O segundo quarteto, que não rima com o primeiro, é visivelmente obra de outro autor; não tem sentido e exhibe o seguinte verso:

E se o lobo voraz que as persegue,

de metrificação diversa.

O último verso cheira a 1820, que tresanda:

Vós, ó Pedro, luzeiro da verdade...

Está patente que o meu constante leitor quis mistificar-me; entretanto, se assim não for, se aquilo é realmente produzido por uma criança, aí vai o meu *ultimatum*:

– Se um filho meu, aos treze anos de idade, me apresentasse uma borracheira daquela ordem, eu dava-lhe um puxão de orelhas.

Ao ex-artista, Sr. Dr. B. de M. agradeço as amáveis mentiras que me dirigiu; os seus versos serão publicados no próximo número do *Mequetrefe*; e ao Sr. *Um que não é herói* direi que não vale a pena ser miserável a ponto de escrever cartas anônimas, sem envolver na respectiva descompostura alguma coisa que magoe a vítima.

Ora aqui está o que me escreveu esse patife, – vejam se há coisa mais inocente: “Não sei onde estou, que não meto os pés nesse enorme abdômen! Para que se mete a escrever quem tão bem como V. seria um perito cozinheiro (Quem me dera!) ou mesmo um engraxate (Isso não!). Desça desse palanque tosco, onde, com esgares desenxabidos de truão de feira, bestifica os bons dos assinantes desse pobre *Diário*. Anda, herói de realejo, vai pelo interior desses brasis afora, onde a ignorância domina, representar as tuas cenas cômicas funambulescas, que só assim serás alguma coisa na Beócia. Vai, truão de esquina, vai com tua charamela até a feira de Sorocaba, que lá receberá aclamações dos teus iguais!”

Veja lá, ó amigo, isso poderia ficar entre nós dois, e eu ponho entre as nossas pessoas um público inteiro... Ele que nos julgue.

Se os leitores não estão realmente bestificados pela minha prosa, dirijam-se ao salão do Vieitas, se quiserem apreciar dois ou três estudos de figura, feitos, *d’après nature*, pelo esperançoso pintor Teixeira da Rocha, aluno da nossa Academia de Belas Artes.

Eloi, o herói

1887

04 de janeiro de 1887

No drama *Amélia Smith*, de Escragnolle Taunay (Vide o meu artigo de ontem), há nada menos de quinze personagens episódicos, a saber:

Dr. Ramos, que já conhecemos.

Silveira, o namorado preterido de Amélia. Ao ler o 1º ato, supus que esse galã, tão bem apresentado, tomasse parte saliente no entrecho da peça. Infelizmente desaparece no primeiro ato. O autor poderia, com algum esforço dispensar o Dr. Ramos e aproveitar o Dr. Silveira para o desenvolvimento da tese científica do 3º ato. Não seria mais pungente a confissão de Amélia, se ela a fizesse ao seu primeiro namorado? A luta entre o amor da mãe e o orgulho da mulher não seria mais dramática? Bem sei que não é coisa muito fácil transformar um amante despeitado em médico solícito, mas justamente nessas contraposições consiste o engenho do dramaturgo; no teatro tudo se justifica, e um escritor que tenha a habilidade do autor de *Amélia Smith* deve ser como Gusman, que não conhece obstáculos.

Jacinto Pires, *Siqueira de Moraes*, *Dr. Moreira Alves*, personagens secundários sem relevo algum.

Mme. Jaborandi, *D. Prudência* e *D. Francisca*, que me parecem três excrescências, três tipos que destoam consideravelmente do feitio geral da peça. São mulheres ridículas, espevitadas, que andam de casa em casa a angariar donativos para os sobrinhos do Dr. Teopompo Madureira, um sábio, que morreu na miséria depois de haver escrito um livro monumental: *As abelhas e os homens*. Mesmo como um traço de costumes, não me parece que estas damas estejam irrepreensivelmente desenhadas; não conheço tipos de semelhante espécie na nossa sociedade. O dramaturgo poderia, sem prejuízo, suprimir a cena V do 1º ato.

Conselheiro Simplicio Nunes. Este sim! Aí está um tipo perfeitamente observado! Com a transcrição de um fragmento do diálogo, o leitor facilmente o reconhecerá. Fala-se do Dr. Jorge de Castro:

“JACINTO – Quando deputado, escreveu um romance bem notável... O seu drama também fez época.

CONSELHEIRO NUNES, *com vivacidade* – Tá, tá, tá! Não queira o amigo falar mal do nosso Jorge. Literatices em homens políticos! O Otaviano e o Alencar quiseram pôr isto em moda... mas felizmente não pegou... Nem podia pegar... Uma coisa é tratar de coisas sérias, muito sérias...

JACINTO – Na verdade, eleições de Cabrobó e Xiquexique...

CONSELHEIRO NUNES, *um tanto picado* – E por que não? São direitos importantíssimos do povo... Não viu a questão que agitei na Câmara? Falei cinco horas seguidas... Aquela irregularidade nas atas da eleição de Santo Estanislau das Dores de Nossa Senhora de Bacobira é insanável... perfeitamente insanável!... O Anísio ficou convencido... Um escândalo!

JOHN SMITH – Pois, meu caro conselheiro, na Inglaterra os homens de Estado são literatos.

CONSELHEIRO NUNES – Estas imitações nos perdem, meu bom amigo. Ou então não somos cabeça para tanto. Eu não gosto de estrangeirismo. Isso mesmo disse há dias a Sua Majestade o Imperador... Citemos a Inglaterra, estou de acordo... mas como efeito oratório... É meu modo de pensar”.

Há talvez certo exagero na pintura desse deputado taralhão; mas esse mesmo exagero é condição fundamental para o efeito cômico. O trecho transcrito é muito curioso, atendendo-se que foi escrito por um senador do Império. Escragnolle Taunay observou *in anima vili*.

D. Molina Regis é o adido de legação de que ontem falei. Figura só numa cena e diz apenas quatro palavras; entretanto, está perfeitamente fotografado. Quem os não conhece, a esses bonequinhos de embaixada, que andam pelos salões a suspirar idílios em diversas línguas, e a gabar-se entre si de conquistas fáceis iminentes favores?

Mendes Soares é o marido de *Arminda*, a desgraçada que Amélia expulsa de sua casa. O autor esqueceu-se de explicar por que motivo Arminda se refugia em casa de John Smith – uma casa cuja porta lhe haviam grosseiramente fechado. O suicídio do marido não me parece também natural, apesar do desespero de que se achava possuído o pobre diabo. Em todo caso, ninguém se suicida na casa alheia.

D. Júlia é a esposa do conselheiro Nunes, o deputado que não gosta de literatices, ignorando, coitado! que, sendo a oratória também um ramo da literatura, ele próprio é um literato, embora à moda de Mr. Jourdain, que fazia prosa sem se sentir. D. Júlia não me parece uma santa, a julgá-la pelo Dr. Siqueira, que a acompanha a toda a parte, e corrige os discursos do marido. O dramaturgo dá a entender – com muita delicadeza – que não é essa a única colaboração prestada pelo ao conselheiro Nunes pelo referido Siqueira. Tanto lhe bole na retórica como na descendência. Por isso, estranho que Amélia seja tão rigorosa para com Arminda e tão condescendente para com Júlia.

Mariana é a ama de leite de Amélia. É um dos caracteres mais acentuados da peça. O autor introduziu-o na ação, naturalmente para manifestar ainda uma vez a sua simpatia pelo escravizados. Não lhe quero mal por isso.

*

À parte os pequenos defeitos que resultam das minhas observações, impensadas talvez, tenho que *Amélia Smith* é uma das melhores peças teatrais que se tem escrito na nossa terra.

O autor chama-lhe drama: é comédia, tudo quanto pode haver de mais comédia. Numa nota declara que a teoria fisiológica do *ricambio male riale*, exposta no 3º ato, é o ponto delicado da tese que considerou e quis discutir. Antes de chegar a essa nota, eu imaginava que a pretensão do dramaturgo fosse menos complexa. Efetivamente neste belo drama demonstra-se que a virtude, por mais forte que pareça, é sempre frágil nas mulheres mal educadas, que não se casam por inclinação. A luta que se estabelece entre o amor e a virtude de Amélia está magistralmente descrita; qualquer outra sucumbiria, mesmo quando não fosse filha de Ayres Peres e de uma D. Lúcia.

Os caracteres estão desenvolvidos e sustentados, e a linguagem, bem portuguesa, e, contudo, bem brasileira, é guindada, como convém a peças de teatro. *Amélia Smith* é uma comédia moderna.

Os puritanos do teatro talvez façam carga ao autor por não haver respeitado as três famosas unidades que abrigaram o Cid, de Corneille, a fazer tanta coisa no mesmo dia; mas eu felicito-o pela sua independência. Apenas lamento que antes de publicar o seu trabalho não o confiasse aos artistas do Recreio Dramático. Estou certo que o receberiam com muito prazer e lhe dariam um desempenho condigno.

Eloi, o herói

08 de janeiro de 1887

Tomaram ontem posse, e prestaram juramento, os novos vereadores da Ilustríssima Câmara Municipal.

Era ocasião de fazer o histórico da administração transata, se não houvesse tanta recriminação pendurada no bico da minha pena. No momento em que os que saem entregam aos que entram as chaves desta mui heroica e leal, e vão tranquilamente para suas casas pensar no muito que poderiam fazer e no muito pouco que fizeram, é falta de generosidade lançar-lhes em rosto patifarias e escândalos. Demais a mais, pagaria o justo pelo pecador; havia entre o trigo algum joio, e na apreciação naturalmente iria tudo de cambulhada.

Façamo-nos otimistas, e lembremos as libertações do Livro de Ouro, a abertura da rua Felipe Nery, a inauguração de escolas, a enfermaria do Matadouro, a postura sobre açougues, e outras medidas que representam reais benefícios prestados ao município.

Queiram os novos edis imitar os seus predecessores no que fizeram de bem e desprezar-lhes o exemplo no que fizeram de mau; para isso, basta-lhes ser honesto – e ser honesto é a coisa mais fácil deste mundo.

Segundo me disseram, já ontem houve bate-boca na câmara, e as galerias intervieram, como de costume. Se os novos vereadores conseguirem convencer o público de que aquilo não é precisamente a Praia do Peixe, eu serei o primeiro a elogiá-los.

*

O mesmo não posso dizer do Sr. E. Colibrí, autor de um romance de seis páginas, intitulado *Amor e tiros ou o crime do bilontra*. Para que o leitor avalie a força deste Colibrí, basta ler a dedicatória do seu trabalho: “Ao belo sexo dedicamos este romance, e então achamos que é um dever transcrever aqui o pensamento de um poeta. Ei-lo: „A ingratidão é um crime“”. Que poeta será este?

*

Poetas! Poetas!... Decididamente, não há meio de me ver livre deles! Ontem recebi uma aluvião de cartas dos tais amigos.

– O Sr. G. S. diz que

Tudo quedo e mudo estava
 Uma folha seca que caía
 P'recia um ente que pisava
 Enquanto o sol não surgia.

Maluco!

– O Sr. Agê Június mandou-me uns alexandrinos longos como um discurso na Glória; amostra:

Só vejo o teu olhar, essa aurora que conduz.

– Um anônimo declara que é “descrente das regras métricas”, e prova-o com um soneto sem elas.

– O Sr. L. D. M. escreve-me: “Não tenho a honra de lhe conhecer, senão pelo vosso popular e honroso nome...”. Não fui mais adiante.

– O Sr. E. P. F. aconselha-me do seguinte modo:

“Eloi, deixa de falar em gramática,
 Sem patavina tu capisca;
 Há pouco fostes o próprio a dizer
 Que não precisa para ser escritor, estilística”.

Que grande cavalgadura!

– O Sr. I. de L. manda-me um imbróglio que eu não consegui perceber.

– O Sr. *Solidário* pede o meu parecer sobre uma poesia intitulada *Oh! basta! suspende!* – e respondo-lhe com o próprio título da sua composição.

– O Sr. *Fulano de Tal* envia-me um soneto que compôs aos 15 anos de idade. Não o publico porque não quero fazer exposição de trabalhos de meninos prodígios. Entretanto, os versos são melhores que os do menino Lima Júnior, isso são.

– Finalmente, o Sr. A. Dias remete-me a seguinte pieguice poética; naturalmente há de agradar as leitoras; intitula-se

CAMPESTRES

Andorinhas passageiras
 Que aos rigores do verão
 Fugis tímidas, ligeiras,
 Em busca d'outra estação...
 Andorinhas passageiras
 Buscai o meu coração.

Se vós amais a daveza
 Do solitário sertão;
 Se vós amais a tristeza,
 A saudade, a solidão...
 Andorinhas passageiras
 Buscai o meu coração.

Minh'alma é um ninho deserto,
 Sombrio como a amplidão,
 Quando a tormenta está perto,
 Quando rouqueja o trovão;

E vós, que sois a alegria
De perfumosa estação,
Vós, que amais a liberdade
Na limpidez da amplidão,
Andorinhas passageiras,
Fugi tímidas, ligeiras,
Fugi do meu coração!

A. DIAS

*

Apanhado no obituário do *Jornal do Comércio* de anteontem: “lesão cardíaca do coração”.

Ora, se o escritor das *Notícias várias*, em vez de se importar com os outros, olhasse para o que lá vai por casa...

Eloi, o herói

09 de janeiro de 1887

Tomaram anteontem posse dos seus lugares cinco vereadores republicanos da Câmara Municipal de Petrópolis.

Cinco republicanos!... Se me disserem que a polícia da Corte conseguiu prender um gatuno ou que o Pão de Açúcar mudou de lugar, a minha admiração não será tamanha.

Pois Petrópolis, a nossa Versailles, a nossa Postdam, a nossa Brighton, Petrópolis, a cidade de Pedro, democratiza-se a ponto de meter cinco republicanos na municipalidade?

Quem algum dia imaginou houvesse na imperial cidade cinco cidadãos de barrete frígio?! Mas, pelo que vejo, há relativamente mais republicanos em Petrópolis do que na própria capital do Império!

*

Se os novos edis forem partidários sinceros, e não fizerem da Câmara Municipal escala para consulados mais ou menos rendosos, é de presumir que Petrópolis passe por muitas transformações.

Até hoje tudo ali cheirava a monarquia, a principiar pelos nomes das ruas: rua do Imperador, da Imperatriz, de Bragança de Orléans, de Jonville, de Bourbon, de D. Maria II, D. Teresa, D. Leopoldina, D. Isabel, D. Januária, D. Amélia, D. Afonso, e outros dons e outras donas, príncipes todos, todos augustos...

É provável que a maioria republicana da Câmara (cinco contra nove) substitua esses nomes. Qualquer dias destes a rua do Imperador passará a denominar-se rua de Tiradentes, e onde se lia Bragança, Orléans e Bourbon, ler-se-á talvez Danton, Marat e Robespierre.

*

Entretanto, a surpreendente eleição desses cinco representantes dos gloriosos princípios de 89 (como diz Mr. Proudhon), seria uma ingratidão política do povo petropolitano, se não fosse natural evolução... também política. Todos sabem que em 1845 o Imperador ofereceu à província do Rio de Janeiro as terras da sua fazenda do Córrego Seco, para o estabelecimento de dois mil e tantos colonos alemães, que não tinham para onde ir. Em 1845 a colônia entrava como freguesia de S. Pedro de Alcântara, no regime comum das demais povoações do Império, e em 1854 a freguesia era elevada à cidade de Petrópolis.

Daqueles dois mil colonos nasceram os cidadãos que hoje mandam cinco republicanos à Câmara Municipal do ex-Córrego Seco. O Imperador naturalmente nunca pensou que fosse tão democrata aquele sangue teuto-brasileiro.

Eu, por mim, sempre desconfiei do republicanismo de Petrópolis, desde que lá fui pela primeira vez, e vi uma cidade tão vermelha. Tudo em Petrópolis tem essa cor bulhenta e revolucionária: as pontes, as grades, as montanhas, as casas, os criados de servir, e até os cabelos dos respectivos indígenas.

*

Submeto à consideração dos leitores a seguinte carta, que não me parece destituída de bom senso:

“Sr. Eloi, o herói – (Suprimo os cumprimentos) – Um injustificável preconceito tem concorrido para privar a mulher brasileira de angariar, por si só, quando órfã ou viúva, os recursos indispensáveis à manutenção de sua existência e dos que sempre a acompanharam, quando sob a proteção do pai ou esposo.

“Nessas condições, é desolador o quadro que a miséria doméstica apresenta.

“Mães, filhas, às vezes, parentes e agregadas ficam num momento entregues à penúria, sem encontrar profissão em que possam empregar a sua atividade, em prol da família necessitada, senão faminta, porque ,não fica bem a uma senhora exercer certos empregos”.

“A costura e a lavagem de roupa, muito exploradas – até por homens – já não oferecem recursos que provejam os meios de subsistência modesta.

“O magistério, para o qual as senhoras revelam tanta vocação, regurgita de candidatas.

“Entretanto, nunca mais se falou nas nomeações de senhoras para as agências dos Correios e dos Telégrafos...

“É para este fato que chamamos a atenção, etc – *Edmundo Dantés*”.

Vá com vistas a quem competir a reclamação do Conde de Monte Cristo.

*

Para que eu possa responder à amável cartinha que ontem me dirigiu *O solitário*, rogo ao cavalheiro, que modestamente se encobre neste pseudônimo, o obséquio de me remeter segunda cópia dos seus versos. Confesso ter rasgado a primeira.

Eloi, o herói

10 de janeiro de 1887

Em 10 de junho de 1880, por ocasião das festas do tricentenário de Camões, inauguraram-se as obras do edifício do Gabinete Português de Leitura na rua da Lampadosa, em terreno outrora ocupado por um hotel famoso por barulhentas pândegas noturnas, e depois purificado pelo fogo, no tempo em que o coronel Niemeyer não havia ainda substituído o Carvalho das Bombas. Quer isto dizer que o incêndio foi devastador, e ameaçou um quarteirão inteiro.

A pouco e pouco surgiu detrás de um tapamento de madeira uma elegantíssima fachada de pedra, construída no estilo chamado manuelino, reproduzindo exatamente a fachada do célebre mosteiro dos Jerônimos, esse primor artístico, que enche de legítimo orgulho a formosa Lísbia.

Durante seis anos eu perguntei aos meus botões, todas as vezes que me aconteceu passar diante daquela esplêndida fachada: – Que farão eles lá dentro? – Confesso que tinha os meus receios de que a parte interna não correspondesse à externa, tal era o efeito que em mim produziam aquelas ogivas esbeltas, aqueles rendilhados

graciosos, toda aquela harmonia de uma grandeza e, contudo, de uma simplicidade muito para admirar.

*

Obsequiosamente convidado pela diretoria do Gabinete Português de Leitura para examinar as obras do novo edifício, tive o prazer de lá ir ontem, e francamente declaro que me faltam palavras para exprimir a impressão que recebi. Não me lembro de ter sido nunca tão completamente surpreendido.

Descrever o que vi e o que senti fora tentar o impossível. Não se faz sobre o joelho, de fugida, ao som do burburinho da rua, a descrição conscienciosa de um monumento daquela ordem, descrição para a qual são imprescindíveis uns tantos termos técnicos de que não disponho. Bastará dizer que a parte principal do edifício, imenso salão de leitura, contornado por uma dupla galeria muito alta, e profusamente iluminado pelos raios do sol, coados por um teto de vidro, artisticamente disposto, é de um luxo de ornamentação até hoje desconhecido nestas paragens. Entretanto, o que mais se admira ali não é a prodigalidade nababesca dos ornatos, mas a harmonia geral dos desenhos, a sábia combinação das cores, o gasto que presidiu a tudo aquilo. E note-se que ainda muita coisa, mas muita, está por concluir, e a diretoria tem que obrar prodígios de atividade para inaugurar definitivamente o edifício no dia 10 de setembro deste ano, quinquagésimo aniversário da fundação do Gabinete.

Mas o que lá está é bastante para cativar o espírito do indivíduo mais hóspede em arte ornamental. Nada ali se afasta uma polegada do citado estilo manuelino, que, pode-se dizer, é o árabe batizado na pia católica; as colunas, as grades, os frontais, as cornijas, os medalhões – tudo obedece fatalmente à mesma intenção artística, tem tudo o mesmo cunho arquitetônico. Um homem ali dentro sente-se diante de uma grande manifestação de talento.

Folgo de poder registrar aqui o nome do desenhador: Rafael José de Castro, diretor das obras do mosteiro dos Jerônimos, e o do arquiteto, Frederico José Branco – dois homens dignos dos mais alevantados encômios.

*

Todo o edifício é de ferro, pedra e cal; é de ferro o próprio vigamento do telhado; a madeira só é empregada nas estantes e no soalho do salão da diretoria, que, diga-se de passagem, vai ser um dos melhores salões do Rio de Janeiro. Todas as obras de pedra foram executadas em Lisboa; das de ferro incumbiram-se os Srs. Manoel Joaquim Moreira & C., desta Corte.

Augusto Duarte, um dos mais distintos e o mais modesto dos nossos artistas, pintou, no alto do grande salão de leitura, quatro medalhões, com as figuras de Camões, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Minerva (emblema do Gabinete).

Na fachada do edifício serão colocadas quatro estátuas, magnífico trabalho do notável escultor português Simões de Almeida. Tive ontem ocasião de admirá-las: representam os três mencionados varões e mais o infante D. Henrique.

*

Entretanto, confesso que ontem pasmei ainda mais defronte do espírito econômico da diretoria do Gabinete, que do próprio edifício, levantado com tanta honra para o nome português. Toda a despesa de construção importará até o final em menos de quinhentos contos! O governo brasileiro que fizesse uma casa daquelas: já tinha gastado o triplo, e aí estavam as paredes rachadas, a rir, a rir...

Pois é, declaro, uma vergonha para nós que estes estrangeiros, com poucas centenas de contos de réis, nos venham dar o exemplo de uma construção monumental, sólida, coerente, elegante, digna de uma capital de primeira ordem.

*

A ilustre associação portuguesa, fundada há meio século, sem grandes ambições de futuro, não julgava adquirir um dia um palácio daqueles; por isso modestamente se denominou *Gabinete*. Chamar gabinete a um edifício tão largo e tão suntuoso, é o mesmo que considerar a Candelária uma ermida.

Mas a denominação deve ficar, por ser mais um atestado dessa grande virtude dos portugueses: – principiar pelo princípio. Escudados nessa divisa, que é a do bom senso, e colocando acima de tudo o amor da pátria, tudo conseguem. Nós, os brasileiros, temos o defeito de querer começar por onde os outros acabam. É o que nos perde.

Eloi, o herói

26 de janeiro de 1887

A novidade do dia é o jornal *Novidades*. Só tenho elogios para o primeiro número, que na realidade me parece digno de leitura: é espirituoso, leve, e, sobretudo, despretensioso.

O artigo-programa apresenta as *Novidades* como folha exclusivamente popular, que nada tem de comum com a política. Deus lhe conserve tão boas impressões.

“Não temos a pretensão de dirigir a opinião pública, diz o aludido artigo; não procuramos ser Mentores de quem quer que seja”. Apoiado. No jornalismo, como em tudo mais, é melhor aprender a ensinar do que ensinar a aprender; do sistema seguido pelos nossos jornalistas resulta simplesmente que eles nem aprendem nem ensinam.

Mas... tendo as *Novidades* reconhecido que a primeira preocupação desses senhores é descobrir os erros dos colegas, não reparando nos próprios, e aplicado ao caso o rifão do roto e o descosido, não me parece muito lógica a sua seção dos *Cafunés* – cafunés destinados aos colegas “que forem apanhados em flagrante delito de cochilo”. O cafuné está para o beliscão como o sorriso para o beijo, e o beliscão é vizinho paredes-meias do murro e da taponar.

O *Diário de Notícias* mereceu às *Novidades* o seguinte cafuné: “Variado e bem sortido. Decididamente o *Diário* é o mimo das moças. Pelo menos ele o diz”. Já aí está uma pequenina injustiça; quem o disse não foi o *Diário*, fui eu, e pode ser até que o parecer dos meus companheiros seja diametralmente oposto ao meu. Aproveito a ocasião para declarar, ainda uma vez, que nesta folha não sou obrigado a não ser da minha opinião; se porventura os redatores do *Diário de Notícias* entenderem que o morro do Castelo não deve ser arrasado, eu quero ter a liberdade de pensar exatamente o contrário; não desejo igualmente que eles sejam da minha opinião, se algum dia eu disser coisas estrambóticas, – por exemplo: o Pão de Açúcar deve desaparecer por anti-higiênico.

As *Novidades*, dispondo, como dispõem, das penas hábeis de Moreira Sampaio, Alcindo Guanabara, Filinto de Almeida, Coelho Neto, Soares de Sousa Júnior e Guimarães Passos, e realizando as promessas feitas no primeiro número, – promessas que todas se acham nos limites do possível – terão vida próspera e longa. É o que de todo o coração lhes desejo, e é o que lhes desejaria, mesmo quando lá não tivesse bons e dedicados amigos.

*

Fui ontem assistir à reparação do Xisto Bahia na Fênix Niteroiense, um barracão que, sendo tudo, menos um teatro, dispõe – por acaso – de admiráveis efeitos de acústica. Onde a acústica foi se aninhar!

Exibiu-se o velho melodrama *Elvira, ou o colar de ouro*, de Karl Holbein, representado pela primeira vez, há trinta e quatro anos, no Ambigu, de Paris.

É uma peça bonita e apaixonada, cujo único defeito é deixar perceber ao espectador, desde o primeiro ato, o que se vai passar no terceiro. Entretanto, nesse próprio defeito há suas vantagens, porque espectadores há que ficam muito satisfeitos quando veem que o desenlace do drama a que assistem se opera segundo as suas previsões, ou à medida dos seus desejos.

O entrecho é muito simples: D. Luiz – um grande de Espanha (A ação se passa em Madri) – comete uma enorme estroinice em sua mocidade: entrou uma noite, furtivamente, num convento... que não era de frades, e seduziu uma serva do Senhor. Fugiu, e nunca mais deu notícias suas. Casou-se depois com D. Elvira, moça aristocrata, e teve uma filha, Lúcia, que, chegando à idade em que o coração desperta, se apaixona por Félix, um rapaz honesto, um enfeitado, que, a pedido de D. Elvira, D. Luiz recolheu em casa e educou. D. Luiz quer casar Lúcia com D. Fernando de Lara, mas a menina gosta de Félix, e só a Félix dará a mão de esposa. O pai aquiesce, mas D. Elvira opõe-se formalmente. D. Luiz convence-se de que Félix é o amante de sua mulher.

O resto, advinha-o o leitor: D. Elvira é a freira seduzida por D. Luiz, e Félix é o fruto, etc.

Além do Bahia, que representa com autoridade o papel de D. Luiz, distinguiram-se: no de Lúcia a atriz Matilde, que pertenceu à companhia do teatro Príncipe Real, de Lisboa, e eu não conhecia, e no de Félix a Clementina, que, como atriz, dir-se-ia não ter feito outra coisa até hoje senão rapazes. Os nossos galãs vão ter na Clementina um concorrente sério, e quem o duvidar espere pelo benefício dela, que se realizará proximamente, num dos teatros da Corte, com a mesma peça.

O espetáculo terminou com a *Véspera de Reis*, em que o Bahia representa admiravelmente o papel de Bermudes. Representa? digo mal: transmuda-se, vive, durante um quarto de hora, a vida do fazendeiro de Camamú, que vem à cidade *pru via daquela questonzinha das terra*.

O excelente ator recebeu anteontem os mais calorosos aplausos.

Mas que público, santo Deus! e como na Fênix Niteroiense se conversa na plateia e nos camarotes durante a representação!

*

O seguinte soneto foi-me enviado por um poeta anônimo:

MULHER INCOMPREENSIVEL

Tudo te indago, tudo te pesquiso,
Dos pés pequenos ao cabelo hirsuto
Tudo em ti me parece irresoluto:
Leio-te em vão, debalde te analiso.

Encontro o inferno, encontro o paraíso,
Se os teus olhares lânguidos prescruto
Faz-me ditoso e cobre-me de luto
A equívoca expressão do teu sorriso.

Tudo me dizes, e te contradizes
Com os teus olhares e com os teus acenos
És um problema e o teu amor tem crises!

Corro aos teus braços nédios e morenos...
As horas passam rápidas, felizes...
Mais te conheço... e te conheço menos...

Não trazia assinatura.
Eloi, o herói

29 de janeiro de 1887

Os leitores já algum dia tiveram dores de dentes? Sabem o que isso é? Se não, peçam a Deus de mãos postas que os conserve nessa ignorância. É um tormento incomparável, único!

Pois imaginem que ontem, enquanto eu dava tratos ao bestunto para resolver sobre os meios práticos de encher sete ou oito tiras de papel, e mandá-las para a tipografia, um dente, um maldito dente que me não incomodava havia seis anos, entendeu que devia exercer de novo sobre a minha pessoa a mais cruel das tiranias.

Bem sei que os leitores nada têm que ver com isto, e que o meu dente não basta para ocupar a sua preciosíssima atenção; mas é forçoso que eu alegue um caso de força maior, para justificar este artigo, que naturalmente me sairá muito mau... a julgar pelos que escrevo quando não me dói o dente.

*

O escritor das *Notícias várias* não me perdoará, certamente, assunto ao pessoal; mas vou desarmá-lo com a notícia de que aceitei o seu conselho relativamente aos poetas que todos os dias me bloqueiam com impertinentes missivas, quase tão impertinentes como este maldito maxilar.

Tenham esses senhores por muito declarado que de hoje em diante não lhes darei resposta; se alguma coisa me enviarem que mereça transcrição, ceder-lhes-ei com muito gosto um lugarzinho no meu palanque; no caso contrário, irão para a cesta de papéis inúteis.

Já ontem para lá remeti alguns que me apareceram, e estou resolvido a usar da máxima energia – máxima e muda – com os que de futuro me chegarem às mãos e não estiverem no caso acima indicado, como acontece à seguinte:

CANÇÃO

(A UMA CRIANÇA)

Como um batel sobre ameno

Lago, boia a brisa calma,

Voga em teu olhar sereno

A tua alma.

Quando tu partes cantando

Alegre pela campina

Ficam as rosas falando

Em surdina.

As violetas medrosas

Em te ouvindo a gargalhada,

Perguntam baixinho às rosas:

– É uma fada?

E uma flor muito modesta,

Das violetas irmã gêmea,

Responde-lhes da floresta:

– É Noêmia!

Como um batel sobre ameno
Lago, boia a brisa calma,
Voga teu olhar sereno
A tua alma.

ARTUR DUARTE

*

Recebi um exemplar da tese que o Sr. Dr. Domingos Niobey sustentou no dia 4 do corrente perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

O assunto da dissertação é a *papaína*, esse virtuoso vegetal brasileiro, e sua ação fisiológica e terapêutica.

Não tenho competência para analisar o trabalho do Sr. Dr. Niobey; mas, ao menos, nele fui encontrar alguma coisa nova. Os leitores sabem que não há doutor que não ofereça a sua tese aos pais, aos tios, aos irmãos, aos amigos, aos mestres, aos condiscípulos, ao gênero humano, enfim! Por via de regra cada uma dessas dedicatórias ocupa uma página. Pois bem: o Sr. Dr. Niobey limita-se a uma página, e não escreve mais do que isto:

“MEIS ET AMICIS

Le silence est une belle poésie dans certains moments. L’esprit l’entend et Dieu le comprend –

LAMARTINE”.

E está dito tudo.

*

Tenho ainda sobre a mesa outro livro de medicina: *As injeções hipodérmicas nas crianças*, pelo Sr. Dr. Aquino Fonseca, um moço igualmente distinto nas letras e na ciência.

É um livro simpático, especialmente consagrado à patologia infantil, que tão descurada tem sido na nossa terra.

O autor chama-nos a atenção para a grande mortalidade das crianças brasileiras; e, realmente, quem percorre os nossos obituários não pode deixar de estranhar que ainda não tenhamos um hospital exclusivamente destinado à infância.

O Sr. Dr. Moncorvo, o grande médico das crianças, tem feito muito, mas ainda não fez tudo: a este ilustre brasileiro está assinalada a glória de fundar esse hospital, que nos falta. Em tão generoso e patriótico empenho será sem dúvida auxiliado pelo Sr. Dr. Aquino Fonseca, que neste livro revela tanto interesse pelos homens de amanhã.

Eloi, o herói

12 de fevereiro de 1887

E não é que o Sr. Wilkens de Mattos tem uma cadeira na Ilustríssima Câmara Municipal?

E não é que o Sr. Sizenando Nabuco ficou descadeirado?

Mas então a que propósito veio o segundo escrutínio?

Se o Sr. Wilkens estava eleito, por que essa formalidade legal?

Se houve segundo escrutínio, por que está eleito o Sr. Wilkens?

A todas essas perguntas se encarregará de responder D. Chicana, e não haverá por onde se lhe pegue. Mas o que não me parece justo é que tenham incomodado os eleitores com esse celeberrimo segundo escrutínio, e durante um dia inteiro privado as repartições públicas dos respectivos funcionários.

*

Não sei se isto já é o frigar dos ovos, e o Sr. Wilkens a competente manteiga.

Outro juiz virá – quem sabe? – e restituirá ao Sr. Sizenando a curul municipal, que ontem lhe escapou das mãos como uma enguia.

Entretanto, dou os parabéns ao Sr. Sizenando. Sou seu amigo e – confesso – pesava-me vê-lo vereador. A nossa Câmara Municipal é, desgraçadamente, uma instituição da qual ninguém sai limpo. O vereador, quando deixa de o ser, ou está enlameado pelas suas próprias mãos, se foi velhaco, ou não consegue evitar que outras o enlameiem, se foi honesto. Excetuam-se, está visto, os vereadores ricos, de quem se diz: – Aquele não precisa... – Esta é a verdade.

Ao Sr. Sizenando, que não é rico e é honesto, não faltariam horas amargas de arrependimento, quando os garotos de gravata comessem a atirar-lhe punhados de lama, apanhados nas sarjetas das ruas. Agradeça a sentença do juiz que o privou de futuros dissabores. Há males que vêm para bem.

*

Pedem-me para dar notícia adiantada de um fato que ainda hoje à noite se há de realizar; esse fato, porém, é daqueles diante dos quais a pena hesita com medo do ridículo.

Trata-se da fundação... Ai, meu Deus... da fundação da Sociedade de Homens de Letras.

A reunião efetuar-se-á no Club Tiradentes, às 7 horas.

Dizem-me que as coisas estão encaminhadas para que o projeto desta vez não dê, como nas outras, em vaza barris.

Ora Deus queira!

*

Duas palavras a M. V. F.: “Da sua própria carta constam os motivos pelos quais não me foi possível transcrever nestas colunas os seus sonetos”.

*

O Sr. Dr. J. J. de Carvalho Filho procurou-me ontem na redação desta folha, e cavalheirosamente me convenceu de que nem escreveu nem inspirou nenhum dos insolentes anúncios da *Livraria do povo*, a qual ontem me referi. Eu nem de vista conhecia o Sr. Dr. Carvalho Filho, e só levado por falsa informação, ministrada por um patife que na ocasião me pareceu sincero e bem intencionado, guardei por tanto tempo o desgosto que ontem explosiu na acusação constante do meu artigo.

Quero ter a satisfação de manifestar toda a simpatia a que tem direito o Sr. Dr. Carvalho Filho, e a lealdade de lastimar que uma intriga infame me levasse a fazer de S. S. conceito tão diverso do que realmente merece.

*

Os *atléticos* chamaram-me ontem burro noutra mofina. Ora deixem estar, que no próximo divertimento do tal club hei de ir vê-los correr na raia, – e comprarei uma *poule*. Aí está como eu me vingo.

Eloi, o herói

13 de fevereiro de 1887

Eis aí um assunto sempre novo e sempre interessante: a rua do Ouvidor.

Ontem, às três horas da tarde, a “grande artéria” apresentava o costumeiro aspecto dos sábados; dir-se-ia ter havido um *mot d'ordre* entre as mulheres bonitas, que passavam umas atrás das outras.

*

Acho muita graça quando duas senhoras elegantes, que se não conhecem, se encontram e se examinam rapidamente. O olhar de cada uma delas vale por um volume de crítica; diz tudo. O observador atento, que embora entenda tanto de modas como eu, aliás colaborador assíduo da *Estação*, pode por esse olhar fazer juízo seguro sobre qualquer *toilette*. “Seguro” é um modo de dizer; tudo depende da sinceridade da crítica, e o observador tem que se louvar nos lindos olhos que a fazem.

*

O que vai sensivelmente desaparecendo – não sei se os leitores o têm notado – é o janota da rua do Ouvidor. Já poucos indivíduos ali se encontram, desses que têm a preocupação da moda, e não transigem em matéria de vestuário; toleirões que só se distinguem na sociedade graças ao alfaiate que os emboneca e faz neles um verdadeiro figurino-anúncio. Essa modificação nos costumes é um bom início. Parabéns ao bom senso fluminense.

Por isso, causava sempre (já não causa) certa sensação um sujeito magro que todas as tardes atravessa a passo de carga a rua do Ouvidor, metido numas calças muito estreitas, num paletot muito curto, com polainas e botinas de bico fino e arrebitado.

Tomavam-no por um *corpuchic* legítimo; mas deixaram de lhe ligar importância desde que descobriram nele um alfaiate da rua do Rosário, – um alfaiate-amostra.

Deixe-se disso, meu amiguinho; ponha-se a gosto, que não pegam as bichas.

*

A rua do Ouvidor, por mais que façam, há de ser sempre a rua do Ouvidor.

Duvido que algum dia possam destroná-la as galerias que se vão abrir na rua do Senhor dos Passos. Os Srs. Dr. Ferreira de Araújo e Folgliani conseguirão dotar o Rio de Janeiro com uma espécie de rua de Rivoli, não há dúvida (eu desde já, pela parte que me toca, lhes hipoteco os meus sinceros agradecimentos); mas a velha rua de Aleixo Manoel, não perderá os seus direitos.

A varinha mágica do barão de Haussmann, esse Lesseps dos *boulevards* parisienses, e, mais modernamente, a avenida da Ópera, não coseguirão destronar o *boulevard* dos Italianos, que é e será sempre a capital da capital do mundo.

Vão lá ver se a avenida da Liberdade, ultimamente aberta em Lisboa, é capaz de matar o Chiado... Boas!

*

Dir-me-ão que a rua do Ouvidor é estreita e mal calçada. Deixai-a ser. O caso é que não podemos passar sem ela, e que é ali que vamos diariamente retemperar o espírito.

O ser estreita é até uma vantagem. Os conhecidos falam-se de um passeio para outro. As moças atravessam com facilidade a rua para irem ao encontro das amigas que passam do lado oposto.

Ocasões há em que a rua do Ouvidor tem um aspecto de salão íntimo; produz uma sensação de conchego doméstico; encontra-se ali às vezes muita familiaridade e sempre alguma sociabilidade.

*

Acresce que o diabo da rua tem a vantagem de variar constantemente de aspecto; há ali uma dúzia de casas de negócio muito antigas, contemporâneas do câmbio a 31, e que são sempre as mesmas; em compensação, todos os dias fecham-se umas lojas e inauguram-se outras – aqui uma charutaria, ali um armarinho, mais adiante um café, deste lado um periódico, daquele uma perfumaria. Estas constantes mutações não abonam, talvez, a constância do nosso comércio a retalho; mas não há negar que são muito pitorescas.

Pessoa que deixe de ir à rua do Ouvidor durante um ou dois meses, encontrará, no fim desse tempo, uma botica onde deixou um botequim ou uma florista onde se achava uma sapataria. Ora adeus! a variedade deleita.

*

Quando ontem, encostado um momento à porta do *Diário de Notícias*, eu me entregava à doce ocupação de ver passar *tout Rio*, aproximou-se de mim um indivíduo misterioso, entregou-me uma carta e desapareceu.

Abri-a, e encontrei dentro o seguinte soneto anônimo:

SEMPRE A SAUDADE

Eu mesmo não compreendo como poeta
Tantos dias assim passar sem ver-te!
O meu mundo num ermo se converse
Onde nem sombras há de escusa choça...

Mandado pela ideia de perder-te,
O desalento do meu ser se apossa
Nem os meus lábios um sorriso roça,
Nem no meu peito amor bálsamo verte!

Quando os meus versos líricos escrevo,
Quando a minha saudade enorme pinto
Sem graça, nem poesia, nem relevo,

Talvez – quem sabe? cuides que te minto...
Mas Deus te livre, ó meu formoso enlevo,
De sentires metade do que eu sinto...

– Não trazia assinatura.
Eloi, o herói

25 de fevereiro de 1887

A gente nunca deve perder o ensejo de dizer bem de quem o merece. Eu assim o penso, embora na opinião dos diabólicos Tenentes, seja o homem das cobras e dos lagartos.

*

Na madrugada de ontem despertei sobressaltado por grande vozeria, corridas e apitos; a minha rua estava em completo alvoroço.

De repente, ouvi palavra terrível – Fogo! – Havia um incêndio na vizinhança da minha casa!

Ergui-me dum salto e vesti-me enquanto o diabo esfrega um olho; pus um chapéu, abri a janela, e foi encostar-me à sacada, foi o corpo de bombeiros aparecer no lugar do sinistro. Era humanamente impossível chegar com mais prontidão. Bravo!

Tive ainda uma vez ocasião de assistir ao modo irrepreensível por que é feito o serviço de extinção dos incêndios, no meio do que se pode chamar uma atividade calma.

*

O incêndio de ontem foi insignificante, me parece; mas à prontidão com que compareceram os briosos bombeiros deve-se provavelmente o não ter atingido proporções terríveis. Já do lugar incendiado evolava-se uma nuvem compacta de fumo,

precursora dessas medonhas línguas de fogo, que tudo lambem na sua sinistra passagem.

O serviço do corpo de bombeiros durou uma hora, se tanto; no fim desse tempo, a rua estava calma, como se nada sucedera.

*

Ainda uma vez, honra ao corpo de bombeiros, tão bom, tão perfeito, que faz com que tudo mais quanto possuímos nos pareça pior do que realmente o é.

*

O *Jornal do Comércio* dá a notícia que “na sua passeata de domingo, os Fenianos, gratos ao corpo de bombeiros, distribuíram milhares de impressos, pedindo aos poderes públicos que aprovelem o regulamento do corpo, decretado em 17 de dezembro de 1871”.

Na realidade, os poderes públicos não têm o direito de negar coisa alguma ao benemérito corpo de bombeiros.

*

Pedem-me a publicação do seguinte

SONETO

Se se morre de amor, não sei; no entanto,
Sinto que amor a vida me avigora,
Amor, este sentir de alegre encanto,
Esta alegria rutila e sonora.

Raio de luz num dulçuroso canto;
Epopéia ideal, fascinadora;
Um eterno brilhar de eterna aurora
Dentro, em noss’alma, como um brilho santo.

Não se morre de amor, de amor se vive,
Pois não há coração que o amor se esquive,
Nem lhe não sinta a mística doçura.

– A primavera dos campos reverdece...
Amor, querida, o sol que nos aquece,
Mais nos alenta quanto mais fulgura.

A PERES JÚNIOR

E nada mais por hoje.
Eloí, o herói

19 de março de 1887

Ainda não estou em mim do pasmo que tive ao ler na porta do *Diário de Notícias* um boletim, assoalhando que os processos Milheiros e Casenave foram encontrados num bond do Caju.

Que iriam fazer esses dois processos tão sozinhos? Talvez se dirigissem a qualquer dos cemitérios que amenizam aquele aprazível bairro, na esperança de encontrar ali a sepultura da nossa dignidade jurídica.

Em que mãos andam entregues a nossa liberdade, a nossa honra, a nossa vida!

Pode-se dizer que a causa do infeliz Milheiros, condenado ao mesmo tempo que absolviam o seu congênere Silveira, é uma causa... perdida.

Felizmente houve um condutor bastante consciencioso, que foi depositar a papelada no escritório da companhia de S. Cristóvão. Outro fosse ele, e guardá-los-ia como eloquentes e preciosíssimos documentos do alto critério das nossas instituições.

Que belos espécimes para o museu de um colecionador de raridades!

*

Imaginem um estrangeiro observador que esteja de passagem nesta capital há uns seis meses, acompanhando curiosamente todos os episódios da vida fluminense, disposto a escrever uma *Viagem ao Brasil*...

Imaginem que esse estrangeiro achasse abandonado num bond o processo Milheiros, que tanta sensação causou...

É de supor que o levasse consigo e o exhibisse na Estranja, para elucidar o texto de algumas páginas do seu livro – pois não é?

*

Pena é que não deem sumiço ao testamento, verdadeiro ou falso, do tal Custódio Bíblia. Há quantos meses os jornais nos caceteiam com a publicação desse interminável e pouco interessante processo! É uma coisa por demais!

Entretanto, os meus colegas do *Rio de Janeiro* acharam nele matéria suficiente e ao pintar para um romance de sensação, romance que é por toda a parte anunciado em letras garrafais, e cuja publicação começou naquela folha pela reprodução do testamento e de tudo quanto a respeito do crime tem sido publicado pela imprensa.

Nunca o Bíblia imaginou desse em tanto que falar as suas gordas e azinhavradas patacas, reunidas à força de privações e misérias!

Olhem se não era melhor que o pobre diabo as houvesse dissipado oportunamente com uma boa viagem à volta do mundo, levando-me a mim como secretário, bem remunerado, bem tratado, sob condição de descrever, bem ou mal, as terras que percorrêsemos.

Nem ele morria tão cedo, porque enquanto a gente viaja quase nunca se lembra de morrer, nem eu estaria, como estou, privado de escrever as impressões de uma viagem que não fiz nem espero fazer.

Se nesta cidade algum rico avarento houver nas mesmas condições do Custódio Bíblia, reflita no que aí fica exposto: perca o amor a uns bons cobres, empreenda a viajata, e cá tem às ordens o secretário.

Provavelmente será muito difícil aturá-lo durante tão longa digressão; eu porém, sacrifico-me ao desejo ardente de correr as sete partidas do mundo.

*

O *Jornal do Comércio* disse ontem na gazetilha, que a nova revista *Mercúrio* “é escrita com mais primor literário do que as suas companheiras”. Como um dos autores da peça, agradeço tão lisonjeiro e honroso juízo.

Entretanto, a mesma folha traz o seguinte entre as *Notícias várias*, tão bem classificadas pelo *País* de anteontem:

“À saída do Lucinda:

– Então, que tal achas a nova revista?

– Ah! meu amigo, a cançoneta e a apoteose...

– Mas nem uma nem outra é dos revisteiros.

– Por isso mesmo”.

Quanto espírito... e quanta lealdade!...

Eloi, o herói

20 de março de 1887

Um folhetim do *Jornal do Comércio*, assinado por *Nemo*, deu-nos ontem notícia da existência de um estabelecimento denominado Imperial Conservatório de Música.

Informam-me pessoas dignas de fé que esse estabelecimento está situado na rua Luís de Camões, esquina da travessa das Belas Artes, e funciona regularmente todos os dias úteis...

Longe de mim o pensamento de pôr em dúvida semelhantes informações...

*

O folhetim de *Nemo*, em que folguei de encontrar observações muito razoáveis a respeito do que se ensina, ou antes, do que se não aprende no aludido estabelecimento, foi inspirado pela nomeação do novo inspetor do Conservatório.

Imediatamente tratei de me informar quem era o nomeado, e passei pela sensaboria de saber que o nomeado era um amador; o Sr. Alfredo Camarate.

Aprecio este meu colega de Imprensa: leio sempre com muito prazer as suas críticas dramáticas e musicais, louvo a sinceridade e aplaudo a competência do seu juízo; mas a sua nomeação para superintendente do ensino da música num estabelecimento oficial é verdadeiramente escandalosa. Es-can-da-lo-sa.

Pois já não há nesta pobre terra músicos profissionais habilitados? É preciso ir buscar jornalistas para o desempenho de cargos que, interessando diretamente ao progresso das artes, devem estar sujeitos à crítica dos próprios jornalistas? Pois o nosso Henrique de Mesquita, o Cavalier, o Cortês, e outros professores eméritos, alguns dos quais laureados em Conservatórios de primeira ordem, devem se sujeitar a um amador, que naturalmente em – matéria musical – não se pode medir com nenhum deles! Oh!...

*

Informam-me também que o Sr. Camarate desistiu da gratificação que lhe competia no exercício do cargo de que se trata. Este rasgo de desinteresse a princípio se me afigurou simpático. Entretanto, considere depois que a qualquer dos nossos bons professores, de ordinários paupérrimos, conviria bastante essa parca mesada, essa gota do Pactolo da rua do Sacramento, desprezada pelo magnânimo superintendente.

*

Enfim, como já tivemos um almirante na direção da Estrada de Ferro Pedro II, e como já temos visto na nossa terra coisas ainda mais estapafúrdias que a nomeação do meu ilustrado colega, o melhor é fechar o bico e receber as coisas como se apresentam.

Entretanto, uma vez que se trata de música, não será mau um *refrain* de Offenbach que se harmonize com o fato...

*

Já estava pronto este artigo quando li a notícia, dada ontem pelo *País*, de que a diretoria do Conservatório de Música representou ou vai representar contra a nomeação do Sr. Camarate.

Quanto a mim, o que os Srs. músicos deviam fazer, em vez de uma ociosa representação, era pedir aos proprietários das nossas folhas diárias que os admittissem nas respectivas redações, embora não lhes confiassem outra coisa mais do que os obituários.

*

Há muito tempo recebo, com muita pontualidade, o *Querubim*, periódico dedicado ao belo sexo, e *pas plus haut qu'ça*.

Esperei sempre que me viessem cobrar a assinatura; agora vejo que a remessa é graciosa, e cumpre-me agradecer, o que faço de todo o coração.

Apesar de pertencer ao sexo que não é belo, leio sempre com muito prazer o *Querubim*, e considero-o um jornaleta bem interessante. Haja vista o número ontem distribuído.

Eloi, o herói

26 de março de 1887

Constou-me, no dia 22 do corrente mês, que o Sr. Dr. Oscar Pederneiras, ilustrado redator-chefe do *Diário de Notícias*, acusara verbalmente, a mais de uma pessoa, os autores do *Mercúrio* de haverem plagiado o segundo quadro dessa revista não sei de que peça do mesmo gênero, escrita e publicada em Portugal.

Sendo eu coautor do *Mercúrio* e colaborador do *Diário de Notícias*, entendi que devia retirar-me de uma folha cujo diretor me tinha em conta de gatuno. Dirige-me, pois, ao meu distinto amigo Sr. comendador Chaves Faria, e, expondo-lhe o meu ressentimento, pedi-lhe que, como proprietário do *Diário de Notícias*, dispensasse os meus serviços. O Sr. comendador Chaves Faria declarou-me que no dia seguinte daria solução ao meu pedido, e eu retirei-me, fazendo-lhe ver que me considerava suspenso das funções de colaborador daquela folha, até que se liquidasse um ponto que tão diretamente interessava ao meu pundonor literário.

No dia seguinte (23) encontrei no *Diário de Notícias* o seguinte artigo, assinado pelo Sr. Dr. Oscar Pederneiras:

“TORPE CALÚNIA – Com surpresa para mim soube ontem que alguns maledicentes, desses que procuram armar ao escândalo em detrimento da dignidade alheia, tentam perturbar as boas relações até hoje existentes entre mim e o meu companheiro Artur Azevedo, espalhando esta calúnia simplesmente, – que eu ando mostrando aos meus amigos uma revista plagiada no *Mercúrio*.

“Não desço a rebater a torpe mentira; nunca procurei deprimir o esforço alheio, forjando intrigas mesquinhas, que só serviriam para prejudicar-me e graças a Deus, também não careço servir-me de um tão triste recurso, que é arma de mofineiros e intrigantes, para malquistar-me com um companheiro a quem prezo e estimo.

“O bote, portanto, não me atinge; uivem a vontade os mentirosos!... – OSCAR PEDERNEIRAS”.

Diante desta declaração formal, expressiva, sobranceira, nítida, solene, cessaram imediatamente no meu espírito os motivos que me desligavam da folha; mas, infelizmente, encontrando-me, naquele mesmo dia, com as pessoas que na véspera me surpreenderam com a notícia de que o Sr. Dr. Oscar Pederneiras me atribuiu a infâmia de um plagiato, essas pessoas, que eu considero dignas de fé, confirmaram o que haviam dito, admiradas da declaração do redator-chefe do *Diário de Notícias*.

Fiquei naturalmente perplexo entre declaração escrita com tanto desassombro e acusação formulada com tanta segurança. Enrodilhados estivessem nesta comédia uma donzela astuciosa, um velho ciumento e um barbeiro intrigante, e eu perguntara como D. Basílio: – *Qui diable est-ce donc qu'on trompe ici?*

Desejoso de que as coisas se harmonizassem, propus ao Sr. comendador Chaves Faria voltar para o meu posto, sob a condição expressa de me declarar completamente estranho à redação do *Diário*, alheando dos meus obscuros escritos toda e qualquer responsabilidade efetiva que não fosse minha, só minha, – colocando-me, enfim, numa posição excepcional. Não desejava servir sob a direção de um cavalheiro que, embora houvesse declarado o contrário, continuava a ser acusado de haver dirigido contra a minha pessoa o insulto de plagiário. É preciso notar que entre os acusadores figura um “empregado da própria redação do *Diário de Notícias*”.

O Sr. comendador Chaves Faria não aceitou a minha proposta, nem eu no seu caso a aceitaria; retirei-me do *Diário* simplesmente, singelamente, sem ódios contra ninguém, e aceitei nas *Novidades* o mesmo emprego que exercia ali.

Quanto à acusação do plágio, partisse ela de onde partisse, considero-a mais tola que maligna. O 2º quadro do *Mercúrio* é hoje publicado na *Vida Moderna* quase integralmente. Às pessoas que não assistiram à representação da peça rogo encarecidamente que leiam esse quadro: é escrito em versos alexandrinos, e só se refere a fatos e personalidades do Rio de Janeiro. É possível que haja uma revista portuguesa, em que também se faça passar um quadro no Olimpo. Não a conheço; entretanto, sei da existência de meia dúzia de peças francesas, cujos autores aproveitaram comicamente os heróis de Homero. A mesma coisa fizeram os autores do *Mercúrio*, sem que por isso deixassem de considerar o seu desprezioso trabalho verdadeiramente original.

Entretanto, desafio a pessoa que se lembrou de formular a perversa acusação, a fornecer as provas, sem as quais o público dificilmente poderá julgar.

Concluindo, peço licença ao leitor para reproduzir aqui o meu programa. Nestas colunas tratarei de tudo, menos do que não entendo, analisando frivolumente *quid debeat, quid non*. Apreciação ligeira de um quadro que se expõe, de uma peça que se representa, de um fato que se produz, de um livro que se publica; hoje uma frase lisonjeira a este artista, amanhã uma catanada naquele mau poeta; efêmeras impressões, escritas sem pedantismo nem outra pretensão que não seja a de conversar com o leitor por durante alguns minutos; orgulhoso propósito de não deixar desaforo sem resposta, parta de onde partir, – eis o que sempre foi o *Palanque* no *Diário de Notícias*, e o que será nas *Novidades*.

De amanhã em diante firmarei meus artigos com o meu velho pseudônimo de *Eloi, o herói*.

ARTUR AZEVEDO

28 de março de 1887

A sugestão hipnótica está aqui, está na ordem do dia. O Valentim Magalhães levantou a lebre, e a lebre há de correr até cansar.

Consiste a nova (?) ciência numa curiosa aplicação do magnetismo animal: provoca-se o sono a um indivíduo, e, enquanto ele dorme, sugere-se-lhe um ato qualquer. Logo que o indivíduo desperta, vai praticar o ato sugerido.

Se por um lado esta negação formal do livre arbítrio pode trazer prejuízo à sociedade, por outro pode prestar-lhe assinalados serviços.

Imaginem uma comissão de hipnóticos que vá por aí fora, de fazenda em fazenda, sugerir aos agricultores a ideia de libertarem todos os seus escravos! Em pouco tempo terá desaparecido o elemento servil!

A mesma comissão poderá sugerir aos escravos, convenientemente hipnotizados, a ideia de se conservarem no solo, percebendo o salário que lhes for arbitrado pelos seus ex-senhores.

Partindo deste princípio, são incalculáveis os benefícios da sugestão hipnótica. Que ótimos resultados se obteriam de uma sessão da Ilustríssima Câmara Municipal, depois de hipnotizados os respectivos vereadores! Quando os Srs. ministros errassem, na forma do costume, fácilmo seria sugerir-lhes as providências mais acertadas relativamente a este ou aquele ramo do serviço público... E o Imperador?... que bela coisa se lhe sugerissem a ideia de que um tratado de propriedade literária é uma lei

necessária, reclamada por todos os países civilizados, e que a sua vergonhosa ausência apenas aproveita a meia dúzia de salafrários.

Aplique-se a sugestão hipnótica à administração, à política, à justiça, às letras, às artes, ao jornalismo, etc., e nadaremos num verdadeiro mar de rosas. Com o livre arbítrio temos nos dado mal, muito mal...

O *Mequetrefe*, distribuído ontem, traz na última página o retrato de um cavalheiro melancólico e simpático. Por baixo deste letreiro:

J. M. COELHO

Proprietário do *Hotel Mangini*, e fornecedor do opíparo banquete dos *Tenentes do Diabo*, realizado na noite de 12 do corrente.

Não sei se se trata de um anúncio ou de uma consagração. No primeiro caso, calo-me; no segundo, protesto. É clamorosa injustiça publicar do fornecedor do banquete dos *Tenentes*, e não publicar os dos fornecedores dos banquetes dos *Democráticos* e dos *Fenianos*, que, segundo as notícias dos jornais, estiveram igualmente opíparos.

Emende a mão o interessante lápis do *Mequetrefe*, e, em tendo espaço, dê-nos também o retrato, ou mesmo a caricatura, dos respectivos mestres cucos. Aos cozinheiros cabe, principalmente, a glória dos acepipes com que se regalaram os sócios e convidados das três associações carnavalescas.

Entretanto, receba J. M. Coelho, proprietário do hotel Mangini, os cumprimentos sinceros de um obscuro cronista, que se compraz em acompanhar com os olhos os seus contemporâneos em caminho da Posteridade.

Apenas lhe recomendo todo o cuidado com o Bernardo e o Fabregas, que arvoraram o conhecido ator Galvão em Cérbero da referida Posteridade...

Retido por outro dever, não me foi possível honrar o amável convite que me dirigiu a Exma. Sra. D. Amélia Anaïs da Silva Costa, distintíssima professora de piano, para assistir ao concerto de suas alunas, realizado anteontem no salão do Imperial Conservatório de Música.

Dizem-me, porém, que a festa esteve digna de quem a promoveu, e eu apresso-me em fazer minha essa impressão favorável.

A Exma. Sra. D. Amélia Anaïs alcançou lisonjeira reputação pelos brilhantes resultados do seu método de ensino; já não têm conta as discípulas que lhe saíram das mãos conhecendo todos os segredos do piano.

Às numerosas pessoas que se achavam presentes à festa de anteontem foram distribuídos outros tantos exemplares do seguinte soneto:

Senhores, permiti que, em rimas importunas,
N'um tímido soneto, humilde e mal trajado,
Todos vós receais o trêmulo "obrigado"
Vinde do coração do mestre e das alunas.

As nossas festas são magníficas fortunas,
Porque o prazer nos dão de ver ao nosso lado,
N'um grupo tão gentil, n'um grupo tão honrado,
Da Arte e do Jornalismo as rígidas colunas.

Cada um de vós d'áqui se afaste satisfeito,
Um perdão murmurando as nossas ousadias,
E lograremos nós o suspirado efeito.

Ide! Possam por Deus! do piano as melodias,
Em ledor turbilhão entrando em vosso peito,
Para vós converte-se em doces alegrias.

Não se pode ser mais amável.
Eloí, o herói

29 de março de 1887

Apareceu ontem o primeiro número da *Ventarola*, periódico de caricaturas.

Na primeira página vem um desenho alusivo à doce fraternidade da imprensa fluminense: o *Várias* despeja uma tina de águas servidas nos pés do *Caro Q*; *José Telha* pelos modos procura um alvo, pois traz uma pistola engatilhada; *Aranha Minor* e *Cacete* estão engalfinhados; meia dúzia de pessoas do povo diverte-se à custa dos mencionados jornalistas, que todos se acham em mangas de camisa. Uma deles bate palmas.

Riem-se todos.

O desenho não está assinado, mas ninguém será capaz de olhar para ele, sem exclamar imediatamente: — Isto é do Neto!...

O texto é espirituoso.

A julgar pelas seções *Efemeridona*, *Macacos na loja*, *Crônica da malícia*, *Entrelanhos*, etc., a *Ventarola* é uma paródia da *Gazeta de Notícias*; é de esperar que nos números subsequentes parodie as outras folhas diárias.

O programa do novo periódico é o seguinte: “Sair irregularmente algumas vezes por semana; impingir-se ao público a 100 réis por número avulso; dar uma caricatura qualquer em todos os números para embair ao *Zé Povo*, e ver se enriquece dentro de um ano, graças a uma extraordinária circulação”.

Faço votos para que esse desejo se realize, e à *Ventarola* não aconteça o mesmo que ao *Grifus*, à *Vespa*, ao *Rataplan* e a quantas folhas caricatas nestes últimos tempos pretenderam lutar com a indiferença pública.

O nosso público é triste, profundamente triste; não compreende que alguém se compraza em diverti-lo. A *Ventarola* conseguirá enriquecer, desde que também consiga persuadir o fluminense de que deve deixar o seu azedume inveterado e característico.

Os nossos burgueses vão de vez em quando ao teatro... porque não lhes dão todas as noites um sermão de lágrimas.

Há dias, numa crônica da *Vida Moderna*, eu, no firme propósito, em que me acho, de combater, por todos os modos, a funesta mania do suicídio, dirige-me em termos ásperos ao infeliz negociante de rua do Nuncio que ultimamente se asfixiou por estrangulação.

Só depois de publicado o artigo, vim ao conhecimento de que o suicida era parente do meu prezado amigo Urbano Duarte; bastava essa consideração para que eu não houvesse escrito semelhantes linhas. A minha guerra contra o suicídio é filha de um sentimento sincero de humanidade; mas não há sentimento, por mais puro, que me leve

a magoar um amigo. E são tão raros os meus amigos dignos do nome, que não desejo sacrificar nenhum deles à minha filosofia.

Demais, Timóteo Espíndola não é um suicida vulgar; matou-se porque, tendo sempre dado à sua família um tratamento acima do comum, fraquejou quando viu que era impossível continuar a tratá-la do mesmo modo. Não se suprimiu por egoísmo, como acontece à maioria dos que se alistam nas fileiras sombrias dos voluntários da morte; morreu de amor.

Possam estas linhas dissolver a nuvem que naturalmente pairou no espírito de Urbano Duarte, quando leu aquele artigo, firmado por um dos homens que mais o estimam e apreciam.

Esta é do meu espirituoso colega Sr. Dr. Oscar Pederneiras:

No dia em que se inaugurou a “Casa Clappo, que, como se sabe, é uma loja de objetos de louça, alguém reparou que o dono da casa havia conservado os caixeiros do seu antecessor.

– É porque, explicou o Dr. Oscar, é porque estes caixeiros habituados a bules são.

Eloi, o herói

30 de março de 1887

Circulou ontem, inesperadamente, a notícia do falecimento do senador Martinho Campos, que era, talvez, a fisionomia mais original do nosso mundo político.

Nos seus tempos – porque ele teve os seus tempos – foi o mais temível opositor das bancadas liberais; enquanto outros vibravam as pesadas lâminas da retórica parlamentar, Martinho empunhava o azorrague da sátira, e figurava de Juvenal no meio dos Cíceros e dos Licurgos da Cadeia Velha.

A sua vida política foi pautada sempre por uma honradez a toda prova; jamais dobrou o seu caráter altivo diante dos homens colocados acima dele pelos acasos absurdos da nossa politicagem. O que, sobretudo, encantava a quem o ouvia era a sinceridade dos seus ataques, a lógica dos seus argumentos, e a ingênua despreensão com que muitas vezes atirava uma frase de efeito.

Mas este Alcides (*sic*) tinha um calcanhar monstruoso; era escravagista até a medula dos ossos...

No meu entender, nem a morte, essa enorme bandeira da Misericórdia, absolve o escravagista. Martinho Campos pertencia entretanto, ao grupo dos que o são ou julgam sê-lo por humanidade. É talvez anômalo o fato de ser desumano por humanidade, mas o grande caso é que o fato existe. Anda muita gente convencida de que a liberdade é a desgraça do escravo, como se a liberdade pudesse ser a desgraça de alguém. Martinho Campos era do número desses visionários; tratava carinhosamente os seus escravos, era adorado por eles, e estava persuadido que tudo lhes faltaria quando o senhor lhes faltasse.

Quem lesse os discursos pronunciados há três anos pelo ilustre senador mineiro, quando a propaganda abolicionista estava no seu auge, entre um verdadeiro delírio de *matinéés*, quermesses e libertações de ruas, poderia julgá-lo um Ferrabrás de Alexandria, um mata-negros, sedento de sangue africano, faminto de carne humana. Pois não era nada disso. Os escravos chamavam-lhe pai, e ele era um modelo de afabilidade e meiguice. Cordeiro com rugidos de tigre; pomba com gritos de abutre.

O escravagista por humanidade, curioso tipo que os nossos vindouros estudarão certamente, confunde o abolicionista com o negrófilo. Ora, eu sou abolicionista dos pés

à cabeça, mas confesso que não morro de amores pelo negro. Sou abolicionista pela minha Pátria, por minha família, por meus amigos, por mim. Que me importa que a liberdade do negro seja uma desgraça para ele, quando para o meu país é uma felicidade, um complemento indispensável da sua autonomia política, um elemento fundamental da sua civilização?

Infelizmente Martinho Campos gastou as suas forças atléticas na defesa da mais odiosa das causas, e morreu sem se convencer desta verdade: o Brasil não será tomado a sério, enquanto tiver filhos que se vendam uns aos outros.

Morreu também Paulo Féval, o fecundo romancista e dramaturgo francês. Ultimamente fizera-se religioso, e há quatro anos perdera toda a sua riqueza numa especulação da Bolsa de Paris. Pode-se dizer que nestes últimos tempos vivia de esmolas. E assim acaba um homem que escreveu cem livros célebres!...

Os romances de Paulo Féval foram excelentes companheiros de minha infância; devo ao fecundo escritor expressões de respeitosa saudade.

Eloi, o herói

06 de abril de 1887

O Sr. José Lino de Almeida Fleming há seis anos estava estabelecido em Minas, sua província natal, com uma casa de negócio, que tinha alguma coisa de armazém de secos e molhados, alguma coisa de armarinho e alguma coisa de loja de fazendas.

Ninguém tinha fé na prosperidade comercial do Sr. Fleming, e o caso não era para menos. O negociante, em vez de se entregar de corpo e alma ao negócio, levava horas e horas encostado ao balcão, fazendo rabiscos e desenhando preguinhos num papel grosso, esquisitamente pautado.

Os indivíduos mais inteligentes da localidade afirmavam que aquilo era compor música; outros, porém, declaravam alto e bom som que o Sr. Fleming estava doido, opinião esta que se espalhou com muita intensidade, pois não era raro que o futuro *maestro* desse manteiga ao freguês que lhe pedia botões, e rapé ao que ia comprar açúcar.

Aquela cabeça, povoada de rés bemóis e lás sustentidos, não regulava bem em matéria de negócio. O resultado não se fez esperar. A freguesia abalou, e o Sr. Fleming teve que fechar a porta.

Pouco tempo depois, ressoavam nas igrejas de Ouro Preto os ecos de música sacra, composta pelo ex-negociante, entre um cozinheiro, que pedia dois vinténs de banha, e uma mulata que reclamava seis metros de chita espanta-boi.

Foi então que se convenceram de que o Sr. Fleming era, não um doido, mas um artista.

E de tal modo essa convicção penetrou no espírito do sueste de Minas, que ninguém se admirou de que José Lino – era assim que lá o chamavam – anunciasse aos amigos que ia para a Itália aperfeiçoar-se na sua arte.

Resolvido a empreender a viagem, veio para esta corte, onde tudo se arranjou, felizmente, graças à generosidade do Imperador e a do Sr. Anardino Borges de Almeida, irmão do artista.

José Lino partiu em 1881, e logo se matriculou nas aulas do Conservatório de Milão.

Em pouco tempo vieram as mais lisonjeiras notícias do aproveitamento e da capacidade do nosso compatriota. Toda a imprensa teceu louvores ao esperançoso

artista, e o Imperador aumentou espontaneamente a mesada que lhe dava do seu bolsinho.

As composições de Fleming, algumas das quais foram aqui aplaudidas no club Beethoven, têm sido recebidas na própria Itália com as honras que ali se dispensam aos mestres. Vi um álbum, contendo diversos retalhos de jornais italianos, colecionados com muita paciência e muito amor fraternal pelo Dr. Anardino. Cada um desses escritos vale um diploma.

Pois bem, José Lino de Almeida Fleming chegou ao período em que o compositor de música precisa de um *libreto*, para não estar eternamente condenado às romanzas, às sinfonias, e às sonatas e outros trabalhos, para os quais não estão reservados os deslumbramentos do teatro que é a terra da promessa de todos os *maestros*.

Para conseguir o *libreto*, e travar as indispensáveis relações com empresários, editores e artistas, o Sr. Fleming precisa daquilo com que se comprem melões.

Sua esposa veio da Itália expressamente para tratar de obter nesta Corte e em Minas algum dinheiro – diga-se a palavra – e para esse fim abriu ou vai abrir uma subscrição.

Aos meus leitores rogo que concorram, na medida dos seus recursos, para que ao nosso distinto compatriota não falem asas para voar.

Uma vez que pus a mão na massa do dó ré mi, deixem-me tratar de um pequeno assunto, que há muitos dias tenho atravessado na garganta.

O meu colega Alfredo Camarate maçou-se com o meu artigo sobre a sua nomeação para inspetor de ensino do imperial conservatório de música, e, em conversa com um amigo, me atribuiu um juízo desfavorável aos seus conhecimentos artísticos.

Restabeleçamos as coisas: eu não disse palavra dos conhecimentos do Sr. Camarate, nem o poderia fazer, porque não entendo do riscado. O que eu estranhei foi, que, havendo entre nós tantos músicos de profissão, fosse escolhido um amador para o desempenho daquele cargo.

O Grêmio de Letras e Artes continua, não sei por que, sob uma saraivada de doestos e epigramas.

Anteontem a *Gazeta da Tarde* dava-lhe um novo sócio: o príncipe Obá, e a *Revista Ilustrada* uma tabuleta ridícula. Ontem *Chico das Botas*, novo folhetinista do *Jornal do Comércio*, atirou-lhe também a sua piada.

Entretanto, a terceira sessão literária, realizada anteontem, foi tão brilhante como as duas primeiras. Coelho Neto leu um belo capítulo do seu novo romance *Rosita*; Moraes Silva, Olavo Bilac, Guimarães Passos e Oscar Rosas recitaram magníficas poesias.

O Grêmio de Letras e Artes há de viver, a despeito de todos os seus inimigos gratuitos.

Eloi, o herói

11 de maio de 1887

A paciência tem limites e eu não tenho sangue de barata. O Sr. Benigno Alves de Abreu Saraiva (não duvido pôr-lhe aqui o nome por extenso) constituiu-se meu difamador. Constantemente me chega aos ouvidos a notícia das mais extravagantes

calúnias, propaladas contra mim por esse miserável, por esse infame, por esse bípede radicalmente indigno do nome de homem.

*

Como este Benigno A. de A. Saraiva é um sujeito obscuro, que vive escondido nas sombras como um réptil venenoso e traiçoeiro que é, vou assiná-lo aos meus amigos e ao público, para que de hoje em diante o evitem prudentemente. Não farei aqui a narração das queixas que tenho, dessa besta (porque é preciso notar que ele, além de malévolos, é burro), não quero dar mais uma vez ocasião a que se diga que não fale senão da minha pessoa; todo o meu desejo é que se saiba quem é o indivíduo que dá pelo nome de “Benigno Alves de Abreu Saraiva”.

*

O coisa ruim tem perto de quarenta anos, – quarenta anos gastos em vilanias e baixezas. Ninguém lhe conhece emprego; ninguém o vê durante o dia. Vive exclusivamente do jogo e de algum dinheiro que de vez em quando lhe arranja uma pobre senhora que teve a desgraça de casar com ele. Para não ofender a suscetibilidade dos leitores, passo como gato por brasas sobre os meios que a mencionada senhora emprega para obter esse dinheiro.

Benigno não tem filhos – felizmente para essas pobres crianças, como diria Calino. Teve um único, adorável menino louro e de olhos azuis, que morreu com dois anos de idade. O pai saiu de casa para furtar-se às despesas do enterro, que foi feito por um respeitável negociante de roupas feitas, estabelecido na rua do Hospício. Dois dias depois exprobrando-lhe a esposa o seu procedimento, ele, à falta de argumentos, exclamou-lhe fulo de raiva: – Ora o Bi-bi era tão meu filho como do Bispo!

Houve um tempo em que almas piedosas tentaram fazer de Benigno Saraiva alguma coisa; proporcionaram-lhe alguns empregos, mas em todos deu ele irrecusáveis provas de incapacidade moral e intelectual. De três casas comerciais foi despedido por gatuno. A sua última proeza desse gênero valeu-lhe um processo que foi abafado por influência de cavalheiros que, segundo o juízo da vizinhança, o substituíam na direção do lar doméstico.

Benigno é o tipo mais completo do homem ingrato; queixam-se amargamente da sua língua ferina todos quantos caíram na asneira de lhe prestar qualquer benefício. É caluniador por sistema.

Confesso que terei muita satisfação no dia em que souber que essa escória dos homens deu à casca num leito de caridade. Benigno é uma dessas pústulas sociais, cujo desaparecimento interessa a dignidade do gênero humano.

*

Agora, leitores, saibam que foram roubados: Benigno Saraiva não existe nem nunca existiu. Eu quis acompanhar a moda, e, como bom discípulo, escrevi um artigo segundo os últimos modelos apresentados pelos mestres da imprensa fluminense.

Oh! uma descompostura! uma descompostura!... Confessem os leitores que passaram alguns minutos divertidíssimos!

Eloi, o herói

16 de junho de 1887

Tenho que confessar um grande pecado, e espero que me absolva a espontaneidade da confissão.

Os leitores têm visto no *Diário de Notícias* e no *Diário Ilustrado* uns artigos escritos meio em português, meio em francês, nos quais se descreve o vestuário das senhoras que passam pela rua do Ouvidor? Por exemplo, “*Mme. X. Y. Z. Ravaisante!*”

Jupe-fourreass em velours uni grenat, chapeau en paille grise, etc.? Uns artigos onde às vezes os dois *Diários* levam a reportagem elegante ao ponto de nos dizerem que Mlle. A. comeu uma empadinha no Castelões ou que Mme. B. tomou um sorvete no Pascoal?

Com franqueza: não conheço nada mais tolo do que as tais “seções”, e estou quase a dizer que lhe prefiro a “seção de obra nova”, da *Pátria*, do Sr. Moura.

Numa cidade que não é precisamente Valença nem Vassouras; numa capital em que já se nota certo movimento, fazendo lembrar, embora vagamente, os grandes centros europeus, causa um tristíssimo efeito essa nomenclatura de moças, acompanhada pela descrição das respectivas *toilettes*. Parece que estamos numa aldeia, onde todos se conheçam e onde todos se distingam.

*

Pois bem, agora a confissão do meu pecado: fui eu o inventor do gênero; fui eu o primeiro que, em 1880, na *Gazetinha*, se lembrou de escrever uma seção intitulada *Rua do Ouvidor*.

Há uma circunstância atenuante: os artigos eram escritos mais em português que em francês...

Mas a semente ficou plantada, e, como a planta era detestável, pegou. Nesta terra só vai por diante e frutifica o que não presta. Se, em vez de inventar aquilo, tivesse tido a felicidade de descobrir alguma coisa útil, ninguém se lembraria disso.

*

Hoje, sempre que abro pela manhã o *Diário de Notícias* ou o *Ilustrado*, e vejo desfilar diante dos meus olhos um regimento de iniciais, uma caravana de madames e de mademoiselles, acompanhadas por uma guarda de honra de pontos de exclamação, sinto cá dentro alguma coisa que se parece muito com o remorso.

Recomendo aos meus inimigos, para que o meu castigo seja exemplar, mais esse calcanhar de Aquiles que me envergonha e remorde. Acrescentem esse desserviço literário à lista enorme dos meus delitos, às minhas moxinifadas teatrais, aos meus plágios, ao maldito costume de falar só de mim e à minha infame condição de homem prático.

Quando algum deles quiser fazer de si Mafoma e de mim toucinho, solte nos quatro ventos esta frase indignada e terrível:

– Foi ele quem introduziu na imprensa a seção da *Rua do Ouvidor*!...

Abaixarei contrito a infeliz cabeça de onde saiu semelhante aborto, cairei de joelhos, baterei nos peitos e exclamarei entre lágrimas:

– Mea culpa, mea culpa, mea máxima culpa!

O caso não é para menos.

*

Não se me dava de fazer uma *réclame* aos *Três Mosqueteiros*, que logo à noite serão representados no Príncipe Imperial. Mas o Adolfo, diretor da companhia, pediu-me encarecidamente que nada fizesse, porque está atrapalhadíssimo e não sabe onde há de meter tanta gente. Pois calo-me, não seja essa a dúvida.

Eloi, o herói

22 de junho de 1887

No último número da *Itália* encontrei algumas verdades amargas e alguns conselhos salutaros a respeito desta muito heroica e leal Sebastianópolis.

Diz a simpática folha italiana que entre as grandes cidades nenhuma foi tão favorecida pela natureza como a capital do Brasil, que dela recebeu tudo quanto podia

desejar; nenhuma outra dispõe de tantas condições para satisfazer a todos os preceitos higiênicos.

E acrescenta a *Itália* que, se reformarmos a cidade velha, desaparecerão os germes de todas as moléstias que têm assolado o Rio de Janeiro, e o Brasil perderá a fama de insalubre, fama de que não são culpados nem o solo nem o clima, mas o homem, que nada tem feito e nada faz em favor da capital do Império.

A *Itália* que, todos sabem, é redigida por um distinto engenheiro, promete indicar do próximo número em diante, os meios de melhorarmos a construção das nossas casas, de alargarmos as nossas ruas, de arrasarmos alguns dos nossos morros, etc.

Parece-me que não é para desprezar o serviço que o Sr. Dr. Fogliani nos quer prestar ocupando-se de tão grave assunto. A atenção de quantos amam deveras este formoso pedaço de mundo deve voltar-se para esses artigos que tão de perto nos interessam.

É realmente lamentável que, dispondo o Rio de Janeiro de todos os elementos para ser a mais bela cidade do mundo, seja, pelo contrário, uma das mais feias.

O Estado é pobre, os cofres públicos estão a tinir, é verdade; mas não faltarão empresas que tomem a si a transformação da cidade, sem que seja preciso sangrar o Tesouro.

O que nos falta é um Haussmann; pois arvore-se em Haussmann o Dr. Fogliani, que já teve a ideia de alargar e prolongar a rua de Senhor dos Passos, e é um dos concessionários desta grande e benemérita empresa.

Já que tão bons desejos revela, dote a nossa capital com os melhoramentos de que ela tanto precisa, e os nossos filhos bem dirão o seu nome sempre que passarem pela avenida ou pela praça Fogliani.

Não faltará dinheiro desde que largarem nas praças europeias o prospecto de uma empresa colossal, destinada a reparar os erros e o supino mau gosto dos nossos colonizadores.

E quando houvermos iniciado essa reparação urgente e momentosa, providencie a edilidade para que os Srs. proprietários não continuem, como até hoje construindo a seu bel-prazer, e ofendendo a todo instante a dignidade da arte.

Nós já temos um corpo de bombeiros; pois bem: façamos uma cidade para guardá-lo.

Eloi, o herói

02 de agosto de 1887

Não quero ser o último a saudar a *Gazeta de Notícias*, que hoje faz anos, e dela escrevo com a satisfação de quem, a contar de seu primeiro número, a contar de 2 de agosto de 1875, assiste às suas vitórias, desde a primeira, que foi pôr a tostão o *Jornal do Comércio*, dantes vendido a pataca, até a última, que foi fazer senador o Sr. Cesário Alvim – pois não me parece que, depois da leitura das *Coisas políticas* de ontem, a Princesa Imperial Regente escolha outro.

Posso mesmo dizer que acompanhei a existência embrionária da *Gazeta*, discutindo muitas vezes, com os próprios interessados, o êxito provável da empresa.

Três ou quatro anos antes do aparecimento da *Gazeta*, houve nesta cidade um *Diário de Notícias*, modelado pelo homônimo de Lisboa. Uma folha desse gênero, ligeira, barata, bem informada e atonetadinha de novidades, não podia deixar de agradar a uma população considerável, não habituada ainda a procurar literatura na imprensa periódica. O *Diário de Notícias* vingou até certa altura; mas, não obstante a modéstia do

ideal, e das exigências do público, não lhe foi possível resistir às mãos imperitas que o administravam, – e... morreu de morte macaca.

Era natural, portanto, que uma folha do mesmo gênero, porém bem feita, viesse “preencher uma lacuna”, como se diz nos programas de todos os jornais. Efetivamente assim foi, porque o primeiro *Diário de Notícias* – coisa esquisita! – em vez de preencher, abriu a clássica lacuna.

O público – pudera – atirou-se aos primeiros números da *Gazeta* como gato a bofes; a *Gazeta* era uma coisa que todos esperavam, e que tardava muito. Pode-se dizer, sem receio de errar, que raros são os habitantes desta cidade que não se acham no meu caso: há doze anos que todas as manhãs, invariavelmente, dou à *Gazeta* os meus dois vinténs. Aí estão cento e tantos mil réis bem empregados.

Nas águas do “comprador avulso” e do assinante, veio o anúncio, o rei Anúncio, o deus Anúncio, esse fantasma de ouro, essa visão caprichosa, que parece fugir quando o perseguem. Data daí a prosperidade da *Gazeta*, que nunca teve desfalecimentos nem receios. A sua fortuna tem sido sempre crescente.

Logo depois de publicados os primeiros números, um fato anormal começou a ser notado na vida fluminense. Indivíduos que tinham aprendido a ler, e, no entanto, ao contrário daquela personagem da *Morgadinha de Valflor*, não faziam uso da prenda que possuíam, resolveram, afinal, servir-se dessa invejável faculdade, uma vez que por uns miseráveis quarenta réis alguém se comprometia a dar-lhes diariamente quatro páginas de letra redonda.

Lembra-me que, poucos dias depois de nascida, a *Gazeta* inseriu, noutros termos, a seguinte notícia, naquele tempo digna, realmente, de toda a publicidade: “Ontem foram vistos dois carregadores a ler a nossa folha!”. O comentário da notícia estava naquele ponto de admiração. Hoje o fato contrário causaria espanto; se a *Gazeta* dissesse: “Não foi ontem visto nenhum carregador a ler a nossa folha”, poderia acrescentar, não um, mas muitos pontos de admiração. Há doze anos não se liam jornais no Rio de Janeiro.

À *Gazeta de Notícias* devemos, por conseguinte, a benéfica revolução que se operou na nossa vida literária; a simpática folha fluminense pode dizer que não deve ao público, senão ao seu próprio esforço; o público, esse é que lhe deve muito, muito, muito.

*

Contando, embora por alto, a história da *Gazeta de Notícias*, seria injustiça esquecer Elisio Mendes, a quem poderei chamar um verdadeiro homem prático (*Honni soit qui mal y pense*). Ao seu espírito econômico, aos seus talentos de administrador deve a *Gazeta* três quartos de tão merecida popularidade.

Não esqueçamos também os primeiros que ali trabalharam: Manoel Carneiro, Prudhomme, França Júnior, Júlio Huelva, Tragaldabas, e outros, que vieram depois e desapareceram naquelas colunas, como Luiz Guimarães, Eça de Queirós, Valentim Magalhães e Mariano Pina. Não esqueçamos também dois grandes mortos – Ferreira de Menezes e Guilherme de Azevedo, – e atiremos um punhado de flores aos vivos, que sustentam galhardamente os créditos da folha: Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Dermeval da Fonseca, Capistrano de Abreu, Manoel da Rocha, Joao Chaves e Soares de Sousa Júnior, redatores; Machado de Assis, Ramalho Ortigão, Emílio Deleau, colaboradores; Alfredo Gonçalves, Maximiano Serzedelo, Afonso Montauray e Castro, reporters; Júlio Braga, gerente, e Victor Milhas, diretor das oficinas.

Viva a *Gazeta de Notícias*!

Eloi, o herói

31 de agosto de 1887

Deus me livre de parecer petroleiro, mas, com mil raios! em vez das matas do Andaraí Grande, antes ardessem uns desses detestáveis casebres, que tanto afeiam a nossa muito heroica e leal.

Encendeiam-se aquelas belíssimas árvores, orgulho da nossa flora, há tantos séculos esquecidas na sua solidão selvática, ao passo que continua de pé, por exemplo, a charutaria da rua do Ouvidor, esquina do largo de S. Francisco – indecente pardieiro que de muito devia ter desaparecido dali.

Naturalmente, as companhias de seguro perderiam alguns contos de réis, mas a cidade ganharia muito.

*

O proprietário da *Notre Dame de Paris* fez em tempo altas diligências para comprar esse cochicholo e levar até a esquina o seu belo estabelecimento: baldado esforço! aquela preciosidade, aquele novo templo de Éfeso, aquela oitava maravilha do mundo, não se vende por dinheiro nenhum!

Também eu, se tivesse uma casa, e não precisasse de dinheiro, não a venderia nem à mão de Deus Padre. Até aí de acordo. Mas, uma vez que o proprietário do mencionado cochicholo não quer dispor dele nem à mão de Deus Padre, por que não levanta um sobrado por cima da charutaria? Todos sabem que isso não seria nenhum sacrifício e o capital empregado nas respectivas obras renderia um juro exagerado, graças à resignação com que os moradores da rua do Ouvidor, mais que os das outras ruas, se submetem à carestia dos aluguéis e a essa extorsão que se chama *luvas* por um eufemismo cuja origem desconheço.

*

O pardieiro em questão é, como certos indivíduos, indigno da posição que ocupa. Só ele me faria escrever umas coisas tão malévolas, responsabilizando o respectivo proprietário pela fealdade de um dos pontos mais concorridos da capital.

*

A Municipalidade lavraria um tento, promulgando rigorosas leis de desapropriação, que aproveitassem ao embelezamento da corte. Como aquele, há, nos lugares mais impróprios, uma porção de casebres que, se pegassem fogo, fariam talvez com que toda a gente lamentasse a costumada prontidão do corpo de bombeiros.

*

Ontem, às 5 horas da tarde, o Sr. Leuthode, suíço, maior de 40 anos, entrou numa casa de bebidas da rua do Ouvidor, pediu um cálice de vermouth, fôï para os fundos da loja, sentou-se a uma mesa e, quando se pilhou sozinho, disparou um tiro de revólver na cabeça, morrendo instantaneamente.

Encontraram-lhe na algibeira o recibo da quantia que dera pela arma com que se matou – excesso de precaução comercial, que me parece extraordinário num suicida.

O vermouth foi naturalmente uma ironia. Abriu o apetite alguns segundos antes de dar cabo da existência por não ter talvez com que fechá-lo; é um epigrama que convida o espírito a profundas reflexões filosóficas.

*

Descansem os leitores: não venho continuar a minha obra de propaganda contra o suicídio. A minha prosa, escrita com intenções humanitárias, tem levantado tantos protestos, tem sido tão mal apreciada, que eu estou resolvido a deixar que cada um viva – quero dizer – que cada um morra a seu gosto, sem me intrometer onde não sou chamado.

*

Apenas recomendarei aos Srs. suicidas, não façam como o de ontem que, tendo o seu quarto no hotel do Comércio, foi matar-se na casa alheia. Para um homem fazer saltar os miolos, não precisa sair dos seus cômodos.

Eloi, o herói

24 de outubro de 1887

Há hoje para o cronista fluminense dois assuntos obrigatórios: a festa da Penha e D. Francisca de Castro.

*

Da festa da Penha não falarei, porque o meu artigo seria uma longa queixa contra a Estrada de Ferro do Norte, que veio tirar todo o encanto da romaria. Não quero parecer aos leitores nem inimigo do progresso, nem menos homem prático do que poeta.

Vá tratando o Dr. Mello Moraes Filho de introduzir aquela festa popular no seu curioso *Tradicionalismo*. Desde que o primeiro silvo de locomotiva espantou os passarinhos de Irajá, a romaria da Penha entrou no período da tradição. *Requiescat in pace*.

*

De D. Francisca de Castro não me ocuparei também, pelo muito que em pura perda já escrevi contra essa interessante senhora.

À hora em que o leitor estiver saboreando esta prosa, realiza-se no tribunal do júri uma *reprise* da comédia representada por ocasião do primeiro julgamento, comédia que terminará pela apoteose de uma absolvição talvez unânime.

Absolvam-na quantas vezes quiserem... e ela quiser: essa infeliz senhora está irremessivelmente condenada pela opinião pública, embora fique em liberdade, e com o direito de matar mais gente.

*

Passemos a coisa muito diversa: O Sr. padre M. A. Ferreira Acadêmico insta comigo para que eu dê juízo sobre as suas *Ondulações sonoras*.

Antes que o faça, direi que há neste livro muitas coisas curiosas. A primeira é dizer-se na capa “poesias sem introdução nem recomendação alguma”, e nas primeiras páginas impingirem-se umas cem linhas de prosa, intituladas *Ao leitor*.

A segunda é a coleção de vinhetas, emblemas e figurinhas com que o autor enche o seu livro, sem que muitas vezes haja entre as gravuras e o texto correspondência alguma; por exemplo, um *Episódio*, em que se chora a morte de Zacarias de Góes e Vasconcelos, tem por emblema alguns artefatos de modista (pág. 78); uma página em prosa, destacada entre os versos, intitulada *Sem escândalo*, e destinada a certas explicações, que o poeta julgou necessárias, tem por emblema o deus Cupido atravessando um coração com uma seta (pág. 33); e depois do índice, rematando a obra, está um burro, não sei se como um epigrama ao leitor que chegar até lá, ou como um novo modelo de assinatura.

Nessa página – *Sem escândalo* – o autor explica as tais vinhetas; com elas procura captar a boa vontade do leitor “sustentando assim, diz ele, a curiosidade ou inconstância do seu espírito, exemplo que hauri de outros modernos autores”.

Aí também declara o bom do padre que, se juntou ao seu nome o apelido *Acadêmico*, foi para distinguir-se dos inúmeros *Ferreiras* que pululam neste vasto império.

“Se quiserem prescrutar a razão da escolha, acrescenta o poeta, direi que *Qued natura dat nemo negare potest* e se muito feliz é o que *Potuit rerum cognoscere causas*, o de *Acadêmico* foi, apesar dos invejosos e iníquos fariseus, conquistado letra por letra,

no tempo e no espaço, pelo aturado estudo, ingente esforço e denodada luta, por parte daquele, a quem, para dissiparem os vislumbres da justiça que às vezes ainda parece problemática (como diz T. Galhardo em sua *Monografia* acerca de leitores), procuraram converter em *Estátua de Sal* na senda de suas aspirações!”

E acrescenta ainda, logo em seguida:

“E quem pode viver sem futuro, sem esperanças, neste vale de hipocrisias?... Só eu? (Por que sou *padre*, por que sou *pobre*, por que sou *pequeno*, por que *sai reprovado no 3º Ano em São Paulo*, por que sou *orgulhoso*, *devasso*, *sacrílego*, *gatuno*, *plagiário*, *burro*, *maluco* e tudo quanto há de ruim? Vê V. M. Imperial?)... E esta!?”

Aí está por que o homem chama-se Acadêmico. *Voilà justement ce qui fait que votre fille est muelle.*

*

O caso é que empreguei todo o meu tempo em examinar as vinhetas e demais curiosidades do livro, e afinal de contas não o li. Vou fazê-lo, para externar juízo franco e seguro. Dentro em poucos dias saberá o Sr. Acadêmico o que penso das suas *Ondulações sonoras*, e então poderá dormir tranquilo.

*

É pena que *Nemo* não adornasse também de vinhetas a sua última *Palestra*, publicada anteontem no rodapé do *Jornal do Comércio*.

O engraçado moço faz uma troça medonha ao *Homem*, e ao defunto Grêmio de Letras e Artes.

Quanto ao *Homem*, já o ilustre cronista da *Gazeta de Notícias* vingou o Aluísio Azevedo, transcrevendo esta frase de *Nemo*: “Aqui ouviram-se bater palmas”. Quem dá patadas gramaticais de tal calibre faz mal metendo-se a criticar romances.

Quanto ao Grêmio de Letras e Artes, direi que *Nemo*, se teve satisfação em vê-lo desaparecer, apenas provou com isso não ser literato nem artista. Com a dissolução da Sociedade Protetora dos Animais não exultaria ele. Pudera!

Eloi, o herói

25 de outubro de 1887

Diz o *Gil-Blas*, de Paris, no seu número de 5 do corrente mês:

“Foi com o maior pesar que tivemos notícia da morte de Mlle. Aimée, a inteligente artista das Variedades, cujo nome é quase célebre na América.

“Poucos, bem poucos amigos se reuniram ontem pela manhã na igreja de N. Senhora de Auteuil, onde se celebraram, com muita simplicidade, segundo o seu último desejo, as exéquias da excelente senhora.

“Citamos entre as pessoas presentes os Srs. Arthur Heulhard, Edmundo Stoullig, Serpette, Maurício Grau, Bertrano e Baron, diretores das Variedades, Saint-Arroman, Luciano Faucon, Vannes, Júlio Prével, Cooner, Verlet, Bounesseur, Havez, Mmes. Sully, Maria Valot, de Geraudon.

“Não estava ninguém do *Orfèlinat des arts* e no entanto a caridosa artista deixou-lhe todos os seus bens, que eram consideráveis; os artistas das Variedades não lhe mandaram nem uma coroa, e no entanto, em 1871, Aimée enviou-lhes a quantia de 5000 francos.

“Este duplo ato de ingratidão era vivamente comentado pelas pessoas presentes.

“Depois da cerimônia, os restos de Aimée foram levados para o cemitério de Nogente-sur-Marne, pois ela manifestara o desejo de ser enterrada perto de sua mãe, morta há seis meses. As coroas foram arrumadas sobre a *impériale* do ônibus que levou

a Nogent as poucas pessoas desejosas de acompanhar a pobre artista até a sua última morada”.

*

Morreu a Aimée. Estas palavras, proferidas há vinte anos, causariam no Rio de Janeiro a sensação mais dolorosa e profunda.

Naquele tempo ela reinava na capital do Brasil pelo seu talento, pela sua beleza e pelo seu espírito. O seu trono radiante elevava-se ali na rua da Vala, no sítio hoje ocupado pelo armarinho do Cruz e pela padaria que tem fama de fabricar o pão mais saboroso que ainda aqui houve.

Se é verdade que o Alcazar tirou o pão a muitas famílias, essa padaria é ao mesmo tempo uma compensação do destino e uma ironia do acaso.

*

Durante muitos anos a Aimée fez a fortuna do Arnaud. Uma dia exigiu pequeno acréscimo de ordenado. Ele recusou; ela despediu-se, e deixou não só o Alcazar, como o Brasil.

Daí por diante começou o teatrinho a desandar. Outro empresário, menos ambicioso que o Arnaud, não teria insistido. Ele insistiu. Faltavam-lhe não sei quantos mil francos para um milhão; queria arredondar a conta. O resultado foi morrer doido e paupérrimo.

*

A Aimée fez-se artista no Rio de Janeiro, e Paris confirmou a consagração fluminense. Quando ela se partiu da nossa terra, abriram-se-lhe em Paris os grandes braços de Offenbach, que nesse tempo era uma espécie de semideus. Estava feita a sua fortuna. Depois, os *yankees* encheram-na ainda de glória e de dinheiro.

*

Muita gente está persuadida de que a Aimée andou por aqui a comer a fortuna e a transtornar a cabeça dos homens, fazendo a desgraça de muita gente. É justo reabilitar a sua memória.

Houve, realmente, no Alcazar uma longa sucessão de *cocottes*, para as quais o teatro não era mais que uma tabuleta. A Aimée nunca se achou nesse caso, mas naturalmente foi vítima da companhia em que andava. Sendo, entre todas as suas companheiras, a de mais prestígio, quer como artista de talento, quer como mulher bonita, dificilmente poderia escapar à maledicência pública.

Longe de mim o pensamento de fazer crer ingenuamente aos leitores que ela fosse uma vestal, ou que guardasse debaixo do travesseiro um ferro para desagrar-se das brutalidades de qualquer Tarquínio. Isso não; amou e foi amada – fez ela muito bem. Mas os seus apaixonados eram platônicos pela maior parte.

Nem o seu caráter, nem a sua vida trabalhosa lhe permitiam as infâmias que lhe atribuíram. Representava todas as noites, ensaiava todos os dias, e muitas vezes ainda ensaiava depois do espetáculo. Era uma heroína do trabalho.

*

Foi a Aimée quem plantou no Rio de Janeiro o gosto pela opereta. Ela a chegar, e a arte dramática a enterrar-se com João Caetano no cemitério do Catumbi.

Mas que diabo! com um pouco mais de coragem por parte dos nossos artistas a *degringolada* não seria tão completa. A opereta poderia viver ao lado de todos os outros gêneros sem prejudicá-los, como em toda a parte acontece... menos aqui.

*

Exultem, entretanto, os que não cessam de clamar contra a opereta. A filha querida de Hervé e de Offenbach, a enteada de Lecocq e de Audran está por um fio; há muito tempo debate-se numa agonia lenta e dolorosa.

O público tem dado a perceber claramente que deseja outra coisa. Se os empresários não querem compreender o público, tanto pior para eles.

A morte da Aimée – não sei por que – faz-me o efeito da morte da opereta. O gênero aqui nasceu com ela; não será para estranhar que com ela morra.

Eloi, o herói

10 de novembro de 1887

A nossa Academia de Belas Artes acaba de fazer mais uma das suas. O resultado do julgamento do concurso de viagem à Europa anima-me a propor ao Governo Imperial que mande por uma vez passear diretor, mestres e alunos, e dê outro destino, mais útil, ao edifício da Academia. Nós somos refratários às artes: para que diabo havemos de nos andar metendo funduras, não me dirão?

*

A *Flagelação de Cristo*, premiada pela congregação, é uma das piores, se não a pior, das sete que se acham expostas. Não tem originalidade, não tem desenho, não tem por onde se lhe pegue. Há erros de perspectiva dignos de palmatória; a luz é mal distribuída, o segundo plano escuro, apesar de uma larga porta aberta e um céu de primavera, e o primeiro iluminado, sem que se saiba de onde vem a luz. Para mais explicações, leia-se o que hoje disseram deste quadro L. S., na *Gazeta de Notícias*, Oscar Guanabara, no *País*, e *Frivolino*, na *Época*. Bateram-lhe todos três em regras.

*

Por bem dizer, nenhuma das sete *Flagelações* é digna, em absoluto, de prêmio tão cobiçado; entretanto, dois candidatos, os Srs. Hilarião da Silva e Belmiro de Almeida distanciaram-se notavelmente dos seus competidores.

O primeiro apresentou uma composição mesquinha, paupérrima; em compensação, a cabeça do seu Cristo por si só vale mais que todos os outros quadros de cambulhada, e há ali uma figura de costas, que é irrepreensível.

Mas é no quadro do Sr. Belmiro que mais disposições se encontram para a pintura. A este candidato, mais do que a nenhum outro, mereceram inteligente atenção todos os elementos que constituem um quadro. O agrupamento das figuras, os acessórios, a arquitetura, a fisionomia doce e resignada de Cristo, tudo revela qualidade de observação e talento, que ninguém reconhece no candidato premiado, por mais simpatia que mereça o seu incontestável ardor de trabalhar.

O Sr. Belmiro de Almeida possui a técnica de sua arte mais que nenhum dos seus companheiros de concurso; não é um *premier venu*; já expôs no *Salon*; os seus estudos são muito apreciados e ainda ultimamente todos à uma lhe gabavam a *Cena doméstica*, um verdadeiro quadro, exposto durante muitos dias em casa do Sr. De Wilde. Mas o júri do concurso, para votar uma classificação absurda, nem ao menos levou em conta os antecedentes deste simpático pintor.

O colorido do seu quadro é frio e monótono, mas o Sr. Belmiro neste certame só teve um competidor sério – o Sr. Hilarião. Sobre estes dois concorrentes, e só sobre eles, com exclusão de todos os outros, deveria recair a escolha da congregação.

*

Reconhecendo isto, os professores Rodolfo Bernardelli e Zeferino da Costa, que divergiram – pudera! – dessa escolha, vão protestar contra a decisão da Academia.

O Governo Imperial deve tomar em consideração esse protesto. De quem são os votos que se opõem ao de Bernardelli, o ilustre autor do *Cristo e a adúltera*, e ao de Zeferino, o artista de raça que pintou o *Óbulo da viúva* e a *Invocação a Santa Cecília*? Entre esses juízes há apenas um pintor, o Sr. Medeiros, mas o Sr. Medeiros teve a

infelicidade de dever a sua entrada para a Academia àquela *Morte de Sócrates*, que é uma das vergonhas da nossa Pinacoteca...

*

Este concurso deve ser anulado, porque representa a mais revoltante injustiça de quantas se têm praticado até hoje – e não são poucas – na Academia de Belas Artes.

A nossa inteligente e generosa princesa, que é artista, e tem mais de uma vez provado saber aquilatar o mérito alheio; a nossa Princesa, que acaba de moralizar a comenda da Rosa, pregando-a ao peito de Ramalho Ortigão e de Emanuel – não sancionará certamente esse atentado, como muito bem lhe chama hoje Oscar Guanabary. Tanto mais que por aí se ressoa que o candidato premiado é protegido por Sua Alteza, e dessa proteção, que talvez não exista, nasceu o escândalo que tem causado geral indignação.

Eloi, o herói

11 de novembro de 1887

O mundo é assim. Entram uns e outros saem. Nasce o senador Alfredo Chaves, e morre o senador Junqueira.

Se a pasta da guerra não é ingrata; se conserva a recordação dos respectivos ministros, deve a estas horas fazer como a viúva rica, que por um olho chora e por outro repenica. Ambos os conselheiros, tanto o que ontem saiu das urnas eleitorais como o que anteontem entrou para a urna funerária, deixaram largos vestígios da sua passagem pelo ministério da Guerra.

O Sr. Chaves pouco tempo se demorou na secretaria da praça da Aclamação; posto na rua, a toque de caixa, pela famosa questão militar, S. Ex. não teve materialmente tempo, como o Sr. Junqueira, para prestar bons serviços naquela repartição.

Os célebres desaguizados havidos entre o Sr. Chaves e alguns oficiais superiores do exército me faziam crer que, não obstante a recomendação Paulino, o ex-ministro não conseguiria entrar na lista tríplice. Enganei-me redondamente. Vejam o que é não entender nada de nossa política!

Em todo caso, pode-se afirmar que nas eleições de ontem, a opinião pública se manifestou claramente contra os adversários do Sr. Chaves, e a este devem-se dobrados parabéns, se a simpatia de quatro mil e quinhentos eleitores é também um resultado das perseguições de que S. Ex. foi vítima, por ter corajosamente cumprido o seu dever.

Aperto a mão ao senador Chaves, que em tão pouco tempo tem sabido galgar os degraus da escada da Política, embora agarrado ao corrimão, e inclino-me reverente diante do túmulo do honrado e prestimoso senador Junqueira.

*

Os ilustres professores da Academia de Belas Artes, Rodolfo Bernardelli e João Zeferino da Costa mostraram-me uma cópia do protesto que vão dirigir ao Governo Imperial contra a escolha do candidato premiado no concurso de viagem à Europa.

Nesse documento, escrito com muita energia, faz-se a apreciação artística da prova apresentada pelo concorrente escolhido – uma *croûte*, como dizem os franceses; uma *bota*, como dizemos nós.

Diante desse protesto, firmado por duas autoridades tão competentes, o Governo não pode de modo algum ficar de braços cruzados, e a Princesa Imperial Regente deve intervir, tanto mais que vai crescendo o boato, em que não creio, de que Sua Alteza influiu diretamente para a escandalosa proteção de que foi alvo o Sr. Oscar da Silva.

Ontem à tarde corria com insistência que o jovem pintor já tinha sido despachado cavalheiro da Rosa.

O concurso deve ser anulado; para justificar esse ato, é mais que suficiente o protesto de Bernardelli e Zeferino. *Honos alit artes*, como diria o Sr. Dr. Castro Lopes.

*

A propósito do Sr. Dr. Castro Lopes, aí vai um soneto dedicado a S. S. pelo poeta anônimo que de vez em quando me envia versos:

NOVE SED NON NOVA

Ao Sr. Dr. Castro Lopes

Doutor, engana-se: a mulher bonita,
Das nove Musas singular conjunto,
É, como sempre foi, o único assunto
De todo o poeta que este mundo habita.

Da mulher em que lira não palpita
O melindroso coração pergunto,
De toda a inspiração vida e transumpto,
Só ela impressiona, inflama, excita!

Calem-se, pois, Doutor, as suas penas
Fuja essa zanga, emigre essa quizila,
E as alegrias voltem-lhe serenas.

Dos vates para a fulgida família,
Doutor, inda a mulher é a mesma, apenas
Já se não chama Nise nem Marília.

*

E justifique outro soneto, e bem bonito, a reivindicação feita pelo poeta anônimo; assina-o Oliveira e Silva; intitula-se:

CURA IMPOSSIVEL

Por pensar tanto em ti, nunca pensara
Que em mais nada no mundo eu pensaria,
E que minha alma é tua dia-a-dia
Mais presa e mais cativa se tornara.

Agora tenho disso a prova clara
E vejo tristemente que não via
Quando desses teus olhos me feria
A expressão de desdém tão viva e rara.

Padeço, bem o sei; dirás que a cura
Terei, se te riscar do pensamento,
Riscando de meu peito essa tortura.

Mas assim crescerás, ó meu tormento,
E horror eu perderei à sepultura,
Que morte inda é maior o esquecimento.

O “feminino eterno” pode lá deixar de ser a eterna inspiração!
Eloi, o herói

15 de novembro de 1887

Regressou Ramalho Ortigão para a sua pátria, depois de haver recebido na nossa todas as manifestações de apreço devidas ao extraordinário talento e ao nobre caráter de que é dotado.

Como este, nenhum homem de letras até hoje se impôs absolutamente à minha simpatia. Por via de regra o escritor é um lido e outro conversado; tal autor, que nos pareceu um anjo em letra redonda, é no trato insuportável demônio.

Ramalho Ortigão não é assim: o homem privado é aquele mesmo que transparece nas *Farpas* e na *Holanda*. A sua *cavaqueira* tem o mesmo estilo risonho e o mesmo fundo sólido e conceituoso dos seus artigos. O bom humor é uma arma que o não desampara, e que lhe há de valer contra os mais temíveis adversários.

Gosto imenso de todo o homem que não se pareça com nenhum outro; Ramalho Ortigão tem a rara fortuna de ser original por dentro e por fora. Tanto em Portugal como no Brasil debalde se procurará um *pendant* para aquele belo tipo de meridional; tanto num como noutro país nem com o auxílio da própria lanterna de Diógenes se acharia espírito mais lúcido e mais moderno.

Eu cumprimento o mestre, e, como toda a gente, fico ansioso pelo livro que vai escrever a respeito do Brasil.

*

Quando chegar ao capítulo destinado às belas artes, não se esqueça Ramalho Ortigão do concurso há dias reali... quero dizer: consumado.

Os leitores hão de permitir que eu volte a ocupar-me do assunto.

Pode ser que o escândalo se remedeie. Já as coisas estiveram mais mal paradas que hoje. O protesto, firmado por Bernardelli e João Zeferino, produziu ótimos efeitos, entre os quais uma visita da Princesa Regente à exposição das sete provas do concurso, e a publicação do seu parecer, que não é positivamente o da comissão julgadora.

Leram o protesto? É irrefutável. Dali não há para onde apelar; das duas uma: ou anula-se o concurso, ou deixa-se de pé uma tremenda imoralidade.

O documento foi pelo Ministério do Império remetido à Academia de Belas Artes, para informar. Curiosa leitura serão os argumentos com que os Srs. Mafra & C. vão responder à crítica dos dois ilustres professores. Veremos.

*

Abra-se outro concurso, mas não escolham, pelo amor de Deus, assunto tão explorado pelos grandes mestres como a flagelação de Cristo, assunto que na própria Academia já serviu noutro certame; deem um prazo maior para apresentação das provas; em quarenta dias não se pinta um quadro, mormente em lugar impróprio, sem comodidade, sem luz, sem nada, como dizem que são as aulas da Academia... depois dos *melhoramentos* por que passaram.

*

O conceituado folhetinista C. de L. estranha que façam oposição ao candidato premiado as mesmas penas que já o elogiaram. Ora, como, nesta mesma seção *De palanque*, por mais de uma vez tenho dito coisas agradáveis ao Sr. Oscar da Silva, tratarei de defender-me.

Efetivamente o Sr. Oscar tem mérito, aliás menos patente nos seus últimos trabalhos que nos primeiros. Tem mérito, mas não pode lutar com os seus competidores

Belmiro e Hilarião. Mesmo indagando dos precedentes artísticos de cada um candidato, como C. de L. pretende que se faça, sem julgá-los pura e simplesmente pelas provas do concurso, como deve ser, o Sr. Oscar não entra em concorrência não só com os Srs. Belmiro e Hilarião, mas também com os Srs. Teixeira da Rocha e Pinto Bandeira, candidatos de quem não se tem falado.

Releva notar que não sou amigo de nenhum dos concorrentes mais do que do Sr. Oscar. Os meus artigos são ditados pela consciência e não pela simpatia. Aos Srs. Hilarião e Pinto Bandeira não conheço nem de vista, e ao Sr. Oscar devo até a fineza da oferta de um interessante quadrinho, que eu muito estimo, e está pendurado em lugar de honra na parede do meu gabinete. Mas, em se tratando de concurso tão importante, é mister que se calem as afeições pessoais, e se defendam as vítimas.

Habitado a não encontrar sócios para os meus dissabores, pouco me importariam essa vítimas, se a Arte não fosse deveras sacrificada com elas. O Sr. Belmiro de Almeida é, incontestavelmente, um artista brasileiro de muito futuro; alguns anos de Paris converteriam em realidade tão auspiciosa promessa. Pelo regulamento da Academia só se pode concorrer ao prêmio de viagem até os 30 anos de idade. Os concursos fazem-se, por lei, de quatro em quatro anos, e, por abuso, uma vez na vida e outra na morte; o último foi há nove anos. Ora, o Sr. Belmiro no ano próximo já não poderá concorrer, porque está com vinte e nove anos. Tendo ele apresentado a prova mais brilhante deste concurso, foi vítima de uma extorsão clamorosa. E isto não basta para inutilizar um artista?... e isto não basta para desvanecer uma esperança da pátria?...

Vamos lá, minha gente, vamos lá! – um pouco de justiça e nada mais!

Eloi, o herói

17 de novembro de 1887

Deu de si a questão do concurso da Academia de Belas Artes, questão que com certeza fornecerá ainda mais pano para mangas. Diante do juízo unânime da imprensa, não pode deixar de ser anulado o cerebrino julgamento da congregação...

Ah, meus caros senhores, estas coisas já se não fazem como antigamente, sem o menor respeito pela opinião pública. O brasileiro começa a compreender que a arte é uma coisa séria, e que o artista não pode estar a mercê de medalhões e magnatas. É preciso que de uma vez por todas suas senhorias se convençam: quem dá dinheiro para manutenção da Academia, quem fornece mesada aos pensionistas, quem paga o pato, enfim, é o povo, e pelo povo fala a imprensa.

Se a congregação da Academia deseja mandar para a Europa o Sr. Oscar da Silva, faça-o à sua custa, sem a formalidade de um concurso-comédia, sem ofender direitos alheios, sem escandalizar a opinião pública; se a nossa magnânima Princesa tem, como se diz, muita simpatia pelo referido Sr. Oscar, simpatia que eu sou o primeiro a aplaudir, Sua Alteza poderá, sem sacrificio, despende do seu bolsinho particular os 500 francos mensais com que a Academia pretende recompensar ao jovem pintor o ser simplório.

A classificação de *simplório* não é minha, é de C. de L.

O Sr. Oscar é simplório, e todos sabem que nas regiões oficiais o ser simplório é uma espécie de seguro de vida. Daí a escolha da congregação; não se laureou o talento; premiou-se a docilidade, a subserviência, a *sancta simplicitas*.

O Sr. Belmiro tem a desgraça de ser independente: basta olhar para aquele nariz arrebitado, para aquela cara de *bull-dog* de estimação, e vê-se que não está ali nenhum... simplório.

*

Magoou-me o *Burguês* que ontem, nesta folha, começando por afirmar que em crítica de pintura não passa de um idiota como outro qualquer (O que não é verdade), acabou por declarar que, com alguma boa vontade, pode-se até achar justa a escolha da congregação.

Eu respeito todas as opiniões, ainda as mais estrambóticas, e se algum reparo me merece o *Burguês*, é pelo fato de exhibir-se na mesma folha e na mesma página em que eu me tenho esgoelado a clamar contra semelhante concurso.

Ao meu impertinente vizinho parece que só pintores podem julgar pinturas, e isto, que é deprimir os mais abalizados críticos do mundo, redundaria num argumento contra a própria opinião do escritor. Se um bacharel não pode apreciar um quadro, nem a congregação da Academia tem autoridade para escolher um pensionista, nem o *Burguês* competência para julgar dessa escolha.

Vamos lá; o escritor em questão tem talento, ou, pelo menos, espírito: volte à travessa das Belas Artes, examine com outros olhos as provas que ali estão expostas, e reforme o seu juízo.

*

Olavo Bilac, um dos meus poetas, esteve durante alguns dias na Corte; voltou anteontem para S. Paulo, deixando-me, por bilhete de despedida, um soneto inédito. Como o soneto é bom e eu não sou mau, não quero privar os leitores, e sobretudo as leitoras, da satisfação de decorá-lo. Ei-lo:

NOITES DE AGOSTO

Por estas noites frias e brumosas
É que melhor se pode amar, querida!
Nem uma estrela pálida, perdida
Entre a névoa, abre as pálpebras medrosas...

Mas um perfume cáldo de rosas
Corre à face da terra adormecida;
E a novos cresce, e, em grupos repetida,
Enche os ares de sombras vaporosas.

Sombras errantes, corpos nus, ardentes
Carnes lascivas... um rumor vibrante
De atritos longos e de beijos quentes...

E os céus se estendem palpitando, cheios
Da tépida brancura fulgurante
De um turbilhão de braços e de seios.

S. Paulo, Agosto.

OLAVO BILAC

Destes não se publicam aqui todos os dias, nem aqui se publicavam há quarenta anos; não é assim, Sr. Dr. Castro Lopes?

Eloi, o herói

18 de novembro de 1887

(1)

No último domingo o meu colega Moreira Sampaio e eu trabalhávamos juntos em nossa casa (Fazíamos a revista do ano, já se sabe, uma *réclame* nunca é demais...), quando ouvimos grande contenda na rua. O Sampaio ergueu-se de um salto e foi para a janela; eu deixei-me ficar, porque na rua da Misericórdia esses fatos são tão frequentes, que já me não abalam.

Entretanto, como a disputa se prolongasse, e o meu colega instasse comigo para que eu fosse à janela apreciar uma cena realmente cômica, fiz-lhe a vontade e então vi dois indivíduos, cada qual mais embriagado, a provocarem-se mutuamente.

Lembrei-me logo do famoso soneto de Nicolau Tolentino, e esperei que terminasse a briga por uma soneca. Enganei-me redondamente; os dois chupistas chegaram às vias de fato; ferveu murro e cachação que foi um Deus nos acuda.

Com uma prontidão a que infelizmente não estamos habituados, mesmo na rua da Misericórdia, surgiram no lugar do conflito dois policiais a cavalo.

Estava muita gente nas janelas, porque, além da natural curiosidade provocada pela briga, era uma tarde de domingo e havia festa no bairro.

Um dos soldados não quis perder ocasião de se exhibir diante de tanta gente; apeou-se, aproximou-se do bêbado que dava mais pancada, e levou-o até certa distância a bofetadas e pontapés. Tornou a montar, e como o pobre diabo parasse, e quisesse retroceder, deu de esporas ao cavalo e cresceu para ele, que com certeza seria pisado pelas patas do animal, se não encontrasse providencialmente um corredor. O valoroso agente da tranquilidade pública mesmo montado quis entrar também, mas o cavalo escorregou nas pedras do passeio, e o herói plantou ridiculamente uma figueira monumental.

*

É de prever que o leitor pergunte aos seus botões a que propósito vem aqui a narração de um fato que, mais assim ou mais assado, diariamente se repete nas nossas ruas. Depois do Castro Malta, dirá o leitor, que interesse pode despertar a história desse policial que esborda um bêbado?

Nenhum, convenho, e se me lembrei do conflito de domingo passado, foi porque esta noite, lendo no *Gil Blas*, de Paris, um artigo em que se conta qual foi o ponto de partida do famoso processo Caffarel, não pude deixar de estabelecer um símile entre a polícia francesa e a nossa.

*

Eis aqui, pouco mais ou menos, o que diz o *Gil Blas*; leiam, que é interessante:

“O Sr. Grognon, prefeito de polícia, foi um dia informado de que uma tal Sra. Limousin tinha em casa um grande maço de papéis roubados ao ministério da guerra. Tratava-se de reavê-los, fosse como fosse. Coisa difícil: para expedir mandado de busca, era preciso um delito qualquer.

A prefeitura de polícia tratou de procurar informações sobre os precedentes de Limousin, e veio ao conhecimento de que ela entregava-se ao tráfico das condecorações. Este esclarecimento era importante, mas não bastava. Era indispensável apanhá-la em flagrante delito.

Tudo se arranjou: o Sr. Grognon mandou chamar à sua presença o Sr. Goren, subchefe da Segurança, e, depois de lhe haver exposto o seu plano, perguntou-lhe se dispunha de um agente seguro, que se incumbisse de executá-lo.

– Perfeitamente, respondeu o outro, Lardies é o homem que nos convém.

A coisa ficou assentada, e o Sr. Goren transmitiu ao agente Lardies as seguintes recomendações:

– De hoje em diante o Sr. muda de nome e de profissão. Deixa de ser o Sr. Lardies para ser o Sr. Langlois, negociante rico, retirado do comércio, e homem excessivamente vaidoso. Tratará imediatamente de relacionar-se com uma tal Limousin, e obter dela a fita da Legião de Honra, a única que lhe falta. De tudo quando se passar me informará prontamente.

Lardies, ou antes, Langlois achou sem dificuldade o meio de ser apresentado à Limousin, e disse-lhe logo o que desejava.

– Venha esta noite à minha casa, respondeu ele; apresentá-lo-ei a algumas pessoas influentes.

À noite lá estava o nosso homem vestido à corte, ostentando uma roseta multicolor na lapela da casaca.

A quadrilha Limousin, que se achava a postos, fez-lhe uma calorosa recepção e tratou-o nas palminhas; mas nessa noite não se falou ainda na desejada condecoração.

Quando o agente lá foi pela segunda vez, trataram-no ainda com dobrada amabilidade, e prometeram-lhe apresentá-lo a um general adido ao ministério da guerra. Isto foi em 30 de Setembro.

Lardies procurou imediatamente o Sr. Grognon, e deu-lhe parte do ocorrido. O prefeito de polícia redigiu logo a seguinte carta, que dirigiu a Mme. Limousin: “Senhora – Como não posso demorar-me em Paris, rogo-lhe que apresse quanto antes a entrevista de que me falou. Parto segunda-feira para uma caçada – Langlois”.

Não tardou a resposta. No domingo seguinte, 2 de outubro, Langlois conversava com o general Caffarel e decidia-se que o suposto negociante seria condecorado mediante a quantia de vinte e cinco mil francos”.

E aí está como a quadrilha Limousin caiu nas garras da polícia, e como se iniciou esse processo, que tem tomado proporções monstruosas, e no qual figura tanta gente de gravata lavada, inclusive o próprio genro do presidente da República!

*

Admire o leitor esse agente de polícia sagaz, inteligente, correto, elegante, *causer*, que se disfarça em *homme du monde* para enganar espertalhões, e compare-o com o nosso soldado de polícia, sujo, estúpido, taralhão, que vive a esbordoar bêbados e de vez em quando se deixa assassinar por doidos ou facínoras.

Eloi, o herói

(1) As opiniões emitidas nesta seção são inteiramente pessoais e em nada se relacionam com as da redação da folha.

22 de novembro de 1887

Parece que no tribunal do Júri foi ontem absolvido um inocente. É caso digno de um ponto de admiração; ei-lo: – ! E mais outro: ! E dous mais: !!

Se efetivamente Manoel Soares da Silva não lançou fogo à venda de Manoel Pereira Pinto, o Júri, para ser coerente nas suas decisões, deveria condená-lo ao máximo da pena.

Um tribunal que absolve D. Chiquinha de Castro não deve absolver um inocente: arrisca-se a comprometê-lo. De hoje em diante Manoel Soares da Silva trará na frente este letreiro terrível:

“ABSOLVIDO PELO JÚRI”

e entrará na ignominiosa categoria dos Calças-Largas.

*

Desgostou-me que o simpático Dr. Jansen Júnior figurasse neste processo como acusador.

O talentoso advogado, que tantas vezes tem posto a sua eloquência ao serviço da causa dos oprimidos; que tantas vezes os tem restituído à liberdade, ou, pelo menos, suavizado os rigores da sentença que os esperava – não deve subir à tribuna para acusar ninguém, mesmo quando a acusação recaia num facínora.

O Dr. Jansen Júnior nasceu para defender, como o Dr. Durão nasceu para acusar. A liberdade deve ser a sua musa inspiradora. Não o foi ontem; por isso, S. S. espichou-se. Pessoas que assistiram ao seu discurso asseguram que o ilustre advogado esquecera-se do talento em casa.

*

Em contraposição, o Dr. Cyro de Azevedo, com a palavra inflamada e fácil, obteve, na defesa, um verdadeiro triunfo, confirmando ainda uma vez as esperanças que a muita gente desperta o seu auspiciosíssimo futuro.

*

Vinha aqui a pelo algumas considerações sobre as nossas *vendas*; guardo-as, porém, para ocasião em que possa escrevê-las com mais vagar.

Fique, entretanto, assentado que eu, como juiz de fato, absolveria o réu Soares, se realmente houvesse posto fogo, não a uma venda da rua do Barão de Guaratiba, mas a todas as vendas do Rio de Janeiro.

Esses estabelecimentos são verdadeiros antros de corrupção e de vício. Ali se discute a honra da casa, se assoalham os segredos da família, as misérias da vida íntima...

O ar pestífero da venda penetra em todas as salas e no recesso de todas as alcovas... com escala pelas casinhas.

A venda contribui – é fácil verificá-lo – para o aumento da nossa estatística criminal. Numa das últimas sessões do Júri, sendo eu jurado, tive ocasião de observar que, direta ou indiretamente, figurava uma venda em cada um dos respectivos processos.

*

Mas nós, fluminenses, que desgraçadamente erramos num tudo e por tudo, em vez de acabarmos com a venda, demos-lhe um digno *pendant* – o quiosque.

Eloi, o herói

26 de novembro de 1887

Até hoje não teve decisão alguma o protesto dos Srs. Rodolfo Bernardelli e Zeferino da Costa contra o resultado do concurso da Academia de Belas Artes.

A Academia já informou, já informou a competente Secretaria de Estado, e o Sr. Barão de Cotegipe já por seus próprios olhos se convenceu da injustiça que houve na escolha do candidato. Só falta que S. Ex. anule o concurso, dando por esse modo à opinião uma satisfação estrepitosa e completa. Creia que não lhe hão de faltar aplausos e parabéns.

Mesmo quando o concurso não seja anulado, o candidato escolhido, que é um moço de brio, não deve aceitar o prêmio. Ir a Roma contra o voto dos dois professores mais ilustres da Academia, e depois de tamanha irresolução por parte do governo, é ir a Roma e não ver o papa.

Esse prêmio, obtido debaixo de um chuveiro de imprecações da imprensa, do público e dos artistas, há de pesar-lhe nos bolsos como se o fosse roubado.

A própria consciência a todo o instante lhe lembrará a iniquidade de que foram vítimas os seus colegas. O seu prazer de viajar e aprender será incompleto, se o jovem artista tiver, como deve ter, pois não é nenhum idiota, o sentimento de sua mediocridade.

A este assunto voltarei todas as vezes que se oferecer ensejo, até que tenha solução o eloquente protesto dos Srs. Bernardelli e Zeferino da Costa.

*

Há dias o folhetinista *Nemo* se ocupou deste concurso no rodapé do *Jornal do Comércio*, e disse: “Há dois campos um contra o outro; este que protesta contra a decisão do júri, aquele que a defende”.

Há dois campos, realmente: de um lado estão a *Gazeta de Notícias*, o *País*, a *Gazeta da Tarde*, a *Cidade do Rio*, a *Revista Ilustrada*, a *Época*, o *Novidades*, etc.; do outro o *Microcosmo*, solitário, embora não delirante.

E, ainda assim, releva notar que o escritor do *Microcosmo* é suspeito, pelas relações de família que o ligam a um dos membros mais influentes do júri.

Releva ainda notar que C. de L., no folhetim em que defendeu a decisão do júri, começou por declarar que não vira as provas do concurso; essa declaração, que é, aliás, uma prova evidente da sua habilidade, inabilita-o para julgar.

Desde que C. de L. vá ver as sete *Flagelações de Cristo*, que ainda lá estão expostas na Academia, e diga em letra redonda que a melhor delas é a do Sr. Oscar da Silva, eu curvarei a cabeça e não voltarei a semelhante assunto.

*

Nemo escreve ainda que não quer meter o bedelho na questão, porque se lembra do provérbio: “Brigam as comadres, descobrem-se as verdades”. E acrescenta: “Talvez de toda esta discussão se aproveite alguma coisa”.

Se nessas está envolvida uma insinuação qualquer, peço encarecidamente a *Nemo* que deite os pontos nos is.

Haverá briga de comadres *inter muros*? Mas que temos nós, que tem o público com isso! Abriu-se um concurso, apresentaram-se sete provas, foi escolhida a pior, ou uma das piores, protestou-se, eis tudo. Se há mais alguma coisa, faça-se a luz com todos os diabos!

*

A propósito de pintura:

O *País*, que tem agora a sua *sala des dépêches*, como o *Fígaro* e o *Gil Blas*, expõe neste momento algumas frutas pintadas pelo Sr. Estevam da Silva, que, como se sabe, tem um talento muito especial para esse gênero.

Eloi, o herói

05 de dezembro de 1887

A eleição do Sr. Sadi Carnot para presidente da República Francesa foi uma surpresa completa. Conquanto o eleito seja um homem distinto, e tenha prestado ao seu país serviços de certa ordem, é natural que muitos dos meus leitores ignorem quem ele é.

O nome de Sadi Carnot não é universalmente conhecido, como os de Freycinet, Ferry, Brisson e Saussier. Tanto assim é, que a *Gazeta de Notícias* viu-se, ao que parece, deveras embaraçada para escrever alguma coisa sobre a individualidade do novo presidente. A simpática folha disse-nos ontem quem ele foi até a data da publicação do Larousse; só hoje pôde completar esses interessantes dados biográficos.

Eu faço votos para que o Sr. Sadi Carnot seja tão honesto, tão patriota e tão moderado como o seu ilustre predecessor, que deixa a presidência da República ao som de um coro unânime de louvores e de agradecimentos.

É lastimável que este honrado velho no último quartel da vida tivesse, como o holandês, de pagar o mal que não fez, sofrendo as consequências dos desvarios de um genro, que para ele foi pior que uma sogra.

Bem sei que a política tem exigências cruéis, e tudo se deve sacrificar à tranquilidade da Pátria; mas fosse eu a França e não responsabilizaria por alheias culpas o venerando chefe de Estado, que soube manter a paz quando todos lhe falavam em guerra, que soube ser prudente num período de desespero e de agitação.

Se o Sr. Sadi Carnot seguir a pegadas do Sr. Grévy, a França continuará feliz e gloriosa. Outra coisa não pedimos nós, artistas e homens de letras, que consideramos a França a nossa Pátria... honorária.

*

Realizou-se ontem no Jockey Club a última corrida deste ano. Apesar do calor, havia muita gente nas arquibancadas, e o movimento das *poules* foi considerável.

Argélia, que corria ontem pela primeira vez, não teve as “emoções da estreia” e ganhou o primeiro páreo como o Sr. Sadi Carnot a cadeira da presidência da República Francesa: sem que ninguém esperasse.

“O dia começou mal para os *bookmakers*”, diz um colega da manhã. Permita Deus que sempre assim suceda, para que semelhante planta não floresça nos nossos *prados*.

Se a jogatina é coisa aceitável, desde que se manifeste por uma forma decente, o nosso sistema de *poules* é um sistema ideal.

A França acaba de proibir rigorosamente a indústria dos *bookmakers*, e a imprensa parisiense há muito tempo que a condenava com uma unanimidade tocante. Se esses corvos do *sport* farejarem a apetitosa carniça do Jockey Club, do Derby Club e do Prado Vila Isabel, veremos brevemente desenvolvida a corrente imigratória.

Não há leis repressivas contra essa gente? Façam-nas!

*

Devo resposta a muitos poetas que me têm enviado produções para o *Palanque*. Prefiro calar-me a irritá-los com a minha irritabilidade. Só darei cavaco ao Sr. C., autor de um soneto *Vereança*, que não publico por ser muito ambíguo, e ao Sr. Z., que me escreve a seguinte carta:

“Sr. Eloi, o herói – Poupando-lhe uma grande série de elogios para tornar mais fácil a leituras destas tiras, e conseguir talvez o que desejo do senhor, sem mais preâmbulos passo a expor o que me traz à sua presença simpática. (Ora, sempre me escapou um elogiozinho!)

O senhor decerto, ao receber a carta que encerra o meu escrito, uma das muitas com que continuamente é amolado, perseguido, serrado (lá vai um galicismo, e Castro Lopes está distraído com o *h*), escandalizado, abriu-a muito depressa como quem engole uma tisana mais ou menos amargosa e nauseabunda, e lançou um rápido olhar sobre o seu conteúdo.

Prosa e verso! E, santo Deus, verso em francês!

Pois, meu caro Sr. Eloi, eu da prosa não faço grande caso, mas dos versos... com franqueza, deixe-me falar com a mão na consciência e no coração, faço até um *casus belli*. Não é lá pela forma nem pela originalidade deles, pela perfeição artística que possam ter, não é porque tiveram um motivo tão chic, tão puschutt, tão delicioso, tão catita, que o senhor nem pode fazer uma ideia, apesar de ser, como estou informado, conhecedor de bons motivos. Preciso continuar?”

Continue, sim senhor, mas nada de intrigas: eu não conheço bons motivos.

“Ora, eis que ia acabando de prosar sem dizer o que desejo do senhor, que é o seguinte:

Se os meus versos franceses não lhe ofendem os nervos e a sensibilidade artística, é favor mostrá-los ao público no seu *Palanque* ou em qualquer outra seção menos ruidosa e iluminada do *Novidades*.

Creia que merecer essas honrarias muito grato tornará o seu etc. – Z”.

Eis os versos:

Le langage des dèesses,
Comme vous, mademoiselle,
C’est le langage aux caresses,
Les vers aux tours qu’on cinselle.

La prose a des tons vulgaires,
Des rudes couleurs brutales,
Que goutent les proletaires
Communards des capitales.

Le murmure hypnotique
De cent syllabes nonceuses,
C’est la meilleure musique
Pour les ames amoureuses.

N’est ce pas, oh! belle, et bonne,
Et douce, et gaie, et gentile?
Dites, petite mignonne
Qui rit toujours et babille!

Près de vous mon coeur morose,
Sans feu ni enthousiasme,
Ne peut conserver sa pose,
Et bondit dans un spasme.

Mes sens, comme des cavales,
Qui ne sont plus prisonnières,
Sautent, s’en vont (ces omphales!)
Par dessus champs et barrières.

Dans vos blancheurs adorables,
Aux enivrances exquisas,
Je trouve ce introuvables
Virginités incomprisas.

Oh! femme, oh! reine, oh! dèesse,
Tous ces vers, tout ce poème,
Ne valent pas cette ivresse,
Ce simple mot: je vous aime!

Z.

Parece que este poeta poderá fazer bons versos... em português. A poesia francesa está sujeita a regras inexoráveis, que o Sr. Z. não quis observar. Entretanto, como pediu com bons modos, e da publicação dos seus versos não virá mal ao mundo, fiz-lhe a vontade. Está satisfeito?

Eloi, o herói

26 de dezembro de 1887

Há muito tempo que eu não via uma obra tão interessante como *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, do ilustre naturalista americano Herbert H. Smith, publicado agora em volume, depois de o ter sido capítulo por capítulo nas colunas da *Gazeta de Notícias*.

Confesso que hesitei em entregar-me à leitura deste livro; receava que o Sr. Smith me impingisse ciência em quantidade suficiente para que eu não o entendesse nem o apreciasse; mas desde as primeiras linhas reconheci que o meu receio era infundado. Naturalmente há muita ciência nestas páginas, nem podia deixar de tê-la o livro de um homem da ciência; mas não há aqui sombra de pedantismo, nem aquela preocupação de superioridade, que é o maior defeito dos escritores sábios.

Estas viagens estão narradas com muito espírito, muito bom humor, e interessam tanto como um romance bem feito. O Sr. Smith é um observador profundo e verdadeiro, e sabe aplicar a todas as coisas a nota verdadeira e justa. O seu estilo me pareceu conciso e elegante, embora apreciado através de uma tradução.

O principal mérito deste gênero de literatura consiste, cuido, em aproveitar habilmente qualquer episódio, por mais insignificante que seja, dando-lhe corpo e animação. O Sr. Smith tem esse mérito; tudo quanto ele conta nos interessa: a sua chegada a Porto Alegre, onde se instala num hotel, cujo único defeito é ter nome francês; a encantadora história de Billy, um mico de Pernambuco, inteligente, meigo e brincalhão, que não resiste ao frio; o pampeiro na travessia para Montevideu; o movimento de bordo, o lazareto da ilha das Flores, que o autor nos apresenta como o Purgatório na terra, etc., etc. Em todas essas páginas o Sr. Smith revela-se escritor de primeira ordem.

O livro está cheio de utilíssimas considerações sobre o futuro do nosso país; o autor não é sentencioso nem tem a pretensão de nos dar conselhos, mas devemos prezar tudo quanto parte de um espírito refletido como o seu. Sobre colonização e distribuição de terras, por exemplo, há neste livro coisas muito acertadas e positivas.

*

Se o leitor quiser empregar utilmente algumas horas, e, deleitando-se, aprender coisas que não sabe, relativamente ao nosso país, leia *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*; é um bom livro, creia.

*

O mesmo não direi, em que pese aos elogios unânimes da imprensa, do *Dicionário dos nomes próprios*, compilado pelo erudito Sr. Luiz Francisco da Veiga, e agora publicado já em 2ª edição. A primeira condição de um livro deve ser a sua utilidade; ora, que precisão tenho eu de saber que *Eloi* significa *escolhido*, e *Eurípedes* quer dizer ao mesmo tempo *forma precipitada*, *bom escoadouro* e *estreito de mar*?

*

O que de mais curioso encontrei neste livrinho foi, num dos prólogos, a tradução do seguinte verso:

Les noms ne font rien à la chose.

O Sr. Veiga verte-o do seguinte modo:

Que os nomes são sons vãos coisa é provada.

Se o leitor andar um ano inteiro à procura de um verso ruim, que tenha o número exato de sílabas, não encontrará melhor! Aquele *são sons vãos* merece as honras da celebridade.

*

Ninguém suponha que sou defunto sem choro. Tive também as minhas festas de Natal; de todo coração agradeço aos Srs. Ferdinando & Guimarães e G. de Araújo & C., as bonitas folhinhas com que me obsequiaram.

Eloi, o herói

29 de dezembro de 1887

O Sr. João Zeferino da Costa, professor de pintura histórica e de paisagem na Academia de Belas Artes, acaba de publicar num folheto o relatório que apresentou na sessão de julgamento dos trabalhos escolares de 1887.

Quem ainda não estiver, como eu, convencido de que a Academia não é o ideal dos estabelecimentos do seu gênero, perca dez minutos a ler estas vinte páginas; achará coisas curiosíssimas. Por exemplo:

1ª, A sala em que funciona a aula de pintura histórica, e na qual mal se acomodam 12 alunos, só recebe a luz celeste refletida por uma parede do edifício do Tesouro Nacional. Quando há sol, a luz é forte demais; quando o não há, é fraca.

2ª, A aula não dispõe de guarda-roupa nem de acessórios indispensáveis ao estudo da pintura histórica.

3ª, A Academia, ao que parece, contrata por sessões o serviço dos modelos, e o número dessas sessões não satisfaz as exigências do estudo. Por esse motivo foi necessário, em 1º de outubro, suspender os trabalhos da aula de modelo vivo.

4ª, A Academia não fornece aos alunos da aula de paisagem, por via de regra paupérrimos, meios de se transportarem aos arrabaldes ou quaisquer pontos que tenham de ser copiados. O estudo da paisagem é feito entre quatro paredes, durante as horas oficialmente marcadas.

5ª, Apesar da exiguidade do número de alunos, não é suficiente o fornecimento, feito pela Academia, de tinta, óleo, cartões, telas, etc.

6ª, O horário das aulas é pessimamente organizado.

7ª, Na aula de desenho figurado aprendem-se os primeiros elementos de desenho “sem método algum (palavras do professor Zeferino), copiando estampas litografadas e gravadas, aliás nítidas de traços, de tracinhos, de pontos e pontinhos, sistema este abolido há mais de 20 anos na Europa e em todos os países cultos, onde a arte é um elemento de educação”.

*

Dos 18 alunos matriculados na aula de pintura histórica, e dos 16 matriculados na de paisagem (ao todo 34), só 19 fizeram as últimas provas do ano: *Arquimedes* e a *Ilha das cobras*.

O Sr. Zeferino propôs que a esses rapazes fossem conferidos, não prêmios superiores, o que seria “pouco decoroso para a Academia”, mas simplesmente votos de louvor. O ilustre professor pensa, e com toda a razão, que os prêmios exagerados iludem o discípulo, em vez de estimulá-lo.

“Quando os meus alunos, diz ele, souberem que, não obstante o progresso dos seus trabalhos, ainda os não julgo merecedores dos prêmios estatuídos pela Academia, porque não estão suficientemente habilitados em desenho, base essencial para estudar-se pintura, e que essa inaptidão provém mais do método da aula de desenho do que da

vocação dos mesmos alunos (e a prova está patente no melhoramento progressivo que eles apresentam nos trabalhos de março até a última prova deste ano), todos aplaudirão meu proceder, e certamente se revestirão de ânimo bastante para, desenhando sempre do natural, adquirir, no menor tempo possível, o que deveriam ter já aprendido”.

Isto é que é falar! isto é que é não ter papas na língua!

Naturalmente o Sr. Zeferino da Costa já a estas horas adquiriu fama de rebelde. Este relatório e o seu protesto contra o resultado do último concurso são calças pardas que o autor do *Óbulo da viúva* nunca mais há de despir. Mas deixai-os: hão de afinal convencer-se de que a Academia de Belas Artes, ou deve ser reformada *de fond en comble*, ou suprimida. Das duas uma.

Eloi, o herói

31 de dezembro de 1887

Não quero fazer o inventário do ano que hoje termina, porque o meu artigo seria triste como um necrológio, e tristezas não pagam dívidas, principalmente em tempo de festas.

Prefiro profetizar que o ano novo, apesar de bissexto, será fecundo de prosperidade para a nossa terra, e a cada um dos meus leitores terá o seu quinhão de ventura.

A leitora, se é solteira e está em idade de o deixar de ser, será pedida em casamento pelo respectivo namorado; se é casada, aumentará com mais um berço a mobília da casa, o novo elo prendê-la-á ao afeto de seu esposo; se é viúva, encontrará na vida contemplativa e no “delicioso pungir” da saudade largos elementos de consolação; se não é solteira, nem casada, nem viúva, achará meios e modos de regular a sua situação – e eu ficarei satisfeito de vê-las todas felizes.

*

Tenho – sabem? – uma fê extraordinária no ano novo; simpatizo muito com o número 8, que é o mais bonito dos algarismos, e figura nada menos de três vezes em 1888. Só daqui a dez séculos veremos (os que lá chegarmos) de novo reunida essa trindade simpática. Até lá não nos doa a cabeça.

O ano de 888 devia ter sido um ano feliz, e o céu sem dúvida reserva favores especiais aos tataranetos dos tataranetos dos nossos tataranetos que viverem em 8888.

Só o prazer de escrever quatro vezes o meu algarismo favorito, sem levantar a pena, como se escrevesse dois w w, ou desenhasse uma balaustrada, me obriga neste momento solene a lastimar que o destino não adiasse a minha vinda a este vale de lágrimas, como se diz na *Salve Rainha*.

*

E muito bem se diz, porque o mundo é, na realidade um desterro de amarguras.

É provável que em 2888 todos os homens disponham de uma quantidade igual de dinheiro, e cada um seja o criado de si mesmo, tendo nisso muito pouca fadiga, graças às futuras aplicações da eletricidade.

Por enquanto o cobre anda muito mal repartido, e nada nos faz entrever a sonhada proporção.

Ainda ontem a rua do Espírito Santo apresentava uma prova desse desequilíbrio odioso. No Recreio Dramático fazia beneficio Mlle. Suzana Castera e no Éden Concerto o ator Alfredo Magno. No Recreio havia uma enchente real; no Éden uma vazante medonha...

Ora, Mlle. Castera é generalíssima do batalhão de Citera; sustenta um grande luxo; tem mais brilhantes que a *vitrine* do Farani, e anda de carro próprio, puxado por

animais de raça e governado por nédio boleiro de libré, – ao passo que o ator Alfredo Magno...

Em contraposição, eu devia dizer agora o que tem esse pobre diabo, mas é muito mais fácil dizer o que ele não tem; lá vai; Não tem pulmões; não tem vida para muitos dias; não tem dinheiro para mandar à botica; não tem o que comer; não tem, finalmente, outro meio de vida que não seja o seu infortúnio.

Esse desgraçado, que nunca se lambeu com uma joia, nem andou noutra veículo que não fosse o bond, lembrou-se num dia aziago de se fazer ator. Não era precisamente o Salvini, diga-se a verdade, mas tinha, pelo menos, o raro mérito de respeitar a prosódia portuguesa.

Quando tantas confrarias dinheiras, tantas associações opulentas e tantos indivíduos perfeitamente merendados se julgam no direito de fazer benefício, ele, coitado! que era ator e vivia – quando vivia – exclusivamente do teatro, pretendeu também recorrer a esse meio para matar a fome antes que ela o matasse, pois a doença teve a malignidade de lhe deixar o estômago, embora lhe levasse os pulmões.

Pois o caiporismo, que já agora parece disposto a acompanhá-lo até o outro mundo, fez com que Mlle. Castera realizasse a sua “festa artística” na mesma noite. O resultado foi o que se viu...

*

Dizem-me que a beneficiada do Recreio Dramático é uma excelente senhora, que mais de uma vez tem libertado escravos, e faz constantemente esmolas de outro gênero.

Pois se quiser pôr à prova o seu bom coração, mande entregar ao mísero enfermo parte do produto do espetáculo que ontem realizou com o concurso de alguns dos nossos melhores artistas.

Esse presente de ano bom será uma espécie de restituição, que pode ser feita e aceita sem receios de ofensa nem de humildade.

Mlle. Castera praticará uma boa ação, e o pobre artista morrerá com o estômago cheio.

Eloi, herói

1888

07 de janeiro de 1888

O crítico teatral do *Diário de Notícias*, tratando da representação do *Homem*, faltou à verdade em vários pontos.

Vamos por partes:

I. Afirmou que o personagem *Dr. Lobão* é “um médico *desbocado*, que diz em cena muitas inconveniências que os autores registraram cuidadosamente e que o público ouviu com a sua natural complacência”.

Na impossibilidade de transcrever aqui todo o papel do *Dr. Lobão*, ponho à disposição do crítico o autógrafo do *Homem*, para que se digne apontar as inconveniências que só ele descobriu.

II. Afirmou que o *Novidades* e a *Época* figuram na revista como as primeiras folhas do Rio de Janeiro, e que a *Gazeta de Notícias* “foi também muito aquinhoadas”.

Ora, vejamos o que se diz no *Homem*, do *Novidades*. O personagem entra e canta a seguinte

COPLA

Nasci modestamente

Na rua do Ouvidor,
 E tive incontinente
 O público favor.
 Na de Gonçalves Dias,
 Par'onde me mudei
 Maiores simpatias
 Senhores, encontrei.
 Das três às cinco e meia
 Não há quem me não leia
 Não há quem não procure novidades
 No *Novidades!*

Segue-se a parte declamada:

Não me dei bem c'os ares matutinos,
 E mudei para a tarde os meus passeios,
 Ando na mão de trêfegos meninos,
 Outros tantos esteios
 Dos meus risinhos, prósperos destinos.

O CONSELHEIRO
 Mas a sua política tendência
 Simpática não é...

O NOVIDADES
 Não é? Paciência.
 Não posso ser um patacão luzente
 Que agrade a toda a gente...

O PORTEIRO
 Tem merecido apaixonadas críticas
 Suas *Notas Políticas*...

O CONSELHEIRO
 Eu tenho-as lido... no *Jornal*.

O NOVIDADES
 Transcritas
 Por algum tipo que as achou bonitas.
 Mas... político eu sou por incidente;
 Tenho principalmente
 Notícias... novidades...
 E me esforço por serem só verdades.

MAGDÁ
 Tem o *Palanque*

O NOVIDADES
 Isso é o pior que tenho.
 Falta-lhe graça, não lhe sobra engenho,

E discorre de graves e de agudos
Nestes tempos bicudos.

E em toda a peça nunca mais se fala do *Novidades*.
Agora a *Época*:

O personagem aparece e diz, por solfa, que um jornal nunca é demais, pois o público deve ter muito onde escolha. Segue-se o seguinte:

Eu sou a *Época* – Acabo
Neste instante de nascer,
Porém prometo fazer
Na nossa imprensa o diabo.
Não tenho programa.

O CONSELHEIRO
Hom'essa!

Mas isso é programa!

SOUVENIR
Imenso!

A ÉPOCA
Terei sintaxe e bom senso;
Não é programa: é promessa
O meu redator em chefe,
Conquanto ensine rapazes,
Não tem mãozinhas capazes
De palmatória e tabefe;
Eu, por conseguinte, espero
Que as folhas, colegas minhas,
Me recebam nas palminhas
E c'um sorriso...

O PORTEIRO
Oh! sincera!

E em toda a peça nunca mais se fala da *Época*.
Agora a *Gazeta de Notícias*, que o crítico diz ter sido “mui bem aquinhoadá”.
O personagem entra, acompanhado por dois carregadores trazendo um caixão em que se lê: *Srs. Araújo & Mendes, Rio de Janeiro*.

O PORTEIRO
Eis aí vem a *Gazeta de Notícias*.

CANECA
A *Gazeta*? Que pândega!

A GAZETA
Bravo! tenho as primícias
De um belo livro! Fui buscá-lo à Alfândega!

Valioso mimo que me manda o Eça.
 (Ao porteiro) – Abre aquilo depressa.
 (Aberto o caixão, sai de dentro a Relíquia)
 Como te chamas, meu tudo?

A RELÍQUIA
 A Relíquia.

O CONSELHEIRO
 Um belo título!

A GAZETA
 Que livro! cada capítulo
 Vai dar-me um conto...

O PORTEIRO, *aparte*
 E um canudo!

Sai a *Gazeta*, levando consigo a *Relíquia*, e volta, algumas cenas mais tarde, para dizer:

Não há decepção tamanha
 Que com a minha se meça:
 Fez a *Relíquia* do Eça
 Fiasco monumental...
 Mas ora adeus! cara alegre!
 Tréguas ao meu desespero!
 Para consolar-me, espero
 As cartas do Dermeval!

Agora pergunto: Quando na revista se diz que o *Novidades* e a *Época* são as primeiras folhas do Rio de Janeiro? Em que e por que está a *Gazeta de Notícias* “mui bem aquinhoadá”?

Conquanto se trate de uma revista dos acontecimentos de 1887, o crítico do *Diário* pretende que os autores deviam ter posto em cena todos os jornais; e, assim, repara que apenas de relance se falasse do *Jornal do Comércio* e não se falasse absolutamente do *País*. Se o crítico tivesse prestado um pouco de atenção à peça, notaria que o *Novidades* e a *Época*, assim como a *Gazeta Nacional*, o *Sport* e o *Sportman*, ali figuram unicamente pelo fato de terem aparecido em 1887.

III. Afirmou o crítico que os esforços dos autores do *Homem* se concentraram para ridicularizar o *Diário de Notícias*. Ora vejam e apreciem os leitores em que consiste essa concentração de esforços.

Na cena VI do quadro V apresenta-se *Souvenir*, e, depois da notícia do desaparecimento do *Rio de Janeiro*, do *Diário Ilustrado* e da *Vida Moderna*, repara em Magdá, que está em cena, e exclama:

Olé! uma senhora!
 Caderninho na mão! lápis de fora!
 Tomemos nota da *toilette*!

O CONSELHEIRO
 Diga:

Quem é aquele tipo interessante?
Stá fazendo o retrato à rapariga?

O PORTEIRO

É o Cupido da Imprensa, o petulante
Gregório Souvenir. Faz as delícias
Dos leitores do *Diário de Notícias*.
Se vê dama janota
Das fanfreluches corre a tomar nota.

O CONSELHEIRO

Que vocação tem ele p'ra modista!

O PADRE CANECA

Tem vantagens a lista
Que ele publica das gentis madamas
Que pela rua do Ouvidor passeiam.

O CONSELHEIRO

Reverendo, quais são?

O PADRE CANECA

Formosas damas,
Que daqui para ali saracoteiam
Na ausência dos maridos.
Temendo ver seus nomes inseridos
Na lista, deixam-se ficar em casa
E o jantar não se atrasa...

SOUVENIR

Eu vi uma dengosa moreninha
Comendo no Pascoal uma empadinha.
Os seus dentes alvíssimos entravam
Num camarão gostoso,
E os seus olhares rútilos lançavam
Um raio luminoso.
Entraste na crisálida do beijo,
Ditoso camarão! Como eu te invejo!

Avec un charme extreme,
Ela trajava belo *jupe en faille*,
Corset vert-celadon, chapeau en paille,
Garni de roses et de rubains creme.
Vi mesdames T. F., A. B., P. M.
G. K., T. O., P. D., B. B., C. T.
G. R., A. G., T. A., D. S., L. V.

Depois de um ligeiro quinteto, em que não se dirige a menor ofensa ao *Diário de Notícias*, prossegue o diálogo pela forma seguinte:

O PORTEIRO

É certo que o *Diário*
Mudou de proprietário?

SOUVENIR

Mudou; mas eu fiquei. Não me repeles,
Meu bom *Diário*, enquanto neste mundo
Comprido, largo e fundo,
Houver madames e mademoiselles!

No último ato há ainda uma pequena referência ao *Diário de Notícias*. É a seguinte: Um dos personagens vem dizer que se dirigiu ao Rio Comprido na esperança de ver o terremoto, e foi logrado: “Passo pelo *Diário de Notícias*, diz ele: está um boletim no *Necrotério*. Aproximo-me para saber quem morreu: ninguém. O boletim reza assim: Continuam os roncós, etc.”

E em toda a revista nunca mais de fala do *Diário de Notícias*. Os autores não concentraram forças para ridicularizar essa folha; se o quisessem fazer, não seria preciso tanto trabalho, que diabo! bastava-lhe pôr em ação os *Macaquinhos* de ontem.

IV. “Na crítica teatral, afirma ainda o inflamado noticiador, a revista limitou-se a “dar notícia breve de alguns fatos e peças representadas, sem procurar salientar os *mestres que a arte dramática apreciou* aqui em 1887”. Preste o crítico alguma atenção ao quadro VII do *Homem*, e convencido ficará de que mais uma vez faltou à verdade. O que os autores da revista nunca fariam é apresentar “a Arte e apreciar os mestres”. Isso não!

Uma das impertinências tolas do crítico é dizer que os autores do *Homem* desejam fazer parte da redação da *Gazeta de Notícias*. Pela parte que me toca, varro a testada; nunca pretendi nem solicitei semelhante honra. O mesmo creio que se dá com o meu colaborador.

Dizem-me que o autor da notícia é o Sr. Dr. Fernando Mendes. Se assim é, congratulo-me com S. S., católico fervente, pelo incontestável direito que lhe assiste ao reino dos céus.

Eloi, o herói

28 de janeiro de 1888

Entre o *Macário* e a *Grande avenida*, representou-se ontem, no Recreio Dramático, pela primeira vez, a comédia em um ato e em verso *O cachimbo da vovó*, original de Soares de Sousa.

*

O assunto é de uma grande simplicidade: D. Ana Meirelles (Balbina) tem uma neta, Joanhinha (Lívia), e quer casá-la com o Sr. Gaudêncio Arruda (Maia), boticário da Cidade Nova.

A moça, já se adivinha, tem um namorado, Alcindo Passos (Mesquita), e jura pertencer-lhe haja o que houver. Recebe-o na sala de visitas da vovó, mas o terno colóquio é interrompido pela entrada da velha. A rapariga consegue fugir para o interior da casa, e o rapaz esconde-se atrás de um canapé.

D. Ana, julgando-se sozinha, confessa aos espectadores que tem um vício terrível: fuma! Vai buscar a uma gaveta o seu cachimbo, velho companheiro da mocidade, dirige-lhe uns versos muito bonitos, acende-o, e põe-se a fumá-lo.

Nisto, dá pela presença de Alcindo, mas, como está sem óculos, toma-o pelo boticário. Confessa-lhe o seu vício, e pede-lhe, por tudo quanto há, que não diga nada a Joanninha; a pequena tem horror ao tabaco.

Descoberta a verdade, o galã ameaça fulminar D. Ana com a verdade, se não lhe conceder a mão da neta. A velha deixa-se vencer pelo terror, e aí está como Gaudêncio Arruda é posto à margem.

*

Ainda ontem li um folhetim em que Sarcey, a propósito de uma comédia ultimamente representada em Paris, repete, pela milésima vez, que as peças de teatro só o divertem quando assentam o seu ponto de partida no terreno sólido da realidade. É o que infelizmente não acontece à comediuzinha de Soares de Sousa. Não é natural que uma velha quase cega esconda da neta, com quem mora, o costume que tem, de fumar cachimbo, e menos natural ainda é que o consiga esconder. Joanninha descobriria o vício de sua avó desde que conversasse com ela, desde que lhe desse um beijo, desde que entrasse no aposento, naturalmente fechado, onde D. Ana estivera a fumar.

Não é também natural que, por um crime de tão pouca monta a velha se deixasse aterrorizar: afinal de contas um cachimbo não é coisa que envergonhe uma senhora daquela idade. Mas aí já não se trata do ponto de partida, mas do desenlace.

Entretanto, a comédia é ouvida com prazer, porque está escrita em versos fáceis, corretos e conceituosos, como os sabe fazer Soares de Sousa; basta essa qualidade para consagrá-la; não é imprudência profetizar-lhe um grande número de representações.

Apontarei ainda um defeito, que o poeta deve evitar nos seus futuros trabalhos. No *Cachimbo de vovó* as rimas *Gaudêncio* e *silêncio* aparecem com uma insistência que causa mau efeito. O personagem chama-se Gaudêncio Arruda; o comediógrafo poderia substituir uma ou duas vezes a palavra *silêncio* pela palavra *caluda*, rimando-a com *Arruda*, em vez de rimá-la com *Gaudêncio*.

*

O desempenho foi satisfatório, principalmente por parte da Balbina, que se tem tornado atriz de muita estimação, e a quem aplaudo com toda a consciência de que lhe faço inteira justiça.

*

O público chamou entusiasticamente à cena o autor; este, porém, fugiu modestamente. Foi preciso que o Dias Braga o mandasse agarrar na rua do Espírito Santo, e o fizesse subir ao palco quase à força.

O distinto empresário merece muito louvor pela solicitude com que acolhe todo o trabalho nacional no meio de tantas e tão rendosas estrangeirices.

A Soares de Sousa apresento os meus parabéns por esta auspiciosa estreia, e, uma vez que Deus o fadou poeta cômico, peço-lhe que não deixe inativa a sua Musa alegre e petulante.

*

Da multidão de revistas de ano que atualmente se anunciam – umas que se ensaiam, outras que se projetam, outras que se escrevem, e outras – essas em maior número, cuido – que jamais hão de ver a luz da ribalta – conheço apenas uma interessante fantasia cômica de Coelho Neto, intitulada a *Relíquia*. Tem 1 ato, 5 quadros, e espírito a valer. Não perderia o tempo o empresário que a pusesse em cena.

*

Na próxima segunda-feira é a récita dos autores da revista *O Homem*, que tem agora um ato suplementar, escrito em prosa chata.

Se nessa noite o leitor não tiver outra coisa em que ocupar o seu tempo, vá ao Éden Concerto, e com isso dará muito prazer ao Moreira Sampaio e ao

Eloi, o herói

30 de janeiro de 1888

Assumi as proporções de um grande acontecimento artístico a exposição dos novos trabalhos de Rodolfo Amoedo.

O autor do *Último tamoio*, que eu considero um grande quadro, a despeito de todas as opiniões em contrário, acaba de enriquecer as coleções da Academia de Belas Artes com um verdadeiro primor, *A narração de Filectas*.

É um episódio do romance grego *Dafnes e Cloé*, de tão longa tradição literária. O velho Filectas explica aos dois amantes inconscientes o que é o amor. Dafnes e Cloé ouvem-no ambos com atenção e enlevo, enquanto lá, ao longe, um cão lhes guarda o gracioso rebanho.

Não sei o que mais admiro neste quadro: tudo nele me parece igualmente admirável: concepção, desenho, colorido, figuras, paisagem, tudo! Demais, Amoedo fez uma tela moderna, sem desvirtuar o classicismo do assunto.

Com mais vagar me ocuparei exclusivamente da *Narração de Filectas*, que merece mais, muito mais do que uma simples notícia, ligeiramente traçada.

No outro quadro novo de Amoedo, *Cristo em Carfanaum*, há também muito que ver; mas Dafnes, Cloé e Filectas esmagaram tudo.

*

Fui à fotografia Pacheco ver a exposição Parreiras.

*

Permitam que, antes de falar dos novos trabalhos do nosso paisagista, eu tire o meu chapéu ao distinto pastelista Gensolen, pelo magnífico retrato, que lá encontrei do Sr. Insley Pacheco. É o que de melhor se pode exigir no difícilíssimo gênero de pintura em que Gensolen é artista, e artista consumado.

*

A exposição compõe-se de vinte e um quadros, representando diversos pontos da cidade de Cabo Frio, do Arraial do Cabo e de Niterói, além de um estudo de “natureza morta”, *Para o jantar*, inteiramente fora do gênero e da índole do artista.

O Parreiras, que é um dos mais estimados e o mais feliz dos nossos pintores (não falando em Pedro Américo; esse nasceu empelicado, como se costuma a dizer), já se desfez de mais da metade dos trabalhos que se ostentam nesta interessante exposição. Entre os compradores figura duas vezes Sua Alteza Imperial, que folgo de encontrar sempre à frente dos que entre nós animam e protegem as belas artes.

Os quadros que o Parreiras trouxe de Cabo Frio, se não revelam progresso algum, são, pelo menos, dignos dos seus trabalhos anteriores. Sempre a mesma correção de desenho, qualidade em que o artista se mostra discípulo aproveitado do pobre Grimm; sempre a mesma firmeza de colorido e a mesma propriedade nos vários efeitos da luz; sempre a mesma nota ideal, poética, que é a individualidade do artista atravessando a tela, e imprimindo um pouco da sua própria natureza na natureza das coisas.

Não há entre estes vinte e dois trabalhos nenhum que se despreze; entretanto, recomendo especialmente aos visitantes da exposição os ns. 1 (aldeia de Pontal), 5 (Portinho), 11 (Águas-mortas) e 20 (S. Lourenço). São quatro estudos realmente primorosos.

*

Sai encantado do Liceu Bethencourt da Silva (É assim que se devia chamar o Liceu de Artes e Ofícios), onde fui visitar a exposição dos trabalhos dos alunos e alunas, feitos durante o ano de 1887.

Há ali desenhos dignos dos mais entusiásticos aplausos, e não serei eu decerto quem lhos regateie. É notável a superioridade desta exposição sobre a dos anos transactos.

*

Todas as vezes que o Liceu de Artes e Ofícios abre as suas portas ao público é para atestar eloquentemente a sua utilidade e os inolvidáveis serviços que tem prestado à causa da instrução popular.

Um bravo a Bethencourt da Silva, o grande cidadão que há trinta e um anos se empenhou em tão sublime cruzada, amassando o bronze que há de um dia perpetuar o seu nome e a sua obra.

*

Depois de fazer da Arte o objeto exclusivo do meu artigo, virá talvez fora de propósito convidar os amigos para a récita dos autores do *Homem*, que se realiza hoje no Lucinda.

De resto, alguém, que se assina com o pseudônimo de *Peret*, já se incumbiu de fazer hoje a seguinte *réclame* nas publicações a pedido da *Gazeta de Notícias*:

“TEATRO LUCINDA

“Faz hoje benefício (n. 1) neste teatro o Sr. Artur Azevedo, é de esperar que o público caridoso não deixe de concorrer à *feita artística* deste *aplaudido* empregado público.

“É o que deseja

O ator Peret

Em nome de Artur Azevedo, envio muitos agradecimentos ao generoso anônimo.

Eloi, o herói

05 de março de 1888

Ainda está no vê-lo-emos o concurso de viagem ultimamente realizado na Academia de Belas Artes.

Como se sabe, o Ministério do Império ouviu o Conselho de Estado sobre o enérgico protesto lavrado contra a decisão da Academia pelos ilustres professores Rodolfo Bernardelli e Zeferino da Costa.

O parecer do Conselho de Estado foi favorável àquela decisão, mas a Princesa Imperial Regente não se dignou ainda a conformar-se...

Sua Alteza, que possui telas de grandes mestres, e enxerga, em matéria de pintura, alguma coisa mais que o próprio diretor da Academia, tem tido os mais louváveis escrúpulos em escrever o seu “Como parece”, isto é, em dizer o contrário do que pensa, sancionando desse modo um grande escândalo artístico.

Será para lastimar que Sua Alteza, obrigada, mais dia menos dia, por certas conveniências, dê de mão a esses escrúpulos, que tanta honra lhe fazem.

No período, que atravessamos, de grande movimento artístico, mau efeito produziria certamente a confirmação do juízo da Academia. Já se foi o tempo em que essas coisas se faziam sem que delas se apercebesse o público. O Sr. Medeiros não

apanharia hoje a nomeação de professor de desenho com aquela *Morte de Sócrates*. Hoje fia-se mais fino.

No mesmo ano em que reimportamos de França o vitorioso Amoedo com a sua surpreendente *Narração de Filectas*, não convém que para lá exportemos o Oscar, levados unicamente por aquela não menos surpreendente *Flagelação de Cristo*.

*

Mesmo quando, coagida pelas circunstâncias, a Princesa se louve no parecer do Conselho de Estado, a Academia ficará na mesma posição desairosa em que está desde que o Governo tão longo tempo hesitou em despachar o protesto, decidindo-se, afinal, a ouvir aquela veneranda instituição. Por seu turno, o Conselho de Estado, que não tem por costume demorar os papéis submetidos à sua alta opinião, teve uma demora relativamente longa para dar a respectiva consulta. Agora quem hesita é o Poder Executivo. Todas essas hesitações devem contrariar bastante a Academia, que, se outra fosse, seria a primeira a anular tão malfadado concurso.

E depois de protestarem Bernardelli e Zeferino, os mais autorizados entre os atuais professores da Academia; depois de opor-se a imprensa unanimemente ao resultado do concurso; depois do Ministro do Império lavar as mãos, como Pilatos; depois do Conselho de Estado demorar a consulta; depois de hesitar por tanto tempo a Regente – pretenderá o Oscar aproveitar-se de semelhante favor, em detrimento dos seus colegas Belmiro e Hilarião, mais velhos e mais competentes?

É preciso que esse mancebo não se iluda: não há na classe dos nossos artistas uma única voz que se erguesse em seu favor; todos à uma lamentaram a condenável injustiça dos examinadores. Ele devia ter desde logo renunciado ao prêmio, e reservar-se para novo concurso. Mas nunca [...] tarde *un bon mouvement*.

Imagine-se que este moço partia para a Europa e, por qualquer circunstância, não dava boa cópia de si. Nas condições ordinárias faria ruim figura; mas no seu caso, favorecido com sacrifício de outros, e olhado com maus olhos pelo público (que não gosta de injustiças), a sua posição seria desesperadora. De-ses-pe-ra-do-ra.

Imagine-se que o Oscar embarcava para a Europa e estudava à custa do Estado, e ao mesmo tempo o Belmiro e o Hilarião faziam a mesmíssima coisa à sua própria custa, como o Parreiras. Imagine-se ainda que as duas vítimas do concurso de 1887 se tornavam grandes artistas e o premiado feliz não passava da cepa torta: com que cara o Oscar voltaria ao Rio de Janeiro?

Reflita em tudo isto o laureado menino, e renuncie ao prêmio, esforçando-se para que noutro concurso tenha por si a opinião pública; essa vale mais que todas as congregações e todos os conselhos de cambulhada.

Entretanto, confio nos sentimentos artísticos e na energia da Princesa Imperial Regente que Sua Alteza escreverá: “Como não parece”.

Eloi, o herói

07 de março de 1888

Há em certa aldeia três irmãos chamados Paulo, Sancho e Martinho. Morre-lhes um parente, e deixa-lhes em testamento um moinho, uma gata e uma jumenta, sob condição de que se divida a herança pelos três herdeiros. Sancho, o mais esperto, fica com o moinho; Paulo, o mais modesto, contenta-se com a gata; Martinho não tem remédio senão fazer cara alegre e tomar conta da jumenta.

Paulo é o mais feliz, porque, graças à intervenção de uma boa fada, a gata transforma-se em mulher e apanha um talismã, um ramo de ouro, ou antes, uma folha de ouro, pois o aderecista do Sant’Anna achou que um ramo inteiro era muita coisa.

Testemunha deste prodígio, Martinho convince-se de que a sua jumenta é também uma mulher encantada. Ora, acontece que a Russa – ela chama-se Russa – foge da manjedoura, e que uma linda vagabunda, por nome Flor-de-Lis, encontrando ali um magnífico leito de feno, deita-se a dormir muito tranquila. Volta o aldeão, e, vendo, em lugar da burra, uma rapariga desconhecida, persuade-se naturalmente de que o animal se transformou.

A fada benfazeja tem, como em todas as mágicas, um mau gênio que a contraria. Paulo, o dono da gata, graças ao seu maravilhoso talismã, está rico, fidalgo e noivo da filha de um rei, que pretende genro abastado, deite embora os gadanhos nalgum Mr. Wilson. O mau gênio, porém, não se esquece de que o talismã perderá toda a sua virtude desde que Paulo se apaixone por Branca – o nome da mulher-gata – ou esta por ele. É o que sucede, devido aos seus malefícios – e daí em diante começa a roda a desandar.

Mas a boa fada intervém de novo, e tudo se arranja. Paulo casa-se com Branca e Martinho com Flor-de-Lis, persuadido sempre de que dá a mão de esposo a uma ex-burra. Esta convicção exaspera a pobre rapariga. – Por que te zangas? observa-lhe o noivo, estamos em família.

*

Aí têm os leitores, muito por alto e atabalhoadamente contado, o que é o *Ramo de ouro*, ópera-cômica fantástica representada ontem, pela primeira vez, no teatro Sant'Anna.

Não é, certamente, a mágica mais aparatosa, mas é a mais espirituosa de quantas conheço. No preparo das cenas reconhece-se a ciência teatral de que tantas provas tem dado o velho Dennergy, e no cômico das situações, na graça e na singeleza do diálogo, está ali todo inteiro o defunto Dumanoir, autor de tantas comédias célebres. A cena entre Martinho e Flor-de-Lis, quando o pobre aldeão julga que esta é a sua burra encantada, é digna de Molière, e o Vasques – que em toda a peça faz valer os seus foros de primeiro cômico brasileiro – representou-a com muito talento, auxiliado pela Hermínia, uma Flor-de-Lis como seria difícil encontrar segunda.

O Polero, que tem feito reais progressos no estudo da pronúncia portuguesa, catou perfeitamente a parte de Paulo. A Massart foi uma Branca muito aceitável, principalmente quando punha em contribuição os seus recursos de cantora.

O rei *esbodegado* foi o Peixoto. O excelente artista brilhou nesse pequenino papel, emprestando-lhe toda a fantasia do seu talento cômico.

Dos demais artistas não há que dizer senão coisas agradáveis. Imaginem que nesta mágica o Mesquita é um gênio!

*

A peça original intitula-se *Gata maravilhosa*, pertence ao repertório da Ópera Cômica, de Paris, e foi posta em música pelo ilustre compositor Grisart, que tinha um fraco pronunciado pelo maravilhoso. Ele é também o autor daquela esplêndida partitura dos *Amores do diabo*, aqui sacrilegamente mutilada e cantada (*cantada* é um modo de dizer) com o título *A filha do inferno*.

Sendo a música francesa superior às forças da companhia e às exigências do público do Sant'Anna, o Heller teve o bom senso de desejar outra, e do trabalho de arranjá-la em boa hora encarregou o nosso *maestro* Miguel Cardoso, regente da orquestra do seu teatro.

Como se saiu o Cardoso dessa incumbência, realizada sobre a perna e *à la diable*, que o digam os competentes. A mim me pareceu que a música, composta inteiramente no estilo italiano, tem trechos lindíssimos e agradáveis; mas não posso ocultar que mais de uma vez fui surpreendido por algumas reminiscências. Entretanto, como estou cansado de ouvir dizer que hoje o mérito das partituras consiste não na

melodia, mas na harmonia, cedo o meu lugar de crítico a quem possa julgar *ex-cathedra* a instrumentação, que produziu o melhor efeito aos meus ouvidos profanos.

*

O *Ramo de ouro* foi arranjado pelo Garrido, o mestre dos mestres em trabalhos desse gênero; mas, como o espirituoso comediógrafo conservasse na tradução todo o texto reservado à música na peça original, era mister que outro autor convertesse muito canto em diálogo, ampliando e desenvolvendo umas tantas situações. Dessa tarefa foi incumbido o Moreira Sampaio, cuja competência o público está farto de apreciar e aplaudir.

*

A *mise-en-scène* do *Ramo de ouro* não arruinou a empresa; todavia, não há que dizer dos cenários, dos vestuários e dos acessórios.

O público, esse aplaudiu ruidosamente, chamando à cena com especialidade o Vasques, o Peixoto, o Miguel Cardoso, o Moreira Sampaio e o Heller.

*

Não me posso eximir de congratular-me com Sua Alteza Imperial e com o Sr. Ministro do Império pela anulação do último concurso ao prêmio de viagem, realizado na Academia de Belas Artes, e do qual ainda anteontem me ocupei largamente. É para todos motivo de júbilo a inutilização de um ato que premiava a mediocridade em detrimento do verdadeiro mérito.

Falta-me espaço para outras considerações tópicas...

*

... e tanto mais que não quero furtar-me ao prazer de recomendar aos meus leitores o concerto que hoje se realiza no Conservatório de Música, em benefício da Associação Promotora da Educação da Infância Desvalida de Paquetá.

O produto dessa festa de caridade é destinado à compra de roupa, para ser distribuída pelas crianças pobres daquela freguesia. O concerto é organizado pelo Duque-Estrada Meyer,

Et ce nom seul me dispense

D'em dire plus long.

Querem os leitores melhor ocasião de reunir o útil ao agradável?

Fazer esmolas e ouvir boa música é meter dois proveitos num saco, pois não é?

Eloi, o herói

01 de agosto de 1888

Estive anteontem com o meu ilustre amigo, Sr. senador Escragnolle Taunay, que me participou ter aceitado a nomeação de diretor da Academia de Belas Artes.

Esta notícia encheu-me de júbilo, pois, como já disse algures, a escolha não podia ser mais acertada. Se o senador Taunay quizer pôr ao serviço da Academia o seu merecimento e seu gosto, belos dias reserva ainda o futuro à arte brasileira.

Porque – é preciso que se desenganem os senhores otimistas – a Academia de Belas Artes até hoje só tem servido para gastar o cobre do Estado.

– Bernardelli, Amoedo e tantos outros saíram da Academia! exclama em tom vitorioso muita gente enfarada de patriotismo verde e amarelo.

Não saíram tal. Quando um ex-aluno da nossa Academia chega a Paris ou a Roma, o que em primeiro lugar lhe recomenda o mestre europeu é que se esqueça do que aprendeu no Brasil. Seria melhor que os rapazes para lá fossem sem outra coisa mais do que esse grande elemento – a vocação –, que vale por tudo. Em se tratando de pintura ou escultura, é preferível que o aluno nada saiba a saber mal. Quem sabe mal

difficilmente saberá um dia. Os piores discípulos de música instrumental são os que tocam de ouvido.

Mas tenho fé que a Academia de Belas Artes justificará, de hoje em diante, a sua existência sob a direção de um espírito esclarecido e moderno como o autor de *Inocência*.

Escragnolle Taunay, admirador intransigente de Grandjean de Montigny, tem até se preocupado muito com a Academia... por fora. Todos esperam que de ora avante o ilustre cidadão se preocupe com ela por dentro.

Tratando-se de belas artes, é o caso de dar a boa vinda a um artista que chega, e de desejar boa viagem a um artista que parte.

Chega Pedro Américo e parte Belmiro de Almeida.

– O primeiro trouxe para Santos o seu grande quadro do *Grito do Ipiranga*, e teve coração – o ingrato! – de não fazer escala pela corte. Só por uma fotografia nos é dado apreciar o valor artístico do seu trabalho, a menos que atravessemos a serra do Cubatão. E era caso para isso, se nesta terra houvesse reportagem. Mas quem se interessa pela pintura na cidade dos cromos e das tabuletas? Teve razão Pedro Américo.

– Belmiro de Almeida partiu ontem para Roma, onde pretende estudar. Aí está em que deu o último concurso da Academia. Indignado pela grave injustiça de que foi vítima, o esperançoso artista, alguns amigos, a cuja frente se acha Rodolfo Bernardelli (o que é uma glória para Belmiro) cotizaram-se e ofereceram-lhe os recursos indispensáveis para permanecer alguns anos na Europa.

Folgo de registrar que para esse fim concorreu o Estado, comprando a graciosa e prometedora tela dos *Arrufos*, que já figura na Pinacoteca.

O último trabalho de Belmiro de Almeida está exposto na casa De Wilde: é um retrato de Valentim Magalhães, pintado à última hora, com meia dúzia de pinceladas, enquanto o diabo esfregou o olho. Vão vê-lo, e digam-me se quem faz aquilo *à la diable* não merecia que a congregação da Academia o tratasse com mais amor.

Sobre o reaparecimento do *Palanque* no *Diário de Notícias* nada direi aos meus leitores senão que – o bom filho à casa volta.

Foi aqui que nasceu esta seção, é aqui que deve morrer, e daqui jamais saíria sem uma exigência muito natural da minha dignidade literária.

Mas não quero que as águas passadas movam este velho moinho; façam os leitores de conta que o *Palanque* nunca se ausentou do *Diário*, e continuem a aturá-lo de manhã como durante um ano e quatro meses o aturaram à tarde.

Para terminar, confirmo o que ontem, ditado pelo coração, escrevi a respeito dos meus excelentes companheiros do *Novidades*.

Eloi, o herói

25 de outubro de 1888

O nome de Alencar está na ordem do dia.

O editor Garnier acaba de publicar num volume, impresso em Paris, a coleção de folhetins que sob o título *Ao correr da pena* o autor do *Tronco de ipê* escreveu para o *Correio Mercantil*.

Mário de Alencar, o filho do ilustre romancista brasileiro, acaba de alcançar o primeiro prêmio no “torneio de rimas”, do *Novidades*.

Do livro pouco há que dizer: não é um livro novo. Já o Sr. J. M. Vaz Pinto Coelho o editara, há uns dez ou doze anos, depois de acurado trabalho de compilação.

A individualidade do grande escritor transparece naquelas páginas brilhantemente iluminadas. Mesmo “ao correr da pena” José de Alencar era o mestre, o observador, o filósofo que todos admiramos.

A musa do folhetim não lhe negava nenhum dos seus favores. E que musa o não favorecia? e em que província da literatura aquele grande espírito não se mostrava superior?

O Sr. B. L. Garnier, editor de todas as obras de Alencar, bem avisado andou atirando este livro à publicidade; completou a sua coleção, que ficaria desirmanada sem ele.

Não foi, certamente, a sede do lucro que o levou a editar o livro; difícil extração dará o público a essas velhas crônicas esquecidas, mas todos quantos se interessam pela nossa literatura lhe agradecerão a lembrança.

O meu amigo Pardal Mallet disse, na *Cidade do Rio*, umas coisas pouco acertadas sobre Mário de Alencar.

O *Novidades* põe em concurso a tradução de dois sonetos de Heredia; escolhe três homens de boa fé para árbitros do torneio; manda-lhes os respectivos autógrafos sem declaração do nome dos autores; o júri escolhe as produções que lhe parecem melhores, e o Pardal Mallet grita *Aqui d’el rei* porque lhe estragam o rapaz, porque ele é filho de José de Alencar e basta viver à sombra do nome do seu pai, porque o menino está perdido, porque vira, porque torna!

Antes de mais nada, é preciso notar que já não estamos no tempo em que os meninos achavam brecha na vida à custa do nome que traziam do berço.

Depois, que diabo! o júri do “torneio de rimas” nenhuma culpa teve de que os melhores sonetos fosse do filho de José de Alencar.

Deram-me, a mim também, a honra de pertencer a esse júri, e eu, sob palavra de honra, afianço a Pardal Mallet que não sabia quem fosse *Fingal*, pois que esse foi o pseudônimo escolhido pelo tradutor.

Já vê o festejado cronista que é intempestiva a sua classificação de “assassinato intelectual”.

Que mal poderá provir a esse menino de dezessete anos, de haver traduzido dois sonetos franceses, e serem as suas traduções premiadas em concurso? Nenhum

Pardal Mallet declara que não liga importância “a essas histórias de versalhadas”. Esse é um brado de guerra muito *comum* nos indivíduos que não fazem versos; entretanto, queira ou não queira o autor do *Lar*, o verso é uma das expressões mais genuínas da arte, e por ele não virá, creia, o menor mal ao mundo.

Mário de Alencar, que eu tive a satisfação de apresentar ao público, há de crescer, porque tem muito talento, e não por ser filho de quem é, nem por ter apanhado um prêmio em concurso poético.

Demais, se o menino até hoje não tem produzido senão versos, e se Pardal Mallet liga tão pouca importância “a essas histórias”, que motivo tem para reear pelo futuro do poeta?

Deixemo-nos disso, meu caro; o teu artigo foi escrito num momento de mau humor contra a poesia e os poetas. Faze tu a tua bela prosa, que tanto saboreio, e deixa-os lá com as musas, que continuam a ser boas e desveladas irmãs.

E já que se trata de poetas, vá lá um soneto digno de leitura:

TUDO É VAIDADE

(Ao Aristides Costa)

Tudo é vaidade! o coração se ilude!
 O amor é sonho em que a razão delira!
 Se o vício em treva envolto audaz conspira
 Crimes comete a cândida virtude!

P'ra os eleitos, porém, a probidade
 Tece mais lutas de heroísmo e glória
 “*Corona o di martírio o de vittoria*”
 Ao positivo olhar tudo é vaidade.

Desculpemos, portanto, essa criança,
 Que assim risonha esmaga uma esperança,
 Deslumbrando a harmonia dos salões!

Ah! se *ela* insulta um pranto amargurado!...
 – Ele fica sereno, imaculado
 Sobre as ruínas de suas ilusões.

G. OLISIS

Diga Pardal Mallet que valor teriam estes queixumes, se as linhas tomassem todo o papel, como pretendia o famoso capitão-mor da *Morgadinha*...
 Eloí, o herói

30 de outubro de 1888

Ontem fui dolorosamente surpreendido pela notícia da morte de Joaquim Serra, meu mestre e meu amigo.

Desde a minha infância, desde 1867, quando o “Serrinha” escrevia cintilantes crônicas no *Semanário Maranhense*, me habituei a admirá-lo, e a minha admiração continuou até ontem, sempre grande e incondicional.

Joaquim Serra distinguiu-se na poesia e no teatro, mas foi na imprensa periódica que o seu talento brilhou com mais intensidade. No Brasil nunca ninguém compreendeu tão bem a nobre profissão de jornalista: quer tratando seriamente das mais graves questões, quer pondo em contribuição o seu grande espírito sarcástico, deu sempre a nota justa e vibrante sobre todos os indivíduos e todos os fatos de que se ocupou.

Apaixonado pela política, que só lhe trouxe ingratidões e desgostos, ninguém como ele conhecia os mistérios, os meandros, os múltiplos segredos daquela engrenagem complicada e doida. Daí a superioridade e a singular competência com que achava matéria para encher tiras e tiras de papel a propósito de uma trica, de uma eleição, do mais insignificante incidente.

Essa paixão o absorvera por forma tal, que, desgraçadamente para as letras, há muito tempo ele não escrevia sobre outra coisa, fazendo da própria abolição – de que foi um dos mais esforçados paladinos – uma questão essencialmente política.

Joaquim Serra, todos o sabem, todos o viram, defendeu a liberdade dos escravos com valentia e fervor; não depôs armas nem um instante, e eu, que o amava, e me confesso grato à sua honrada memória, agradeço a Deus haver lhe conservado a vida até

a promulgação da grande lei, para dar-lhe o supremo prazer de assistir à vitória da sua ideia... conquanto o seu nome não fosse dos mais lembrados durante o regozijo público.

Ainda há poucos dias, a propósito de algumas palavras que ele num folhetim escrevera sobre Olavo Bilac, pretendi pôr em evidência a sua extraordinária bondade; aquela mão, hoje mirrada pela morte, estendia-se sempre para os moços e para os desconhecidos num movimento rápido, sereno e maquinal. Reconhecia-se naquele coração o desejo de que nesta terra brotasse por toda a parte a larga e fecunda semente do talento. Moço que, surgindo no mundo das letras, revelasse disposições, era para ele uma plantazinha mimosa, que requeria toda a atenção e cuidado. Da sua geração foi talvez o único espírito superior que não teve contra os novos essa prevenção, que existe, convencional e estúpida.

Altruísta, os seus sentimentos se distinguiram implacavelmente na nossa imprensa, onde há uma dúzia de bons e dignos cavalheiros, mas onde a maior parte são egoístas, invejosos, desleais, perversos, capazes de ofender um colega no que ele tiver de mais melindroso e sagrado. Esta é desgraçadamente a verdade, que nos envergonha.

Como se explica que Joaquim Serra, homem criterioso e ilustrado, escritor de primeira ordem, espírito prático e observador, não conseguisse do seu partido (que vendido a peso não pagaria os seus serviços) não conseguisse mais do que uma cadeira na Câmara dos Deputados (cadeira de que o arrancaram no fim da legislatura para lá sentarem um qualquer), e o ridículo emprego de redator do *Diário Oficial*, isto é, de redator de um jornal sem redação?

Como se explica que ele não voltasse muitas vezes à Câmara, ou que o não nomeassem, por exemplo, diretor da Biblioteca Nacional, onde exerceria funções dignas das suas reconhecidas aptidões literárias?

Tudo se explica facilmente: Joaquim Serra não era doutor nem bacharel, e todos sabem que neste país, governado por bacharéis, o pergaminho é “sésamo abre-te” de todas as honras e de todas as posições. Sem isso nada se alcança.

Deus não exigirá que lhe apresentes um pergaminho, ó grande e belo amigo, e te dará nos céus o lugar conquistado com o muito que fizeste pelo engrandecimento da tua pátria, com a religião do trabalho que professaste gloriosamente, com a bondade inalterável com que sempre acolheste os oprimidos e fracos, e com os desgostos que te deram as ingratidões dos falsos amigos, e a morte, que roubando-te sistematicamente os filhos, ferindo-te em cheio nesse coração de ouro que ontem estalou.

A última vez que nos encontramos (foi há bem poucos dias), queixaste-te amargamente do Maranhão, e disseste-me, quase sem poder falar, oprimido pela doença, que ali o teu nome só era ultimamente invocado pelo insulto.

Pois bem: o arrependimento salva, e os maranhenses mostrar-se-ão arrependidos desde que elevem à tua memória um monumento que lembre à posteridade o último representante da grande família dos Gonçalves Dias, Lisboas, Soteris, Odoricos e Gomes de Sousa. Nenhum deles foi mais ilustre que tu.

Eloi, o herói

10 de novembro de 1888

Ao ler ontem a notícia da eleição do novo presidente dos Estados Unidos, o Sr. Harrison, estive muito tempo a pensar em quem há de ser o presidente da futura república brasileira.

Não é fácil prevê-lo; é até possível que a república não se proclame... à falta de homens.

O Sr. conselheiro Saldanha Marinho tem já as mãos muito trêmulas para empunhar as rédeas do governo supremo de uma nação, e os seus correligionários pecam geralmente pelo contrário, isto é, são muito novos.

Entre estes e o mencionado Sr. conselheiro há meia dúzia de republicanos em boa idade e com talento bastante para governar: esses, porém, têm sido tão desastrados na direção dos seus negócios particulares, que imprudente seria entregar-lhes a direção dos do Estado...

“Os homens hão de aparecer!” tal é a frase com que os republicanos pretendem embatucar a quem lhes pergunta pelo jacumaúba do barco; mas isso não me convence: receio que fiquemos muito tempo como a irmã Ana da lenda, sem ver chegar ninguém.

Bem sei que não há lugarejo do interior que não se dê ao luxo, aliás muito louvável, de ter o seu Danton; ainda ontem um telegrama da *Gazeta de Notícias* anunciava que o Dr. Necesio Tavares veio de Itapecerica e foi para Sarandí com um cortejo de admiradores, e outro dizia que os povos de Oliveira “expandiram-se delirantemente” na recepção feita ao Dr. Lamounier.

Mas entre todos esses gloriosos agitadores debalde se procurará uma cabeça; achar-se-á, quando muito, um braço, ou pura e simplesmente um estômago... Dirigir é muito mais difícil que digerir.

No estado a que chegaram os ânimos é provável que a república se faça mais cedo do que supõe muita gente que só acredita nas coisas quando as vê, quando lhes toca; entretanto, ainda mais provável é que a mudança seja apenas de forma de governo, e os governadores fiquem ainda e sempre os mesmos indefectíveis bacharéis que há tanto tempo vemos sucederem-se nas eminências do Poder.

Para que tal aconteça, o país, que os elegerá, esquecido da onda dos revolucionários, alegará, em primeiro lugar, a prática da administração longamente adquirida por esses senhores, e depois as suas inclinações democráticas a todo momento manifestadas à própria luz que se desprende do trono.

Os republicanos hão de se convencer de que trabalharam por conta própria, mas em proveito alheio, desde que virem a república feita pelos monarquistas de hoje, do mesmo modo por que a abolição foi feita pelos escravocratas de ontem, e muita gente dirá, como a filha de Mme. Angot, que não valia a pena mudar de governo.

Porque tudo, creiam, será como dantes; apenas, em vez de um imperador em S. Cristóvão, teremos um presidente nas Laranjeiras ou em Botafogo.

Eloi, o herói

22 de dezembro de 1888

O Rio de Janeiro é a terra das manifestações de apreço; raro é o dia em que algum cidadão prestante não seja alvo – outros dizem vítima – da consideração pública, e obrigado ao célebre copo d’água, sem o qual não passaria a manifestação de reles patacoada.

Pois bem: as senhoras fluminenses têm agora ensejo de fazer a manifestação mais tópica e brilhante que ainda houve.

Refiro-me à Exma. Sra. D. Ermelinda Lopes de Vasconcelos, que acaba de se formar em medicina, sendo aprovada com distinção na defesa da tese, depois de obter o mesmo grau de aprovação em todos os anos e nas clínicas.

Um simples anel de esmeralda, com que as senhoras fluminenses presenteariam tão notável brasileira, seria uma significativa e grata manifestação.

A doutora Ermelinda alcançou uma vitória, que se reflete sobre todo o sexo a que chamam fraco e é incontestavelmente o mais forte.

O exemplo está dado: essa jovem corajosa afrontando o ridículo que nesta terra é costume lançar-se sobre as coisas mais honestas e mais inteligentes, abriu às mulheres as portas da Escola de Medicina; fez-se o chefe de uma legião feminina, que atravessará essas ruas levando consigo a saúde, a esperança, a consolação, a caridade, o amor.

A medicina, que é ao mesmo tempo uma ciência e um sacerdócio, está perfeitamente com as mulheres. Se os homens têm, como se diz, a cabeça mais forte que elas, o que, aliás, não está provado, elas têm o coração mais sensível que eles, a sua alma compreende com mais facilidade as dores alheias, os seus olhos mais prontamente se embaciam na contemplação das mágoas dos estranhos, – e eu não sei o que mais salutar efeito produza à cabeceira do doente: se os cuidados da ciência, se a ciência dos cuidados.

A cura deve ser mais rápida quando o enfermo tenha ao seu lado alguém, que seja ao mesmo tempo médico e anjo, embora, curado da moléstia, tenha mais tarde de se curar de uma paixão... pela médica.

Mas não é para nós, bípedes barbados, que as senhoras se formam em medicina: contentemo-nos de contemplar no delírio da febre as feições do Dr. Maximiano e outros feiosos do nosso sexo.

Elas destinam-se às senhoras, e, digam lá, não seria conveniente que as houvesse em número avultado, para evitar essas lutas constantes do pudor contra a necessidade imperiosa de um tratamento?

O famoso “segredo profissional”, tão discutido e tão respeitado, não basta para que certas senhoras vençam a repugnância instintiva de mostrar a um estranho o que talvez não mostrem ao próprio esposo. E quantas sucumbem por não ser superiores a esses escrúpulos que nos casos extremos se tornam, convenho, absurdos e exagerados!

Mesmo entre os homens há casos de pudor que resistem ao próprio receio da morte. Murilo, não sei se à força de pintar virgens, era tão pudibundo, que morreu por não ter querido mostrar a nenhum médico uma fistula que ele próprio curava atabalhoadamente, – o que prova que um grande pintor em caso algum substituirá um pequeno cirurgião.

As médicas são necessárias, são imprescindíveis para o tratamento das senhoras; mas não é disso que eu quis tratar no presente artigo. O meu único fito é incitar as senhoras fluminenses a fazer uma ruidosa manifestação de apreço à doutora Ermelinda, que não é nenhuma *blas-bleu* política ou literária; não se trata de render preito a uma Luiza Michel ou a uma Ratazzi, mas à primeira brasileira que abriu às suas patrícias o caminho de uma profissão nobre, independente, honrosa, que até agora parecia privilégio dos homens, e mostrou à parvoíce nacional que as mulheres não vieram ao mundo exclusivamente para ter filhos, dar-lhes de mamar, consertar roupa, tratar dos arranjos da casa e tocar piano para tormento da vizinhança.

Errata: no meu artigo de ontem saiu *amizade honorable*; o que eu escrevi foi *amende honorable*.

Eloi, o herói

1889

04 de janeiro de 1889

Um dia o Valentim Magalhães meteu-me à bulha por eu me haver queixado de falta de assunto.

Desde esse dia nunca mais articulei uma queixa a semelhante respeito, e trato de encher as minhas tiras de papel seja como fôr, fazendo da fraqueza força.

Portanto, estou morto por apanhar o número de amanhã da *Tribuna Liberal*. Todos sabem que o Valentim escreve nessa folha uma interessante seção diária, intitulada *O dia de ontem*. Sempre quero ver o que vai ele respigar nestas vinte e quatro horas encaloradas e sonolentas.

É verdade que ouço apreço pelas folhas da tarde uma modificação ministerial, mas a política está vedada à seção do Valentim, segundo ele próprio declarou, e não se compadece com o tom ligeiro e frívolo do *Palanque*.

*

Porque o *Palanque* é frívolo por natureza, por índole, por um propósito lealmente exarado no seu programa: é preciso que o saibam quantos o acusam de não ser pesado e transcendente. A natureza destes artigos é a mesma do velho folhetim brasileiro, como o entendia o meu saudoso mestre Joaquim Serra. É impertinência exigir de mim mais do que prometi, assim como seria um desazo de minha parte haver prometido mais do que podia dar.

Le plus belle fille du monde

Ne peut donner que ce que'elle a

Se eu fosse um pensador e um erudito, teria procurado outro gênero que mais se compadecesse com o meu mérito. Ninguém me pode levar a mal o contentar-me da minha esfera modesta. Nunca me propus a escrever na *Revista dos dois mundos*.

*

Isto não quer dizer que o *Palanque* não possa tratar de assuntos sérios; trato-os a meu modo, sem solenidade, sem pedantismo, sem o desejo de me impingir como oráculo nem palmatória do mundo.

Sou um simples anspeçada do jornalismo fluminense, convencido de quanto vale e para quando presta. O mesmo não acontece, talvez, a todos os meus camaradas, alguns dos quais, empanurrados de orgulho, se julgam autorizados – por uma ilustração que não têm – a medir o mérito alheio, a traçar limites à inteligência do próximo.

Folguei de apanhar ensejo para fazer esta declaração, aliás desnecessária, porque os leitores do *Palanque* aceitam-no como ele é e não como poderia ser, se fosse escrito por Voltaire.

*

Intervindo no lamentabilíssimo incidente, que tanto tem irritado Júlio Verrina ou Luiz de Andrade, Guimarães Passos declara que eu *talvez* não ouvisse a frase que este senhor diz ter proferido.

Guimarães Passos, que me conhece de perto, bem sabe que eu não ouvi: o seu *talvez* surpreendeu-me. Ninguém acredita que haja homem educado, por mais anêmico, por mais pusilânime, por mais covarde, por mais miserável, nem mesmo mulher por mais fraca, que ouvindo uma insolência dessas, não reagisse energicamente. Eu não ouvi, já o disse, e repito-o sob minha palavra de honra.

*

Para terminar, um soneto, que seria menos mau se não tivesse dois pronomes colocados tão à brasileira:

O MEU SEGREDO

.....
 A travers les rameaux et la feuillage sombre
 Je vois leurs yeux étinceler.

V. HUGO

Que ela o não saiba, que jamais lhe contem
 O luar eterno que à minha alma trouxe
 A luz serena do olhar seu tão doce
 Nesses momentos venturosos de ontem!

Que ela o não saiba; e se o souber, que espontem
 Dele desejos como o que formou-se
 Deste meu sonho, que de amor gorou-se;
 Vivam com Ela ou para os céus remontem!

Embora a estranhos tragam riso e espanto
 Os meus dizeres, a ninguém consulto
 E nem confio o que o meu peito inflama...

– Só quem não ama desconhece o encanto
 Delicioso que há no amor, oculto
 Aos próprios olhos da mulher que se ama!

CARLOS COLIN

Entretanto, o poeta, por muito novo, promete extraordinariamente.
 Eloi, o herói